



**JOANA INÊS SILVA
DE LIMA**

**TURISMO EM FAMÍLIA: A IMPORTÂNCIA DO
TURISMO PARA FAMÍLIAS ECONOMICAMENTE
CARENCIADAS**



**JOANA INÊS SILVA
DE LIMA**

**TURISMO EM FAMÍLIA: A IMPORTÂNCIA DO
TURISMO PARA FAMÍLIAS ECONOMICAMENTE
CARENCIADAS**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Turismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Celeste Eusébio, Professora Auxiliar, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, e da Professora Doutora Celeste Amorim Varum, Professora Auxiliar, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutor Paulo Jorge de Melo Matias Faria de Vila Real
Professor Catedrático, Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Ana Maria Alves Pedro Ferreira
Professora Associada, Universidade de Évora

Prof.^a Doutora Elisabeth Kastenholtz
Professora Associada, Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino
Professor Coordenador Principal, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Prof.^a Doutora Adília Rita Cabral de Carvalho Viana Ramos
Professora Coordenadora, Escola Superior de Educação de Coimbra, Instituto
Politécnico de Coimbra

Prof.^a Doutora Maria Rita Vieira Martins
Professora Auxiliar, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Prof.^a Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro (Orientadora)

Prof.^a Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro (Coorientadora)

agradecimentos

Desenvolver este trabalho de investigação foi uma viagem inesquecível! Foi uma viagem que resultou num enriquecimento pessoal e profissional tão vasto só possível por ter encontrado muitas pessoas, ricas em saber e com experiências para transmitir.

Duas companheiras essenciais desta viagem foram as minhas orientadoras, Professora Doutora **Celeste Eusébio** e Professora Doutora **Celeste Varum**. A elas devo o meu profundo agradecimento pelo saber transmitido, pelo rigor exigido, pelas questões constantes, pela disponibilidade sempre pronta e pelo sorriso e incentivo nos momentos que tão bem identificaram como necessários. De coração, o meu muito obrigado por tudo!

À Professora **Maria João Carneiro** e à Professora **Celeste Eusébio** agradeço todo o apoio que me deram e por me fazerem crescer enquanto pessoa e a nível profissional, através dos exemplos de competência, sabedoria e humanidade demonstrados nas gratas oportunidades de trabalho que partilhámos. E, acima de tudo, o reconhecimento muito especial e a minha profunda gratidão pela generosidade com que assumiam como suas, tantas tarefas para me libertarem.

À Professora **Ana Maria Caldeira**, agradeço o seu apoio efetivo e tão amável, na fase final de análise dos dados. Com a partilha do seu saber e da sua experiência, poupou-me tempo e incentivou-me quando a motivação já estava a ser vencida pelo cansaço. Obrigada.

Aos **meus pais**, minhas estrelas-guias, obrigado por serem quem são e por, na tentativa de vos seguir os passos, fazerem de mim uma pessoa melhor. Foram o vosso exemplo e o vosso apoio que sempre me possibilitaram alcançar os meus sonhos e transformar a vida numa viagem de, e por amor. Este trabalho não foi exceção. Obrigada por todo o apoio e incentivo!

Ao **Francisco**... Meu companheiro de vida... Grande jornada esta!.. Por partilhar cada momento desta viagem comigo. Este trabalho também é um bocadinho teu. Acima de tudo, obrigada pelos momentos que partilhaste com o “peso que pairava sobre mim” e com o computador... Obrigada pela preocupação e pelo apoio!

À **Francisca**, minha maninha, agradeço acima de tudo a preciosa alegria e a criatividade com que me contagia e que sempre põe à minha disposição! Tornaste também esta viagem mais leve, alegre e bem-humorada. Obrigada!

Às minhas amigas **Ana Cláudia, Sandra, Andreia, Mariana, Abigail e Ti**... Obrigada por ouvirem todos os desabafos, angústias e dúvidas e por partilharem comigo as alegrias! As vossas opiniões e o vosso apoio foram tão importantes em momentos-chave... Fizeram desta viagem, uma viagem bem mais divertida!

À Professora **Elisabeth Kastenholz**, muito obrigada por me ter dado a oportunidade de participar ativamente num projeto de investigação que me forneceu bases importantes para realizar esta tese de forma mais confiante. Muito obrigada, também, por me ter permitido o acesso ao software para análise dos dados qualitativos.

Ao Professor **Carlos Costa**, pelos seus conselhos, pelo interesse, pelo seu incentivo e, particularmente, por ser tão bom “entendedor” de pessoas - sabiamente aconselhou a orientadora certa para fazer do meu percurso académico, uma experiência mais gratificante. Ainda enquanto Diretor do DEGEI, muito obrigada pelo parecer positivo que sempre deu aos meus pedidos de apoio.

A fase de recolha de dados não teria corrido tão bem como correu, sem a colaboração das Escolas selecionadas. Agradeço às equipas da **Direção dos Agrupamentos de Escolas** envolvidas no estudo empírico desta investigação: ao Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré (particularmente, à Dra. Maria Eugénia Pinheiro), ao Agrupamento de Escolas Mário Sacramento (particularmente, à Dra. Sílvia Vermelho), ao Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve” (particularmente, à Dra. Carina Franco, Dra. Ana Maria Silva e Dra. Cristina Madaleno), à Escola Secundária Frei Heitor Pinto (particularmente, ao Dr. António Ivo e Dr. Dulce Figueiredo), ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (particularmente, ao Dr. Joaquim Gouveia) e à Escola Secundária do Fundão (particularmente, ao Dr. João Afonso). Sem a sua gentil colaboração, este estudo teria sido impossível. Agradeço ainda a todos os professores nestas escolas que distribuíram os questionários pelos seus alunos e, muito especialmente, aos Encarregados de Educação que responderam.

Um agradecimento muito especial, pelo apoio, pela simpatia e carinho com que me receberam, a todas as pessoas com quem contactei na **Escola Básica e Integrada de São Domingos**, na Covilhã, escola que colaborou na aplicação dos questionários e na seleção das famílias para a fase das entrevistas. À Direção, aos professores, aos funcionários, aos Encarregados de Educação e aos alunos, o meu muito obrigado por toda a colaboração e disponibilidade.

Ainda relativamente à fase de recolha e inserção de dados, devo um grande obrigado ao meu **Pai**, ao **André** e **Francisco**. Sem vocês, sem o vosso apoio efetivo, motivação e dedicação, não teria conseguido cumprir os prazos a que me propus. À minha **Mãe**, agradeço ainda o seu empenho e disponibilidade em todas as fases, para tudo o que precisei, especialmente durante a recolha de dados. Muito, muito obrigada!

Agradeço à **Paulinha**, à **Sónia** e à **D. Célia**, pelos vários momentos em que me facilitaram a caminhada no DEGEI.

Muito obrigado, ainda às pessoas com quem me cruzei nos diversos eventos científicos em que participei com trabalhos resultantes desta investigação. Receberam com interesse este tema e colocaram questões interessantes que constituíram um encorajamento suplementar para continuar esta viagem.

palavras-chave

Turismo em família; turismo social; famílias economicamente carenciadas; efeitos do turismo; constrangimentos ao turismo; padrões de consumo turístico; determinantes dos efeitos do turismo; Portugal

resumo

O turismo oferece oportunidades para participar em novas situações, que podem oferecer vários benefícios para os indivíduos e famílias que o praticam. A oportunidade de participar numa dimensão da sociedade atual, que está interligada e que implica contacto com outras dimensões dessa mesma sociedade, é um desses benefícios. Este efeito do turismo, em específico, poderá ser particularmente relevante para aumentar a inclusão social de famílias economicamente carenciadas. O estudo destes efeitos tem sido, no entanto, relativamente negligenciado pela literatura existente, verificando-se que a investigação sobre os efeitos do turismo em e para as famílias é relativamente incipiente.

Esta tese tem como objetivo principal alargar o conhecimento sobre os efeitos do turismo em família, em geral, e para as famílias economicamente carenciadas, em específico, contribuindo para se encontrarem formas mais eficazes e inovadoras de combate à pobreza e exclusão social, propondo o turismo social como estratégia de ação.

Apesar de ser considerado um direito básico do ser humano e de serem reconhecidos os benefícios para quem o pratica, o turismo não é um produto acessível a todos os elementos da sociedade. Existem diversos constrangimentos à prática turística, de entre os quais o baixo nível de rendimento sobressai como um dos mais impeditivos, mesmo nas economias desenvolvidas. No sentido de combater esta desigualdade de acesso ao turismo, a integração de programas de turismo direcionados para grupos sociais desfavorecidos em políticas sociais é uma medida possível, que exige investigação acerca de como, efetivamente, o turismo poderá contribuir para a coesão e inclusão social das famílias.

Considerando o objetivo central desta investigação e as metodologias adotadas por estudos similares anteriores, optou-se por uma metodologia mista, complementando a análise quantitativa com uma análise qualitativa, tendo por base quer dados secundários, quer dados primários recolhidos especificamente para o efeito.

O estudo empírico desenvolveu-se em três partes distintas e complementares, analisando a realidade Portuguesa. Esta realidade evidencia a necessidade de implementar medidas de inovação social e para a qual não existem estudos acerca dos efeitos do turismo em família e dos constrangimentos à sua concretização. Assim, numa primeira parte, analisaram-se as práticas turísticas das famílias portuguesas, analisando diferenças entre famílias com diferentes níveis de rendimento. Na segunda parte, analisaram-se os efeitos da prática turística e os constrangimentos sentidos à prática turística por uma amostra de famílias da Região Centro. Por fim, na terceira parte, analisaram-se as práticas turísticas de uma amostra de famílias economicamente carenciadas da Covilhã, avaliando os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da sua participação turística e também os constrangimentos que sentem à participação turística.

Os resultados demonstram que o turismo em família tem efeitos importantes, para indivíduos e famílias, e que esses efeitos são diferenciados de acordo com fatores como as motivações e as experiências vividas durante a prática turística. Observou-se, igualmente, que os efeitos do turismo são sentidos com diferente intensidade de acordo com as características socioeconómicas das famílias. Constatou-se, ainda, que os constrangimentos financeiros são, efetivamente, o tipo de constrangimento mais importante ao turismo em família para as famílias portuguesas inquiridas. A análise dos resultados obtidos culmina num conjunto de implicações e recomendações teórico-práticas relativas à importância do turismo para famílias, particularizando as famílias economicamente carenciadas, identificando linhas orientadoras para a construção/melhoria de programas de turismo social para famílias.

keywords

Family tourism; social tourism; economically disadvantaged families; effects of tourism; tourism constraints; tourism expenditure patterns; determinants of the tourism effects; Portugal.

abstract

Tourism offers opportunities to explore new environments and to participate in new situations, generating benefits to individuals and families that travel. One of these benefits is the opportunity to participate in a dimension of the modern society, which is interconnected and involves contact with other dimensions of this society. This effect of tourism may be particularly relevant for increasing social inclusion of economically disadvantaged families. However, the study of these effects has been relatively neglected in the existing literature, particularly if considering the context of family tourism.

This thesis aims to extend the knowledge about the effects of family tourism, in general, and for economically disadvantaged families, in particular. It should also contribute to finding more effective and innovative ways of combating poverty and social exclusion, namely by highlighting the role of tourism as social innovation action.

Although tourism is nowadays considered a basic right of individuals and an activity that should be accessible “for all”, there are several constraints to tourism. Low income is one of those constraints that make tourism inaccessible for many groups in society, even in developed economies. In this context, including tourism programs targeted to disadvantaged groups in social policy appears as one possible measure to combat this inequality of access to tourism. However, this measure requires research on how effectively tourism can contribute to the cohesion and social inclusion of the families.

Considering the central purpose of this research and the methodologies adopted by previous studies it was decided to adopt a mixed methodology. This type of methodology allowed for the complementation of the quantitative analysis with a qualitative analysis, based on secondary data and also on primary data specifically collected for this purpose.

The empirical study analysed the Portuguese reality and was divided into three distinct and complementary parts. This reality highlights the need to implement social innovation measures and for which there are no studies on the constraints and effects of family tourism. In this context, in the first part the leisure and tourism expenditure patterns of the Portuguese families were analysed, comparing the low-income households with the other households. The second part comprised the analysis of the effects of family tourism and the constraints felt by a sample of families. Finally, in the third part, the tourism activity of a sample of economically disadvantaged families was analysed. Its individual and collective benefits were evaluated, as well as the constraints these families feel to participate in the tourism activity.

The results show that family tourism has important effects for individuals and families, and that these effects are distinguished according to factors such as motivations and the experiences lived during the tourist practice. Results also show that the effects of tourism are felt with varying intensity according to the socioeconomic characteristics of the families. It was also found that financial constraints are the most important type of constraint to family tourism for the surveyed Portuguese families. This analysis culminates in a set of theoretical and practical recommendations and implications regarding the importance of tourism for economically disadvantaged families. Guidelines for designing or improving social tourism programs for families are identified.

Índice Geral

	Pág.
Índice Geral	i
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	ix
Lista de Abreviaturas	xiii

Parte I – Introdução

Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Relevância	3
1.2. Objetivos e questão de investigação	4
1.3. Metodologia	5
1.4. Estrutura da tese	7

Parte II – Quadro conceptual

Capítulo 2 – Turismo em família: efeitos e constrangimentos	9
2.1. Introdução	11
2.2. Família – Importante grupo social e segmento turístico	12
2.3. Efeitos das práticas turísticas	15
2.3.1. Efeitos nos indivíduos	20
2.3.2. Efeitos na família	26
2.4. Fatores que influenciam os efeitos da prática turística	31
2.5. Metodologias utilizadas para estudar os efeitos da prática turística nos visitantes	36
2.6. Constrangimentos à prática turística	38
2.7. Conclusão	42

Capítulo 3 – Turismo social para famílias economicamente carenciadas	45
3.1. Introdução	47
3.2. Exclusão social, famílias economicamente carenciadas e turismo – que relação?	48
3.3. Definição e evolução do conceito de turismo social	55
3.4. Programas de turismo social para famílias	58
3.5. Conclusão	69
 Parte III – Estudo empírico	
Capítulo 4 – Metodologia do estudo empírico	73
4.1. Introdução	75
4.2. Questões de investigação	76
4.3. Caracterização do contexto empírico	77
4.4. Metodologia utilizada no estudo das práticas turísticas das famílias portuguesas	81
4.4.1. Dados utilizados	81
4.4.2. Métodos de análise de dados utilizados	83
4.5. Metodologia utilizada no estudo do turismo em família (constrangimentos e efeitos)	84
4.5.1. Métodos de recolha de dados	84
4.5.2. Métodos de análise de dados utilizados	99
4.6. Metodologia utilizada na análise das práticas turísticas das famílias economicamente carenciadas	102
4.6.1. Métodos de recolha de dados	102
4.6.2. Métodos de análise de dados utilizados	110
4.7. Conclusão	112
 Capítulo 5 – Práticas turísticas das famílias portuguesas: análise comparativa segundo a condição económica	 113
5.1. Introdução	115
5.2. Caracterização da amostra	115

5.3. Diferenças nos padrões de Despesa em Lazer e Turismo entre as famílias portuguesas	118
5.4. Determinantes das Despesa em Lazer e Turismo das famílias portuguesas	123
5.4.1. Determinantes das despesas totais	126
5.4.2. Determinantes das DLT	129
5.4.3. Determinantes do peso das DLT nas despesas totais	131
5.4.4. Comparação dos determinantes dos diferentes tipos de despesas nos dois grupos de famílias	133
5.5. Conclusão	136
 Capítulo 6 – Turismo em família: estudo de uma amostra de famílias da Região Centro	 139
6.1. Introdução	141
6.2. Caracterização da amostra	141
6.2.1. Famílias que não fizeram férias	142
6.2.2. Famílias que fizeram férias	149
6.2.3. Comparação dos dois grupos de famílias	155
6.3. Constrangimentos à prática turística	158
6.3.1. Diferenças de constrangimentos de acordo com as características socioeconómicas das famílias	163
6.4. Turismo em família: motivações, comportamentos/ experiências e efeitos - análise comparativa de acordo com a condição económica	165
6.4.1. Motivações	165
6.4.2. Comportamentos e Experiências vividas	170
6.4.3. Satisfação e intenção de fidelização	179
6.4.4. Efeitos na família e no indivíduo	181
6.5. Conclusão	193
 Capítulo 7 – Determinantes dos efeitos do turismo em família	 201
7.1. Introdução	203

7.2. Modelos de Regressão Linear Múltipla	203
7.2.1. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de alteração de comportamentos	206
7.2.2. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de aprendizagem em novas situações	210
7.2.3. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de relaxamento e saúde	213
7.2.4. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de melhoria da atividade profissional	215
7.2.5. Determinantes da percepção dos efeitos negativos do turismo nos indivíduos	217
7.2.6. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo na família	219
7.2.7. Comparação dos determinantes da percepção dos efeitos do turismo em família	223
7.3. Modelo de Equações Estruturais	225
7.3.1. Modelo de medida	228
7.3.2. Modelo estrutural	238
7.3.3. Diferenças de acordo com as características socioeconómicas das famílias (análise multigrupo)	242
7.4. Conclusão	249
 Capítulo 8 – A importância do turismo para famílias economicamente carenciadas: estudos de caso	 253
8.1. Introdução	255
8.2. Caracterização da amostra	255
8.3. Constrangimentos ao turismo em família	257
8.4. Significado e caracterização das práticas turísticas em família	258
8.5. Efeitos do turismo em família	267
8.5.1. Efeitos individuais	268
8.5.2. Efeitos na família	273
8.5.3. Efeitos negativos	275
8.6. Conclusão	276

Capítulo 9 – Interesse e participação em Programas de Turismo Social	279
9.1. Introdução	281
9.2. Interesse e participação em Programas de Turismo Social	281
9.2.1. Famílias que não fizeram férias nos últimos quatro anos	282
9.2.2. Famílias que fizeram férias nos últimos quatro anos	283
9.2.3. Comparação dos dois grupos de famílias	285
9.2.4. Famílias economicamente carenciadas	288
9.5. Implicações para a definição de Programas de Turismo Social	290
9.6. Conclusão	296
 Parte IV – Conclusões	
Capítulo 10 – Conclusões	299
10.1. Introdução	301
10.2. Principais conclusões e implicações – questões de investigação revisitadas	301
10.3. Contribuições	311
10.4. Limitações	314
10.5. Sugestões para investigação futura	316
 Referências bibliográficas	 321
 Apêndices	 343
Apêndice I – Questionário A	345
Apêndice II – Questionário B	353
Apêndice III – Carta dirigida aos Professores das Escolas envolvidas no Estudo Empírico	359
Apêndice IV – Guião de entrevista A	360
Apêndice V – Guião de entrevista B	361
Apêndice VI – Ficha de caracterização sociodemográfica dos adultos entrevistados	362

Apêndice VII – Exemplo de transcrição de entrevistas	363
Apêndice VIII – Tabela de <i>cross loadings</i> dos itens que integram os constructos de 1ª ordem do modelo	365
Apêndice IX – Diagnóstico de multicolinearidade entre as variáveis do modelo estrutural	368
Apêndice X – Tabela de itens retirados do modelo para reestimação (análise multigrupo)	368
Apêndice XI – Medidas de fiabilidade e validade dos modelos refletivo e formativo após reestimação (análise multigrupo)	369

Índice de Figuras

	Pág.
Figura 1.1 – Metodologia geral adotada nesta investigação	6
Figura 2. 1 - Benefícios da prática turística, de acordo com o beneficiário	15
Figura 2. 2 – Benefícios do turismo para os seus praticantes	17
Figura 2. 3 – Relação entre efeitos individuais do turismo	22
Figura 2. 4 – Ciclo da aprendizagem através da experiência, de acordo com Kolb (1984)	25
Figura 2. 5 – Elementos-chave da experiência turística, de acordo com Morgan e Xu (2009)	34
Figura 2. 6 – Sistematização da relação entre os determinantes, efeitos do turismo em família e satisfação e fidelização	36
Figura 2. 7 - Modelo hierárquico de constrangimentos ao lazer	39
Figura 2. 8 – Classificação das pessoas que não viajam	40
Figura 2. 9 – Categorização dos constrangimentos ao turismo em família	41
Figura 3. 1 – Relação entre a aprendizagem pela experiência turística e a alteração de comportamentos	68
Figura 4. 1 – Questões de investigação	77
Figura 4. 2 - Evolução do número de famílias com processamento de RSI em Portugal no período 2007-2013	80
Figura 4. 3 - Esquema do procedimento metodológico adotado para caracterizar as práticas turísticas das famílias portuguesas	83
Figura 4. 4 – Esquema geral da técnica de amostragem utilizada	86
Figura 4. 5 - Procedimento metodológico adotado para a construção dos guiões de entrevista a aplicar	107
Figura 6. 1 – Privação material, por número de itens, das famílias que não fizeram férias	144
Figura 6. 2 – Itens de privação material das famílias que não fizeram férias (total das famílias e famílias com privação)	145
Figura 6. 3 – Privação material, por número de itens, das famílias que fizeram férias	150
Figura 6. 4 – Itens de privação material das famílias que fizeram férias (total das famílias e famílias com privação)	151
Figura 6. 5 – Motivos pelos quais gostariam de ter feito férias em família nos últimos 4 anos	163
Figura 6. 6 – Aprendizagem com as últimas férias em família	188

Figura 6. 7 – Alteração de comportamentos em consequência das últimas férias em família	189
Figura 7. 1 – Variáveis a integrar os modelos de regressão dos determinantes dos efeitos do turismo em família	204
Figura 7. 2 – Sistematização da relação entre constructos a verificar através da MEE: Motivações e Experiências com os Efeitos do turismo em família e Satisfação e Fidelização	226
Figura 7. 3 – Tentativa de modelação inicial da relação entre itens e os diferentes constructos	227
Figura 7. 4 – Modelação final da relação entre itens e os diferentes constructos	230
Figura 7. 5 – Modelo estrutural	238
Figura 7. 6 – Modelos estruturais resultantes da análise multigrupo	245
Figura 8. 1 – Desenhos sobre o momento das férias que as crianças entrevistadas mais gostaram	264
Figura 9. 1 – Motivos das famílias que não fizeram férias em família para a não participação em PTS	282
Figura 9. 2 – Motivos das famílias que fizeram férias em família para a não participação em PTS	284
Figura 9. 3 – Sistematização das linhas orientadoras propostas para PTS para famílias economicamente carenciadas	296

Índice de Tabelas

	Pág.
Tabela 2. 1 - Estudos científicos empíricos sobre os efeitos do turismo nos participantes	19
Tabela 2. 2 – Efeitos do turismo nos indivíduos	21
Tabela 2. 3 – Efeitos do turismo nas famílias	28
Tabela 2. 4 – Metodologias utilizadas para recolher dados acerca dos efeitos do turismo nos visitantes	36
Tabela 2. 5 – Metodologias utilizadas para analisar dados acerca dos efeitos do turismo nos visitantes	37
 Tabela 3. 1 - Caracterização da gestão de alguns programas de turismo social para famílias	 59
Tabela 3. 2 - Caracterização de alguns programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas de acordo com os critérios de seleção dos participantes	60
Tabela 3. 3 - Caracterização de alguns programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas de acordo com as modalidades de viagens oferecidas	61
 Tabela 4. 1 - Etapas da investigação empírica: temáticas e população-alvo	 76
Tabela 4. 2 - Número de famílias com processamento de RSI em Portugal Continental, por distrito, entre 2007-2013	79
Tabela 4. 3 – Identificação da informação necessária a recolher através dos questionários	89
Tabela 4. 4 – Justificação das questões relativas à caracterização das últimas férias em família	90
Tabela 4. 5 - Justificação da escala de Motivações para realizar as últimas férias em família	91
Tabela 4. 6 – Justificação da escala de Experiências vividas durante as últimas férias em família	92
Tabela 4. 7 - Justificação das questões relativas à Satisfação e Fidelização	93
Tabela 4. 8 – Justificação da escala para medir os Efeitos na Família, das últimas férias em família	93
Tabela 4. 9 – Justificação das questões relativas aos Efeitos no Indivíduo, das últimas férias em família	94
Tabela 4. 10 - Justificação das questões acerca de Programas de Turismo Social	95
Tabela 4. 11 - Justificação das questões relativas às características sociodemográficas e económicas dos inquiridos	95
Tabela 4. 12 – Justificação das questões relativas aos constrangimentos sentidos às férias em família	97
Tabela 4. 13 - Sistematização das técnicas utilizadas para análise dos dados recolhidos através dos questionários	100

Tabela 4. 14 – Justificação das questões introduzidas no guião de entrevista às famílias que fizeram férias nos últimos quatro anos	108
Tabela 4. 15 - Justificação das questões introduzidas no guião de entrevista às famílias que não fizeram férias nos últimos quatro anos	109
Tabela 5. 1 - Caraterização dos agregados familiares inquiridos	116
Tabela 5. 2 - Caracterização sociodemográfica e económica dos indivíduos de referência inquiridos	117
Tabela 5. 3– Estatísticas descritivas das Despesas das famílias portuguesas	118
Tabela 5. 4 – Comparação das características estruturais das famílias, entre os dois grupos de famílias (teste t)	119
Tabela 5. 5 – Comparação das variáveis nominais entre os dois grupos de famílias (testes do qui-quadrado)	120
Tabela 5. 6 – Comparação dos padrões de despesa entre os dois grupos de famílias (teste t)	122
Tabela 5. 7 – Definição das variáveis consideradas no modelo	125
Tabela 5. 8 – Resultados da análise de regressão para as Despesas totais das famílias portuguesas com DLT	128
Tabela 5. 9 – Resultados da análise de regressão para as Despesas em Lazer e Turismo (DLT) das famílias portuguesas	130
Tabela 5. 10 – Resultados da análise de regressão para o peso das DLT nas Despesas totais das famílias portuguesas	132
Tabela 5. 11 – Síntese do sinal do efeito das variáveis independentes nos 9 modelos	134
Tabela 6. 1 – Comparação das características sociodemográficas das famílias, entre os dois grupos de famílias	148
Tabela 6. 2 – Comparação das características sociodemográficas das famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos	154
Tabela 6. 3 – Comparação do perfil sociodemográfico e económico das famílias que fizeram férias e das famílias que não fizeram férias	157
Tabela 6. 4 – Razões apontadas pelos inquiridos para não terem feito férias em família nos últimos 4 anos	159
Tabela 6. 5 – Resultados da ACP efetuada aos constrangimentos à realização de férias em família	161
Tabela 6. 6 – Diferenças entre famílias em termos de constrangimentos à realização de férias em família	164
Tabela 6. 7 – Motivações dos inquiridos para fazer as últimas férias em família	166
Tabela 6. 8 – Resultados da ACP efetuada às Motivações	168

Tabela 6. 9 – Comparação das motivações para realizar as últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias	170
Tabela 6. 10 – Experiências dos inquiridos nas últimas férias em família	172
Tabela 6. 11 – Resultados da análise fatorial efetuada às experiências vividas durante as últimas férias em família	173
Tabela 6. 12 – Ligação emocional dos elementos da família, na perspetiva dos inquiridos, nas últimas férias em família	174
Tabela 6. 13 – Comparação das características das últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias	176
Tabela 6. 14 – Comparação das experiências vividas durante as últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias	178
Tabela 6. 15 – Comparação das experiências relacionadas com ligação emocional da família durante as últimas férias (questionário A), entre os dois grupos de famílias	179
Tabela 6. 16 – Satisfação e intenção de fidelização dos inquiridos nas últimas férias em família	180
Tabela 6. 17 – Comparação da satisfação e fidelização relativamente às últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias	181
Tabela 6. 18 – Efeitos das últimas férias em família percebidos pelos inquiridos na sua família	182
Tabela 6. 19 – Resultados da análise fatorial efetuada aos efeitos as últimas férias na família	184
Tabela 6. 20 – Efeitos das últimas férias em família percebidos pelos inquiridos na sua vida	185
Tabela 6. 21 – Resultados da ACP efetuada aos efeitos das últimas férias em família no indivíduo	187
Tabela 6. 22 – Comparação dos efeitos na família das últimas férias (questionário A), entre os dois grupos de famílias	190
Tabela 6. 23 – Comparação dos efeitos no indivíduo das últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias	192
Tabela 7. 1 – Definição das variáveis consideradas no modelo	205
Tabela 7. 2 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Alteração de comportamentos” nos inquiridos	209
Tabela 7. 3 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Aprendizagem em novas situações” nos inquiridos	212
Tabela 7. 4 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Relaxamento e saúde” nos inquiridos	214
Tabela 7. 5 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Melhoria da atividade profissional” nos inquiridos	216
Tabela 7. 6 - Resultados da análise de regressão para os Efeitos Negativos nos inquiridos	218

Tabela 7. 7 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Reforço da ligação emocional da família” nos inquiridos	220
Tabela 7. 8 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização” nos inquiridos	221
Tabela 7. 9 - Síntese do sinal do efeito das variáveis independentes nos 21 modelos	224
Tabela 7. 10 – Itens retirados da análise MEE	230
Tabela 7. 11 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo refletivo após reestimação	232
Tabela 7. 12 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo formativo após reestimação	237
Tabela 7. 13 – Testes de significância das relações estruturais	239
Tabela 7. 14 – Efeitos diretos, indiretos e totais entre os constructos do modelo estrutural	240
Tabela 7. 15 - Resultados relativos à capacidade preditiva do modelo estrutural (R^2 e Q^2)	241
Tabela 7. 16 - Resultados relativos ao f^2 do modelo estrutural	242
Tabela 7. 17 – Resultados da análise por grupos de acordo com o nível de Privação Material das famílias	246
Tabela 8. 1 – Caracterização dos entrevistados	256
Tabela 9. 1 – Diferenças entre as famílias que não fizeram férias acerca da vontade em participar em PTS	283
Tabela 9. 2 – Diferenças entre as famílias que fizeram férias acerca dos motivos para não terem participado em PTS	285
Tabela 9. 3 – Comparação dos motivos para as famílias não terem participado em PTS	287

Lista de Abreviaturas

ACP – Análise de Componentes Principais
BITS – *Bureau International du Tourisme Social*
CE – Comissão Europeia
CEC – *Commission of the European Communities*
CFL – Centros de Férias e Lazer da Segurança Social
CRP – Constituição da República Portuguesa
DLT – Despesas em Lazer e Turismo
DT – Diretor de Turma
EESC – *European Economic and Social Committee*
FHA – *Family Holidays Association*
ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias
IDR – Inquérito às Deslocações dos Residentes
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituições particulares de solidariedade social
ISTO – *International Social Tourism Organisation*
MEE – Modelo/ Modelação de Equações Estruturais
NUTS – Nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
OITS – *Organisation Internationale du Tourisme Social*
PLS – Partial Least Squares
PTS – Programas de Turismo Social
QV – Qualidade de Vida
RC – Região Centro de Portugal
RSI – Rendimento Social de Inserção
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
UE – União Europeia
UMP – União das Misericórdias Portuguesas
VFA – Visita a Familiares e Amigos
WebQDA – *Web Qualitative Data Analysis*
WTTC – *World Travel & Tourism Council*

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Relevância

A importância das férias e de viajar no bem-estar humano tem sido formalmente reconhecida desde 1948, com o reconhecimento, pelas Nações Unidas, das férias como direito humano básico dos indivíduos. Essa importância tem sido, desde então, reiterada por diversos governos que ao longo dos anos foram reconhecendo o direito a férias pagas (Hall & Brown, 2006). Tal como afirma Richards (1999), as férias fora de casa (turismo) atenuam dois constrangimentos da vida quotidiana – o tempo e o lugar, criando condições para os indivíduos se dedicarem à sua realização pessoal e social.

Desde a década de 90, foram publicados alguns estudos sobre os efeitos da prática turística para os visitantes, que destacam a importância da prática turística para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (por exemplo, Alexander, Bakir, & Wickens, 2010; Hall & Brown, 2006; Minnaert, 2006, 2012; Minnaert, Maitland, & Miller, 2009 e Smith & Hughes, 1999). Estes estudos identificam um conjunto de fatores, dos indivíduos e das práticas turísticas, que podem condicionar a forma como esses efeitos são sentidos. Consequentemente, diferentes características pessoais, sociais e condições económicas, bem como diferentes motivações e diferentes experiências turísticas dos indivíduos, conduzirão a diferentes efeitos ou diferentes intensidades desses efeitos (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar, Yanamandram, & Cliff, 2012; Moscardo, 2009; Shaw & Coles, 2004; Smith & Hughes, 1999). Adicionalmente existem evidências de que o turismo em família poderá contribuir para o aumento da coesão familiar, do acesso à informação, do confronto com novas experiências e situações de maior socialização, refletindo-se na alteração de comportamentos (Minnaert, 2006, 2008, 2012; McCabe, Joldersma, & Li, 2010).

Nesta linha de argumentação, o turismo proporciona aos indivíduos e às famílias a oportunidade de participarem numa dimensão da sociedade atual que está interligada e que implica contacto com outras dimensões dessa mesma sociedade, contribuindo para a inclusão social. Este efeito do turismo, em específico, poderá ser particularmente relevante para as famílias economicamente carenciadas, mais vulneráveis à exclusão social. O estudo destes efeitos tem sido, no entanto, relativamente negligenciado pela literatura existente. Da mesma forma, verifica-se que a investigação sobre os efeitos do turismo em e para as famílias é relativamente incipiente. Embora, desde 2004, tenha começado a surgir alguma investigação científica empírica nesta perspetiva, as famílias são um segmento turístico que tem sido objeto de pouca investigação (Gram, 2005; Letho, Choi, Lin, & Macdermid, 2009; Schanzel, Smith, & Weaver, 2005; Schanzel, 2012).

Apesar de ser considerado um direito básico do ser humano e de serem inúmeros os benefícios reconhecidos para quem o pratica, o turismo não é uma prática acessível a todos os elementos da sociedade. Existem diversos constrangimentos à prática turística, de entre os quais o baixo nível de rendimento sobressai como um dos mais impeditivos. No sentido de combater esta desigualdade de acesso ao turismo, a integração de programas de turismo direcionados para os grupos sociais desfavorecidos em

políticas sociais é uma medida possível. Esta medida, apesar de já despertar o interesse de várias entidades (como o *European Economic and Social Committee*, diversas organizações privadas de turismo social e alguns Governos), ainda não tem merecido reconhecimento e investimento (quer de financiamento, quer de estudos científicos) generalizado e efetivo.

Mais investigação é crucial para analisar de que forma o turismo poderá contribuir para a vida das famílias, uma vez que parece incentivar a coesão e solidariedade sociais e contribuir para alterar comportamentos que perpetuam o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social. A identificação destas lacunas motivou a realização desta investigação, orientada pela necessidade de dar resposta aos objetivos e questões apresentadas na secção que se segue.

1.2. Objetivos e questões de investigação

Esta tese tem como objetivo principal alargar o conhecimento sobre os efeitos do turismo em família, em geral, e para as famílias economicamente carenciadas, em específico. Acredita-se que este conhecimento será a base para se encontrarem formas mais eficazes e inovadoras de combate à pobreza e exclusão social, propondo o turismo social como uma estratégia de ação possível.

Para a concretização deste objetivo principal, esta tese desenvolve-se sobre a seguinte questão central:

Qual a importância do turismo em família para as famílias, particularmente para as famílias economicamente carenciadas?

A investigação tem como ponto de partida a revisão da literatura sobre os efeitos do turismo. Mais especificamente, pretende-se identificar o que a literatura revela sobre os efeitos do turismo em família e se esses efeitos são diferenciados segundo a situação económica das famílias. Verifica-se que a literatura existente divide os efeitos do turismo em efeitos para o indivíduo e efeitos para a família, existindo uma lacuna em termos de análise dos efeitos do turismo para as famílias. A ausência de estudos nesta temática é mais evidente quando se consideram os efeitos do turismo em família e/ou o caso das famílias economicamente carenciadas. É expectável que estas famílias apresentem características de práticas turísticas diferentes, assim como efeitos diferenciados. No entanto, a evidência empírica nestas matérias é relativamente escassa. Esta tese contribui para colmatar estas lacunas, fornecendo evidência empírica sobre as características das práticas turísticas e os efeitos do turismo para as famílias, em geral, e para as famílias economicamente carenciadas, em específico.

Esta temática é empiricamente abordada à luz da realidade Portuguesa, realidade para a qual não existem estudos acerca dos efeitos do turismo em família ou dos constrangimentos à sua prática. Os

indicadores relativos à pobreza e exclusão social no nosso país (ver capítulos 3 e 4) são outro fundamento para a escolha deste território como contexto empírico do presente trabalho, uma vez que demonstram a necessidade de implementar medidas de inovação social que contribuam para reduzir o número de famílias inseridas em contextos propícios à pobreza e exclusão social. A escolha de Portugal como contexto empírico desta investigação reveste-se de maior nível de interesse, ainda, em consequência de, tal como será explorado no capítulo 3, se ter verificado que Portugal é um país em que existem programas de turismo social, com apoio estatal. Não obstante, estes programas têm vindo a diminuir, não existindo atualmente nenhum programa de turismo social especificamente dirigido para famílias economicamente carenciadas.

Ao abordar estas questões pretende-se contribuir para o conhecimento científico de diferentes formas. Em termos teóricos, desenvolve-se o conhecimento permitindo a construção de um quadro conceptual da relação entre turismo, famílias e combate à exclusão social. Em termos empíricos, esta tese tem vários contributos: (i) aprofunda-se o conhecimento sobre a realidade portuguesa relativamente às práticas turísticas e aos benefícios retirados da participação turística pelas famílias; (ii) analisam-se os constrangimentos à prática turística em família e como estes se relacionam com o perfil socioeconómico e demográfico das famílias; (iii) analisam-se os efeitos do turismo em família e a forma como estes se relacionam com as características socioeconómicas e demográficas das famílias. Por fim, como resultado do estudo desenvolvido, identificam-se linhas orientadoras para a criação/melhoria de programas de turismo para famílias economicamente carenciadas.

A secção seguinte resume a metodologia adotada com o intuito de responder à questão geral de investigação definida.

1.3. Metodologia

A análise de fenómenos complexos, e a sua compreensão numa perspetiva ampla e aprofundada, implica recorrer a metodologias robustas e abrangentes. Considerando o objetivo central desta investigação e as metodologias utilizadas em ciências sociais e adotadas por estudos similares anteriores (Minnaert *et al.*, 2009; McCabe *et al.*, 2010; Letho *et al.*, 2009; Schanzel & Smith, 2014), optou-se por uma metodologia mista, complementando a análise quantitativa com uma análise qualitativa, tendo por base quer dados secundários quer dados primários recolhidos especificamente para o efeito (Figura 1.1).

A abordagem qualitativa contribui para uma compreensão mais profunda dos fenómenos em estudo e de características muito específicas de contextos particulares, enquanto a metodologia quantitativa facilita a identificação de padrões, relações estatisticamente testáveis entre as variáveis, facilitando comparações entre grupos de indivíduos ou entre os conceitos explorados. Este tipo de abordagem metodológica mista

permite, assim, compreender os fenómenos estudados numa perspetiva mais ampla e aprofundada (Creswell, 2009; Kastenholz, Lima, & Sousa, 2012; Johnson, Onwuegbuzie, & Turner, 2007).

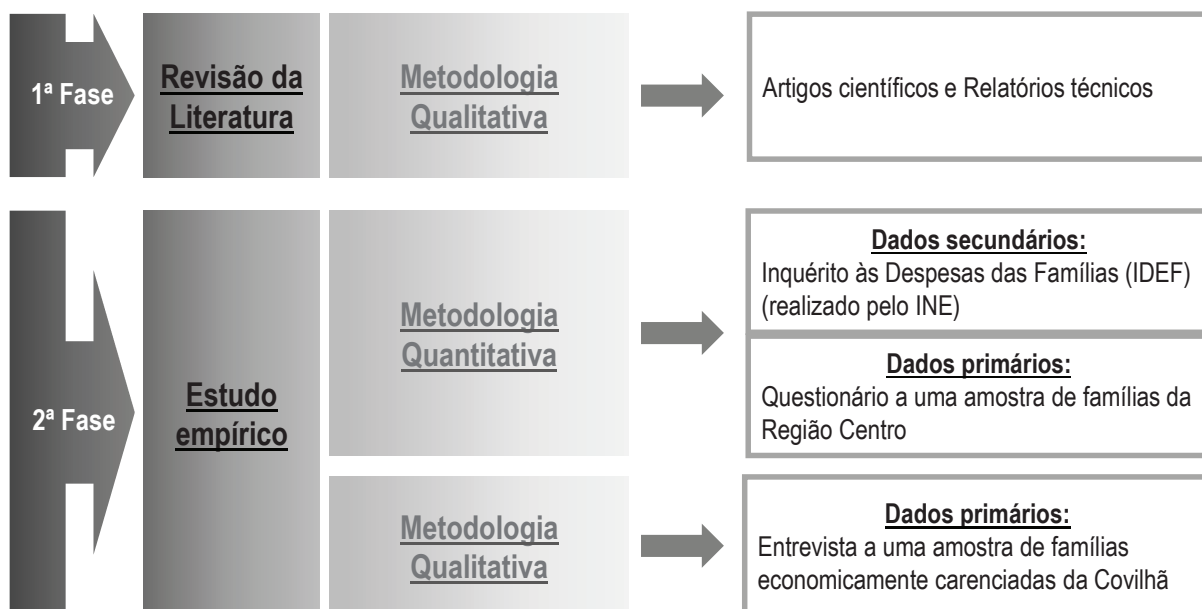


Figura 1.1 – Metodologia geral adotada nesta investigação

Numa primeira fase, partindo-se da revisão de literatura, desenvolve-se o quadro conceptual e clarifica-se o conjunto de conceitos e variáveis mais importantes para a análise dos efeitos do turismo para os visitantes e dos fatores condicionantes desses efeitos. Esta revisão de literatura, para além de ajudar a responder à questão de investigação, permitiu identificar questões mais específicas e definir a metodologia mais adequada para realizar o estudo empírico.

No estudo empírico parte-se de uma análise mais geral (geralmente associada a metodologias quantitativas) para uma análise mais específica/ particular (geralmente associada a metodologias qualitativas). O estudo empírico que evolui do nível geral para o nível específico, traduz-se não só no tipo de abordagem metodológica adotado, mas também no tipo de população em estudo (famílias, em geral, e famílias economicamente carenciadas, em específico) e no seu contexto espacial (primeiro, Portugal, numa segunda parte, a Região Centro e, na terceira parte, o município da Covilhã).

A abordagem quantitativa é utilizada nas seguintes duas fases do estudo empírico: (i) primeiro, analisam-se características das práticas turísticas das famílias portuguesas, particularizando as famílias de baixos rendimentos, com recurso a dados secundários, recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE); e (ii) segundo, analisam-se os efeitos e constrangimentos à prática turística e a influência das condições socioeconómicas das famílias, com recurso a dados primários recolhidos por questionário.

Na última fase do estudo empírico a abordagem é qualitativa, tendo por base informação recolhida através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a uma amostra de famílias economicamente carenciadas. Esta análise aprofunda o conhecimento sobre as práticas turísticas (passadas e atuais) das famílias economicamente carenciadas e sobre os seus efeitos.

No capítulo 4 desenvolve-se com maior detalhe a metodologia utilizada em cada fase do estudo empírico.

1.4. Estrutura da tese

A presente tese organiza-se em quatro partes, estruturadas num total de 10 capítulos. A primeira parte (Parte I), introdutória, inclui, apenas, o presente capítulo, onde é feita uma descrição da relevância desta tese em termos de investigação em turismo, dos seus objetivos e questões de investigação, da metodologia geral adotada e da sua estrutura.

Na Parte II deste trabalho procedeu-se à revisão da literatura. Assim, apresentam-se todas as reflexões teóricas efetuadas para construir o quadro conceptual que, de forma sintética, permite conhecer melhor e identificar o conjunto de conceitos e variáveis importantes no estudo dos constrangimentos e dos efeitos da prática turística para famílias, particularmente para famílias economicamente carenciadas. Tendo como finalidade essa clarificação de conceitos dos diversos subtemas envolvidos, bem como a definição de um estudo empírico que reflita diversas abordagens e evidências empíricas que possam potencialmente contribuir para a compreensão desses temas, a revisão de literatura recai sobre os seguintes temas principais:

- no segundo capítulo analisa-se a importância da família na sociedade e enquanto segmento turístico, exploram-se teoricamente os efeitos do turismo para os visitantes, os fatores que os podem condicionar e as metodologias que têm sido utilizadas para os analisar e abordam-se os constrangimentos à prática turística;
- no terceiro capítulo explora-se a relação entre os conceitos de exclusão social, famílias economicamente carenciadas e turismo, detalha-se o conceito de turismo social, caracterizando alguns programas de turismo social existentes para famílias.

A Parte III desta tese corresponde à descrição do estudo empírico. Os capítulos que a integram serão dedicados à apresentação dos resultados obtidos com a aplicação empírica da metodologia apresentada no capítulo 4. Como referido na secção anterior, o estudo empírico utiliza duas abordagens complementares, refletidas em cinco capítulos distintos:

- capítulo 5, onde se analisam analisados os padrões de consumo turístico das famílias portuguesas, particularizando as famílias de baixos rendimentos, e a diferenciação nesses padrões de consumo de acordo com as características das famílias;
- capítulo 6, onde se apresentam e discutem os resultados em termos de diferenças de constrangimentos ao turismo em família e, também, de efeitos do turismo em família, entre famílias com diferentes características socioeconómicas;
- capítulo 7, onde se apresentam e discutem os resultados acerca dos determinantes dos efeitos do turismo em família;
- capítulo 8, onde se analisam os resultados do estudo qualitativo que permitiu conhecer as práticas turísticas (passadas e atuais) das famílias economicamente carenciadas, e avaliar os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da participação turística destas famílias;
- capítulo 9, onde se apresentam e discutem os resultados em termos de interesse e participação em Programas de Turismo Social, analisando famílias com diferentes características socioeconómicas e práticas turísticas.

Na Parte IV, constituída pelo capítulo 10, são apresentadas as principais conclusões e implicações dos resultados obtidos, que permitem responder às questões de investigação. Neste capítulo discute-se ainda a importância desta investigação para a teoria e para a prática, apresentam-se as principais limitações subjacentes a este estudo e apresentam-se algumas orientações para investigações futuras.

Capítulo 2 – Turismo em família: efeitos e constrangimentos

2.1. Introdução*

O turismo oferece oportunidades para explorar novos ambientes e para participar em novas situações, que podem originar vários efeitos nos turistas. Em família, essa experiência transformadora tende a aumentar o sentimento de pertença e de identificação entre os seus elementos, contribuindo para uma visão partilhada do mundo e das novas experiências vividas. Apesar de existir um reconhecimento generalizado relativamente a alguns dos efeitos gerais que o turismo pode ter para os seus praticantes, os estudos sobre impactes sociais do turismo, geralmente são definidos e abordados pela perspetiva dos efeitos que têm na população residente nos destinos turísticos (Mathieson & Wall, 1990), existindo menos estudos sobre as consequências da prática turística para os indivíduos (Alexander *et al.*, 2010) e existindo muito menos estudos que analisam os efeitos do turismo em família, para os indivíduos e para a família (Minnaert *et al.*, 2009). No entanto, desde a década de 90, surgiram alguns estudos que destacam a importância da prática turística, em geral, para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (por exemplo, Alexander *et al.*, 2010; Chon, 1999; D.C.M.S., 1999; D.C.M.S., 2008; Deem, 1996; EESC, 2006; E.T.B., 1976; Hall & Brown, 2006; Hughes, Packer & Ballantyne, 2011; Hughes, 2013; Letho *et al.*, 2009; Minnaert *et al.*, 2009; Mitchell, 1998; Richards, 1999 e Smith & Hughes, 1999). Os autores desses estudos consideram que o turismo deveria ser acessível a todos os que o quisessem praticar.

Apesar de ser considerado um direito básico do ser humano e de serem inúmeros os benefícios reconhecidos para o indivíduo que o pratica, o turismo não é um produto acessível a todos os elementos da sociedade. A máxima muitas vezes referida, “Turismo para todos”, está longe de ser uma realidade, uma vez que existem diversos tipos de constrangimentos à prática turística, de entre os quais o baixo nível de rendimento sobressai como um dos mais impeditivos. Os fatores que determinam o tipo de prática turística em que um indivíduo participa, desde características do próprio indivíduo às características da viagem, vão determinar em larga medida o tipo de efeitos que retirarão dessa prática (Alexander *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009). Características como a personalidade, a motivação, a idade, o estilo de vida, a cultura dos indivíduos, a duração da viagem, o tipo de serviços escolhidos (desde o alojamento, restauração, transportes, a serviços culturais e recreativos), as despesas efetuadas, o grupo de viagem e as fontes de informação utilizadas, são algumas variáveis que permitem caracterizar determinada prática turística.

Existem já diversos estudos que abordam, quer os fatores que facilitam e inibem os indivíduos de participar na atividade turística (Um & Crompton, 1992), quer os fatores que condicionam o comportamento dos indivíduos no planeamento e durante essas práticas, quer as características da sua experiência (Decrop, 2000; Eusébio, 2006; Kastenholz, Carneiro, Marques, & Lima, 2012; Martin, 2010; Moutinho, 2000; Plog,

* O presente capítulo integra algum conteúdo já publicado, no âmbito da presente tese, numa revista internacional: Lima, J., Eusébio, M. C., & Amorim Varum, C. (2012). Effects of holidays on tourists: a review and directions for future research. *RT&D/ Journal of Tourism and Development*, 17/18, 265-277. ISSN: 1645.9261.

1994; Wang, Rompf, Severt, & Peerapatdit, 2006). Porém, não se identificaram estudos que categorizassem especificamente os constrangimentos existentes ao turismo em família.

Este capítulo pretende explorar teoricamente os fatores que influenciam as práticas turísticas das famílias, bem como os seus efeitos para os indivíduos e famílias que as praticam. Assim, começa-se por refletir sobre a família enquanto grupo social e segmento turístico importante. De seguida, apresenta-se uma sistematização da literatura sobre as consequências da prática turística, para o indivíduo e para a família. Por fim, apresenta-se, ainda, uma síntese dos fatores que podem influenciar a prática turística, aprofundando a análise dos constrangimentos financeiros.

2.2. Família – Importante grupo social e segmento turístico

A família constitui um grupo social estruturante da sociedade por ser um espaço de construção pessoal e social do indivíduo (Agate, Zabriskie, & Eggett, 2007; Alarcão & Relvas, 2002; Howard, 2012), onde as dimensões do desenvolvimento moral, emocional, relacional e comunicacional se fundem.

Em Portugal, o reconhecimento da família como elemento fundamental da sociedade está consignado na Lei Fundamental, nos números 1 e 2, do artigo 67º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (Lei Constitucional nº 1/2005): “A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros” cabendo ao Estado, entre outras funções, promover “a independência social e económica dos agregados familiares”.

Esta característica da família como grupo estruturante da sociedade mantém-se nas diferentes tipologias que a família tem vindo a adquirir. As tendências demográficas das últimas décadas, como o aumento das uniões de facto e do divórcio, o aumento da esperança média de vida e o adiamento da parentalidade, têm facilitado o aparecimento e crescimento de novas formas de viver em família (INE, 2013a). Em 2011, 59% das famílias portuguesas eram compostas por um casal, sendo a estrutura familiar predominante a de “casal com filhos” (35,2%). Outra tendência que se verifica em Portugal é o aumento do peso das famílias monoparentais no total de famílias, peso que, em 2011, ultrapassou o das famílias complexas, em resultado sobretudo do aumento dos divórcios e separações (INE, 2013a).

Apesar destas grandes mudanças verificadas na sociedade moderna, os diferentes tipos de família continuam a ser entidades dinâmicas, com a sua própria identidade, compostas por membros unidos por laços biológicos e/ou emocionais, que convivem durante um determinado período de tempo, durante o qual constroem uma história de vida que é única e irreplicável (Agate *et al.*, 2007; Alarcão & Relvas, 2002). A família continua a ser um agente fundamental para as sociedades e economias, por condicionar as perceções e comportamentos dos indivíduos – por ser a grande referência na construção da identidade e no

desenvolvimento dos indivíduos (Agate *et al.*, 2007; Alarcão & Relvas, 2002; Howard, 2012). Weissbourd (2010) salienta que a comunicação entre todos os membros da família é importante, mas torna-se ainda mais relevante na relação pais-filho(s) uma vez que os pais exercem a influência principal na vida moral dos filhos. A família é, deste modo, o espaço por excelência para a construção e para aprendizagens de interação e comunicação, onde as emoções e afetos, positivos ou negativos, vão contribuindo para sermos quem somos e para o sentimento de pertença a uma determinada família (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

Na “sociedade de consumo” em que vivemos, a família tem vindo a ser observada também nessa perspetiva – o marketing começou a olhar a família como uma importante unidade social do comportamento do consumidor desde o final dos anos 50/60 (Wolgast, 1958). A família, nesta área, é considerada, essencialmente, como uma unidade de consumo e de tomada de decisão, sendo os temas dominantes na literatura as motivações de viagem, os papéis na tomada de decisão e a satisfação (Schanzel, Smith & Weaver, 2005). No entanto, Gram (2005), Obrador (2012) e Small (2008) salientam que, apesar de as famílias formarem a base de consumidores de muitos serviços/produtos turísticos, a investigação em turismo raramente tem considerado as férias das famílias (pais e filhos).

Obrador (2012) acrescenta que apesar de o turismo ser uma atividade de grupo, por excelência, na literatura figuram, acima de tudo, as teorias acerca da experiência turística que enfatizam um objeto de estudo (turista) solitário e desprendido, sem família, amigos ou crianças. O mesmo autor refere que a família (pais e filhos), na área do turismo, tem sido apenas estudada em três áreas:

- (i) áreas ligadas ao processo de tomada de decisão, incluindo aí o papel das crianças;
- (ii) áreas que estudam as férias das crianças e o significado da família, em estudos sobre a evolução histórica do turismo em massa;
- (iii) áreas que pretendem analisar as fotografias tiradas durante as férias em família.

Gram (2005), Obrador (2012) e Schanzel, Yeoman e Backer, (2012) salientam a necessidade de se estudar em maior profundidade a família, enquanto segmento de procura turística de dimensão muito relevante e complexidade significativa, de forma a aumentar o conhecimento acerca deste tipo particular e significativo de experiência turística.

A tarefa de estudar a família enquanto segmento turístico parece ser complexa na medida em que a própria definição de família não é universal, sendo mais dispersa ainda quando consideramos a literatura na área do lazer e turismo em família (Schanzel *et al.*, 2012). No entanto, os conceitos de interação próxima e relação entre os seus elementos estão presentes nas diferentes definições que essa literatura apresenta (Schanzel *et al.*, 2012). Schanzel *et al.* (2012) salientam, ainda, a dinâmica tridimensional que deve ser entendida quando se estuda a família enquanto segmento turístico: a família é um grupo social que integra dinâmicas entre géneros, entre gerações e entre um grupo de pessoas. A complexidade do estudo do turismo em família acresce, ainda, se considerarmos as alterações sociais anteriormente referidas que

alteram não só os tipos de famílias existentes, mas também o conceito de férias em família e as suas dinâmicas (por exemplo, as famílias monoparentais, em que os filhos fazem férias separadas só com o pai ou só com a mãe).

A confirmar a importância dos contributos para a família da prática de atividades de lazer, como é o turismo, diversos estudos na área do lazer concluíram existir efeitos muito positivos para a família (satisfação, funcionamento e estabilidade familiar) em consequência da prática de atividades de lazer em família (Agate *et al.*, 2007; Huff, Widmer, McCoy, & Hill, 2003; Zabriskie & McCormick, 2003). Shaw, Havitz e Delemere (2008) e Noy (2004) consideram que as viagens em família constituem importantes experiências partilhadas, que se transformam em memórias familiares. Obrador (2012) afirma que, ao permitir a mobilização espacial dos sentimentos acolhedores de “estar em casa”, as férias em família facilitam “relações autênticas”. Estas relações autênticas são despertadas em consequência da vivência intensa de ligações naturais, genuínas e emocionais, que, por sua vez, despertam um relacionamento familiar verdadeiramente íntimo (Wang, 1999). Haldrup e Larsen (2003) acrescentam que as férias em família apoiam e estabilizam as relações familiares, que de outra forma poderiam até vir a ser precárias.

Sendo a família considerada como a base de qualquer estrutura ou organização social (Agate *et al.*, 2007), ela contribui decisivamente para a coesão social nas sociedades. Por sua vez, a coesão social assume elevada importância para a economia e sociedade. Já a exclusão social acarreta importantes impactos negativos, na medida em que induz a desvinculação social das pessoas e a marginalidade. Os direitos sociais, na sua expressão original, abrangiam direitos que vão desde “um nível módico de bem-estar e segurança até ao direito a partilhar plenamente o património social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade” (Marshall, 1963 cit. por Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007: 89), direitos esses reconhecidos constitucionalmente em Portugal, em diversas áreas de que o direito ao ambiente e qualidade de vida é um exemplo (artº 66º, CRP).

Com base na revisão de literatura efetuada e considerando a diversidade de definições de família que essa revisão reflete, nesta tese considera-se família como o grupo constituído pelos pais/ responsáveis legais e filhos/ crianças a seu cuidado, por se considerar ser a definição que permite uma melhor operacionalização do conceito no estudo empírico.

Apoiados no conhecimento que a investigação constrói e perante a dimensão atual dos fenómenos de exclusão social, urge encontrar mecanismos que despertem nos indivíduos e famílias excluídas processos de estímulo de comportamentos que rompam o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social, particularmente, em Portugal. Esse objetivo começa a ser explorado nas secções que se seguem, onde se procuram compreender os efeitos do turismo para os indivíduos e os constrangimentos enfrentados pelos indivíduos para participarem nessa atividade, a fim de se perspetivarem intervenções que possam conduzir à inovação social nesta área.

2.3. Efeitos das Práticas Turísticas

O turismo é uma das atividades económicas de maior importância a nível internacional e nacional. Dados do World Travel & Tourism Council – WTTC (2014a) revelam que o turismo contribuiu, em 2013, de forma direta, indireta e induzida, para 9,5% do PIB mundial e para 8,9% do emprego mundial. Em Portugal, essa importância é ainda mais acentuada, verificando-se que em 2013 o turismo contribuiu de forma direta, indireta e induzida, para 15,6% do PIB nacional e para 18,2% do emprego nacional (WTTC, 2014b). Estes indicadores permitem evidenciar que alguns estudos têm sido desenvolvidos no sentido de averiguar o impacto económico do turismo para as regiões. Porém, este tipo de efeitos do turismo não é o único tipo de impactos do turismo para as regiões e sociedades.

Mathieson e Wall (1990) dividem os impactos do turismo em três categorias: impactos físicos, impactos sociais e impactos económicos. Por sua vez, estes impactos podem subdividir-se, ainda, em três categorias, de acordo com o seu beneficiário: (i) efeitos para o indivíduo; (ii) efeitos para as regiões de origem; e (iii) efeitos para as regiões de destino dos visitantes, conforme ilustra a Figura 2.1.



Figura 2. 1 - Benefícios da prática turística, de acordo com o beneficiário

Fonte: Elaborado com base em Alexander *et al.* (2010); Cooper, Fletcher, Gilbert, e Wanhill (2005); EESC (2006); Gilbert e Abdullah (2004); INATEL (2009a, b); Mathieson e Wall (1990); Minnaert *et al.* (2009); Ryan (1997); Smith e Hughes (1999); Shaw e Coles (2004).

A temática dos impactes, ou efeitos, do turismo é abordada, maioritariamente, na perspetiva de impactes que a atividade turística pode trazer para os destinos e comunidades recetoras, tal como é referido nos estudos desenvolvidos por Eusébio (2006), Kadt (1979), Kim, Uysal e Sirgy (2013), Liu (1998), Mathieson e Wall (1990), McGehee e Andereck (2004), Sharpley e Telfer (2002) e Sharpley (2014).

No entanto, tal como Moscardo (2008) refere, qualquer análise completa da atividade turística deve considerar que o turismo tem impactes sobre o destino, sobre a sociedade - nas regiões de origem - e sobre os próprios turistas. Os impactes do turismo podem ser, então, também, avaliados na perspetiva dos efeitos que a prática turística provoca nos visitantes, sendo esta abordagem menos comum na literatura (Alexander *et al.*, 2010; Cooper *et al.*, 2005; Durko & Petrick, 2013; Gram, 2005; Mathieson & Wall, 1990).

O conceito de “efeito de demonstração” do turismo está já bastante estudado enquanto efeito do turismo nas comunidades recetoras (Kadt, 1979; Mathieson & Wall, 1990; McElroy & De Albuquerque, 1986; Yasothornsrikul & Bowen, 2015), sendo que Mathieson e Wall (1990: 142) definem mesmo este conceito aplicado ao turismo como sendo o efeito de cópia, por parte das comunidades recetoras, de comportamentos e padrões de consumo dos turistas. Porém, tal como refere Fisher (2004: 430), o “efeito de demonstração” apesar de geralmente, na área do turismo, se referir à cópia de comportamentos dos turistas por parte dos residentes num destino, pode verificar-se também nos turistas, ou seja, os turistas podem também copiar determinados comportamentos da comunidade recetora. A forma como o “efeito demonstração” pode ocorrer, alterando comportamentos nos visitantes e causando alterações nas regiões de origem desses visitantes, em consequência do contacto com outras culturas, hábitos e estilos de vida, é, ainda, relativamente pouco estudada.

Os efeitos concretos que o turismo tem para a sociedade, como um todo, estão patentes na influência que o turismo pode ter no aumento da tolerância e compreensão entre pessoas diferentes, especialmente quando nos referimos ao turismo internacional (Goeldner & Ritchie, 2009). No entanto, os governos de países mais desenvolvidos e com níveis de desenvolvimento humano superiores encorajam também o turismo doméstico como forma de familiarizar os seus cidadãos com outras partes do país, para além daquela onde residem, e reforçar o seu orgulho pela sua cultura e identidade (Goeldner & Ritchie, 2009). Por outro lado, o “efeito de demonstração” despertado pelo turismo (quer nos residentes, quer nos visitantes) irá também, inevitavelmente, afetar a evolução das culturas, pela repercussão que tem na sociedade (Goeldner & Ritchie, 2009).

Observa-se que na literatura na área do marketing turístico existem já alguns estudos que estão relacionados com os benefícios da prática de atividades turísticas (por exemplo, Huang & Sarigollu, 2008 e Pesonen, Laukkanen, & Komppula, 2011). No entanto, a maioria desses estudos está relacionada com os benefícios procurados, existindo um número muito limitado de estudos referente aos benefícios obtidos (Alexander *et al.*, 2010).

Os efeitos do turismo para os visitantes podem, ainda, ser avaliados na perspectiva do indivíduo ou do grupo de viagem. Nesta investigação optou-se por analisar esses efeitos do turismo separadamente (Figura 2.2). Esta opção baseia-se no facto de se considerar que, embora muitas das dimensões estudadas no grupo “indivíduos” se aplicaria a outras unidades de análise, quando o grupo de viagem é uma família - um grupo de indivíduos que partilham a experiência juntos (Gram, 2005) - os efeitos dessa experiência vão afetar os participantes, tanto enquanto indivíduos, como enquanto família. O reconhecimento por Gram (2005) e Letho *et al.* (2009) da existência de uma lacuna na literatura acerca dos efeitos do turismo em família, sobre a própria família, também aumentou o interesse em analisar este tema separadamente.

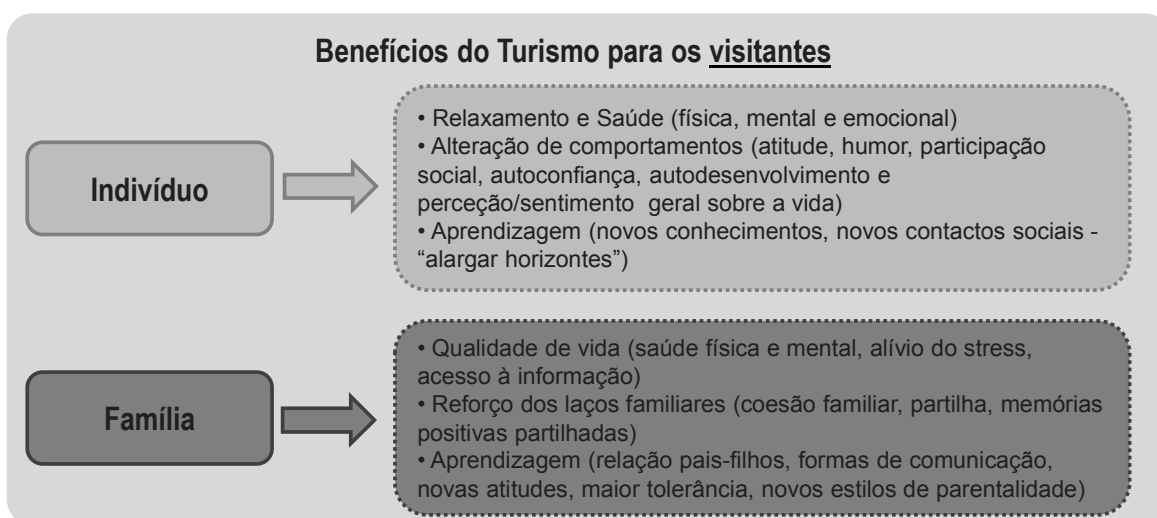


Figura 2. 2 – Benefícios do turismo para os seus praticantes

Fonte: Elaborado com base em Cooper *et al.*, (2005); EESC (2006); Hazel (2005); INATEL (2009a, b); Minnaert *et al.* (2009); Smith e Hughes (1999).

A importância das férias e de viajar no bem-estar humano tem sido formalmente reconhecida desde 1948, com o reconhecimento, pela ONU, das férias como direito humano básico, importância essa reiterada pelos governos que ao longo dos anos foram reconhecendo o direito a férias pagas (Hall & Brown, 2006). Tal como afirma Richards (1999), as férias atenuam dois constrangimentos da vida quotidiana – a percepção de tempo e a circunscrição a um determinado lugar – criando condições para os indivíduos se sentirem mais livres e se empenharem na sua realização pessoal e social. “O turismo promove a fuga ao quotidiano, possibilita a busca do diferente e proporciona o encontro com outros ambientes, estilos de vida e universos culturais” (Fernandes, 2002: 24) e possibilita o acesso a mais fontes de informação, implicando, geralmente um maior nível de participação social (Goeldner & Ritchie, 2009). Hall e Brown (2006) citam Saadawi (1991) para salientar que o aspeto mais importante de viajar é a capacidade do ser humano para aprender mais sobre si próprio através do contacto com outros.

Os estudos conduzidos por Alexander *et al.* (2010), Chon (1999), D.C.M.S. (1999), D.C.M.S. (2008), Deem (1996), EESC (2006), E.T.B. (1976), Fernandes (2002), FHA (s/d), Gilbert e Abdulah (2004), Hughes, Packer e Ballantyne (2011), Hughes (2013), Letho *et al.* (2009), Mannell e Iso-Ahola (1987), McCabe *et al.* (2010), Minnaert (2006), Minnaert *et al.* (2009), Mitchell (1998), Neal, Sirgy e Uysal (1999), Nuffield Health (2013), Richards (1999) e Smith e Hughes (1999), são exemplos de estudos que adotam a perspetiva dos efeitos da prática turística, em geral, para os visitantes. Estes estudos concluem que o acesso a férias fora do local habitual de residência contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, para o bem-estar físico e psicológico e para o alívio das pressões quotidianas.

O turismo promove oportunidades para esquecer o dia-a-dia, para expandir conhecimentos sobre outros ambientes, estilos de vida e culturas. O turismo também permite acesso a mais fontes de informação, criando condições para um nível elevado de participação social. Os visitantes enfrentam problemas para os quais têm de encontrar uma solução, se querem que a viagem seja agradável e gratificante. Assim, terão de gerir as suas interações sociais e os seus recursos temporais e financeiros em situações muito distintas das que vivem em casa. Contudo, nem todas as experiências turísticas conduzem a resultados iguais.

Diferentes experiências turísticas estão associadas a diferentes graus de contacto com as novas culturas – umas podem implicar imergir num contacto mais profundo com os modos de vida locais e outras implicam apenas um contacto mais superficial, como o que se obtém, geralmente, quando se recorre a viagens organizadas. Independentemente do grau de participação local, Goeldner e Ritchie (2009) referem que as experiências turísticas têm um efeito profundo sobre os indivíduos, bem como na sociedade, porque essas experiências, muitas vezes, estão entre as memórias mais marcantes da vida das pessoas.

Na área da saúde surgem já alguns estudos que salientam que o turismo poderá ter um impacto positivo na saúde dos seus participantes. Hall e Brown (2006) referem que 95% dos médicos britânicos recomendam férias aos seus pacientes como alternativa à medicação. Outro estudo, mais recente, levado a cabo pela Nuffield Health (2013) comparou uma série de testes clínicos e psicoterapêuticos (tensão arterial, capacidade para recuperar do stress, qualidade do sono e saúde emocional) em dois grupos de indivíduos (12 indivíduos no total): os que foram de férias durante duas semanas para ambientes diferentes dos seus ambientes habituais e os que ficaram de férias em casa. Este estudo concluiu que as férias fora do ambiente habitual dos indivíduos diminuem os seus níveis de stress, a resistência ao stress, a qualidade do sono, tendo através dessa via, impactes importantes na saúde física e mental dos indivíduos, desde melhoria dos níveis da tensão arterial, dos níveis de açúcar no sangue, do peso e dos níveis de energia e humor.

O mesmo estudo da Nuffield Health (2013) perguntou ainda a 2.845 adultos residentes no Reino Unido, em 2012, como é que as férias fora de casa poderiam ajudar a aliviar os efeitos que a vida quotidiana tem sobre o seu bem-estar mental e físico. Os britânicos entrevistados revelaram que as férias fora de casa melhoravam as suas vidas de quatro formas principais: (i) permitem sair da rotina; (ii) originam oportunidades

para reforçar os laços emocionais com os entes queridos; (iii) contribuem para o desenvolvimento de uma nova perspectiva sobre a vida; e (iv) permitem relaxar e “recarregar as baterias”. Destes entrevistados, 32% afirmam ainda que cada libra gasta em férias fora do seu local de residência tem duas a quatro vezes mais valor, em termos de bem-estar, enquanto 21% e 27% desses entrevistados afirmam que cada libra gasta em férias fora do seu local de residência equivale, respetivamente, cinco a sete e oito a dez vezes mais em termos de bem-estar.

Em termos culturais, Cooper *et al.* (2005) referem as alterações nos comportamentos a nível alimentar ocorridas na população do Reino Unido durante os anos 60/70, em consequência do crescimento das viagens de ingleses a Espanha – os ingleses passaram a demonstrar maior preferência e maior consumo de alimentos/ pratos mais utilizados na gastronomia espanhola. Os mesmos autores afirmam que os impactes socioculturais do turismo para os visitantes são evidentes e podem fazer-se notar através de alterações em diversos aspetos da vida do visitante, desde o estilo de vestuário utilizado, aos gostos e hábitos gastronómicos, ao estilo geral de vida e às atitudes/comportamentos, podendo comparar-se a um “efeito de demonstração inverso”. Reisinger e Turner (2003) referem que as interações sociais provocadas pelo turismo dividem-se em quatro tipos: turista/residente; turista/turista; turista/potencial turista; e turista/prestadores de serviços. Considerando este tipo de interações torna-se mais clara a possibilidade que a prática turística contribui para que os seus praticantes aumentem o seu grau de socialização com diferentes agentes da sociedade.

Nesta tese, optou-se por explorar os impactes do turismo em família na perspectiva dos efeitos que a prática turística provoca nos visitantes (indivíduos e família), por ser uma abordagem ainda relativamente pouco estudada, e por esse motivo suscitar maior interesse, e por serem expectáveis resultados complementares que contribuam para uma compreensão mais esclarecedora do fenómeno turístico.

Assim, começou-se por procurar-se estudos, com componente empírica, que analisassem os efeitos do turismo para os seus praticantes, etapa que se considera essencial para desenvolver investigação nesta área. Uma conclusão que se pode retirar a partir da revisão de literatura sobre esta temática é a de que estes efeitos do turismo têm sido analisados utilizando duas principais unidades de análise: os efeitos do turismo nos indivíduos e os efeitos do turismo na família (Tabela 2.1).

Tabela 2. 1 - Estudos científicos empíricos sobre os efeitos do turismo nos participantes

Unidade de análise	Estudos empíricos
Indivíduo	Anastasopoulos, 1992; Alexander <i>et al.</i> , 2010; Backer & Schanzel, 2012; Bellis, Hughes, Dillon, Copeland, & Gates, 2007; Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Gilbert & Abdullah, 2004; Lee & Moscardo, 2005; Lee & Jeong, 2009; Michalkó, Kiss, Kovács, & Sulyok, 2009; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009; Neal <i>et al.</i> , 1999; Pizam, Uriely, & Reichel, 2000; Quinn & Stacey, 2010; Smith & Hughes, 1999.
Família	Gram, 2005; Lehto <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Minnaert, 2012; Smith & Hughes, 1999.

Existem, assim, alguns estudos empíricos publicados sobre esta temática, cuja importância para este estudo determinou um tratamento diferenciado. Assim, nas secções que se seguem, procurou-se sistematizar a literatura, com componente empírica, publicada nas últimas décadas sobre efeitos do turismo para os seus praticantes.

2.3.1. Efeitos nos indivíduos

Vários estudos foram realizados, a partir da década de 90, com intuito de analisar os efeitos que a prática turística tem nos visitantes (Tabela 2.1). Nesta secção, proceder-se-á a uma sistematização da literatura com o objetivo de identificar os principais resultados e comparar as metodologias utilizadas e as dimensões mais frequentemente incluídas neste tipo de estudo (Tabela 2.1). Estes estudos revelam que o acesso a férias fora do local de residência habitual, com todas as oportunidades que traz associadas para facilitar novas experiências, tem efeitos sobre os indivíduos (Tabela 2.1).

Além disso, é importante mencionar que alguns estudos que analisam as famílias, geralmente concluem que o turismo em família afeta não só a família como um todo (ver secção 2.3.2), mas também os seus elementos, individualmente (Smith & Hughes, 1999, McCabe *et al.*, 2010 e Minnaert *et al.*, 2009). A Tabela 2.2 sistematiza os principais efeitos do turismo sobre os indivíduos que foram identificados com base na literatura e que, devido à sua natureza foram agrupados, nesta tese, em 4 grandes dimensões, de acordo com o tipo de dimensões da vida dos turistas que foram afetados: relaxamento e saúde, alteração de comportamentos, aprendizagem em novas situações e melhoria das condições económicas/ atividade profissional.

Em cada dimensão foram identificados efeitos particulares. A dimensão de relaxamento e saúde inclui efeitos sobre as seguintes áreas: nível de stress dos turistas; queixas físicas e doenças (a redução na medicação, etc.); bem-estar; e exposição a riscos (situações com um aumento do nível de perigo, como atividades radicais, etc.).

A dimensão alteração de comportamentos está associada à mudança de atitude, humor, a participação social, as redes e contactos sociais (com amigos e familiares ou com pessoas novas), comportamentos de risco (consumo de álcool e drogas, etc.), percepção sobre a satisfação com a vida em geral, efeitos relacionados com alterações no autodesenvolvimento dos indivíduos, na sua felicidade e sentimentos positivos e na sua autoconfiança.

Aprendizagem em novas situações é uma dimensão relacionada com a alteração de comportamentos, na medida em que muitas vezes é o veículo para essa alteração e pode ter a ver com o aumento do conhecimento em geral e com o aumento da rede de contactos.

A dimensão melhoria das condições económicas/ atividade profissional, respeita a novas oportunidades (oportunidades de trabalho no destino, ideias de negócio, em consequência do contato com novos ambientes e/ou com outras pessoas, etc.) e efeitos das despesas relacionadas com as férias fora de casa no orçamento familiar.

Tabela 2. 2 – Efeitos do turismo nos indivíduos

Dimensão	Efeito	Sinal do efeito	Estudos empíricos
Relaxamento e Saúde	Stress	Diminuição	Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009
		Aumento	Backer & Schanzel, 2012; Strauss-Blasche <i>et al.</i> , 2002
		Sem influência	Strauss-Blasche <i>et al.</i> , 2002
	Queixas/ doenças físicas	Diminuição	McCabe <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Smith & Hughes, 1999
		Sem influência	Strauss-Blasche <i>et al.</i> , 2002
	Bem-estar	Aumento	Gilbert & Abdullah, 2004; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Smith & Hughes, 1999
Alteração de comportamentos	Exposição ao risco	Aumento	Moscardo, 2009
	Mudança de atitude	Positivo	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Lee & Moscardo, 2005; Moscardo, 2009; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Quinn & Stacey, 2010
		Negativo	Anastasopoulos, 1992; Moscardo, 2009
	Humor	D.E.	Alexander <i>et al.</i> , 2010
		Melhoria	Quinn & Stacey, 2010
		Deterioração	Strauss-Blasche <i>et al.</i> , 2002
	Participação Social	Aumento	Michalkó <i>et al.</i> , 2009; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009; Quinn & Stacey, 2010
		Diminuição	Moscardo, 2009
	Comportamentos de risco	Aumento	Bellis <i>et al.</i> , 2007
	Satisfação com a vida em geral	Aumento	Gilbert & Abdullah, 2004; Michalkó <i>et al.</i> , 2009; Neal <i>et al.</i> , 1999
	Autodesenvolvimento	Aumento	Moscardo, 2009; Quinn & Stacey, 2010
	Sentimentos agradáveis/ Felicidade	Aumento	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Gilbert & Abdullah, 2004; Michalkó <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009
		Aumento	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Moscardo, 2009; Quinn & Stacey, 2010
		Diminuição	Moscardo, 2009
Aprendizagem	Autoconfiança	D.E.	Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009
		Aumento	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009; Quinn & Stacey, 2010
		Aumento	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009; Pizam <i>et al.</i> , 2000; Quinn & Stacey, 2010
Melhoria das condições económicas/ atividade profissional	Novas oportunidades	Aumento	Moscardo, 2009
	Orçamento familiar	Diminuição	Moscardo, 2009; Smith & Hughes, 1999

Legenda: D.E. – Depende da experiência

(i) Efeitos positivos

A confirmar os efeitos teoricamente reconhecidos, descritos na Tabela 2.2., a maioria dos estudos empíricos revistos relatam efeitos positivos do turismo sobre os indivíduos. A redução do stress (especialmente em consequência do descanso e recuperação do trabalho, alívio das pressões diárias), a mudança de comportamentos e atitudes (promoção da tolerância e da compreensão), em consequência da

aprendizagem em novas situações (por exemplo, contacto com outras culturas) e a oportunidade de aumentar a participação social (promoção da cidadania e contactos sociais), promovem o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, bem como a sua saúde física e mental, e, todos esses efeitos conjugados resultam numa melhoria do bem-estar e aumento da satisfação com a vida em geral (Gilbert & Abdullah, 2004; McCabe *et al.*, 2010; Michalkó *et al.*, 2009; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Moscardo, 2009; Neal *et al.*, 1999; Smith & Hughes, 1999) (Figura 2.3).



Figura 2. 3 – Relação entre efeitos individuais do turismo

Fonte: Elaborado com base em Gilbert e Abdullah (2004); McCabe *et al.* (2010); Michalkó *et al.* (2009); Minnaert (2006); Minnaert *et al.* (2009); Moscardo (2009); Neal *et al.* (1999); Smith e Hughes (1999).

Tal como foi referido, Hall e Brown (2006) e Alexander *et al.* (2010) defendem que um dos aspetos mais importantes do turismo é o de que os indivíduos têm a oportunidade de aprender mais sobre si mesmos e aumentar o seu conhecimento em geral, através do contacto com outras pessoas, comunidades e realidades. Surpreendentemente, o efeito “aprendizagem” é um dos menos abordados na literatura analisada (Tabela 2.2). Sobre este efeito Mitchell (1998) salientou que, apesar de pouco abordada, a aprendizagem através do turismo é um efeito importante da prática turística nos indivíduos e é, muitas vezes, a motivação para a realização da viagem (Jolibert & Baumgartner, 1997; Park & Yoon, 2009). As emoções ajudam a despertar curiosidade e criar memórias mais profundas que podem levar a uma maior concentração e vontade de aprender (Ballantyne, Packer, & Sutherland, 2011). Como mencionado anteriormente, o turismo oferece oportunidades para explorar novos ambientes e participar em novas atividades, com novas pessoas e novas situações, que podem induzir emoções fortes. Estas oportunidades podem fornecer “ferramentas” essenciais de que os indivíduos precisam para despoletar um processo de aprendizagem.

Mitchell (1998) afirma que, apesar de ser pouco abordada, a temática da aprendizagem turística é um tema importante, constituindo muitas vezes motivação suficiente para viajar. Atualmente, num contexto de mudança constante e construção contínua de novo conhecimento, a capacidade de aprendizagem dos indivíduos é um aspeto fundamental para a evolução das sociedades (Kolb, 1984; Tavares, 1996). Neste domínio, a literatura sobre aprendizagem descreve várias teorias que explicam este fenómeno, das quais se destacam: a teoria racionalista/cognitiva, teoria comportamental e teoria de aprendizagem pela experiência.

A teoria racionalista/cognitiva argumenta que a aquisição, memorização e evocação de símbolos abstratos constituem o cerne da aprendizagem (Kolb, 1984), isto é, a aprendizagem ocorre a partir de *insights* (percepções, crenças e atitudes) e da compreensão das relações lógicas entre causa e efeito. A teoria comportamental, por sua vez, nega por completo qualquer papel da experiência, consciente ou subjetiva, no processo de aprendizagem (Kolb, 1984). A teoria da aprendizagem pela experiência, por encarar a aprendizagem como processo de interação natural entre o binómio indivíduo-ambiente, destaca-se como a mais adequada para enquadrar a aprendizagem que ocorre através do turismo, que não seja o turismo educacional ou profissional.

A teoria da aprendizagem através da experiência tem origem nos trabalhos de Dewey, Lewin e Piaget (Kolb, 1984; Bear & Wilson, 2002). De acordo com estes autores, a aprendizagem é um processo que ocorre através da interação natural entre o indivíduo e o ambiente, cujo resultado são as experiências. Estas experiências e a observação e reflexão que se seguem geram uma permanente revisão dos conceitos apreendidos (Kolb, 1984; Bear & Wilson, 2002). Assim, a teoria da aprendizagem através da experiência define aprendizagem como o processo através do qual a experiência é transformada em conhecimento, sendo o conhecimento resultado da compreensão e transformação da experiência (Kolb, 1984: 38) e a aprendizagem é um processo e não um fim. Apresentando-se como um processo, a aprendizagem pela experiência é constituída pelas seguintes quatro etapas (Kolb, 1984; Kolb *et al.*, 2000) (Figura 2.4):

- (i) experiência concreta (contacta-se com o problema ou na tarefa - viagem, no caso do turismo);
- (ii) reflexão acerca do que se observou/viveu;
- (iii) análise/conceção abstrata do significado da experiência;
- (iv) avaliação da experiência.



Figura 2. 4 – Ciclo da aprendizagem através da experiência de acordo com Kolb (1984)

Fonte: Elaborado a partir de Kolb (1984)

A aprendizagem pela experiência tem vindo a ser apresentada como uma alternativa mais eficaz para promover processos de aprendizagem, não sendo, ainda, totalmente reconhecida como tal (Beard & Wilson, 2002). Beard e Wilson (2002) salientam a importância da experiência como veículo de perceção e reconhecimento do meio envolvente como um todo, ou seja, a aprendizagem pela experiência envolve a pessoa como um todo, através do despertar de um conjunto de pensamentos, emoções e atividades físicas, tornando-se mais efetiva que outros processos de aprendizagem.

Uma das possíveis formas de aprendizagem pela experiência é a aprendizagem que resulta de atividades de vida quotidiana, relacionadas com o trabalho, família e lazer, que pode ser feita de forma intencional ou não (aprendizagem não-formal ou aprendizagem informal) (Beard & Wilson, 2002; Mitchell, 1998). A aprendizagem não-formal corresponde a um conjunto de aprendizagens integradas em atividades planeadas que, apesar de não serem designadas por aprendizagem, contêm elementos importantes para o processo de aprendizagem (Colardyn & Bjornavold, 2004). Por outro lado, a aprendizagem informal não é estruturada em termos de objetivos, duração e/ou recursos de apoio e, na maioria dos casos, não é intencional por parte do indivíduo que irá fazer essa aprendizagem (Colardyn & Bjornavold, 2004).

O turismo é, reconhecidamente, uma atividade que promove o acesso à informação; é uma atividade que, quando planeada, pode fomentar uma forte ligação/cooperação entre os agentes públicos e privados de uma sociedade, promovendo a eficiência nessa mesma sociedade; e, por fim, é uma atividade que promove

a socialização, através da interação entre comunidades e visitantes, bem como entre os diferentes elementos que constituem o grupo de viagem, fomentando desta forma também processos de aprendizagem. Isto significa que o turismo, enquanto atividade de lazer e estimulante da vivência do intercâmbio cultural, do acesso a diferentes ideias e informações e do contacto com realidades e pessoas diferentes, poderá representar um ponto de partida para desenvolver processos de aprendizagem ativa nos indivíduos que o praticam. A aprendizagem que o turismo proporciona integra-se no conceito de aprendizagem pela experiência (Mitchell, 1998), podendo representar uma forma de aprendizagem não-formal e/ou informal.

Este efeito de aprendizagem pelo turismo constitui um efeito positivo do turismo que poderá despoletar importantes processos de alteração de comportamentos nos indivíduos (e famílias), sendo esta relação explorada em maior detalhe no capítulo 3, secção 3.4.

(ii) Efeitos negativos

Verificou-se que muito poucos estudos abordam os possíveis efeitos negativos do turismo, efeitos que se considera que não devem ser negligenciados numa investigação. Os estudos de Anastasopoulos (1992), Backer e Schanzel (2012), Bellis *et al.* (2007) e Moscardo (2009) são exceções importantes neste sentido. Por exemplo, Anastasopoulos (1992) identificou um aumento dos preconceitos dos visitantes relativamente aos residentes do destino, em consequência da prática turística, enquanto Moscardo (2009) destaca os potenciais efeitos negativos do turismo nos indivíduos, percebidos por alguns indivíduos que preferem não participar em atividades turísticas, como sendo os seguintes:

- (i) efeitos ao nível da saúde mental, relacionada com o stress com as exigências em termos de planeamento e realização da viagem, bem como a depressão pós-férias;
- (ii) elevado custo de oportunidade associado à alocação de recursos financeiros à prática turística;
- (iii) diminuição da autoconfiança, quando existem experiências de viagem desagradáveis ou os indivíduos consideram algumas experiências como demasiado desafiantes;
- (iv) quebra das redes sociais e perda do sentimento de pertença à sua comunidade de origem, uma vez que se ausentam do local de residência.

2.3.2. Efeitos na família

A emoção da preparação, a expectativa e a experiência real de férias em família são vistas como ocasiões memoráveis da vida familiar (Backer & Schanzel, 2012; Goeldner & Ritchie, 2009). No entanto, e apesar de as famílias com crianças serem um dos maiores e mais estáveis segmentos da procura turística (Yeoman & Schanzel, 2012), não existem ainda muitos estudos que analisem as férias em família em detalhe

(Carr, 2011; Obrador, 2012; Yeoman & Schanzel, 2012). Como Gram (2005: 6) afirma, “a família é uma unidade de indivíduos que procuram experiências juntos” e uma parte significativa das experiências turísticas ocorre em família.

Assim, apesar do número crescente de estudos que analisam os efeitos decorrentes da prática turística para os indivíduos, poucos são aqueles que se têm debruçado sobre os efeitos do turismo para as famílias (Hazel, 2005; Gram, 2005; Schanzel *et al.*, 2005). Pode-se argumentar que muitas das dimensões estudadas no grupo “indivíduos”, mais amplo, se aplicariam a outras unidades de análise. Deste modo, estes estudos mais amplos ajudam a enquadrar teoricamente estudos sobre tipos de participantes específicos, famílias ou outros grupos, mas não substitui estudos específicos. Acresce, ainda, que muitos dos efeitos do turismo nos indivíduos identificados na secção anterior, apesar de serem individuais, repercutem-se na família - por exemplo, a aprendizagem aparece enquanto efeito individual mas a aprendizagem individual vai refletir-se também na relação entre os elementos da família (Minnaert *et al.*, 2009). No entanto, como refere Alarcão e Relvas (2002), a família integra uma rede de emoções e relações que não devem ser analisadas apenas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados, reconhecendo-se, assim, a utilidade e necessidade de estudos que analisem os efeitos do turismo em família, quer para o indivíduo, quer para a família.

O primeiro estudo empírico sobre os efeitos do turismo na família, identificado na nossa análise, é a notável contribuição de Smith e Hughes (1999). Mais seis anos passaram até que um novo estudo foi publicado sobre esta temática. Salienta-se a publicação, em 2012, do livro “*Family Tourism: multidisciplinary perspectives*”, editado por Schanzel, Yeoman e Backer, que compila pela primeira vez um conjunto de estudos sobre o turismo em família a nível internacional. Apesar de não ser um livro específico sobre os efeitos do turismo para as famílias, é um livro que fornece uma discussão abrangente sobre o turismo em família, onde os efeitos deste tipo de turismo são discutidos no âmbito do trabalho de Minnaert (2012a) e de Backer e Schanzel (2012). Assim, a investigação existente identifica uma série de efeitos positivos e negativos do turismo para as famílias, mas são necessários estudos adicionais que permitam entender melhor estes efeitos.

A Tabela 2.3 sistematiza os principais efeitos do turismo nas famílias, enquanto um grupo de indivíduos que partilham a experiência turística, identificados nos estudos empíricos publicados. À semelhança do procedimento para agrupar os efeitos individuais, estes efeitos foram agrupados por tipo de dimensões da vida das famílias em que esses efeitos se farão notar: Qualidade de Vida, aprendizagem a partir da socialização e reforço dos laços familiares. À semelhança do que aconteceu na secção anterior, em cada dimensão foram identificados efeitos particulares.

Concretamente, a dimensão Qualidade de Vida inclui efeitos ao nível do stress das famílias (associado à quebra de rotinas stressantes, liberdade de expressar e receber opiniões e “problemas práticos”

- efeito particularmente detetado em famílias com inexperiência em viagens, que sentiram um aumento do nível de stress em consequência de alguns problemas, como a inadequação das roupas ao destino visitado), acesso à informação, benefícios em termos de saúde física e mental e situação financeira agravada, em alguns casos de famílias economicamente carenciadas.

A dimensão aprendizagem a partir da socialização está associada aos seguintes efeitos: relação com as crianças (estar com as crianças e prazer/alegria/satisfação recebida pelos pais através das crianças); mudança de atitude dos elementos da família (*coping* através de boas lembranças); aumento da tolerância/compreensão e da comunicação entre os membros da família; mudanças nos estilos de parentalidade, como consequência da reprodução do tempo que os elementos da família partilharam e novas formas de comunicar com as crianças, descobertas durante as férias em família; e um aumento das expectativas em relação ao futuro (especialmente para famílias com problemas sociais e económicos, que lidam com a incerteza e falta de continuidade de programas de férias no âmbito do turismo social).

Por fim, o reforço dos laços familiares é uma dimensão relacionada com reforço da partilha/união (partilha de momentos juntos e de mais momentos bons em família); criar memórias boas, em consequência de passar tempo de qualidade em família; e reforço dos laços familiares/ligação emocional entre membros da família (coesão familiar e fortalecimento do relacionamento da família).

Tabela 2. 3 – Efeitos do turismo nas famílias

Dimensão	Efeito	Sinal do efeito	Estudos empíricos
Qualidade de vida	Stress	Diminuição	Letho <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Smith & Hughes, 1999
		Aumento	Minnaert, 2012; Smith & Hughes, 1999
	Acesso à informação*	Aumento	McCabe <i>et al.</i> , 2010
	Saúde (mental e física)	Melhoria	McCabe <i>et al.</i> , 2010
	Situação financeira*	Deterioração	Smith & Hughes, 1999
Aprendizagem a partir da socialização	Relação com as crianças	Melhoria	Gram, 2005; Minnaert, 2006, 2012; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Smith & Hughes, 1999
	Aprendizagem de novos estilos de parentalidade*	Melhoria	Minnaert, 2006, 2012; Minnaert <i>et al.</i> , 2009
	Atitude*	Positivo	McCabe <i>et al.</i> , 2010; Smith & Hughes, 1999
	Tolerância/ Compreensão	Aumento	Letho <i>et al.</i> , 2009; Minnaert, 2006; Smith & Hughes, 1999
	Comunicação	Aumento	Letho <i>et al.</i> , 2009; Minnaert, 2012
	Expectativas*	Aumento	Smith & Hughes, 1999
	Ligação emocional (coesão familiar)	Aumento	Gram, 2005; Letho <i>et al.</i> , 2009; Minnaert, 2006, 2012; Smith & Hughes, 1999
Reforço dos laços familiares	Memórias (tempo de qualidade e união)	Aumento	Letho <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Smith & Hughes, 1999
		Depende do comportamento das crianças	Gram, 2005
	Partilha/ união	Depende da intensidade	Gram, 2005
		Aumento	Letho <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006, 2012; Minnaert <i>et al.</i> , 2009

Legenda: * Efeitos em grupos de famílias específicos

(i) Efeitos positivos

Tal como acontece na maioria dos estudos sobre os efeitos da prática turística para os indivíduos, a maioria dos estudos analisados reportam efeitos positivos das férias em família fora do local habitual de residência no comportamento e aprendizagem das famílias, que perduram para além do período de realização da viagem. As férias em família permitem um “desligar” temporário do trabalho e contactos sociais habituais das famílias, que geralmente implica uma nova configuração do espaço mental e físico entre os elementos da família (Letho *et al.*, 2009). Consequentemente, os principais efeitos do turismo, observados nas famílias, estão relacionados com a interação entre os elementos da família e coesão familiar (laços familiares), melhoria no relacionamento entre pais e filhos, quebra da rotina e libertação de quotidianos stressantes. Os benefícios associados à aprendizagem parecem assumir uma importância que merece destaque, como salienta Minnaert *et al.* (2009), continuando, no entanto, a ser uma das dimensões menos

analisadas nos estudos (Tabela 2.3). A aprendizagem enquanto efeito na família refere-se não só a alterações na relação dos elementos da família em consequência da aprendizagem individual, mas também a aprendizagem específica de novos comportamentos/ atitudes especificamente para com os elementos da família. Esta aprendizagem inclui, como referido anteriormente, novas formas de relação com as crianças, aumento da tolerância/compreensão e da aprendizagem de novas formas de comunicação entre os membros da família, que provocam melhorias na relação familiar e também mudanças nos estilos de parentalidade.

Se analisarmos tipos de famílias com características particulares, como as famílias economicamente carenciadas (famílias com baixos rendimentos ou que vivem em contextos sociais e económicos desfavoráveis), os benefícios que o turismo lhes pode proporcionar, em termos de promoção da socialização e da potencial criação de contactos/redes sociais fora dos seus círculos habituais, são efeitos importantes a considerar (Minnaert, 2006, 2012; Minnaert *et al.*, 2009; Smith & Hughes, 1999). Esta importância advém do facto de que a socialização é fortemente estruturante para a reintegração deste tipo de famílias na sociedade e promove as bases para despoletar alterações de atitudes e comportamentos que contribuem para perpetuar situações de exclusão social e pobreza.

A literatura também refere que as férias em família têm como motivação principal tempo de qualidade em família, participando em atividades divertidas, diferentes do normal e que criam memórias positivas que perduram, em vez da tão referida “fuga ou quebra da rotina” de outro tipo de férias (Schanzel, 2012, 2013; Shaw *et al.*, 2008).

Em relação à duração desses efeitos, Gilbert e Abdullah (2004), Quinn e Stacey (2010), Minnaert (2006) e Minnaert *et al.* (2009) afirmam que os efeitos positivos muitas vezes começam na fase “antes da experiência turística” e muito deles permanecem, pelo menos, alguns meses depois da viagem, confirmando o pressuposto teórico de que além do “durante”, o “pós-experiência”, ou “fase de reflexão da experiência turística” (Pearce, 2007: 10) é uma fase importante da experiência turística.

O “pós-experiência” tem sido reconhecido pelos académicos como uma fase importante da experiência turística, uma vez que está relacionada com os efeitos da experiência turística, envolvendo conceitos como memórias, emoções, aprendizagem, alterações de comportamento/atitude, avaliação, satisfação com a vida e fidelização. Essas memórias da experiência vão permanecer na mente dos visitantes durante um período de tempo, cuja duração depende da intensidade da experiência, e vai influenciar não só a possibilidade de voltar para o destino (fidelização) e do tipo de partilha de experiências com a família e amigos (Martin, 2010), mas também a vida dos próprios turistas (Pearce, 2007). Além disso, relembrar boas experiências de férias passadas pode ser uma forma de “sonhar acordado” e relaxamento, contribuindo para aumentar o sentimento de bem-estar, felicidade e satisfação com a vida em geral do indivíduo que viveu essa experiência e criou essas boas memórias (Gilbert & Abdullah, 2004; McCabe *et al.*, 2010; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Neal *et al.*, 1999 e Smith & Hughes, 1999).

(ii) Efeitos negativos

Os efeitos negativos do turismo para as famílias ocorreram sob a forma de “problemas práticos”, efeito detetado em famílias com inexperiência em viagens, que sentiram um aumento do nível de stress em consequência de alguns problemas, como a inadequação das roupas ao destino visitado, e sob a forma de criação de falsas expectativas, em consequência da incerteza e falta de continuidade de alguns programas de turismo dirigidos para famílias economicamente carenciadas (Minnaert, 2012; Smith & Hughes, 1999). Também Smith e Hughes (1999) relatam outro efeito negativo em algumas famílias economicamente carenciadas ao nível do desequilíbrio que as férias provocaram no orçamento familiar - as famílias aumentaram o seu nível de endividamento em consequência da realização das férias em família. Gram (2005) refere como uma conclusão do seu estudo, o facto de os pais, especialmente aqueles com crianças mais pequenas, deixarem transparecer que as férias em família acabaram por trazer algum cansaço adicional, devido à preocupação/ obrigação que sentiram de satisfazerem as necessidades/ desejos dos filhos, deixando em segundo plano as suas próprias necessidades/ desejos.

Tendo presente a realidade atual e as principais preocupações institucionais e pessoais presentes na sociedade e as áreas de estudo descritas anteriormente, verifica-se que ainda existe uma grande lacuna na investigação sobre a avaliação dos efeitos do turismo para os indivíduos que o praticam e para a sociedade, sendo essa lacuna mais evidente se considerarmos a investigação acerca da relação entre turismo, aprendizagem pela experiência e a inclusão social de grupos da população carenciados em termos económicos. Existe, também, pouca investigação relacionada com os benefícios socioeconómicos que políticas sociais de promoção do turismo podem proporcionar para a sociedade. No entanto, considerando o atual cenário económico-financeiro internacional, reconhece-se existir uma série de limitações, que encaramos como desafios à definição de programas de turismo social, que serão objeto de reflexão no capítulo seguinte.

2.4. Fatores que influenciam os efeitos da prática turística

Com base nos estudos que foram objeto de análise na secção anterior, verifica-se que existem poucos estudos que analisem quais são os fatores que influenciam os efeitos do turismo nos visitantes. Apesar disso, alguns estudos dão indicações no sentido de que os efeitos da prática turística para os participantes estão muito dependentes das circunstâncias específicas de cada prática turística (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012 e Moscardo, 2009). Dolnicar *et al.* (2012) e Moscardo (2009) argumentam que a intensidade e o tipo de efeitos do turismo são diferentes de acordo com as características de cada prática turística e com certas características pessoais/sociais do indivíduo.

Uma vez que a literatura específica sobre os fatores que determinam os efeitos do turismo é, como referido, escassa, considerou-se pertinente recorrer à literatura sobre a experiência turística. A literatura recente relativa à experiência turística encara-a enquanto fenómeno complexo vivido pelo visitante em todos os momentos relacionados com uma determinada prática turística (Clawson & Knetsch, 1966, referidos por Pearce, 2007 e Middleton & Hawkins, 1988), podendo, neste sentido apresentar *inputs* importantes para perceber os potenciais fatores que influenciam os efeitos do turismo nos visitantes. Esta perspetiva holística da experiência turística vai ao encontro da abordagem da fenomenologia, introduzida por Cohen (1979), que defende que a experiência turística tem significados diferentes dependendo da atitude da pessoa em direção a dois conceitos centrais: o “centro” da pessoa e o “*centre-out-there*”. O “centro” da pessoa refere-se aos valores individuais e o “*centre-out-there*” refere-se a outros lugares, com outra cultura e valores. Portanto, “diferentes tipos de pessoas podem desejar diferentes modos de experiências turísticas” (Cohen, 1979: 180) e o significado da experiência turística será diferente de acordo com o “centro” de cada visitante e o “*centre-out-there*” considerados. Nesta abordagem, a experiência turística é encarada como uma experiência em que os indivíduos procuram algo menos tangível do que o processo associado a uma viagem e mais gratificante do que apenas “ir para o destino turístico” – procuram o “*centre-out-there*”. Esta conceptualização de experiência turística enfatiza a singularidade desta experiência relativamente ao quotidiano e do “outro”, do diferente, como um meio para alcançar o mundo imaginado/ ideal.

Desta forma, com base nos estudos referidos é possível observar a existência de algumas diferenças nos efeitos (tipo e intensidade) do turismo, percecionados pelos visitantes, de acordo com alguns fatores, de entre os quais se destacam os seguintes como sendo os considerados mais relevantes nesta dissertação:

- (i) as características dos visitantes (perfil sociodemográfico e económico)
- (ii) as motivações
- (iii) as características das práticas turísticas.

Analisando os vários estudos referidos nesta secção, observa-se que estes fatores são sugeridos, mesmo que implicitamente como atuando de forma complementar e interdependente. Por exemplo, no estudo desenvolvido por Elands e Lengkeek (2000) que teve como objetivo operacionalizar a medição da experiência turística, reformulando os modos de experiência de Cohen (1979), os autores defendem que os vários modos de experiência turística variam de acordo com as características do indivíduo mas em grande parte também com algo para lá do indivíduo (“*out-there-ness*”) em que não se pode realmente participar por completo (e que já terá mais a ver com as características da própria prática turística em questão e questões relacionadas com a idealização do destino). Assim, estes autores defendem que uma mesma experiência turística pode ser vivida de modo mais ou menos divertido/ descontraído, implicando maior ou menor nível de

contraste com o dia-a-dia, maior ou menor nível de interesse e/ ou dedicação, dependendo das características predominantes do turista e/ ou da experiência turística (que inclui motivações e características da própria prática turística) em questão.

No mesmo sentido vai a conceptualização de Pine e Gilmore (1999), que identificam duas dimensões com base nas quais se poderão identificar diferentes tipos de experiências: participação (ativo vs passivo) e ligação (com o meio envolvente, com o evento/atividade: absorção vs imersão). Os autores defendem que a experiência turística será mais rica e marcante (tendo por isso efeitos mais intensos), quanto maior for a combinação dessas quatro dimensões durante a prática turística em questão. Schmitt (1999) foi outro dos autores que propôs uma classificação de dimensões da experiência, introduzindo o conceito de módulos experienciais estratégicos (*Strategic Experiential Modules*), relacionados com princípios de marketing: experiências sensoriais; experiências emocionais/ sentimentais; experiências cognitivas criativas; experiências de atividade física e experiências de identidade social, que resultam da interação com outros.

Nestas abordagens voltam a sobressair as características do visitante e da própria prática turística como determinantes do tipo de experiência turística (e seus efeitos), permitindo concluir que os efeitos da experiência turística podem ser muito abrangentes, devido à natureza complexa dessa experiência, e vão desde valores funcionais a dimensões emocionais, sociais, cognitivas, hedónicas e simbólicas, dimensões que estão muito relacionadas com os sentidos (Kastenholz *et al.*, 2012; Kastenholz & Carneiro, 2013; Knutson & Beck, 2004; Schmitt, 1999).

Numa abordagem mais aplicada e holística que remete já para a cocriação da experiência, Morgan (2006) e Morgan e Xu (2009), que corroboram a perspetiva de autores como Crompton (1979) ou Mannell & Iso-Ahola (1987), defendem que a experiência resulta da interação entre os fatores externos, fatores “pull” do destino (atributos físicos e imagem), e os fatores internos do indivíduo, que têm a ver com as suas necessidades e desejos, os significados atribuídos e os benefícios retirados (Morgan & Xu, 2009) (Figura 2.5). Nesta abordagem consegue perceber-se já a presença dos três tipos de fatores acima destacados como fatores que influenciam os efeitos do turismo no visitante, destacando-se o papel das motivações.



Figura 2. 5 – Elementos-chave da experiência turística de acordo com Morgan e Xu (2009)

Fonte: Morgan e Xu (2009)

Neste modelo (Figura 2.5) os benefícios obtidos pelos visitantes resultam da satisfação de necessidades psicológicas que atuam como motivações para viajar, baseando-se esta abordagem na teoria clássica das motivações (como a de Maslow e Herzberg) (Morgan & Xu, 2009) e reconhecendo, assim, a importância das motivações enquanto fator que condiciona os efeitos (neste caso benefícios) da experiência turística. Os autores consideram ainda que esses benefícios não acontecem de forma isolada, em consequência da experiência turística considerada, mas a partir da interação entre a experiência e o sentido de identidade do indivíduo que a vivencia e lhe atribui significados. Por conseguinte, Morgan e Xu (2009) salientam a necessidade de estudar o modo como o turista interpreta a experiência e lhe confere significado na sua vida, a forma como os diversos fatores concorrem para a formação da experiência, depreendendo-se também a existência de necessidade de compreender os efeitos dessa experiência. Esta necessidade decorre não só de perceber como ocorrem os efeitos, mas também de perceber as implicações que esse processo tem em termos da satisfação e da fidelização aos produtos e/ou aos destinos (Fournier & Mick, 1999; Morgan & Xu, 2009).

Ainda, salientando a importância das motivações enquanto fatores que condicionam os efeitos do turismo, destaca-se o estudo desenvolvido por Eusébio e Carneiro (2011) que verificaram relativamente aos efeitos do turismo na Qualidade de Vida (QV) dos visitantes, que estes eram influenciados pelas motivações para realizar a viagem. Nesse estudo verifica-se que as motivações ‘escape’ e de ‘socialização’ são as que revelam maior influência sobre os efeitos na QV dos visitantes, sendo que os visitantes que realizam viagens

para evitar as responsabilidades diárias, para estar em um ambiente calmo, para descansar, para estar perto da natureza, para socializar com familiares e amigos e para desenvolver competências físicas, são os mais propensos a obter benefícios físicos, em termos de QV.

No estudo das motivações internas uma referência importante foi a *Escala de Motivação Lazer* desenvolvida por Beard e Ragheb (1983), aplicada ao contexto do turismo, por exemplo, nos trabalhos de Mannell e Iso-Ahola (1987), de Ryan (1997) ou de Otto e Ritchie, (1996). Esta escala baseia-se em quatro elementos, que se consideram muito dependentes das características dos visitantes:

- (i) a motivação intelectual (para aprender, explorar, descobrir coisas novas);
- (ii) a motivação social (não é apenas o desejo de socializar, mas também de alcançar o sentimento de identidade e de pertença);
- (iii) a motivação em termos de desenvolvimento de competências (desejo de domínio de alguma competência e/ou habilidade, geralmente associado à realização de atividades fisicamente desafiantes); e
- (iv) motivações relacionadas com a necessidade de fugir do quotidiano (procura de solidão ou relaxamento).

Desta forma, observa-se que, apesar de serem poucas as evidências empíricas neste campo, a literatura parece concordar que as motivações serão um dos fatores que determinam os efeitos (benefícios) da prática turística, já que diferentes motivações de viagem podem resultar em diferentes tipos de viagens (Eusébio & Carneiro, 2011). Salienta-se que as motivações variam ao longo da vida dos indivíduos e de acordo, também, com a sua experiência de viagem (Pearce & Lee, 2005), pelo que as motivações influenciam o tipo de experiência vivido (e os seus efeitos), mas serão também afetadas por essa experiência.

Por fim, relativamente às características da própria prática turística (por exemplo, o tipo de destino que visitou, o tipo de atividades realizadas no destino, o tipo de situações/ experiências que viveu no destino ou a composição do grupo de viagem), o estudo de Moscardo (2009) revela que os benefícios do turismo na QV dos visitantes dependem do tipo de turismo praticado e do comportamento de viagem (por exemplo, tipo de destino que visitou, o tipo de atividades realizadas no destino e a composição do grupo de viagem). Na mesma linha de pensamento, Eusébio e Carneiro (2011) verificaram que a frequência de viagens para um determinado tipo de destino, a participação em atividades de formação e em atividades de animação e diversão noturna, são fatores que têm impacto positivo na saúde física dos visitantes. Alexander *et al.* (2010) também observaram que os turistas que viajam com frequência, aqueles que regressam aos mesmos destinos e/ou aqueles que escolhem o mesmo tipo de férias, não são, em geral, tão afetados pela sua experiência de férias.

Assim, neste estudo considera-se que os efeitos do turismo dependerão das motivações e das experiências vividas (enquanto característica da própria prática turística) durante as férias em família, sendo diferenciados de acordo com as características sociodemográficas e económicas das famílias. Acredita-se igualmente que esses fatores irão, por sua vez, condicionar também a satisfação obtida (melhoria da satisfação com a vida e satisfação com as férias) com a realização do turismo em família e a intenção de fidelização da família a esse tipo de férias (Figura 2.6).

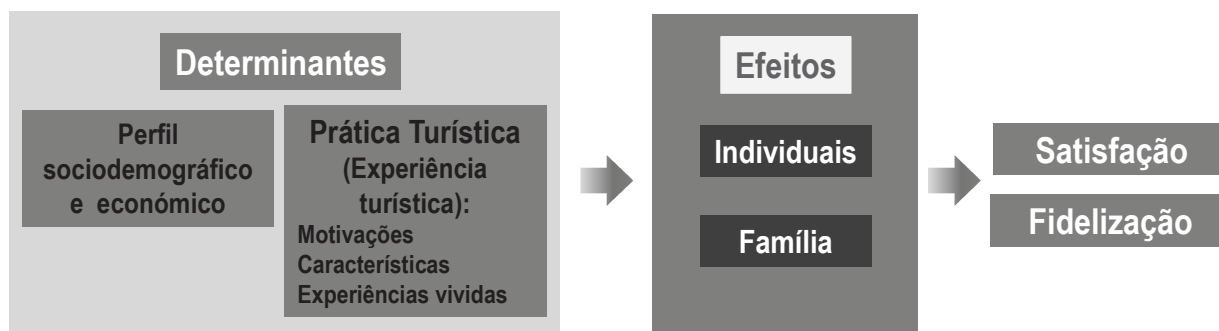


Figura 2. 6 – Sistematização da relação entre os determinantes, efeitos do turismo em família e satisfação e fidelização

Fonte: Elaborado com base em Alexander *et al.* (2010), Cohen (1979), Dolnicar *et al.* (2012), Eusébio e Carneiro (2011), Morgan e Xu (2009) e Moscardo (2009)

2.5. Metodologias utilizadas para estudar os efeitos da prática turística nos visitantes

A maioria dos estudos acerca dos efeitos do turismo sobre os indivíduos recorre a metodologias quantitativas (Tabela 2. 4 e Tabela 2. 5). No entanto, quando se consideram os estudos que incidem sobre as famílias, as metodologias mais comumente utilizadas são as de natureza qualitativa (Tabela 2. 4).

Por um lado, os estudos quantitativos geralmente baseiam-se na necessidade de uma amostra de maior dimensão, que assegure dados suficientes para determinar associações estatísticas válidas entre variáveis e que permitam a utilização de técnicas estatísticas multivariadas (Alexander *et al.*, 2010). Estes estudos quantitativos, geralmente, pretendem analisar efeitos para os quais existem já algumas escalas de medida. Alguns dos exemplos dessas escalas são, por exemplo, escalas para medir a Qualidade de Vida, a Satisfação com a Vida ou o Funcionamento Familiar (Tabela 2.4). Por outro lado, o fundamento para a utilização de metodologias qualitativas nos estudos sobre a experiência turística reside no facto de a experiência turística ser, simultaneamente, um fenómeno individual e um fenómeno social - marcado por fatores psicológicos e interação entre indivíduos (Jennings & Nickerson, 2006; Minnaert *et al.*, 2009).

A complexidade destes processos associados à experiência turística e, principalmente, a temas que são ainda relativamente pouco estudados, implica uma certa dificuldade em medir ou avaliar esses processos, sendo os métodos qualitativos aqueles que permitem desenvolver uma compreensão mais

profunda desses fenómenos e construir uma imagem mais precisa e holística do fenómeno estudado (Gram, 2005; Minnaert, 2006; Moscardo, 2009; Smith & Hughes, 1999).

Tabela 2. 4 – Metodologias utilizadas para recolher dados acerca dos efeitos do turismo nos visitantes

Metodologia de recolha de dados	Estudos empíricos
Qualitativa	
<u>Entrevistas</u>	
Individual	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Quinn & Stacey, 2010; Smith & Hughes, 1999
Em família	Gram, 2005
<u>Focus-groups</u>	Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Quinn & Stacey, 2010
<u>Análise Documental</u> (incluindo fontes eletrónicas)	McCabe <i>et al.</i> , 2010; Moscardo, 2009; Smith & Hughes, 1999
Quantitativa	
<u>Questionário</u>	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Anastasopoulos, 1992; Bellis <i>et al.</i> , 2007; Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Gilbert and Abdulah, 2004; Lee & Moscardo, 2005; Letho <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Michalkó <i>et al.</i> , 2009; Neal <i>et al.</i> , 1999; Pizam <i>et al.</i> , 2000

Em relação à recolha de dados, em estudos quantitativos, os questionários são o instrumento mais comum. Em estudos qualitativos, as entrevistas são o instrumento mais utilizado para recolher dados (Tabela 2.4). Na análise dos dados, estatísticas descritivas, teste de Mann-Whitney U, teste *T* e teste do qui-quadrado (geralmente com recurso ao *software* SPSS), são os mais comumente usados em estudos quantitativos. Em estudos qualitativos, a análise de conteúdo é o método utilizado por excelência (Tabela 2.5).

Em estudos mais recentes, verifica-se ainda uma outra tendência no que diz respeito às abordagens metodológicas – o recurso a uma metodologia mista (combinação de técnicas quantitativas e qualitativas de recolha e análise de dados) (Tabelas 2.4 e 2.5). Estes estudos consideram que as metodologias mistas permitem validar os resultados de ambos os métodos e fornecer maior compreensão do fenómeno (por exemplo, Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012).

Tabela 2. 5 – Metodologias utilizadas para analisar dados acerca dos efeitos do turismo nos visitantes

Metodologia de análise dos dados	Estudos empíricos
Qualitativa	
<u>Análise de conteúdo</u>	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Gram, 2005; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Minnaert, 2006, 2012; Minnaert <i>et al.</i> , 2009; Moscardo, 2009; Quinn & Stacey, 2010; Smith & Hughes, 1999
Quantitativa	
Estatísticas descritivas	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Anastasopoulos, 1992; Bellis <i>et al.</i> , 2007; Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Gilbert & Abdulah, 2004; Lee & Moscardo, 2005; Letho <i>et al.</i> , 2009; McCabe <i>et al.</i> , 2010; Neal <i>et al.</i> , 1999; Pizam <i>et al.</i> , 2000
Testes para validar a consistência interna dos fatores - Cronbach's Alpha	Neal <i>et al.</i> , 1999
Análise Fatorial exploratória	Letho <i>et al.</i> , 2009
Análise de variâncias	Dolnicar <i>et al.</i> , 2012
Análise de Cluster	Dolnicar <i>et al.</i> , 2012; Letho <i>et al.</i> , 2009
Teste <i>t</i>	Anastasopoulos, 1992; Gilbert & Abdulah, 2004; Lee & Moscardo, 2005
Teste do Qui-quadrado	Alexander <i>et al.</i> , 2010; Bellis <i>et al.</i> , 2007; Neal <i>et al.</i> , 1999
Testes não paramétricos	Bellis <i>et al.</i> , 2007; Gilbert & Abdulah, 2004; Lee & Moscardo, 2005; McCabe <i>et al.</i> , 2010
Regressões (simples/ múltiplas)	Bellis <i>et al.</i> , 2007; Pizam <i>et al.</i> , 2000
Modelos de Equações Estruturais	Neal <i>et al.</i> , 1999

2.6. Constrangimentos à prática turística

Apesar de ser considerado um direito fundamental dos indivíduos e uma atividade que deve ser “para todos”, o turismo não é uma prática passível de ser praticada em igualdade de circunstâncias por todos os indivíduos e famílias. Na verdade, existem muitos tipos de constrangimentos, obstáculos reais, à prática turística, que vão desde características de personalidade, idade, incapacidades físicas ou mentais, isolamento pessoal e/ou familiar, baixos rendimentos, a muitos outros fatores (Cooper *et al.*, 2005; Crawford, Jackson, & Godbey, 1991; Daniels, Drogin Rodgers, & Wiggins 2005; EESC, 2006; Hall & Brown, 2006; Hudson & Gilbert, 2000; McKercher, 2009; Mill & Morrison, 1992; Raymore, Godbey, Crawford, & Eye, 1991). Estes constrangimentos transformam o turismo atual numa prática não acessível de forma equitativa por todos.

A partir da constatação desta realidade, desde o início da década de 1980 surgiram na área do lazer diversos estudos que pretendem refletir e analisar os fatores que inibem as pessoas de participar em atividades de lazer, modelos que foram sendo depois adaptados por investigadores na área do turismo (Jackson, 1988). Várias classificações foram propostas por investigadores para agrupar os vários tipos de constrangimentos à participação em lazer e turismo (Jackson, 1988), sendo a classificação proposta por Crawford e Godbey (1987), classificação desenvolvida no âmbito do lazer em família, uma das mais referenciadas. Segundo esta classificação os constrangimentos ao lazer familiar são classificados como intrapessoais, interpessoais ou estruturais. Esta classificação foi adaptada ao contexto turístico por Jackson,

Crawford e Godbey (1993) e tem sido amplamente utilizada em estudos empíricos, como acontece, por exemplo, nos estudos de Raymore *et al.* (1991), Hudson e Gilbert (2000) ou Nyaupane e Andereck (2008), apesar de lhe ser reconhecida alguma dificuldade de verificação empírica exata na área do turismo quando aplicada a populações, destinos ou atividades específicas (Cho, Bonn, & Brymer, 2014). Esta dificuldade tem a ver com a identificação de subdimensões associadas a cada categoria de constrangimentos e também com a existência de constrangimentos mais específicos consoante o tipo de destino/ atividade ou segmento em análise (Cho *et al.*, 2014).

Crawford e Godbey (1987) definem então os seguintes tipos de constrangimentos:

- (i) constrangimentos intrapessoais: “estados psicológicos e atributos individuais que interagem com as preferências de lazer” (p.122), ou seja, por exemplo fatores como ansiedade ou percepções dos indivíduos acerca das várias atividades de lazer;
- (ii) constrangimentos interpessoais: são definidos como barreiras que surgem em “resultado da interação interpessoal ou a relação entre as características dos indivíduos” (p.123). Concretizando, pode referir-se como exemplo deste tipo de constrangimento, a existência de compromissos familiares ou a dificuldade em coordenar disponibilidades com familiares ou amigos para realizar determinada viagem ou atividade. Estes constrangimentos podem influenciar tanto as preferências dos indivíduos, como a sua participação em atividades de lazer e turismo;
- (iii) constrangimentos estruturais: são definidos como os fatores que se posicionam entre as preferências e a participação (p.124), entre eles, o clima, os recursos financeiros e falta de tempo devido a compromissos, como por exemplo compromissos profissionais.

Neste modelo, aprofundado por Crawford *et al.* (1991), estes três tipos de constrangimentos articulam-se entre si assumindo uma natureza hierárquica. Isto é, só depois dos constrangimentos intrapessoais estarem ultrapassados, ocorrerão os interpessoais e só depois de estes serem resolvidos, os indivíduos serão confrontados com os estruturais (Crawford & Godbey, 1987; Crawford *et al.*, 1991) (Figura 2.7).

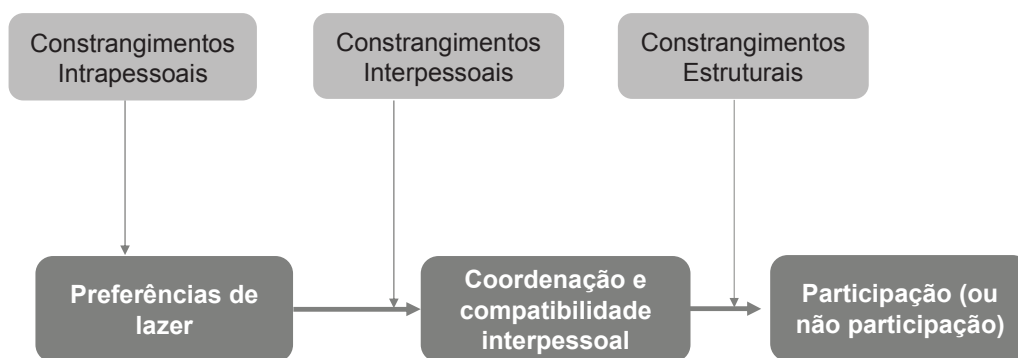


Figura 2. 7 - Modelo hierárquico de constrangimentos ao lazer

Fonte: Crawford *et al.* (1991, p.312)

O estudo de Haukeland, em 1990, apresenta uma classificação das pessoas que não viajam de acordo com uma matriz 2x2, onde fatores económicos e sociais interagem para justificar a não participação turística (Figura 2.8). Este estudo introduz a “falta de interesse” como uma variável importante a considerar no estudo dos constrangimentos à participação turística. O trabalho de Haukeland (1990), tal como reconhecido por Smith, Litvin, Nadav e Carmichael (2009), dá mais um contributo importante, no sentido de realçar que os indivíduos que não participam em atividades turísticas são uma grande percentagem da população e representam um segmento heterogéneo, que merece atenção diferenciada por parte das estratégias de marketing e da definição de políticas para tornar o turismo acessível a uma maior parte da população, enquanto medida de equidade social. Estes autores salientam a importância das características sociais e económicas dos indivíduos que não participam em atividades turísticas enquanto fatores constrangedores da participação turística.

		Ocorrência de constrangimentos	
		Não Viajante sem constrangimentos	Não Viajante com constrangimentos
Condições de vida	Satisfatórias	Tipo A	Tipo B
	Não satisfatórias	(Tipo D)	Tipo C

Figura 2. 8 – Classificação das pessoas que não viajam

Fonte: Traduzido de Haukeland (1990)

Mais tarde, alguns estudos, como os de Gilbert e Hudson (2000) e Nyaupane e Andereck (2008) incorporam mais variáveis em cada categoria de constrangimentos (como a variável “falta de interesse”, dentro dos constrangimentos intrapessoais), levantando a discussão acerca de esta variável se integrar num dos tipos de constrangimentos identificados ou se deverão ser consideradas um tipo de constrangimento por si só (McKercher & Chen, 2014). McKercher e Chen (2014) referem, ainda, que aplicar a teoria dos constrangimentos pode não explicar completamente a não participação em atividades turísticas, havendo necessidade de construir um quadro teórico mais sólido na área do turismo, que seja mais independente da teoria do lazer. Apesar da ampla gama de temas e de populações analisadas em estudos recentes sobre os constrangimentos às práticas turísticas, todos eles são baseados em quadros teóricos relativos à percepção dos indivíduos acerca dos fatores que condicionam a forma como utilizam o seu tempo de lazer (McKercher & Chen, 2014; Hinch & Jackson, 2000). Hinch e Jackson (2000) explicam que os investigadores da área do turismo podem beneficiar por basearem os seus estudos na literatura relativa aos constrangimentos ao lazer,

uma vez que nessa área existe já um elevado nível de sofisticação teórica, mas que devem efetivamente construir um quadro teórico mais sólido na área do turismo.

Na literatura que foi objeto de análise nesta dissertação não se encontraram estudos que abordassem especificamente os constrangimentos à realização de férias em família, pelo que se decidiu que a abordagem a utilizar no âmbito desta tese poderia partir do estudo de Crawford e Godbey (1987), sobre os constrangimentos ao lazer em família, mas não ficar restrita a essa conceitualização (Figura 2.9). O turismo em família é uma situação muito específica e fora do habitual modelo de análise da tomada de decisão individual. Assim, quando a unidade de decisão é a família (férias em família), os constrangimentos intrapessoais e interpessoais parecem confundir-se, já que teremos constrangimentos intrapessoais, de ordem mais individual, mas passam a existir também fatores constrangedores internos ao grupo de decisão (intragrupo), que coincidirão com alguns constrangimentos interpessoais da categorização para as férias em geral, enquanto decisão individual (Figura 2.9).

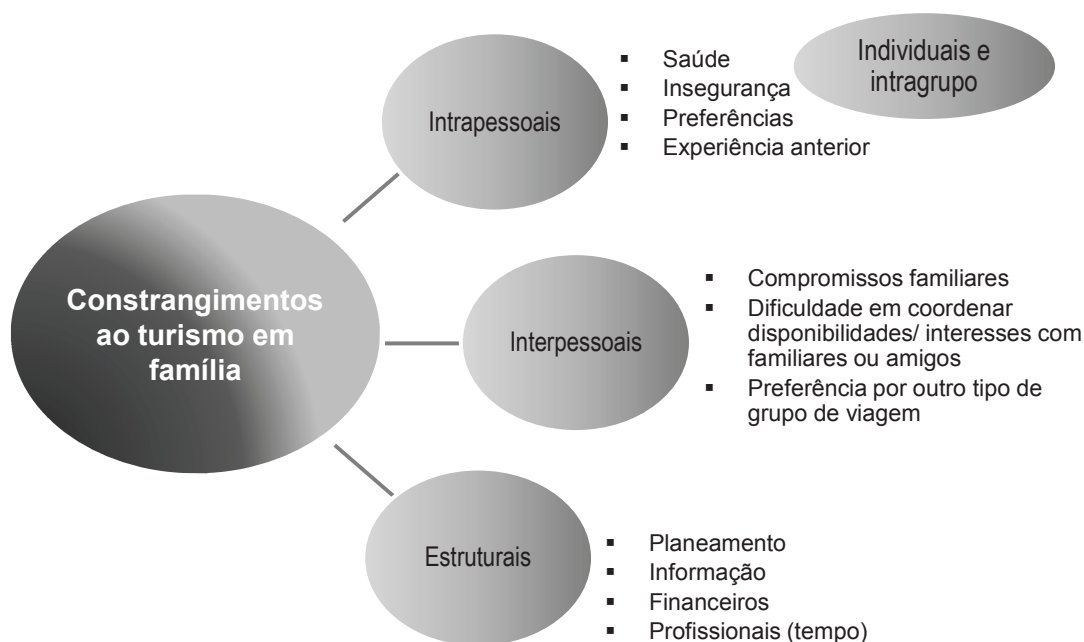


Figura 2. 9 – Categorização dos constrangimentos ao turismo em família

Fonte: Adaptado de Crawford & Godbey (1987), Gilbert & Hudson (2000), Nyaupane & Andereck (2008), Jackson *et al.* (1993), Raymore *et al.* (1991) e Cho *et al.* (2014).

Vários autores (Alegre, Mateo, & Pou, 2010; Cooper *et al.*, 2005; Daniels *et al.*, 2005; Durko & Petrick, 2013; Hall & Brown, 2006; Haukeland, 1990; Smith & Carmichael, 2005) encaram os baixos rendimentos como um dos maiores constrangimentos à participação turística. Também na literatura sobre comportamento do consumidor, o rendimento é referido como um fator determinante, cujo tipo de influência ainda não está

bem estudado, exceto nas situações em que funciona como um constrangimento, uma vez que a sua influência é decisiva e negativa, quando o rendimento é baixo (McGuiggan, 2001).

Num contexto de crise económica como aquela que se vive desde 2008 na Europa, e particularmente em Portugal, com o desemprego e/ou o aumento de impostos sobre o rendimento e o consumo, o rendimento disponível de muitas famílias diminuiu significativamente, agravando este constrangimento à prática turística. Efetivamente, os dados relativos às viagens dos Portugueses mostram que, em 2012, 62,2% dos entrevistados eram “não turistas”¹, dos quais, 51,0% não tinham participado na atividade turística devido a razões económicas (INE, 2013b). Observa-se, então, que o rendimento pode ser uma variável diferenciadora e determinante em termos das práticas turísticas das famílias portuguesas. Considera-se, ainda, que, uma vez que o foco deste trabalho são, em particular, as famílias economicamente carenciadas, pretendendo analisar até que ponto esta característica económica será uma barreira à participação turística, será necessário analisar mais especificamente, dentro dos constrangimentos estruturais, os constrangimentos financeiros.

O rendimento das famílias é a variável típica que a literatura sobre lazer e turismo indica como determinante das despesas em lazer e turismo (Alegre, Mateo, & Pou, 2013; Cai, 1999; Hung, Shang, & Wang, 2013; Kuo & Lu, 2013; Schanzel *et al.*, 2005; Weagley & Huh, 2004). Considera-se que o baixo nível de rendimento, em específico, restringe a participação turística e afeta negativamente o nível de despesa turística dos indivíduos e das famílias. Dado que o baixo nível de rendimento se relaciona com outras características familiares, existem determinados tipos de famílias que são particularmente suscetíveis a serem excluídas da prática turística. Os dados estatísticos disponíveis fornecem algumas indicações sobre a relação entre o *status* socioeconómico das famílias e o seu acesso ao lazer e ao turismo, mas não medem diretamente se essas atividades são mais raras entre as famílias economicamente carenciadas. Por isso, várias questões se colocam aos investigadores das áreas do lazer e turismo, algumas das quais se elencam de seguida: São os padrões de participação turística das famílias diferenciados de acordo com as condições económicas das mesmas? Quais os efeitos do turismo em família? As famílias economicamente carenciadas apresentam efeitos e/ou constrangimentos à prática turística diferenciados?

2.7. Conclusão

A revisão da literatura realizada neste capítulo sistematiza os efeitos que as férias fora do local habitual de residência (turismo) podem ter sobre os visitantes e os principais constrangimentos e fatores que influenciam as práticas turísticas, particularizando o caso das famílias. A partir dessa revisão é possível

¹ “Residentes que no período de referência, não participaram em qualquer deslocação turística ou seja, deslocações para fora do seu “ambiente habitual”, com dormidas por um dos motivos turísticos” (INE, 2013b)

retirar algumas conclusões e orientações, quer para o estudo empírico que se pretende realizar com esta investigação, quer para estudos futuros que venham a ser realizados acerca destas temáticas.

Ao nível das consequências da prática turística para os indivíduos, uma primeira conclusão pode ser o facto de a literatura se focar maioritariamente no indivíduo como unidade de análise. Pode-se argumentar que muitas das dimensões estudadas no grupo “indivíduos”, mais amplo, se aplicariam a outras unidades de análise. Deste modo, estes estudos mais amplos ajudam a enquadrar teoricamente estudos sobre tipos de participantes específicos, famílias ou outros grupos, mas não os substitui. Como refere Alarcão e Relvas (2002), a família integra uma rede de emoções e relações que não devem ser analisadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. Existe, então, uma janela de oportunidades para a investigação acerca de unidades de análise diferentes da unidade indivíduo.

Os efeitos identificados na literatura como consequência da prática turística, refletem-se nas dimensões económica, da saúde e social. A inclusão social é um efeito do turismo relativamente negligenciado nestes estudos (efeito que se tentará abordar em maior pormenor no capítulo 3). Os estudos sobre os efeitos do turismo nas famílias destacam questões relacionadas com o fortalecimento das relações familiares (ligação emocional entre os elementos da família), o aumento dos contactos sociais, um maior acesso à informação e potenciais alterações das perspetivas de vida, efeitos que podem fornecer uma base para os indivíduos ativarem as suas capacidades e processos de alteração de comportamentos (Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Minnaert, Maitland, & Miller, 2011; Minnaert, 2012a, b; Smith & Hughes, 1999).

A literatura existente fornece uma base sólida para desenvolver mais investigação sobre os efeitos do turismo para os indivíduos que o praticam, havendo no entanto oportunidade (e necessidade) para melhorar, como Dolnicar *et al.* (2012), McCabe *et al.* (2010), Minnaert *et al.* (2009), Moscardo (2009) e Neal *et al.* (1999) muito destacam.

Embora desde 2004 se assista a um aumento dos estudos científicos empíricos sobre este tema, as famílias são um segmento da procura turística que tem sido um pouco negligenciado na literatura (Schanzel *et al.*, 2012). O presente estudo identificou um conjunto de artigos científicos publicados sobre o tema dos efeitos do turismo para a família, dos quais apenas seis têm componente empírica. Desenvolver estudos empíricos sobre esta unidade de análise – família – não é uma tarefa fácil, considerando a dificuldade na recolha de dados sobre os consumos da família e a falta de instrumentos de medida reconhecidos para avaliar os efeitos do turismo em família (Letho *et al.*, 2009).

Ao considerar determinados tipos de famílias, como o caso das famílias economicamente carenciadas, os obstáculos à investigação aumentam devido à necessidade de adaptação ao contexto desses grupos, quer dos instrumentos de recolha de dados, quer do tipo de comunicação a utilizar (McCabe *et al.*, 2010; Quinn & Stacey, 2010; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Smith & Hughes, 1999). Esses estudos devem considerar a necessidade de combinar várias metodologias a fim de compreender, de modo

holístico e integrado, a(s) dimensão(ões) que se pretende analisar acerca do complexo fenómeno da experiência turística em família. A este respeito Letho *et al.* (2009) e Schanzel (2012) defendem que a análise da dinâmica de funcionamento da família, em termos da família como um todo, deve ser efetuada com base ou na perspetiva de cada um dos membros da família e/ou na perspetiva de todos os membros, ao mesmo tempo, não devendo ser baseada apenas na perspetiva de um dos membros da família, como acontece na maioria dos estudos existentes. Estudos futuros parecem ser necessários para compreender os efeitos reais da prática de atividades turísticas e o potencial do turismo como instrumento para aumentar o bem-estar e inclusão social das famílias.

A falta de estudos empíricos que analisem os determinantes dos efeitos do turismo é outra conclusão importante. Perceber a forma como os diversos fatores concorrem para a formação da experiência e como, por sua vez, influenciam os seus efeitos, é uma necessidade que decorre da pertinência, não só de identificar claramente os fatores que determinam os efeitos do turismo, mas também de perceber as implicações que isso terá em termos da satisfação obtida e da fidelização dos indivíduos e das famílias aos produtos (neste caso, ao turismo em família).

A síntese da literatura sobre os efeitos do turismo nos visitantes (indivíduos e famílias) fornece o quadro conceptual atual desta área que, ao mesmo tempo, constitui a base necessária para os investigadores considerarem em estudos futuros um conjunto de dimensões conceptuais comparáveis. A existência de dimensões comparáveis, que podem ser replicadas e analisadas na investigação empírica, irá adicionar profundidade e rigor aos estudos nesta área.

Porém, mesmo o turismo sendo considerado hoje em dia um direito básico dos indivíduos e uma atividade que deve ser acessível “a todos”, uma dimensão da vida atual, está longe de ser acessível a todos os indivíduos e famílias. O baixo nível de rendimento, especificamente, constitui um tipo de constrangimento estrutural real à participação turística. Como os baixos rendimentos estão, geralmente relacionados com outras características da família, essas famílias são particularmente suscetíveis de serem excluídas da prática turística. As estatísticas existentes fornecem já alguma indicação sobre a relação entre a existência de constrangimentos financeiros e a participação turística, mas não medem diretamente se a prática turística é mais reduzida entre famílias economicamente carenciadas. Este constrangimento afeta decisivamente as características das práticas turísticas dos indivíduos e das famílias.

Capítulo 3 – Turismo social para familias económicamente carenciadas

3.1 Introdução*

Num contexto em que as desigualdades sociais são visíveis no interior dos países desenvolvidos, aumentam as preocupações com a pobreza e a exclusão social, surgindo o turismo social como tentativa de proporcionar aos indivíduos que não têm acesso à atividade turística, a oportunidade de participar nessa atividade que constitui uma dimensão que caracteriza a sociedade atual e a qualidade de vida. A família é uma referência de grande importância na construção da identidade e no desenvolvimento dos indivíduos, pelo que representa um grupo onde a intervenção ao nível de medidas que rompam com esses dois fenómenos assume particular relevância. Apesar de o número de estudos que exploram o contributo do turismo social direcionado para as famílias economicamente carenciadas ser reduzido, têm emergido alguns estudos que abordam a temática dos benefícios da prática de turismo para os seus praticantes (capítulo 2) e existem já alguns programas de turismo social para famílias, a nível internacional.

Considerando as restrições orçamentais da economia europeia e, particularmente, da economia nacional, a orientação de fundos públicos para este domínio poderá não ser viável no curto prazo, já que se verifica uma diminuição dos fundos estatais direcionados para políticas sociais que integrem programas de turismo social. No entanto, estes períodos de maior austeridade económica associam-se a uma diminuição no rendimento disponível das famílias, que contribui para o aumento da pobreza e da exclusão social. Assim, nestas alturas, também o combate à exclusão social e à pobreza constituem medidas essenciais de valorização do maior recurso de qualquer economia/sociedade – as pessoas.

Neste sentido, a economia europeia, que está agora a recuperar da recessão económica, parece começar a retomar a preocupação com a inclusão social e a redução das desigualdades como instrumentos de aumento da competitividade dos países. Esta preocupação está bem presente no Acordo de Parceria que definiu as prioridades de financiamento com fundos estruturais europeus para o período 2014-2020 para Portugal - Portugal 2020, onde dois dos eixos temáticos/prioritários são exatamente “Inclusão Social e Emprego” e “Capital humano”. A criação da iniciativa “Portugal Inovação Social”, enquanto “medida [que] visa estimular o aparecimento de soluções e modelos de intervenção inovadores, adequados a gerar novas respostas para problemas prementes na área social” (Conselho de Ministros, 2014) reforça essa

* O presente capítulo integra algum conteúdo já publicado em atas de conferências nacionais e internacionais e capítulos de livros, no âmbito da presente tese:

. Lima, J., Eusébio, C., & Amorim Varum, C. (2013). Turismo social para famílias: benefícios e iniciativas. In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (eds). *Produtos e Competitividade do Turismo na Lusofonia*, vol.II (cap.25, pp.317-331). ISBN: 978-972-592-410-5. Lisboa: Escolar Editora.

. Lima, J., Eusébio, M. C., & Amorim Varum, C. (2011). O combate à exclusão social através de Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas, *Book of Proceedings of the 1st International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve 2011* (vol. 1, pp. 656-668). ISBN: 978-989-8472-14-4.

. Lima, J., Eusébio, M. C., & Varum, C. A. (2010). O turismo social como ferramenta de aprendizagem e de inclusão: o caso das famílias de baixos rendimentos. In N. Abranja, A. Marques, F. Coelho, & I. Carneiro (Org.). *Turismo Acessível: Estudos e Experiências* (pp. 129-152). Edições Pedagogo/ISCE.

. Lima, J., Eusébio, M. C., & Amorim Varum, C. (2010). Turismo e exclusão social: o turismo social como potencial instrumento de aprendizagem, *Actas CIT2010 – Congresso Internacional de Turismo Património & Inovação* (pp.133-148). 21-23 Junho, ISCET, Porto.

preocupação e a necessidade de encontrar soluções inovadoras para combater os problemas sociais atuais. O agravamento da pobreza e exclusão social é, assim, mais um fator que origina a necessidade de se desenvolverem políticas sociais que proporcionem mecanismos de inovação social, como é o caso da facilitação do acesso das famílias à prática turística.

Neste capítulo apresenta-se uma reflexão sobre a relação entre exclusão social, famílias economicamente carenciadas e turismo. Daqui parte-se para uma breve resenha da evolução e definição do conceito de turismo social. No seguimento desta clarificação de conceitos, identificam-se os programas de turismo social existentes e os agentes envolvidos, refletindo sobre o papel do turismo nas políticas sociais, a nível internacional e nacional. Nesta etapa do trabalho, com o intuito de identificar alguns programas de turismo social direcionados para famílias economicamente carenciadas que têm surgido recentemente, efetuou-se uma pesquisa na internet e procedeu-se à análise do conteúdo dos *websites* das entidades promotoras/gestoras de cada programa, das fichas de inscrição nos programas e dos regulamentos de cada programa, sempre que disponíveis. Esta análise dos diferentes programas teve como objetivo identificar as principais características e diferenças que se verificam entre os programas identificados, base importante para, em estudos posteriores, se poderem analisar de forma mais pormenorizada a estrutura e efeitos de cada um dos programas. Por fim, e aproveitando os contributos da revisão de literatura efetuada no capítulo 2, procurar-se-á explorar, ainda, alguns dos benefícios obtidos com a dinamização destes programas de turismo social para famílias.

3.2. Exclusão social, famílias economicamente carenciadas e turismo – que relação?

A exclusão social integra as preocupações da sociologia desde as “abordagens fundadoras” com Durkheim, Simmel ou Webber e, apesar de não existir uma definição universal, a partir dessas “abordagens fundadoras”, tem sido definido como conceito que traduz ruturas sucessiva dos laços sociais (Paugam, 1996; Silver, 2006). A maioria das abordagens sociológicas enfatiza a não-participação em dimensões sociais como característica central da exclusão (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2008; Gallie & Paugam, 2002; Xiberras, 1993). Acompanhando a evolução social, as abordagens sociológicas recentes reconhecem a necessidade de compreender os fatores que colocam os indivíduos em risco de exclusão social (Gallie & Paugam, 2002), associando a noção de exclusão social, muitas vezes, ao surgimento de fenómenos até então inexistentes, especificamente novas formas de pobreza que começaram a condicionar a coesão e desenvolvimento sociais (Paugam, 1996). Trata-se de um conceito muito abrangente que se estende para lá das formas de privação material, integrando aspetos culturais, políticos, psicológicos e sociais (Costa *et al.*, 2008; Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999).

A exclusão social apresenta várias formas de manifestação, em que se integram a pobreza, a discriminação, a falta de competências de base ou a falta de possibilidades de aprendizagem ao longo da

vida, que são sempre manifestações de diferenciação e desagregação dos indivíduos que os conduzem a uma não participação nos processos normais das suas vidas e no usufruto da cidadania plena (Clavel, 2004). Porém, a exclusão, para além de ser resultado da pobreza, pode também resultar de valores culturais que definem o que é considerado “normal” ou não numa sociedade (Costa *et al.*, 2008; Gallie & Paugam, 2002).

Costa *et al.* (2008) e Todman (2004) propõem uma definição de exclusão social mais abrangente, encarando-a como o processo através do qual os indivíduos são excluídos de participar nas diversas dimensões (económica, social, política, cultural e outras) que caracterizam a sociedade em que vivem e que estão acessíveis à maior parte dos membros dessa sociedade. Das diferentes abordagens teóricas decorre, pois, que apesar de distintos, os conceitos de pobreza e exclusão social se encontram interligados e se reforçam mutuamente: os pobres não só se veem privados dos meios e dos recursos para adquirir e manter a sua autossuficiência económica como são afastados da vida em sociedade, sendo-lhes negado o exercício de uma cidadania ativa (Costa *et al.*, 2008).

A recessão económica mundial gerada pela crise financeira de 2008 teve um impacto significativo sobre a economia, afetando de forma decisiva as famílias europeias e portuguesas. Num contexto em que as desigualdades sociais são cada vez mais visíveis, não só em termos comparativos entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, mas também no interior dos países desenvolvidos, surgem novos paradigmas de abordagem aos conceitos de pobreza e exclusão social, salientando-se as limitações e dificuldades de definir a pobreza apenas em termos de baixos rendimentos. Para Saunders & Adelman (2006), o baixo nível de rendimento é uma condição insuficiente para definir a pobreza, como é vista nos dias de hoje. Pelo que Townsend (1979: 31) considerou que os indivíduos, famílias e grupos da população podem ser considerados pobres, quando não têm os recursos necessários para obter o tipo de alimentação, para participar nas atividades e para ter as condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente reconhecidas, nas sociedades a que pertencem.

Uma consequência de definir pobreza utilizando apenas um valor de limiar de rendimento é o facto de se perder a natureza multidimensional da pobreza numa definição em que o baixo nível de rendimento se torna sinónimo de pobreza, ignorando as manifestações diretas da pobreza, bem como suas causas e consequências (Lister, 2004). Todavia, a abordagem mais comum para estudar a pobreza é a que se define um valor de rendimento abaixo do qual os indivíduos, famílias ou grupos são considerados pobres. Esta abordagem tem a vantagem de ser de fácil aplicação, pela maior facilidade em obter dados estatísticos sobre essa variável, e de definição de um padrão comum, que permite comparar estudos com facilidade (Roosa, Deng, Nair, & Burrell, 2005). Roosa *et al.* (2005) acrescentam que as famílias com rendimentos abaixo dos limiares de pobreza, definidos por esses estudos, seriam classificadas como vivendo em situação de pobreza por qualquer outra definição mais abrangente, uma vez que os limites de rendimentos normalmente utilizados constituem definições muito conservadoras de pobreza.

A relevância de cada dimensão que integra o conceito de pobreza depende do contexto que está a ser utilizado como referência e da análise que se pretende fazer (Roosa *et al.*, 2005) – se nos países em desenvolvimento a pobreza humana frequentemente envolve fome, iliteracia, epidemias, falta de água potável e condições precárias de saúde e de habitação, nos países desenvolvidos estas dimensões têm menos relevância, assumindo-se como questão central a exclusão social.

No contexto dos países desenvolvidos, e particularmente no contexto português, as famílias sofreram impactes significativos da recessão económica mundial após 2008, de entre os quais se podem salientar a diminuição da procura de trabalho, resultando em redução de horas de trabalho e aumento do desemprego, diminuição da capacidade de gerir o rendimento face ao aumento do custo de vida e dos juros das dívidas contraídas, e aumento da incerteza e medo sobre o futuro (Gray, Edwards, Hayes, & Baxter, 2009). Destas realidades decorrem consequências que importa ter presentes.

O desemprego pode ter um efeito negativo sobre a saúde mental das pessoas que afeta, resultando não só dos impactes negativos do desemprego sobre o rendimento da família, mas também dos impactes em termos de isolamento social (Clark, 2003; Paul & Moser, 2009). Acresce que os impactes psicológicos do desemprego sobre os pais podem ter um impacto negativo sobre a parentalidade e, consequentemente, sobre o bem-estar das crianças (Gray *et al.*, 2009). A experiência de recessões anteriores indica que o desemprego involuntário, tipicamente, tem impactes negativos na saúde física e psicológica dos indivíduos por ele afetados, podendo outros membros da família, incluindo as crianças, ser também afetadas. Existem estudos que analisam os efeitos do desemprego em crianças de famílias com diferentes níveis de rendimento, observando-se que as crianças que vivem em famílias economicamente carenciadas são mais afetadas pela perda de emprego dos pais do que as crianças de famílias com maiores níveis de rendimento (por exemplo, Coelli, 2005 cit. por Gray *et al.*, 2009). Em Portugal, acresceram a estes efeitos o significativo aumento de impostos sobre o consumo e sobre o rendimento do trabalho, pelo que as famílias, mesmo mantendo os seus empregos, sentiram cortes significativos nos seus rendimentos disponíveis.

Neste contexto, um tipo de famílias em ascensão na sociedade moderna – as famílias monoparentais – é particularmente vulnerável numa recessão, uma vez que dependem apenas de um dos pais. A perda do emprego do pai/mãe que sustenta a família poderá originar dificuldades financeiras mais sérias e os efeitos psicológicos sobre a família tendem a ser mais severos do que em famílias tradicionais (Gray *et al.*, 2009; Saunders & Adelman, 2006).

Mais recentemente assistiu-se, ainda, a um reconhecimento mais generalizado dos efeitos nefastos das desigualdades sociais, refletido no relatório da Standard & Poor's (2014), uma instituição orientada para o mercado, que vem alertar para o impacto negativo que as desigualdades sociais têm no processo de crescimento económico. Na União Europeia as preocupações com a erradicação da pobreza também se manifestam e no ano 2000 os dirigentes europeus estabeleceram um quadro de desenvolvimento estratégico

e de coordenação política entre os Estados-Membros sobre questões relativas à pobreza e à exclusão social, no qual os Estados-Membros reconheceram as ONG (por exemplo, a Rede Europeia Anti-Pobreza - REAPN), os parceiros sociais e as autoridades locais e regionais, como atores fundamentais nesse processo (CE, 2008).

A prioridade de combate à pobreza e exclusão social, referida anteriormente, foi reiterada pela REAPN (2008), sublinhando a necessidade de repensar a proteção social, assegurando uma distribuição mais justa da riqueza. Neste estudo a REAPN retira, entre outras, as seguintes conclusões:

- (i) as dificuldades e constrangimentos à inclusão social das pessoas com menores rendimentos surgem com as dificuldades em aceder à informação;
- (ii) os serviços públicos, entre outros, não são, por si próprios, mecanismos eficazes de promoção da participação social;
- (iii) “é necessário que as pessoas adquiram ou recuperem patamares de integração em redes de sociabilidade, proporcionadas pela família, pelo trabalho e/ou por outras estruturas relacionadas com as diversas dimensões da vida social”, uma vez que são estas redes/estruturas que asseguram as condições e potenciam níveis de participação/inclusão mais elevados (REAPN, 2008: 7).

Todos estes objetivos encontram no turismo um instrumento de apoio à sua concretização. Como referido no capítulo anterior, desde a década de 90 surgiram estudos que defendem que o acesso a férias fora dos ambientes habituais contribui para o desenvolvimento pessoal e social, coesão familiar e bem-estar dos indivíduos (Alexander *et al.*, 2010; ETB, 1976; EESC, 2006; Lehto *et al.*, 2009; McCabe *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009, 2011; Smith & Hughes, 1999). Tendo estes pressupostos como sustentáculo, este grupo de autores considera que o turismo deveria ser acessível a todos os que o quisessem praticar e caberia aos agentes da oferta (nos quais se insere também o sector público) garantir esse igual acesso ao turismo. No seguimento desta linha de pensamento, o próprio EESC (2006) afirma que todos, incluindo os elementos menos privilegiados da sociedade, têm direito a tempo de lazer que permita o desenvolvimento da sua personalidade e da integração social e que o turismo constitui a expressão prática desse direito.

No entanto, existem constrangimentos que transformam o turismo numa prática inacessível a grande parte da população, representando o baixo nível de rendimento, um importante constrangimento (ver capítulo 2). Os constrangimentos identificados são fortemente penalizadores, uma vez que os benefícios do turismo são reconhecidos, tanto pelos organismos que o promovem como pelos poderes públicos que integram nas suas políticas iniciativas que o dinamizam (Minnaert *et al.*, 2009).

O turismo é, reconhecidamente, uma atividade que promove o acesso à informação, é uma atividade que, quando planeada, pode fomentar uma forte ligação/cooperação entre os agentes públicos e privados de

uma sociedade, promovendo a eficiência nessa mesma sociedade, e, por fim, é uma atividade que promove a socialização, através da interação entre comunidades e visitantes, bem como entre os diferentes elementos que constituem o grupo de viagem, fomentando desta forma também processos de aprendizagem (ver capítulo 2 e secção 3.4).

Perante a gravidade que os fenómenos da pobreza e exclusão social reconhecidamente constituem para as sociedades e na busca de soluções para o problema, algumas iniciativas foram postas em prática tanto no campo da investigação teórica como da intervenção social. Em consequência da preocupação em olhar a pobreza e a exclusão social como conceitos abrangentes e multidimensionais, recentemente, a UE desenvolveu ainda uma medida que engloba indicadores relacionados com o rendimento e indicadores não monetários dos padrões de vida, permitindo traçar um quadro mais amplo de pobreza e exclusão social – a Taxa de Privação Material.

A Taxa de Privação Material define privação material como a ausência forçada de pelo menos três dos seguintes nove itens: capacidade de enfrentar despesas inesperadas; capacidade para sustentar uma semana de férias anuais fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne, frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; possuir uma máquina de lavar, uma televisão, um telefone ou um carro pessoal (Wolff, 2009). Entre estes itens insere-se a “capacidade para sustentar uma semana de férias anuais fora de casa”. A integração deste item consubstancia a importância do turismo enquanto necessidade associada ao estilo de vida atual e uma dimensão importante da sociedade atual. Considerando a Taxa de Privação Material, em 2008, 17% da população da UE-27 podia ser considerada materialmente privada, enquanto em Portugal essa taxa era de 23% (Eurostat, 2010). Em 2012 o cenário melhorou, com uma taxa de privação material de 21,8% da população portuguesa, estimando-se, no entanto, que em 2013 essa taxa aumentasse para 25,5% (INE, 2014b). Em 2008, verificava-se que 64% da população portuguesa não conseguia suportar os encargos inerentes a uma semana de férias anual fora de casa (Eurostat, 2010).

O turismo poderá, também, de acordo com Smith e Hughes (1999), ser considerado uma necessidade associada ao estilo de vida atual e uma dimensão da sociedade atual. Não ter acesso a férias fora do local de residência e a atividades de lazer pode ser encarado como uma forma de exclusão do estilo de vida comum à sociedade e das necessidades que qualquer indivíduo deve poder satisfazer para concretizar o seu direito de ser um cidadão completo da sociedade em que se insere (Smith & Hughes, 1999). Assim, a incapacidade para praticar turismo, enquanto incapacidade para partilhar o estilo de vida associado à sociedade atual, poderá ser uma dimensão da pobreza (Smith & Hughes, 1999). Estes autores referem que a pobreza limita a capacidade de os indivíduos serem membros ativos e completos da sociedade e concluem que o reconhecimento desta relação, por parte de alguns governos, esteve na base da criação de programas

de turismo social integrados nas suas políticas sociais, como aconteceu em França, Espanha, Portugal ou Reino Unido, entre outros.

Um outro resultado das preocupações com a exclusão social, com as desigualdades sociais e com a criação de mecanismos de combate ou minimização dessas situações, em parceria com agentes sociais e locais, foi o reconhecimento da importância da economia social, nos anos 80 do século XX, com a promoção, por parte da União Europeia, de um conjunto de Conferências Europeias de Economia Social (Namorado, 2004). A economia social encontra os seus fundamentos na busca de um equilíbrio entre o crescimento económico e a coesão social, contando, para esse objetivo, com as ações desenvolvidas por cooperativas, associações de solidariedade social e mutualistas (Namorado, 2004).

Considerando o desafio da exclusão social atual, políticas sociais de combate aos comportamentos promotores de exclusão são mais efetivas do que políticas redistributivas ou de acesso ao emprego (Levitas, 2004; Minnaert *et al.*, 2009; Sousa *et al.*, 2007). O turismo representa uma oportunidade para alterar comportamentos de exclusão, através da participação numa dimensão da sociedade atual que implica interação social e contacto com novos contextos e realidades.

De acordo com Sousa *et al.* (2007) as políticas sociais constituem instrumentos de intervenção que o Estado desenvolve para proporcionar bem-estar e proteção social aos cidadãos e incluem tanto ações de prevenção do risco social, quanto de resolução de problemas sociais já declarados. Estes autores concluem que as políticas sociais orientadas especificamente para a população mais pobre são postas em prática, em Portugal, pelo sector da ação social. Este sector é caracterizado por três aspetos principais: carácter eventual das ajudas que disponibiliza, pelo facto destas ajudas não representarem direitos por parte dos assistidos e pela proporção que as ajudas disponibilizadas representam no conjunto da despesa social pública (no conjunto da despesa com o sistema de segurança social – que é apenas uma parte da despesa social pública – a despesa com ação social atinge apenas uma percentagem de cerca de 5%) (Sousa *et al.*, 2007).

As políticas sociais constituem, desta forma, um instrumento de redistribuição de rendimentos e compensação das injustiças causadas pelos mecanismos de mercado, questões que assumem contornos distintos consoante a evolução das sociedades e que exigem a adaptação das medidas que as combatem. As políticas sociais assumem, neste contexto, um papel central na função de operacionalizar os objetivos de combate à pobreza e exclusão social. Das diferentes políticas sociais que poderão ser adotadas – redistributivas, de acesso ao emprego e de alteração de comportamentos de exclusão (Levitas, 2004), Sousa *et al.* (2007) e Minnaert *et al.* (2009) defendem que políticas de combate aos comportamentos promotores da exclusão social são mais efetivas no combate aos problemas de exclusão social atuais. Em concordância com esta perspetiva, este trabalho centrar-se-á na análise de políticas que visem a alteração de comportamentos promotores do ciclo de pobreza e exclusão social nas famílias economicamente

carenciadas residentes num país desenvolvido – Portugal, uma vez que se aceita que este tipo de políticas poderá encontrar na promoção e apoio ao turismo um instrumento eficaz para alcançar os seus objetivos.

Convictos de que a participação em atividades turísticas promove o intercâmbio cultural, o relaxamento, o desenvolvimento pessoal e social e a alteração de comportamentos, se forem planeados e executados programas de turismo que promovam a alteração de comportamentos que perpetuam o ciclo de pobreza e exclusão das classes desfavorecidas, o objetivo das políticas sociais de combate aos comportamentos de exclusão presentes nas classes sociais mais desfavorecidas poderá ser alcançado de forma mais efetiva (Minnaert *et al.*, 2009). No apoio social a estas famílias será essencial a orientação para a ativação das suas competências (Sousa *et al.*, 2007).

A necessidade de se utilizarem diferentes abordagens para se combater a exclusão social é corroborada por Sousa *et al.* (2007: 86), que afirmam que a par das diferentes abordagens atuais do combate à pobreza por diversos organismos internacionais (CE, EESC, ONU ou REAPN), a “nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsídio do risco, a participação ativa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais”. Esta perspetiva conclui que os problemas sociais atuais exigem medidas distintas das medidas clássicas de garantia de rendimentos, como forma de assegurar um mero direito de subsistência. Conclui-se, ainda, que exigem medidas que promovam realmente a inserção/participação das pessoas na sociedade, reconhecendo ao seu beneficiário um papel positivo e ativo na sociedade.

Para a concretização dessas medidas, considera-se que as políticas sociais de alteração de comportamentos promotores de exclusão, definidas como políticas da “nova geração” (Sousa *et al.*, 2007), poderão integrar programas de turismo social como instrumento de combate à exclusão (Minnaert *et al.*, 2009, 2011; McCabe *et al.*, 2010). Aponta-se como mérito destes programas a capacidade para impulsionar processos de aprendizagem através da experiência nas famílias economicamente carenciadas, contribuindo para combater comportamentos que perpetuam a exclusão social (Minnaert *et al.*, 2009, 2011; McCabe *et al.*, 2010).

Considerando que já Durkheim referia que da densidade do grupo familiar depende a intensidade dos sentimentos coletivos (Xiberras, 1993) e que os poucos estudos desenvolvidos apontam como consequência da participação em programas de turismo social para famílias, o reforço da coesão familiar e pró-atividade (Lima, Eusébio, & Amorim, 2012; Minnaert *et al.*, 2009; McCabe *et al.*, 2010), caberá aos agentes envolvidos na definição das políticas sociais desenvolver mecanismos que possibilitem aproveitar essa mudança de ambientes, maximizando o retorno das políticas para a sociedade (Minnaert *et al.*, 2009; McCabe *et al.*, 2010).

Integrar programas de turismo em políticas sociais é uma medida que, apesar de despertar o interesse de várias entidades, não tem merecido reconhecimento ou investigação generalizados e efetivos.

Em Portugal, existiram vários programas de turismo social, direcionados para os quatro segmentos, financiados pelo Estado, estando reduzidos, em 2014, apenas a um programa de turismo social financiado pelo Estado (programa “60+”, com intuito de promover a prática turística nos residentes dos Açores). Esta situação é igualmente acompanhada pela inexistência de estudos acerca do papel do turismo no combate à exclusão social de famílias.

3.3. Definição e evolução do conceito de Turismo Social

Num contexto em que as desigualdades sociais são cada vez mais visíveis, não só entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, mas também no interior dos países desenvolvidos, a ONU (1990) define pobreza como um conceito mais abrangente do que apenas a circunstância de se ter um baixo nível de rendimento. Este organismo considera que à pobreza estão associadas também, privações relacionadas com o acesso à saúde, à educação, ao conhecimento e à comunicação e, ainda, com a incapacidade de exercer direitos humanos e políticos, privações que levarão à inexistência de condições de dignidade, confiança e respeito. Desde finais do século XX, a erradicação da pobreza tem sido enfatizada em diversas reuniões e conferências internacionais, em resultado de se ter tornado objetivo prioritário da ação de organismos internacionais, como a ONU. Essa preocupação tornou-se ainda mais evidente com a consagração da erradicação da pobreza como um dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU, 2009).

Adicionalmente verifica-se que os direitos sociais, na sua expressão original, abrangiam um vasto leque de direitos que vão desde “um nível módico de bem-estar e segurança até ao direito a partilhar plenamente o património social e viver a vida de acordo com os padrões prevalentes na sociedade” (Marshall, 1963 cit. por Sousa *et al.*, 2007: 89). Estes direitos são também reconhecidos constitucionalmente em Portugal, como é exemplificativo o que se refere ao direito ao ambiente e qualidade de vida (artº 66º, CRP). Smith e Hughes (1999) referem, ainda, que a pobreza limita a capacidade de os indivíduos serem membros ativos e completos da sociedade e concluem que o reconhecimento desta relação, por parte de alguns governos, esteve na base da criação de programas de turismo integrados nas suas políticas sociais (como se pode constatar, a título meramente indicativo, em relação a França, Espanha, Portugal ou Reino Unido).

Observa-se, pois que, num contexto em que as desigualdades sociais se tornam mais visíveis no interior dos países desenvolvidos, aumentam as preocupações com a pobreza e a exclusão social, surgindo neste contexto o turismo social como tentativa de proporcionar aos indivíduos excluídos da sociedade a oportunidade de participação na atividade turística, por ser uma dimensão que caracteriza a sociedade atual e a qualidade de vida, e se considerar como estratégia facilitadora da deslocalização dos indivíduos/famílias para fora dos contextos onde habitualmente são excluídos. Esta forma de turismo apresenta-se como um

fenómeno relativamente recente, uma vez que, tal como o conhecemos hoje, apenas emergiu no século XX e, só após a II Guerra Mundial, foi reconhecido e apoiado por algumas autoridades públicas (EESC, 2006). Nos anos 50 e 60, diversas organizações e associações começaram a reunir esforços para promover esta atividade e foi criado um organismo de coordenação internacional do turismo social – o *Bureau Internationale du Tourisme Social* (BITS) (ou, mais recentemente, designado OITS - *Organisation Internationale du Tourisme Social* ou ISTO - *International Social Tourism Organisation*), que ainda hoje representa internacionalmente esta atividade (EESC, 2006).

Hunziker (1951) (cit. por Minnaert *et al.*, 2009) definiu turismo social como as relações e fenómenos na área do turismo, resultantes da participação em viagens por parte dos grupos sociais desfavorecidos. Em 1993, a Comissão Europeia definiu que o turismo social é organizado em alguns países por associações, cooperativas e sindicatos e é concebido para tornar o turismo acessível a um maior número de pessoas, especialmente aos grupos populacionais mais desfavorecidos (BITS, 2009). O Comité Económico e Social Europeu (EESC, 2006) declarou que uma atividade constitui turismo social quando verifica as seguintes condições: (i) os seus participantes não poderiam exercer, de forma alguma, o seu direito ao turismo; (ii) alguma entidade decide agir no sentido de reduzir os obstáculos que impedem um indivíduo de exercer o seu direito a praticar turismo; e (iii) essa ação ajuda efetivamente um grupo de pessoas a participar na atividade turística, com respeito pelos valores da sustentabilidade, acessibilidade e solidariedade. O BITS (2009), por sua vez, considera que por turismo social se entendem todas as relações e fenómenos que resultam da participação na atividade turística dos estratos sociais menos favorecidos, participação apenas possível devido a medidas de carácter social.

Embora não exista, ainda, uma definição única do conceito de turismo social, a maioria dos agentes envolvidos, reconhecem que o turismo social se refere a programas e atividades que permitam a todos os grupos populacionais, particularmente aos jovens, às famílias com baixos rendimentos, aos idosos e a pessoas com incapacidades, praticarem turismo, considerando sempre a necessidade de salvaguardar a qualidade das relações entre visitantes e comunidades dos destinos (EC, 2010). O turismo social aparece, então, na tentativa de caminhar no sentido da igualdade de acesso à atividade turística, integrando, inevitavelmente, objetivos relacionados com o combate à exclusão social e à pobreza e correspondendo aos objetivos das políticas sociais de inclusão e promoção da qualidade de vida, através do acesso a uma dimensão da vida atual em sociedade e da alteração de comportamentos de exclusão social.

A par do reconhecimento da utilidade e benefícios diversos dos programas de turismo social para a sociedade e apesar de o número de estudos que exploram o contributo do turismo social direcionado para as famílias economicamente carenciadas ser muito reduzido, têm sido realizados alguns estudos que abordam a temática dos benefícios da prática turística para os seus praticantes (capítulo 2) e existem já alguns programas de turismo social para famílias (secção 3.4).

Em Portugal têm existido programas de turismo social, com especial ênfase no turismo social para seniores, jovens e cidadãos com deficiências, de que a Fundação INATEL, Turicórdia¹, APPACDM², Instituto Português da Juventude - Pousadas da Juventude³ são exemplos. Embora tenha sido extinto, existiu também, um programa de turismo social para famílias economicamente carenciadas, promovido pela fundação INATEL e que beneficiou de apoios estatais para a sua implementação – programa Turismo Solidário. Salienta-se, contudo, o esforço que tem sido feito no sentido de promover a investigação dos impactes de programas de turismo social, tanto em relação aos visitantes, como aos destinos abrangidos e, também, à economia nacional. São disso exemplos, o “Estudo de Impacto Sócio-económico dos Programas Turismo Sénior e Saúde e Termalismo Sénior em Portugal de 1995 a 2000”, o “Estudo de Impacto Sócio-económico dos Programas Turismo Sénior de 2001 a 2005” e o “Estudo de Impacto Sócio-económico dos Programas Turismo Sénior de 1997 a 2007”, promovidos pelo INATEL.

Os organismos que promovem o turismo social reconhecem não só os benefícios destas medidas para os grupos sociais alvo (secção 3.4), mas, também, os benefícios para os destinos. Este último tipo de benefícios inclui a diminuição da sazonalidade da procura turística, a valorização do património histórico-cultural, o aumento do emprego e do rendimento (EESC, 2006; Hazel, 2005; Minnaert *et al.*, 2009; Smith & Hughes, 1999). Recentemente, o reconhecimento por parte da União Europeia (EC, 2010) da necessidade de avaliar o contributo do turismo social para a sociedade, culminou com a criação do projeto CALYPSO, projeto que pretende avaliar os impactes do turismo social para os países da União e implementar um sistema de intercâmbio de pessoas entre países com diferentes programas de turismo social. Um dos objetivos do referido projeto consiste na fundamentação e avaliação do contributo do turismo social para promover a “aprendizagem ativa” das famílias economicamente carenciadas.

A realidade apresentada embora se apresente como sinal de esperança para o futuro, não corresponde a uma prática satisfatória e apesar do reconhecimento do contributo positivo do turismo social para melhorar a vida em sociedade, ainda existe relativamente pouca implementação de programas de turismo social como instrumentos de política social para a inclusão de grupos sociais desfavorecidos, particularmente se nos referirmos às famílias economicamente carenciadas, como verificaremos com maior detalhe nas secções que se seguem.

¹ Associação das Misericórdias para a promoção do turismo social

² Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

³ As pousadas da juventude não são denominadas como agentes do turismo social, no entanto existem com o objetivo de possibilitar a todos os jovens (incluindo os jovens provenientes de famílias carenciadas e os jovens com deficiências) o acesso ao Turismo, “promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social”.

3.4. Programas de turismo social para famílias

A par do reconhecimento da utilidade e benefícios diversos dos programas de turismo social para a sociedade e apesar de o número de estudos que exploram o contributo do turismo social direcionado para as famílias economicamente carenciadas ser muito reduzido, têm sido realizados alguns estudos inovadores que abordam a temática dos benefícios da prática de turismo para os seus praticantes e existem já alguns programas de turismo social para famílias. É o caso dos programas “*Family Card Niederösterreich – Vysocina*”, na Áustria ou o “*TYPET bilateral exchange programme*” entre Portugal e a Grécia, dirigidos a famílias, mas não especificamente a famílias economicamente carenciadas – no primeiro caso é aberto a todas as famílias com filhos e no segundo, a todas as famílias sócias da Associação promotora do programa, a Fundação INATEL (EC, 2010).

Com o intuito de identificar alguns programas de turismo social direcionados para famílias economicamente carenciadas que têm surgido, efetuou-se uma pesquisa na internet e procedeu-se à análise do conteúdo dos *websites* das entidades promotoras/gestoras de cada programa, das fichas de inscrição nos Programas (quando disponíveis) e dos regulamentos de cada programa (sempre que disponíveis). Esta análise dos diferentes programas teve como objetivo identificar as principais características e diferenças que se verificam entre os programas identificados, base importante para, em estudos posteriores, se poderem analisar de forma mais pormenorizada a estrutura e efeitos de cada programa. Algumas das iniciativas encontradas não constam da análise que se apresenta, uma vez que não foi possível obter-se informação suficiente para a realização de uma caracterização dessas iniciativas (por exemplo, na Áustria, o programa *Familienpass*; na Republica Checa, o *Family passport*; na Dinamarca, os programas do *Labour Market Holiday Fund*). Os dados apresentados referem-se ao ano mais atual para o qual existe informação disponível, quer no relatório Calypso (EC, 2010), quer nos sites das instituições promotoras, em agosto/setembro de 2014.

Programas de turismo direcionados para o segmento das famílias economicamente carenciadas são mais raros e relativamente recentes (Tabela 3.1). Apesar de terem como objetivo comum possibilitar o acesso a férias por parte de famílias economicamente carenciadas (exclusivamente ou como um dos públicos a abranger), estes programas apresentam diferenças entre si. Essas diferenças vão desde as fontes de financiamento (Tabela 3.1), aos critérios de seleção dos participantes (Tabela 3.2), às componentes que os programas integram (Tabela 3.3) e ao número de famílias que conseguem beneficiar.

Formas de Financiamento

Em termos de financiamento, a *Family Holiday Association* (FHA), a *Impro Ceļojumi* e a REKA - *Swiss Travel Fund*, recorrem exclusivamente a fundos derivados de patrocínios e a financiamento por parte dos

próprios participantes, não estando esses programas associados a nenhum instrumento de política pública social (Tabela 3.1). Já os restantes beneficiavam de financiamento público, em consequência do reconhecimento do potencial do turismo enquanto instrumento de política social.

Tabela 3. 1 - Caracterização da gestão de alguns programas de turismo social para famílias

Designação do programa	Ano de início	Entidade Promotora/ Gestora	País	Fontes de Financiamento
"Family Well-Being Break"	1974	Family Holiday Association (FHA)	Reino Unido	. Patrocínios . Financiamento por parte dos participantes (de acordo com o rendimento e com o tipo de programa)
Holiday Participation Centre	2001	Holiday Participation Centre - Tourism Flanders	Bélgica	. Financiamento Público . Financiamento por parte dos participantes
"Turismo Solidário" (até 2011)	2008	Inatel	Portugal	. Financiamento Público . Financiamento por parte dos participantes (de acordo com escalões de rendimento)
"Reka Holiday Assistance"	1939	Reka	Suíça	. Financiamento através de fundos próprios . Financiamento por parte dos participantes (de acordo com escalões de rendimento)
"Holidays For Latvian Low-Income Families To Czech Republic, Slovakia And Hungary"	a)	Impro Ceļojumi (Impro Viagens – Empresa de Turismo)	Letónia	. Financiamento por parte da empresa, de todos os custos fixos . Financiamento por parte dos participantes, respeitante aos custos variáveis associados aos pacotes de viagem
"Aide Aux Vacances Sociales"	1990	VACAF	França	. Financiamento Público (<i>Caisse Nationale Des Allocations Familiales</i> - CAF) . Financiamento por parte dos participantes
"Aides Aux Projets Vacances" (Aapv) E "Bourse Solidarite Vacances" (Bsv)	. AAPV: 1990 . BSV: 1998	Agence Nationale Pour Les Cheques Vacances (ANCV)	França	AAPV: . Financiamento através de associações e/ou entidades públicas . Financiamento por parte dos participantes (50%) BSV: . Financiamento através de associações e/ou entidades públicas e/ou agentes da oferta.

Legenda: a) Dados não disponíveis

Fontes: ANCV (2014); EC (2010); FHA (2013a); INATEL (2010); Reka (2014).

CrITÉRIOS de seleção dos participantes

Relativamente aos critérios de seleção dos participantes, apesar de a definição de família, os escalões de rendimento mínimo e os documentos exigidos variarem entre os vários programas, o objetivo é sempre garantir que os programas beneficiarão as famílias que mais precisam de ajuda – as famílias com menores rendimentos (Tabela 3.2).

Tabela 3. 2 - Caracterização de alguns programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas de acordo com os critérios de seleção dos participantes

Designação do programa	CrITÉrios de seleÇão
<i>Family Well-Being Break</i>	<ul style="list-style-type: none"> A família deverá ser indicada para participar no programa através de um profissional que conheça e acompanhe a família, estando, assim, ciente da sua real situação, por exemplo, um assistente social, m�dico, professor. A família deve integrar pelo menos uma criança com menos de 18 anos de idade, na altura em que será realizada a viagem A família não ter tido férias nos últimos 4 anos A família ter rendimentos baixos: menos de �28.000 (cerca de 31.515�*) por ano ou menos de �538 (cerca de 606�*) por semana
<i>Holiday Participation Centre</i>	<ul style="list-style-type: none"> A família fazer prova de auferir um rendimento líquido anual abaixo dos escalões definidos pela organização e que são definidos de acordo com o valor da linha de pobreza e a composição da família
Turismo Solidário (até 2011)	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos residentes em Portugal Idade superior a 18 anos Rendimento bruto mensal inferior ou igual a dois s�l�rios mínimos nacionais (correspondente a 970�, em 2011) Os participantes poderão ser acompanhados pelos cônjuges e/ou outros membros dependentes do agregado familiar
<i>Reka holiday assistance</i>	<ul style="list-style-type: none"> A família deve integrar pelo menos uma criança menor de 18 anos de idade Os elementos da família devem ser cidadãos su�os ou ter residência no país há pelo menos 2 anos. Não ter usufruído de férias Reka durante o ano em que se candidata O rendimento anual da família (todos os rendimentos e patrim�nio devem ser considerados no acesso ao programa) não exceder 57.000Fr. (cerca de 43.789�*). Em casos de famílias monoparentais, esse limite é de 47.000Fr. (cerca de 36.107�*). A partir da segunda criança por agregado familiar, estes limites de rendimento aumentam por frações de 5.000Fr. (cerca de 3.841�*) por criança.
<i>Aide aux Vacances Sociales</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ter um valor de imposto a pagar no ano anterior (<i>Quotient Familial</i>) inferior a 600� Estar numa situação familiar delicada que exige acompanhamento individual profissional (m�dico ou social) Ser beneficiário da <i>CAF de Roubaix-Tourcoing</i> e ter pelo menos um filho menor a seu cargo
<i>Aides aux projets vacances e Bourse Solidarité Vacances</i>	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir pelo menos um dos seguintes cr�terios: <ul style="list-style-type: none"> Ter um valor de imposto a pagar no ano anterior inferior ou igual a 1000� (<i>Quotient Familial CAF</i>) Ser beneficiário de <i>Revenu Minimum d'Insertion</i> (RMI) ou de <i>Revenu de Solidarité Active</i> (RSA) no ano em curso Beneficiar de <i>l'Allocation aux Adultes Handicap�s</i> (AAH) no ano em curso Ter um rendimento anual de referência para cálculo do imposto dentro dos escalões definidos pela entidade promotora Ser beneficiário da <i>Couverture Maladie Universelle</i> (CMU) no ano em curso

Legenda: * Considerando as taxas de câmbio no dia 12 de Abril de 2011 e a informação disponível em EC (2010)

Nota: Não foi possível obter este tipo de informação acerca do programa *Holidays for Latvian low-income families*

Fontes: ANCV (2014); EC (2010); INATEL (2010); FHA (2013a); Reka (2014) e Visit Flanders (s/d).

No que respeita às componentes que cada programa integra, verifica-se também alguma variedade, sendo que o programa que era promovido em Portugal é o único dos programas analisados que apresentava uma única modalidade de viagem (Tabela 3.3).

Tabela 3. 3 - Caracterização de alguns programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas de acordo com as modalidades de viagens oferecidas

Modalidades	Designação do programa	Modalidades oferecidas
Várias	<i>Family Well-Being Break</i>	<p>. Modalidade normal ("short breaks"): alojamento em caravana, passes para algumas atrações e seguro médico (sujeito a avaliação médica). Duração variável de 3, 4 ou 7 noites. Poderá, em casos excecionais, ser concedida uma "bolsa" à família para despesas durante a viagem.</p> <p>. Modalidade "Group break": modalidade associada à realização de viagens organizadas por quatro ou mais famílias.</p> <p><i>Nota:</i> A maioria dos programas nas modalidades normal e "Group break" integra exclusivamente destinos domésticos, sendo a maioria em "holiday parks" (como os parques Haven ou Butlins).</p> <p>. Modalidade de passeio diário: Passeios de um dia</p> <p>. Modalidade <i>European Holiday Experience</i>: modalidade disponível, pelo menos em 2012, que permitia escolher como destino Paris ou Flandres, quer na época baixa quer na alta, em condições semelhantes às da modalidade normal de viagem.</p>
	<i>Holiday Participation Centre</i>	<p>. Modalidade de passeio diário: Passeios de um dia, uma vez que é mais fácil de poupar para um dia de viagem, e em seguida, para umas férias de vários dias.</p> <p>. Modalidade de férias em grupo e estadias de grupo: modalidade que permite ter um grupo seguro, faz com que seja mais fácil relaxar para alguns visitantes com menos experiência de viagem.</p> <p>. Modalidade de férias organizadas: férias totalmente organizadas.</p> <p>. Modalidade de férias individuais: sozinho em férias, com amigos ou com a família, num hotel ou numa casa de férias - as ofertas de férias individuais são muito diversas. É uma abordagem intensiva e pessoal que é muito apreciada.</p>
	<i>Reka holiday assistance</i>	<p>. Modalidade 1: Uma semana de férias numa das aldeias ou apartamentos Reka (Suíça).</p> <p>. Modalidade 2: Uma semana de férias em regime de meia pensão, em diversos albergues de juventude (Suíça).</p> <p>. Modalidade 3: Uma semana de férias com programa especial para mães solteiras.</p> <p><i>Nota:</i> Em alguns destinos, em qualquer das modalidades, os participantes podem usufruir de um conjunto de descontos adicionais em atrações e atividades, com o "Reka Family pack".</p>
	<i>Holidays for Latvian low-income families</i>	<p>. Três tipos de pacotes de viagem de acordo com o tipo de destino (República Checa, Eslováquia e Hungria).</p> <p>. As épocas das viagens são diversas e podem ocorrer, não só no Verão, como também durante outros períodos de férias escolares.</p>
	<i>Aide aux Vacances Sociales</i>	<p>. Período mínimo é de 7 dias e máximo de 14 dias, por ano civil, consecutivos ou não (a família pode decidir fazer só umas férias ou repartir pelo ano)</p> <p>. Individuais ou coletivos</p> <p>. Autónomos ou acompanhados</p> <p>. Alojamento num centro VACAF autorizado</p> <p>. A época da viagem deverá coincidir com as férias escolares (exceto para as famílias com criança(s) com menos de 6 anos, ainda fora da escolaridade obrigatória)</p>
	<i>Aides aux projets vacances</i>	<p>. Planos de férias individuais ou coletivos</p> <p>. Autónomos ou acompanhados</p> <p>. Estadias de pelo menos quatro noites consecutivas fora da residência habitual. Períodos de curta duração (1 a 3 noites) são aceites para aqueles públicos incapazes de suportar estadias de longa duração</p> <p>. Custo dia/estada/pessoa máximo de 85€, exceto em casos de existência de uma estratégia social ou médico-social particular.</p> <p>A ANCV atribui <i>vouchers</i> aos participantes, cujo objetivo é o de garantir apoio financeiro, sob a forma de descontos aos participantes (programa não gratuito).</p>
	<i>Bourse Solidarité Vacances</i>	<p>. A ANCV atribui <i>vouchers</i> (de valor variável consoante os rendimentos dos participantes) para descontos em diversos serviços turísticos, nas entidades parceiras (alojamento e transportes).</p>

Continua

Tabela 3. 3 - Caracterização de alguns programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas de acordo com as modalidades de viagens oferecidas (cont.)

Modalidades	Designação do programa	Modalidades oferecidas
Única	"Turismo Solidário" (até 2011)	<p>O pacote incluía:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 6 dias de férias (5 noites) . Regime de pensão completa ou meia pensão . Alojamento nas unidades hoteleiras INATEL . Transporte em autocarro desde o local de partida até à unidade hoteleira e regresso . Passeios com duração de meio-dia . Participação em atividades de carácter lúdico e recreativo . Seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, durante a viagem e estada. <p>Os destinos das viagens são, exclusivamente, destinos domésticos.</p>

Fonte: ANCV (2014); EC (2010); FHA (2013a); INATEL (2011); Reka (2014).

Número de participantes nos programas

Existe, ainda, uma diferença significativa em termos de número de participantes nos programas. Em 2007, o *Aide aux Vacances Sociales* possibilitou 2.700 estadias (EC, 2010) e em 2013 os programas desta instituição (incluindo um programa destinado a seniores) possibilitaram que 225.000 indivíduos participassem em programas de férias (ANCV, 2014).

O programa conjunto entre a FHA, a *Flanders Tourism* e a *French charity "Vacances Ouverts"*, '*European Holiday Experience*', permitiu que, por ano (pelo menos até 2012, última data para a qual se encontrou referência ao programa), 5 a 10 famílias viajassem de/para cada um dos países envolvidos (EC, 2010). O programa da FHA de setembro de 2012 a setembro de 2013 contou com 2.092 famílias participantes, incluindo 5.620 crianças (FHA, 2013b).

O programa *Reka holiday assistance* proporciona cerca de 50.000 dias de férias, por ano, a cerca de 1.200 famílias economicamente carenciadas na Suíça (Reka, 2010). Já em Portugal, em 2010, estava previsto que 5.300 pessoas beneficiassem das ofertas do programa Turismo Solidário (INATEL, 2010).

Benefícios dos programas

Um outro aspeto que merece destaque é o facto de a FHA ser especialmente ativa no sentido de demonstrar e divulgar o valor de iniciativas como as que promove, para o fortalecimento das relações internas da família e para a melhoria das condições psicológicas e emocionais das famílias economicamente carenciadas (McDonald, 2006). Um estudo levado a cabo em 2006, por esta associação, salienta a importância que os agentes que trabalham com famílias economicamente carenciadas atribuem ao acesso a férias: 81% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reforça os laços afetivos familiares e melhora a estabilidade familiar; 72% considerou que o acesso a férias reduz a marginalização e isolamento; 64% referiu a importância das férias na melhoria das condições de saúde das famílias; e 47% acreditava que

as férias influenciam positivamente o rendimento escolar das crianças que integram as famílias (EUFED, 2008).

Um estudo de Minnaert *et al.* (2009), sobre os efeitos a curto e médio prazo da participação em programas de turismo social, em 40 famílias inglesas economicamente carenciadas, que participaram em programas promovidos pela FHA, comprova a importância que as férias podem ter para aumentar os laços familiares, a estabilidade das famílias (capital familiar), os contactos sociais das famílias e a sua participação social (capital social). Neste estudo verificaram-se, ainda, alterações positivas nos comportamentos (fundamentada pela aprendizagem através da experiência de viagem) e na postura face aos problemas.

Salienta-se, também, que o programa de turismo social que era direccionado para famílias economicamente carenciadas, promovido pela fundação INATEL, programa Turismo Solidário, tinha como objetivo “permitir o acesso ao gozo de períodos de férias organizadas a um número significativo de cidadãos, contribuindo para a dinamização da economia nacional e, em particular, das atividades turísticas nas épocas baixa e média”, bem como “contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos mais carenciados, promovendo a interação social enquanto fator de inclusão” (INATEL, 2010). Este programa beneficiava de apoio estatal devido ao reconhecimento, por parte do Estado, da “importância de assegurar a realização de iniciativas que contribuem para promover a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais carenciados” (Despacho nº7429/2010). No entanto, esta iniciativa teve uma duração muito reduzida (a primeira edição do programa foi em 2008 e a última em 2011) e não existe qualquer estudo acerca dos contributos efetivos deste tipo de programa para os segmentos-alvo e para a sociedade, nem acerca da forma como estes programas deverão ser implementados para maximizar esse contributo.

Perante este contexto, aumenta a relevância de estudar os benefícios (individuais e coletivos) destes programas de turismo inseridos em políticas sociais, especialmente por existirem experiências que revelam que o Estado pode desenvolver programas de turismo social a custos relativamente limitados, ou de forma a estimular a economia local dos destinos e, assim, aumentar as suas receitas (Minnaert *et al.*, 2011).

Estas conclusões, aliadas à revisão de literatura sobre os efeitos individuais e coletivos do turismo, vêm reforçar o papel que o turismo pode ter enquanto promotor da estabilidade familiar e, consequentemente, do bem-estar familiar (Lehto *et al.*, 2009). De entre estes benefícios, destaca-se o contributo mais direto que os benefícios ao nível da aprendizagem e da socialização podem ter para o aumento do acesso à informação e a novas experiências, bem como para esboçar processos de alteração de comportamentos e aprendizagem pela experiência nas famílias economicamente carenciadas, sendo estes os benefícios que iremos analisar em maior detalhe nos próximos pontos.

(i) *Benefícios em termos de socialização*

A par do reconhecimento da utilidade e benefícios diversos do turismo para a sociedade e apesar de o número de estudos que exploram o contributo do turismo direcionado para as famílias economicamente carenciadas ser muito reduzido⁴, têm emergido alguns estudos que abordam a temática dos benefícios em termos de socialização da prática de turismo social para os seus praticantes, tal como referido anteriormente. Neste âmbito, salientam-se as contribuições notáveis de Smith e Hughes (1999), os diversos estudos desenvolvidos por Minnaert, desde 2006 até ao presente ano, e McCabe *et al.* (2010). Os resultados obtidos mostram que no caso concreto das famílias economicamente carenciadas, a maior intensidade sentida nos benefícios decorrentes de uma participação num programa de turismo, prende-se com o facto de estas famílias estarem sujeitas diariamente a grandes níveis de desgaste e stress, consequências da escassez de rendimentos, que contribuem para uma diminuição da autoestima e a força para enfrentar os problemas, corroendo, ao mesmo tempo, os seus recursos e capacidades emocionais (Sousa *et al.*, 2007).

Outra dimensão importante e complementar daquela, respeita aos contributos que o turismo pode trazer para as famílias ao nível da promoção da socialização e da possível criação de redes sociais fora dos habituais círculos frequentados, são aspetos a considerar como importante benefício do turismo para os visitantes (Smith & Hughes, 1999 e Minnaert *et al.*, 2009). Esta importância decorre do facto de a socialização ser fortemente estruturante da reintegração das famílias na sociedade e poder promover bases para a alteração dos comportamentos que perpetuam a situação de exclusão vivida por essas famílias.

A *Family Holiday Association*, uma associação que promove atividades de turismo social para famílias economicamente carenciadas, no Reino Unido, tem empenhado esforços no sentido de demonstrar o valor de iniciativas como as que promove, para o fortalecimento das relações internas da família e para a melhoria das condições psicológicas e emocionais das famílias economicamente carenciadas (McDonald, 2006). Esta associação desenvolveu um estudo em 2006 que salienta a importância que os agentes que trabalham com famílias economicamente carenciadas (assistentes sociais) atribuem ao acesso a férias: 81% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reforça os laços afetivos familiares e melhora a estabilidade familiar; 72% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reduz a marginalização e isolamento; 64% dos agentes inquiridos referiu a importância das férias na melhoria das condições de saúde das famílias; e 47% dos agentes inquiridos acreditava que as férias influenciam positivamente o rendimento escolar das crianças que integram as famílias (EUFED, 2008).

Smith e Hughes (1999) entrevistaram 10 famílias inglesas que participaram em programas de turismo social e concluíram que essas famílias registaram os seguintes benefícios importantes em termos de:

⁴ Em agosto de 2014, efetuando uma pesquisa, por assunto, numa base de artigos científicos de referência (Thomson Reuters – Web of Science), para a expressão “*tourism*” obtiveram-se 44.412 resultados, enquanto com a expressão “*social tourism*”, obtiveram-se 43 resultados e com as expressões “*tourism*” e “*disadvantaged families*”, obtiveram-se 0 resultados. Efetuando uma pesquisa com as expressões “*social tourism*” e “*Portugal*”, obtiveram-se 0 resultados e com as expressões “*tourism*” e “*disadvantaged families*” e “*Portugal*”, obtiveram-se 0 resultados.

- (i) se sentirem mais inseridos na sociedade;
- (ii) alívio do *stress* e pressões do quotidiano (essencialmente devido à quebra da rotina e mudança de espaço que o turismo proporciona);
- (iii) reforço dos laços familiares, aumento da tolerância e compreensão entre os membros da família;
- (iv) melhoria da saúde física e psicológica dos participantes;
- (v) aumento da confiança e otimismo.

Este estudo comprovou que estas famílias economicamente carenciadas retiram o mesmo tipo de benefícios da prática turística que os restantes grupos sociais, mas a intensidade e o significado que esses benefícios têm, são diferentes e de maior dimensão para estas famílias. O desgaste e o *stress* quotidianos, consequências da escassez de rendimentos, diminuem a autoestima e a força para enfrentar os problemas, corroendo, ao mesmo tempo, os recursos emocionais da família (Sousa *et al.*, 2007). Consequentemente, uma quebra de rotina, sair do local de residência habitual e “esquecer” por um momento esses problemas, faz com que o turismo, enquanto veículo destes benefícios, tenha um significado mais intenso para famílias economicamente carenciadas do que para famílias consideradas normais.

Outro estudo mais recente, de Minnaert *et al.* (2009), sobre os efeitos a curto e médio prazo da participação em atividades turísticas em 40 famílias inglesas economicamente carenciadas comprova a importância que as férias podem ter para aumentar os laços familiares, a estabilidade das famílias (capital familiar), bem como os contactos sociais das famílias e a sua participação social (capital social). Os autores verificaram ainda a existência de alterações positivas nos comportamentos (fundamentada pela aprendizagem através da experiência de viagem) e na postura face aos problemas.

A sociedade atual assume, cada vez mais, como preocupação o facto de as famílias atuais estarem demasiado ocupadas para passar tempo com seus filhos e terem menos tempo para relaxar, brincar, comunicar e partilhar refeições (Intel, 2009; Schanzel, 2013). Dentro deste contexto, as férias em família são vistas como oportunidades de reforço de laços familiares para garantir a felicidade, a união da família e a coesão social (Minnaert *et al.*, 2009; Schanzel, 2013). Crê-se, então, que o incentivo do turismo social contribuirá para a inclusão social de famílias economicamente carenciadas, incentivando a coesão e solidariedade sociais e alterando comportamentos que contribuem para perpetuar o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social. A integração de programas de turismo social nas políticas sociais poderá contribuir para o aumento da eficiência dessas políticas e para a maximização dos seus benefícios para a sociedade.

Assim, considerando todos os aspetos referidos anteriormente (benefícios e constrangimentos à prática turística e necessidade de encontrar medidas alternativas de promoção da inclusão social), conclui-se que o turismo social proporciona aos indivíduos, por qualquer razão excluídos de alguma dimensão da

sociedade, a oportunidade de participarem numa dimensão que está interligada e implica contacto com outras dimensões da sociedade atual, contribuindo para a sua inclusão social.

No contexto considerado, é relevante estudar os benefícios (individuais e coletivos) que poderão advir da implementação de programas de turismo social, podendo desempenhar um papel enquanto agente de alteração de comportamentos que perpetuam a pobreza e exclusão social. Fernandes (2002) defende que as camadas mais debilitadas das sociedades atuais poderão necessitar até mais do que as camadas populacionais que não têm constrangimentos à prática de turismo, “de se libertarem de tensões e constrangimentos” e “de tempos de suspensão do seu quotidiano”, devido às difíceis condições de vida e problemas que enfrentam diariamente.

Com base na revisão de literatura realizada, formou-se a convicção de que o desenvolvimento de programas de turismo social poderá contribuir para o reforço dos laços familiares, considerado como aumento do capital familiar, e para o acesso à informação, à cultura e socialização, como aumento do capital social, refletindo-se num aumento da inclusão social e na alteração de comportamentos das famílias que contribuem para a manutenção da família em situação de privação económica e exclusão social.

Coleman (1998:S105) afirma, no seu estudo sobre a influência do capital social na formação do Capital Humano, que todas as relações sociais e estruturas sociais facilitam a formação de capital social. Coleman (1998) conclui, a partir do seu estudo empírico, que o capital social contribui positivamente para a formação de Capital Humano, nas crianças e jovens, refletindo-se num aumento do Capital Humano da sociedade. O turismo pode ser um veículo para o aumento do Capital Social das famílias, enquanto atividade que promove o intercâmbio de ideias e o aumento das relações sociais dos seus intervenientes (Minnaert *et al.*, 2009 e Coleman, 1998). Esta conclusão reforça a relevância de estudos que visem conhecer aprofundadamente os benefícios que poderão decorrer da prática turística para famílias económica e/ou socialmente desfavorecidas que neles participem e para a própria sociedade.

(ii) Aprendizagem através da experiência turística

A aprendizagem, por ser um processo contínuo e gerador de mudança, pelas ruturas que possibilita, adquire na temática em apreço um valor considerável. Por isso, outro tipo central de benefícios, considerado no combate à exclusão social através do turismo, tem a ver com as oportunidades de aprendizagem que esta atividade proporciona.

Tal como discutido no capítulo 2, secção 2.3.1, a aprendizagem que o turismo proporciona integra-se no conceito de aprendizagem pela experiência (Mitchell, 1998), podendo espoletar importantes processos de alteração de comportamentos nos indivíduos (e nas famílias). Esta aprendizagem que o turismo proporciona poderá ser direcionada, através de políticas sociais que integrem programas de turismo social, para modificar

comportamentos que contribuam para a exclusão social e pobreza dos grupos mais desfavorecidos da sociedade.

Considerando que uma parte das famílias economicamente carenciadas são, geralmente, famílias com padrões repetitivos de organização e comportamento, que funcionam como bloqueio à própria família torna-se essencial que o apoio social a prestar a estas famílias seja orientado para a ativação das suas competências (Sousa *et al.*, 2007). Mesmo as famílias economicamente carenciadas que enfrentam o “novo tipo de pobreza” referido na secção 3.2, mesmo não tendo ainda esses padrões de organização e comportamento característicos das famílias com baixos rendimentos “tradicionais”, são famílias que poderão facilmente adotar padrões repetitivos de organização/comportamento, que funcionam como adaptação às circunstâncias da pobreza (Lewis, 1970). Deste modo, a promoção de iniciativas que despoletem o processo de aprendizagem no segmento das famílias economicamente carenciadas poderá ser de extrema importância para combater os comportamentos que perpetuam a exclusão social e o ciclo vicioso da pobreza.

O turismo providencia aos visitantes uma base para ativarem o seu processo de mudança, cabendo aos planeadores e agentes envolvidos na definição das políticas sociais desenvolver mecanismos que possibilitem o aproveitamento, por parte das famílias economicamente carenciadas, dessa oportunidade de mudança, maximizando o retorno das políticas para a sociedade. Uma vez que a socialização será fortemente estruturante da reintegração das famílias na sociedade e promoverá bases para a alteração dos comportamentos que perpetuam a situação de exclusão vivida por essas famílias, os contributos que o turismo poderá trazer para as famílias, ao nível da promoção da socialização e da possível criação de redes sociais fora dos habituais círculos frequentados, são aspetos que devem ser considerados (Minnaert *et al.*, 2009; Smith & Hughes, 1999). Neste sentido, Minnaert *et al.* (2009) alertam para a necessidade de se adaptar o tipo de apoio presente durante as viagens a cada família, apoio esse que ditará a prossecução dos objetivos de alteração de comportamentos e inclusão social destas iniciativas.

Partindo do referencial teórico apresentado nos pontos anteriores, apresenta-se na Figura 3.1 uma esquematização da forma como o turismo, enquanto atividade de lazer e veículo de intercâmbio cultural e de acesso a diferentes ideias e informações, poderá contribuir para desenvolver processos de aprendizagem ativa nos indivíduos que o praticam, alterando comportamentos que perpetuam a exclusão social.

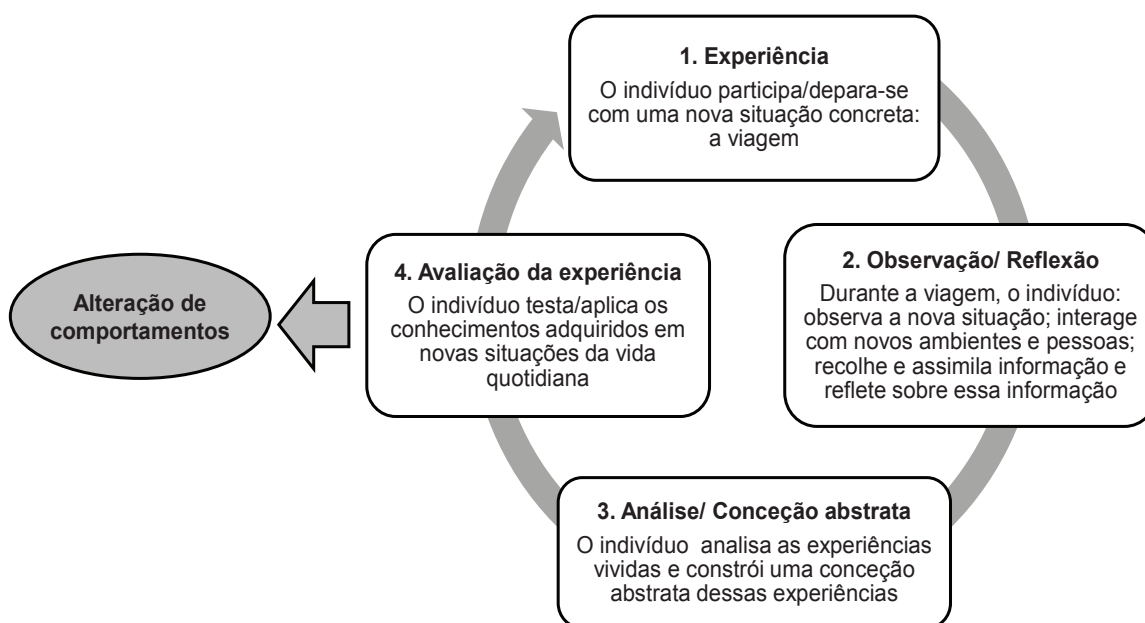


Figura 3. 1 – Relação entre a aprendizagem pela experiência turística e a alteração de comportamentos

Fonte: Elaborado com base em Kolb (1984); Minnaert *et al.* (2009, 2012); Mitchell (1998); Van Winckle e Lagay (2012).

Uma viagem representa uma nova situação, uma experiência concreta que fornece uma oportunidade para observar novos ambientes/realidades e interagir com diferentes pessoas (conhecidas ou desconhecidas), em novos contextos. Esta experiência é condicionada por fatores como o planeamento que é feito para a realização dessa viagem, a componente sensorial que envolve, a novidade e liberdade que essa experiência representa na vida dos indivíduos, o interesse que a experiência lhes desperta nos indivíduos (em função da imersão cultural que despoleta), os contactos sociais que envolve e o nível de “desafio” que representa para os indivíduos. Por sua vez, a observação e interação que essa experiência gera, tenderão a ser acompanhadas por uma reflexão que atribuirá o significado pessoal àquela experiência nova. Após a experiência, de acordo com o ciclo de aprendizagem de Kolb (1984), seguir-se-á uma fase de análise e de formação de uma conceção abstrata dessa experiência. Isto ignifica que, serão formados e desenvolvidos novos conceitos a partir da experiência vivida que, por sua vez, desencadearão implicações para ações futuras, através de processos de experimentação ativa (teste/aplicação concreta dos novos conceitos) (Figura 3.1).

Em suma, este é um ciclo que se inicia no experienciar da prática turística, se prolonga com o ato de refletir sobre a experiência vivida e as realidades observadas. Esta reflexão e observação proporcionam a análise dos novos conceitos e, partindo desses novos conceitos criados, contribuir para alterar comportamentos, levando os indivíduos a agir de forma diferente.

3.5. Conclusão

O turismo poderá, de acordo com Smith e Hughes (1999) e considerando a sua inclusão em indicadores que pretendem medir a pobreza e exclusão social (por exemplo, a Taxa de Privação Material), ser considerado uma necessidade associada ao estilo de vida atual, constituindo, assim, uma dimensão da sociedade atual. Não ter acesso a férias fora do local de residência e a atividades de lazer pode ser encarado como uma forma de exclusão do estilo de vida comum à sociedade e das necessidades que qualquer indivíduo deve poder satisfazer para concretizar o seu direito de ser um cidadão completo da sociedade em que se insere (Smith & Hughes, 1999). Assim, a incapacidade para praticar turismo, enquanto incapacidade para partilhar o estilo de vida associado à sociedade atual, poderá ser uma dimensão da pobreza e da exclusão social (Smith & Hughes, 1999; Wolff, 2009).

Cientes de que a pobreza é geradora de problemas que se repercutem em toda a sociedade, Smith e Hughes (1999) referem que a pobreza limita a capacidade de os indivíduos serem membros ativos e completos da sociedade, excluindo-os de várias dimensões sociais e concluem que o reconhecimento desta relação, por parte de alguns governos, esteve na base da criação de programas de turismo social integrados nas suas políticas sociais (como em França, Espanha, Portugal ou Reino Unido).

Medidas como estas foram tomadas com base na convicção de que a esses programas estavam inerentes benefícios diversos. Assim, atendendo aos benefícios reconhecidos da atividade turística como facilitadora do envolvimento dos indivíduos nas diversas dimensões da sociedade e do desenvolvimento pessoal e social dos elementos que a praticam, bem como aos objetivos de inclusão social nas sociedades atuais, o EESC (2006) considerou como um dos desafios atuais e futuros do turismo, o facto de esta atividade se tornar uma atividade acessível para todos os elementos da sociedade.

O turismo social surge em resposta a esta preocupação com a exclusão social, proporcionando aos indivíduos excluídos da sociedade a oportunidade de participar na atividade turística, uma dimensão que caracteriza a sociedade atual e a qualidade de vida. O BITS (2009) considera que por turismo social se entendem todas as relações e fenómenos que resultam da participação na atividade turística dos estratos sociais menos favorecidos, participação essa apenas possível devido a medidas de carácter social. O turismo social aparece, então, como a tentativa de alcançar a igualdade de acesso à atividade turística, integrando, inevitavelmente, objetivos relacionados com o combate à exclusão social e à pobreza, correspondendo aos objetivos das políticas sociais de inclusão e promoção da qualidade de vida, através de alteração de comportamentos de exclusão social.

Tal como referido na secção 3.3, a integração de programas de turismo direccionados para os grupos sociais desfavorecidos em políticas sociais é uma medida possível que, apesar de já despertar o interesse de várias entidades, ainda não tem merecido reconhecimento e investimento generalizado e efetivo.

Sousa *et al.* (2007: 86) corroboram a necessidade de se utilizarem diferentes abordagens para se combater a exclusão social, afirmando que a par das diferentes abordagens atuais do combate à pobreza por diversos organismos internacionais, a “nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidiação do risco, a participação ativa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais”. Deste modo, conclui-se que os problemas sociais atuais exigem medidas distintas das medidas clássicas apenas de garantia de rendimentos, como forma de assegurar um mero direito de subsistência. Estes autores salientam a relevância da utilização de políticas que atuem sobre as causas da exclusão e que provoquem alterações nos comportamentos dos indivíduos, para que seja possível alcançar a inclusão social de grupos excluídos. Os problemas sociais atuais exigem, pois, medidas que promovam realmente a inserção/participação das pessoas na sociedade, reconhecendo ao seu beneficiário um papel positivo e ativo na sociedade.

Nesta investigação partilha-se da mesma opinião, considerando que as políticas que permitem desenvolver comportamentos que rompam o ciclo de pobreza e combatam a exclusão social nas famílias economicamente carenciadas são as mais adequadas. Aqui se defende também que este tipo de políticas poderá encontrar na promoção e apoio ao turismo um instrumento eficaz para alcançar os seus objetivos, por ser o turismo uma atividade que, quando planeada, pode fomentar uma forte ligação/cooperação entre os agentes públicos e privados de uma sociedade, promovendo a eficiência nessa mesma sociedade.

A opção por este tipo de atividade justifica-se, igualmente, porque o turismo é uma atividade que promove o acesso à informação e que promove a socialização, através da interação entre comunidades e visitantes, bem como entre os diferentes elementos que constituem o grupo de viagem, podendo, desta forma, fomentar também processos de aprendizagem. Mitchell (1998), um dos poucos autores que abordou a temática da aprendizagem através do turismo, afirma que, apesar de ser pouco abordada, a temática da aprendizagem turística é uma temática muito importante, sendo até reconhecido que a aprendizagem que o turismo proporciona torna-se, muitas vezes, motivação para viajar (turismo educacional/pedagógico). Crê-se não ser abusivo considerar como exemplificativa desta potencialidade a prática das visitas de estudo de alunos, estratégia generalizada nas escolas do país, com dotação específica nos apoios concedidos pelo Estado para a sua realização por parte de alunos com carências económicas. Beard e Wilson (2002), tal como Mitchell (1998), reconhecem nas atividades de lazer e de recreação, um dos diversos aspetos da vida que potencia a aprendizagem através da experiência.

A literatura, apesar de ser ainda insuficiente, parece indicar que o incentivo do turismo para grupos social e economicamente desfavorecidos, nomeadamente famílias economicamente carenciadas, pode facilitar a inclusão social dessas famílias, incentivando a coesão e a solidariedade sociais. Este efeito advém do potencial do turismo para providenciar aos visitantes uma base para ativarem o seu processo de mudança, cabendo aos planeadores e agentes envolvidos na definição das políticas sociais desenvolver

mecanismos que possibilitem o aproveitamento, por parte das famílias economicamente carentes, dessa oportunidade de mudança, maximizando o retorno das políticas para a sociedade. Neste sentido, Minnaert *et al.* (2009) alertam para a necessidade de se adaptar o tipo de apoio presente durante as viagens a cada família, apoio esse que ditará a prossecução dos objetivos de alteração de comportamentos e inclusão social destas iniciativas.

As evidências apresentadas neste capítulo revelam, claramente, que apesar dos elevados benefícios que iniciativas de turismo social podem proporcionar para famílias economicamente carentes, existe um conjunto de desafios a superar para que estas famílias deixem de viver a prática turística apenas como um sonho, passando a vivê-la como uma realidade. No entanto, não obstante estas constatações, concluiu-se que é necessária mais evidência empírica que comprove que a integração de programas de turismo social nas políticas sociais poderá contribuir para o aumento da eficiência dessas políticas e para a poupança que a sociedade poderá verificar em termos de subsídios e despesas em saúde.

Capítulo 4 – Metodologia do estudo empírico

4.1. Introdução

Na revisão de literatura efetuada nos capítulos iniciais desta tese (capítulos 2 e 3) foram identificadas diversas questões de investigação relativas aos efeitos das férias em família, aos principais constrangimentos existentes à prática turística em família e, ainda, ao conceito de turismo social para famílias de baixos rendimentos. Adicionalmente, a revisão de literatura permitiu identificar e compreender as metodologias mais utilizadas para analisar essas temáticas.

A abordagem metodológica adotada para a realização deste projeto procura refletir a complexidade subjacente à análise das temáticas que envolve e também as metodologias utilizadas em ciências sociais e adotadas por estudos similares anteriores (Letho *et al.*, 2009; McCabe *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009; Schanzel *et al.*, 2012; Schanzel & Smith, 2014), considerando-se necessário recorrer a diferentes formas de recolha e análise de informação, utilizando uma metodologia mista. A análise de fenómenos complexos, e a sua compreensão numa perspetiva ampla e aprofundada, implica recorrer a metodologias robustas e abrangentes. Opta-se, assim, por uma metodologia mista, complementando a análise quantitativa com uma análise qualitativa, tendo por base quer dados secundários quer dados primários recolhidos especificamente para o efeito (Figura 1.1).

A abordagem qualitativa contribui para uma compreensão mais profunda dos fenómenos em estudo e de características muito específicas de contextos particulares, enquanto a metodologia quantitativa facilita a identificação de padrões, relações estatisticamente testáveis entre as variáveis, facilitando comparações entre grupos de indivíduos ou entre os conceitos explorados. Este tipo de abordagem metodológica mista permite compreender os fenómenos estudados numa perspetiva mais ampla e aprofundada (Creswell, 2009; Kastenholz *et al.*, 2012; Johnson *et al.*, 2007).

Assim, o estudo empírico está dividido em três etapas, não sequenciais, ilustradas na Tabela 4.1. Como primeira etapa, analisam-se as práticas turísticas das famílias portuguesas, explorando as diferenças entre famílias com diferentes níveis de rendimento. A segunda etapa deste estudo passa por analisar eventuais diferenças, em termos de benefícios retirados da prática turística e constrangimentos existentes à prática turística, bem como analisar o nível de participação e o interesse em programas de turismo social, entre famílias com diferentes características socioeconómicas, nomeadamente famílias com diferentes níveis de rendimento. Na terceira etapa, o estudo empírico permite conhecer as práticas turísticas das famílias de baixos rendimentos (passadas e atuais), avaliar os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da participação turística destas famílias e, também, explorar os constrangimentos que sentem à participação turística.

Pretende-se que este estudo possibilite a identificação de um conjunto de linhas orientadoras para a definição de políticas sociais mais eficazes no combate à exclusão social, que utilizem o turismo como “veículo” de desenvolvimento social e reforço da função social da família, bem como algumas orientações

sobre características que os programas de turismo social devem incorporar para maximizarem esse objetivo.

Tabela 4. 1 - Etapas da investigação empírica: temáticas e população-alvo

Etapas	Objetivo	Abordagem (o que foi feito)
I	Conhecer os padrões de práticas turísticas das famílias portuguesas	Análise dos dados do IDEF, inquérito representativo das famílias de Portugal
II	Analisar benefícios retirados da prática turística e constrangimentos existentes à prática turística Analisar o nível de participação e interesse em Programas de Turismo Social	Inquérito por questionário a uma amostra de famílias da Região Centro
III	Conhecer as práticas turísticas das famílias de baixos rendimentos (passadas e atuais)	Entrevistas a uma amostra de famílias economicamente carenciadas do município da Covilhã

Desta forma, o presente capítulo divide-se em cinco secções, a primeira das quais pretende apresentar as questões de investigação a que este estudo pretende dar resposta. Na segunda secção caracteriza-se o contexto empírico da investigação, para, nas três secções seguintes, se detalharem as metodologias de recolha e análise de dados utilizadas em cada parte do estudo empírico desenvolvido.

4.2. Questões de investigação

Como referido no capítulo 1, esta tese tem como objetivo principal alargar o conhecimento sobre os efeitos do turismo em família, em geral, e para as famílias economicamente carenciadas, em específico, contribuindo para se encontrarem formas mais eficazes e inovadoras de combate à pobreza e exclusão social, propondo o turismo social como estratégia de ação. Assim, esta tese desenvolve-se sobre uma questão central: ***Qual a importância do turismo em família para as famílias economicamente carenciadas?***

Ao longo da revisão de literatura efetuada nos capítulos 2 e 3, questões mais específicas foram surgindo. A Figura 4.1 apresenta as questões de investigação adicionais, de âmbito mais específico, exploradas empiricamente nesta tese.

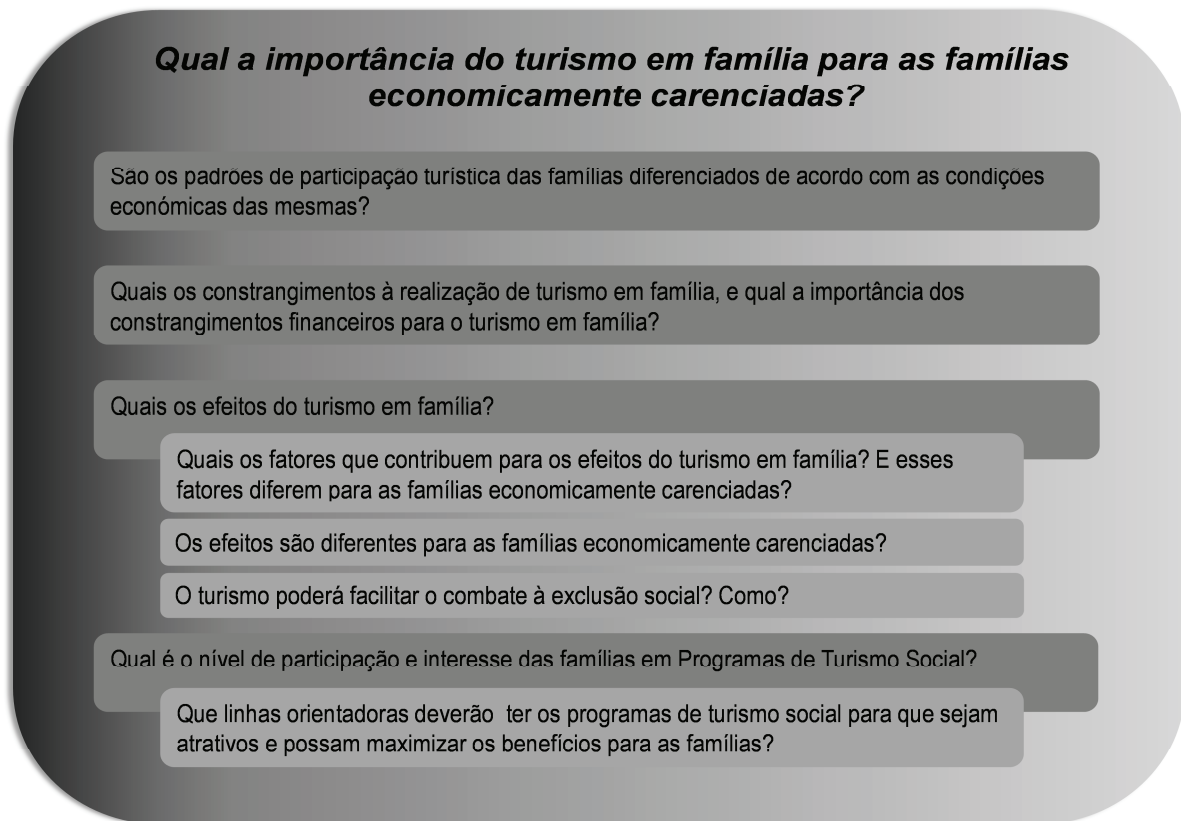


Figura 4. 1 – Questões de investigação

A resposta a estas questões possibilitou responder mais detalhadamente à questão principal e foi alcançada complementando a revisão de literatura com o estudo empírico conduzido em Portugal.

4.3. Caracterização do contexto empírico

Tal como foi já explicitado, optou-se por concretizar a validação do modelo desenvolvido através de um estudo empírico em Portugal. Esta decisão teve como principal fundamento o facto de não existirem neste país estudos sobre os efeitos das férias em família e constrangimentos à sua concretização. Os indicadores relativos à pobreza e exclusão social relativos a Portugal foram outro fundamento para a escolha deste território como contexto empírico do presente trabalho.

No Relatório sobre a Situação Social na União Europeia em 2007, a UE identifica Portugal como o país da União Europeia com maior nível de desigualdades de rendimento (índice de Gini assume o valor de 0,41, quando a média europeia se situava nos 0,30) e com o maior fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (rácio S80/S20 perto de 8,0), verificando-se que, em Portugal, 9% da população nacional vivia com menos de dez euros por dia, quando a média dos países da União se situa nos 5% da população a auferir esse rendimento (CE, 2008). Em 2012 o índice de Gini registava o valor de 0,34, enquanto o rácio S80/S20 correspondia a 6,0 (INE, 2014b). No entanto, em 2012, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, das famílias com crianças dependentes subiu para 22,2% (INE,

2014a). As taxas de risco de pobreza mais elevadas foram estimadas para os agregados com crianças dependentes, observando-se que enfrentam, pela primeira vez, um risco de pobreza superior ao das pessoas que vivem sós (21,7%) (INE, 2014b). Em 2013¹, em Portugal, a taxa de privação material situava-se nos 25,5%, existindo 59,8% das famílias financeiramente incapazes de suportar uma semana de férias anual fora de casa (INE, 2014d).

Direcionando o enfoque deste estudo para o caso das famílias economicamente carenciadas portuguesas, far-se-á a caracterização destas famílias com o objetivo de se poder desenvolver uma abordagem específica para a sociedade portuguesa, encarando-a, todavia, como parte integrante do espaço internacional a que os diferentes estudos respeitam. Segundo Lewis (1970) e Sousa *et al.* (2007), as famílias com carências económicas constituem um grupo de famílias que se caracterizam, geralmente, por serem famílias com potencial para estarem mais expostas a fenómenos de exclusão social e pobreza, bem como a padrões repetitivos de organização/comportamento, que funcionam como adaptação às circunstâncias da pobreza e, ao mesmo tempo, bloqueio à evolução da própria família. Potenciador destes efeitos foi o cenário económico de crise desde 2008, que originou uma diminuição no rendimento das famílias, tornando-as mais vulneráveis à exclusão social, ao mesmo tempo que acentuou a necessidade dos governos encontrarem alternativas menos dispendiosas para minimizar as consequências negativas da crise para a sociedade e assegurarem a coesão social (Minnaert *et al.*, 2011).

Se analisarmos a evolução do número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção - RSI, verifica-se que de 2007 para 2013 houve um aumento de 6,5% (Tabela 4.2), verificando-se uma tendência crescente até 2010, ano a partir do qual se verifica a tendência oposta (Sistema de Estatísticas da Segurança Social, 2014). A tendência de decréscimo dos processamentos a partir de 2010 é justificada, acima de tudo, com alterações nos critérios de atribuição deste apoio a partir desse ano (Rodrigues, 2013). Observando a distribuição destas famílias por distritos, entre 2007 e 2013, verifica-se que os distritos com maior número relativo de famílias a auferir RSI são os distritos do Porto, Lisboa e Setúbal, destacados, de forma evidente, dos restantes distritos (Tabela 4.2).

¹ Data mais recente para a qual existiam dados (provisórios) desagregados por tipo de item que integra a Taxa de Privação Material.

Tabela 4. 2 - Número de famílias com processamento de RSI em Portugal Continental, por distrito, entre 2007-2013

Distrito Residência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Tx. Variação (07-13)
Aveiro	5.306	5.346	6.675	7.209	6.979	6.690	6.893	29,9%
Beja	3.129	3.242	3.542	3.443	3.225	3.141	2.763	-11,7%
Braga	7.967	8.656	10.193	11.393	8.971	7.864	6.379	-19,9%
Bragança	539	754	1.172	1.380	1.276	1.272	1.238	129,7%
Castelo Branco	1.725	2.229	2.671	2.769	2.165	2.170	2.249	30,4%
Coimbra	5.566	5.685	6.834	7.110	5.769	5.704	5.301	-4,8%
Évora	2.482	2.636	2.811	2.843	2.566	2.539	2.353	-5,2%
Faro	4.158	5.123	6.756	7.971	6.956	6.521	6.017	44,7%
Guarda	1.722	1.995	2.297	2.450	2.103	2.176	2.017	17,1%
Leiria	3.469	3.457	4.166	5.152	4.115	4.207	4.131	19,1%
Lisboa	17.927	24.310	31.964	36.893	33.121	31.128	28.949	61,5%
Portalegre	2.375	2.609	2.777	2.864	2.559	2.532	2.377	0,1%
Porto	46.533	55.628	66.351	68.605	53.947	44.865	40.210	-13,6%
Santarém	4.332	4.458	4.779	4.912	4.491	4.531	4.077	-5,9%
Setúbal	8.610	9.907	12.179	14.149	12.171	12.544	12.215	41,9%
Viana do Castelo	2.441	2.610	2.820	2.777	2.272	2.128	1.983	-18,8%
Vila Real	3.659	4.167	4.763	4.771	3.869	3.705	3.475	-5,0%
Viseu	7.553	7.955	8.422	8.136	6.563	6.049	5.040	-33,3%
<u>Portugal Continental</u>	129.493	150.767	181.172	194.827	163.118	149.766	137.667	6,3%
R. A. Açores	6.281	6.480	7.461	7.969	6.845	7.689	7.589	20,8%
R. A. Madeira	3.338	3.295	3.616	3.904	3.065	2.903	2.851	-14,6%
<u>TOTAL</u>	139.112	160.542	192.249	206.700	173.028	160.358	148.107	6,5%

Fonte: Elaborado a partir de MTSS (2007-2013)

Com base na Figura 4.2, analisando o tipo de famílias com processamento de RSI no mesmo período, observa-se que os “outros tipos famílias” (tipologia de famílias que integra todas as tipologias de famílias que não correspondam à família nuclear, como as famílias alargadas, as monoparentais, os avós com netos e tipologias desconhecidas) são as que maior número de processamentos tem - 98.179 em 2013 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social, 2014). Se compararmos as famílias nucleares com filhos e as sem filhos, observa-se que as famílias nucleares com filhos apresentam sempre, nestes sete anos, pelo menos o dobro dos processamentos de RSI que as famílias nucleares sem filhos (Figura 4.2).

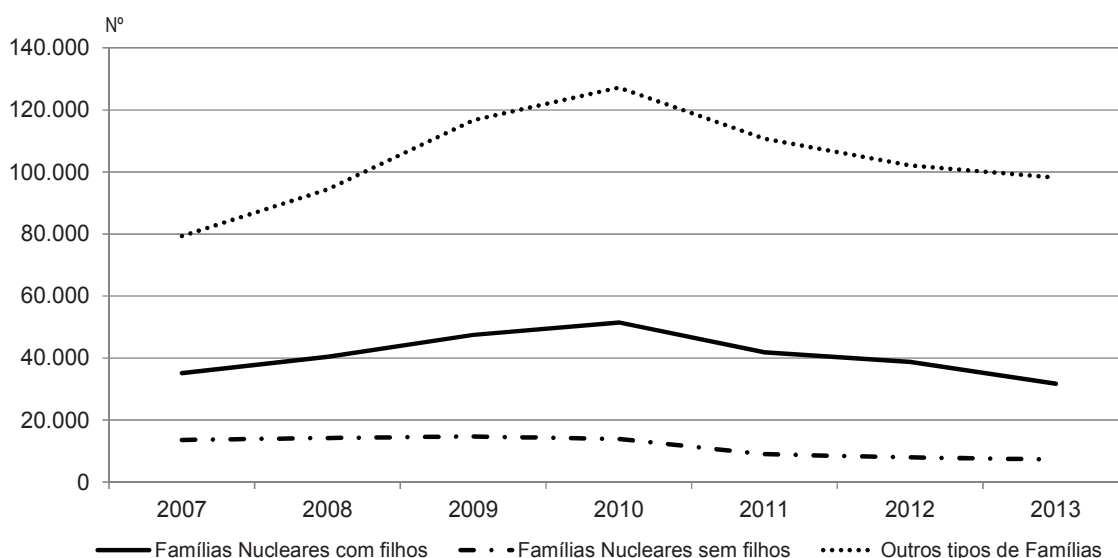


Figura 4. 2 - Evolução do número de famílias com processamento de RSI em Portugal no período 2007-2013

Fonte: Elaborado a partir de Sistema de Estatísticas da Segurança Social (2014)

Analisando os rendimentos das famílias portuguesas em 2012, 18,7% das famílias portuguesas tinha um rendimento anual *per capita* abaixo da linha de pobreza para esse ano (4.904€/ano) (INE, 2014b). Existe, portanto, um elevado número de famílias portuguesas inseridas em contextos económicos propícios à exclusão social.

Considerando que grande parte das famílias economicamente carenciadas são, geralmente, famílias com padrões repetitivos de organização e comportamento, padrões que funcionam como bloqueio à própria família, torna-se essencial que o apoio social a prestar a estas famílias seja orientado para a ativação das suas competências (Sousa *et al.*, 2007). Acresce que, de acordo com a presidente da Federação de Bancos Alimentares contra a fome, “uma nova classe de novos pobres” existe em Portugal (Caritas, 2012). Existe assim, no nosso País, um tipo de pobreza, designada por recente, que pode ser ocasional ou persistente, que está a surgir, de maneira galopante, como principal consequência da crise económica e financeira global (Cardoso, 2010). Deste modo, a promoção de iniciativas que despoletem processos de inclusão e socialização, bem como processos de aprendizagem no segmento das famílias economicamente carenciadas poderá ser de extrema importância para combater os comportamentos que perpetuam a exclusão social e o ciclo vicioso da pobreza.

Neste contexto, considerando as conclusões retiradas da revisão de literatura efetuada nos capítulos anteriores, os contributos que o turismo pode trazer para as famílias, ao nível da promoção da socialização e da possível criação de redes sociais fora dos habituais círculos frequentados, são aspetos a considerar (Smith & Hughes, 1999 e Minnaert *et al.*, 2009), uma vez que a socialização será fortemente estruturante da reintegração das famílias na sociedade e promoverá bases para a alteração dos comportamentos que perpetuam a situação de exclusão vivida por essas famílias.

Para a escolha de Portugal como contexto empírico desta investigação contribuiu ainda o facto de que, tal como foi explorado no capítulo 3, Portugal ser um dos países em que existem programas de turismo para grupos sociais desfavorecidos como instrumentos de política social. No entanto, estes programas, com apoio estatal, têm vindo a diminuir, não existindo atualmente nenhum programa de turismo social especificamente dirigido para famílias de baixos rendimentos e não existem também estudos acerca do papel do turismo no combate à pobreza e exclusão social de famílias.

Considerando estas características específicas de contexto, apresenta-se nas secções que se seguem, a metodologia adotada para realizar o estudo empírico no âmbito desta tese.

4.4. Metodologia utilizada no estudo das práticas turísticas das famílias portuguesas

A primeira parte do estudo empírico aqui apresentado consistiu em analisar eventuais diferenças, em termos de comportamentos associados à prática turística, entre famílias com diferentes características socioeconómicas através dos dados secundários existentes no Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF). O IDEF é um inquérito conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística de 5 em 5 anos, representativo das famílias portuguesas. Este inquérito recolhe informação acerca de todas as despesas familiares e individuais correntes, consumos não correntes, dados demográficos e dados sobre rendimento. A opção de recorrer aos dados do IDEF decorre do facto de serem dados disponíveis, fiáveis e representativos da população portuguesa, que permitem obter, ao mesmo tempo, uma caracterização económica e das práticas turísticas das famílias portuguesas. Passar-se-ão a descrever os dados que foram utilizados e os métodos de análise a que se recorreu para efetuar a sua análise.

4.4.1. Dados utilizados

O ano mais recente para o qual existia informação e que foi analisado nesta fase do estudo foi 2009. Os dados recolhidos pelo IDEF permitiam, acima de tudo, observar as práticas turísticas das famílias portuguesas em termos das despesas que realizaram em turismo e lazer. Na edição de 2010/2011 do IDEF, edição mais recente, os dados recolhidos são relativos a 2009 e integram informação sobre 9.489 agregados familiares e 24.383 indivíduos, que foram entrevistados. Neste estudo iremos considerar apenas os dados sobre os agregados familiares (de agora em diante designados por famílias) e os indivíduos de referência² de cada agregado.

Considerando a caracterização sociodemográfica e económica das famílias que o IDEF permitia efetuar, verificou-se que, tal como referido por Roosa *et al.* (2005) (capítulo 3), o rendimento familiar seria o indicador que melhor permitia agrupar as famílias de acordo com um valor de rendimento abaixo do

² Indivíduo de referência do agregado familiar: “aquele a que corresponde a maior proporção do rendimento total líquido anual do agregado familiar” (INE, 2012a).

qual as famílias são consideradas de “baixos rendimentos”. Nesta abordagem, foi necessário definir claramente o que se designaria por “baixos rendimentos”, tendo-se optado por designar assim todos os agregados familiares com um rendimento anual, *per capita*, igual ou inferior ao valor da linha de pobreza definido para Portugal, para o ano em análise (em 2009, ano de referência dos dados a analisar, o valor da linha de pobreza, per capita, anual para Portugal foi de 5.207€/ano).

Os dados sobre despesas incluem os valores, bem como o tipo de estabelecimento e país onde foi efetuada a despesa. O IDEF recolhe informação sobre as despesas de consumo, de acordo com a Classificação Internacional do Consumo Individual por Objetivos (COICOP), nas seguintes grandes classes de produtos e atividades:

- 1) Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas;
- 2) Álcool, tabaco e narcóticos/estupefacientes;
- 3) Vestuário e calçado;
- 4) Habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis;
- 5) Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação;
- 6) Saúde;
- 7) Transportes;
- 8) Comunicações;
- 9) Lazer, distração e cultura;
- 10) Educação;
- 11) Hotéis, restaurantes, cafés e similares; e
- 12) Outros bens e serviços.

No que respeita especificamente a despesas em turismo, este inquérito não integra numa única rubrica as despesas em turismo, em consequência da natureza multisetorial da atividade turística. Assim, o IDEF integra as despesas relacionadas com turismo em diversas rubricas, como por exemplo, nas rubricas “9) Lazer, distração e cultura”, “11) Hotéis, restaurantes, cafés e similares” e “7) Transportes”, mas também, eventualmente outras rubricas como “8) Comunicações” ou “4) Habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis”.

Uma vez que não sabemos qual é a proporção das despesas nessas categorias que podem ser categorizadas como despesas turísticas, optou-se por considerar para este estudo, como *proxy* das despesas em turismo, todas as despesas das famílias incluídas nas rubricas “9) Lazer, distração e cultura” e “11) Hotéis, restaurantes, cafés e similares”. Esta opção foi tomada com base no facto de estas serem as rubricas onde existe uma maior proporção de despesas turísticas, tal como é evidenciado nas recomendações internacionais para a elaboração das Contas Satélites do Turismo (UNWTO, 2008a).

Salienta-se que se assume que esta opção deixa de fora algumas rubricas que podem estar relacionadas com turismo, como referido anteriormente, ou, por outro lado, pode estar a considerar algumas despesas que não são despesas de turismo. No entanto, considerou-se a soma das rubricas “9) Lazer, distração e cultura” e “11) Hotéis, restaurantes, cafés e similares” como a melhor *proxy* das despesas turísticas das famílias, por serem as atividades onde a maior parte das despesas efetuadas nestas componentes poderá ser considerada como resultantes de turismo. Considerando as limitações existentes e a inexistência destes dados com base no local e na finalidade da realização das despesas, optou-se, então por designar estas despesas por “Despesas em Lazer e Turismo” (DLT).

Para analisar as características das famílias portuguesas de baixos rendimentos em termos das suas DLT, optou-se por dividir, em primeiro lugar, as famílias portuguesas em dois grupos: “Famílias de baixos rendimentos” (segmento que integra famílias com rendimento anual *per capita* igual ou inferior ao valor da linha da pobreza para Portugal, em 2009) e “Outras famílias” (segmento que integra famílias com rendimento anual *per capita* superior ao valor da linha da pobreza para Portugal, em 2009).

4.4.2. Métodos de análise de dados utilizados

No capítulo 5 as famílias portuguesas são caracterizadas em termos do seu perfil sociodemográfico e dos seus padrões de despesa, bem como serão efetuados testes estatísticos (teste *t* e qui-quadrado) que permitem comparar as famílias de baixos rendimentos com as “Outras famílias”, em termos de perfil sociodemográfico e padrões de DLT. Ainda na referida secção, serão identificadas as determinantes das despesas em produtos de Lazer e Turismo, através de análises de regressão múltipla (Figura 4.3).

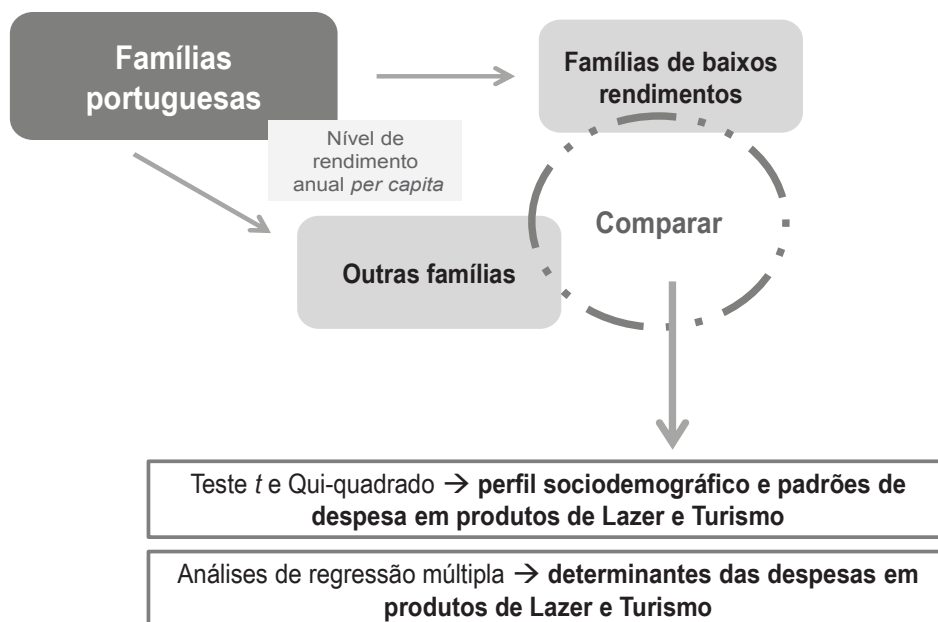


Figura 4. 3 - Esquema do procedimento metodológico adotado para caracterizar as práticas turísticas das famílias portuguesas

4.5. Metodologia utilizada no estudo do turismo em família (constrangimentos e efeitos)

A identificação dos constrangimentos e dos efeitos do turismo em família realiza-se através da recolha e análise de dados primários, recolhidos especificamente para esse efeito. Assim, a primeira abordagem às famílias foi feita com o principal objetivo de verificar, por um lado, os efeitos individuais e familiares do turismo em família, bem como o seu nível de participação e interesse em Programas de Turismo Social (PTS), e, por outro lado, os constrangimentos que as famílias sentem à participação turística e, igualmente, o seu nível de participação e interesse em PTS. Procurou ainda analisar-se a existência de eventuais diferenças em termos destas dimensões entre famílias com diferentes características socioeconómicas. Nas secções que se seguem apresentar-se-ão os métodos utilizados para recolher e analisar os dados.

4.5.1. Métodos de recolha de dados

- *Caracterização e delimitação população em estudo*

Para esta parte da investigação empírica, a população definida como população-alvo são as famílias portuguesas com pelo menos um filho com idade compreendida entre os 6 e os 17 anos e com diferentes características socioeconómicas, residentes na região Centro de Portugal. A escolha da região Centro foi feita por esta ser uma Região de Portugal que, apesar de não incluir no seu território cidades de grande dimensão (como Lisboa ou Porto), concentra uma parte significativa da população residente em Portugal e dos núcleos familiares com filhos até 19 anos - em 2011, concentrava cerca de 21% da população residente e 22% desse tipo de núcleos familiares (INE, 2012b). Analisando as condições de vida da população residente na Região Centro observa-se que a taxa de pobreza em 2009³ era de 14,6% (INE, 2012a) e que esta região, em 2011, era, a par do Alentejo, a região com um indicador de poder de compra mais baixo no país (INE, 2013e). Observa-se ainda que não se encontraram estudos sobre o turismo em família nesta Região. A escolha de limitar o estudo empírico a uma Região recai ainda em consequência da limitação de recursos financeiros e humanos associados a este projeto, que impediam o estudo de todo o território nacional.

A opção relativa à definição da faixa etária das crianças (pelo menos um filho com idade compreendida entre os 6 e os 17 anos) foi feita considerando que, até terem 18 anos, a maioria das crianças são uma preocupação fundamental dos pais, uma vez que estão em idade de frequentarem o ensino escolar obrigatório, sendo ainda economicamente dependentes dos pais. Esta faixa etária foi definida, também, para garantir alguma homogeneidade em termos de fase do ciclo de vida familiar nas famílias (Shaw *et al.*, 2008; Schanzel, 2010) - *full nest* I e II (pais com crianças) e pais solteiros com

³ Ano mais recente para o qual existe informação sobre a taxa de risco de pobreza desagregada por NUTs II.

crianças, de acordo com Hong, Fan, Palmer, & Bhargava (2005: 18), Lawson (1991: 13) e Wells e Gubar (1966).

A definição de família com filhos, adotada neste estudo, é uma definição adaptada das definições utilizadas por Southall (2012: 51) e Minnaert (2006), que consideram como família o conjunto de pelo menos um dos pais e pelo menos um filho/criança (biológicos ou não), que vivem na mesma casa e partilham despesas. Esta definição vai parcialmente de encontro ao conceito de núcleo familiar com filhos, adotada pelo INE (2014c), que define esta unidade como o “conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos”. Decidiu-se, ainda, acrescentar a esta definição, que as famílias a considerar, como anteriormente explanado, deveriam integrar pelo menos um filho com idade compreendida entre os 6 e os 17 anos de idade.

A população em estudo inclui dois tipos de famílias: famílias que fizeram férias em família fora de casa nos últimos 4 anos e famílias que não fizeram férias em família fora de casa nos últimos 4 anos. Neste estudo, optou-se por definir como “famílias que não realizaram férias”, as famílias que não fizeram férias em família nos últimos 4 anos. Este período foi adotado tendo por base diversos estudos analisados sobre constrangimentos à participação turística que consideram “*non-traveller*” aquele que não viajou, pelo menos, nos últimos 2 anos (Litvin *et al.* 2012; Smith & Carmichael, 2005; McKercher, 2009; Smith *et al.*, 2011) ou no último ano (CEC, 1986; Haukeland, 1990; INE, 2012a). Tendo em conta o período de crise económica em que Portugal se encontra à data da realização deste estudo, considerou-se que o período de 4 anos sem realizar férias em família seria o mais adequado para considerar como “famílias que não realizaram férias”, tendo-se verificado que este é também o período usado pela *Family Holidays Association* (FHA) para considerar as famílias candidatas a participar nos programas de férias que promove.

- *Técnica de amostragem e método de administração do instrumento de recolha de dados*

Uma vez que o objetivo da construção e aplicação do questionário é, acima de tudo, medir e compreender os efeitos e constrangimentos ao turismo em família e o nível de participação das famílias economicamente carenciadas em PTS, das diferentes técnicas de amostragem existentes, considerou-se a amostragem por *clusters* multi-etapas, como a mais indicada para este estudo de uma amostra de famílias da Região Centro. A escolha desta técnica teve como base não apenas os objetivos do estudo, mas, igualmente, as características da população em estudo (população de grande dimensão e dispersa em termos espaciais). Considerou-se interessante incluir na amostra famílias residentes em concelhos do Interior e do Litoral desta região, opção que se fundamenta no facto de se considerar que existirão diferenças socioeconómicas entre as famílias que habitam regiões com maiores níveis de

desenvolvimento económico (litoral) e regiões que atualmente enfrentam problemas demográficos e económicos (regiões do interior). Assim, selecionaram-se, numa primeira fase, duas NUTS III da Região Centro – uma do Interior (Cova da Beira) e outra do Litoral (Baixo Vouga), dentro das quais se selecionaram dois concelhos.

Selecionados os quatro concelhos, escolheu-se, aleatoriamente, dentro de cada concelho, um Agrupamento de Escolas, dentro do qual foram selecionadas, de forma aleatória, duas turmas de cada ano de ensino das suas escolas (do 1º ao 12º ano) nas quais foram distribuídos questionários a todos os alunos que a integravam. No concelho do Fundão e da Covilhã, aconteceu serem selecionados Agrupamentos de Escolas que não tinham escolas secundárias integradas. Nestes casos, selecionou-se, novamente, através de um processo aleatório, uma Escola Secundária do concelho em questão para se fazer a aplicação dos questionários. No concelho de Aveiro foi necessário proceder-se à seleção de três Agrupamentos, uma vez que os dois primeiros que foram selecionados rejeitaram colaborar no estudo. A técnica de amostragem adotada neste estudo está representada esquematicamente na Figura 4.4.

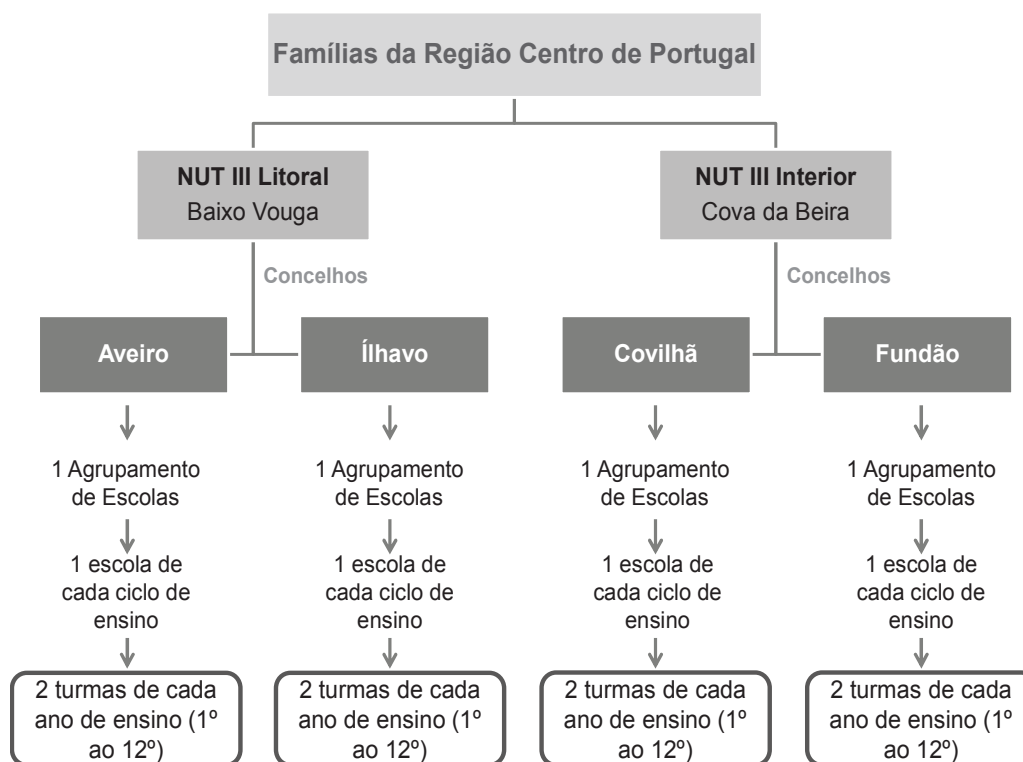


Figura 4. 4 – Esquema geral da técnica de amostragem utilizada

A opção por administrar o questionário através da colaboração dos Agrupamentos de Escolas, deve-se, quer ao facto de serem instituições que têm um contacto direto com um elevado número de famílias, de diferentes realidades socioeconómicas, quer em consequência da população em estudo nesta fase da investigação ser uma população de grande dimensão, como referido no ponto anterior. Acresce que se pretende obter informação sobre famílias com filhos, com diferentes características

sociodemográficas e económicas. Esta opção acerca da técnica de administração do questionário foi igualmente fundamentada com estudos realizados anteriormente sobre esta temática, como Schanzel (2010), Carr (2006) e Zabriskie e McCormick (2003).

No que se refere à dimensão da amostra a considerar, observa-se que nos diversos estudos analisados existe alguma divergência relativamente à definição de um número ideal para uma amostra, quando existem critérios diferentes do critério da representatividade da população em análise, e que as recomendações vão no sentido de se considerar que esta dimensão também dependerá muito do tipo de população em análise. Assim, não se definiu uma dimensão ideal da amostra, mas identificou-se a necessidade de essa dimensão corresponder aos seguintes critérios: (i) poder analisar dois grupos de famílias com características sociodemográficas e económicas diferentes; e (ii) as amostras com maior dimensão serem geralmente necessárias (dependendo também no número de variáveis em estudo) quando se pretendem fazer determinadas análises estatísticas, como, por exemplo, a análise fatorial e a modelação de equações estruturais. Para se poder conduzir, por exemplo, a análise fatorial, considerou-se como referências as recomendações de autores com trabalhos na área da estatística e análise de dados:

- (i) Comrey e Lee (1992), Kass e Tinsley (1979) e Field (2009) indicam que um N mínimo de 300 inquiridos assegura uma boa adequação do tamanho da amostra para efetuar análise fatorial e um N de 500 inquiridos será já uma dimensão de amostra considerada como muito boa para esse fim; e
- (ii) Hair, Anderson, Tatham, & Black (1995) recomendam ter 10 respostas válidas por cada item da escala que se pretende analisar, para termos uma boa adequação do tamanho dimensão de amostra para efetuar uma análise fatorial.

Também na modelação de equações estruturais o tamanho da amostra tem sido uma questão que tem suscitado debate. Embora a técnica de modelação utilizada neste estudo seja mais flexível com tamanhos de amostra menores e modelos mais complexos, exige também a consideração do tamanho da amostra, como um critério de análise do modelo, devendo a amostra ter como dimensão mínima pelo menos dez vezes o maior número de caminhos estruturais dirigidos a um determinado constructo no modelo estrutural (Hair, Hult, Ringle, & Sarstedt, 2014) (ver secção 4.5.2).

- *Instrumentos de inquirição utilizados*

Como referido no ponto anterior, a população integrava famílias que tinham feito férias em família fora de casa nos últimos 4 anos e famílias que não tinham feito férias em família fora de casa nos últimos 4 anos. Deste modo, foram construídos dois questionários – o questionário A, destinado a famílias que tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos e o questionário B, destinado a famílias que não tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos (ver Apêndices I e II).

Existem diversos instrumentos de recolha de dados primários dos quais nenhum, por si só, é melhor ou pior que outro, uma vez que a adequação de determinado instrumento de observação depende dos objetivos da investigação, das hipóteses de investigação, das características da amostra e dos recursos disponíveis (Quivy & Van Campenhoudt, 1998). Sendo a população em estudo neste projeto de investigação uma população de grande dimensão, considerando o objetivo de validação de uma ferramenta quantitativa de análise de fenómenos sociais e estando perante um estudo que pretende avaliar opções e perceções pessoais, considera-se o inquérito por questionário a resposta mais adequada aos objetivos do estudo, à dimensão populacional e à natureza do estudo em causa (Quivy & Van Campenhoudt, 1998).

A revisão de literatura possibilitou conhecer as metodologias utilizadas em estudos semelhantes, permitindo fundamentar questões e itens a incorporar nos questionários a aplicar para a operacionalização dos constructos relacionados com os efeitos das férias em família e com os constrangimentos que as famílias sentem à participação turística.

A primeira preocupação na construção dos questionários foi a de garantir que os inquiridos conheçam a definição adotada pelo estudo para “férias em família”. Assim, na folha de rosto dos questionários, para além da identificação do estudo, dos seus objetivos e dos destinatários do questionário, apresentava-se a definição de férias em família - deslocação, para fora do seu ambiente habitual de residência, durante, pelo menos, 4 noites, com a sua família (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas; este grupo tem de integrar pelo menos uma criança com idade até 17 anos e um pai ou encarregado de educação). Esta definição de turismo em família (também designado por férias em família, ao longo do estudo empírico) baseia-se na definição da ONU (UNWTO, 2008b) de viagens de longa duração, na definição de viagens de férias utilizada pela Comissão Europeia (1987) e na constatação de Hazel (2005) de que a maioria dos estudos sobre turismo em família (no Reino Unido, especialmente) considera como limite mínimo para considerar como turismo em família quatro noites fora do ambiente habitual de residência.

Outra opção metodológica adotada foi a utilização de linguagem simples, direta e objetiva, materializada em questões curtas. A ordem sequencial das questões utilizada foi trabalhada por áreas temáticas, de acordo com o tipo de informação fornecido, tendo-se ordenado as questões de forma a incluir no final do questionário as questões que pudessem apresentar um maior grau de dificuldade e/ou consideradas pessoais.

Considerando a necessidade de construção de dois questionários – o questionário A, destinado a famílias que tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos e o questionário B, destinado a famílias que não tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos, e de acordo com a revisão da literatura apresentada nos capítulos anteriores desta tese, categorizou-se a informação necessária a recolher como ilustra a Tabela 4.3.

Tabela 4. 3 – Identificação da informação necessária a recolher através dos questionários

	Questionário A - Questionário às famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos	Questionário B - Questionário às famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos
Parte A	Caracterização das últimas férias em família	Identificação dos constrangimentos às férias em família
Parte B	Efeitos das férias em família	Participação e interesse em Programas de Turismo Social
Parte C	Participação e interesse em Programas de Turismo Social	Caracterização da família e do(a) entrevistado(a)
Parte D	Caracterização da família e do(a) entrevistado(a)	

Optou-se, ainda, por realizar uma desagregação dos grupos de variáveis mencionados, de forma a dar resposta aos objetivos e questões de investigação (secção 4.2). Para uma melhor explicitação da forma como os questionários foram construídos, apresenta-se, nas duas secções que se seguem, uma análise detalhada das questões que foram incluídas nestes instrumentos de recolha de dados.

Questionário A - Questionário às famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos

De acordo com a revisão da literatura apresentada nos capítulos anteriores desta tese, categorizou-se a informação necessária a recolher através do questionário A (Apêndice I; Tabela 4.3), nos seguintes grupos:

- (i) Caracterização das últimas férias em família;
- (ii) Efeitos das férias em família na família e no indivíduo;
- (iv) Participação e interesse em Programas de Turismo Social;
- (v) Perfil sociodemográfico e económico do inquirido e da família.

Optou-se por realizar uma desagregação dos grupos de variáveis mencionados, de forma a dar resposta aos objetivos e questões de investigação (secção 4.2). Assim, apresenta-se, nas tabelas que se segue, uma análise detalhada das questões que foram incluídas neste instrumento de recolha de dados (Tabelas 4.4 a 4.11).

No que respeita à caracterização das últimas férias em família, colocam-se 14 questões, como indicado nas Tabelas 4.4 a 4.6.

Tabela 4. 4 – Justificação das questões relativas à caracterização das últimas férias em família

Grupo de variáveis	Informação que se pretendia recolher	Fontes
Caracterização das últimas férias em família	Frequência de realização de férias em família nos últimos 4 anos	UNWTO (2008)
	Época da estada	
	Destino visitado	
	Familiaridade com o destino	
	Planeamento da viagem	
	Dimensão e composição do grupo de viagem	
	Duração	
	Meio de alojamento	
	Transportes utilizados	
	Alteração de despesas durante as férias, em consequência da crise económica	-

A escala utilizada para medir as motivações para a realização das últimas férias em família, resulta da compilação e adequação de escalas já existentes para medir as motivações turísticas e resultados de estudos (maioritariamente qualitativos) feitos anteriormente acerca das férias em família (Tabela 4.5). Assim, procura-se confirmar se este constructo identificado nessa análise da literatura é fator que interfere com os efeitos que as famílias e os indivíduos vivenciam, produzidos pelas férias em família. Nesta questão é solicitado aos inquiridos que indiquem a importância que cada um dos itens teve na sua decisão de fazer essas férias em família, numa escala de 1 - “nada importante” a 7 - “muito importante”. O último item é de resposta aberta, permitindo que o entrevistado responda “Outra motivação”, especificando qual e a importância que esse fator teve na sua decisão de fazer essas férias em família.

Tabela 4. 5 - Justificação da escala de Motivações para realizar as últimas férias em família

Constructo	Item ^a	Fonte ^b
Motivações	Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Estar com os meus filhos	
	Relembrar memórias passadas e bons tempos que tivemos em família	Carneiro (2007); Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Evitar as preocupações do dia-a-dia	Eusébio e Carneiro (2011)
	Recuperar forças	Elands & Lengkeek (2000); Eusébio e Carneiro (2011)
	Sentir paz e calma, estar longe de multidões	Eusébio e Carneiro (2011)
	Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família	
	Conhecer melhor a minha família*	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Conhecer outras culturas e modos de vida	Eusébio e Carneiro (2011) Elands & Lengkeek (2000)
	Experimentar coisas novas	Eusébio e Carneiro (2011)
	Estar num ambiente diferente	Eusébio e Carneiro (2011); Elands & Lengkeek (2000)
	Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	
	Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	
	Conhecer novas pessoas	Carneiro (2007)
	Estar com amigos e/ou outros familiares	Eusébio e Carneiro (2011)
	Me conhecer melhor**	
	Interagir com residentes do local que visitei**	

Legenda: ^a Os itens apresentados começavam todos com o início de frase "Decidi fazer essas férias em família, para..."; ^b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

A mesma abordagem foi utilizada para as experiências vividas durante as férias. Assim, em resultado da análise aprofundada da literatura, apresentam-se na Tabela 4.6 os itens da escala construída para avaliar as experiências vividas durante as férias que se acredita influenciarem os efeitos das férias em família, particularmente os efeitos relacionados com a aprendizagem e com a socialização. Dada a centralidade para o estudo e inovação de que se revestem estas questões do questionário, à semelhança da segunda parte do questionário, optou-se por organizar a tabela descritiva deste grupo de questões de forma a identificar claramente os itens construídos para avaliação desse constructo e a fonte em que se baseou a inclusão desse item na escala (Tabela 4.6). Nesta escala era solicitado aos inquiridos que indicassem até que ponto concordavam com cada uma das afirmações, numa escala de 1 - "discordo completamente" a 7 - "concordo completamente".

Tabela 4. 6 – Justificação da escala de Experiências vividas durante as últimas férias em família

Constructo	Item ^a	Fonte ^b
Experiências vividas	Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-dia	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando	Moscardo (2008; 2009)
	Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Os elementos da família passaram mais tempo juntos do que habitualmente	Van Winkle & Lagay (2012)
	Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela*	Elands & Lengkeek (2000); Van Winkle & Lagay (2012)
	Interagi com os residentes locais**	Reisinger & Turner (2003)
	Procurei informações mais específicas sobre o local***	Elands & Lengkeek (2000); Van Winkle & Lagay (2012)
	Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes	Oh <i>et al.</i> (2007)
	Quis ver coisas novas	Elands & Lengkeek (2000)
	Senti o contraste com o dia-a-dia	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Fiz coisas que não posso fazer em casa	Neal <i>et al.</i> (1999)
	Participei em atividades práticas (ex.: <i>workshops</i> de gastronomia, de agricultura, pintura, música)	Moscardo (2008; 2009); Van Winkle & Lagay (2012)
	Provei a gastronomia típica do local	
	Os meus sentidos foram estimulados	
	Contactei com novas pessoas e/ou organizações	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Fiz novas amizades	
	Os elementos da família viajaram bem em conjunto	Lehto <i>et al.</i> (2009)
	Essas férias em família foram tempo bem passado, de qualidade	
	Houve um bom relacionamento entre os membros da família	
	Os elementos da família estiveram mais unidos	
	Os elementos da família respeitaram o tempo e o espaço de cada um	
	Os elementos da família partilharam interesses e experiências uns com os outros	
	Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades	
	Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades	
	Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto	
	Os elementos da família costumam fazer férias separados	
	Toda a família esteve envolvida no planeamento da viagem	Lehto <i>et al.</i> (2009); Van Winkle & Lagay (2012)

Legenda: a Os itens apresentados começavam todos com o início de frase “Durante essas férias em família...”; b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

A mesma análise foi efetuada para satisfação (satisfação obtida com as férias) e intenções de fidelização tipo de férias “em família”. Assim, em resultado da análise aprofundada da literatura, apresentam-se na Tabela 4.7 os itens da escala construída.

Tabela 4. 7 - Justificação das questões relativas à Satisfação e Fidelização

Constructo	Item	Fonte ^b
Satisfação obtida com as férias	No geral, sinto que essas férias enriqueceram a minha vida	Neal <i>et al.</i> (1999)
	Sinto-me melhor relativamente à vida depois dessas férias	
	Estou contente por ter feito essas férias	
Fidelização	É provável voltar aquele local novamente com a família	Kozak & Duman (2012)
	Tenho intenção de repetir essas férias em família	
	Tenciono recomendar umas férias iguais aos meus familiares e amigos	

Legenda: ^b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

O segundo grupo de questões do questionário A permite avaliar a percepção do inquirido sobre os efeitos dessas férias em família, na sua vida e na vida da sua família. Este grupo de questões foi desenvolvido com base na extensa revisão de literatura efetuada nos capítulos anteriores e consubstancia o objetivo principal do desenvolvimento desta fase da investigação – avaliar os benefícios das férias para as famílias (Tabela 4.8) e para o indivíduo (Tabela 4.9). Nestas escalas é solicitado aos inquiridos que indiquem até que ponto concordam com cada uma das afirmações, numa escala de 1 - “discordo completamente” a 7 - “concordo completamente”.

Tabela 4. 8 – Justificação da escala para medir os Efeitos na Família, das últimas férias em família

Constructo	Item ^a	Fonte ^b
Efeitos na família	Fortaleceram os nossos laços familiares	Lehto <i>et al.</i> (2009)
	Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	
	Fizeram com que ficássemos mais próximos uns dos outros	
	Contribuíram para descobrirmos novas formas de lidarmos uns com os outros*	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Wigfall (2004); Kim (2010)
	Deram-nos oportunidade para criarmos memórias boas e/ou divertidas**	McCabe <i>et al.</i> (2010)
	Contribuíram para ficarmos cansados de estar uns com os outros***	Gram (2005)
	Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação para stress,...)	INATEL (2009a e b)
	Contribuíram para melhorar a situação financeira da família	WHO (2004); Smith & Hughes (1999)
	Aumentaram o nosso acesso à informação	McCabe <i>et al.</i> (2010)
	Deram-nos oportunidade de experimentar novos lugares e atividades****	
	Aumentaram as nossas oportunidades de estar com pessoas novas/ diferentes	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)

Legenda: ^a Os itens apresentados começavam todos com o início de frase “Essas férias em família...”; ^b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

Tabela 4. 9 – Justificação das questões relativas aos Efeitos no Indivíduo, das últimas férias em família

Constructo	Item ^a	Fonte ^b
Efeitos individuais	Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Wigfall (2004)
	Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes das férias pensava impossíveis*	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Van Winkle & Lagay (2012)
	Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	-
	Contribuíram para pensar mais nos riscos das atividades que faço	Moscardo (2009)
	Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia**	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Wigfall (2004)
	Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa**	
	Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa**	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Van Winkle & Lagay (2012)
	Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	
	Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	Smith & Hughes (1999)
	Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	
	Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio***	
	Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas***	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010)
	Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); McCabe <i>et al.</i> (2010)
	Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	Neal <i>et al.</i> (1999)
	Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho	
	Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Van Winkle & Lagay (2012)
	Permitiram-me aprender muito	Oh <i>et al.</i> (2007)
	Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	
	Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	Kim (2010)
	Permitiram-me aprender sobre mim próprio	
	Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Wigfall (2004); Kim (2010)
	Permitiram-me aprender algo que utilizei na minha atividade profissional****	-
	Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia*****	Minnaert (2006, 2008, 2012; 2013); Minnaert <i>et al.</i> (2009); Minnaert <i>et al.</i> (2010); Van Winkle & Lagay (2012)
	Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	WHO (2004)
	Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	Kim (2010); Neal <i>et al.</i> (1999)
	Ajudaram-me a relaxar	Elands & Lengkeek (2000)
	Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer*****	Gram (2005)
	Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo	Neal <i>et al.</i> (1999)
	Permitiram-me fazer novas amizades, que mantive depois de regressar de férias	Wigfall (2004)
	Contribuíram para arranjar um novo trabalho	Moscardo (2009)
	Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)	-
	Contribuíram para encontrar novas oportunidades de negócio	Moscardo (2009)

Legenda: ^a Os itens apresentados começavam todos com o início de frase "Essas férias em família..."; ^b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna.

Considerou-se, ainda, interessante incluir nesta segunda parte do questionário duas questões fechadas que permitissem perceber se os inquiridos consideravam ter aprendido algo com essas férias em família e ter passado a fazer alguma coisa diferente no seu dia-a-dia, como consequência dessas férias. Em caso de resposta afirmativa, era solicitado que o inquirido indicasse o que aprendeu e/ou o que passou a fazer de forma diferente (resposta aberta) (Alexander *et al.*, 2010).

O terceiro grupo de questões pretendeu obter informação relativa ao nível de participação e interesse dos inquiridos acerca de Programas de Turismo Social (PTS) (Tabela 4.10).

Tabela 4. 10 - Justificação das questões acerca de Programas de Turismo Social

Grupo de variáveis	Informação que se pretendia recolher	Objetivos
Conhecimento e nível de interesse dos inquiridos acerca de PTS	Práticas anteriores em termos de PTS	Verificar se os inquiridos participaram ou não em PTS
	Identificação dos PTS em que participaram	Identificação e breve caracterização dos PTS em que os inquiridos participaram Eventual identificação de PTS para famílias em Portugal
	Motivos da não participação e interesse eventual em participar	Identificar os motivos da não participação em PTS
		Verificar se a falta de informação/conhecimento acerca destes programas é um dos motivos mais referidos pelos inquiridos Verificar o interesse dos inquiridos em participar em PTS

Por fim, relativamente à informação acerca do perfil dos visitantes, foram incluídas no questionário sete questões com os objetivos que são explicitados na tabela que se segue.

Tabela 4. 11 - Justificação das questões relativas às características sociodemográficas e económicas dos inquiridos

Grupo de variáveis	Informação que se pretendia recolher	Fontes
Privação Material	Nível de Privação Material da família*	Eusébio e Carneiro (2011); INE (2009; 2010; 2013b); Minnaert <i>et al.</i> (2009); UNWTO (2008)
Nacionalidade & Residência	Nacionalidade Freguesia de Residência	
Idade	Idade do inquirido	
Sexo	Sexo do inquirido	
Estado Civil	Estado Civil do inquirido	
Instrução Escolar	Instrução escolar do inquirido	
Situação perante o trabalho	Situação perante o trabalho do inquirido	
Profissão	Profissão dos inquiridos	
Agregado familiar	Dimensão do agregado familiar do inquirido Número de crianças com idade até 17 anos no agregado familiar	
Rendimento	Rendimento líquido médio mensal do agregado familiar	

Legenda: * Os itens incluídos nesta questão foram retirados de INE (2009; 2010; 2013b), tendo sido utilizado o valor de referência para a Linha de Pobreza mensal de 2011 (416€, de acordo com INE, 2013d), por ser o dado mais recente existente na altura da elaboração do questionário.

Questionário B - Questionário às famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos

Tal como observável na Tabela 4.3, categorizou-se a informação necessária a recolher através do questionário B (Apêndice II), nos seguintes grupos:

- (i) Constrangimentos à realização de férias em família;
- (ii) Participação e interesse em Programas de Turismo Social;
- (iii) Perfil sociodemográfico e económico do inquirido e da família.

A escala utilizada para medir os constrangimentos à realização de férias em família (turismo em família) resultou da compilação e adequação de escalas já existentes para medir os constrangimentos à prática turística e resultados de estudos (maioritariamente qualitativos) feitos anteriormente acerca das férias em família (Tabela 4.12). Nesta escala era solicitado aos inquiridos que indicassem até que ponto concordavam com cada uma das afirmações, numa escala de 1 - “discordo completamente” a 7 - “concordo completamente”.

Assim, em resultado da análise aprofundada da literatura, apresentam-se na Tabela 4.12 os itens da escala construída para avaliar os constrangimentos às férias em família. Uma vez que este grupo de questões do questionário é central para o presente estudo, optou-se por organizar a tabela descritiva deste grupo de questões identificando claramente os itens construídos para avaliação desse constructo e a fonte em que se baseou a inclusão desse item na escala (Tabela 4.12). O último item era de resposta aberta, permitindo que o entrevistado identificasse “Outro” constrangimento, especificando qual e a importância que esse fator teve na sua decisão de não fazer essas férias em família nos últimos quatro anos.

Tabela 4. 12 – Justificação das questões relativas aos constrangimentos sentidos às férias em família

Constructo	Item ^a	Fonte ^b
Constrangimentos	Não houve tempo, devido a compromissos familiares (ex.: tomar conta de familiar idoso)	Haukeland (1990); Nyaupane <i>et al.</i> (2004)
	Houve dificuldade em coordenar as disponibilidades dos elementos da família	Gilbert & Hudson (2000)
	Os restantes elementos da família não tinham interesse em fazer férias	Haukeland (1990); Nyaupane <i>et al.</i> (2004)
	Prefiro fazer férias sem as crianças	Gram (2005)
	Existiram impedimentos de saúde	Haukeland (1990)
	Tive medo de sair do meu ambiente habitual	Carneiro (2007); Gilbert & Hudson (2000)
	Viajar envolve sempre riscos	Gilbert & Hudson (2000); Nyaupane <i>et al.</i> (2004)
	É muito stressante viajar em família	Gilbert & Hudson (2000)
	Não tive interesse em viajar em família	Gilbert & Hudson (2000); Smith <i>et al.</i> (2011)
	Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)	Haukeland (1990)
	Prefiro passar as férias em casa	
	Tivemos más experiências em férias anteriores	Smith <i>et al.</i> (2009)
	Viajar implica custos demasiado altos	Nyaupane <i>et al.</i> (2004)
	O rendimento familiar não chega para fazer férias	Haukeland (1990); Gilbert & Hudson (2000); McKercher (2009)
	O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica	-
	Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços	Smith <i>et al.</i> (2011)
	Faltou informação sobre possíveis destinos	Nyaupane <i>et al.</i> (2004)
	Viajar em família implica demasiado planeamento	Gilbert & Hudson (2000)
	Viajar obriga a gastar muito tempo a planear a viagem	
	Não houve tempo, devido a compromissos de trabalho	Haukeland (1990)

Legenda: ^a Os itens apresentados começavam todos com o início de frase “Não fiz férias em família nos últimos 4 anos porque...”; ^b Os itens apresentados foram criados, adaptados ou traduzidos a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

Considerou-se importante, ainda, incluir nesta segunda parte do questionário, uma questão de resposta mista que permitisse perceber se os inquiridos gostariam de ter feito férias em família durante esses 4 anos e o porquê de responderem “sim” ou “não” a essa questão. Com esta questão pretendíamos ter informação acerca da importância que os inquiridos atribuem às férias em família e até eventuais efeitos das férias percebidos pelos inquiridos.

Relativamente ao segundo e terceiro grupo de questões, sobre a participação e interesse em Programas de Turismo Social e perfil sociodemográfico e económico do inquirido e da família, as questões eram iguais às do questionário A (ver Tabelas 4.10 e 4.11). O objetivo da inclusão destas questões era utilizar a informação acerca do interesse e participação em PTS e do perfil sociodemográfico e económico para verificar a existência de diferenças em termos de constrangimentos sentidos à realização de férias em família, de acordo com as diferentes características sociodemográficas e económicas das famílias.

- *Métodos utilizados para a validação dos instrumentos desenvolvidos*

Depois de construída a primeira versão dos questionários, que foi refinada em diversas discussões de grupo com as investigadoras orientadoras deste projeto, realizou-se um pré-teste para verificar a sua

adequação aos interesses do estudo. Este pré-teste decorreu entre os dias 20 de março e 7 de abril de 2014, numa das escolas selecionadas – Escola EB2,3 de São Domingos, e na escola Secundária Campos Melo, na Covilhã. Aplicaram-se os questionários a um pequeno grupo de Pais/ Encarregados de Educação (126 questionários A e 32 questionários B válidos) de alunos de uma turma de cada ano de ensino, que as Escolas selecionaram, aleatoriamente. Do pré-teste concluiu-se que era necessário apenas retirar oito itens da escala de efeitos das férias em família (questionário A), que se mostraram redundantes após uma primeira análise fatorial e *feedback* dos inquiridos, e realizar pequenos ajustes de linguagem para este questionário assumir a sua versão final (Apêndices I e II). No entanto, considerou-se que os questionários não seriam integrados na análise final dos dados, por uma questão de consistência metodológica. No questionário B, uma vez que não teve qualquer alteração relativamente ao pré-teste, foram considerados todos os questionários recolhidos.

- *Métodos utilizados para a administração dos questionários*

A administração dos questionários foi uma administração indireta, através dos Agrupamentos de Escolas selecionados. Os Agrupamentos de Escolas que aceitaram colaborar na investigação, selecionaram aleatoriamente duas turmas de cada ano de ensino das suas escolas (do 1º ao 12º ano). Depois de comunicarem à investigadora as turmas selecionadas e o número de alunos de cada turma selecionada, receberam os questionários separados por turmas com indicação de que cada conjunto de questionários deveria ser entregue ao Diretor de Turma (DT) de cada turma selecionada. Assim, a cada DT foi entregue um envelope com o número de questionários correspondente ao número de alunos da sua turma, juntamente com uma carta dirigida ao DT, com a apresentação pessoal e do projeto, agradecimento pela colaboração e com as indicações de distribuição dos questionários e dos prazos para devolução (Apêndice III).

Depois de receber esse envelope, cada DT deveria entregar a cada aluno da sua turma um dos envelopes brancos que se encontravam nesse envelope maior, explicando-lhes o tipo de estudo de que se tratava e salientando a importância da colaboração das suas famílias, embora não fosse obrigatória a resposta. Deveria ainda explicar que, dentro de cada um dos envelopes, se encontram dois questionários – um (questionário A) destinado a pais ou Encarregados de Educação que tenham feito férias em família nos últimos 4 anos e outro (questionário B) destinado a pais ou Encarregados de Educação que não tenham feito férias em família nos últimos 4 anos. Cada pai ou Encarregado de Educação deveria preencher apenas um dos questionários (aquele que se aplicasse ao seu caso) e devolver ao DT, pessoalmente ou através do filho/ encarregando de educação, esse questionário preenchido. A folha de rosto do questionário continha também essa informação, para assegurar que os inquiridos tinham acesso a estas indicações, sem qualquer possível distorção por parte de um intermediário.

A distribuição dos questionários pelas Escolas começou no dia 29 de abril e decorreu de forma faseada pelas diferentes escolas, tendo a recolha dos questionários terminado no dia 9 de junho de 2014. Foram distribuídos 2.077 questionários dirigidos a Pais/ Encarregados de Educação, dos quais 1.215 foram devolvidos preenchidos. Destes, 1.165 foram considerados válidos, repartindo-se em 825 questionários do tipo A (famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos) e 340 questionários B (famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos). Estes números revelam uma taxa de resposta global de 58,5%. O Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto foi o Agrupamento em que se obteve uma maior taxa de resposta – 70,3%, seguido do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré (68,5%), o Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve” (63,0%), sendo o Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, o Agrupamento onde a taxa de resposta foi mais baixa – 36,4%.

4.5.2. Métodos de análise de dados utilizados

A análise estatística dos dados recolhidos através dos questionários A e B foi realizada com o auxílio do SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 19.0. A análise descritiva (frequências; quando adequado, médias, desvios-padrão, mediana, assimetria, normalidade e heterogeneidade de variâncias, análise de *outliers*, entre outras) foi utilizada para caracterizar o perfil, as motivações, as situações/ atividades e as perceções dos inquiridos acerca dos efeitos das férias em família (Tabela 4.13). Esta análise estatística univariada foi, também, usada para efetuar uma análise exploratória dos dados de forma a compreender melhor a sua estrutura e o tipo de técnicas estatísticas bivariadas e multivariadas que poderiam ser utilizadas numa segunda fase. Recorreu-se à análise bivariada e multivariada de dados, por exemplo, para o agrupamento/ identificação de diferenças entre os inquiridos de acordo com o seu perfil sociodemográfico e económico ou, ainda, para a análise dos determinantes dos efeitos das férias em família (Tabela 4.13).

Tabela 4. 13 - Sistematização das técnicas utilizadas para análise dos dados recolhidos através dos questionários

Objetivo	Técnicas de análise utilizadas
Caracterização do perfil das famílias e dos entrevistados	Análise de frequências, médias, desvios-padrão, mediana, assimetria, normalidade e heterogeneidade de variâncias, análise de outliers, ...
Caracterização das práticas turísticas, dos seus efeitos e dos constrangimentos às férias em família	
Caracterização do nível de interesse e participação em PTS	
Identificação de diferenças entre grupos de famílias	Teste <i>t</i>
Identificação de associação entre variáveis	Teste do qui-quadrado (χ^2)
Identificação de fatores/ componentes, relacionadas com: Motivações, Experiências, Efeitos (no indivíduo e na família), Constrangimentos	Análise de componentes principais
Identificação dos fatores que determinam os efeitos das férias em família	Modelos de Regressão Linear Múltipla Modelos de Equações Estruturais de 2ª ordem

Para a identificação dos determinantes dos efeitos das férias em família optou-se por recorrer a duas técnicas de análise multivariada. Numa primeira fase, recorreu-se a modelos de regressão linear múltipla com o objetivo de identificar os efeitos diretos de várias determinantes, identificadas na revisão da literatura, que poderão influenciar a dimensão dos efeitos do turismo em família para as famílias e para os indivíduos. Numa segunda fase, recorreu-se à técnica de análise de equações estruturais, conhecido como Modelação de Equações Estruturais (MEE), para analisar efeitos totais (diretos e indiretos) entre motivações e experiências vividas durante as férias como potenciais fatores determinantes dos efeitos do turismo na família e nos indivíduos, analisando ainda a potencial relação entre motivações, experiências vividas e efeitos do turismo como fatores determinantes da satisfação e da intenção de fidelização.

A MEE destina-se a estimar uma rede de relações definidas de acordo com um modelo teórico, entre conceitos teóricos complexos, medidos através de uma série de indicadores observáveis (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2014; Vinzi, Trinchera, & Amato, 2010). A MEE permite estimar simultaneamente uma série de equações separadas e interdependentes, considerando variáveis latentes – também designadas de “constructos”, “compósitos” ou “fatores”, e variáveis observadas – também nomeadas como “ítems” ou “indicadores” (Hair *et al.*, 2014).

Os modelos de equações estruturais começaram a ser aplicados nas ciências sociais a partir dos anos 70 e são particularmente apreciados pela sua flexibilidade e capacidade de avaliar variáveis latentes ao nível da observação (modelo de medida, submodelo de medida ou *outer model*) e de testar relações entre variáveis latentes estabelecidas teoricamente (modelo estrutural, submodelo estrutural ou *inner*

model) (Hair, Sarstedt, Ringle, & Mena, 2012; Hair *et al.*, 2014; Marôco, 2010). O modelo de medida define o modo como cada variável latente é medida pelos respetivos indicadores, isto é, a forma como cada constructo é operacionalizado pelas variáveis observadas (Marôco, 2010). O modelo estrutural define as associações causais entre as variáveis latentes quanto ao seu sentido, significância estatística e percentagem de variância explicada (Marôco, 2010).

Existem várias técnicas que permitem aplicar este tipo de modelação estatística, técnicas que se consolidam em diferentes *softwares*. De entre as várias técnicas e *softwares* disponíveis, optou-se por utilizar o PLS Path Modelling (PLS-PM ou PLS-SEM), através do *software* smartPLS 3.0.

A modelação PLS-PM é considerada suave (*soft modelling*), ou seja, menos exigente em termos de independência das observações e pressupostos sobre o tipo de distribuição das variáveis, aceitando amostras de qualquer dimensão, vários tipos de modelo e variáveis medidas em qualquer tipo de escala (Fornell & Larcker, 1987; Hair *et al.*, 2012).

No presente estudo, a revisão de literatura não suporta um modelo bem estabelecido para pesquisa causal, constituindo a base para encontrar os indicadores que integram as variáveis latentes. Neste contexto, nesta tese sugere-se um modelo exploratório, sobretudo no sentido de desenvolver teoria e contribuir para a definição de um quadro teórico mais robusto (Caldeira, 2014; Jennings, 2001; Sekaran 2003). Assim, a opção pelo recuso ao PLS-PM (ou PLS-SEM) justifica-se, à semelhança de outros estudos na área do turismo (por exemplo, Caldeira, 2014; Taheri, Jafari, & O'Gorman, 2014), em consequência do facto do presente estudo ser de natureza exploratória, uma vez que são escassos os estudos empíricos quantitativos que analisem as relações aqui testadas, e de incorporar algumas variáveis que nem sempre apresentam uma distribuição normal (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2012). Um dos critérios a considerar na análise do modelo é o tamanho da amostra, tal como referido na secção anterior. Barclay *et al.* (1995), citados por Hair *et al.* (2014), sugerem como regra para estimativas robustas de modelação do tipo da que se utilizou no presente estudo (PLS-SEM), uma dimensão mínima de amostra de dez vezes o maior número de indicadores formativos de qualquer constructo no modelo de medida ou dez vezes o maior número de caminhos estruturais dirigidos a um determinado constructo no modelo estrutural.

Apresenta-se nesta secção apenas uma visão geral da metodologia utilizada em termos de análise de dados, sendo que nos capítulos 6, 7 e 9, onde são apresentados e analisados os dados recolhidos, são também apresentadas com detalhe as técnicas de análise de dados utilizadas e a justificação para a sua utilização.

4.6. Metodologia utilizada na análise das práticas turísticas das famílias economicamente carenciadas

Com o intuito de avaliar os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da participação turística das famílias de baixos rendimentos, optou-se por recorrer, a par do estudo quantitativo aplicado a todos os tipos de famílias, a métodos de recolha de dados de carácter qualitativo, para explorar mais aprofundadamente este segmento de famílias. A metodologia qualitativa é uma metodologia que permite obter um grande volume de informação, com um grau de detalhe variável, acerca de um número de casos relativamente pequeno (Veal, 2006). É utilizada, geralmente, com o objetivo de se conseguir descrever detalhadamente um fenómeno em estudo (Vanderstoep & Johnston, 2009), para o qual existe pouca ou nenhuma informação prévia. Salienta-se que este estudo assume que metodologias quantitativas e qualitativas devem ser utilizadas como complementares entre si (Finn, Elliott-White, & Walton, 2000). Assim, a opção por uma metodologia qualitativa mostra-se particularmente indicada para estudos de natureza exploratória, procurando responder às questões que emergiram da revisão de literatura efetuada e complementando eventuais estudos quantitativos. Agate *et al.* (2007) salientam a necessidade de estudos qualitativos especificamente para se compreender em maior detalhe o fenómeno das férias em família.

No entanto, apesar das vantagens que a metodologia qualitativa apresenta para as situações acima referidas, reconhece-se que é também mais suscetível de sofrer de alguma subjetividade, em consequência da maior probabilidade de os resultados serem influenciados pela visão pessoal do investigador, do que nas metodologias quantitativas (Johnson & Onwuegbuzie, 2004). De forma a ultrapassar esta limitação, concorda-se com Kastenholz *et al.* (2012) e considera-se essencial que, quando um investigador recorre à metodologia qualitativa, deve basear a sua investigação no conhecimento teórico e nos métodos científicos existentes, honestidade, rigor na recolha e análise dos dados e, particularmente, clareza/transparência na comunicação de todo o procedimento.

Deste modo, as próximas secções procuraram explicar em detalhe todas as opções metodológicas adotadas nesta fase do estudo empírico.

4.6.1. Métodos de recolha de dados

- *Definição da população em estudo*

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a uma amostra de famílias economicamente carenciadas residentes no concelho da Covilhã. Na abordagem às famílias economicamente carenciadas optou-se por restringir a área geográfica do estudo aos residentes no concelho da Covilhã, apesar dos esforços e do tempo investido para se conseguirem entrevistar mais famílias, residentes também em outros concelhos.

As entrevistas semiestruturadas a famílias portuguesas economicamente carenciadas têm como objetivo conhecer em profundidade as suas práticas turísticas, constrangimentos que enfrentam e benefícios que retiraram da participação turística, seguindo uma metodologia baseada nos estudos de Minnaert (2006) e Schanzel (2010), devido à similaridade de objetivos e populações dos estudos. A definição de família com filhos que adotámos para este estudo foi a definição adotada aquando da realização do questionário (ver secção 4.5).

Definiu-se família economicamente carenciada, nesta fase do estudo e considerando a necessidade de uma definição que permitisse operacionalizar a seleção das famílias a entrevistar junto das Escolas, como família com filhos subsidiados nas Escolas (escalões A e B - famílias no escalão 1 ou escalão 2 para efeitos de cálculo do abono de família, ou seja, em 2013 e 2014, famílias com rendimentos de referência até 5.869,08€⁴), durante o ano letivo de 2013/2014 (Despacho n.º 12284/2011).

Estas famílias incluem também famílias que tivessem feito férias em família fora de casa nos últimos 4 anos e famílias que não tivessem feito férias em família fora de casa nos últimos 4 anos. Deste modo, foram construídos dois guiões – o guião A, destinado a famílias que tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos, e o guião B, destinado a famílias que não tivessem feito férias em família nos últimos 4 anos (Apêndices IV e V).

A questão que se levantou de seguida, à semelhança do que aconteceu com estudos anteriores (como referem Minnaert, 2006 e Schanzel, 2010), foi a de definir quem deveríamos entrevistar, tratando-se de uma abordagem que pretendia conhecer em profundidade as práticas turísticas, constrangimentos que enfrentam e benefícios que retiraram da participação turística, não de um indivíduo mas sim de famílias. Após uma análise dos estudos que analisaram as férias em família, concluiu-se, tal como Schanzel (2010), que a maioria desses estudos optou por analisar a perspetiva de um dos pais (geralmente a mãe) ou um dos pais e um filho, sendo esta última abordagem mais rara. Perante esta constatação, Schanzel (2010) defende que um estudo que pretende analisar as férias em família deverá analisar as perceções de todos os seus elementos, de forma individual e conjunta.

Concorda-se que a abordagem referida anteriormente seria a ideal a utilizar para o presente estudo, e desenvolveram-se esforços no sentido de a aplicar, mas logo aquando da revisão de literatura, especialmente na análise dos constrangimentos enfrentados pela investigadora Minnaert (2006) no estudo que desenvolveu com uma população semelhante à população em análise no presente trabalho, pensou-se uma abordagem alternativa, por se considerar que a abordagem à família inteira, em grupo e depois individualmente, seria difícil de concretizar. A abordagem utilizada por Larsen (2013) e Gram (2005) pareceu uma abordagem com maior possibilidade de implementação à população em análise na

⁴ O rendimento de referência para efeitos de cálculo do abono de família é calculado considerando os rendimentos de todas as pessoas do agregado familiar, dividido pelo número de crianças e jovens do agregado que têm direito ao abono, acrescido de um (consultar: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14988/abono_familia_crianças_jovens).

presente investigação - famílias de baixos rendimentos, geralmente com características socioeconómicas distintas das famílias sem constrangimentos ao nível do rendimento - no sentido em que as entrevistas com a família completa incluíam uma componente de questões comuns a todos os elementos da família e outra componente de questões individualmente dirigidas.

O início do contacto com a população alvo, porém, serviu para se constatar que mesmo esta abordagem, por implicar a presença da família completa, iria ser praticamente impossível de aplicar, uma vez que nenhuma família se mostrou disponível para participar no estudo com a condição de estarem presentes todos os elementos da família. Quando se repensou a abordagem a realizar a estas famílias, considerou-se, no entanto, inovador e pertinente incluir a perspetiva dos filhos (Agate *et al.*, 2007; Schanzel *et al.*, 2012). Mais especificamente, aquando do primeiro contacto da investigadora com o voluntário para a entrevista, era questionado se haveria possibilidade de entrevistar todos os membros da família.

No entanto, tal como esperado, apesar de no caso das famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por pais separados/divorciados) essa possibilidade ter existido quase sempre⁵, no caso das famílias clássicas (ambos os pais e filhos), essa opção era referida como impossível ou muito incómoda, em consequência das dificuldades em conciliar disponibilidade de ambos os pais, que em muitos casos trabalhavam por turnos ou apresentavam dificuldades de conciliação de horários entre si. Desta forma, as entrevistas foram realizadas com um dos pais e pelo menos um dos filhos, com idade compreendida entre os 6 e os 17 anos, como será detalhado no capítulo 8.

- *Técnica de amostragem e método de realização das entrevistas*

Nesta fase do estudo, de carácter exploratório, a representatividade ou a possibilidade de generalização dos resultados obtidos não é um objetivo central. O objetivo é o de “refletir sobre a complexidade do tema de estudo e sobre o grau de profundidade que se pretende atingir na recolha de dados de cada unidade” (traduzido de Yin, 2011: 92). Assim, considera-se que “a adequação da amostra é mais importante do que o seu tamanho” (Oppenheim, 1992: 62) e que não existe nenhuma regra universal que determine a dimensão ideal de uma amostra num estudo qualitativo (Patton, 1990). Esta dimensão dependerá do estudo em questão, os seus temas e objetivos, e do que se pode fazer com qualidade, no tempo e com os recursos disponíveis para a investigação (Patton, 1990: 184).

Foi solicitada a colaboração das Escolas do concelho da Covilhã que haviam participado na distribuição dos questionários, no sentido de se contactarem os pais/encarregados de educação dos alunos subsidiados que frequentavam uma determinada turma de cada ano de ensino (escolhida

⁵ Exceto nos casos em que a família integrava crianças com menos de 6 anos de idade e o pai ou mãe preferia não integrar na entrevista, em consequência da dificuldade de conjugar a sua disponibilidade com os horários da criança, casos em que também não se considerou pertinente incluir essas crianças, dada a dificuldade de comunicação associada e os objetivos da investigação.

aleatoriamente pela Escola, entre o 1º e 12º anos), explicando o estudo de que se tratava⁶, salientando a importância da colaboração e questionando sobre a possibilidade do pai/encarregado de educação participar numa entrevista que seria marcada consoante a sua disponibilidade (incluindo horário pós-laboral e fins-de-semana, caso fosse necessário). Este procedimento de agendamento das entrevistas baseou-se na recomendação de Schanzel (2010) que refere os constrangimentos associados ao facto de a disponibilidade das famílias ser difícil de conciliar com a da investigadora, sendo necessário que esta última faça cedências em prol da investigação, já que disso dependerá também parte do sucesso da recolha de dados.

Uma vez que as Escolas não poderiam fornecer o contacto dos pais/encarregados de educação dos alunos, o primeiro contacto foi efetuado pelo DT da turma selecionada, que posteriormente, perante uma resposta positiva para participação neste estudo, e já com a autorização do pai/encarregado de educação, fornecia um contacto à investigadora para posterior agendamento da entrevista. O agendamento das entrevistas teve em consideração as dificuldades reportadas por Minnaert (2006) relacionadas com a dificuldade de agendar estas entrevistas com antecedência, sendo necessário relembrar os voluntários na véspera da entrevista, do local e hora combinados, a fim de se minimizarem os custos temporais e financeiros da investigação.

Os contactos efetuados pelos DT e dos Diretores das Escolas participantes, apesar de muito bem-intencionados e de se terem mostrado sempre empenhados em ajudar na investigação, resultaram em poucos voluntários para participar nas entrevistas – 5 na Covilhã. Perante esta dificuldade, decidiu-se que seria solicitado às famílias voluntárias entrevistadas que indicassem o contacto de alguma família que conhecesse com características semelhantes⁷ que pudesse estar disponível para colaborar com o estudo. Salienta-se que se reconhece que as entrevistas a famílias residentes na Covilhã só puderam ocorrer porque os voluntários conheciam e mantinham uma relação de longa data com as professoras envolvidas, de forma extraordinariamente empenhada, na seleção e contacto das famílias. A abordagem descrita resultou num total de 15 entrevistas realizadas a famílias residentes no concelho da Covilhã.

Este tipo de amostragem enquadra-se na definição de amostragem não probabilística intencional, por ser uma das mais utilizadas nos estudos qualitativos (Yin, 2011) e por permitir selecionar os casos a analisar, com o objetivo de obter uma diversidade de pontos de vista (Patton, 1990; Yin, 2011). No entanto, a preocupação de evitar enviesamentos, quer no desenho da amostragem a utilizar, quer na seleção dos casos a estudar, esteve sempre presente. Assim, das diversas técnicas de amostragem intencional que existem, pode considerar-se que neste estudo se optou pela técnica do tipo “bola de neve” para a abordagem às famílias de baixos rendimentos. A técnica de amostragem do tipo “bola de

⁶ Optou-se nesta fase por não referir especificamente que era um estudo exclusivamente destinado a famílias de baixos rendimentos, referindo apenas que era um estudo sobre as férias das famílias, por uma questão de delicadeza para com a família e para não ferir qualquer suscetibilidade dos potenciais entrevistados.

⁷ Referindo-se que seriam apenas famílias com pelo menos um filho com idade entre os 6 e os 17 anos de idade e, posteriormente, verificando junto da Direção da Escola se essa família integrava um filho subsidiado.

neve” permitiu maior flexibilidade de acordo com as necessidades e situações encontradas no terreno (populações difíceis de identificar ou de difícil acesso por parte do investigador) (Patton, 1990). O facto de se ter recorrido à amostragem do tipo “bola de neve” foi importante para conseguir chegar a um maior número de casos, já que as famílias, sendo indicadas por outra família que já havia sido entrevistada e que a conhecia, ficavam menos relutantes em participar no estudo.

O facto de ter sido a própria investigadora a efetuar todas as entrevistas, permitiu, por um lado assegurar que a entrevistadora percebia exatamente o que se pretendia com cada questão, identificando quando o entrevistado está a responder ao pretendido ou quando seria necessário insistir na questão⁸. Por outro lado, possibilitou uma poupança de tempo e transformar a entrevista mais numa “conversa” fluída. Este facto revelou-se fundamental para desenvolver empatia com os entrevistados, de forma a ganhar a sua confiança e aumentar a sua disposição para falarem acerca das suas perceções e comportamentos. Neste sentido, houve sempre a preocupação de solicitar autorização aos entrevistados para proceder à gravação da entrevista. Esta gravação permitiu uma análise posterior mais detalhada de todas as respostas obtidas, com o mínimo de perda de informação possível. O anonimato garantido das entrevistas foi outro aspeto que contribuiu, por um lado, para prevenir eventuais questões éticas relativas à confidencialidade dos dados e, por outro, para que os entrevistados se sentissem mais confortáveis e disponíveis para responderem às questões levantadas, tal como sugerido por Veal (2006) e Minnaert (2006). Outro cuidado essencial foi o de adotar, sempre, durante as entrevistas, uma postura neutra, de não influenciar as respostas (Wilson & Sapsford, 2006).

Por fim, outro aspeto que importa definir para a realização das entrevistas são os locais onde irão decorrer. Assim, as famílias foram entrevistadas na Escola⁹ que o(s) filho(s) frequentava(m), ou em casa da família, sempre que estes o sugerissem como única alternativa possível. Estes locais foram escolhidos considerando a disponibilidade das famílias, minimizando também eventuais custos de deslocação¹⁰ e por serem espaços onde as pessoas poderiam estar mais à-vontade e confortáveis. Paralelamente, nesta escolha, foram ainda tidas em consideração as precauções sugeridas por Minnaert (2006), de privilegiar a realização das entrevistas num lugar público.

- *Construção dos instrumentos de recolha de dados*

A fase que se impôs, de seguida, foi a definição dos instrumentos de recolha de dados. Dos diferentes instrumentos de recolha de dados qualitativos, considerou-se a entrevista semiestruturada como o instrumento mais adequado aos objetivos deste estudo (Quivy & Van Campenhoudt, 1998). A

⁸ Este aspeto foi facilitado pela vantagem da entrevista semiestruturada que permite maior flexibilidade ao entrevistador para formular perguntas adicionais de forma a conseguir perceber todas as temáticas que se pretendiam aprofundar.

⁹ Foi sempre solicitada a cedência temporária de algum espaço da Escola com alguns dias de antecedência e a Escola contactada acedeu sempre a estes pedidos.

¹⁰ Sempre que se marcava uma entrevista fora da residência da família, o entrevistador sugeria ir buscar e levar os entrevistados a um local combinado, de forma a que estas famílias não tivessem qualquer custo inerente à realização da entrevista, seguindo o exemplo de Minnaert (2006).

construção dos guiões das entrevistas semiestruturadas a aplicar seguiu uma adaptação do procedimento utilizado por Kastenholz *et al.* (2012) e está representado na Figura 4.5.

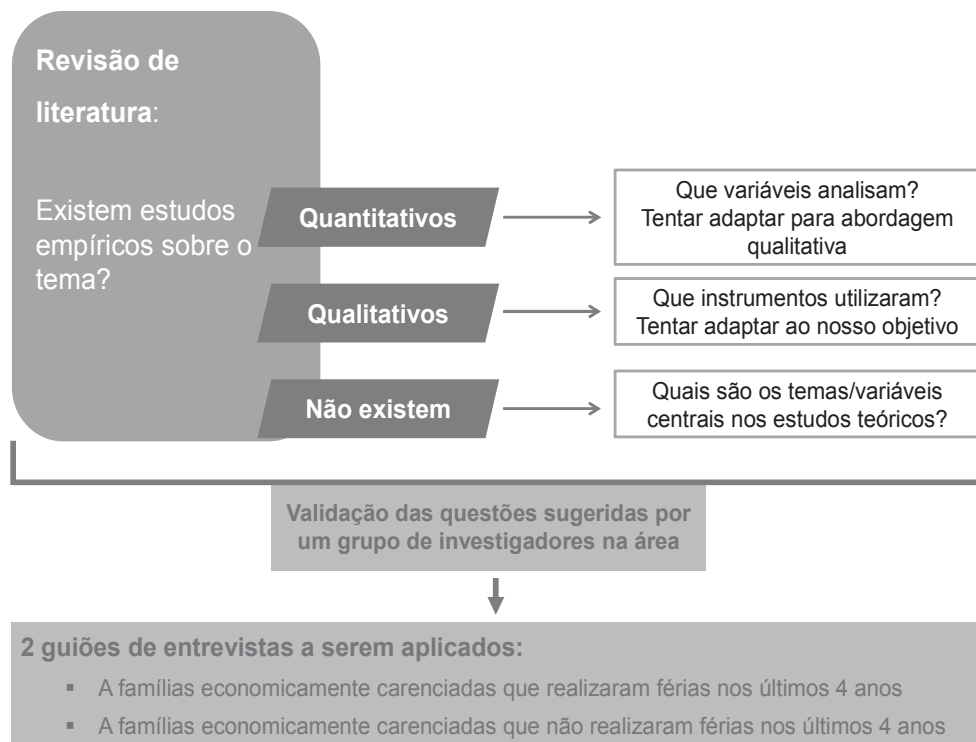


Figura 4. 5 - Procedimento metodológico adotado para a construção dos guiões de entrevista a aplicar

Fonte: Adaptado de Kastenholz *et al.* (2012)

O guião final de entrevista às famílias que fizeram férias (guião A, Apêndice IV) continha 11 questões abertas relativas a 5 grandes temas:

- (i) motivações genéricas para a realização de férias em família;
- (ii) obstáculos gerais à realização de férias em família;
- (iii) caracterização das últimas férias em família (duração, grupo de viagem, alojamento, atividades praticadas, momento que mais e que menos gostou, satisfação, etc...);
- (iv) efeitos das últimas férias em família, abrangendo efeitos gerais e especificamente efeitos ao nível da aprendizagem e alteração de comportamentos; e
- (v) participação e interesse em Programas de Turismo Social para famílias (Tabela 4.14).

Tabela 4. 14 – Justificação das questões introduzidas no guião de entrevista às famílias que fizeram férias nos últimos quatro anos

Dimensão	Questão	Fonte ^a
Motivações	Porque razões é que costumam viajar em família? Aham que é importante? Porquê?	Gram (2005)
Constrangimentos	Quais os obstáculos que encontram à realização das vossas férias em família?	
Caracterização das últimas férias em família	Considerando as últimas férias em família que fez, por favor indique: data, duração, destino, grupo de viagem, como planearam?	Backer & Schanzel (2012); Gram (2005)
	Gostaram? Correspondeu às expectativas? Porquê?	
	Descreva o seu momento preferido dessas férias e explique por que considera que foi o melhor.	Backer & Schanzel (2012)
	Descreva o seu pior momento de férias em família e explique por que considera que foi o pior.	
	Considerando essas últimas férias em família que fez, por favor indique quais as atividades que mais e menos gostou de fazer e porquê. (incluindo o planeamento e realização da viagem)	Backer & Schanzel(2012); Alexander <i>et al</i> (2010)
Efeitos	Que efeitos (positivos e negativos) considera que essas férias tiveram para si? E para a sua família?	Minnaer (2006)
	Considera que aprendeu algo com essas férias? (por exemplo, conhecimentos, atitudes, emoções, comportamentos, etc.) Porquê?/O quê?	Briseno-Garzón <i>et al.</i> (2007)
	E os restantes membros da família?	
	Faz/ fazem alguma coisa diferente no vosso dia-a-dia desde que regressaram, como consequência dessas férias? O quê?	Briseno-Garzón <i>et al.</i> (2007); Alexander <i>et al</i> (2010)
Programas de Turismo Social	Sabe que existem “Programas de Turismo Social” (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)? . Já participou? Porquê? Entidade. . Gostaria de participar? Porquê?	Resultados preliminares da aplicação dos Questionários
	Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre as férias em família?	Backer & Schanzel (2012)

Legenda: ^a As questões apresentadas foram criadas, adaptadas ou traduzidas a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

O guião final de entrevista às famílias que não fizeram férias (guião B, Apêndice V) continha 9 questões abertas relativas a 7 grandes temas:

- (i) práticas anteriores relativas a férias em família (se alguma vez tivessem feito férias em família, desde que têm as crianças, era solicitada uma caracterização dessas férias e uma descrição dos principais efeitos sentidos em consequência da realização dessas férias);
- (ii) questão genérica sobre o significado de férias em família;
- (iii) caracterização das férias passadas em casa e contraste esperado com férias em família fora do local de residência habitual;
- (iv) obstáculos gerais à realização de férias em família;
- (v) questão genérica sobre importância da realização de férias em família;

- (vi) percepção acerca de aspetos negativos da realização de férias em família; e
- (vii) conhecimento e interesse em Programas de Turismo Social para famílias (Tabela 4.15).

Tabela 4. 15 - Justificação das questões introduzidas no guião de entrevista às famílias que não fizeram férias nos últimos quatro anos

Dimensão	Questão	Fonte ^a
Práticas anteriores	Já fizeram/costumam fazer férias em família? Se sim: - Fale-me um pouco de como foram essas férias (onde, como foi, com quem ficaram? Há quanto tempo? Contactaram com pessoas novas/diferentes? como planearam? Gostaram? Correspondeu às expectativas? Porquê?) - Lembra-se de ter aprendido algo com essas férias? - Fizeram alguma coisa diferente no vosso dia-a-dia desde que regressaram, como consequência dessas férias?	Quinn & Stacey (2010)
Significado de férias em família	Para vocês, o que é que são férias em família?	Haukeland (1990)
Contraste com férias em família fora de casa	Quando ficam em casa, como costumam passar as férias? Que atividades fazem? Em que diferem as férias fora de casa das férias passadas em casa?	Quinn & Stacey (2010)
Constrangimentos	Por que motivos não têm feito férias em família nos últimos 4 anos? / Quais os obstáculos que têm encontrado à realização das vossas férias em família?	Gram(2005); Haukeland (1990)
Motivações	Acham que é importante fazer férias em família? Porquê?	Gram (2005)
Aspetos negativos	Acham que existe algum aspeto negativo de fazer férias em família? Qual? (Alguma coisa que não goste tanto...)	Quinn & Stacey (2010)
Programas de Turismo Social	Sabe que existem "Programas de Turismo Social" (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)? . Já participou? Porquê? Entidade. . Gostaria de participar com a sua família? Porquê?	Resultados preliminares da aplicação dos Questionários
	Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre as férias em família?	Backer & Schanzel (2012)

Legenda: ^a As questões apresentadas foram criadas, adaptadas ou traduzidas a partir dos resultados obtidos nos estudos referidos nesta coluna

Uma vez que se pretende integrar a perspetiva das crianças nesta investigação, e considerando como pode ser difícil manter as crianças mais novas interessadas e concentradas o tempo necessário para realizar a entrevista, optou-se por começar a entrevista solicitando às crianças com menos de 12 anos que fizessem um desenho, enquanto a investigadora entrevistava o pai/a mãe.

No caso das crianças que não se lembravam ou nunca tinham feito férias fora do local habitual de residência, o tema do desenho era "O que gostas mais de fazer nas tuas férias, quando estás com a tua família?" ou, no caso das crianças com 10 a 12 anos, "Quando os teus pais puderem arranjar umas férias para vocês todos, como é que achas que vai ser?". No caso das crianças integradas em famílias que fizeram férias recentemente, o tema do desenho era "O momento das últimas férias que mais gostaste". Quando a criança terminava o desenho, que geralmente coincidia com os minutos finais da entrevista aos

pais, pedia-se que explicassem o seu desenho e aproveitava-se o desenho para fazer a ligação a algumas questões (Shanzel, 2010; Gram, 2005), mais simples, sobre o que tinha gostado mais e menos das últimas férias em família de que se lembrava, se achava que eram diferentes as férias em família em casa e fora de casa e porquê/ em quê.

No final de cada entrevista era colocada a questão aos entrevistados (adultos e crianças), se existia algum outro aspeto das férias em família que considerassem importante referir e era entregue ao adulto entrevistado um pequeno questionário onde eram solicitados alguns dados relativos à sua caracterização sociodemográfica (Apêndice VI).

4.6.2. Métodos de análise de dados utilizados

Tal como referido por Kastenholz *et al.* (2012), após a recolha de dados, e no sentido de otimizar a sua análise e interpretação, houve necessidade de organizar os dados de forma sistemática, reduzindo a informação inicial em segmentos de informação mais pequenos, com temas mais homogêneos, para facilitar a análise.

Todas as entrevistas foram, depois de gravadas, transcritas e sujeitas a análise de conteúdo. O processo de transcrição das entrevistas apesar de muito exigente em termos de tempo (cerca de 4 vezes mais que o tempo da gravação), permitiu um primeiro contacto mais detalhado com os dados. Apesar de existirem diversos sistemas de transcrição reconhecidos, com diferentes padrões de exatidão, não existe uma norma consensual (Flick, 2009) e optou-se por transcrever as respostas às questões tentando ser o mais fiel possível ao conteúdo que o entrevistado pretendia transmitir, mas não considerando eventuais peculiaridades dos discursos falados (como, por exemplo, o sotaque ou erros) (ver um exemplo de transcrição de entrevista no Apêndice VII).

Concluída a transcrição das entrevistas, iniciou-se a análise desses dados. A revisão de literatura sobre análise qualitativa permitiu concluir que, ao contrário do que acontece com a análise quantitativa, não há regras únicas para a análise de dados qualitativos (Yin, 2011). De acordo com Creswell (2009) podem ser identificadas cinco fases gerais da técnica de Análise de Conteúdo – tipo de análise por excelência dos métodos qualitativos, que são as seguintes:

- (i) preparação e organização dos dados;
- (ii) identificação das principais categorias para análise dos dados;
- (iii) codificação das entrevistas;
- (iv) comparação dos diferentes casos; e
- (v) interpretação de resultados e conclusões.

No âmbito desta investigação, grande parte da fase de preparação e organização dos dados foi efetuada com o apoio de uma ferramenta informática, o WebQDA - *Web Qualitative Data Analysis*, único

software de apoio à análise qualitativa desenvolvido totalmente em Portugal¹¹ (Neri de Souza *et al.*, 2010). Esta opção baseou-se no facto de o recurso a uma ferramenta informática permitir gerir de forma mais simples e segura o processo de codificação e de análise (por exemplo, ao nível de cruzamento de categorias e de pesquisas por palavra-chave) dos dados organizados (Schanzel, 2010). Contribuiu também para esta decisão o facto de a investigadora ter feito sozinha todas as transcrições das entrevistas e estar muito familiarizada com a utilização destes *softwares*, sentindo que essa opção não comprometeria a sua ligação aos dados, receio apontado por Minnaert (2006).

Ultrapassada a primeira fase, de preparação e organização dos dados, iniciou-se a fase indicada na literatura como crucial na análise qualitativa - identificação das principais categorias em que os dados recolhidos podem ser inseridos. Esta identificação de categorias, apesar de não ser um processo estático e rígido, pode ocorrer, de modo geral, de duas formas: basear-se nas categorias sugeridas pela literatura revista acerca da temática em análise, refletidas nas questões escolhidas para a entrevista, (processo dedutivo) e/ou nos temas que surgem dos próprios dados/discursos (processo indutivo). Nesta investigação, à semelhança de Minnaert (2006) e Kastenholz *et al.* (2012), o processo de identificação das categorias foi, inicialmente, dedutivo, tendo sido posteriormente, no decurso da codificação, complementando com uma lógica mais indutiva. Ou seja, na prática o processo que se verificou foi o de as categorias iniciais serem criadas com base na revisão de literatura e validadas pelas orientadoras deste trabalho, sendo depois adicionadas algumas categorias que emergiram dos dados, validadas novamente pelas investigadoras mencionadas.

A codificação de cada entrevista corresponde a uma fase de exploração de cada caso estudado, analisando os discursos individuais (análise caso-a-caso) e é um processo moroso e muito importante da investigação qualitativa. O facto de a investigadora responsável por este processo estar muito envolvida na elaboração do guião de entrevistas, na recolha dos dados e em todo o processo de identificação das categorias, assegurou que existia um conhecimento aprofundado sobre o que deveria ser codificado em cada categoria (Kastenholz *et al.*, 2012).

Após codificação de todas as entrevistas, procedeu-se à confrontação das diversas entrevistas (análise entre casos), que permitiu construir uma visão geral dos dados recolhidos, identificando padrões e dissemelhanças entre eles. Esta análise procurou, por um lado, analisar as ligações entre o discurso e a revisão da literatura, e, em segundo lugar, identificar semelhanças e diferenças entre diferentes observações do mesmo estudo empírico comparando os diferentes grupos de entrevistados (famílias que fizeram férias vs famílias que não fizeram férias) (McCracken, 1988).

A fase final da análise de conteúdo - interpretação de resultados e conclusões, é uma fase descritiva e analítica, que sistematizará a revisão da literatura e as análises dos discursos (Kastenholz *et*

¹¹ Para mais informação sobre o *software*, ver www.webqda.pt e/ou Neri de Souza, F., Costa, A. P. & Moreira, A. (2010) WebQDA: Análise de Dados Qualitativos Suportada pelo Software WebQDA. In Dias, P. (Ed.) VII Conferência Internacional de Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação – Challenges 2011, Universidade do Minho. 12 e 13 de Maio, Braga.

al., 2012). Na prática, esta fase consistiu na identificação de discursos associáveis a cada constructo analisado (como motivações, atividades, percepções dos efeitos das férias em família, etc...), que ilustravam a interpretação final dos dados recolhidos, respondendo às questões de investigação.

Nos capítulos 8 e 9, são apresentados os dados que foram recolhidos e analisados de acordo com o procedimento metodológico aqui especificado.

4.7. Conclusão

Este capítulo procurou justificar o contexto e os métodos de investigação escolhidos para a realização do estudo empírico, nas suas três partes, não sequenciais. Pretendeu-se explicar detalhadamente todos os procedimentos adotados e opções metodológicas escolhidas, fundamentando com estudos anteriores semelhantes e/ou características da população em estudo, bem como com os recursos associados à realização da investigação. Cada fase do estudo empírico foi planeada com grande detalhe, procurando maximizar os resultados do estudo, considerando os constrangimentos efetivos e potenciais que poderiam ocorrer.

A metodologia escolhida, para caracterizar as famílias portuguesas de baixos rendimentos, implicou o recurso a dados secundários produzidos pelo INE, com intuito de recolher informação sobre as condições de vida, rendimento e despesas das famílias. A análise destes dados foi realizada através de análises estatísticas univariada, bivariada e multivariada, com o apoio do *software* SPSS.

Considerou-se o inquérito por questionário como o método mais adequado para recolher dados que permitissem cumprir o principal objetivo da segunda parte do estudo empírico que passava por verificar, por um lado, os efeitos individuais e familiares das férias em família e, por outro lado, os constrangimentos que as famílias sentem à participação turística, analisando ainda a existência de eventuais diferenças em relação a estas dimensões entre famílias com diferentes características socioeconómicas. Para esse efeito, foram construídos dois questionários com base na revisão de literatura a serem aplicados às famílias. A análise dos dados recolhidos foi efetuada através de análises estatísticas univariada, bivariada e multivariada, com o apoio dos *softwares* SPSS e smartPLS 3.0.

Por fim, a metodologia utilizada para análise das práticas turísticas das famílias economicamente carenciadas, terceira parte do estudo empírico, foi uma metodologia qualitativa, que englobou a realização de entrevistas semiestruturadas a uma amostra de famílias de baixos rendimentos. Para a análise de dados recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, com o apoio do *software* WebQDA.

A metodologia adotada por esta investigação envolveu diferentes técnicas de recolha e análise de dados que se entendem como complementares e enriquecedoras da informação considerada para análise do fenómeno em estudo. Assim, os capítulos que se seguem procuram apresentar de forma pormenorizada os dados recolhidos e as análises realizadas.

Capítulo 5 – Práticas turísticas das famílias portuguesas: análise comparativa segundo a condição económica

5.1. Introdução

Tal como referido no capítulo 2, as práticas turísticas podem ser avaliadas através de diferentes variáveis, sendo que, neste estudo se optou por utilizar a variável despesas turísticas para caracterizar, numa primeira fase, as práticas turísticas das famílias portuguesas, de acordo com o seu nível de rendimento. Esta opção deve-se ao facto de os dados do IDEF estarem disponíveis, serem fiáveis e representativos da população portuguesa, permitindo obter uma caracterização económica e das práticas turísticas das famílias portuguesas. A variável utilizada para a caracterização das práticas turísticas das famílias portuguesas (despesas turísticas), permite, então, que se analisem os padrões de consumo turístico das famílias. Nesta primeira fase do estudo empírico, recorre-se a dados do IDEF, edição de 2010/2011, e considera-se a soma das rubricas “Lazer, distração e cultura” e “Hotéis, restaurantes, cafés e similares” como a melhor *proxy* a considerar das despesas turísticas das famílias, tendo-se optado pela designação de Despesas em Lazer e Turismo (DLT), tal como detalhado no capítulo 4, secção 4.4.

Esta parte do estudo empírico pretende alcançar três objetivos: (i) comparar os padrões de DLT entre “Famílias de baixos rendimentos” e “Outras Famílias; (ii) explorar as características das famílias que podem influenciar as DLT; e (iii) analisar se existem diferenças nas DLT de acordo com o nível de rendimento das famílias. Estudos que analisem especificamente os padrões de DLT de famílias com baixos rendimentos e as suas determinantes são raros, existindo falta de evidência empírica neste domínio para Portugal.

5.2. Caracterização da amostra

A maioria dos agregados familiares inquiridos no âmbito do IDEF residia, em 2009, nas NUT II Norte (20,2%), Centro (15,8%), Lisboa (15,4%), em zonas urbanas. Destas famílias 73,5% viviam em residências com 4 ou menos divisões habitáveis. Este facto poderá estar relacionado com o facto de apenas 33,6% das famílias terem afirmado integrar crianças dependentes na sua composição, sendo que 93,7% das famílias eram constituídas por 4 ou menos elementos. A maioria dos agregados inquiridos referiu ser proprietário, sem crédito à habitação (55,1%) ou com crédito (23,4%), da residência onde vivia e quase a totalidade dos agregados (92,5%) referiu não ser proprietário de residência secundária. O rendimento líquido médio dos inquiridos rondava os 21.987€ anuais (Tabela 5.1).

Tabela 5. 1 - Caracterização dos agregados familiares inquiridos

Variáveis	% Famílias	Valor médio por família
Localização da Habitação		
Zona urbana	80,6%	-
Zona não urbana	19,4%	-
Norte	20,6%	-
Centro	15,8%	-
Lisboa	15,4%	-
Alentejo	14,6%	-
Algarve	14,3%	-
R.A. Açores	8,3%	-
R.A. Madeira	10,9%	-
Regime de ocupação da residência principal		
Proprietário, sem crédito à habitação	55,1%	-
Proprietário, com crédito à habitação	23,4%	-
Arrendatário (ou subarrendatário), com renda ao pm	9,1%	-
Arrendatário (ou subarrendatário), com renda inferior ao pm	7,0%	-
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário	5,5%	-
Proprietário de residência secundária		
Sim	7,5%	-
Não	92,5%	-
Tipologia do agregado		
1 adulto não idoso sem crianças dependentes	7,7%	-
1 adulto idoso sem crianças dependentes	12,5%	-
2 ou + adultos não idosos, sem crianças dependentes	20,8%	-
2 ou + adultos, pelo menos 1 idoso, sem crianças dependentes	25,4%	-
1 adulto com crianças dependentes	3,3%	-
2 ou + adultos com 1 criança dependente	16,7%	-
2 ou + adultos com 2 ou + crianças dependentes	13,6%	-
Dimensão do agregado familiar (nº de elementos)	-	2,57
Dimensão da habitação (nº de divisões)	-	4,00
Rendimento total líquido anual do agregado, em 2009 (€)	-	21.987,85 (DP: 16.042,64)

Legenda: pm = preço de mercado; DP = desvio-padrão

Relativamente às características do indivíduo de referência, a maioria dos inquiridos é do sexo masculino (63,0%), casados (60,1%), com idade média de 54 anos e habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico (50,6%). Apenas 11,9% dos inquiridos detêm formação superior. Mais de metade dos inquiridos (56,8%) estão empregados e 3,1% estão desempregados. Neste seguimento, o trabalho por conta de outrem (48,6%) e as pensões (39,4%) são as principais fontes de rendimento monetário (Tabela 5.2).

Quanto à sua profissão, atual ou última exercida, 20,7% dos inquiridos enquadra-se na categoria “7 - Operários, artífices e trabalhadores similares”, 12,7%, na categoria “5 - Pessoal dos serviços e vendedores” e 10,3% na categoria “6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” da Classificação Nacional de Profissões (CNP94). Estas categorias profissionais vão de encontro aos dados relativos às habilitações literárias reduzidas dos inquiridos, observando-se que apenas 14,2% dos inquiridos pertencem às categorias profissionais “1 - Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” e “2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas”. Acerca da sua situação profissional na atual ou última profissão exercida, 79,3% dos inquiridos são trabalhadores por conta de

outrem, sendo que apenas 6,0% são trabalhadores por conta própria, empregando outros trabalhadores. O tipo de contrato de trabalho predominante é o contrato sem termo (84,5%). O rendimento anual líquido médio *per capita* ronda os 9.501,20€ (Tabela 5.2).

Tabela 5. 2 - Caracterização sociodemográfica e económica dos indivíduos de referência inquiridos

Variáveis	% Famílias	Valor médio
Género do indivíduo de referência		
Feminino	37,0%	-
Masculino	63,0%	-
Estado Civil		
Solteiro	16,3%	-
Casado (com registo)	60,1%	-
Viúvo	15,7%	-
Divorciado	8,0%	-
Nível de habilitações literárias do indivíduo de referência		
Nenhum	14,8%	-
Básico – 1º ciclo (4º ano)	35,8%	-
Básico – 2º ciclo (6º ano)	12,2%	-
Básico – 3º ciclo (9º ano)	14,4%	-
Secundário (12º ano) e pós-secundário	11,0%	-
Superior – bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento	11,9%	-
Nacionalidade do indivíduo de referência		
Portuguesa	97,1%	-
Outra	2,9%	-
Condição perante o trabalho		
Exerce uma profissão	56,8%	-
Desempregado/a	3,1%	-
Aluno/a ou em estágio curricular	0,3%	-
Reformado/a ou cessou negócio por motivo de idade	35,5%	-
Doméstico/a	2,6%	-
Incapacitado/a permanente para o trabalho e Outros inativos	1,6%	-
Profissão principal atual ou última exercida - CNP 94		
0 - Membros das forças armadas	0,8%	-
1 - Quadros superiores AP, dirigentes e quadros superiores de empresas	6,3%	-
2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7,9%	-
3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	8,9%	-
4 - Pessoal administrativo e similares	7,7%	-
5 - Pessoal dos serviços e vendedores	12,7%	-
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	10,3%	-
7 - Operários, artífices e trabalhadores similares	20,7%	-
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	9,6%	-
9 - Trabalhadores não qualificados	15,1%	-
Tipo de contrato de trabalho		
Contrato sem termo	84,7%	-
Contrato a termo	15,3%	-
Idade do indivíduo de referência (anos)	-	54,71
Rendimento total líquido anual do indivíduo de referência, em 2009 (€)	-	9.501,20

Legenda: AP = Administração Pública

5.3. Diferenças nos padrões de Despesa em Lazer e Turismo entre as famílias portuguesas

Uma primeira análise descritiva dos dados permite observar que 21,79% das famílias portuguesas dispõem de um rendimento anual, *per capita*, igual ou abaixo da linha de pobreza para esse ano, para o nosso país (Tabela 5.3).

Uma informação importante de salientar, antes de apresentar os restantes resultados, é a de que a distribuição das Despesa em Lazer e Turismo (DLT) realizadas pelas famílias portuguesas confirma uma característica que diferencia este tipo de despesas de outros tipos de despesas: uma grande percentagem de famílias não faz este tipo de despesas (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Zheng & Zhang, 2013).

Do total do 9.489 agregados, 6,86% não teve qualquer despesa em “Lazer, distração e cultura”, 31,92% não fez qualquer despesa do tipo “Hotéis, restaurantes, cafés e similares”, perfazendo um total de 3,84% das famílias a não terem qualquer DLT em 2009. Olhando para estas variáveis, por tipo de família, observa-se que 5,32% das “Famílias de Baixos Rendimentos” não realizou qualquer DLT, 7,70% não consumiu nenhum produto/atividade da categoria “Lazer, distração e cultura” e 39,6% não efetuou nenhuma despesa do tipo “Hotéis, restaurantes, cafés e similares”. Estas percentagens são ligeiramente inferiores se considerarmos o segmento “Outras Famílias”: 6,60% não consumiu nenhum produto/atividade de “Lazer, distração e cultura”, 29,8% não efetuou nenhuma despesa em “Hotéis, restaurantes, cafés e similares” e 3,31% não realizou qualquer DLT. Com efeito, identificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos das famílias, em termos dos seus padrões de despesa (Tabela 5.3).

Considerando todas as famílias da amostra, as DLT perfizeram 11,55% do total das despesas das famílias em 2009. Se considerarmos apenas as “Famílias de baixos rendimentos”, esta percentagem decresce para 9,03% e, se considerarmos apenas as “Outras Famílias” as DLT correspondem a 12,26% das despesas totais destas famílias, no mesmo ano (Tabela 5.3).

Tabela 5. 3– Estatísticas descritivas das Despesas das famílias portuguesas

Despesa anual do agregado	Todas as famílias (N=9.489)		Famílias de Baixos Rendimentos (N=2.068)		Outras Famílias (N=7.421)	
	Média (€)	%	Média (€)	%	Média (€)	%
Despesa total	18.492,87	100,00	13.437,41	100,00	19.901,66	100,00
Despesa em Lazer, distração e cultura	880,31	3,83	566,73	3,64	967,69	3,88
Despesa em Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1.727,06	7,73	853,04	5,39	1.970,63	8,38
Despesa em Lazer e Turismo	2.607,37	11,55	1.419,77	9,03	2.938,32	12,26

Testaram-se diferenças e associações entre os dois segmentos de famílias analisados em todas as variáveis de caracterização da estrutura das famílias disponíveis no IDEF. Verificam-se diferenças

estatisticamente significativas em termos da dimensão do agregado familiar, da dimensão da habitação e da idade do indivíduo de referência (Tabela 5.4). As “Famílias de baixos rendimentos” tendem a integrar famílias com maior número de elementos e famílias que vivem em residências de menor dimensão, relativamente às “Outras Famílias”. As “Famílias de baixos rendimentos” também integram indivíduos de referência mais novos do que as “Outras Famílias” (Tabela 5.4).

Tabela 5. 4 – Comparação das características estruturais das famílias, entre os dois grupos de famílias (teste *t*)

Variáveis	Médias		<i>t</i>	Sig.
	Famílias de Baixos Rendimentos (N=2.068)	Outras Famílias (N=7.421)		
Dimensão do agregado familiar (nº de elementos)	3,32	2,36	27,79	0,000*
Dimensão da habitação (nº de divisões)	3,80	4,06	-8,55	0,000*
Idade do indivíduo de referência	51,43	55,63	-10,99	0,000*

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

Os resultados dos testes qui-quadrados efetuados mostram que os dois grupos de famílias diferem também relativamente a outras características estruturais (Tabela 5.5). Comparando com a amostra total, as “Famílias de baixos rendimentos” integram relativamente mais agregados com crianças, resultado que poderá estar relacionado com a conclusão anteriormente referida de que este segmento integra famílias com mais elementos (Tabela 5.4). Quando analisamos as variáveis localização e regime de ocupação da residência principal, as “Outras Famílias” integram relativamente mais famílias que vivem em zonas urbanas e que detêm a propriedade da residência. Este segmento, tal como esperado, também inclui uma percentagem relativamente superior de famílias que têm uma residência secundária, comparando com a amostra total (Tabela 5.5). Olhando para algumas características sociodemográficas do indivíduo de referência da família, verifica-se que indivíduos de referência do sexo masculino, com nível de habilitações literárias inferior ou com nacionalidade que não seja portuguesa estão mais concentrados no grupo das “Famílias de baixos rendimentos” do que no total da amostra (Tabela 5.5).

Tabela 5. 5 – Comparação das variáveis nominais entre os dois grupos de famílias (testes do qui-quadrado)

Variáveis	Famílias de Baixos Rendimentos (N=2.068)	Outras Famílias (N=7.421)	Todas as Famílias (N=9.489)	χ^2	Sig.
Presença de crianças no agregado				660,68	0,000*
Sim	57,2%	27,0%	33,6%		
Não	42,8%	73,0%	66,4%		
Localização da residência principal				41,80	0,000*
Zona urbana	75,6%	81,9%	80,6%		
Zona não urbana	24,4%	18,1%	19,4%		
Regime de ocupação da residência principal				400,12	0,000*
Proprietário	62,4%	82,9%	78,4%		
Não proprietário	37,6%	17,1%	21,6%		
Proprietário de residência secundária				127,15	0,000*
Sim	1,7%	9,1%	7,5%		
Não	98,3%	90,9%	92,5%		
Nível de habilitações literárias do indivíduo de referência				232,65	0,000*
Ensino Superior	2,3%	14,5%	11,9%		
Nível de ensino abaixo do Ensino Superior	97,7%	84,5%	88,1%		
Género do indivíduo de referência				14,65	0,000*
Feminino	33,4%	38,0%	37,0%		
Masculino	66,6%	62,0%	63,0%		
Nacionalidade do indivíduo de referência				21,96	0,000*
Portuguesa	95,6%	97,5%	97,1%		
Outra	4,4%	2,5%	2,9%		

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; **Células a negrito** – Resíduos ajust. > 2

Nota: % por coluna

No que respeita às DLT, como esperado, observa-se que, quando comparadas com as “Outras Famílias”, as “Famílias de baixos rendimentos” têm um nível deste tipo de despesa significativamente menor (quase 50% menos) (Tabela 5.6). Acresce que, relativamente aos padrões de despesas, a média do valor que as “Famílias de baixos rendimentos” gastam em cada tipo de atividade/produto é inferior ao valor médio gasto pelas “Outras Famílias”, à exceção das despesas em “Álcool, tabaco e narcóticos/estupefacientes”. Este padrão de consumo é consistente com a característica que Sousa *et al.* (2007) descreve das famílias economicamente desfavorecidas, de serem famílias com padrões de comportamento e organização repetitivos, padrões que contribuem para perpetuar situações de exclusão social e pobreza.

Quando analisamos a importância de cada tipo de despesa no total de despesas da família, observa-se que apenas as despesas em “Educação”, em “Saúde” e em “Vestuário e calçado” não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de famílias. Despesas em “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (bens essenciais), em “Comunicações” (que incluem equipamentos e

custos com telecomunicações, como telemóveis e contas de telemóvel) e em “Álcool, tabaco e narcóticos/estupefacientes” (bens cujo consumo está associado a problemas/comportamentos de exclusão social) assumem uma importância relativamente superior nas despesas totais das “Famílias de baixos rendimentos” face à importância assumida nas despesas totais das “Outras Famílias” (Tabela 5.6). Todos os outros tipos de despesa assumem uma importância relativamente superior no total das despesas das “Outras Famílias” do que nas despesas totais das “Famílias de baixos rendimentos” (Tabela 5.6).

Tabela 5. 6 – Comparação dos padrões de despesa entre os dois grupos de famílias (*t*-test)

Tipos de Despesa (COICOP)	Valor da despesa (€)				Peso na despesa total (%)			
	Médias				Médias			
	Famílias de Baixos Rendimentos (N=2.068)	Outras Famílias (N=7.421)	<i>t</i>	sig.	Famílias de Baixos Rendimentos (N=2.068)	Outras Famílias (N=7.421)	<i>t</i>	sig.
Despesa total	13.437,41	19.901,66	-27,14	0,000*	100,00	100,00	-	-
1. Despesa em Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2.567,90	2.694,22	-2,44	0,015**	20,24	15,35	18,05	0,000*
2. Despesa em Alcool, tabaco e narcóticos/estupefacientes	391,47	346,67	2,53	0,012**	2,92	1,76	9,14	0,000*
3. Despesa em Vestuário e calçado	428,18	693,88	-14,48	0,000*	2,84	2,96	-1,34	0,179
4. Despesa em Habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis	4.184,98	6.150,26	-29,85	0,000*	35,41	36,50	-2,76	0,006*
5. Despesa em Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	420,21	825,91	-17,87	0,000*	2,92	3,62	-7,31	0,000*
6. Despesa em Saúde	889,06	1.247,22	-9,70	0,000*	6,95	6,75	0,85	0,398
7. Despesa em Transportes	1.661,36	2.834,13	-13,47	0,000*	9,44	10,66	-4,68	0,000*
8. Despesa em Comunicações	558,54	667,58	-9,33	0,000*	4,39	3,62	9,49	0,000*
9. Despesa em Lazer, distração e cultura	566,73	967,69	-15,63	0,000*	3,64	3,88	-2,11	0,035**
10. Despesa em Educação	193,65	344,23	-7,00	0,000*	0,93	1,07	-1,65	0,098
11. Despesa em Hotéis, restaurantes, cafés e similares	853,04	1.970,63	-21,37	0,000*	5,39	8,38	-12,44	0,000*
12. Despesa em Outros bens e serviços	722,30	1.159,25	-15,17	0,000*	4,93	5,46	-3,29	0,001*
Despesa em Lazer e Turismo (9+11)	1.419,77	2.938,32	-23,35	0,000*	9,03	12,26	-11,99	0,000*

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

5.4. Determinantes das despesas em lazer e turismo das famílias portuguesas

Nesta secção exploramos a hipótese de que o rendimento e outras características estruturais das famílias determinam o seu nível de DLT. O capítulo 2 permite constatar que uma das conclusões a que diversos estudos chegam é o facto de o rendimento ser um constrangimento efetivo ao consumo de atividades/produtos de lazer e turismo (Alegre *et al.*, 2010; Cooper *et al.*, 2005; Daniels *et al.*, 2005; Durko & Petrick, 2013; Hall & Brown, 2006; Haukeland, 1990; Smith & Carmichael, 2005).

Na literatura, contrariamente à ausência de estudos sobre a relação entre o status económico e o acesso ao lazer e ao turismo, as despesas são reconhecidas como uma componente essencial para a análise da prática turística, sendo já amplamente analisadas em estudos da área do lazer e do turismo (Weagley & Huh, 2004; Wu, Zhang, & Fujiwara, 2013; Zheng & Zhang, 2013). Assim, diversos são os estudos que tentaram já definir com exatidão quais são as variáveis que determinam o nível de despesa turística (Wang & Davidson, 2010; Weagley & Huh, 2004). Neste contexto, é imprescindível fazer uma distinção entre os estudos que analisam as despesas realizadas nos destinos e os estudos que analisam as despesas turísticas enquanto um item geral de consumo dos agregados familiares. Nesta investigação optou-se por focar a análise no segundo tipo de estudos.

Seguindo as linhas gerais que os estudos confirmam, verifica-se que existem outras características que contribuem ou determinam padrões, níveis e tipos de despesas. O rendimento familiar e as estruturas familiares contribuem para explicar diferentes padrões de DLT. De facto, além do rendimento, a dimensão da família, a presença de crianças no agregado familiar, o agregado ser proprietário da sua residência principal e a localização dessa residência principal são outras variáveis que a literatura na área do lazer e turismo aponta como determinantes do nível de DLT (Alegre *et al.*, 2013; Kuo & Lu, 2013; Weagley & Huh, 2004). Além disso, as características sociodemográficas do indivíduo de referência da família¹, como a idade, género e nível de escolaridade são identificados como determinantes importantes deste tipo de despesas (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Kuo & Lu, 2013; Hung *et al.*, 2013; Weagley & Huh, 2004; Zheng & Zhang, 2013).

Não obstante, o rendimento influencia e é influenciado por outras características familiares. Quanto ao número de crianças na família, por exemplo, a literatura indica que um aumento deste número vai levar a uma diminuição nas despesas turísticas (Alegre *et al.*, 2013; Kuo & Lu, 2013; Zheng & Zhang, 2013). Quanto ao regime de ocupação da residência principal da família, parece não existir consenso nos diversos estudos anteriores (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Kuo & Lu, 2013; Weagley & Huh, 2004). Cai (1999) e Alegre *et al.* (2013) concluem que, em comparação com as famílias que vivem em casas arrendadas, as famílias proprietárias da casa tendem a incorrer em maiores despesas turísticas. No entanto, o estudo de Alegre *et al.* (2013), também conclui que os agregados familiares com empréstimos à habitação tendem a gastar menos em atividades de turismo do que as famílias sem empréstimos - durante os anos de crise foi observado um efeito negativo sobre as despesas turísticas para as famílias com empréstimos. Kuo & Lu (2013) e Weagley & Huh (2004) encontram

¹ Neste estudo será considerado como “indivíduo de referência” o elemento do agregado familiar que é responsável pela maior parte do rendimento da família, tal como definido pelo INE (2012).

um resultado diferente - no seu estudo, ser proprietário de uma casa não aparece como variável importante na determinação das despesas turísticas das famílias.

A localização da casa onde reside a família também aparece em alguns dos estudos como determinante das despesas de turismo, concluindo-se que famílias que residem em áreas urbanas ou mais populosas tendem a ter um nível mais elevado de despesas turísticas (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999).

Em termos do efeito da idade do indivíduo de referência da família e da dimensão da família nas despesas turísticas, a literatura apresenta alguma incerteza, não sendo claro o sinal desse efeito (Alegre *et al.*, 2013; Dardis *et al.*, 1994; Kuo & Lu, 2013; Wang & Davidson, 2010; Weagley & Huh, 2004). O género do indivíduo de referência da família é uma variável que aparece como sendo significativa em muitos estudos, sendo relatado um efeito positivo nas despesas em turismo quando esse indivíduo é homem (Kuo & Lu, 2013; Marcussen, 2011; Zheng & Zhang, 2013). O nível de escolaridade do indivíduo de referência da família é outro fator determinante das despesas em turismo identificado em muitos dos estudos (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Kuo & Lu, 2013; Marcussen, 2011; Weagley & Huh, 2004; Zheng & Zhang, 2013). Esses estudos indicam que quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo, maior o nível de despesas da família em atividades de lazer e turismo. A situação perante o trabalho do indivíduo de referência da família (se está empregado ou não) também aparece como determinante das despesas em lazer e turismo (Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Weagley & Huh, 2004). Nos estudos de Alegre *et al.* (2013) e Cai (1999), as despesas das famílias em atividades de turismo reduzem quando o indivíduo de referência da família está desempregado. Weagley & Huh (2004) defendem que as famílias com indivíduo de referência aposentado gastam significativamente mais em despesas de lazer do que as famílias com indivíduo de referência quase-aposentado, quando se controlavam outros fatores.

Considerando a importância do rendimento para explicar os padrões diferenciados de envolvimento da família em atividades de lazer e turismo, e suas despesas, é surpreendente a falta de estudos sobre famílias economicamente carenciadas. Assim, neste estudo utiliza-se a análise de regressão múltipla para identificar os determinantes das DLT das famílias portuguesas. Tal como referido na secção anterior, uma característica da presente análise é a existência de uma elevada percentagem de valores iguais a zero para este tipo de despesa. Por este motivo, e considerando que Maddala (1992) e Cai (1998) referem que em situações deste tipo os modelos clássicos de regressão não garantem uma estimativa dos parâmetros consistente imparcial, optou-se por retirar da análise todos os agregados com DLT iguais a zero. Assim, a amostra passa a contar com 9.134 famílias, das quais 1.958 são “Famílias de Baixos Rendimentos” e 7.176 são “Outras Famílias”.

A análise de regressão múltipla é um método de análise comum na literatura para identificar os fatores determinantes das despesas turísticas (Wang & Davidson, 2010). O modelo foi testado para a amostra completa e, depois, para cada grupo individualmente – “Famílias de baixos rendimentos” e “Outras Famílias”.

Como variáveis dependentes exploram-se três variáveis: Despesas totais, valor das DLT e o peso das DLT nas despesas totais das famílias.

Como variáveis independentes, com base na revisão de literatura apresentada nos parágrafos anteriores (por exemplo, Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999; Hung *et al.*, 2013; Weagley & Huh, 2004; Zheng & Zhang, 2013), considerou-se neste estudo não só o rendimento da família, mas também outras características da família, nomeadamente o número de elementos do agregado familiar, a dimensão da residência principal (nº de divisões), a presença de crianças no agregado familiar, o regime de ocupação da residência principal (proprietário/outra), a localização da residência principal (zona urbana/outra), existência de residência secundária (sim/não), a idade, o género (feminino/masculino), nacionalidade (Portuguesa/outra), situação perante o trabalho (empregado/outra) e habilitações literárias (ensino superior/outra) do indivíduo de referência.

Com base no enquadramento teórico foi especificado o modelo representado pela seguinte equação:

$$(1) \quad DF_i = f(R_i, E_i, D_i, C_i, RS_i, L_i, RO_i, I_i, G_i, N_i, ST_i, H_i)$$

Com base no modelo traduzido pela equação (1) utilizou-se uma regressão linear multivariada, com a seguinte formulação:

$$DF_i = a + b_1 R_i + b_2 E_i + b_3 D_i + b_4 C_i + b_5 RS_i + b_6 L_i + b_7 RO_i + b_8 I_i + b_9 G_i + b_{10} N_i + b_{11} ST_i + b_{12} H_i + \varepsilon_i$$

As variáveis consideradas no modelo, bem como a unidade em que são expressas, estão descritas na Tabela 5.7.

Tabela 5. 7 – Definição das variáveis consideradas no modelo

Designação	Variável e unidade de medida
i	1, . . . , n – número da família
DF	Variável dependente – Despesa da família (€)
R	Rendimento anual da família
E	Número de elementos do agregado familiar;
D	Dimensão da residência principal (nº de divisões)
C	Presença de crianças no agregado familiar (variável <i>dummy</i> : 1, se o agregado integra crianças; 0, caso contrário)
RS	Propriedade de residência secundária (variável <i>dummy</i> : 1, se o agregado é proprietário de segunda residência; 0, caso contrário)
L	Localização da residência principal (variável <i>dummy</i> : 1, se zona urbana; 0, caso contrário)
RO	Regime de ocupação da residência principal (variável <i>dummy</i> : 1, se é proprietário; 0, caso contrário)
I	Idade do indivíduo de referência (anos)
G	Género do indivíduo de referência (variável <i>dummy</i> : 1, se é feminino; 0, caso contrário)
N	Nacionalidade do indivíduo de referência (variável <i>dummy</i> : 1, se é Portuguesa; 0, caso contrário)
ST	Situação perante o trabalho do indivíduo de referência -(variável <i>dummy</i> : 1, se está empregado; 0, caso contrário)
H	Habilitações literárias do indivíduo de referência (variável <i>dummy</i> : 1, se tem Ensino Superior; 0, caso contrário)
E	resíduos

Utilizou-se o procedimento de regressão *Stepwise*, no SPSS (versão 20.0), para obter os modelos de regressão. Os pressupostos da regressão linear multivariada (normalidade dos termos de erro, homogeneidade das variâncias, multicolinearidade e linearidade) foram analisados (Hair *et al.*, 1995; Field, 2009).

A normalidade dos resíduos foi analisada através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) (Tabelas 5.8 a 5.10) que sugere que este pressuposto é violado em todos os modelos. No entanto, analisando os histogramas dos resíduos dos modelos e os gráficos da normalidade (Q-Q e *Detrended* Q-Q), a distribuição dos resíduos é semelhante a uma distribuição normal.

O diagnóstico da homocedasticidade foi realizado através da análise dos gráficos dos resíduos estudentizados com os resíduos estandardizados (Pestana & Gageiro, 2005). Os gráficos analisados não mostram tendências crescentes ou decrescentes.

A relação de linearidade entre as variáveis dependentes e independentes foi analisada através de dois gráficos dos resíduos – um respeitante aos resíduos estandardizados com a variável dependente estandardizada e o outro correspondente à variável dependente estandardizada com a variável dependente. Os resultados que emergiram destes gráficos sugerem a existência de uma relação linear. Para testar a multicolinearidade analisaram-se os valores dos seguintes indicadores: *Tolerance* e *Variance Inflation Factor* (VIF). Como se pode observar nas Tabelas 5.8 a 5.10, as equações de regressão múltipla não sofrem de multicolinearidade.

Hair *et al.* (1995) sugerem que, especialmente com amostras de grandes dimensões, o investigador deve analisar não só o poder explicativo dos modelos mas também a sua significância em termos práticos. Os mesmos autores sugerem, ainda, analisar-se também o valor do coeficiente de determinação ajustado (\bar{R}^2), por este valor ser o valor de R^2 já ajustado ao número de variáveis independentes do modelo e à dimensão da amostra (Hair *et al.*, 1995: 142).

As equações estimadas nos modelos apresentados nas Tabelas 5.8 a 5.10 evidenciam elevados valores de F , apesar de o seu coeficiente de determinação ajustado (\bar{R}^2) variar de modelo para modelo. Dois dos modelos apresentam um poder explicativo acima de 60% (bastante bom) (Modelos 1 e 3), enquanto outros têm um poder explicativo mais baixo (entre 13,7% e 38,2%). Várias razões podem estar na origem destes reduzidos valores de \bar{R}^2 , particularmente nos modelos relativos às despesas das “Famílias de baixos rendimentos”, como por exemplo, uma especificação incompleta do modelo e a possibilidade de as diferenças nos valores das despesas analisadas poderem incorporar uma componente aleatória muito significativa ou até fatores acerca dos quais o IDEF não recolhe informação. No entanto, tal como sugerido por Hair *et al.* (1998) e Field (2009), o que corresponde a um poder explicativo aceitável depende da área científica no âmbito da qual os dados são recolhidos e analisados.

5.4.1. Determinantes das despesas totais

Relativamente às despesas totais da amostra (Modelo 1), 11 das 12 variáveis independentes mostraram ser significantes com um valor de $p \leq 0.05$, contribuindo para explicar 61,4% da variância do modelo. O valor das despesas totais das famílias portuguesas está diretamente relacionado com todas as variáveis, exceto com a nacionalidade do indivíduo de referência do agregado. Este resultado indica que, por um lado, famílias com um

nível de rendimento anual superior, com mais elementos, com residência principal com maior número de divisões, com crianças, que são proprietários da sua residência principal, com uma residência secundária, que vivem em zonas urbanas e que têm um indivíduo de referência com educação superior, têm maior probabilidade de terem um nível de despesa total superior. Por outro lado, o indivíduo de referência ser mulher ou ser mais velho influencia negativamente o nível de despesa total da família (Tabela 5.8).

Nove variáveis independentes do Modelo 2 (despesa total das “Famílias de baixos rendimentos”) explicam 38,4% da variância do modelo. Quando o rendimento anual e a dimensão do agregado e a idade e habilitações literárias do indivíduo de referência aumentam, o valor das despesas totais destas famílias também aumentam, *ceteris paribus*. A presença de crianças, ser proprietário da sua residência principal, ter uma residência secundária, viver em zonas urbanas e ter um indivíduo de referência empregado, são variáveis que também influenciam positivamente o valor total de despesa destas famílias. Um resultado surpreendente foi o facto de que a nacionalidade do indivíduo de referência ser portuguesa é a única variável que influencia negativamente o nível de despesa total das “Famílias de baixos rendimentos”, sugerindo a necessidade de estudos futuros que ajudem a entender este resultado (Tabela 5.8).

O modelo de regressão que tenta explicar o valor total das despesas das “Outras Famílias” (Modelo 3) também se mostrou estatisticamente significativo ($F = 1.174,667$; $p = 0.000$). Dez das doze variáveis independentes explicam 61,8% da variância do modelo. Destas dez variáveis, apenas a idade e género (ser mulher) do indivíduo de referência influenciam negativamente o valor das despesas totais destas famílias (Tabela 5.8).

Tabela 5. 8 – Resultados da análise de regressão para as Despesas totais das famílias portuguesas com DLT

Variáveis	Despesas Totais do agregado familiar					
	Modelo 1 - Todas as Famílias (N=9.134)		Modelo 2 - Famílias de Baixos Rendimentos (N=1.958)		Modelo 3 - Outras Famílias (N=7.176)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
R: Rendimento	0,599	0,000*	0,375	0,000*	0,559	0,000*
E: Nº elementos do agregado familiar	0,020	0,038**	-	-	0,071	0,000*
D: Dimensão da residência principal (nº de divisões)	0,076	0,000*	0,115	0,000*	0,070	0,000*
C: Presença de crianças no agregado familiar – o agregado integra crianças	0,116	0,000*	0,173	0,000*	0,108	0,000*
RS: Propriedade de residência secundária – o agregado é proprietário de segunda residência	0,067	0,000*	0,061	0,000*	0,075	0,000*
L: Localização da residência principal – zona urbana	0,058	0,000*	0,072	0,000*	0,057	0,000*
RO: Regime de ocupação da residência principal – proprietário	0,046	0,000*	0,099	0,000*	0,030	0,000*
I: Idade do indivíduo de referência	-0,044	0,000*	-	-	-0,063	0,000*
G: Género do indivíduo de referência – feminino	-0,034	0,000*	-	-	-0,033	0,000*
N: Nacionalidade do indivíduo de referência – Portuguesa	-	-	-0,065	0,000*	-	-
ST: Situação perante o trabalho do indivíduo de referência – empregado	0,029	0,002*	0,085	0,000*	-	-
H: Habilitações literárias do indivíduo de referência – Ensino Superior	0,078	0,000*	0,077	0,000*	0,082	0,000*
Constante (a)	2.566,48		3.029,87		3.649,032	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,784		0,620		0,786	
R ²	0,614		0,384		0,618	
R^2	0,614		0,382		0,617	
Desvio-padrão	7.182,02		5.304,34		7.615,91	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,085 (0,000)		0,089 (0,000)		0,088 (0,000)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,407		≥0,607		≥0,675	
VIF (todas as variáveis)	≤2,459		≤1,648		≤2,511	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

5.4.2. Determinantes das DLT

Relativamente às DLT para todas as famílias da amostra (Modelo 4), dez das variáveis independentes explicam 38,1% da variância do modelo (Tabela 5.9). Neste modelo encontra-se uma relação positiva entre o nível de DLT da família e o rendimento do agregado, a presença de crianças no agregado, habitar numa zona urbana, o agregado ter um indivíduo de referência empregado e com habilitações literárias ao nível do ensino superior. No entanto, variáveis como o número de elementos do agregado, o agregado ser proprietário da sua residência principal, ter residência secundária e o indivíduo de referência ser mulher e ter mais idade, influencia negativamente as DLT das famílias (Tabela 5.9).

O modelo 5 pretendia analisar a relação entre as DLT das “Famílias de baixos rendimentos” e as variáveis independentes consideradas. Oito das doze variáveis independentes contribuem para explicar 19,8% das DLT das “Famílias de baixos rendimentos”. Tal como acontece no modelo relativo às suas despesas totais (Modelo 2), o rendimento, a presença de crianças, viver em zonas urbanas e ter um indivíduo de referência empregado, são variáveis que influenciam positivamente o valor total de DLT destas famílias, mantendo tudo o resto constante. O indivíduo de referência do agregado ter maiores habilitações literárias é outro fator com influência positiva nas DLT deste segmento de famílias. Observa-se, no entanto, uma relação negativa entre as DLT e o indivíduo de referência do agregado ser mulher, bem como o facto de o agregado deter a propriedade da sua residência principal (Tabela 5.9).

Para as DLT das “Outras Famílias” (Modelo 6), o modelo proposto explica 37,7% da variância. Das dez variáveis independentes estatisticamente significativas, o rendimento anual e a presença de crianças no agregado aparecem como as variáveis com maior poder explicativo (Tabela 5.9).

Em nenhum dos modelos construídos para as DLT, as variáveis nacionalidade do indivíduo de referência e dimensão da residência principal se mostram estatisticamente significativas, o que significa que, apesar de influenciarem o nível de despesas totais das famílias (Tabela 5.8), estas duas variáveis perdem poder explicativo quando o tipo de despesa analisada é a DLT, sugerindo a necessidade de estudos que explorem as causas deste resultado.

Tabela 5. 9 – Resultados da análise de regressão para as Despesas em Lazer e Turismo (DLT) das famílias portuguesas

Variáveis	Despesa do agregado familiar em Lazer e Turismo (DLT)					
	Modelo 4 - Todas as Famílias (N = 8.782)		Modelo 5 - Famílias de Baixos Rendimentos (N = 1.810)		Modelo 6 - Outras Famílias (N = 6.900)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
R: Rendimento	0,552	0,000*	0,358	0,000*	0,533	0,000*
E: Nº elementos do agregado familiar	-0,165	0,000*	-0,176	0,000*	-0,146	0,000*
D: Dimensão da residência principal (nº de divisões)	-	-	-	-	-	-
C: Presença de crianças no agregado familiar – o agregado integra crianças	0,150	0,000*	0,245	0,000*	0,148	0,000*
RS: Propriedade de residência secundária – o agregado é proprietário de segunda residência	-0,032	0,000*	-	-	-0,037	0,000*
L: Localização da residência principal – zona urbana	0,051	0,000*	0,070	0,001*	0,047	0,000*
RO: Regime de ocupação da residência principal – proprietário	-0,073	0,000*	-0,095	0,000*	-0,082	0,000*
I: Idade do indivíduo de referência	-0,069	0,000*	-	-	-0,075	0,000*
G: Género do indivíduo de referência – feminino	-0,049	0,000*	-0,049	0,024**	-0,054	0,000*
N: Nacionalidade do indivíduo de referência – Portuguesa	-	-	-	-	-	-
ST: Situação perante o trabalho do indivíduo de referência – empregado	0,068	0,000*	0,070	0,007*	0,069	0,000*
H: Habilitações literárias do indivíduo de referência – Ensino Superior	0,052	0,000*	0,067	0,002*	0,060	0,000*
Constante (a)	1.300,384		269,946		1.684,098	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,618		0,449		0,615	
R ²	0,382		0,202		0,378	
\bar{R}^2	0,381		0,198		0,377	
Desvio-padrão	2.075,73		996,78		2.293,38	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,131 (0,000)		0,122 (0,000)		0,127 (0,000)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,412		≥0,277		≥0,395	
VIF (todas as variáveis)	≤2,426		≤3,609		≤2,531	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

5.4.3. Determinantes do peso das DLT nas despesas totais

Os sétimo, oitavo e nono modelos pretendem explicar a importância (%) das DLT nas despesas totais das famílias (Tabela 5.10). Quando se consideram todas as famílias da amostra, o modelo (Modelo 7) aparece significativo ($F = 162.525$; $p = 0.000$) e explica 19,1% da variação da variável dependente. Se se considerarem apenas as “Famílias de baixos rendimentos” (Modelo 8), oito das variáveis independentes explicam apenas 13,7% da variação da importância das DLT nas despesas totais deste grupo de famílias.

Para as “Outras Famílias” (Modelo 9), observa-se que 19,1% da variação da variável dependente é explicada pelo rendimento, presença de crianças, habitar numa zona urbana e o indivíduo de referência estar empregado e ter habilitações literárias superiores (relação positiva) e, ainda, pelo número de elementos do agregado, o agregado ser proprietário da residência principal, ter residência secundária e o indivíduo de referência ser mulher e ter idade mais avançada (Tabela 5.10).

Tabela 5. 10 – Resultados da análise de regressão para o peso das DLT nas Despesas totais das famílias portuguesas

Variáveis	Peso (%) das DLT na despesa total dos agregados familiares					
	Modelo 7 - Todas as Famílias (N = 8.667)		Modelo 8 - Famílias de Baixos Rendimentos (N = 1.863)		Modelo 9 – Outras Famílias (N = 6.843)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
R: Rendimento	0,275	0.000*	0,154	0.000*	0,252	0.000*
E: Nº elementos do agregado familiar	-0,160	0.000*	-0,145	0.000*	-0,152	0.000*
D: Dimensão da residência principal (nº de divisões)	-	-	-	-	-	-
C: Presença de crianças no agregado familiar – o agregado integra crianças	0,119	0.000*	0,266	0.000*	0,105	0.000*
RS: Propriedade de residência secundária – o agregado é proprietário de segunda residência	-0,052	0.000*	-	-	-0,057	0.000*
L: Localização da residência principal – zona urbana	0,073	0.000*	0,062	0.006*	0,073	0.000*
RO: Regime de ocupação da residência principal – proprietário	-0,125	0.000*	-0,155	0.000*	-0,134	0.000*
I: Idade do indivíduo de referência	-0,113	0.000*	-	-	-0,127	0.000*
G: Género do indivíduo de referência – feminino	-0,069	0.000*	-	-	-0,086	0.000*
N: Nacionalidade do indivíduo de referência – Portuguesa	0,029	0.004*	0,055	0.013**	-	-
ST: Situação perante o trabalho do indivíduo de referência – empregado	0,132	0.000*	0,100	0.000*	0,130	0.000*
H: Habilitações literárias do indivíduo de referência – Ensino Superior	0,046	0.001*	0,044	0.043**	0,052	0.000*
Constante (a)	10,816		3,563		14,758	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,438		0,375		0,438	
R ²	0,192		0,141		0,192	
R²	0,191		0,137		0,191	
Desvio-padrão	8,179		6,786		8,706	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,110 (0.000)		0,107 (0.000)		0,111 (0.000)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0.412		≥0.284		≥0.397	
VIF (todas as variáveis)	≤2.424		≤3.522		≤2.519	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

5.4.4. Comparação dos determinantes dos diferentes tipos de despesas nos dois grupos de famílias

Foram encontradas diferenças em termos dos fatores que influenciam os diferentes tipos de despesas dos dois grupos de famílias. A Tabela 5.11 sumaria o sinal dos efeitos de cada variável independente nas variáveis dependentes, para os três segmentos de famílias analisadas.

Comparando os modelos apresentados, podemos verificar que o rendimento da família é a variável independente com maior poder explicativo em todos os modelos, exceto no Modelo 8, para o qual a presença de crianças na família aparece como o principal determinante da importância das DLT nas despesas totais das “Famílias de baixos rendimentos” (Tabelas 5.8 a 5.10). Isto pode indicar que as “Famílias de baixos rendimentos”, famílias com um rendimento anual *per capita* muito baixo, as atividades de lazer e turismo podem ser consideradas como atividades a consumir apenas quando existem crianças. Acresce que, para todos os modelos, observamos que o rendimento tem um poder explicativo mais baixo para as despesas das “Famílias de baixos rendimentos” do que o que tem para as “Outras Famílias” (Tabelas 5.8 a 5.10). Este resultado pode estar relacionado com os padrões de comportamento social destas famílias, que implicam que em estudos futuros se tentem incorporar outros fatores que possam influenciar o consumo de produtos/atividades de lazer e turismo, como o número de crianças na família, as fontes de rendimento da família, as redes sociais da família, o seu acesso à informação, entre outros tipos de constrangimentos e fatores psicológicos.

Relativamente ao nível de despesa total, observam-se duas diferenças principais em termos de determinantes da despesa entre “Famílias de baixos rendimentos” e as “Outras Famílias”. As despesas totais das “Famílias de baixos rendimentos” não são influenciadas pelo número de elementos da família nem pelo género do indivíduo de referência, enquanto estas variáveis se mostraram significativas como determinantes das despesas totais das “Outras Famílias” (Tabela 5.8). Acresce que o valor das despesas totais das famílias parece ser influenciado por cada variável independente de forma diferente, como se pode observar através das diferenças nos valores *Beta* para cada variável independente significativa (Tabela 5.8).

No que concerne às DLT, que são a principal variável a analisar neste estudo, também se verificam diferenças importantes entre os dois grupos de famílias. Duas principais diferenças parecem existir em termos das determinantes do valor das DLT por grupo de família: ter uma residência secundária e a idade do indivíduo de referência (Tabela 5.9). Estas variáveis são determinantes das DLT das “Outras Famílias”, mas não o são para as “Famílias de baixos rendimentos”. Este resultado poderá estar relacionado com o facto de uma muito baixa percentagem de “Famílias de baixos rendimentos” ser proprietária de residência secundária e também porque a idade é uma variável que não foi considerada como significativa para populações mais específicas, como no estudo conduzido por Weagley & Huh (2004), sobre famílias com indivíduos de referência reformados.

Tabela 5. 11 – Síntese do sinal do efeito das variáveis independentes nos 9 modelos

Variáveis	Despesas Totais do agregado familiar						Despesa do agregado familiar em Lazer e Turismo (DLT)				Peso (%) das DLT na despesa total dos agregados familiares			
	Modelo 1 - TF		Modelo 2 - FBR		Modelo 3 - OF		Modelo 4 - TF		Modelo 5 - FBR		Modelo 6 - OF		Modelo 7 - TF	
	α	sinal	α	sinal	α	sinal	α	sinal	α	sinal	α	sinal	α	sinal
R: Rendimento	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+
E: N° elementos do agregado familiar	0,038**	+	0,604	-	0,000*	+	0,000*	-	0,000*	-	0,000*	-	0,000*	-
D: Dimensão da residência principal (n° de divisões)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,141	+	0,515	+	0,148	+	0,929	+
C: Presença de crianças (agregado familiar tem crianças)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+
RS: Propriedade de residência secundária (proprietário)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	-	0,644	-	0,000*	-	0,000*	-
L: Localização da residência principal (zona urbana)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,001*	+	0,000*	+	0,006*	+
RO: Regime ocupação residência principal (proprietário)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	-	0,000*	-	0,000*	-	0,000*	-
I: Idade	0,000*	-	0,505	+	0,000*	-	0,000*	-	0,124	-	0,000*	-	0,000*	-
G: Género (feminino)	0,000*	-	0,053	-	0,000*	-	0,000*	-	0,024**	-	0,000*	-	0,000*	-
N: Nacionalidade (Portuguesa)	0,846	-	0,000*	-	0,343	+	0,091	+	0,590	+	0,311	+	0,004*	+
ST: Situação perante o trabalho (empregado)	0,002*	+	0,000*	+	0,422	+	0,000*	+	0,007*	+	0,000*	+	0,000*	+
H: Habilitações literárias (Ensino Superior)	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,000*	+	0,002*	+	0,000*	+	0,001*	+

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; TF – Todas as Famílias; FBR - Famílias de Baixos Rendimentos; OF – Outras Famílias.

Os coeficientes das variáveis independentes (valores *Beta*) também mostram diferenças, o que significa que a mesma variável independente pode exercer uma influência diferente no valor das DLT dos dois segmentos de famílias. Para as “Famílias de baixos rendimentos” o rendimento tem um poder explicativo mais baixo, como mencionado anteriormente, enquanto a presença de crianças (influência positiva), o número de elementos da família (influência negativa) e o facto de o agregado deter a propriedade da sua residência principal (influência negativa) têm um poder explicativo mais elevado do que o que têm para as “Outras Famílias” (Tabelas 5.9 e 5.11). O facto de o agregado deter a propriedade da sua residência principal ter influência negativa no nível de DLT dos dois grupos de famílias é contrário aos resultados dos estudos anteriores (por exemplo, Alegre *et al.*, 2013; Cai, 1999) e poderá estar relacionado com a característica da população portuguesa, semelhante a outros países europeus, que nas últimas décadas tem obtido empréstimos bancários para a aquisição de casas. No entanto, este resultado requer futura investigação, a fim de ser totalmente compreendido.

Quando analisamos a importância das DLT (em termos de percentagem das despesas totais) nos dois grupos de famílias, outras duas diferenças emergem como relevantes relativas às determinantes dessas despesas: ter uma residência secundária e a nacionalidade do indivíduo de referência (Tabela 5.10). Ter uma residência secundária é determinante da importância das DLT no segmento das “Outras Famílias” e não o é para as “Famílias de baixos rendimentos”. Este resultado, como acima mencionado para um resultado semelhante em relação ao valor das DLT, pode estar relacionado com o facto de que uma percentagem muito baixa de “Famílias de baixos rendimentos” possuirá uma segunda residência. Ser Português é determinante para as “Famílias de baixos rendimentos” e não o é para as “Outras Famílias”, possivelmente devido a diferentes hábitos culturais enraizados relativamente a DLT, resultado que exige a realização de estudos futuros para que possa ser compreendido.

O poder explicativo das variáveis independentes (valores *Beta*) e o seu sinal também apresentam diferenças (Tabelas 5.8 a 5.11). Para as “Famílias de baixos rendimentos”, o rendimento mantém um poder explicativo mais baixo, enquanto a presença de crianças (influência positiva), como acima mencionado, tem um poder explicativo superior. Para as “Outras Famílias” a idade e o sexo do indivíduo de referência (influência negativa) parece ter um poder explicativo superior ao que assume nas “Famílias de baixos rendimentos”. (Tabela 5.9 e 5.11). A influência do género neste segmento vai de acordo à literatura revista (Kuo & Lu, 2013; Marcussen, 2011; Zheng & Zhang, 2013), possivelmente relacionado com o facto de que em Portugal persistem diferenças consideráveis em termos de rendimento entre homens e mulheres (Foubert, 2010), eventualmente mais refletidas no padrão de despesa das famílias que tendem a integrar indivíduos de referência com maiores níveis de habilitações literárias. As condições de saúde mais fragilizadas dos indivíduos mais velhos constituem um constrangimento à prática turística (Weagley & Huh, 2004). Assim, o resultado relativo à idade do indivíduo de referência é compreensível uma vez que no grupo das “Outras Famílias” o constrangimento “idade” pode ter maior influência do que a influência que assume

em famílias que também têm outros importantes constrangimentos, como no caso das “Famílias de baixos rendimentos”.

Estes resultados evidenciam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de rendimento e sublinham a pertinência deste tipo de análise, demonstrando a necessidade de mais investigação a fim de compreender plenamente os resultados obtidos.

5.5. Conclusão

A primeira conclusão que sobressai dos dados analisados é o facto de que em 2009, 21,79% das famílias portuguesas tinha um rendimento anual *per capita* igual ou abaixo da linha de pobreza para esse ano. Portanto, um grande número de famílias portuguesas vivia em contextos económicos de pobreza, conducentes à exclusão social. Esta constatação acarreta preocupações adicionais em termos de medidas de combate à pobreza e exclusão social em Portugal e salienta a relevância do estudo de políticas sociais alternativas que combatam de forma mais eficaz esses problemas.

Os resultados apresentam diferenças significativas em termos de perfil sociodemográfico e padrões de DLT entre as famílias de baixos rendimentos e famílias com níveis de rendimento mais elevados. Em relação ao perfil sociodemográfico, o facto de que as “Famílias de baixos rendimentos” integram relativamente mais indivíduos de referência com menor nível de escolaridade e com outra nacionalidade que não portuguesa, também pode ser interpretado como sendo características favoráveis à exclusão social. Adicionalmente foram encontradas importantes diferenças estatisticamente significativas em termos de padrão de despesas entre as famílias. As “Famílias de baixos rendimentos” atribuem uma importância relativamente maior às despesas com “Álcool, tabaco e narcóticos/estupefacientes” no seu total de despesas do que as “Outras Famílias”, padrão de consumo consistente com comportamentos que perpetuam a exclusão social e a pobreza. Estas características das “Famílias de baixos rendimentos” reforçam a necessidade de proporcionar a estas famílias um apoio social que se centre na sua capacitação, na promoção de iniciativas que desencadeiem o processo de aprendizagem, alteração de comportamentos e expansão das redes sociais neste segmento de famílias.

Foram também encontradas diferenças em termos dos fatores/determinantes que influenciam as despesas desses dois grupos de famílias. Detetaram-se efeitos positivos, em todos os modelos, para as variáveis rendimento anual da família, presença de crianças na família, residir em área urbana, e nível de escolaridade e situação perante o trabalho do indivíduo de referência das famílias. Por outro lado, sobressaem efeitos negativos nas despesas das famílias cujo indivíduo de referência é mulher. Para as DLT (em termos de valor e peso nas despesas totais), a família ser proprietária da casa onde reside e o número de elementos que integra têm efeitos negativos nos modelos.

Comparando com os modelos obtidos para as despesas de todas as famílias e para as “Outras Famílias”, observa-se que o modelo que pretende explicar o nível de despesas das “Famílias de baixos rendimentos”, tem um poder explicativo menor. Este facto pode estar relacionado com a existência de uma componente aleatória mais forte e outros fatores relacionados com os padrões de comportamento social específicos destas famílias e acerca dos quais o IDEF não recolhe informações. Existem diversos tipos de restrições ao lazer e à participação turística, tais como baixos rendimentos, restrições familiares ou restrições de saúde, constrangimentos que devem ser incluídos na análise dos padrões de DLT (Wu *et al.*, 2013). Além disso, é importante considerar a influência de fatores psicológicos, como a motivação, falta de interesse e padrões de comportamento social específico de famílias com baixos rendimentos, quando se analisam os seus padrões de DLT. Infelizmente, como referido anteriormente, uma das limitações deste estudo é o facto de variáveis deste tipo não poderem ser considerados nesta análise, pelo facto de não existirem dados recolhidos disponíveis. Estudos futuros devem tentar incluir estes fatores na análise das determinantes das DLT, para diferentes segmentos de famílias.

Capítulo 6 – Turismo em família: estudo de uma amostra de famílias da Região Centro

6.1. Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos pela análise dos dados recolhidos através dos questionários desenvolvidos para medir os constrangimentos existentes à prática turística em família e as percepções acerca dos efeitos retirados da prática turística, instrumentos de recolha de dados apresentados no capítulo 4. Com estes resultados pretende responder-se às seguintes questões de investigação, também apresentadas no capítulo 4, Figura 4.1:

- * Quais os constrangimentos à realização de turismo em família, e qual a importância dos constrangimentos financeiros para o turismo em família?
- * Quais os efeitos do turismo em família?
- * Os efeitos são diferentes para as famílias economicamente carenciadas?

Para responder aos objetivos enunciados, o capítulo organiza-se em três grandes secções:

- (i) caracterização da amostra, onde são descritos os dois grupos de famílias que integram a amostra de famílias analisada – famílias que fizeram férias em família nos últimos 4 anos e famílias que não realizaram férias em família nos últimos 4 anos;
- (ii) análise dos constrangimentos ao turismo em família, recorrendo aos resultados da aplicação do questionário às famílias que não realizaram férias em família nos últimos 4 anos (questionário B);
- (iii) análise das práticas turísticas das famílias, nomeadamente das motivações, comportamentos, experiências e percepções dos efeitos do turismo em família, recorrendo aos resultados da aplicação do questionário às famílias que realizaram férias em família nos últimos 4 anos (questionário A).

Em todas as análises efetuadas optou-se por comparar as famílias inquiridas com base nos seus indicadores de Privação Material: “Famílias com Privação” (segmento que integra famílias que sofriam a ausência forçada de pelo menos três dos nove itens que integram o indicador Taxa de Privação Material¹) e “Famílias sem Privação” (restantes famílias), tendo sido conduzidos testes estatísticos também considerados adequados para comparar os dois segmentos.

6.2. Caracterização da amostra

A análise dos dados recolhidos através do inquérito por questionário a uma amostra de famílias da Região Centro será, então, apresentada nas subsecções que se seguem e permitirá compreender melhor as características sociodemográficas e económicas dessas famílias, os constrangimentos às férias em família² e

¹ Ver capítulo 3, pp. 52.

² A partir deste capítulo utilizar-se-ão as expressões “turismo em família” e “férias em família” como sinónimos, uma vez que as “férias em família”, no âmbito do presente estudo, foram definidas como turismo em família (ver capítulo 4, secção 4.5.1).

os efeitos (na família e no indivíduo) das últimas férias em família. Tal como referido no capítulo 4, a investigação realizou-se junto de 2.077 Pais/ Encarregados de Educação, tendo 1.165 questionários sido devolvidos preenchidos e considerados válidos. Estes questionários repartiram-se em 825 questionários do tipo A (famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos) e 340 questionários B (famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos). As respostas inválidas identificadas foram consideradas como tal, por não terem os elementos relativos à caracterização sociodemográfica e económica da família devidamente preenchidos.

6.2.1. Famílias que não fizeram férias

Nesta secção serão, então, apresentados os resultados da análise dos dados recolhidos através do questionário B, relativos aos constrangimentos ao turismo em família, que permitirão também analisar eventuais diferenças, em termos de constrangimentos existentes à prática turística, entre famílias com diferentes características socioeconómicas, nomeadamente famílias com diferentes níveis de rendimento. Mais especificamente, estes resultados permitirão compreender melhor as características sociodemográficas e económicas, bem como os motivos para a não realização de férias, de uma amostra de famílias portuguesas. As 340 respostas válidas respeitam ao comportamento em férias de 340 famílias, que integram 1.237 indivíduos residentes nos concelhos de Aveiro, Covilhã, Fundão e Ílhavo.

A caracterização sociodemográfica e económica das famílias inquiridas será efetuada com base nas seguintes variáveis, já descritas na Tabela 4.11:

- (1) Idade & Sexo
- (2) Nacionalidade & Residência
- (3) Instrução Escolar, Situação perante o trabalho & Profissão
- (4) Agregado familiar & Estado Civil
- (5) Privação Material
- (6) Rendimento

(1) Idade & Sexo

A amostra dos inquiridos distribui-se de forma muito desequilibrada em termos de sexo: 22,6% dos inquiridos são do sexo masculino, e 77,4% são do sexo feminino, refletindo os resultados apresentados, por esse motivo, uma perspetiva predominantemente feminina. Acredita-se que este facto reflete o que é referido na literatura sobre o papel predominante das mães na educação dos filhos (Schanzel, 2010: 19), assumindo elas a maior parte das vezes o papel de encarregados de educação.

Apenas foram inquiridos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, como foi explicitado no capítulo 4, tendo-se observado que a idade média dos inquiridos é de 42 anos. Os indivíduos com idades

entre os 35 e 45 anos, cerca de 56,5%, constituem o maior grupo da amostra. Esta faixa etária mais frequente corresponde ao que era esperado, uma vez que a população-alvo do questionário foram famílias com crianças em idade escolar.

(2) Nacionalidade & Residência

A larga maioria (94,7%) dos inquiridos é de nacionalidade portuguesa e reside nos concelhos da Covilhã (28,2%) e Aveiro (17,7%).

(3) Instrução Escolar, Situação perante o trabalho & Profissão

A maior parte dos inquiridos (67,1%) é detentora de formação ao nível do 3ºciclo do ensino básico ou secundário, e apenas um grupo restrito possui formação superior (10,4%).

A larga maioria dos inquiridos está empregada (57,1%). Utilizando a CPP/2010 (INE, 2011c), verifica-se que 42,5% dos inquiridos que não fizeram férias em família nos últimos 4 anos integram a categoria profissional de trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, 17,1% são trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e 12,2% são técnicos administrativos.

Do grupo de inquiridos que não desempenham uma atividade profissional, destacam-se os desempregados (19,1%), resultado que reflete a situação económica que o país atravessa.

(4) Agregado familiar & Estado Civil

A amostra integra maioritariamente casais (casados ou em união de facto – 69,3%), mas também integra 22,1% de pais separados/divorciados. Esta diferença poderá ser consequência de nas famílias monoparentais (separados/divorciados) existir uma capacidade financeira mais reduzida, bem como, por vezes, a necessidade de divisão das férias entre os dois pais, factos que concorrem para que este grupo de famílias possa ter uma maior dificuldade em fazer férias em família.

No que respeita à composição do agregado familiar, a maior parte dos inquiridos pertenciam a famílias com 4 elementos (42,0%), tendo as famílias constituídas por 3 elementos um peso de 32,2%. Das famílias inquiridas, 89,8% integravam uma ou duas crianças com idade inferior a 18 anos.

(5) Privação Material

Questionadas sobre as suas condições de vida, nomeadamente relativamente aos itens que traduzem a privação material, as respostas das famílias inquiridas permitem concluir que 47,5% destas famílias era materialmente privada (Figura 6.1), ou seja, 47,5% das famílias inquiridas sofriam a ausência forçada de pelo menos três dos nove itens que integram o indicador Taxa de Privação Material (ver capítulo 3). Esta percentagem é muito significativa, estando bastante acima da taxa de privação material para Portugal no ano de 2012 – 21,8% (INE, 2014b). Este resultado parece indiciar a importância dos constrangimentos financeiros e de condições de vida das famílias como impedimento efetivo à participação turística.

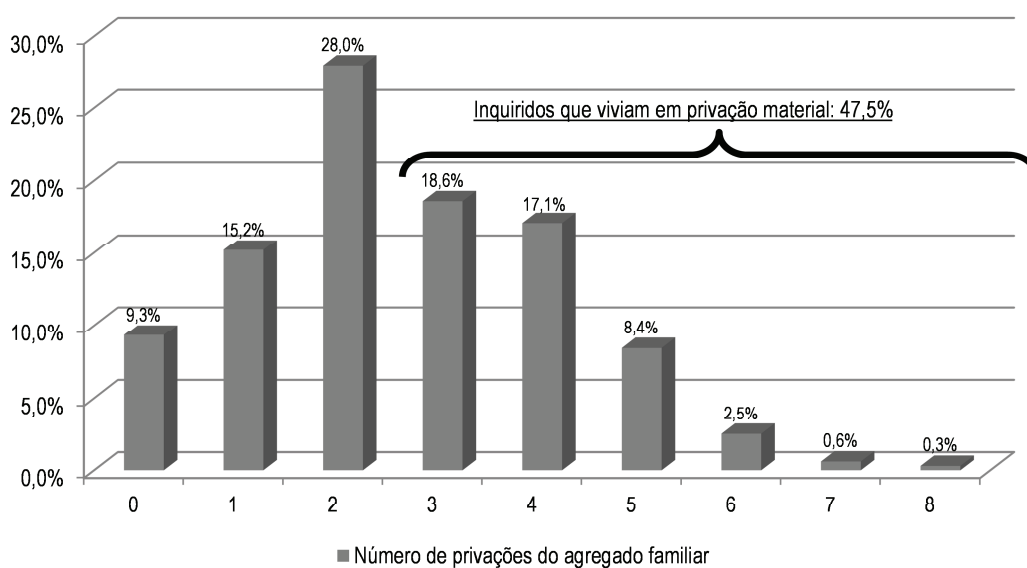
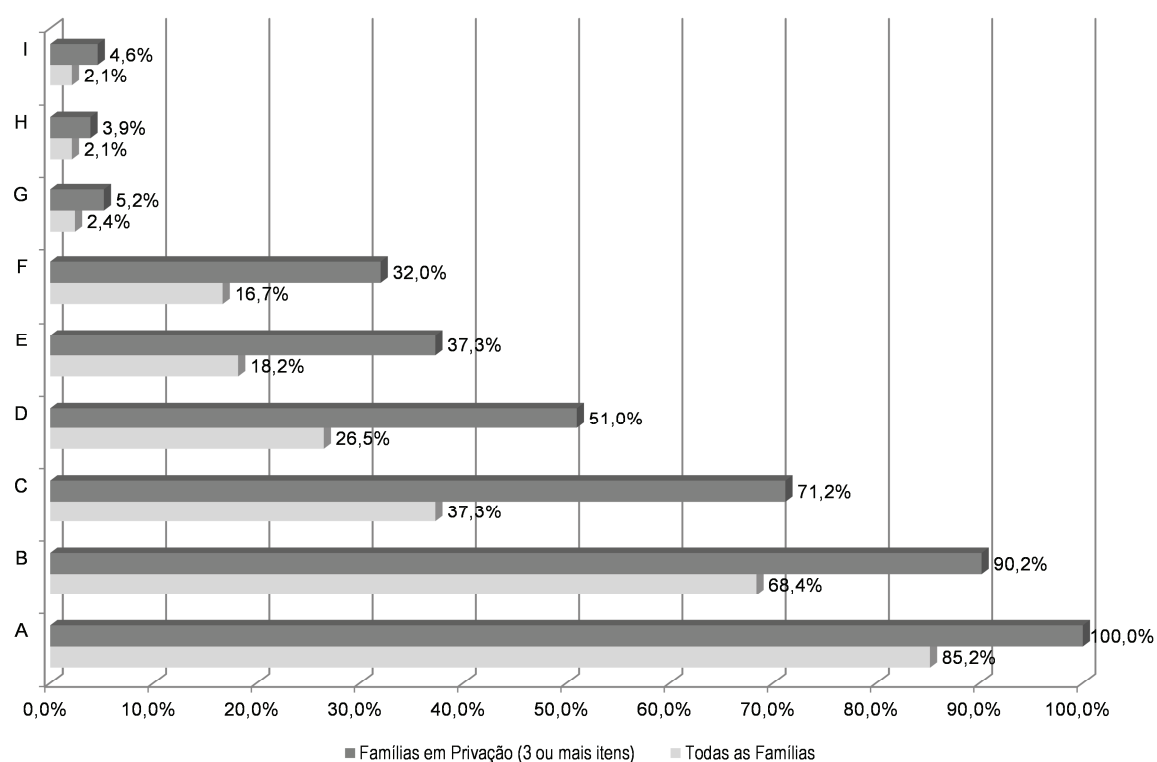


Figura 6. 1 – Privação material, por número de itens, das famílias que não fizeram férias

Em consequência de se considerar que a falta de disponibilidade dos itens que integram a Taxa de Privação Material é mais frequente no segmento “Famílias com Privação” (população privada materialmente) (INE, 2010), a Figura 6.2 pretende comparar item a item, a privação material do total das famílias inquiridas com a privação material sofrida pelas famílias consideradas materialmente privadas (ausência de 3 ou mais itens).



Legenda:

- A: Sem capacidade financeira para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, pagando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
- B: Sem capacidade financeira para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416 €
- C: Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida
- D: Sem capacidade financeira para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
- E: Sem capacidade financeira para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
- F: Sem capacidade financeira para ter automóvel
- G: Sem capacidade financeira para ter máquina de lavar roupa
- H: Sem capacidade financeira para ter televisão a cores
- I: Sem capacidade financeira para ter telefone fixo ou pelo menos um membro com telemóvel

Figura 6. 2 – Itens de privação material das famílias que não fizeram férias (total das famílias e famílias com privação)

Considerando apenas as “Famílias com Privação”, verifica-se a seguinte situação relativamente a cada um dos itens de privação material:

- 100% dos inquiridos viviam em famílias sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (comparando com 85,2% para o total das famílias);
- 90,2% dos inquiridos viviam em famílias sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416€ (valor mensal da linha de pobreza) (essa percentagem é de 68,4% para o total das famílias);

- 71,2% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (comparando com 37,3% para o total das famílias);
- 51,0% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas, encargos ou despesas correntes (face a 26,5% para o total das famílias);
- 37,3% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade financeira para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias (comparando com 18,2% do total das famílias inquiridas) (Figura 6.2).

A falta de acesso aos quatro bens duráveis de referência (automóvel, máquina de lavar roupa, televisão a cores, e telefone fixo ou móvel), à semelhança do que acontecia em 2009 para a população portuguesa (INE, 2010), parece não ter impacte muito significativo para a determinação da proporção de indivíduos em privação material, uma vez que a não disponibilidade destes bens para as famílias inquiridas que viviam em privação variava entre 3,9% no caso da televisão a cores, 4,6% para o telefone fixo ou móvel, 5,2% para a máquina de lavar roupa e 32,0% para o automóvel.

(6) Rendimento

O rendimento familiar foi uma das questões onde se observou uma taxa de não-resposta relativamente mais alta (4,7%).

Observa-se que 93,1% dos inquiridos refere que o rendimento médio líquido mensal do agregado familiar é igual ou inferior a 2.000 euros. Determinando o rendimento mensal líquido *per-capita* médio, observa-se que a maioria da amostra tem rendimentos relativamente baixos, uma vez que 92,5% refere ter rendimentos mensais *per-capita* inferiores ou iguais a 500 euros e que 84,9% dos inquiridos se enquadra no grupo de famílias com rendimentos líquidos mensais *per capita* abaixo do valor mensal do limiar da pobreza para o ano 2011 (416 euros).

Diferenças no perfil sociodemográfico entre “Famílias com Privação e “Famílias sem Privação”

Relativamente ao perfil sociodemográfico, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos de famílias analisados, em termos do concelho de residência e rendimento mensal do agregado familiar e de habilitações literárias e estado civil do inquirido (Tabela 6.1). As “Famílias com Privação” tendem a integrar famílias residentes no concelho da Covilhã e com menor nível de rendimento familiar mensal líquido, relativamente às “Famílias sem Privação”. As “Famílias com Privação” tendem a concentrar mais inquiridos com nível de ensino abaixo do Ensino Superior e cujo estado civil é “Divorciado/Separado”, remetendo para uma maior fragilidade das famílias monoparentais, uma vez que as “Famílias sem Privação” integram relativamente mais indivíduos cujo estado civil é “casado” (Tabela 6.1).

Apesar de não se terem encontrado diferenças estatisticamente significativas relativamente a mais nenhuma das características sociodemográficas das famílias, observa-se que o segmento das “Famílias com Privação” concentra relativamente mais indivíduos com situação perante o emprego “Desempregado” (22,20%) ou “Reformado” (6,5%) do que o total das famílias (18,60% e 5,00%, respetivamente). Já as “Famílias sem Privação” concentram uma percentagem relativamente maior de “Empresários/ Trabalhadores por conta própria” (11,80%) do que o total das famílias (9,60%). Também as “Famílias sem Privação”, integram relativamente mais indivíduos com profissões das categorias “Especialistas das profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio” (14,70%) do que o total das famílias (12,80%) (Tabela 6.1).

Tabela 6. 1 – Comparação das características sociodemográficas das famílias, entre os dois grupos de famílias

Variáveis sociodemográficas	Famílias sem Privação (N=169)	Famílias com Privação (N=153)	Todas as famílias (N=322)	χ^2	Sig.	t	Sig.*
Concelho de Residência do agregado familiar							
Aveiro	20,1%	15,0%	17,7%	7,714	0,052**	-	-
Fundão	17,8%	9,8%	14,0%				
Covilhã	23,1%	32,7%	27,6%				
Ílhavo	39,1%	42,5%	40,7%				
Género do inquirido							
Feminino	77,50%	79,10%	78,30%	0,116	0,733	-	-
Masculino	22,50%	20,90%	21,70%				
Nacionalidade do inquirido							
Portuguesa	95,30%	94,10%	94,70%	0,212	0,645	-	-
Outra	4,70%	5,90%	5,30%				
Estado Civil							
Casado	76,3%	60,5%	68,8%	9,613	0,008*	-	-
Divorciado/Separado	16,6%	29,6%	22,7%				
Outro	7,1%	9,9%	8,4%				
Nível de habilitações literárias do inquirido							
Ensino Superior	13,60%	7,20%	10,60%	3,432	0,064**	-	-
Nível de ensino abaixo do Ensino Superior	86,40%	92,80%	89,40%				
Situação Profissional do inquirido							
Desempregado(a)	15,40%	22,20%	18,60%				
Reformado(a)	3,60%	6,50%	5,00%	5,948	0,203	-	-
Empregado(a)	58,00%	55,60%	56,80%				
Empresário(a)/ Conta Própria	11,80%	7,20%	9,60%				
Outra	11,20%	8,50%	9,90%				
Profissão do inquirido							
Especialistas das profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	14,70%	10,80%	12,80%	0,934	0,334	-	-
Outra	85,30%	89,20%	87,20%				
Rendimento mensal do agregado familiar							
0-500€	14,0%	37,3%	25,2%				
501-1000€	42,7%	43,8%	43,2%	34,12	0,000*	-	-
1001-2000€	32,3%	17,0%	24,9%				
2001€ ou mais	11,0%	2,0%	6,6%				
Idade	41,87	42,01	-	-	-	-0,160	0,873
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas) que têm até 17 anos	1,51	1,52	-	-	-	-0,089	0,929
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas)	3,73	3,64	-	-	-	0,807	0,420

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2 | Nota: % por coluna

6.2.2. Famílias que fizeram férias

A caracterização sociodemográfica e económica das 825 famílias inquiridas, que integram 3.024 indivíduos residentes nos concelhos de Aveiro, Covilhã, Fundão e Ílhavo, será efetuada com base nas seguintes variáveis, já descritas na Tabela 4.11:

- (1) Idade & Sexo
- (2) Nacionalidade & Residência
- (3) Instrução Escolar, Situação perante o trabalho & Profissão
- (4) Agregado familiar & Estado Civil
- (5) Privação Material
- (6) Rendimento

No final da caracterização geral deste grupo de famílias, será apresentada uma comparação do perfil sociodemográfico e económico dos dois segmentos de famílias analisadas: “Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”.

(1) Idade & Sexo

À semelhança do que acontecia para as famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos, a amostra distribui-se de forma muito desequilibrada em termos de sexo: 22,6% dos inquiridos são do sexo masculino, e 77,4% são do sexo feminino.

Apenas foram inquiridos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, como foi explicitado no capítulo da metodologia, tendo-se observado que a idade média dos inquiridos é de 43 anos. Os indivíduos com idades entre os 35 e 45 anos, cerca de 60,5% constituem o maior grupo da amostra. Esta faixa etária mais frequente corresponde ao que era esperado, uma vez que a população-alvo do questionário foram famílias com crianças em idade escolar (6-17 anos).

(2) Nacionalidade & Residência

A larga maioria (97,2%) dos inquiridos é de nacionalidade portuguesa e reside nos concelhos de Ílhavo (31,0%) e Fundão (27,7%).

(3) Instrução Escolar, Situação perante o trabalho & Profissão

A maior parte dos inquiridos (40,6%) é detentora de formação superior e um grupo muito restrito possui apenas o primeiro ciclo do ensino básico (5,2%). Relacionado com o seu nível de habilitações literárias está a situação perante o emprego e a atividade profissional dos inquiridos. A larga maioria dos inquiridos está empregada (71,4%). Quanto à profissão, e de acordo com a CPP/2010 (INE, 2011c), 32,1% dos inquiridos são especialistas de profissões intelectuais, 27,8% são trabalhadores dos serviços pessoais,

de proteção e segurança e vendedores e 16,1% são técnicos administrativos. Do grupo de inquiridos que não desempenham uma atividade profissional, destacam-se os desempregados (10,9%), resultado que reflete a situação económica que o país atravessa.

(4) Agregado familiar & Estado Civil

A amostra integra maioritariamente casais (casados ou em união de facto – 81,5%), mas também integra uma parte relativamente elevada de pais separados/divorciados (12,1%), resultado que decorre também da estrutura social do país - cerca de 6% da população era divorciada, em 2011 (INE, 2011b).

No que respeita à composição do agregado familiar, a maior parte dos inquiridos pertenciam a famílias com 4 elementos (51,4%) e 88,9% integravam uma ou duas crianças com idade inferior a 18 anos.

(5) Privação Material

Quando questionadas acerca das suas condições de vida, nomeadamente relativamente à privação material, as respostas das famílias inquiridas permitem concluir que 18,7% destas famílias era materialmente privada (Figura 6.3), ou seja, 18,7% das famílias inquiridas sofriam a ausência forçada de pelo menos três dos nove itens que integram a Taxa de Privação Material (ver capítulo 3). Nesta tese, como referido anteriormente, considerar-se-ão esses agregados como o grupo de “Famílias com Privação”. Esta percentagem é muito inferior à que se verifica nas famílias que não fizeram férias, estando ligeiramente abaixo da taxa de privação material para Portugal no ano de 2012 – 21,8% (INE, 2014b).

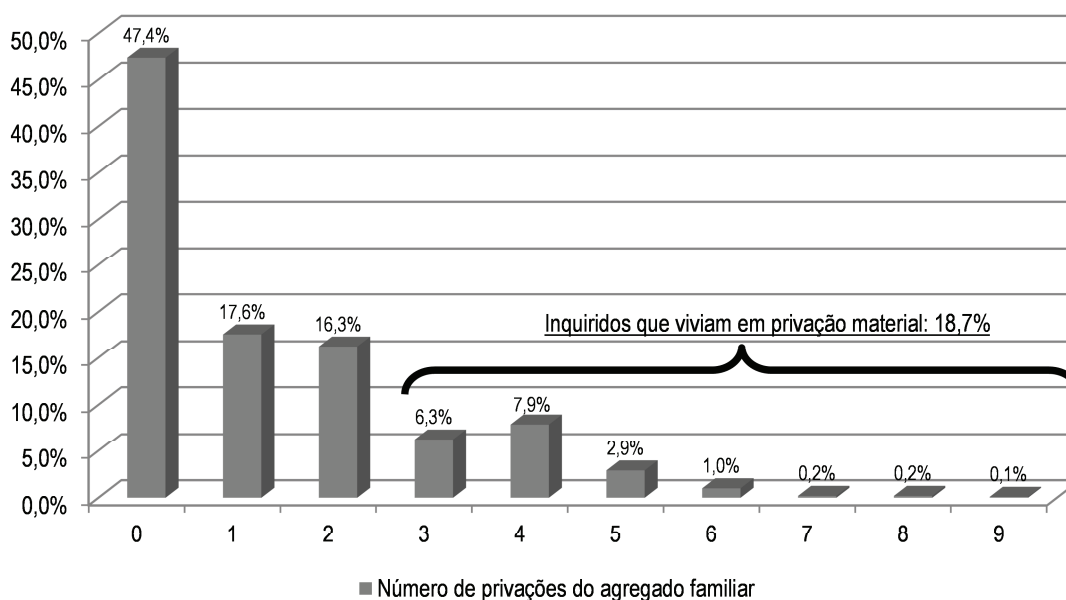
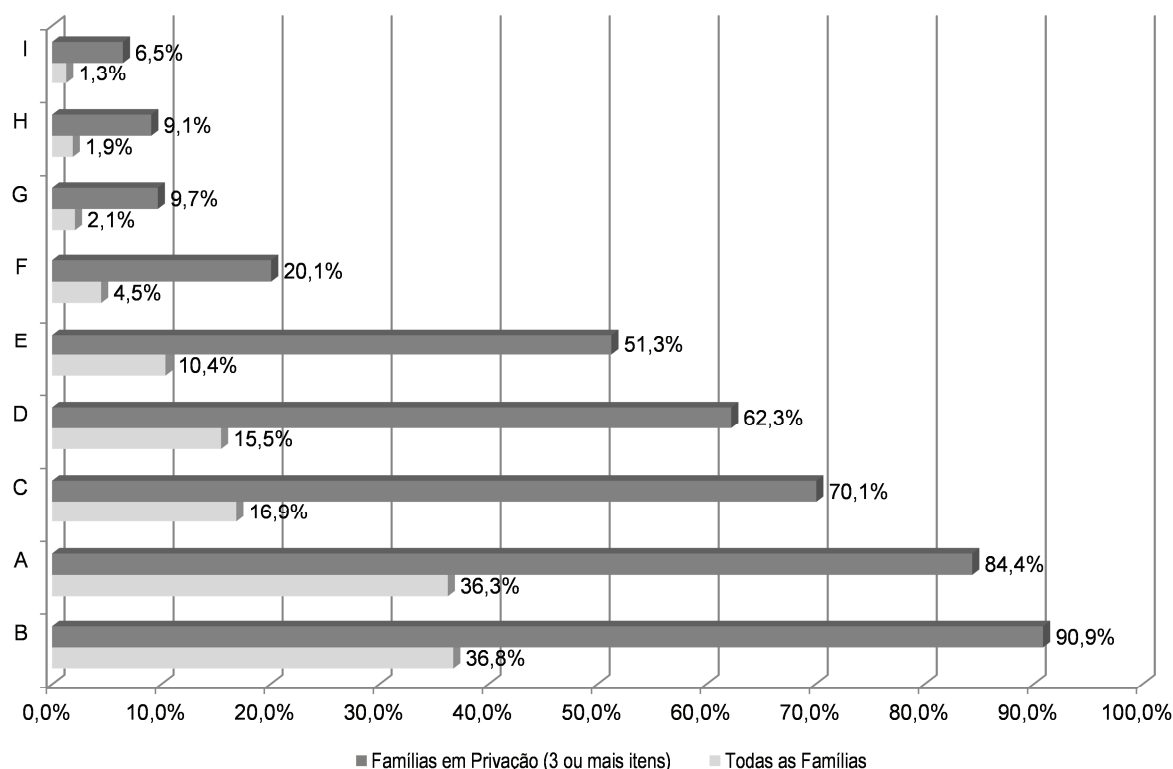


Figura 6. 3 – Privação material, por número de itens, das famílias que fizeram férias

À semelhança do que foi realizado na análise dos dados das famílias que não fizeram férias, uma vez que a falta de disponibilidade dos itens que integram o indicador Taxa de Privação Material é mais frequente no segmento “Famílias com Privação” (população privada materialmente) (INE, 2010), a Figura 6.4 pretende comparar item a item, a privação material do total das famílias inquiridas com a privação material sofrida pelas famílias consideradas materialmente privadas (ausência de 3 ou mais itens).



Legenda:

- A: Sem capacidade financeira para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, pagando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
- B: Sem capacidade financeira para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416 €
- C: Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida
- D: Sem capacidade financeira para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
- E: Sem capacidade financeira para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
- F: Sem capacidade financeira para ter automóvel
- G: Sem capacidade financeira para ter máquina de lavar roupa
- H: Sem capacidade financeira para ter televisão a cores
- I: Sem capacidade financeira para ter telefone fixo ou pelo menos um membro com telemóvel

Figura 6. 4 – Itens de privação material das famílias que fizeram férias (total das famílias e famílias com privação)

Considerando, então, as “Famílias com Privação”, verifica-se a seguinte situação relativamente a cada um dos itens de privação material:

- 90,9% dos inquiridos viviam em famílias sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416€ (valor mensal da linha de pobreza) (essa percentagem é de 36,8% para o total das famílias);
- 84,4% dos inquiridos viviam em famílias sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (comparando com 36,3% para o total das famílias);
- 70,1% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (comparando com 16,9% para o total das famílias);
- 62,3% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas, encargos ou despesas correntes (face a 15,5% para o total das famílias);
- 51,3% dos inquiridos viviam em agregados sem capacidade financeira para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias (comparando com 10,4% do total das famílias inquiridas) (Figura 6.4).

A falta de acesso aos quatro bens duráveis de referência (automóvel, máquina de lavar roupa, televisão a cores, e telefone fixo ou móvel), à semelhança do que acontecia em 2009 para a população portuguesa (INE, 2010), parece, também neste segmento de famílias, não ter impacte significativo para a determinação da proporção de indivíduos em privação material, uma vez que a não disponibilidade destes bens para as famílias inquiridas que viviam em privação variava entre 6,5% para o telefone fixo ou móvel, 9,1% no caso da televisão a cores, 9,7% para a máquina de lavar roupa e 20,1% para o automóvel.

(6) Rendimento

Em termos do rendimento médio líquido mensal do agregado familiar, observa-se que a larga maioria dos inquiridos refere ter rendimentos inferiores a 2.000 euros (74,8%). Calculando o rendimento mensal líquido *per-capita* médio, observa-se que a maioria da amostra apresenta rendimentos relativamente baixos, uma vez que 71,4% refere ter rendimentos mensais *per-capita* inferiores ou iguais a 500 euros e que 60,0% dos inquiridos indicou que o seu agregado familiar tinha rendimentos líquidos mensais *per capita* inferiores ou iguais a 375€, valor bastante inferior ao valor mensal do limiar da pobreza para o ano 2011 – 416 euros.

O rendimento familiar foi uma das questões onde se observou uma taxa de não-resposta relativamente mais alta (4,7%), existindo mesmo alguns inquiridos a escreverem uma nota no questionário referindo o facto de considerarem tratar-se de uma pergunta indiscreta.

Diferenças no perfil sociodemográfico entre “Famílias com Privação e “Famílias sem Privação”

Relativamente ao perfil sociodemográfico, diferenças estatisticamente significativas foram identificadas entre os dois segmentos de famílias analisados, em termos do concelho de residência,

rendimento e dimensão do agregado familiar e do estado civil, situação perante o trabalho, profissão e habilitações literárias do inquirido (Tabela 6.1). As “Famílias com Privação” tendem a integrar famílias residentes na Covilhã e Ílhavo e com menor número de elementos, relativamente às “Famílias sem Privação”. As “Famílias com Privação” tendem a concentrar famílias com rendimentos líquidos mensais até 1.000€ e concentrar mais inquiridos com estado civil “Divorciado/ Separado”, nível de ensino abaixo do Ensino Superior, cuja situação perante o trabalho é “desempregado(a)” e com profissões diferentes de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio”. As “Famílias sem Privação” integram relativamente mais indivíduos casados ou em união de facto, com ensino superior, empresário(a)/ trabalhadores por conta própria e com profissões integradas nas categorias “Especialistas das profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio” do que as “Famílias sem Privação” (Tabela 6.1).

Apesar de não se terem verificado diferenças estatisticamente significativas em termos de género, nacionalidade, idade e número de elementos do agregado familiar com idade até 17 anos, nota-se no segmento de “Famílias com Privação” uma concentração ligeiramente superior de inquiridos do sexo feminino e de outra nacionalidade diferente de portuguesa, relativamente ao conjunto de todas as famílias (Tabela 6.1).

Tabela 6. 2 – Comparação das características sociodemográficas das famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos

Variáveis sociodemográficas e económicas	Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	Todas as famílias (N=823)	χ^2	Sig.	t	Sig.
Concelho de Residência do agregado familiar							
Aveiro	21,20%	9,10%	19,00%	15,867	0,001*	-	-
Fundão	31,60%	28,50%	31,00%				
Covilhã	20,90%	28,60%	22,40%				
Ílhavo	26,30%	33,80%	27,60%				
Género do inquirido							
Feminino	76,60%	80,90%	77,40%	1,328	0,249	-	-
Masculino	23,40%	19,10%	22,60%				
Nacionalidade do inquirido							
Portuguesa	97,50%	96,10%	97,20%	a)	a)	-	-
Outra	2,50%	3,90%	2,80%				
Estado Civil do inquirido							
Solteiro	5,10%	6,50%	5,40%				
Casado/ União de Facto	83,90%	70,60%	81,40%	16,595	0,001*	-	-
Divorciado/ Separado	10,10%	20,90%	12,10%				
Outro	0,90%	2,00%	1,10%				
Situação Profissional do inquirido							
Desempregado(a)	8,00%	23,80%	10,90%				
Reformado(a)	0,80%	1,40%	0,90%	33,042	0,000*	-	-
Empregado(a)	73,90%	60,90%	71,50%				
Empresário(a)/ Conta Própria	11,60%	7,90%	10,90%				
Outra	5,70%	6,00%	5,80%				
Nível de habilitações literárias do inquirido							
Ensino Superior	46,20%	15,40%	40,60%	47,868	0,000*	-	-
Nível de ensino abaixo do Ensino Superior	53,80%	84,60%	59,40%				
Profissão do inquirido							
Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	45,50%	12,90%	39,80%	45,423	0,000*	-	-
Outra	54,50%	87,10%	60,20%				
Rendimento líquido mensal do agregado familiar							
0-500€	3,2%	30,8%	8,2%				
501-1000€	18,5%	41,1%	22,7%	183,494	0,000*	-	-
1001-2000€	48,4%	23,3%	43,8%				
2001€ ou mais	29,9%	4,8%	25,3%				
Idade	42,18	41,34	-	-	-	1,227	0,220
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas) que têm até 17 anos	1,66	1,59	-	-	-	1,005	0,315
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas)	3,76	3,53	-	-	-	2,358	0,019*

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$. A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2; # Nas variáveis dicotómicas, apenas se apresentam os valores para a categoria "Sim"; a) Não se verificaram os pressupostos do teste do Qui-quadrado | Nota: % por coluna

6.2.3. Comparação das famílias que fizeram férias e das que não fizeram férias

De seguida apresenta-se a comparação das características sociodemográficas e económicas entre famílias que fizeram férias (respostas do questionário A) e aquelas que não fizeram férias em família nos últimos quatro anos (respostas do questionário B).

As famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos concentram relativamente mais indivíduos residentes nos concelhos de Ílhavo e Covilhã, ao contrário das famílias que fizeram férias, que concentram relativamente mais indivíduos residentes no concelho do Fundão (Tabela 6.3).

Os inquiridos pertencentes a famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos integram relativamente mais pais separados/divorciados (22,1%) do que para o grupo de inquiridos que fez férias em família (Tabela 6.3). Destaca-se o facto de todos os inquiridos com estado civil viúvo (incluídos na categoria “outro”) se concentrarem no segmento das famílias que não fizeram férias.

A larga maioria dos inquiridos pertencentes a famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos está empregada (71,4%). Destaca-se, ainda, o facto de o grupo de inquiridos que afirmam não ter feito férias em família nos últimos 4 anos concentrar relativamente mais inquiridos que estão desempregados (19,1%), reformados (5,0%) ou numa outra situação (9,7%) (Tabela 6.3).

Dos inquiridos que não fizeram férias nos últimos 4 anos, apenas um grupo restrito possui formação superior (10,4%), situação que contrasta fortemente com as características dos inquiridos que responderam ter feito férias em família nos últimos 4 anos - 40,6% são detentores de formação superior (Tabela 6.3). Esta diferença é estatisticamente significativa (Tabela 6.3) e poderá estar relacionado com o facto de o nível de habilitações literárias influenciar a situação perante o emprego e a atividade profissional dos inquiridos, condicionando assim a sua capacidade/interesse em fazer férias.

Quanto à profissão, 32,1% dos inquiridos pertencentes a famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos são especialistas de profissões intelectuais (Tabela 6.3). Este resultado contrasta com as características dos inquiridos que não fizeram férias em família, onde 42,5% dos inquiridos são trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (incluídos na categoria “outra”). As famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos concentram relativamente mais elementos com idade até 17 anos do que o segmento das famílias que não fizeram férias (Tabela 6.3).

Em termos de condições económicas, verifica-se que a maioria das famílias tem rendimentos mensais líquidos inferiores ou iguais a 2.000€, sendo que essa percentagem é mais acentuada no grupo de famílias que não fizeram férias (93,1%) do que no grupo das famílias que fizeram férias (74,8%) (Tabela 6.3). A taxa de privação material percentagem é muito significativa, no caso dos inquiridos pertencentes a famílias que não fizeram férias, ao contrário do que se verificou no grupo de inquiridos que fizeram férias em família nos últimos 4 anos (secção 6.2.1 e 6.2.2). Os resultados mostram, ainda, que as famílias que responderam ao

questionário B, ou seja, as famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos, sofrem de relativamente mais privações materiais do que as famílias que responderam ter feito férias em família nos últimos 4 anos (Tabela 6.3).

Estes resultados parecem indiciar a importância dos constrangimentos financeiros e de condições de vida das famílias como impedimento efetivo à participação turística. Salienta-se, particularmente, o facto de a totalidade dos inquiridos que não fizeram férias em família nos últimos 4 anos e que vive em famílias com privação material afirmar não ter capacidade financeira para pagar uma semana de férias por ano fora de casa, enquanto para as famílias nas mesmas circunstâncias que responderam ao questionário A, essa percentagem era de 84,4%.

Tabela 6. 3 – Comparação do perfil sociodemográfico e económico das famílias que fizeram férias e das famílias que não fizeram férias

Variáveis sociodemográficas e económicas	Famílias que não fizeram férias (N=340)	Famílias que fizeram férias (N=825)	Todas as famílias(N=1165)	χ ²	Sig.	t	Sig.*
Concelho de Residência do agregado familiar							
Aveiro	17,40%	18,90%	18,50%	40,758	0,000*	-	-
Fundão	14,40%	31,00%	26,20%				
Covilhã	28,20%	22,30%	24,00%				
Ílhavo	40,00%	27,80%	31,30%				
Género do inquirido							
Feminino	22,60%	22,50%	22,60%	0,001	0,971	-	-
Masculino	77,40%	77,50%	77,40%				
Nacionalidade do inquirido							
Portuguesa	94,70%	97,20%	96,50%	4,454	0,035*	-	-
Outra	5,30%	2,80%	3,50%				
Estado Civil do inquirido							
Solteiro	5,90%	5,40%	5,50%				
Casado/ União de Facto	69,30%	81,50%	77,90%	24,368	0,000*	-	-
Divorciado/ Separado	22,40%	12,10%	15,10%				
Outro	2,40%	1,10%	1,50%				
Situação Profissional do inquirido							
Desempregado(a)	19,10%	10,90%	13,30%				
Reformado(a)	5,00%	0,90%	2,10%	44,979	0,000*	-	-
Empregado(a)	57,10%	71,40%	67,20%				
Empresário(a)/ Conta Própria	9,10%	10,90%	10,40%				
Outra	9,70%	5,90%	7,00%				
Nível de habilitações literárias do inquirido							
Ensino Superior	10,40%	40,60%	31,70%	100,612	0,000*	-	-
Nível de ensino abaixo do Ensino Superior	89,60%	59,40%	68,30%				
Profissão do inquirido							
Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	12,90%	39,80%	32,10%	68,038	0,000*	-	-
Outra	87,10%	60,20%	67,90%				
Rendimento líquido mensal do agregado familiar							
0-500€	26,3%	8,3%	13,7%				
501-1000€	42,5%	22,6%	28,6%	152,04	0,000*	-	-
1001-2000€	24,3%	43,9%	38,0%				
2001€ ou mais	6,9%	25,2%	19,7%				
Idade	42,11	42,04	-	-	-	0,143	0,886
Nº de privações sofridas pela família	2,59	1,26	-	-	-	12,773	0,000*
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas) que têm até 17 anos	1,50	1,65	-	-	-	-3,054	0,002
Nº de elementos do agregado familiar (partilham casa e despesas)	3,66	3,72	-	-	-	-0,906	0,365

Legenda: * $p \leq 0,05$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2; # Nas variáveis dicotómicas, apenas se apresentam os valores para a categoria "Sim"

Nota: % por coluna

6.3. Constrangimentos à prática turística

Considerando a amostra de famílias que não realizaram férias, nesta secção apresentam-se os resultados da análise dos dados recolhidos relativamente aos constrangimentos às férias em famílias.

Os motivos financeiros sobressaem claramente como os principais constrangimentos dos inquiridos à realização de férias em família - “O rendimento familiar não chega para fazer férias”, “Viajar implica custos demasiado altos” e “O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica” foram as motivações com uma média de concordância, atribuída pelos inquiridos, superior a 5 (numa escala de 1 “discordo completamente” a 7 “concordo completamente”) (Tabela 6.4). Os restantes itens relacionados com outro tipo de constrangimentos aparecem de seguida, mas com médias de concordância já inferiores ao ponto médio da escala (3,5) (Tabela 6.4).

Dos inquiridos que assinalaram “Outro motivo”, 65% referiam novamente a importância das dificuldades económicas, 16% salientou o desemprego de um ou dos dois elementos do casal, 5% referiu dificuldades de compatibilizar as férias dos cônjuges com as das crianças e os restantes 18% referiram motivos mais específicos relacionados com transporte, situação profissional, animais domésticos e existência de outras atividades.

Considerando o objetivo deste trabalho, considera-se importante salientar a predominância dos fatores económicos como impeditivos da realização de férias para estas famílias, dado que vai de encontro aos estudos desenvolvidos anteriormente por Alegre *et al.* (2010), Cooper *et al.* (2005), Daniels *et al.* (2005), Hall e Brown (2006), Haukeland (1990), Smith *et al.* (2005), quando concluem que o baixo rendimento é um dos principais constrangimentos à participação turística dos indivíduos.

Tabela 6. 4 – Razões apontadas pelos inquiridos para não terem feito férias em família nos últimos 4 anos

Não fiz férias em família nos últimos 4 anos porque:	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Válidas	Missing			
O rendimento familiar não chega para fazer férias	336	4	5,84	7,0	1,824
Viajar implica custos demasiado altos	337	3	5,81	7,0	1,586
O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica	335	5	5,80	7,0	1,830
Não houve tempo, devido a compromissos de trabalho	335	5	3,34	1,0	2,285
Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)	330	10	3,17	1,0	2,333
Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços	335	5	3,13	1,0	2,175
Viajar em família implica demasiado planeamento	335	5	2,96	1,0	1,816
Viajar envolve sempre riscos	333	7	2,87	1,0	1,871
Houve dificuldade em coordenar as disponibilidades dos elementos da família	334	6	2,74	1,0	2,049
Prefiro passar as férias em casa	333	7	2,66	1,0	2,035
Existiram impedimentos de saúde	334	6	2,23	1,0	1,955
Não tive tempo, devido a compromissos familiares (ex: cuidar de familiar idoso)	334	6	2,17	1,0	1,900
Viajar obriga a gastar muito tempo a planear a viagem	298	42	2,02	1,0	1,548
Os restantes elementos da família não tinham interesse em fazer férias	335	5	1,82	1,0	1,515
É muito stressante viajar em família	299	41	1,72	1,0	1,417
Faltou informação sobre possíveis destinos	335	5	1,68	1,0	1,401
Não tive interesse em viajar em família	334	6	1,67	1,0	1,533
Tive medo de sair do meu ambiente habitual	335	5	1,54	1,0	1,379
Tivemos más experiências em férias anteriores	334	6	1,47	1,0	1,263
Prefiro fazer férias sem as crianças	335	5	1,43	1,0	1,248
Outro motivo	57	283	6,75	7,0	,739

Nota: Assinalou-se com sombreado os itens cuja média é superior a 5.

Verifica-se que alguns dos constrangimentos às férias estão relacionados, pelo que se procedeu a uma análise fatorial exploratória, através da Análise de Componentes Principais³, de forma a verificar até que ponto diferentes atributos (variáveis) têm associado o mesmo conceito, podendo ser agregadas numa só variável (fator), facilitando a interpretação dos dados (Tabela 6.5). Para esta análise optou-se por retirar os itens “Viajar em família implica demasiado planeamento” e “Não tive interesse em viajar em família”, por terem valores de comunalidades baixos e devido ao teste de consistência interna do fator em que estas variáveis seriam incluídas revelar valores mais baixos.

Os resultados da Análise de Componentes Principais (ACP) aplicada às variáveis enunciadas na Tabela 6.5 demonstram uma análise fatorial boa ($KMO=0,865$), existindo correlação entre as variáveis, uma vez que o teste de Bartlett apresenta um nível de significância igual a 0,000 e um valor do qui-quadrado de 1.614,31. Estes resultados apresentam ainda uma solução de quatro fatores, que explica 55,28% da variância total. Apenas foram retidos os fatores com valores próprios superiores a 1 (Hair *et al.*, 1995), apresentando-se os resultados obtidos através desta análise na Tabela 6.5.

³ A análise de componentes principais é “um procedimento estatístico multivariado que permite transformar um conjunto de variáveis quantitativas iniciais correlacionadas entre si (X_1, X_2, \dots, X_p), noutro conjunto com um menor número de variáveis não correlacionadas (ortogonais) e designadas por componentes principais (Y_1, Y_2, \dots, Y_p), que resultam de combinações lineares das variáveis iniciais, reduzindo a complexidade de interpretação dos dados” (Pestana & Gageiro, 2005:488).

Os fatores obtidos foram designados de acordo com as variáveis que os constituem (Tabela 6.5). Esta solução de fatores confirma a opção assumida no capítulo 2, de não se considerar totalmente adequado utilizar a categorização dos constrangimentos em intrapessoais, interpessoais e estruturais, proposta por Crawford e Godbey (1987), quando o objeto de análise são as férias em família. Assim, a categorização obtida reflete os seguintes quatro tipos de constrangimentos: (i) constrangimentos relacionados com a complexidade associada à organização das férias em família (fator 1 - Complexidade associada à organização das férias em família); (ii) constrangimentos ligados ao tempo disponível e condições de saúde (fator 2 - Tempo & Saúde); (iii) constrangimentos relacionados com a situação financeira, quer seja em termos de rendimento limitado ou perceção de custos da viagem elevados (fator 3 - Financeiros); e (iv) constrangimentos em consequência de preferências por outros produtos/situações (fator 4 - Preferências por outros produtos/situações) (Tabela 6.5).

A medida da consistência interna dos fatores foi verificada utilizando o *Cronbach's α* (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005), verificando-se que a consistência interna de três fatores é superior a 0,6, pelo que apresenta valores aceitáveis, existindo assim uma fiabilidade adequada da medida (Pestana & Gageiro, 2005; Hair *et al.*, 1995; Marôco & Garcia-Marques, 2006) (Tabela 6.5). O fator 4, “Preferências por outros produtos/situações”, apresenta um valor do *Cronbach's α* mais baixo (0,593), porém, muito próximo de 0,6, pelo que se considera que este fator deve ser considerado com alguma prudência, necessitando replicação de aplicação em populações mais abrangentes, de forma a confirmar-se a sua fiabilidade.

Tabela 6. 5 – Resultados da ACP efetuada aos constrangimentos à realização de férias em família

Fatores	Itens	Comun.	Factor loadings	Variancia explicada (%)	Valores próprios	Média do Fator	Cronbach's α
Fator 1 - Complexidade associada à organização das férias em família	Prefiro fazer férias sem as crianças	,676	,814				
	Tivemos más experiências em férias anteriores	,573	,736				
	É muito stressante viajar em família	,507	,698				
	Faltou informação sobre possíveis destinos	,533	,657	20,18	5,376	1,67	,856
	Tive medo de sair do meu ambiente habitual	,563	,612				
	Viajar obriga a gastar muito tempo a planejar a viagem	,465	,596				
Fator 2 - Tempo & Saúde	Os restantes elementos da família não tinham interesse em fazer férias	,584	,578				
	Não tive tempo, devido a compromissos familiares (ex: cuidar de familiar idoso)	,594	,703				
	Existiram impedimentos de saúde	,600	,688				
	Houve dificuldade em coordenar as disponibilidades dos elementos da família	,587	,652	12,32	2,103	2,62	,684
	Não houve tempo, devido a compromissos de trabalho	,534	,536				
	O rendimento familiar não chega para fazer férias	,717	,841				
Fator 3 - Financeiros	Viajar implica custos demasiado altos	,594	,763	11,67	1,463	5,82	,698
	O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica	,557	,654				
	Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)	,528	,684				
Fator 4 - Preferências por outros produtos/situações	Prefiro passar as férias em casa	,506	,620	11,11	1,008	2,96	,593
	Viajar envolve sempre riscos	,464	,512				
	Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços	,367	,487				

Nota: a. Rotation converged in 6 iteration; Comun.= Comunalidades

Questionaram-se ainda os inquiridos relativamente ao seu desejo de fazer férias em família durante esses anos. Apenas 1,2% do total dos inquiridos optou por não responder a esta questão. Quase todos os inquiridos que responderam a esta questão (96,4%) afirmaram que gostariam de ter feito férias em família durante os últimos 4 anos, tendo apenas 3,5% referido que não gostariam de ter feito férias em família nesse período. De seguida 81,2% do total dos inquiridos justificavam esse desejo/ não desejo.

A razão referida pelos inquiridos que responderam não ter tido vontade de fazer férias durante esses anos, prende-se com o facto de afirmarem que “não gostava de fazer férias em família”. Por outro lado, a razão mais referida (43,9%) para terem tido vontade de fazer férias em família prende-se com a percepção de que as férias em família fortalecem os laços familiares/ união entre os membros da família (Figura 6.5). A percepção de efeitos ao nível do “relaxamento e saúde”, nomeadamente do relaxamento e alívio do stress (23,6%), da quebra da rotina (21,8%), do “esquecer os problemas” (6,6%) e “melhorias no bem-estar psicológico, ânimo e recuperação de forças (5,5%), foi também importante para estes inquiridos referirem a vontade de fazer férias em família (Figura 6.5).

Salienta-se, contudo, o facto de 13,7% destes inquiridos terem referido a percepção de que as férias em família beneficiariam os seus filhos (“Alegria dos filhos”, “Dedicar mais tempo às crianças” e “Para aumentar aprendizagem/conhecimento dos filhos sobre outras coisas”) e 10,7% ter referido que gostaria de fazer férias em família porque nunca tinham tido essa possibilidade, geralmente devido a escassos recursos financeiros (Figura 6.5).

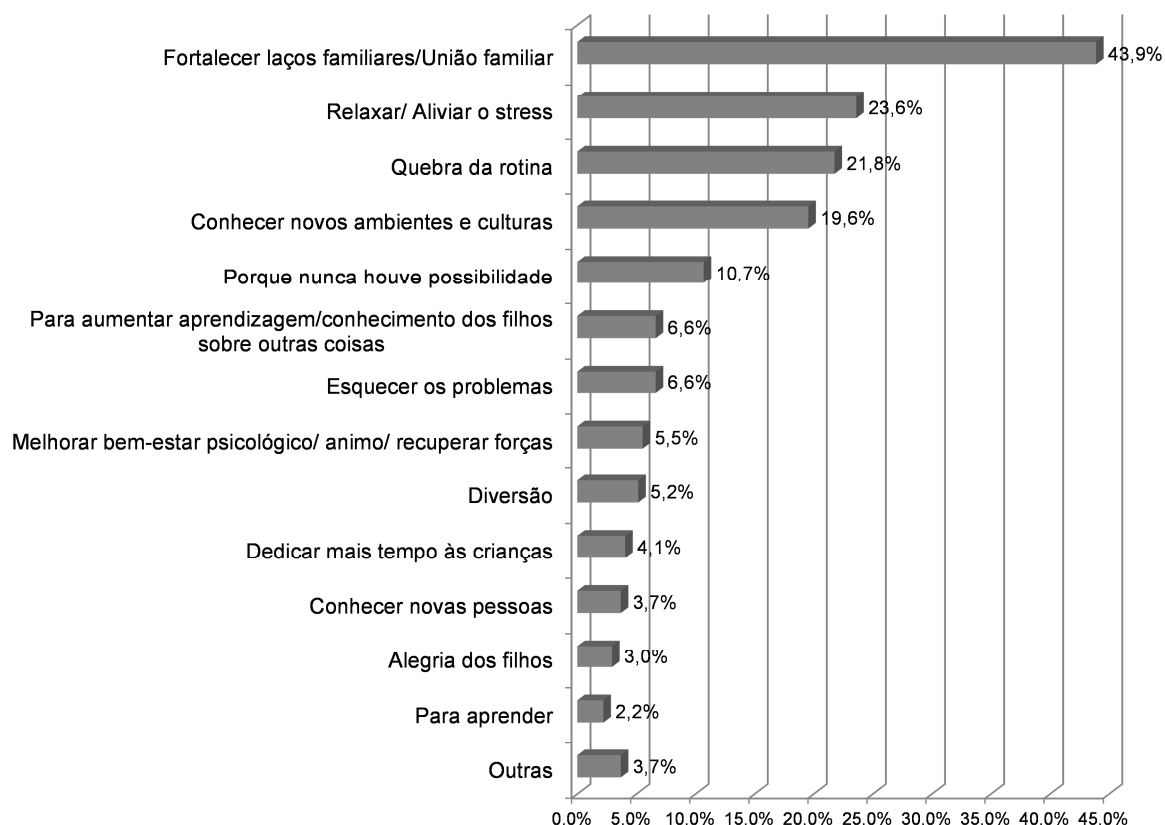


Figura 6. 5 – Motivos pelos quais gostariam de ter feito férias em família nos últimos 4 anos

6.3.1. Diferenças de constrangimentos de acordo com as características socioeconómicas das famílias

Para concluir a análise dos constrangimentos sentidos à participação em férias em família, optou-se por comparar os dois segmentos de famílias (“Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”), em termos de constrangimentos sentidos à prática turística em família. Foram conduzidos testes estatísticos considerados adequados para efetuar essa comparação e foram encontradas algumas diferenças.

O segmento das “Famílias com Privação” integra mais indivíduos que atribuem maior importância aos constrangimentos “Financeiros” como razão para não fazer férias em família (Tabela 6.6). Considerando os itens individuais, observa-se que os itens “O rendimento familiar não chega para fazer férias” e “O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica” são assinalados como os itens com maior importância para as “Famílias com Privação” (Tabela 6.6). Neste segmento também existem relativamente mais indivíduos a referirem maior importância do item “Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços”, quando comparados com o segmento das “Famílias sem Privação” (Tabela 6.6). Por outro lado, verifica-se diferença estatisticamente significativa entre os dois segmentos no item “Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)”, com as “Famílias sem Privação” a atribuírem maior nível de importância a este constrangimentos, quando comparadas com as “Famílias com Privação” (Tabela 6.6).

Tabela 6. 6 – Diferenças entre famílias em termos de constrangimentos à realização de férias em família

Fatores/ Itens Constrangimentos às férias em família		Total (N=322)		Famílias sem Privação (N=169)	Famílias com Privação (N=153)	t	Sig.	
		N	Média	Média				
Fator 1 - Complexidade associada à organização das férias em família		322	1,67	1,64	1,70	-0,489	0,625	
Prefiro fazer férias sem as crianças		317	1,43	1,49	1,49	0,653	0,514	
Tivemos más experiências em férias anteriores		316	1,47	1,44	1,51	-0,460	0,646	
É muito stressante viajar em família		281	1,72	1,70	1,76	-0,364	0,716	
Faltou informação sobre possíveis destinos		317	1,68	1,62	1,74	-0,767	0,444	
Tive medo de sair do meu ambiente habitual		317	1,54	1,47	1,60	-0,816	0,415	
Viajar obriga a gastar muito tempo a planear a viagem		280	2,02	1,98	2,02	-0,193	0,847	
Os restantes elementos da família não tinham interesse em fazer férias		317	1,82	1,78	1,86	-0,453	0,651	
Fator 2 - Tempo & Saúde		322	2,62	2,66	2,59	0,468	0,640	
Não tive tempo, devido a compromissos familiares (ex: cuidar de familiar idoso)		316	2,17	2,17	2,13	0,207	0,836	
Existiram impedimentos de saúde		316	2,23	2,22	2,28	-0,297	0,767	
Houve dificuldade em coordenar as disponibilidades dos elementos da família		316	2,74	2,90	2,59	1,315	0,190	
Não houve tempo, devido a compromissos de trabalho		317	3,34	3,36	3,33	0,116	0,908	
Fator 3 – Financeiros		322	5,82	5,60	6,10	-3,467	0,001*	
O rendimento familiar não chega para fazer férias		318	5,84	5,52	6,25	-3,736	0,000*	
Viajar implica custos demasiado altos		319	5,81	5,74	5,96	-1,272	0,204	
O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica		317	5,80	5,53	6,13	-2,970	0,003*	
Fator 4 - Preferências por outros produtos/situações		322	2,96	2,96	2,93	0,241	0,810	
Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)		312	3,17	3,46	2,83	2,454	0,015*	
Prefiro passar as férias em casa		315	2,66	2,67	2,64	0,162	0,872	
Viajar envolve sempre riscos		315	2,87	2,84	2,85	-0,053	0,958	
Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços		317	3,13	2,88	3,38	-2,034	0,043*	

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$

6.4. Turismo em família: motivações, comportamentos/ experiências e efeitos - análise comparativa de acordo com a condição económica

Considerando a amostra de famílias que realizaram férias, nas secções que se seguem apresentam-se os resultados da análise dos dados recolhidos relativamente às férias em família divididos em três temáticas principais: motivações para a realização das férias em família; comportamentos e experiências vividas durante as férias em família; e efeitos⁴ das férias em família. Analisam-se, ainda, eventuais diferenças nos resultados em cada uma destas temáticas, de acordo com o perfil socioeconómico das famílias (através da variável Privação Material).

6.4.1. Motivações

Apesar de todos os inquiridos indicarem um nível de importância relativamente alto para todas as motivações apresentadas (média mínima de importância = 3,62; moda mínima = 4), o “Estar num ambiente diferente”, “Recuperar forças” e “Estar com os meus filhos” foram as motivações com uma média de importância, atribuída pelos inquiridos, superior a 6 (numa escala de 1 “nada importante” a 7 “muito importante”) (Tabela 6.7).

Os itens associados a motivações relacionadas com o relaxamento/descanso, quebra da rotina/estar em ambientes diferentes, conviver com a família, registaram o valor 7 como o valor mais frequentemente indicado pelos inquiridos, o que significa que lhes atribuíam “muita importância” (Tabela 6.7).

De uma forma geral, as motivações menos importantes para os inquiridos terem decidido fazer as últimas férias em família foram “Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família”, “Conhecer novas pessoas”, “Interagir com residentes do local que visitei”, “Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos” e “Me conhecer melhor”, aos quais entre 46% e 69% dos inquiridos atribuiu uma importância menor ou igual a 4 (Tabela 6.7).

Dos inquiridos que assinalaram “Outra” motivação, 32% referiam novamente a importância do descanso e esquecer os problemas do quotidiano, 16% salientou o convívio com a família, 16% referiu “divertimento” e os restantes 35% referiram motivações mais específicas. Considerando o objetivo deste trabalho, considera-se interessante salientar que um dos inquiridos referiu que “decidi fazer essas férias em família para lidar melhor com a falta de recursos financeiros” (Tabela 6.7).

⁴ A partir desta secção salienta-se o facto de que, quando se utiliza a expressão “efeitos do turismo”, deve ter-se em consideração que esses efeitos foram analisados no estudo empírico do ponto de vista das percepções dos inquiridos, pelo que respeitam efetivamente a percepções dos efeitos do turismo em família.

Tabela 6. 7 – Motivações dos inquiridos para fazer as últimas férias em família

Decidi fazer essas férias em família, para:	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Válidas	Missing			
Estar com os meus filhos	805	20	6,44	7,0	1,231
Recuperar forças	818	7	6,20	7,0	1,162
Estar num ambiente diferente	815	10	6,05	7,0	1,179
Evitar as preocupações do dia-a-dia	813	12	5,93	7,0	1,426
Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	817	8	5,90	7,0	1,433
Estar com amigos e/ou outros familiares	814	11	5,45	7,0	1,663
Sentir paz e calma, estar longe de multidões	806	19	5,33	7,0	1,602
Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	802	23	5,19	7,0	1,625
Experimentar coisas novas	808	17	5,10	5,0	1,567
Conhecer outras culturas e modos de vida	804	21	4,88	7,0	1,744
Relembrar memórias passadas e bons tempos que tivemos em família	807	18	4,84	7,0	1,815
Conhecer melhor a minha família	808	17	4,83	7,0	1,896
Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família	805	20	4,63	4,0	1,784
Conhecer novas pessoas	810	15	4,61	4,0	1,766
Interagir com residentes do local que visitei	809	16	4,22	4,0	1,796
Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	802	23	3,72	4,0	1,867
Me conhecer melhor	804	21	3,62	4,0	1,833
Outra	37	788	6,81	7,0	0,462

Nota: Assinalou-se com sombreado os itens cuja média é superior a 6.

Da análise das motivações para fazer férias em família verifica-se que algumas dessas motivações se encontram relacionadas, à semelhança do que foi efetuado na análise dos dados recolhidos através do questionário B, procedeu-se a uma análise fatorial exploratória, através da Análise de Componentes Principais (ACP), de forma a verificar até que ponto diferentes atributos (variáveis) se podem agregar num só fator, facilitando a interpretação dos dados.

A ACP aplicada às variáveis enunciadas na Tabela 6.8 demonstra que existe correlação entre as variáveis, uma vez que o teste de Bartlett apresenta um nível de significância igual a 0,000 e um valor do qui-quadrado de 4462,269, sendo os resultados obtidos permitem considerar a análise fatorial como boa ($KMO^5=0,866$).

Da análise fatorial efetuada, utilizando o método de rotação *Varimax with Kaiser Normalization* e substituindo os *missing values* pela média de cada item, emergiu uma solução de quatro fatores que explica 63,012% da variância total. Apenas foram retidos os fatores com valores próprios superiores a 1 (Hair *et al.*, 1995). Para esta solução optou-se por retirar os itens “Estar com os meus filhos” e “Relembrar memórias passadas e bons tempos que tivemos em família”, por estarem correlacionados com diferentes variáveis que pertencem a vários fatores e devido ao teste de consistência interna do fator em que estas variáveis seriam

⁵ Quando o KMO está próximo de 1 indica coeficientes de correlação parciais pequenos, enquanto valores próximos de 0 indica que pode não fazer sentido utilizar a análise fatorial. Quando o KMO varia entre 0,8 e 0,9 considera-se que a análise fatorial é boa (Pestana & Gageiro, 2005:491).

incluídas revelar valores baixos. Os resultados obtidos através desta análise são apresentados na Tabela 6.8. Todas as comunalidades e os *factor loadings* são superiores a 0,5, confirmando uma boa análise fatorial (Hair *et al.*, 1995).

A categorização obtida reflete os seguintes quatro tipos de motivações para a realização de férias em família: (i) motivações relacionadas com viver e conhecer ou aumentar o conhecimento sobre coisas novas/diferentes (fator 1 - Conhecimento e Desafios); (ii) motivações ligadas à quebra da rotina (fator 2 - Quebra da rotina e Relaxamento), que são as motivações às quais foi atribuída maior importância pelos inquiridos; (iii) motivações relacionadas com o convívio e sentir liberdade (fator 3 - Liberdade e Socialização); e (iv) motivações relacionadas com o reforço dos laços familiares entre os elementos da famílias (fator 4 - Ligação emocional da família), que são o tipo de motivações que apresentou o segundo maior nível de importância para os inquiridos.

A validade dos fatores obtidos depende ainda da sua consistência interna. A medida desta consistência interna dos fatores é usualmente verificada utilizando o *Cronbach's α* (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005). Através destes resultados, apresentados na Tabela 6.8, conclui-se que a consistência interna dos fatores é superior a 0,6, pelo que apresenta valores aceitáveis, existindo assim uma fiabilidade adequada da medida (Pestana & Gageiro, 2005; Hair *et al.*, 1995; Marôco & Garcia-Marques, 2006). Os fatores obtidos foram designados de acordo com as variáveis que os constituem (Tabela 6.8).

Tabela 6. 8 – Resultados da ACP efetuada às Motivações

Fatores	Itens	Comun.	Factor loadings	Variância explicada (%)	Valores próprios	Média do Fator	Cronbach's α
Fator 1 - Conhecimento e Desafios	Experimentar coisas novas	,744	,806				
	Conhecer outras culturas e modos de vida	,635	,761				
	Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família	,704	,747				
	Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	,607	,678	24,181	5,389	4,40	,863
	Me conhecer melhor	,612	,620				
	Interagir com residentes do local que visitei	,589	,603				
	Conhecer novas pessoas	,569	,598				
Fator 2 - Quebra da rotina e Relaxamento	Evitar as preocupações do dia-a-dia	,664	,775				
	Recuperar forças	,573	,690	14,043	1,855	6,06	,663
	Estar num ambiente diferente	,551	,685				
Fator 3 - Liberdade e Socialização	Estar com amigos e/ou outros familiares	,563	,690				
	Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	,666	,684	12,842	1,138	5,32	,649
	Sentir paz e calma, estar longe de multidões	,515	,518				
Fator 4 - Ligação emocional da família	Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	,721	,791				
	Conhecer melhor a minha família	,739	,758	11,947	1,070	5,37	,703

Nota: a. Rotation converged in 8 iteration; Comun.= Comunalidades

(i) Diferenças de motivações de acordo com o perfil socioeconómico das famílias

Quanto aos fatores de motivações para fazer as últimas férias em família, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos de famílias (Tabela 6.9). No entanto, considerando os itens individuais, observa-se que as “Famílias com Privação” atribuem relativamente maior importância às motivações “Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos”, “Conhecer novas pessoas” e “Sentir paz e calma, estar longe de multidões” do que as “Famílias sem Privação” (Tabela 6.9). Este resultado poderá estar relacionado com o facto de as famílias com mais carências económicas estarem mais limitadas nos seus contextos de vida diários e verem nas férias, de forma mais intensa, quer uma oportunidade para terem momentos com mais paz, sem problemas e ao mesmo tempo com situações desafiantes, às quais não estão habituados, quer uma oportunidade de conhecerem pessoas novas, situação menos frequente no seu contexto diário, em ambientes muito mais restritos e negativos (Minnaert *et al.*, 2010). Por outro lado, as “Famílias sem Privação” atribuem maior importância à motivação “Estar num ambiente diferente” quando comparada com a que é atribuída pelas “Famílias com Privação” (Tabela 6.9), resultado que poderá indicar que este segmento de famílias está a ter o tipo de práticas turísticas que lhes permite encarar as férias como momentos em ambiente realmente diferente, eventualmente em consequência, por exemplo, do tipo de alojamento que escolhem para as suas férias (ver secção 6.4.2).

Relativamente às restantes motivações, apesar de não se terem registado diferenças estatisticamente significativas, observa-se que todas as motivações são referidas como tendo maior nível de importância para o segmento “Famílias com Privação”, com exceção dos itens “Sentir-me livre para fazer aquilo que quero”, “Recuperar forças”, “Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família”, que assumem mais importância para o segmento das “Famílias sem Privação” (Tabela 6.9). Este resultado poderá indicar, também, que este segmento de famílias está a ter um tipo de práticas turísticas que lhes permite encarar as férias como momentos em ambiente realmente diferente, momentos que são libertadores e que permitem, acima de tudo, recuperar forças. Este resultado, mais uma vez, poderá ser consequência das características das suas anteriores férias em família, características que diferem das características das férias em família do segmento de “Famílias com Privação” (ver secção 6.4.2).

Tabela 6. 9 – Comparação das motivações para realizar as últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Motivações	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator 1 - Conhecimento e Desafios	823	4,40	4,37	4,55	-1,563	0,118
Experimentar coisas novas	806	5,10	5,09	5,11	-0,095	0,924
Conhecer outras culturas e modos de vida	802	4,88	4,87	4,95	-0,510	0,610
Aprender/Aumentar os meus conhecimentos e/ou dos restantes membros da família	803	4,63	4,66	4,50	0,997	0,319
Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	800	3,72	3,66	4,00	-1,993	0,047*
Me conhecer melhor	802	3,62	3,58	3,85	-1,606	0,109
Interagir com residentes do local que visitei	807	4,22	4,14	4,61	-2,872	0,004*
Conhecer novas pessoas	808	4,61	4,56	4,86	-1,867	0,062**
Fator 2 - Quebra da rotina e Relaxamento	823	6,06	6,09	5,97	1,263	0,208
Evitar as preocupações do dia-a-dia	811	5,93	5,93	5,94	-0,066	0,947
Recuperar forças	816	6,20	6,24	6,06	1,491	0,137
Estar num ambiente diferente	813	6,05	6,09	5,89	1,888	0,059**
Fator 3 - Liberdade e Socialização	823	5,32	5,30	5,40	-0,905	0,366
Estar com amigos e/ou outros familiares	812	5,45	5,44	5,50	-0,428	0,669
Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	800	5,19	5,21	5,11	0,650	0,516
Sentir paz e calma, estar longe de multidões	804	5,33	5,26	5,61	-2,341	0,019*
Fator 4 - Ligação emocional da família	823	5,37	5,34	5,47	-0,915	0,360
Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	815	5,90	5,89	5,97	-0,645	0,519
Conhecer melhor a minha família	806	4,83	4,80	4,96	-0,938	0,349

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

6.4.2. Comportamentos e Experiências vividas

A maioria (57,4%) dos inquiridos referiu que fez férias em família (mínimo de 4 noites fora do local de residência – ver capítulo 4) uma vez por ano nos últimos quatro anos. 23,5% dos inquiridos referiu que fez férias em família 2 a 3 vezes por ano e 12,9% indicou que isso aconteceu menos de uma vez por ano nos últimos 4 anos.

De seguida era pedido aos inquiridos que indicassem algumas características e comportamentos relativamente às últimas férias em família que tinham realizado. 67,7% dos inquiridos referiu que essas férias tinham acontecido em 2013 e que tinham planeado essas férias em família em conjunto com a família (92,1%). No entanto, para 8,6% dos respondentes, o planeamento das últimas férias foi feito também com recurso a agência de viagens. As fontes de informação mais utilizadas para esse planeamento foram “Experiência anterior” (51,5%), “Recomendação de amigos ou familiares” (37,1%), Internet (46,3%), tendo 12,5% recorrido a agências de viagens.

Relativamente ao mês em que tinham realizado as suas últimas férias em família, os meses de agosto (54,1%) e julho (20,1%) foram os mais referidos, tendo 9,5% dos inquiridos referido o mês de setembro. Este dado não é surpresa, uma vez que a população-alvo deste estudo foram famílias com filhos em idade

escolar, pelo que já se esperava que as férias em família se concentrassem em períodos de férias escolares. De facto, apenas uma percentagem residual de inquiridos (2%) refere ter feito férias em meses que, tradicionalmente, não têm nenhum período de interrupção letiva.

O destino das últimas férias em família foi, para 81,2% dos inquiridos, Portugal, sendo que os “outros países” referidos foram, particularmente, Espanha (6,6%), França (4,2%) e Inglaterra/Reino Unido (1,3%). A praia (71,4%) foi o tipo de destino mais frequente, seguido de cidade (14,5%), campo (9,6%), montanha (4,2%) e termas (0,2%). Para 73,7% dos respondentes, o destino visitado nas últimas férias em família não era desconhecido, tendo essas férias representado, assim, uma visita repetida.

A maioria (66,1%) dos respondentes fez férias integrado num grupo de viagem com um máximo de 4 elementos, sendo que 31,8% referiu ter integrado um grupo com 5 a 10 elementos. Relativamente à constituição do grupo de viagem, este grupo integrava, na maioria dos casos (85,4%), uma a duas crianças com idade até 17 anos.

A duração média dessas últimas férias em família foi de 9,05 dias, sendo que as estadias de 8 dias foram as mais comuns. O meio de alojamento mais utilizado para pernoitar nos destinos foi o “Hotel ou similar”, por 30,7% dos respondentes, seguido da “Casa de amigos ou familiares” (28,0%) e da “Casa arrendada” (27,2%). Os meios de transportes mais utilizados para a realização dessas férias foram o automóvel (89%), resultado que poderá ser justificado pelo facto de o automóvel permitir uma maior liberdade de deslocação durante a visita, particularmente para visitantes com crianças, e o avião (15%), utilizado por alguns dos respondentes que visitaram outros países.

O questionário integrava, ainda, uma questão relativa à diminuição dos gastos em férias em consequência da crise económica que o país atravessa. A esta questão 65,8% dos inquiridos responderam que durante essas férias tinham feito menos gastos do que anteriormente faziam, devido à crise económica.

Quando questionados acerca das atividades, situações e experiências vividas durante as últimas férias em família, os inquiridos responderam que durante essas férias em família, a família passou mais tempo junta do que habitualmente (média de concordância de 5,94, numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”) (Tabela 6.10). A estimulação sensorial, o planeamento conjunto, o fazer e ver coisas novas, provar a gastronomia local e fazer coisas que habitualmente não fazem no local de residência, foram experiências ou atividades que os inquiridos referiram ter realizado nessas férias (média de concordância acima de 5 e moda de 7, numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”) (Tabela 6.10).

Experiências menos positivas, experiências que impliquem a separação dos elementos da família ou atividades mais práticas (“Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia”, “Participei em atividades práticas”, “Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-

dia”, “Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando”, “Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto” e “Os elementos da família costumam fazer férias separados”) foram o tipo de situação acerca do qual a maior parte dos inquiridos (mais de 50%) discordou ter tido/vivido/participado (Tabela 6.10).

Tabela 6. 10 – Experiências dos inquiridos nas últimas férias em família

Durante essas férias em família...	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Válidas	Missing			
Passámos mais tempo juntos do que habitualmente	807	18	5,94	7,0	1,461
Os meus sentidos foram estimulados	810	15	5,82	7,0	1,371
Toda a família esteve envolvida no planeamento da viagem	807	18	5,66	7,0	1,506
Fiz/ vi coisas novas	808	17	5,46	7,0	1,626
Provei a gastronomia local	810	15	5,42	7,0	1,682
Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades	806	19	5,33	7,0	1,639
Fiz coisas que não posso fazer em casa	809	16	5,22	7,0	1,927
Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades	807	18	4,88	7,0	1,992
Senti o contraste com o dia-a-dia	799	26	4,84	7,0	1,852
Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela	801	24	4,83	5,0	1,661
Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes	800	25	4,73	7,0	1,869
Interagi com os residentes locais	807	18	4,67	5,0	1,702
Procurei informações mais específicas sobre o local	809	16	4,47	4,0	1,737
Fiz novas amizades	801	24	3,90	4,0	1,998
Contactei com novas pessoas e/ou organizações	805	20	3,84	4,0	1,752
Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia	804	21	2,81	1,0	1,876
Participei em atividades práticas (ex.: workshops de gastronomia, de agricultura, pintura, música)	802	23	2,76	1,0	1,975
Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-dia	803	22	2,71	1,0	1,841
Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando	804	21	2,20	1,0	1,604
Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto	803	22	2,18	1,0	1,737
Os elementos da família costumam fazer férias separados	804	21	2,17	1,0	1,840

Nota: Assinalou-se com sombreado os itens cuja média é superior a 5.

À semelhança da análise realizada para as motivações para fazer férias em família, verifica-se que algumas das experiências vividas nessas férias estão relacionadas umas com as outras, pelo que se procedeu a uma análise fatorial exploratória, através da análise de componentes principais, de forma a verificar que variáveis poderiam ser agrupadas em fatores, facilitando a análise (Tabela 6.11).

Tabela 6. 11 – Resultados da análise fatorial efetuada às experiências vividas durante as últimas férias em família

Fatores	Itens	Comun.	Factor loadings	Variação explicada (%)	Valores próprios	Média do Fator	Cronbach's α
Fator 1 - Exp. Sociais	Interagi com os residentes locais	,682	,812	13,212	4,513	4,31	,765
	Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela	,633	,768				
	Fiz novas amizades	,497	,649				
	Contactei com novas pessoas e/ou organizações	,525	,641				
Fator 2 - Exp. desafiante e de "separação" da família	Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando	,623	,789	13,210	2,633	2,47	,735
	Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia	,470	,676				
	Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto	,509	,666				
	Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-dia	,452	,651				
	Os elementos da família costumam fazer férias separados	,350	,576				
Fator 3 - Exp. de conhecimento do local e atividades em família	Particpei em atividades práticas (ex.: workshops de gastronomia, de agricultura, pintura, música)	,408	,505	10,522	1,612	5,11	,677
	Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades	,613	,761				
	Fiz/ vi coisas novas	,471	,606				
	Provei a gastronomia local	,440	,561				
	Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades	,406	,533				
Fator 4 - Exp. Contrastantes com o quotidiano	Procurei informações mais específicas sobre o local	,379	,433	10,122	1,126	5,37	,622
	Os meus sentidos foram estimulados	,568	,710				
	Passámos mais tempo juntos do que habitualmente	,489	,655				
	Fiz coisas que não posso fazer em casa	,375	,590				
	Senti o contraste com o dia-a-dia	,411	,580				
	Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes	,341	,437				
	Toda a família esteve envolvida no planeamento da viagem	,241	,344				

Legenda: Comun.= Comunalidade; Exp. = Experiências

Notas: a. Rotation converged in 6 iteration; Apesar de se terem obtido alguns valores de comunalidades baixos, optou-se por deixar esses itens na análise, já que se mostraram como itens relevantes para a consistência interna do fator que integram e em termos teóricos também faz sentido a sua inclusão no fator.

Os resultados da análise fatorial de componentes principais aplicada às variáveis enunciadas na Tabela 6.11 demonstram uma análise fatorial boa ($KMO=0,823$), existindo correlação entre as variáveis, uma vez que o teste de Bartlett apresenta um nível de significância igual a 0,000. À semelhança da análise efetuada para as variáveis relacionadas com as motivações, apenas foram retidos os fatores com valores próprios superiores a 1 (Hair *et al.*, 1995), apresentando-se os resultados obtidos através desta análise na Tabela 6.11.

Os fatores obtidos foram designados de acordo com as variáveis que os constituem (Tabela 6.11). A medida da consistência interna dos fatores foi verificada utilizando o *Cronbach's α* (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005), verificando-se que a consistência interna dos fatores é superior a 0,6, pelo que apresenta valores aceitáveis, existindo assim uma fiabilidade adequada da medida (Pestana & Gageiro, 2005; Hair *et al.*, 1995; Marôco & Garcia-Marques, 2006) (Tabela 6.11).

Incluiu-se, ainda, no questionário, um conjunto de itens que integram uma escala desenvolvida por Letho *et al.* (2009) e que procuram medir a “ligação emocional” (*Emotional bond*) entre os elementos da família (Tabela 6.12). As médias e modas de cada um desses itens mostram que os inquiridos concordam que existiu “ligação emocional” entre os elementos da família durante as férias em família (médias de concordância superiores a 5 e modas de 7, numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”) (Tabela 6.12). Acresce que mais de 60% dos inquiridos atribuiu um nível de concordância igual ou superior a 5 relativamente a ter vivido todas as experiências referidas nestes 6 itens.

Tabela 6. 12 – Ligação emocional dos elementos da família, na perspetiva dos inquiridos, nas últimas férias em família

Durante essas férias em família...	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Valid	Missing			
Os elementos da família viajaram bem em conjunto	809	16	6,34	7,0	0,981
Essas férias em família foram tempo bem passado, de qualidade	801	24	6,31	7,0	1,081
Houve um bom relacionamento entre os membros da família	814	11	6,24	7,0	1,029
Os elementos da família respeitaram o tempo e o espaço de cada um	801	24	5,67	7,0	1,373
Os elementos da família partilharam interesses e experiências uns com os outros	808	17	5,57	7,0	1,431
Os elementos da família estiveram mais unidos	797	28	5,30	7,0	1,590

Foi analisada a consistência interna do fator “ligação emocional” identificado no estudo de Letho *et al.* (2009), utilizando o *Cronbach's α* (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005), verificando-se que a consistência interna do fator é de 0,716, pelo que apresenta um valor considerado bom, ou seja, é considerada uma medida fiável do conceito “ligação emocional” dos elementos da família.

(i) Diferenças de comportamentos e experiências vividas de acordo com o perfil socioeconómico das famílias

Analisando diferenças entre os dois segmentos em termos de frequência de férias em família nos últimos 4 anos, observa-se que existem diferenças estatisticamente significativas e que o segmento de “Famílias com Privação” tende a concentrar relativamente mais famílias que nos últimos 4 anos fizeram férias menos de 1 vez por ano, enquanto as “Famílias sem Privação” tenderam a fazer férias 2 ou mais vezes por ano (Tabela 6.13).

Observam-se, ainda, diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos em termos de características das últimas férias em família. As “Famílias com Privação”, quando comparadas com o total de famílias, concentram relativamente mais famílias que tiveram como destino Portugal (90,90%), que utilizam o comboio como meio de transporte até ao destino (5,90%) e a casa de amigos/ familiares (36,00%) e campismo/ autocaravana (14,70%) como meio de alojamento. Este segmento de famílias concentra também relativamente mais famílias que fizeram as últimas férias há mais de um ano e meio (mais, pelo menos, meio ano do que as “Famílias sem Privação”), integram maiores grupos familiares na viagem e uma duração inferior da viagem, quando comparado com as “Famílias sem privação” (Tabela 6.13). Por outro lado, as “Famílias sem Privação” concentram mais famílias que visitaram destinos internacionais (21,10%), que representam ambientes mais diferentes do seu ambiente habitual, e consequentemente utilizaram o avião como meio de transporte até ao destino (16,70%), utilizaram a internet (49,10%) e a experiência pessoal anterior (53,30%) como fontes de informação para preparar a viagem, visitaram cidades (16,40%) e pernoitaram em Hotel ou similar (33,20%) (Tabela 6.13). Estas diferenças nas características das práticas turísticas das famílias evidenciam que as “Famílias sem Privação” têm práticas turísticas com características mais contrastantes com o seu ambiente quotidiano, facto que poderá ser origem de diferentes motivações para fazer as férias seguintes (secção 6.4.1) e poderá também influenciar o tipo de experiências que as famílias vivem durante as férias, analisadas mais à frente nesta secção.

Apesar de não se terem registado diferenças estatisticamente significativas noutras características da última viagem, salienta-se o facto de as “Famílias sem Privação”, quando comparadas com o total de famílias, utilizarem relativamente mais as Agências de viagem no planeamento da viagem e, eventualmente também em consequência disso, integrarem grupos de viagem de dimensão superior (mais de 10 elementos), comparativamente com o segmento “Famílias com Privação” (cerca de 5 elementos) (Tabela 6.13).

Tabela 6. 13 – Comparação das características das últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Variáveis Comportamento Viagem	Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	Todas as famílias (N=813)	χ2	Sig.	t	Sig.
Frequência de viagem em família nos últimos 4 anos							
Menos de 1 vez por ano	9,9%	26,0%	13,0%	43,313	0,000*	-	-
1 vez por ano	56,5%	61,0%	57,3%				
2-3 vezes por ano	26,5%	11,0%	23,6%				
4 ou mais vezes por ano	7,1%	1,9%	6,1%				
Últimas férias em família:							
País visitado							
Portugal	78,90%	90,90%	81,10%	11,859	0,001*	-	-
Outro	21,10%	9,10%	18,90%				
Visita repetida #	73,80%	73,50%	73,80%	0,007	0,933	-	-
Planeamento da viagem							
Agências de Viagens	9,30%	5,80%	8,60%	1,862	0,172	-	-
Eu e a minha família	91,60%	94,20%	92,10%	1,099	0,295		
Fontes de informação utilizadas para preparar a visita #							
Internet	49,10%	33,10%	46,10%	12,637	0,000*	-	-
Agências de Viagens	13,10%	9,90%	12,50%	1,153	0,283		
Jornais/revistas/rádio/TV	3,30%	4,00%	3,40%	0,156	0,693		
Catálogos de empresas/ instituições/ brochuras	3,30%	4,00%	3,40%	0,000	0,994		
Recomendação de familiares ou amigos	3,30%	4,00%	3,40%	0,839	0,360		
Experiência pessoal anterior	53,30%	44,40%	51,70%	3,946	0,047*		
Meio de transporte utilizado na viagem desde a residência até ao destino #							
Avião	16,70%	7,80%	15,10%	7,697	0,006*	-	-
Autocarro	3,00%	5,90%	3,50%	3,062	0,080**		
Automóvel próprio	89,40%	86,90%	88,90%	0,765	0,382		
Comboio	2,20%	5,90%	2,90%	a)			
Tipo local visitado							
Praia	70,40%	76,00%	71,40%	11,505	0,009*	-	-
Campo	8,70%	13,00%	9,50%				
Cidade	16,40%	6,50%	14,60%				
Montanha e Termas	4,50%	4,50%	4,50%				
Principal meio alojamento							
Hotel ou similar	33,20%	19,30%	30,70%	22,353	0,000*	-	-
2ª Residência (casa própria)	5,70%	2,70%	5,20%				
Casa de amigos/ familiares	26,30%	36,00%	28,10%				
Campismo/ Autocaravana	7,10%	14,70%	8,50%				
Outro	27,70%	27,30%	27,60%				
Redução de gastos devido à crise económica #	65,20%	68,90%	65,80%	0,757	0,384	-	-
Há quantos anos fez as últimas férias em família	1,16	1,70	-	-	-	-4,017	0,000*
Mês em que realizou a viagem	7,52	7,54	-	-	-	-0,130	0,897
Nº total de elementos do grupo de viagem	10,06	5,24	-	-	-	0,425	0,671
Nº de elementos da sua família nesse grupo	2,37	2,64	-	-	-	-2,358	0,019*
Nº de elementos da sua família no grupo < 17 anos	1,83	1,82	-	-	-	0,141	0,888
Nº de dias de duração dessa viagem	9,26	8,14	-	-	-	1,964	0,050*

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2; # Nas variáveis dicotômicas, apenas se apresentam os valores para a categoria "Sim"; a) Não se verificaram os pressupostos do teste do Qui-quadrado
Nota: % por coluna

Analisando as experiências vividas durante as férias, também se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de famílias. As “Famílias com Privação” apesar de referirem não se terem verificado muitas situações de experiências desafiantes e de “separação” da família

(Fator 2) durante essas férias, com uma média de 2,40, numa escala de *Likert* de 1 a 7, apresentam uma maior média de concordância com a ocorrência deste tipo de experiências durante as últimas férias do que as “Famílias sem Privação” (Tabela 6.14). Este resultado poderá eventualmente estar relacionado com o facto de estas famílias terem menos experiência de viagem e viverem em contextos mais fechados, que poucos desafios lhes colocam, no sentido de surgirem situações novas e diferentes (Minnaert *et al.*, 2010). Por outro lado, as “Famílias sem Privação” concordaram com maior intensidade com a ocorrência de situações durante as férias que envolvessem experiências de conhecimento local e atividades em família (Fator 3), com uma média de 5,17 comparativamente com os 4,85 das “Famílias com Privação” (Tabela 6.14), resultado eventualmente relacionado com as características sociodemográficas destas famílias (maiores níveis de habilitações e profissões associadas) que fazem com que parta delas a iniciativa para procurarem este tipo de experiências durante as férias, situações que para muitas destas famílias constituem motivação para realizar as férias em família (secção 6.4.1).

Apesar de não se terem verificado diferenças estatisticamente significativas em termos de experiências sociais e experiências contrastantes com o quotidiano, observou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em termos de alguns dos itens que integram esses fatores. Assim, as “Famílias com Privação” tendem a concordar com maior intensidade com o item “Fiz novas amizades”, reforçando o potencial de socialização associado ao turismo. As “Famílias sem Privação” concordaram com mais intensidade com o facto de terem existido situações que permitiram fazer “coisas que não posso fazer em casa” e que sentiram “o contraste com o dia-a-dia” (Tabela 6.14), resultado que remete para o cumprimento das expectativas (motivações de quebra da rotina), corroborando, para este caso a ligação entre motivações e experiências vividas (capítulo 2, secção 2.4).

Tabela 6. 14 – Comparação das experiências vividas durante as últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Experiências vividas durante as férias	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator 1 - Exp. Sociais	823	4,31	4,30	4,32	-0,157	0,876
Interagi com os residentes locais	805	4,67	4,69	4,57	0,683	0,496
Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela	799	4,83	4,85	4,74	0,616	0,539
Fiz novas amizades	799	3,90	3,81	4,31	-2,744	0,006*
Contactei com novas pessoas e/ou organizações	803	3,84	3,87	3,67	1,262	0,207
Fator 2 - Exp. desafiantes e de "separação" da família	823	2,47	2,41	2,74	-2,853	0,005*
Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando	802	2,2	2,14	2,45	-1,922	0,056**
Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia	802	2,81	2,73	3,15	-2,266	0,025*
Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto	801	2,18	2,11	2,52	-2,388	0,018*
Não fui capaz de fazer algumas atividades por serem diferentes das do meu dia-a-dia	801	2,71	2,66	2,91	-1,378	0,170
Os elementos da família costumam fazer férias separados	802	2,17	2,10	2,49	-2,130	0,034*
Participei em atividades práticas (ex.: workshops de gastronomia, ...)	800	2,76	2,71	3,01	-1,689	0,092**
Fator 3 - Exp. de conhecimento local e atividades em família	823	5,11	5,17	4,85	3,223	0,001*
Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades	805	4,88	4,97	4,47	2,744	0,006*
Fiz/ vi coisas novas	806	5,46	5,53	5,17	2,420	0,016*
Provei a gastronomia local	808	5,42	5,49	5,12	2,193	0,029*
Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades	804	5,33	5,37	5,18	1,244	0,214
Procurei informações mais específicas sobre o local	807	4,47	4,52	4,23	1,654	0,100**
Fator 4 - Exp. Contrastantes com quotidiano	823	5,37	5,40	5,26	1,589	0,112
Os meus sentidos foram estimulados	808	5,82	5,84	5,75	0,665	0,506
Passámos mais tempo juntos do que habitualmente	805	5,94	5,95	5,90	0,414	0,679
Fiz coisas que não posso fazer em casa	807	5,22	5,31	4,82	2,553	0,011*
Senti o contraste com o dia-a-dia	797	4,84	4,90	4,58	1,877	0,061**
Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes	798	4,73	4,75	4,66	0,554	0,580
Toda a família esteve envolvida no planeamento da viagem	805	5,66	5,63	5,81	-1,301	0,194

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$; Exp. = Experiências

Analisando especificamente as experiências que potenciam a ligação emocional da família, refletidas num dos fatores da escala desenvolvida por Letho *et al.* (2009), verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos de famílias, relativamente aos itens “Houve um bom relacionamento entre os membros da família” e “Essas férias em família foram tempo bem passado, de qualidade”. Apesar de ambos os segmentos terem concordado com a ocorrência deste tipo de experiências durante as suas férias em família (médias superiores a 6), as “Famílias sem Privação” concordaram com mais intensidade com a existência deste tipo de situações durante a sua viagem, do que as “Famílias com

Privação” (Tabela 6.15), eventualmente em consequência do tipo de motivações mais referidas por este segmento de famílias salientar a importância da alteração de ambiente (estar num ambiente diferente) durante as férias ou, eventualmente, em consequência, por exemplo, do tipo de alojamento que escolhem (hotel) ser mais propício ao convívio entre os elementos da família e à existência de momentos de qualidade, do que no segmento das “Famílias com Privação”.

Tabela 6. 15 – Comparação das experiências relacionadas com ligação emocional da família durante as últimas férias (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Letho et al. (2009)	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator 1 - Ligação emocional da família	823	5,91	5,93	5,80	1,620	0,107
Houve um bom relacionamento entre os membros da família	812	6,24	6,28	6,09	1,809	0,072**
Os elementos da família respeitaram o tempo e o espaço de cada um	799	5,67	5,66	5,71	-0,400	0,689
Os elementos da família partilharam interesses e experiências uns com os outros	806	5,57	5,61	5,43	1,269	0,206
Os elementos da família estiveram mais unidos	795	5,30	5,33	5,15	1,277	0,202
Os elementos da família viajaram bem em conjunto	807	6,34	6,37	6,23	1,380	0,169
Essas férias em família foram tempo bem passado, de qualidade	799	6,31	6,35	6,14	1,966	0,051**

Legenda: ** $p \leq 0,1$

6.4.3. Satisfação e intenção de fidelização

A satisfação e intenção de fidelização dos inquiridos, relativamente às últimas férias em família, foram medidas através das variáveis apresentadas na Tabela 6.16. Os resultados da análise descritiva mostram que os inquiridos ficaram contentes por realizarem essas férias e que tencionam repetir aquelas férias em família (Tabela 6.16). Mais de 59% dos inquiridos concordaram a um nível igual ou superior a 6 (numa escala de 1 a 7), com todas as afirmações que pretendiam avaliar a satisfação e a intenção de fidelização dos inquiridos.

Tabela 6. 16 – Satisfação e intenção de fidelização dos inquiridos nas últimas férias em família

	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Válidas	Missing			
Satisfação:					
Estou contente por ter feito essas férias	807	18	6,44	7,0	0,987
Sinto-me melhor relativamente à vida depois dessas férias	808	17	5,58	7,0	1,5200
No geral, sinto que essas férias enriqueceram a minha vida	810	15	5,54	7,0	1,5220
Intenção de fidelização:					
Tenho intenção de repetir essas férias em família	808	17	6,12	7,0	1,305
É provável voltar aquele local novamente com a família	808	17	6,03	7,0	1,361
Tenciono recomendar umas férias iguais aos meus familiares e amigos	804	21	5,60	7,0	1,559

Com o intuito de verificar que os três itens incluídos para medir cada um destes conceitos efetivamente estavam correlacionados e representam uma medida efetiva dos conceitos “satisfação” e “intenção de fidelização”, utilizou-se o *Cronbach’s α* , verificando-se que a consistência interna de cada fator é de, respetivamente, 0,722 e 0,710, valores considerados como bons no que respeita à fiabilidade da medida (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005).

(i) Diferenças de satisfação e intenção de fidelização de acordo com o perfil socioeconómico das famílias

Relativamente à satisfação com a última viagem em família e intenções de fidelização, não se verificaram diferenças entre os dois segmentos, sendo que ambos reportaram elevados níveis (médias superiores a 5, na escala de 1 a 7) de satisfação e de intenção de repetir e recomendar o destino (Tabela 6.17). Salienta-se apenas a concordância relativamente superior reportada pelas “Famílias com Privação” no item “Sinto-me melhor relativamente à vida depois dessas férias” (Tabela 6.17). Estes resultados corroboram as conclusões do estudo de Neal *et al.* (1999) acerca do turismo contribuir para aumentar a satisfação com a vida e traduzem, claramente, a importância acrescida do turismo para aumentar o bem-estar geral das famílias economicamente carenciadas, tal como é evidenciado, por exemplo, nos estudos de McCabe *et al.* (2010) e de Smith e Hughes (1999).

Tabela 6. 17 – Comparação da satisfação e fidelização relativamente às últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Satisfação e Fidelização	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator Satisfação	823	5,85	5,87	5,80	0,651	0,516
No geral, sinto que essas férias enriqueceram a minha vida	808	5,54	5,57	5,41	1,013	0,312
Sinto-me melhor relativamente à vida depois dessas férias	806	5,58	5,56	5,63	-0,467	0,641
Estou contente por ter feito essas férias	805	6,44	6,47	6,34	1,258	0,210
Fator Fidelização	823	5,92	5,93	5,88	0,478	0,633
Tenho intenção de repetir essas férias em família	806	6,12	6,13	6,05	0,716	0,475
É provável voltar aquele local novamente com a família	806	6,03	6,03	6,04	-0,075	0,941
Tenciono recomendar umas férias iguais aos meus familiares e amigos	802	5,6	5,62	5,54	0,511	0,610

6.4.4. Efeitos na família e no indivíduo

Existia no questionário A um grupo de questões que permite avaliar a perceção do inquirido sobre os efeitos dessas férias em família, na sua vida e na vida da sua família. Como referido no capítulo da Metodologia, este conjunto de questões foi desenvolvido com base na extensa revisão de literatura efetuada nos capítulos anteriores e constituiu o objetivo principal do desenvolvimento desta fase da investigação – construir e validar uma escala de avaliação dos efeitos das férias em família, para a família e para o indivíduo. Nesta escala era solicitado aos inquiridos que indicassem até que ponto concordavam com cada uma das afirmações, numa escala de 1 - “discordo completamente” a 7 - “concordo completamente”. Para alcançar o objetivo de validar a escala construída, e dado que não existem estudos anteriores que permitissem testar uma escala já validada, efetuou-se, para cada tipo de efeitos (para a família e para o indivíduo) uma análise fatorial exploratória, utilizando o método das componentes principais, substituindo os valores em falta (*missings*) pela média de cada item e recorrendo ao método de rotação *Varimax with Kaiser Normalization*, para melhor interpretação dos resultados. A confirmação da consistência interna dos fatores obtidos foi realizada através do *Cronbach's α* (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2005). Os resultados dessas análises são apresentados nas secções seguintes.

(i) Efeitos na família

Os inquiridos referiram que as últimas férias em família foram, acima de tudo, uma oportunidade para a família criar memórias boas e/ou divertidas, fortalecer os seus laços, uma oportunidade de experimentar

novos lugares e atividades e contribuíram para que os elementos da família ficassem mais unidos (médias de concordância superiores a 5) (Tabela 6.18). Estes resultados corroboram as conclusões de estudos anteriores, como os estudos desenvolvidos por Letho *et al.* (2009) e McCabe *et al.* (2010), Minnaert (2006, 2012, 2013) e Minnaert *et al.* (2009). Por outro lado, os efeitos relativamente aos quais os inquiridos, em geral, discordam de terem decorrido das suas últimas férias em família são melhorias na situação financeira da família e ficarem cansados de estar uns com os outros, ambos os itens de medida destes efeitos com valores médios de concordância abaixo de 3 (Tabela 6.18).

Tabela 6. 18 – Efeitos das últimas férias em família percebidos pelos inquiridos na sua família

Essas férias em família...	N		Média	Moda	Desvio-padrão
	Válidas	Missing			
Deram-nos oportunidade para criarmos memórias boas e/ou divertidas	805	20	6,15	7,0	1,193
Fortaleceram os nossos laços familiares	806	19	5,93	7,0	1,368
Deram-nos oportunidade de experimentar novos lugares e atividades	804	21	5,89	7,0	1,400
Fizeram com que ficássemos mais próximos uns dos outros	804	21	5,67	7,0	1,533
Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	804	21	4,93	7,0	1,944
Contribuíram para descobrirmos novas formas de lidarmos uns com os outros	798	27	4,77	6,0	1,798
Aumentaram o nosso acesso à informação	804	21	4,61	7,0	1,878
Aumentaram as nossas oportunidades de estar com pessoas novas/ diferentes	795	30	4,55	5,0	1,795
Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação para stress,...)	799	26	3,76	1,0	2,185
Contribuíram para melhorar a situação financeira da família	799	26	2,99	1,0	1,898
Contribuíram para ficarmos cansados de estar uns com os outros	803	22	2,09	1,0	1,764

Salientam-se, no entanto, três resultados que aparecem por trás destes valores médios:

- (i) 40,3% dos inquiridos concordaram (nível de concordância igual ou superior a 4) que aquelas férias em família contribuíram para melhorar a situação financeira da família, efeito também identificado no estudo efetuado por McCabe *et al.* (2010);
- (ii) 56,3% dos inquiridos concordaram (nível de concordância igual ou superior a 4) com o facto de aquelas férias em família terem contribuído para reduzir os gastos familiares em saúde (como, por exemplo, medicação para combater o stress), efeito identificado no estudo INATEL (2009) para a população sénior;
- (iii) todos os restantes itens (relativos a efeitos positivos), que procuravam medir a ocorrência de determinados efeitos das férias na família, tiveram mais de 70% dos inquiridos a concordar (nível de concordância igual ou superior a 4) com a sua existência, resultado que vai de encontro a conclusões dos estudos de Letho *et al.* (2009) e McCabe *et al.* (2010), Minnaert (2006, 2012, 2013) e Minnaert *et al.* (2009).

Destaca-se, ainda, o facto de 20,2% dos inquiridos assumiram (nível de concordância igual ou superior a 4) que aquelas férias contribuíram para ficarem cansados uns dos outros, efeito negativo defendido por Gram (2005).

A análise fatorial exploratória realizada permitiu confirmar a existência de variáveis correlacionadas (teste de Bartlett apresenta um nível de significância igual a 0,000 e um valor do qui-quadrado de 2989,637), que podem ser agrupadas em fatores, facilitando a análise, como demonstram os resultados apresentados na Tabela 6.19. Os resultados da análise fatorial de componentes principais aplicada às variáveis enunciadas na Tabela 6.19 permitem considerar a análise fatorial como boa ($KMO=0,865$). Desta análise surgiu uma solução de 2 fatores, designados de acordo com as variáveis que os constituem – efeitos ao nível do reforço da ligação emocional da família (Fator 1) e efeitos ao nível da melhoria da Qualidade de Vida e do aumento da socialização da família (Fator 2), que explicam 56,64% da variância total.

No que concerne à medida da consistência interna dos fatores, verifica-se que o valor do *Cronbach's α* é superior a 0,7 para ambos os fatores, pelo que apresenta valores considerados bons, confirmando a existência de fiabilidade adequada no instrumento desenvolvido para medir os efeitos das férias em família na própria família (Pestana & Gageiro, 2005; Hair *et al.*, 1995; Marôco & Garcia-Marques, 2006) (Tabela 6.19).

Tabela 6. 19 – Resultados da análise fatorial efetuada aos efeitos as últimas férias na família

Fatores	Itens	Comun.	Factor loadings	Variância explicada (%)	Valores próprios	Média do Fator	Cronbach's α
Fator 1 - Reforço ligação emocional da família	Deram-nos oportunidade para criarmos memórias boas e/ou divertidas	,697	,832	31,814	4,356	5,91	,820
	Fortaleceram os nossos laços familiares	,644	,782				
	Deram-nos oportunidade de experimentar novos lugares e atividades	,591	,759				
	Fizeram com que ficassemos mais próximos uns dos outros	,634	,737				
Fator 2 - Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização	Contribuíram para melhorar a situação financeira da família	,593	,770	24,830	1,309	4,27	,774
	Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação para stress,...)	,556	,743				
	Contribuíram para descobrirmos novas formas de lidarmos uns com os outros	,598	,585				
	Aumentaram as nossas oportunidades de estar com pessoas novas/ diferentes	,380	,549				
	Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	,486	,547				
	Aumentaram o nosso acesso à informação	,485	,503				

Nota: a. Rotation converged in 3 iteration; Comun. = Comunalidades

(ii) Efeitos no indivíduo

No que aos efeitos individuais diz respeito, os indivíduos concordaram com maior intensidade relativamente aos efeitos ao nível do relaxamento, recuperação, libertação de pressões e stress quotidianos, melhorias no estado de saúde geral e restabelecimento de relações com pessoas com quem se preocupam (níveis médios de concordância superiores a 5) (Tabela 6.20). Estes resultados vão de encontro a conclusões de estudos anteriores, nomeadamente, os estudos realizados por Neal *et al.* (1999), Kim (2010) e Elands & Lengkeek (2000). Os efeitos negativos parecem não ter sido sentidos, em média, pelos inquiridos, já que quando questionados sobre se sentiram aqueles efeitos, respondem que discordam dessas afirmações (valores médios de concordância inferiores a 3) (Tabela 6.20).

Tabela 6. 20 – Efeitos das últimas férias em família percebidos pelos inquiridos na sua vida

Estas férias em família...		N		Média	Moda	Desvio-padrão
		Válidas	Missing			
Efeitos positivos	Ajudaram-me a relaxar	780	45	5,97	7,0	1,317
	Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	782	43	5,69	7,0	1,463
	Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	782	43	5,64	7,0	1,498
	Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho	779	46	5,61	7,0	1,641
	Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	782	43	5,50	7,0	1,587
	Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo	786	39	5,06	7,0	1,879
	Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	781	44	4,73	7,0	1,871
	Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	783	42	4,65	4,0	1,827
	Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	779	46	4,61	5,0	1,872
	Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	782	43	4,56	4,0	1,800
	Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	777	48	4,53	6,0	1,800
	Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	785	40	4,51	4,0	1,881
	Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	785	40	4,51	4,0	1,884
	Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	780	45	4,41	5,0	1,922
	Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	780	45	4,39	4,0	1,880
	Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia	785	40	4,34	5,0	1,869
	Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares	776	49	4,27	6,0	2,007
	Permitiram-me aprender muito	783	42	4,20	4,0	1,817
	Permitiram-me aprender sobre mim próprio	785	40	4,08	4,0	1,891
	Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	785	40	3,93	4,0	1,858
	Permitiram-me fazer novas amizades, que mantive depois de regressar de férias	784	41	3,63	1,0	2,004
	Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa	774	51	3,63	4,0	1,900
	Contribuíram para pensar mais nos riscos das atividades que faço	784	41	3,59	1,0	1,949
	Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa	784	41	3,59	4,0	1,937
	Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes das férias pensava impossíveis	781	44	3,59	1,0	2,005
	Permitiram-me aprender algo que utilizei na minha atividade profissional	779	46	3,31	1,0	1,992
	Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)	776	49	3,02	1,0	2,020
	Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas	778	47	2,30	1,0	1,827
	Contribuíram para arranjar um novo trabalho	774	51	2,00	1,0	1,702
Efeitos negativos	Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer	780	45	2,67	1,0	1,849
	Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio	780	45	2,01	1,0	1,744
	Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas	780	45	1,91	1,0	1,652

Nota: Assinalou-se com sombreado os itens cuja média é superior a 5.

As frequências relativas de resposta permitem observar mais alguns resultados interessantes, na medida em que permitem concluir que os efeitos positivos menos sentidos pelos inquiridos em consequência das suas férias em família são os relacionados com melhorias ao nível da sua atividade profissional (“Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos,...)”, “Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas”; “Contribuíram para arranjar um novo trabalho”). Este resultado não será muito inesperado se considerarmos as motivações apresentadas pelos inquiridos para a realização das suas férias e também o facto de estarmos a analisar apenas as férias em família. Os efeitos negativos apresentados (Tabela 6.21) são sentidos por uma reduzida parte dos inquiridos (entre 15% a 29%). Este resultado vai de encontro ao alerta de Gram (2005) e Backer e Schanzel (2010) relativamente ao facto de as famílias na realidade terem dificuldade em identificar (ou assumir) efeitos negativos das suas férias em família, momentos que geralmente idealizam como “tempo de qualidade em família” e de reforço da união familiar.

Os efeitos positivos e negativos foram analisados separadamente. No que respeita aos efeitos positivos, a análise fatorial exploratória realizada, à semelhança do que aconteceu para os efeitos em família, permitiu confirmar a existência de variáveis correlacionadas (teste de Bartlett apresenta um nível de significância igual a 0,000 e um valor do qui-quadrado de 2989,637), que foram agrupadas em fatores, de acordo com os resultados apresentados na Tabela 6.21.

Os resultados da análise fatorial permitem considerar a análise fatorial como muito boa ($KMO=0,949$). Desta análise surgiu uma solução de quatro fatores, sendo que todos os valores das comunalidades e dos *factor loadings* são superiores a 0,5, confirmando uma boa análise fatorial (Hair *et al.*, 1995). Para esta solução optou-se por retirar os itens “Contribuíram para pensar mais nos riscos das atividades que faço”, “Permitiram-me fazer novas amizades, que mantive depois de regressar de férias” e “Permitiram-me aprender algo que utilizei na minha atividade profissional”, por estarem correlacionados com diferentes variáveis que pertencem a vários fatores e devido ao teste de consistência interna do fator em que estas variáveis seriam incluídas revelar valores significativamente mais baixos.

Os quatro fatores que emergiram foram designados de acordo com as variáveis que os constituem – efeitos ao nível da Alteração de atitudes/comportamentos (Fator 1), efeitos ao nível da Aprendizagem em novas situações (Fator 2), efeitos ao nível do Relaxamento e saúde (Fator 3) e efeitos ao nível da Melhoria atividade profissional (Fator 4), que explicam 65,95% da variância total.

No que concerne à medida da consistência interna dos fatores, verifica-se que o valor do *Cronbach's α* é sempre superior a 0,8, pelo que apresenta valores considerados bons ou muito bons, confirmando a fiabilidade adequada do instrumento desenvolvido para medir os efeitos das férias em família no indivíduo (Pestana & Gageiro, 2005; Hair *et al.*, 1995; Marôco & Garcia-Marques, 2006) (Tabela 6.21).

Tabela 6. 21 – Resultados da ACP efetuada aos efeitos das últimas férias em família no indivíduo

Fatores	Itens	Comun.	Factor loadings	Variância explicada (%)	Valores próprios	Média do Fator	Cronbach's α
Fator 1 - Alteração de atitudes/comportamentos	Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	,740	,793				
	Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	,742	,786				
	Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	,712	,745				
	Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia	,591	,682				
	Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares	,531	,669				
	Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	,620	,636				
	Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	,557	,634				
	Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes das férias pensava impossíveis	,634	,595	25,511	11,704	4,30	,937
	Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	,552	,576				
	Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa	,690	,575				
Fator 2 - Aprendizagem novas situações	Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa	,616	,560				
	Permitiram-me aprender sobre mim próprio	,672	,555				
	Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo	,338	,524				
	Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	,738	,809				
	Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	,768	,790				
	Permitiram-me aprender muito	,719	,719	15,507	2,859	4,35	,893
	Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	,688	,587				
	Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	,697	,586				
	Ajudaram-me a relaxar	,737	,838				
	Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho	,666	,784				
Fator 3 - Relaxamento e saúde	Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	,672	,766	14,597	1,342	5,68	,872
	Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	,660	,760				
	Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	,631	,736				
	Contribuíram para arranjar um novo trabalho	,727	,838				
Fator 4 - Melhoria atividade profissional	Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas	,764	,838	10,331	1,241	2,44	,806
	Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)	,683	,707				

Nota: a. Rotation converged in 6 iteration; Comun. = Comunalidades

Relativamente aos efeitos negativos, foi analisada a consistência interna do fator que integrava três variáveis, utilizando-se o *Cronbach's α* como instrumento para efetuar essa análise (Fator “Efeitos Negativos” – “Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer”, “Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio”, “Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas”) e obteve-se um valor de 0,771 que confirmou essa fiabilidade.

Uma vez que se pretendia analisar em maior detalhe os potenciais efeitos das férias em família ao nível da aprendizagem e da alteração de comportamentos, o questionário A integrava duas questões específicas sobre estas variáveis.

Quando questionados diretamente sobre se consideravam que tinham aprendido algo com as últimas férias em família, 57,5% dos inquiridos respondeu “Sim”. Destes, 86,1% especificou o que tinha aprendido, referindo acima de tudo a aprendizagem acerca de novas culturas e aprender a valorizar mais os momentos em família (Figura 6.6). Salientam-se, no entanto, a aprendizagem acerca do convívio com os outros (tolerância), do conhecimento e convívio com os filhos, bem como aprendizagem de novos estilos de parentalidade (formas de relacionamento com os filhos), do aumento da autoconfiança e aprendizagem de formas de lidar com situações difíceis e novas situações (Figura 6.6), embora tenham sido referidos por uma pequena percentagem dos inquiridos. Optou-se por incluir na categoria “Outras” todas as situações reportadas por menos de 2% dos inquiridos.

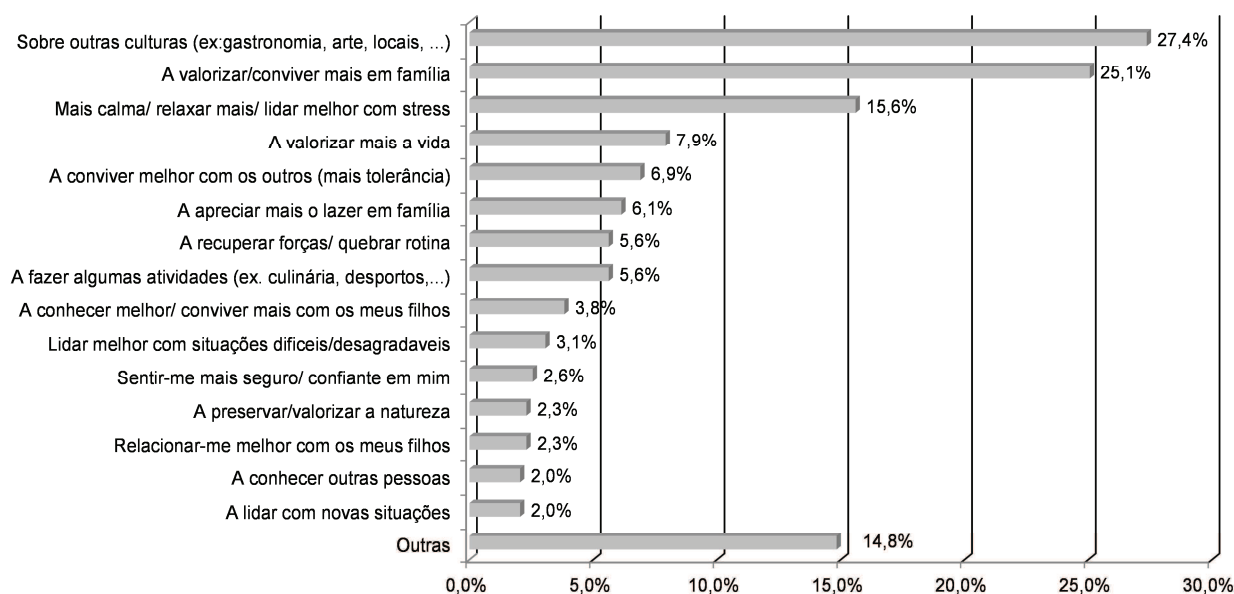


Figura 6. 6 – Aprendizagem com as últimas férias em família

Relativamente à alteração de comportamentos quotidianos em consequência das últimas férias em família, apenas 13,6% dos inquiridos responderam ter alterado algum comportamento. Dos inquiridos que responderam “Sim”, 92,5 % indicaram que comportamentos tinham alterado. A alteração mais referida foi passar a lidar melhor com o stress, praticar mais desporto e passar mais tempo com a família em geral ou com os filhos, em particular (Figura 6.7). Também foram referidas alterações na forma de lidar com situações difíceis e na tolerância para com o diferente (Figura 6.7). Estas alterações vão de encontro às respostas obtidas na questão acerca do que aprenderam, o que mostra que alguns dos inquiridos efetivamente identificam alterações nos seus comportamentos quotidianos em consequência do que aprenderam nas suas últimas férias em família. Optou-se por incluir na categoria “Outras” todas as situações reportadas por menos de 2% dos inquiridos.

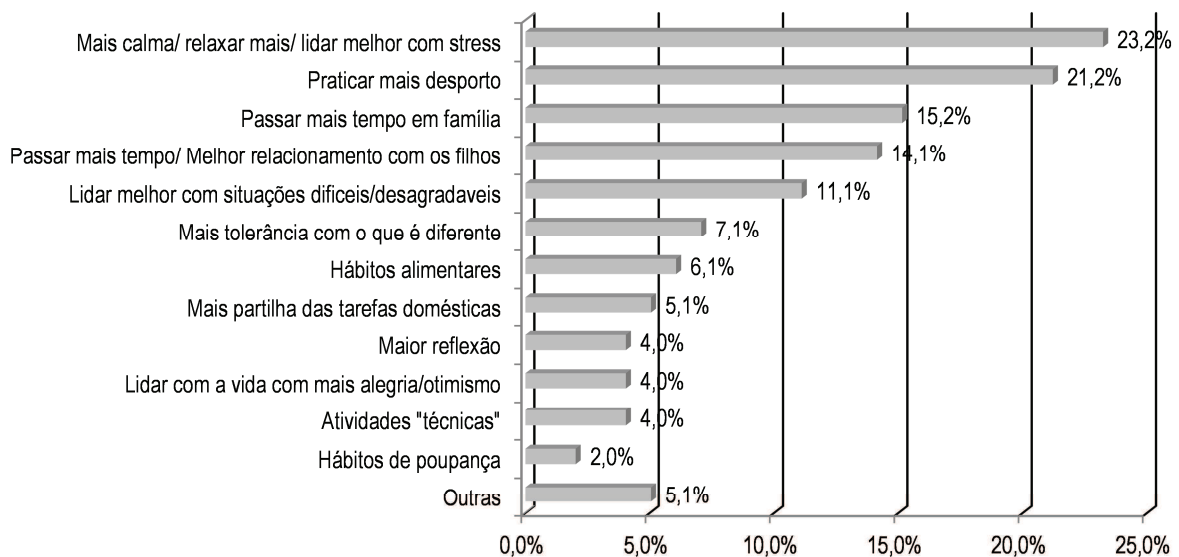


Figura 6. 7 – Alteração de comportamentos em consequência das últimas férias em família

Estes resultados vão de encontro às conclusões de alguns dos estudos referidos no capítulo 3, que identificam estes efeitos ao nível da aprendizagem e da alteração de comportamentos como efeitos das férias em família. Os efeitos ao nível das formas de lidar melhor com o stress e dos estilos de parentalidade foram reconhecidos nos estudos de Minnaert *et al.* (2009), Minnaert *et al.* (2010), Wigfall (2004) e Kim (2010), sendo que neste último estudo se reconheceram ainda efeitos ao nível da aprendizagem de outras culturas e acerca de si próprio. Smith & Hughes (1999), Minnaert (2006), Minnaert *et al.* (2009), Minnaert *et al.* (2010) referiram ainda os efeitos ao nível da autoconfiança e otimismo e da melhoria da capacidade de lidar com situações novas ou difíceis.

(iii) Diferenças de efeitos do turismo consoante o perfil socioeconómico das famílias

Analisando as diferenças entre os segmentos de famílias no que diz respeito a efeitos das férias na família, observam-se diferenças especialmente relativamente à “Melhoria da Qualidade de Vida e Aumento da socialização” (Fator 1) (Tabela 6.22). As “Famílias com Privação” são as que sentem estes efeitos com maior intensidade. (Tabela 6.22), destacando o efeito de aumento do bem-estar destas famílias e do potencial que as férias em família poderão ter para a inclusão social deste segmento, como evidenciado, por exemplo, no estudo de Minnaert *et al.* (2009).

Relativamente a efeitos mais relacionados com o reforço da ligação emocional entre os membros da família, observam-se algumas diferenças estatisticamente significativas nos itens “Contribuíram para melhorar a situação financeira da família”, “Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação para stress)” e “Contribuíram para aliviar as tensões entre a família”, observando-se que as “Famílias com Privação” são as que reportam maior intensidade de perceção destes efeitos (Tabela 6.22). Este resultado vai de encontro a resultados obtidos em estudos anteriores, como os estudos de Letho *et al.* (2009), McCabe *et al.* (2010) e Minnaert *et al.* (2009), e evidencia, claramente, a importância das férias em família para este segmento e para que, eventualmente, uma parte delas possa sair do ciclo vicioso da pobreza em que se encontra.

Tabela 6. 22 – Comparação dos efeitos na família das últimas férias (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Efeitos na família	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator 1 - Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização	823	4,27	4,22	4,48	-2,051	0,042*
Contribuíram para melhorar a situação financeira da família	798	2,99	2,93	3,27	-1,791	0,075**
Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação stress)	798	3,76	3,66	4,20	-2,686	0,007*
Contribuíram para descobrimos novas formas de lidarmos uns com os outros	797	4,77	4,73	4,94	-1,294	0,196
Aumentaram as nossas oportunidades de estar com pessoas novas/ diferentes	794	4,55	4,54	4,61	-0,463	0,644
Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	803	4,93	4,86	5,25	-2,214	0,027*
Aumentaram o nosso acesso à informação	803	4,61	4,60	4,66	-0,333	0,739
Fator 2 - Reforço ligação emocional da família	823	5,91	5,93	5,81	1,082	0,281
Deram-nos oportunidade para criarmos memórias boas e/ou divertidas	804	6,15	6,18	6,00	1,477	0,141
Fortaleceram os nossos laços familiares	805	5,93	5,96	5,82	1,011	0,313
Deram-nos oportunidade de experimentar novos lugares e atividades	803	5,89	5,91	5,80	0,770	0,442
Fizeram com que ficássemos mais próximos uns dos outros	803	5,67	5,68	5,60	0,586	0,558

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$

Finalmente, em termos de efeitos individuais sentidos pelos inquiridos em resultado das últimas férias em família que realizaram, também se encontraram diferenças estatisticamente significativas (Tabela 6.23). Registaram-se diferenças estatisticamente significativas nos efeitos relacionados com “Alteração de comportamentos” (Fator 1), “Melhoria atividade profissional” (Fator 4) e os Efeitos Negativos, sendo os inquiridos que integram as “Famílias com Privação” aqueles que reportam maior intensidade de concordância com a perceção da ocorrência desses tipos de efeitos (Tabela 6.23). Destaca-se a importância que assume o resultado relativo ao facto de serem as famílias mais carenciadas a reportar uma maior perceção do efeito de alteração de comportamentos, resultado que vai ao encontro do anteriormente referido potencial das férias em família para ajudar este segmento de famílias a sair do ciclo vicioso da pobreza. Salienta-se, ainda, que os efeitos em termos de melhoria atividade profissional e os efeitos negativos são referidos como praticamente inexistentes (Tabela 6.23).

Analisando os itens individuais relativos a estes efeitos, observa-se, ainda, que as “Famílias com Privação” percecionam com maior intensidade, e com médias de concordância superiores a 3,5, os efeitos “Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia”, “Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes férias pensava impossíveis”, “Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa”, “Permitiram-me aprender sobre mim próprio” e “Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos” (Tabela 6.23). Estes resultados destacam o contributo que as férias podem dar para a alteração de comportamentos e o aumento da autoconfiança, como evidenciado no estudo de Minnaert *et al.* (2009).

Embora com médias de concordância inferiores a 3,5, este segmento de famílias também perceciona com maior intensidade efeitos em termos de “Contribuíram para arranjar um novo trabalho”, “Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas”, “Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)”, “Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer”, “Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio” e “Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas” (Tabela 6.23). Estes resultados parecem confirmar a necessidade de as férias em família serem adaptadas ao tipo de família em questão, equilibrando os momentos de convívio com momentos de descanso dos pais e evitando que as situações com que os indivíduos economicamente carenciados se deparam durante as férias constituam obstáculos demasiado difíceis de ultrapassar, que venham a desencadear efeitos negativos na sua autoconfiança, aspeto salientado por Minnaert (2006; 2012).

As “Famílias sem Privação” percecionam com maior intensidade o efeito “rejuvenescedor e recuperador” das últimas férias em família (Tabela 6.23), resultado que confirma a obtenção de benefícios procurados nas férias (importância das motivações de recuperar forças). Salienta-se ainda o facto de ambos os segmentos percecionarem como o efeito negativo com que concordam mais (médias de cerca de 3) ter ocorrido é o efeito de aquelas férias “Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos

queriam fazer”, efeito que vai de encontro aos resultados obtidos no estudo elaborado por Gram (2005) e Backer e Schanzel (2012).

Tabela 6. 23 – Comparação dos efeitos no indivíduo das últimas férias em família (questionário A), entre os dois grupos de famílias

Fatores/ Itens Efeitos Individuais	Total (N=823)		Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	t	Sig.
	N	Média	Média			
Fator 1 - Alteração de comportamentos	823	4,30	4,25	4,50	-2,042	0,041*
Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	779	4,39	4,34	4,60	-1,346	0,180
Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	779	4,41	4,38	4,55	-0,855	0,394
Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	782	4,65	4,62	4,77	-0,835	0,405
Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia	784	4,34	4,27	4,62	-2,019	0,044*
Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares	775	4,27	4,22	4,49	-1,343	0,181
Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	780	4,73	4,69	4,92	-1,350	0,177
Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	778	4,61	4,58	4,71	-0,742	0,459
Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes férias pensava impossíveis	780	3,59	3,48	4,08	-3,210	0,001*
Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	784	4,51	4,49	4,57	-0,430	0,668
Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa	773	3,63	3,53	4,05	-2,920	0,004*
Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa	783	3,59	3,53	3,88	-1,947	0,052**
Permitiram-me aprender sobre mim próprio	784	4,08	4,02	4,35	-1,864	0,063**
Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo	785	5,06	5,03	5,21	-1,072	0,284
Fator 2 - Aprendizagem novas situações	823	4,35	4,33	4,42	-0,695	0,487
Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	784	4,51	4,53	4,40	0,742	0,458
Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	781	4,56	4,54	4,61	-0,373	0,709
Permitiram-me aprender muito	782	4,20	4,19	4,23	-0,286	0,775
Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	776	4,53	4,50	4,68	-1,072	0,284
Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	784	3,93	3,87	4,21	-2,001	0,046*
Fator 3 - Relaxamento e saúde	823	5,68	5,71	5,58	1,092	0,276
Ajudaram-me a relaxar	779	5,97	6,00	5,88	0,949	0,343
Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho	778	5,61	5,64	5,49	0,892	0,374
Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	781	5,69	5,74	5,44	1,879	0,062**
Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	781	5,50	5,52	5,38	0,897	0,371
Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	781	5,64	5,64	5,65	-0,041	0,967
Fator 4 - Melhoria atividade profissional	823	2,44	2,34	2,87	-3,454	0,001*
Contribuíram para arranjar um novo trabalho	773	2,00	1,90	2,50	-3,249	0,001*
Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas	777	2,30	2,17	2,90	-3,663	0,000*
Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)	775	3,02	2,94	3,36	-2,033	0,043*
Efeitos Negativos	823	2,20	2,11	2,58	-3,316	0,001*
Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer	779	2,67	2,58	3,05	-2,404	0,017*
Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio	779	2,01	1,90	2,50	-3,113	0,002*
Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas	779	1,91	1,82	2,32	-2,811	0,005*

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$

Quando questionados especificamente sobre efeitos ao nível da aprendizagem, observam-se diferenças entre as famílias ($\chi^2=5,680$; $p=0,017$), com 59,50% das “Famílias sem Privação” a responderem ter aprendido algo em consequência da realização daquelas férias em família, comparativamente com os 57,5% do total das famílias que respondeu da mesma forma. Já as “Famílias com Privação” concentram mais indivíduos que responderam negativamente a esta questão - 51,4%, face aos 42,5% do total de famílias. Este resultado parece poder indicar duas realidades: (i) o facto de as “Famílias com Privação” terem habilitações literárias inferiores e viverem em contextos mais fechados à circulação de informação, pode fazer com que este segmento não consiga perceber tão claramente este efeito das férias; e/ ou (ii) indicar que as práticas turísticas deste segmento de famílias ainda não são aquelas que lhes permitem a maximização do efeito de aprendizagem. Quanto ao que referem ter aprendido, observa-se que, apesar de não se poderem realizar testes estatísticos para verificar diferenças entre os segmentos, no segmento das “Famílias com Privação” a principal aprendizagem referida prende-se com a valorização do tempo/convívio em família (37,9%) e com o relaxamento/ lidar melhor com o stress (17,2%), resultado que reforça a importância do turismo em família enquanto oportunidade para melhorar a relação entre os elementos da família e para alterar comportamentos no dia-a-dia. O segmento das “Famílias sem Privação” refere como principais aprendizagens, as relacionadas maioritariamente com o conhecimento de novas culturas (29,5%) e com a valorização do tempo/convívio em família (22,9%).

Analisando as respostas à questão “Faz alguma coisa diferente no seu dia-a-dia desde que regressou, como consequência dessas férias?”, não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos de famílias ($\chi^2=0,033$; $p=0,856$), sendo que a larga maioria de inquiridos de ambos os segmentos respondeu “Não” a esta questão. No entanto, se olharmos apenas para os inquiridos que responderam “Sim”, observa-se que, apesar de não se poderem realizar testes estatísticos para verificar diferenças entre os segmentos, “Passar mais tempo em família” é o aspeto mais referido nas “Famílias com privação” (com cinco das famílias a referirem essa alteração). Já a alteração mais frequente nas “Famílias sem Privação” prende-se com maior capacidade de ter calma e lidar melhor com o stress no dia-a-dia (referido por 22 das famílias).

6.5. Conclusão

Este capítulo inicia-se com a descrição das características sociodemográficas e económicas da amostra de famílias portuguesas obtida numa investigação empírica na Região Centro de Portugal. A amostra inclui dois tipos de famílias: famílias que fizeram férias em família fora de casa nos últimos 4 anos e famílias que não fizeram férias em família fora de casa nos últimos 4 anos, que foram analisadas separadamente.

Relativamente às características sociodemográficas e económicas das famílias e comparando as famílias que fizeram férias e as que não fizeram, observa-se que as famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos concentram relativamente mais indivíduos residentes nos concelhos de Ílhavo e Covilhã, integram relativamente mais pais separados/divorciados e mais inquiridos que estão desempregados, do que para o grupo de inquiridos que fez férias em família. Neste grupo de inquiridos, apenas um grupo restrito possui formação superior, contrastando fortemente com o cenário observado para as famílias que fizeram férias. Uma semelhança encontrada entre os dois segmentos de famílias tem a ver com o facto de a maioria dos inquiridos ser do sexo feminino, refletindo a predominância da mulher enquanto responsável pela educação dos filhos e implicando uma perspetiva predominantemente feminina nos resultados deste estudo.

Em termos de condições económicas, apesar de o segmento de famílias que fizeram férias também integrar famílias que parecem viver em contextos de pobreza e propícios à exclusão social, esse grupo de famílias é muito mais reduzido do que o que integra as famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos. Estas diferenças em termos do seu perfil sociodemográfico e económico dos dois grupos de famílias são um resultado que remete fortemente para a importância dos constrangimentos financeiros e condições de vida das famílias como impedimentos efetivo à participação turística.

A resposta à questão de investigação colocada acerca de quais os constrangimentos à realização de turismo em família, e qual a importância dos constrangimentos financeiros para o turismo em família, foi encontrada através da análise dos resultados da aplicação do questionário às famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos. Todos os inquiridos indicaram um nível de importância relativamente baixo para os constrangimentos apresentados, exceto para os itens relacionados com constrangimentos financeiros. Os diferentes constrangimentos foram sistematizados em quatro tipos, através da análise fatorial efetuada e os itens relacionados com constrangimentos financeiros foram os que registaram uma média conjunta superior, seguidos dos constrangimentos relativos a preferências por outro tipo de produtos/serviços, a tempo e saúde e à complexidade associada à organização das férias em família. A predominância dos fatores económicos como impeditivos da realização de férias para estas famílias é um resultado que vai de encontro aos estudos desenvolvidos anteriormente, discutidos no capítulo 2.

Os resultados da aplicação deste questionário indicam, ainda, que quase todos os inquiridos gostariam de ter feito férias em família durante os últimos 4 anos, justificando esse desejo com a perceção de que as férias em família fortalecem os laços familiares/ união entre os membros da família, tendo uma parte destes inquiridos referido a perceção de que as férias em família beneficiariam os seus filhos. Esta perceção vai de encontro aos efeitos na família efetivamente sentidos pelos inquiridos que fizeram férias, que referiram que as últimas férias em família foram, acima de tudo, uma oportunidade para a família criar memórias boas

e/ou divertidas, fortalecer os seus laços, e contribuíram para que os elementos da família ficassem mais unidos.

A percepção de efeitos ao nível do “relaxamento e saúde”, nomeadamente do relaxamento e alívio do stress, da quebra da rotina, do “esquecer os problemas” e “melhorias no bem-estar psicológico, ânimo e recuperação de forças, foi também importante para as famílias que não fizeram férias terem tido vontade de fazer férias em família. Também este resultado vai de encontro aos resultados obtidos para os inquiridos do que fizeram férias, relativamente aos efeitos individuais efetivamente sentidos em consequência da realização das últimas férias em família, uma vez que os indivíduos concordaram com maior intensidade relativamente aos efeitos ao nível do relaxamento, recuperação, libertação de pressões e stress quotidianos e melhorias no estado de saúde geral.

Analisaram-se, também, as diferenças de constrangimentos sentidos existentes entre dois grupos de famílias, de acordo com a sua situação em termos de privação material - “Famílias com Privação” e as “Famílias sem Privação”. Os resultados da análise das diferenças ao nível das características sociodemográficas dos dois grupos de famílias permite concluir que as “Famílias com Privação” são um segmento mais exposto a contextos de pobreza e exclusão social, pelas características que apresentam: concentram relativamente mais famílias com rendimentos líquidos mensais até 500€, mais famílias monoparentais e nível de habilitações literárias inferiores.

Em termos de grandes categorias de constrangimentos, verificou-se que as “Famílias com Privação” atribuem maior nível de importância aos constrangimentos financeiros. Considerando os itens individuais relativos aos constrangimentos, observa-se que para além dos constrangimentos financeiros, o segmento das “Famílias com Privação” também concentra relativamente mais indivíduos a referirem maior importância do constrangimento relacionado com “Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços”, quando comparados com o segmento das “Famílias sem Privação”, eventualmente reflexo de terem de considerar os produtos turísticos como supérfluos, num contexto em que o orçamento familiar reduzido tem de ser quase totalmente alocado ao consumo de produtos de subsistência. Estes resultados parecem reforçar a importância dos constrangimentos de ordem financeira e de condições de vida, como bloqueio efetivo à participação turística por parte das famílias, como teoricamente discutido no capítulo 2, secção 2.6.

O conhecimento acerca das práticas turísticas das famílias e a resposta às questões de investigação colocadas sobre quais os efeitos do turismo em família e a existência de eventuais diferenças nas famílias economicamente carenciadas, foram obtidos através da análise dos resultados da aplicação do questionário às famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos.

Referindo-se às características das últimas férias em família realizadas, a maioria dos inquiridos referiu terem realizado essas férias em agosto ou julho, resultado que decorre também do facto de a população-alvo deste estudo serem famílias com filhos em idade escolar, tendo sido essas férias passadas maioritariamente em praias portuguesas, que os inquiridos já haviam visitado anteriormente. O planeamento da viagem foi feito pela família, sem recurso a agências de viagens, e o grupo de viagem integrava maioritariamente até 4 elementos, dos quais um a dois eram crianças com 17 ou menos anos de idade. As famílias viajaram maioritariamente, através de automóvel, permaneceram no destino, em média, nove dias e pernoitaram em hotéis e casa de amigos ou familiares. A maioria das famílias referiu ter feito menos gastos durante essas férias, em consequência da crise económico-financeira que afetava o país.

Dois outros aspetos importantes analisados relacionados com as características das práticas turísticas, foram as motivações para realizar essas férias em família e as experiências vividas durante essas férias. Todos os inquiridos indicaram um nível de importância relativamente alto para todas as motivações apresentadas, sendo as motivações relacionadas com a quebra da rotina e relaxamento e com a ligação emocional da família as que registaram uma média de importância superior. Relacionadas com as motivações mais importantes para os inquiridos, as experiências que os inquiridos mais concordam terem vivido durante essas férias são as experiências contrastantes com o quotidiano.

No entanto, apesar de as motivações relacionadas com o conhecimento e desafios e com a liberdade e socialização serem as menos importantes para os inquiridos, os inquiridos referem ter vivido experiências de conhecimento local e atividades com a família e experiências sociais durante as férias. Os resultados da análise descritiva mostraram também que os inquiridos ficaram satisfeitos com a realização dessas férias e que tencionam repetir e recomendar férias em família.

Considerando os resultados referentes aos efeitos das férias em família, e procurando responder à questão de investigação acerca de quais são os efeitos do turismo em família, analisaram-se os efeitos na própria família e no indivíduo. Nos efeitos na família, salienta-se o facto de os inquiridos concordarem com maior intensidade com a ocorrência de efeitos ao nível do Reforço da ligação emocional da família. No entanto, os inquiridos também concordaram com a ocorrência de efeitos em termos de Melhoria da Qualidade de Vida e aumento da socialização.

Analisando os resultados acerca dos efeitos individuais sentidos pelos inquiridos, efeitos ao nível da melhoria da atividade profissional e efeitos negativos foram os tipos de efeitos acerca dos quais os inquiridos discordam terem existido em consequência da realização das suas últimas férias em família. Os inquiridos concordam com maior intensidade com a ocorrência de efeitos ao nível do relaxamento e saúde, da aprendizagem em novas situações e da alteração de atitudes/comportamentos. Enquanto o primeiro tipo de efeitos confirma a concretização dos benefícios procurados, porque vão de encontro às motivações mais importantes para os inquiridos (quebra da rotina e relaxamento), o segundo e terceiro tipos de efeitos já

parecem confirmar a importância do turismo em família enquanto instrumento de aprendizagem e alteração de comportamentos, mesmo quando a motivação para a realização da viagem não se prende com o conhecimento.

Adicionalmente, a maioria dos inquiridos afirma mesmo ter aprendido algo durante aquelas férias, indicando sobretudo aprendizagens relacionadas com novas culturas e maior valorização do tempo em família, bem como melhor gestão do stress no dia-a-dia. Já no que respeita a alteração de comportamentos, apenas uma parte dos inquiridos afirma ter alterado algo no seu comportamento em consequência da realização daquelas férias em família. Quando referem ter alterado algo, as alterações mais referidas vão de encontro a algumas das aprendizagens efetuadas: passar a lidar melhor com o stress, adotar hábitos de vida mais saudáveis (praticar mais desporto) e passar mais tempo com a família e particularmente, com os filhos.

A análise da amostra de famílias dividida de acordo com a sua situação em termos de privação material - “Famílias com Privação” e as “Famílias sem Privação”, permite observar diferenças em termos de características sociodemográficas e de características das práticas turísticas, respondendo à questão de investigação sobre a existência de efeitos diferenciados.

Em termos de características sociodemográficas e económicas, os resultados da análise confirmam o facto de as “Famílias com Privação” serem um segmento mais exposto a contextos de pobreza e exclusão social, pelas características sociodemográficas e condições de vida que apresentam, enquanto as “Famílias sem Privação” apresentam características opostas, tal como acontecia na amostra de famílias que não realizaram férias.

Analisando as características das últimas férias em família nos últimos 4 anos, as “Famílias com Privação” tendem a concentrar relativamente mais famílias que nos últimos 4 anos fizeram férias menos vezes do que as “Famílias sem Privação”. As “Famílias com Privação”, quando comparadas com o total de famílias, concentram relativamente mais famílias que nas últimas férias em família realizadas tiveram como destino Portugal, utilizaram mais vezes o comboio como meio de transporte até ao destino e a casa de amigos/ familiares ou campismo/ autocaravana como meio de alojamento. Estas famílias concentram também relativamente mais famílias que fizeram as últimas férias há mais de 1 ano e meio (mais, pelo menos, meio ano do que as “Famílias sem Privação”), integram maiores grupos familiares na viagem e uma duração inferior da viagem, quando comparado com o total de famílias da amostra. Já as “Famílias sem Privação” concentram mais famílias que visitaram destinos internacionais e, consequentemente, utilizaram mais vezes o avião como meio de transporte até ao destino, visitaram cidades e pernoitaram em Hotel ou similar, tendo também utilizado mais a internet e a experiência pessoal anterior como fontes de informação para preparar a viagem. Estes resultados demonstram claramente a existência de diferenças entre as práticas turísticas dos dois grupos de famílias, de acordo com as suas condições de vida.

Quanto às motivações para fazer as últimas férias em família, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos. No entanto, considerando os itens individuais, observa-se um resultado que parece ir de encontro aos resultados de estudos anteriores que referem a maior intensidade com que são percebidos os benefícios (neste caso, na vertente de benefícios procurados) do turismo para segmentos da população mais carenciados: observa-se que as “Famílias com Privação” atribuem maior nível de importância a quase todas as motivações, com exceção de alguns itens relacionados com o relaxamento e aprendizagem, como tendo maior nível de importância, do que aquele que assumem para o segmento das “Famílias sem Privação”. Este resultado poderá indicar, também, que este segmento de famílias está a ter um tipo de práticas turísticas que lhes permite encarar as férias como momentos em ambiente realmente diferente, momentos que são libertadores e que permitem, acima de tudo, recuperar forças, remetendo para as características das suas férias em família, que diferem das características das férias em família do segmento de “Famílias com Privação”.

Analisando as experiências vividas durante as férias, as “Famílias sem Privação” concordaram com maior intensidade com a ocorrência de situações durante as férias que envolvessem experiências de conhecimento local e atividades em família. Observou-se, ainda, a existência de diferenças estatisticamente significativas em termos de alguns dos itens individuais que integram as experiências sociais e as experiências contrastantes com o quotidiano, que permitem concluir que as “Famílias com Privação” tendem a referir com maior intensidade fazerem novas amizades, enquanto as “Famílias sem Privação” concordaram com maior intensidade com a existência de situações que permitiram fazer coisas diferentes e que contrastam com o dia-a-dia. Analisando especificamente as experiências que potenciam a ligação emocional da família, verificou-se que, apesar de ambos os segmentos terem concordado com a ocorrência deste tipo de experiências durante as suas férias em família, as “Famílias sem Privação” concordaram com mais intensidade com a existência deste tipo de situações durante as suas férias, do que as “Famílias com Privação”. Este resultado poderá estar eventualmente relacionado com o perfil sociodemográfico destas famílias (com maiores níveis de habilitações e profissões associadas) que podem ser fatores que despoletem a iniciativa de procurarem este tipo de experiências durante as férias.

Considerando os resultados referentes aos efeitos das férias em família, e procurando responder à questão de investigação acerca da existência de efeitos diferenciados para as famílias economicamente carenciadas, analisaram-se os dois segmentos de famílias, em termos de efeitos na família e no indivíduo.

No que diz respeito a efeitos das férias na família, observa-se que as “Famílias com Privação” são as que sentem efeitos ao nível da “Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização” com maior intensidade. Relativamente a efeitos mais relacionados com o reforço da ligação emocional entre os membros da família, observam-se algumas diferenças, sendo as “Famílias com Privação” também as que reportam maior intensidade de percepção destes efeitos. Este resultado vai de encontro a resultados obtidos

em estudos anteriores, acerca da maior intensidade dos efeitos do turismo nos segmentos da população mais carenciados, amplamente discutidos no capítulo 2.

Analisando os itens individuais relativos aos efeitos na família, observa-se, ainda, que ambas concordam que o efeito negativo que mais ocorreu é o efeito de aquelas férias “Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer”, efeito que vai de encontro aos resultados obtidos no estudo elaborado por Gram (2005) e Backer & Schanzel (2012). Os resultados obtidos indicam assim que as férias em família devem ser adaptadas ao tipo de família em questão, equilibrando os momentos de convívio com momentos de descanso dos pais.

Em termos de efeitos individuais sentidos pelos inquiridos em resultado das últimas férias em família que realizaram, também se encontraram diferenças estatisticamente significativas, destacando-se a importância que assume o resultado relativo ao facto de serem as famílias mais carenciadas a reportar uma maior percepção do efeito de “alteração de comportamento”, resultado que vai ao encontro do anteriormente referido potencial das férias em família para ajudar este segmento de famílias a sair do ciclo vicioso da pobreza. Estes resultados permitem, ainda, salientar o contributo que as férias podem dar para o aumento da autoconfiança e alteração de comportamentos, como evidenciado no estudo de Minnaert *et al.* (2009).

Os resultados obtidos especificamente acerca dos efeitos ao nível da aprendizagem permitem identificar uma percentagem relativamente maior das “Famílias sem Privação” a responderem ter aprendido algo em consequência da realização daquelas férias em família, comparativamente com o total das famílias que respondeu da mesma forma. Este resultado parece poder indicar que as “Famílias com Privação”, como têm habilitações literárias inferiores e vivem em contextos mais fechados à circulação de informação, não conseguem perceber tão facilmente este efeito das férias e/ ou que as práticas turísticas deste segmento de famílias não são aquelas que lhes permitem a maximização do efeito de aprendizagem.

Quanto ao que referem ter aprendido, observa-se que, apesar de não se poderem realizar testes estatísticos para verificar diferenças entre os segmentos, no segmento das “Famílias com Privação” a principal aprendizagem referida prende-se com a valorização do tempo/convívio em família e com o relaxamento/ lidar melhor com o stress, enquanto o segmento das “Famílias sem Privação” refere como principais aprendizagens, as relacionadas com o conhecimento de novas culturas e com a valorização do tempo/convívio em família.

Analisando os resultados sobre a alteração de comportamentos em consequência dessas férias, não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os dois segmentos de famílias. No entanto, se olharmos apenas para os inquiridos que responderam “Sim”, observa-se que, apesar de não se poderem realizar testes estatísticos para verificar diferenças entre os segmentos, “Passar mais tempo em família” é o aspeto mais referido nas “Famílias com privação” e a alteração mais frequente nas “Famílias sem Privação” prende-se com maior capacidade de ter calma e lidar melhor com o stress no dia-a-dia.

Estes resultados indicam a existência de efeitos do turismo em família diferenciados para as famílias economicamente carenciadas constituem também informação importante para o capítulo que se segue e que pretende dar resposta às questões acerca dos fatores que determinam os efeitos do turismo em família.

Capítulo 7 – Determinantes dos efeitos do turismo em família

7.1. Introdução

O presente capítulo aprofunda a análise dos efeitos retirados da prática turística. Este capítulo tem por base os dados recolhidos através dos questionários às famílias que fizeram férias, apresentados no capítulo anterior. Pretende-se responder-se à seguinte questão de investigação, também já apresentadas capítulo 4, Tabela 4.2:

- * Quais os fatores que contribuem para os efeitos do turismo em família? E esses fatores diferem para as famílias economicamente carenciadas?

Para identificar os determinantes dos efeitos do turismo em família, recorre-se às conclusões da revisão de literatura efetuada no capítulo 2, secção 2.4, e aos resultados da aplicação do questionário às famílias que realizaram férias em família nos últimos 4 anos, já descritos no capítulo 6.

Este capítulo inicia-se com a apresentação dos modelos de regressão linear múltipla desenvolvidos com o objetivo de identificar relações diretas entre cada tipo de efeito e potenciais fatores determinantes. Numa segunda fase, recorreu-se à técnica de análise de equações estruturais, conhecido como Modelação de Equações Estruturais (MEE), para analisar, de forma agregada, relações entre motivações e experiências vividas durante as férias como potenciais fatores determinantes dos efeitos do turismo na família e nos indivíduos, analisando-se ainda a potencial relação entre motivações, experiências vividas e efeitos do turismo como fatores determinantes da satisfação e da intenção de fidelização.

À semelhança do que acontece no capítulo anterior, em todas as análises efetuadas optou-se por comparar as famílias inquiridas com base nos seus indicadores de Privação Material. Esta comparação permitirá verificar se existem diferenças nos fatores que influenciam a perceção dos efeitos, de acordo com o nível de privação material das famílias.

7.2. Modelos de Regressão Linear Múltipla

Nesta secção apresentam-se os resultados da aplicação de modelos de regressão linear múltipla com o objetivo de identificar relações (efeitos) diretas entre cada tipo de efeito e potenciais fatores determinantes (Figura 7.1), com base na revisão de literatura efetuada no capítulo 2, secção 2.4, e sistematizada na Figura 2.6.

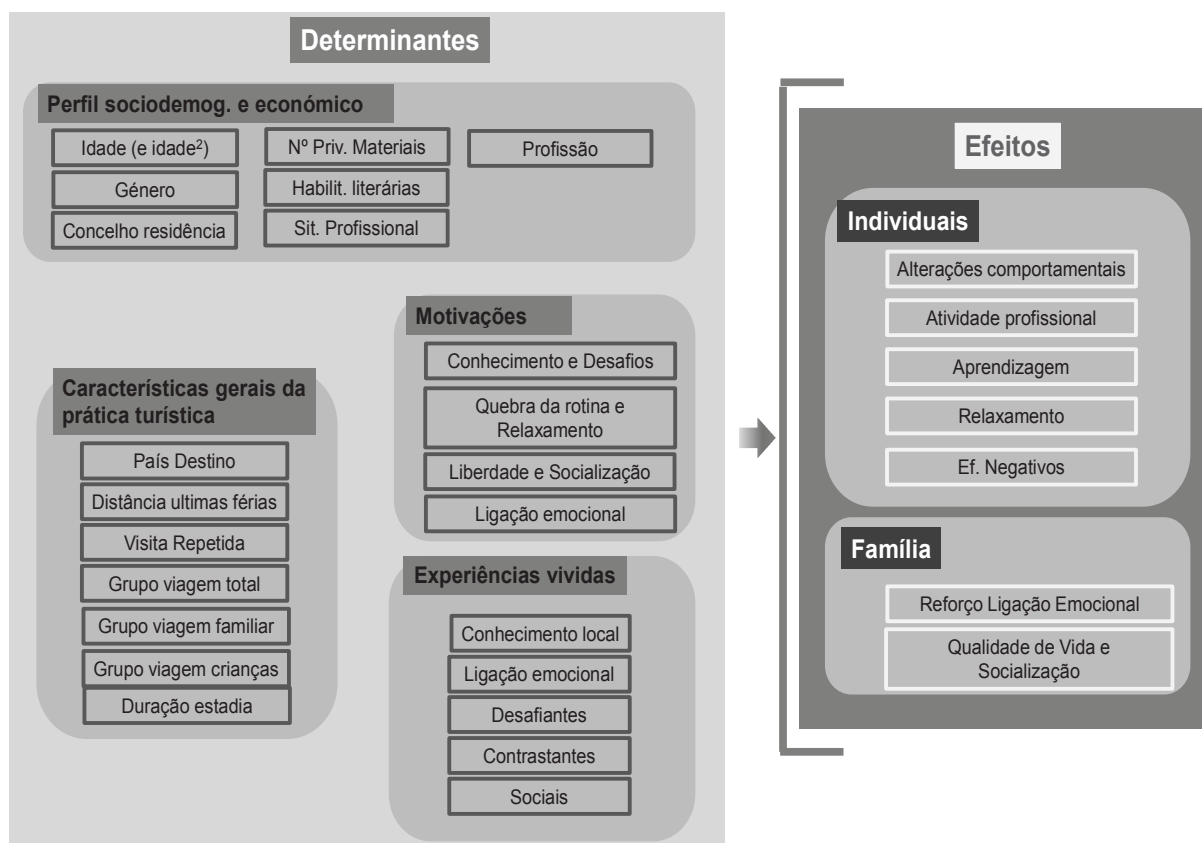


Figura 7. 1 – Variáveis a integrar os modelos de regressão dos determinantes dos efeitos do turismo em família

O modelo foi corrido para a amostra completa (N=823) e, depois, para cada grupo individualmente – “Famílias sem Privação” (N=669) e “Famílias com Privação” (N=154).

Como variáveis dependentes foram explorados dois conjuntos de variáveis: os 5 tipos de efeitos individuais (Alteração de Comportamentos, Aprendizagem em novas situações, Relaxamento e Saúde, Melhoria na Atividade Profissional e Efeitos Negativos) e os 2 tipos de efeitos na família (Reforço da ligação emocional da família e Melhoria da Qualidade de Vida e Aumento da socialização).

Como variáveis independentes, com base na revisão de literatura efetuada (capítulos 2 e 3) e nos resultados apresentados nas secções anteriores, considerou-se não só algumas variáveis de perfil sociodemográfico e económico da família, mas também motivações, características das últimas férias em família e experiências vividas nessas férias (Figura 7.1).

A especificação do modelo utilizado consta da seguinte equação:

$$(1) \quad E_i = f (PM_i, C_i, I_i, I_i^2, G_i, P_i, ST_i, H_i, NF_i, D_i, VR_i, GV_i, GVF_i, GVC_i, DE_i, MCD_i, MR_i, MLS_i, MLEF_i, ES_i, ED_i, ECL_i, ECQ_i, EL_i)$$

Com base no modelo traduzido pela equação (1) utilizou-se uma regressão linear multivariada, com a seguinte formulação:

$$E_i = a + b_1 PM_i + b_2 C_i + b_3 I_i + b_4 I_i^2 + b_5 G_i + b_6 P_i + b_7 ST_i + b_8 H_i + b_9 NF_i + b_{10} D_i + b_{11} VR_i + b_{12} GV_i + b_{13} GVF_i + b_{14} GVC_i + b_{15} DE_i + b_{16} MCD_i + b_{17} MR_i + b_{18} MLS_i + b_{19} MLEF_i + b_{20} ES_i + b_{21} ED_i + b_{22} ECL_i + b_{23} ECQ_i + b_{24} EL_i + \varepsilon_i$$

As variáveis consideradas no modelo, bem como a unidade em que são expressas, são apresentadas na tabela que se segue. Destaca-se o facto de se ter considerado não só a relação linear da idade enquanto determinante da percepção dos efeitos do turismo, mas também a idade ao quadrado, uma vez que vários autores defendem que os efeitos da idade na prática turística não são lineares, assemelhando-se mais a uma função quadrática (Cooper *et al.*, 2005).

Tabela 7. 1 – Definição das variáveis consideradas no modelo

Designação	Variável e unidade de medida
i	1, . . . , n – número da família
E	Variável dependente – Tipos de efeitos das férias em família (escala de 1 - “discordo completamente” a 7 - “concordo completamente”)
PM	Número de privações materiais da família
C	Concelho de residência da família (variável dummy: 1 = se reside no Interior do país, 0 = caso contrário)
I	Idade (anos)
I ²	Idade ao quadrado (anos)
G	Género (variável dummy: 1 = se é feminino, 0 = caso contrário)
P	Profissão (variável dummy: 1 = se a profissão se enquadra na categoria “Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio”, 0 = caso contrário)
ST	Situação perante o trabalho (variável dummy: 1 = se está empregado, 0 = caso contrário)
H	Habilitações literárias (variável dummy: 1 = se tem Ensino Superior, 0 = caso contrário)
NF	Número de anos desde as últimas férias em família
D	País de destino (variável dummy: 1 = se o destino foi em Portugal, 0 = caso contrário)
VR	Visita repetida (variável dummy: 1 = se Sim, 0 = caso contrário)
GV	Número total de elementos do grupo de viagem
GVF	Número total de elementos da família no grupo de viagem
GVC	Número total de crianças da família no grupo de viagem
DE	Duração da estadia (dias)
MCD	Média do fator Motivação “Conhecimento e Desafios”
MR	Média do fator Motivação “Quebra da rotina e Relaxamento”
MLS	Média do fator Motivação “Liberdade e Socialização”
MLEF	Média do fator Motivação “Ligação emocional da família”
ES	Média do fator Experiências sociais
ED	Média do fator Experiências desafiantes e de “separação” da família
ECL	Média do fator Experiências conhecimento local e atividades em família
ECQ	Média do fator Experiências contrastantes com quotidiano
EL	Média do fator Experiências de Ligação emocional da família
ε	Resíduos

Utilizou-se o procedimento de regressão *Stepwise*, no SPSS (versão 20.0), para obter os modelos de regressão. Os pressupostos da regressão multivariada (normalidade dos termos de erro, homogeneidade das variâncias, multicolinearidade e linearidade) foram analisados (Hair *et al.*, 1998; Field, 2009).

A normalidade dos resíduos foi analisada através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) (Tabelas 7.2 a 7.8) que sugere que este pressuposto é violado em alguns modelos. No entanto, analisando os histogramas dos resíduos desses modelos e os gráficos da normalidade (Q-Q e *Detrended* Q-Q), a distribuição dos resíduos não se desvia muito da de uma distribuição normal.

O diagnóstico da homocedasticidade foi feito através da análise dos gráficos dos resíduos estudantizados com os resíduos estandardizados (Pestana & Gageiro, 2005). Os gráficos analisados não mostram tendências crescentes ou decrescentes.

A relação de linearidade entre as variáveis dependentes e independentes foi analisada através de dois gráficos dos resíduos – um respeitante aos resíduos estandardizados com a variável dependente estandardizada e o outro correspondente à variável dependente estandardizada com a variável dependente). Os resultados que emergiram destes gráficos sugerem a existência de uma relação linear. Para testar a multicolinearidade analisaram-se os valores dos seguintes indicadores: *Condition Index*, *Tolerance* e *Variance Inflation Factor* (VIF). Como se pode observar nas Tabelas 7.2 a 7.8, as equações de regressão múltipla não sofrem de multicolinearidade.

As equações estimadas nos modelos apresentados nas Tabelas 7.2 a 7.8 apresentam elevados valores de *F*, apesar de o seu coeficiente de determinação ajustado (\bar{R}^2) variar de modelo para modelo. Os modelos apresentam um poder explicativo bastante bom (superior a 44,7%) (Modelos 1 e 3) exceto o modelo 11 que apresenta um poder explicativo mais baixo (31,2%). Mesmo no modelo 11, tendo em conta Hair *et al.* (1995) e Field (2009), considera-se que esse poder explicativo é aceitável considerando a área científica no âmbito da qual os dados foram recolhidos e analisados – comportamentos de grupos de indivíduos e percepções sobre efeitos.

7.2.1. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de alteração de comportamentos

Relativamente aos efeitos individuais em termos de “alteração de comportamentos” (AC) no total das famílias da amostra (Modelo 1), 9 das 24 variáveis independentes mostraram ser significantes com um valor de $p \leq 0.05$, contribuindo para explicar 45,7% da variância do modelo. Este resultado indica que, por um lado, famílias com um maior número de privações materiais, que visitaram destinos conhecidos, que viajaram motivadas pelo desejo de “Conhecimento e Desafios”, “Liberdade e Socialização”, “Ligação emocional da família”, e que durante essas férias viveram experiências dos tipos “Experiências sociais”, “Experiências

desafiantes e de "separação" da família" e "Experiências contrastantes com quotidiano" têm maior probabilidade de registarem um nível superior de percepção do efeito "Alteração de comportamentos" em consequência das férias em família. Por outro lado, o número de elementos total do grupo de viagem influencia negativamente esse nível de percepção (Tabela 7.2).

Sete variáveis independentes do Modelo 2 (efeito de "AC" das "Famílias sem Privação") explicam 45,5% da variância do modelo. Este modelo difere do anterior, acima de tudo, pelo facto de as variáveis "número de privações materiais da família" e a motivação "Conhecimento e Desafios" deixarem de ser estatisticamente significativas para um nível de significância inferior ou igual a 0,05 (Tabela 7.2).

O modelo de regressão que tenta explicar a percepção do efeito "AC" das "Famílias com Privação" (Modelo 3) também se mostrou estatisticamente significativo ($F = 24,448$; $p = 0.000$). Cinco das 24 variáveis independentes explicam 51,8% da variância do modelo. No entanto, estas variáveis diferem das variáveis que explicam os Modelos 1 e 2 - quando se consideram as "Famílias com Privação" as variáveis que influenciam a sua percepção do efeito AC são a situação perante o trabalho, a motivação "Conhecimento e Desafios" e a vivência de "Experiências desafiantes e de "separação" da família", "Experiências conhecimento local e atividades em família" e de "Experiências de Ligação emocional da família". Destas variáveis, apenas a motivação "Experiências conhecimento local e atividades em família" influencia negativamente a percepção deste efeito por parte destas famílias (Tabela 7.2).

Sistematizando, encontraram-se três diferenças principais em termos de determinantes da percepção deste efeito entre "Famílias sem Privação" e as "Famílias com Privação". A percepção deste efeito nas "Famílias sem Privação" não é influenciada pelas suas características sociodemográficas e económicas, sendo influenciada pelas características das últimas férias em família, o que não ocorre no caso das "Famílias com Privação" (Tabela 7.2). Também em termos da influência das motivações e experiências vividas durante as férias existem diferenças entre os dois grupos de famílias:

- (i) para as "Famílias com Privação" a existência da motivação Conhecimento e Desafios influencia positivamente a percepção do efeito AC, enquanto para as "Famílias sem Privação" o que influencia essa percepção é a existência das motivações relacionadas com Liberdade e Socialização e com Ligação emocional da família;
- (ii) para as "Famílias com Privação" o facto de terem vivido experiências de "conhecimento do local e atividades em família" (influência negativa), experiências "desafiantes e de "separação" da família" (influência positiva) e "experiências de Ligação emocional da família" (influência positiva) são determinantes da percepção do efeito AC, enquanto para as "Famílias sem Privação" o que influencia positivamente essa percepção é a vivência de experiências sociais, experiências "desafiantes e de "separação" da família" e de experiências "contrastantes com quotidiano" (Tabela 7.2).

Acresce que a percepção deste efeito pelas famílias parece ser influenciada por cada variável independente de forma diferente, como se pode observar através das diferenças nos valores *Beta* para cada variável independente significativa (Tabela 7.2).

O facto de a vivência de experiências de Ligação emocional da família ser o fator mais determinante para a percepção do efeito AC nas “Famílias com Privação”, reforça os resultados obtidos por Minnaert *et al.* (2009) e Minnaert (2012) e, mais uma vez, sublinha o potencial que as férias em família podem ter enquanto atividade de alteração de comportamentos nos segmentos mais carenciados, eventualmente facilitadora da sua inclusão social. Por outro lado, estes resultados parecem indicar que, apesar das experiências de “Ligação emocional da família” serem um importante determinante da percepção do efeito AC, as experiências “desafiantes e de “separação” da família” também assumem um papel a considerar, reforçando a necessidade de existir um equilíbrio no tipo de atividades e experiências vividas pelas famílias em férias.

Tabela 7. 2 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de "Alteração de comportamentos" nos inquiridos

Variáveis	Efeitos individuais - Alteração de comportamentos					
	Modelo 1 - Todas as famílias (N=643)		Modelo 2 - Famílias sem Privação (N=534)		Modelo 3 - Famílias com Privação (N=110)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: N° de privações materiais da família	0,069	0,019**	0,059	0,067	-0,035	0,612
C: Concelho de residência da família - Interior	0,012	0,683	0,033	0,309	0,004	0,952
I: Idade	-0,028	0,343	-0,016	0,631	-0,069	0,330
I ² : Idade quadrática	-0,027	0,363	-0,014	0,674	-0,076	0,285
G: Género – feminino	0,011	0,706	0,029	0,366	0,045	0,518
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	-0,018	0,559	-0,037	0,261	0,053	0,439
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-0,006	0,839	-0,047	0,144	0,214	0,003*
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	0,006	0,848	-0,007	0,837	0,006	0,931
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	0,022	0,469	0,033	0,308	-0,043	0,533
D: País de destino – Portugal	0,028	0,381	0,013	0,704	-0,006	0,928
VR: Visita repetida – sim	0,095	0,002*	0,117	0,000*	-0,063	0,373
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-0,067	0,021**	-0,073	0,024**	0,005	0,937
GVC: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-0,015	0,619	-0,029	0,375	-0,019	0,785
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	-0,032	0,281	-0,038	0,241	-0,041	0,542
DE: Duração da estadia	0,029	0,328	-0,016	0,623	0,082	0,234
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	0,112	0,008*	0,084	0,064	0,442	0,000*
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,006	0,874	0,021	0,589	-0,009	0,914
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	0,146	0,000*	0,157	0,000*	0,106	0,236
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	0,106	0,004*	0,126	0,000*	0,088	0,345
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,198	0,000*	0,266	0,000*	-0,043	0,668
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	0,195	0,000*	0,199	0,000*	0,283	0,000*
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	-0,059	0,118	-0,014	0,718	-0,204	0,028**
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	0,250	0,000*	0,279	0,000*	-0,012	0,915
EL: Experiências de Ligação emocional da família	-0,032	0,463	-0,060	0,190	0,460	0,000*
Constante (a)	-1,361		-1,625		-1,776	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,682		0,680		0,735	
R ²	0,465		0,462		0,540	
R²	0,457		0,455		0,518	
Desvio-padrão	1,026		1,016		1,006	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,047 (0,003) ^a		0,048 (0,008) ^a		0,058 (0,200)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	$\geq 0,473$		$\geq 0,778$		$\geq 0,525$	
VIF (todas as variáveis)	$\leq 2,113$		$\leq 1,285$		$\leq 1,903$	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

7.2.2. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de aprendizagem em novas situações

Relativamente ao efeito de “Aprendizagem em novas situações” (ANS) para todas as famílias da amostra (Modelo 4), seis das variáveis independentes explicam 46,2% da variância do modelo (Tabela 7.3). Neste modelo encontrou-se relação positiva entre a motivação “Conhecimento e Desafios” e a vivência de “Experiências sociais”, “Experiências desafiantes e de “separação” da família”, “Experiências conhecimento local e atividades em família” e “Experiências contrastantes com quotidiano” e a percepção do efeito ANS. No entanto, a variável “Situação perante o trabalho” influencia negativamente essa percepção das famílias, ou seja, os indivíduos empregados sentem menos o efeito ANS (Tabela 7.3).

O modelo 5 pretendia analisar a relação entre o efeito ANS das “Famílias sem Privações” e as variáveis independentes consideradas. Seis das 24 variáveis independentes contribuem para explicar 46,9% dessa relação. Tal como aconteceu no modelo relativo ao efeito AC (Modelo 2), as motivações relacionadas com “Conhecimento e Desafios”, “Liberdade e Socialização”, “Ligação emocional da família”, e com experiências dos tipos “Experiências sociais”, “Experiências desafiantes e de “separação” da família” e “Experiências contrastantes com quotidiano”, são variáveis que influenciam positivamente nível de percepção do efeito referido por estas famílias, mantendo tudo o resto constante. A motivação “Conhecimento e Desafios” aparece como o determinante mais forte da percepção deste tipo de efeitos no indivíduo e a vivência de “Experiências conhecimento local e atividades em família” são outros fatores com influência positiva na percepção deste efeito neste segmento de famílias. Este resultado, eventualmente também influenciado pelas características sociodemográficas destas famílias (maiores níveis de habilitações e profissões associadas) (capítulo 6), confirma que esta relação significa a obtenção de benefícios procurados nas férias por muitas destas famílias (motivação relacionadas com aumento dos conhecimentos). Encontrou-se, no entanto, à semelhança do modelo 4, uma relação negativa entre a variável “Situação perante o trabalho” e a percepção do efeito ANS (Tabela 7.3).

Para o efeito ANS nas “Famílias com Privação” (Modelo 6), o modelo proposto explica 46,0% da variância. Das quatro variáveis independentes estatisticamente significativas, a motivação conhecimento e desafios e a vivência de experiências de ligação emocional da família, aparecem como as variáveis com maior poder explicativo (Tabela 7.3). Salienta-se ainda o facto de neste modelo a variável “Idade quadrática” apresentar uma relação negativa significativa com a percepção do efeito ANS por parte destas famílias (Tabela 7.3).

Estes resultados evidenciam que, também no que concerne a este tipo de efeito do turismo em família, se verificam diferenças importantes entre os dois grupos de famílias. Quatro principais diferenças parecem existir em termos das determinantes da percepção deste efeito por cada grupo de famílias: Idade (ao

quadrado), a situação perante o trabalho do inquirido, a vivência de experiências sociais e de experiências de Ligação emocional da família (Tabela 7.3).

A idade ao quadrado e a vivência de experiências de Ligação emocional da família são determinantes para o modelo das “Famílias com Privação”, mas não o são para as “Famílias sem Privação”. A influência negativa da idade quadrática na percepção do efeito ANS não foi surpreendente por se considerar que características como as condições de saúde e as próprias preferências dos indivíduos mais velhos vão determinar em larga medida o tipo de efeitos que retirarão dessa prática (Alexander *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009) e podem constituir um constrangimento a algumas atividades como as que se inserem nas experiências relacionadas com conhecimento e desafios, experiências que influenciam positivamente a percepção do efeito ANS.

Os coeficientes das variáveis independentes (valores *Beta*) também mostram diferenças, o que significa que a mesma variável independente (motivação conhecimento e desafios e experiências desafiantes e de “separação” da família) pode exercer uma influência diferente na percepção do efeito ANS pelos dois segmentos de famílias. Para as “Famílias com Privação” a variável relativa à existência da motivação conhecimento e desafios e à vivência de experiências desafiantes e de “separação” da família tem um poder explicativo mais elevado do que o que tem para as “Famílias sem Privação” (Tabelas 7.3 e 7.9). Este resultado não é surpreendente uma vez que poderá estar relacionado com o facto de esse tipo de motivação indicar já alguma predisposição para aprender durante as férias e, ainda, que as experiências desafiantes e de “separação” da família correspondem a novas situações, que oferecerão maior potencial para aprender com e em novas situações. O facto de estas variáveis terem uma maior influência para as “Famílias com Privação” poderá ter a ver com o facto de estas situações serem mais raras no dia-a-dia para estas famílias e por esse motivo, quando ocorrem, terão maior potencial para despoletar o efeito ANS, tal como indicava a revisão de literatura efetuada no capítulo 2.

Tabela 7. 3 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de "Aprendizagem em novas situações" nos inquiridos

Variáveis	Efeitos individuais - Aprendizagem novas situações					
	Modelo 4 - Todas as famílias (N=643)		Modelo 5 - Famílias sem Privação (N=535)		Modelo 6 - Famílias com Privação (N=110)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: Nº de privações materiais da família	0,032	0,290	0,037	0,257	-0,032	0,652
C: Concelho de residência da família - Interior	-0,005	0,854	-0,010	0,757	-0,016	0,825
I: Idade	-0,041	0,162	-0,014	0,650	0,136	0,807
I ² : Idade quadrática	-0,041	0,167	-0,011	0,724	-0,161	0,025**
G: Género - feminino	-0,006	0,830	-0,013	0,689	0,051	0,481
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,019	0,532	0,033	0,323	-0,11	0,128
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-0,066	0,023**	-0,109	0,001*	0,101	0,188
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	-0,014	0,656	0,005	0,891	-0,13	0,065
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: Nº de anos desde as últimas férias em família	0,029	0,334	0,016	0,614	-0,043	0,554
D: País de destino - Portugal	-0,045	0,132	-0,051	0,124	-0,084	0,270
VR: Visita repetida - sim	-0,029	0,321	-0,023	0,473	-0,124	0,093
GV: Nº total de elementos do grupo de viagem	-0,015	0,609	-0,017	0,596	0,012	0,873
GVF: Nº total de elementos da família no grupo de viagem	-0,005	0,859	-0,009	0,776	-0,021	0,773
GVC: Nº total de crianças da família no grupo de viagem	-0,017	0,555	-0,023	0,479	-0,042	0,572
DE: Duração da estadia	0,002	0,954	-0,051	0,110	0,057	0,429
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	0,331	0,000*	0,321	0,000*	0,333	0,000*
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,040	0,219	-0,035	0,326	-0,078	0,353
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	-0,010	0,770	-0,022	0,539	0,006	0,952
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	-0,017	0,637	-0,028	0,453	0,042	0,658
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,144	0,000*	0,147	0,000*	0,067	0,511
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	0,125	0,000*	0,129	0,000*	0,215	0,005*
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	0,134	0,000*	0,165	0,000*	-0,077	0,439
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	0,208	0,000*	0,212	0,000*	-0,107	0,370
EL: Experiências de Ligação emocional da família	-0,002	0,957	-0,055	0,233	0,355	0,000*
Constante (a)	-0,802		-0,915		-0,658	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,683		0,685		0,693	
R ²	0,467		0,475		0,480	
R²	0,462		0,469		0,460	
Desvio-padrão	1,095		1,081		1,147	
Normalidade^a: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,034 (0,095)		0,032 (0,200)		0,073 (0,064)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	$\geq 0,580$		$\geq 0,590$		$\geq 0,733$	
VIF (todas as variáveis)	$\leq 1,724$		$\leq 1,694$		$\leq 1,365$	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

7.2.3. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de relaxamento e saúde

Os sétimo, oitavo e nono modelos pretendem explicar a percepção do efeito “Relaxamento e Saúde” (RS) das famílias (Tabela 7.4). Quando se consideram todas as famílias da amostra, o modelo (Modelo 7) aparece significativo ($F = 103,468$; $p = 0.000$) e explica 44,7% da variação da variável dependente. Se se considerarem apenas as “Famílias sem Privação” (Modelo 8), cinco das variáveis independentes explicam 49,8% da variação da percepção do efeito RS neste grupo de famílias. Para as “Famílias com Privação” (Modelo 9), observa-se que 43,6% da variação da variável dependente é explicada pela existência da motivação “Ligação emocional da família” e vivência de “Experiências de Ligação emocional da família” (Tabela 7.4).

Quando analisamos diferenças relativas às determinantes da percepção do efeito Relaxamento e Saúde nos dois grupos de famílias, verifica-se a sua existência, nomeadamente nas seguintes variáveis: número total de elementos do grupo de viagem; existência das motivações Quebra da rotina e Relaxamento, Liberdade e Socialização e Ligação emocional da família; e, ainda, vivência de experiências contrastantes com quotidiano (Tabela 7.4).

O número total de elementos do grupo de viagem (influência negativa), a existência das motivações Quebra da rotina e Relaxamento e Liberdade e Socialização e a vivência de experiências contrastantes com quotidiano (influências positivas) são determinantes da percepção do efeito RS no segmento das “Famílias sem Privação” e não o são para as “Famílias com Privação”. Este resultado parece, mais uma vez, estar relacionado com o facto de as “Famílias sem Privação” assumirem como uma motivação muito importante o estar num ambiente diferente e terem um tipo de práticas turísticas que lhes permite encarar as férias como momentos em ambiente realmente diferente, momentos que são libertadores e que permitem, acima de tudo, recuperar forças, características que diferem das características das férias em família do segmento de “Famílias com Privação” (capítulo 6).

Por outro lado, a existência da motivação Ligação emocional da família é determinante da percepção do efeito RS no segmento das “Famílias com Privação” e não o é para as “Famílias sem Privação”. Este resultado, como acima mencionado, pode estar relacionado com o facto de as férias em família serem entendidas, com maior intensidade, pelas famílias com carências económicas como oportunidades de reforço de laços familiares, oportunidades que, só por serem diferentes do habitual, promovem também o relaxamento e alívio do stress quotidiano.

Tabela 7. 4 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de "Relaxamento e saúde" nos inquiridos

Variáveis	Efeitos individuais - Relaxamento e saúde					
	Modelo 7 - Todas as famílias (N=635)		Modelo 8 - Famílias sem Privação (N=520)		Modelo 9 - Famílias com Privação (N=109)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: N° de privações materiais da família	0,030	0,317	0,008	0,795	0,068	0,351
C: Concelho de residência da família - Interior	0,001	0,978	-0,008	0,804	0,057	0,432
I: Idade	-0,009	0,772	0,018	0,574	-0,119	0,101
I ² : Idade quadrática	-0,009	0,768	0,021	0,507	-0,127	0,079
G: Género - feminino	-0,067	0,024*	-0,053	0,089	-0,049	0,504
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,038	0,206	0,043	0,174	0,124	0,089
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	0,029	0,333	0,015	0,631	0,064	0,405
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	0,010	0,746	0,041	0,196	0,006	0,932
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	0,016	0,586	0,001	0,967	0,049	0,498
D: País de destino - Portugal	0,000	0,995	0,004	0,897	-0,005	0,943
VR: Visita repetida - sim	0,001	0,980	0,012	0,698	-0,045	0,541
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-0,051	0,083	-0,063	0,042**	0,006	0,930
GVF: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-0,013	0,651	-0,001	0,985	-0,031	0,677
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	-0,001	0,977	0,016	0,598	-0,116	0,109
DE: Duração da estadia	0,044	0,139	0,014	0,656	0,061	0,402
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	-0,051	0,135	-0,061	0,084	-0,054	0,573
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	0,205	0,000*	0,231	0,000*	0,072	0,408
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	0,131	0,000*	0,143	0,000*	0,053	0,557
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	-0,032	0,345	-0,042	0,227	0,269	0,001*
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,039	0,241	0,056	0,099	-0,033	0,715
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	-0,022	0,492	0,000	0,999	-0,032	0,673
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	0,009	0,815	0,028	0,459	-0,154	0,103
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	0,188	0,000*	0,209	0,000*	0,055	0,655
EL: Experiências de Ligação emocional da família	0,337	0,000*	0,342	0,000*	0,499	0,000*
Constante (a)	0,039		-0,290		0,402	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,672		0,709		0,668	
R ²	0,451		0,503		0,446	
R²	0,447		0,498		0,436	
Desvio-padrão	0,820		0,738		0,999	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,080 (0,000) ^a		0,073 (0,000) ^a		0,095 (0,003) ^a	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,535		≥0,583		= 0,782	
VIF (todas as variáveis)	≤1,868		≤1,715		= 1,278	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

7.2.4. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo nos indivíduos em termos de melhoria da atividade profissional

Os Modelos 10, 11 e 12 pretendem explicar a percepção do efeito “Melhoria da atividade profissional” (MAP) das famílias (Tabela 7.5). Quando se consideram todas as famílias da amostra, o modelo (Modelo 10) aparece significativo ($F = 50,907$; $p = 0.000$) e explica 35,5% da variação da variável dependente. Se se considerarem apenas as “Famílias sem Privação” (Modelo 11), quatro das variáveis independentes explicam 31,2% da variação da percepção do efeito MAP neste grupo de famílias. Para as “Famílias com Privação” (Modelo 12), observa-se que 33,1% da variação da variável dependente é explicada pela idade do inquirido (relação negativa), pelo facto de o país de destino das férias ter sido fora de Portugal, pela duração da estadia (relação positiva), pela existência da motivação “Conhecimento e Desafios” e pela vivência de “Experiências desafiantes e de “separação” da família” (Tabela 7.5).

Assim, em termos de diferenças na percepção das famílias sobre o efeito “Melhoria da atividade profissional” (MAP) as diferenças são quase totais. Para as “Famílias com Privação”, a idade e o país de destino das férias ter sido Portugal influenciam negativamente esse efeito, enquanto a duração da estadia, a existência de motivação conhecimento e desafios e a vivência de experiências desafiantes e de “separação” da família influenciam positivamente a percepção desse efeito. Este resultado pode significar que este segmento de famílias percebe este efeito apenas quando a quebra com os seus contextos habituais é mais forte, quando apresenta já uma predisposição (motivação) para fazer das férias uma oportunidade de aprendizagem e quando enfrenta desafios que lhe permite aumentar a autoconfiança (capítulo 6).

Para as “Famílias sem Privação” as férias terem decorrido num local já conhecido (visita repetida) (influência positiva), o número total de crianças da família no grupo de viagem (influência negativa) e a vivência de experiências sociais e experiências desafiantes e de “separação” da família durante as férias (influência positiva), aparecem como determinantes da percepção do efeito MAP (Tabela 7.5 e 7.9). A presença de mais crianças no grupo de viagem aparece, assim, como um fator que pode “obrigar” este segmento de famílias a desligarem completamente do trabalho durante as férias, inibindo a percepção do efeito MAP.

Tabela 7. 5 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Melhoria da atividade profissional” nos inquiridos

Variáveis	Efeitos individuais - Melhoria atividade profissional					
	Modelo 10 - Todas as famílias (N=635)		Modelo 11 - Famílias sem Privação (N=530)		Modelo 12 - Famílias com Privação (N=110)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: N° de privações materiais da família	0,067	0,038**	-0,012	0,742	0,055	0,494
C: Concelho de residência da família - Interior	-0,020	0,529	0,015	0,677	-0,073	0,354
I: Idade	-0,099	0,002*	-0,064	0,078	-0,230	0,006*
I²: Idade quadrática	0,215	0,398	-0,064	0,078	0,853	0,174
G: Género - feminino	-0,035	0,289	-0,001	0,978	0,002	0,977
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,001	0,966	-0,018	0,629	-0,059	0,466
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-0,010	0,758	-0,069	0,057	0,079	0,341
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	-0,041	0,233	-0,049	0,185	-0,118	0,135
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	-0,020	0,542	-0,016	0,665	0,100	0,220
D: País de destino - Portugal	0,004	0,913	0,007	0,855	-0,190	0,032**
VR: Visita repetida - sim	0,072	0,028**	0,083	0,022**	-0,058	0,488
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-0,005	0,887	-0,004	0,905	-0,012	0,890
GVF: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-0,019	0,554	-0,033	0,367	-0,052	0,515
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	-0,074	0,022**	-0,089	0,014**	-0,066	0,418
DE: Duração da estadia	-0,035	0,298	-0,042	0,257	0,158	0,061***
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	0,083	0,037**	0,057	0,197	0,189	0,027**
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,040	0,239	-0,027	0,471	-0,016	0,853
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	0,020	0,579	0,022	0,569	0,059	0,534
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	-0,012	0,758	0,038	0,315	-0,139	0,177
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,100	0,012**	0,169	0,000*	-0,096	0,344
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	0,489	0,000*	0,478	0,000*	0,360	0,000*
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	0,012	0,755	0,042	0,304	-0,102	0,266
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	-0,008	0,806	0,012	0,756	-0,063	0,494
EL: Experiências de Ligação emocional da família	-0,043	0,239	-0,033	0,396	0,033	0,713
Constante (a)	0,967		0,195		3,604	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,602		0,563		0,602	
R²	0,362		0,317		0,362	
R²	0,355		0,312		0,331	
Desvio-padrão	1,114		1,090		1,415	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,090 (0,000) ^a		0,096 (0,000) ^a		0,074 (0,057)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,645		≥0,911		≥0,803	
VIF (todas as variáveis)	≤1,545		≤1,098		≤1,246	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; *** $p \leq 0,01$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

7.2.5. Determinantes da percepção dos efeitos negativos do turismo nos indivíduos

Os Modelos 13, 14 e 15 pretendem explicar a percepção dos efeitos Negativo (EN) das famílias (Tabela 7.6). Quando se consideram todas as famílias da amostra, o modelo (Modelo 13) aparece significativo ($F = 97,150$; $p = 0.000$) e explica 37,8% da variação da variável dependente. Se se considerarem apenas as “Famílias sem Privação” (Modelo 14), o modelo mantém-se significativo ($F = 75,654$; $p = 0.000$) e quatro das variáveis independentes explicam 36,3% da variação da percepção dos EN neste grupo de famílias. Para as “Famílias com Privação” (Modelo 15), observa-se que 40,7% da variação da variável dependente é explicada pela situação perante o trabalho do inquirido (os indivíduos empregados tendem a reportar mais efeitos negativos das suas férias) e pela vivência de “Experiências desafiantes e de “separação” da família (quanto mais experiências desse tipo a família tiver, mais efeitos negativos são percebidos pelos inquiridos) (Tabela 7.6).

Relativamente à comparação entre os dois grupos de famílias, observa-se que as experiências desafiantes e de “separação” da família influenciam positivamente a percepção dos efeitos negativos em ambos os segmentos de famílias, embora de forma mais forte no segmento das “Famílias com Privação”. Este resultado corrobora a importância de se avaliar bem o equilíbrio entre os diferentes tipos de experiências que a família vivencia durante as suas férias, por forma a serem maximizados os efeitos positivos e minimizados os efeitos negativos, resultado que vai de encontro às conclusões do estudo de Minnaert (2006).

Tabela 7. 6 - Resultados da análise de regressão para os Efeitos Negativos nos inquiridos

Variáveis	Efeitos individuais - Efeitos Negativos					
	Modelo 13 - Todas as famílias (N=635)		Modelo 14 - Famílias sem Privação (N=524)		Modelo 15 - Famílias com Privação (N=107)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: Nº de privações materiais da família	0,083	0,009*	-0,024	0,495	0,13	0,084
C: Concelho de residência da família - Interior	0,011	0,724	0,019	0,592	-0,001	0,990
I: Idade	0,002	0,994	0,153	0,589	-0,078	0,309
I ² : Idade quadrática	-0,081	0,011**	-0,077	0,029**	-0,068	0,378
G: Género - feminino	-0,016	0,620	0,008	0,817	0,078	0,306
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	-0,028	0,409	-0,037	0,313	-0,053	0,489
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	0,003	0,925	-0,031	0,377	0,185	0,017*
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	-0,015	0,662	-0,018	0,607	-0,016	0,832
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: Nº de anos desde as últimas férias em família	0,014	0,656	-0,007	0,839	0,117	0,122
D: País de destino - Portugal	0,018	0,575	0,040	0,249	-0,082	0,292
VR: Visita repetida - sim	0,011	0,729	0,029	0,414	-0,066	0,381
GV: Nº total de elementos do grupo de viagem	-0,01	0,741	-0,018	0,609	0,108	0,151
GVF: Nº total de elementos da família no grupo de viagem	0,010	0,744	0,003	0,943	0,009	0,903
GVC: Nº total de crianças da família no grupo de viagem	-0,044	0,165	-0,074	0,035**	0,048	0,524
DE: Duração da estadia	0,036	0,259	0,038	0,290	0,072	0,343
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	-0,018	0,613	-0,036	0,365	0,077	0,342
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,026	0,455	-0,017	0,664	-0,063	0,407
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	-0,016	0,656	-0,026	0,494	0,056	0,468
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	-0,046	0,185	-0,031	0,417	-0,145	0,061
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	-0,014	0,700	-0,003	0,935	-0,021	0,796
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	0,558	0,000*	0,543	0,000*	0,649	0,000*
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	-0,023	0,557	-0,047	0,273	-0,054	0,501
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	-0,013	0,755	0,007	0,875	-0,022	0,781
EL: Experiências de Ligação emocional da família	-0,159	0,000*	-0,194	0,000*	-0,013	0,869
Constante (a)	2,226		2,708		-0,131	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,618		0,607		0,647	
R ²	0,382		0,368		0,418	
R²	0,378		0,363		0,407	
Desvio-padrão	0,984		0,879		1,226	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,094 (0,000) ^a		0,096 (0,000) ^a		0,086 (0,012) ^a	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,968		≥0,966		= 0,976	
VIF (todas as variáveis)	≤1,033		≤1,035		= 1,025	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

7.2.6. Determinantes da percepção dos efeitos do turismo na família

Relativamente aos efeitos na família, apresentam-se os Modelos 16 a 21. Quanto ao efeito “Reforço da ligação emocional da família” (RLEF) para todas as famílias da amostra (Modelo 16), seis das variáveis independentes explicam 54,5% da variância do modelo (Tabela 7.7). Neste modelo encontra-se relação positiva entre a percepção do efeito RLEF e o número de crianças da família no grupo de viagem, a existência da motivação “Ligação emocional da família” e a vivência de “Experiências sociais”, “Experiências conhecimento local e atividades em família”, “Experiências contrastantes com quotidiano” e “Experiências de Ligação emocional da família” (Tabela 7.7).

O modelo 17 pretendia analisar a relação entre o efeito RLEF das “Famílias sem Privações” e as variáveis independentes consideradas. Quatro das 24 variáveis independentes contribuem para explicar 52,1% dessa relação. Apenas as variáveis motivação “Ligação emocional da família” e a vivência de “Experiências conhecimento local e atividades em família”, “Experiências contrastantes com quotidiano” e “Experiências de Ligação emocional da família” têm influência positiva na percepção deste efeito neste segmento de famílias. (Tabela 7.7).

Para o efeito RLEF nas “Famílias com Privação” (Modelo 18), o modelo proposto explica 59,6% da variância. Das três variáveis independentes estatisticamente significativas, a vivência de “Experiências de Ligação emocional da família” aparece como a variável com maior poder explicativo (Tabela 7.7). Salienta-se ainda o facto de neste modelo a variável “número total de elementos da família no grupo de viagem” apresentar uma relação negativa significativa com a percepção do efeito RLEF por parte destas famílias (Tabela 7.7).

Os Modelos 19, 20 e 21 pretendem explicar a percepção dos efeitos ao nível da “Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização” (MQVS) das famílias (Tabela 7.8). Quando se consideram todas as famílias da amostra, o modelo (Modelo 19) é significativo ($F = 92,234$; $p = 0.000$) e explica 53,2% da variação da variável dependente. Se se considerarem apenas as “Famílias sem Privação” (Modelo 20), o modelo mantém-se significativo ($F = 143,314$; $p = 0.000$) e nove das variáveis independentes explicam 53,3% da variação da percepção dos efeitos MQVS neste grupo de famílias. Para as “Famílias com Privação” (Modelo 21), observa-se que 56,4% da variação da variável dependente é explicada pela existência de motivação “Conhecimento e Desafios” e pela vivência de “Experiências desafiantes e de “separação” da família”, “Experiências de Ligação emocional da família” (Tabela 7.8).

Tabela 7. 7 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de "Reforço da ligação emocional da família" nos inquiridos

Variáveis	Efeitos na família - Reforço ligação emocional da família					
	Modelo 16 - Todas as famílias (N=634)		Modelo 17 - Famílias sem Privação (N=524)		Modelo 18 - Famílias com Privação (N=110)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: N° de privações materiais da família	-0,012	0,667	0,001	0,984	0,067	0,281
C: Concelho de residência da família - Interior	0,021	0,441	0,017	0,576	0,050	0,414
I: Idade	-0,007	0,801	-0,035	0,247	-0,021	0,735
I²: Idade quadrática	-0,003	0,906	-0,032	0,293	-0,025	0,689
G: Género - feminino	-0,031	0,250	-0,009	0,780	-0,021	0,739
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	0,015	0,601	0,009	0,769	-0,028	0,660
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-0,022	0,409	-0,003	0,924	-0,027	0,677
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	0,041	0,145	0,026	0,394	0,062	0,326
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	-0,009	0,752	0,014	0,651	-0,058	0,343
D: País de destino - Portugal	-0,022	0,435	-0,031	0,323	-0,032	0,611
VR: Visita repetida - sim	-0,002	0,945	0,021	0,512	-0,058	0,348
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-0,026	0,337	-0,029	0,342	-0,027	0,663
GVF: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-0,022	0,419	0,019	0,539	-0,144	0,021**
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	0,055	0,044**	0,058	0,057	0,065	0,323
DE: Duração da estadia	-0,013	0,645	-0,009	0,770	-0,022	0,726
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	0,013	0,736	0,031	0,424	0,113	0,169
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,012	0,703	-0,035	0,302	0,062	0,403
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	-0,054	0,078	-0,042	0,211	0,095	0,207
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	0,224	0,000*	0,253	0,000*	0,295	0,000*
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,077	0,014**	0,057	0,102	0,105	0,162
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	-0,007	0,821	0,014	0,670	0,025	0,689
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	0,101	0,004*	0,156	0,000*	0,064	0,431
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	0,211	0,000*	0,229	0,000*	0,087	0,399
EL: Experiências de Ligação emocional da família	0,354	0,000*	0,320	0,000*	0,603	0,000*
Constante (a)	0,309		0,795		-0,417	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,741		0,724		0,779	
R²	0,55		0,525		0,607	
R²	0,545		0,521		0,596	
Desvio-padrão	0,705		0,663		0,89775	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,063 (0,000) ^a		0,064 (0,000) ^a		0,059 (0,200)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,454		≥0,484		≥0,775	
VIF (todas as variáveis)	≤2,205		≤2,068		≤1,290	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$; ^a Sempre que o teste Kolmogorov-Smirnov não apontava para a existência de normalidade na distribuição, efetuou-se a análise do histograma, tendo-se verificado que os desvios eram mínimos.

Tabela 7. 8 - Resultados da análise de regressão para o Efeito de “Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização” nos inquiridos

Variáveis	Efeitos na família - Melhoria Qualidade de Vida e Aumento da socialização					
	Modelo 19 - Todas as famílias (N=642)		Modelo 20 - Famílias sem Privação (N=532)		Modelo 21 - Famílias com Privação (N=110)	
	Beta	α	Beta	α	Beta	α
<i>Perfil sociodemográfico e económico do inquirido</i>						
PM: N° de privações materiais da família	0,025	0,394	-0,004	0,888	0,034	0,596
C: Concelho de residência da família - Interior	0,044	0,115	0,048	0,113	0,046	0,469
I: Idade	-0,020	0,476	-0,007	0,830	0,005	0,942
I²: Idade quadrática	-0,020	0,482	-0,008	0,788	0,005	0,937
G: Género - feminino	0,040	0,147	0,074	0,015**	-0,051	0,426
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	-0,105	0,000*	-0,113	0,000*	-0,014	0,827
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-0,063	0,023**	-0,058	0,057	0,028	0,680
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	-0,006	0,874	-0,019	0,628	-0,039	0,540
<i>Caracterização das últimas férias em família</i>						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	-0,021	0,444	-0,032	0,287	0,015	0,819
D: País de destino - Portugal	0,014	0,632	0,014	0,664	-0,087	0,188
VR: Visita repetida - sim	0,055	0,050**	0,086	0,005*	-0,061	0,357
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-0,025	0,358	-0,029	0,335	0,029	0,650
GVF: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-0,021	0,452	-0,018	0,548	-0,022	0,732
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	-0,043	0,116	-0,063	0,036**	-0,027	0,669
DE: Duração da estadia	-0,001	0,960	-0,019	0,539	0,040	0,537
<i>Motivações para efetuar as últimas férias em família</i>						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	0,158	0,000*	0,103	0,015**	0,428	0,000*
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-0,009	0,781	-0,003	0,919	-0,037	0,623
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	0,019	0,542	0,012	0,732	-0,031	0,717
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	0,147	0,000*	0,166	0,000*	0,049	0,566
<i>Experiências vividas durante as últimas férias em família</i>						
ES: Experiências sociais	0,298	0,000*	0,340	0,000*	0,055	0,544
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	0,178	0,000*	0,199	0,000*	0,196	0,004*
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	0,001	0,979	0,035	0,349	-0,108	0,219
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	0,231	0,000*	0,218	0,000*	0,155	0,148
EL: Experiências de Ligação emocional da família	0,028	0,479	0,011	0,799	0,374	0,000*
Constante (a)	-0,897		-0,684		-1,298	
Diagnóstico do Modelo						
R	0,734		0,736		0,759	
R²	0,538		0,541		0,576	
R²	0,532		0,533		0,564	
Desvio-padrão	0,897		0,876		0,931	
Normalidade: Kolmogorov-Smirnov [Test(α)]	0,036 (0,058)		0,034 (0,200)		0,067 (0,200)	
Multicolinearidade						
Tolerance (todas as variáveis)	≥0,487		≥0,496		≥0,735	
VIF (todas as variáveis)	≤2,051		≤2,018		≤1,361	

Legenda: * $p \leq 0,01$; ** $p \leq 0,05$

Para ambos os grupos de famílias as variáveis motivação de ligação emocional da família e a vivência de experiências de ligação emocional da família são determinantes, com influência positiva, da percepção dos efeitos RLEF. No modelo das “Famílias com Privação” o número total de elementos da família no grupo de viagem aparece também como determinante da percepção dos efeitos RLEF, exercendo uma influência negativa (Tabela 7.7). Este resultado não será surpreendente se pensarmos que quanto maior for o grupo de viagem, maior a probabilidade de existirem menos oportunidades para a partilha de momentos apenas com a família e, portanto, menor tenderá a ser o efeito RLEF. Já o modelo das “Famílias sem Privação” mostra a influência positiva de mais duas variáveis determinantes da percepção do efeito RLEF: as experiências conhecimento local e atividades em família e as experiências contrastantes com quotidiano (Tabela 7.7), comprovando, para este segmento, a importância do conhecimento proporcionado pelo turismo e do contraste com o quotidiano que esta atividade representa, fatores que contribuem para a percepção do reforço dos laços familiares.

A percepção do efeito na MQVS pelas “Famílias sem Privação” é determinada por nove variáveis, enquanto no segmento das “Famílias com Privação” apenas três variáveis aparecem como determinantes da percepção desse efeito: existência da motivação de aumento do conhecimento e desafios, vivência de experiências desafiantes e de “separação” da família e vivência de experiências de ligação emocional da família (Tabela 7.8). Este resultado reveste-se de especial importância uma vez que indica que o efeito de MQVS neste segmento de famílias poderá ser maximizado quando elas já apresentam vontade de aumentar os seus conhecimentos através do turismo (remetendo para a importância da fase “antes” da experiência turística), quando essas férias proporcionam oportunidades desafiantes, que conseguem ultrapassar e que são menos frequentes no seu contexto diário muito mais restrito e negativo (Minnaert *et al.*, 2010). É ainda de salientar o facto de as férias com experiências que reforçam a ligação dos elementos da família serem percecionadas como determinantes importantes da percepção do efeito de QVS, destacando-se, assim, o papel de reforço da união familiar que as férias em família podem assumir na melhoria da qualidade de vida destas famílias (McCabe *et al.*, 2010; Minnaert, 2006).

Nas “Famílias sem Privação” o facto de o inquirido ter uma profissão que se enquadra nas categorias “Especialistas profissões intelectuais e científicas” ou “Técnicos e profissionais de nível intermédio” influencia negativamente a percepção do efeito na MQVS (Tabela 7.8), o que não acontece nas “Famílias com Privação”. Este resultado pode ser, eventualmente, consequência desse efeito das férias não constituir uma alteração tão significativa face ao dia-a-dia para este tipo de famílias, com indivíduos com profissões associadas a um maior *status* e melhores condições de vida (capítulo 6).

7.2.7. Comparação dos determinantes da percepção dos efeitos do turismo em família

Foram encontradas diferenças em termos dos fatores que influenciam a percepção dos efeitos do turismo em família entre os dois grupos de famílias analisados. Comparando os modelos apresentados, podemos verificar imediatamente que o poder explicativo das variáveis independentes (valores Beta) e o seu sinal apresentam diferenças (Tabelas 7.2 a 7.9) e que as experiências vividas durante as férias em família ou as motivações para a realização das férias são as variáveis independentes com maior poder explicativo dos diversos tipos de efeitos das férias em família, quer a nível individual, quer para a família (Tabelas 7.2 a 7.9). A Tabela 7.9 sintetiza o sinal dos efeitos de cada variável independente nas variáveis dependentes, para os três segmentos de famílias analisadas.

Salienta-se o facto de, nos modelos construídos para as “Famílias com Privação”, as “Experiências de Ligação emocional da família” apresentarem sempre um elevado poder explicativo da percepção de efeitos positivos das férias, mais elevado do que nos modelos para o total da amostra e das “Famílias sem Privação”. Estas experiências apresentam sempre relação positiva com a percepção de efeitos positivos das férias, com exceção dos efeitos relacionados com a melhoria da atividade profissional, efeitos para os quais esta variável não se mostrou uma determinante significativa (Tabela 7.9).

Este resultado pode estar relacionado com o facto de, como explorado nos capítulos 2 e 3, estas famílias estarem sujeitas diariamente a níveis mais elevados níveis de desgaste e stress, consequências da escassez de rendimentos, e que contribuem para estas famílias economicamente carenciadas terem menos tempo efetivo e menos disponibilidade mental, para relaxar, comunicar e partilhar momentos em família no dia-a-dia (Gray *et al.*, 2009; Minnaert *et al.*, 2009; Sousa *et al.*, 2007). Esta constatação foi reforçada empiricamente quando se tentaram entrevistar famílias completas e foram relatadas (capítulo 4, secção 4.6) as dificuldades em o conseguir, em consequência das dificuldades em conciliar disponibilidade de ambos os pais, que em muitos casos trabalhavam por turnos ou apresentavam dificuldades de conciliação de horários entre si. Perante este resultado, parece poder corroborar-se a afirmação de que as férias em família são oportunidades de reforço de laços familiares para garantir a felicidade, a união da família e a coesão social, sendo esta oportunidade entendida com maior intensidade pelas famílias com carências económicas (Minnaert *et al.*, 2009; Schanzel, 2013; Smith & Hughes, 1999).

Estes resultados evidenciam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de privação material, sublinhando a pertinência deste tipo de análise e reforçando a conclusão de Minnaert *et al.* (2009) que alerta para a necessidade de se adaptar o tipo de férias a cada família, adaptação essa que ditará a prossecução dos objetivos de alteração de comportamentos e inclusão social de iniciativas que promovam o turismo em família.

Tabela 7. 9 - Síntese do sinal do efeito das variáveis independentes nos 21 modelos

Variáveis	Efeitos individuais												Efeitos na família									
	Alteração Comport.			Aprendiz. novas situações			Relaxamento e Saúde			Melhoria Ativ. Profissional			Efeitos Negativos			Reforço ligação emocional da família			Melhoria QV e Socialização			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
	sinal			sinal			sinal			sinal			sinal			sinal			sinal			
Nº Modelo																						
Perfil sociodemográfico e económico do inquirido																						
PM: N° de privações materiais da família	+	+	-	+	+	-	+	+	+	+	-	+	+	-	+	-	+	+	-	+	+	
C: Concelho de residência da família - Interior	+	+	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+	+	-	+	+	-	-	+	+	
I: Idade	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	
I²: Idade quadrática	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+	
G: Género - Feminino	+	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	-	-	-	
P: Profissão - Especialistas profissões intelectuais e científicas & Técnicos e profissionais de nível intermédio	-	-	+	+	+	-	+	+	+	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	
ST: Situação perante o trabalho - Empregado	-	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	+	+	-	+	-	+	-	-	+	+	
H: Habilitações literárias - Ensino Superior	+	-	+	-	-	-	+	+	+	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	
Caracterização das últimas férias em família																						
NF: N° de anos desde as últimas férias em família	+	+	-	+	+	-	+	+	+	+	+	+	+	-	+	-	+	-	+	-	+	
D: País de destino - Portugal	+	+	-	-	-	-	+	+	-	+	-	-	+	+	+	-	-	+	+	-	-	
VR: Visita repetida - sim	+	+	-	-	-	+	+	-	-	+	+	-	+	+	+	-	-	+	+	-	-	
GV: N° total de elementos do grupo de viagem	-	-	+	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	
GVF: N° total de elementos da família no grupo de viagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-	
GVC: N° total de crianças da família no grupo de viagem	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	-	
DE: Duração da estadia	+	-	+	+	-	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	-	-	-	-	-	+	
Motivações para efetuar as últimas férias em família																						
MCD: Motivação "Conhecimento e Desafios"	+	+	+	+	+	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	+	
MR: Motivação "Quebra da rotina e Relaxamento"	-	+	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	
MLS: Motivação "Liberdade e Socialização"	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	-	-	-	+	-	-	+	+	+	+	
MLEF: Motivação "Ligação emocional da família"	+	+	+	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+	
Experiências vividas durante as últimas férias em família																						
ES: Experiências sociais	+	+	-	+	+	+	+	+	-	+	+	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+	
ED: Experiências desafiantes e de "separação" da família	+	+	+	+	+	+	-	+	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	
ECL: Experiências conhecimento local e atividades em família	-	-	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	-	-	-	+	+	+	+	+	-	
ECQ: Experiências contrastantes com quotidiano	+	+	-	+	+	-	+	+	+	-	+	-	-	+	-	+	+	+	+	+	+	
EL: Experiências de Ligação emocional da família	-	-	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	-	-	-	+	+	+	+	+	+	

Legenda: a sombreado estão as relações estatisticamente significativas ($p \leq 0,05$)

Em nenhum dos modelos construídos para explicar os efeitos das férias em família, as variáveis “concelho de residência” (do Interior ou Litoral do país), “habilitações literárias” do inquirido e “número de anos desde as últimas férias em família” aparecem como significativas (Tabela 7.9). Este resultado sugere a necessidade de estudos que explorem as causas deste resultado, já que o capítulo 2 apresenta indicações de que este tipo de variáveis poderiam ser fatores determinantes dos efeitos do turismo em família.

7.3. Modelo de Equações Estruturais

Dos resultados apresentados no capítulo 6 e na secção anterior, sintetizados na Tabela 7.9, pode concluir-se que as motivações para a realização das férias (particularmente as motivações de “Conhecimento e Desafios” e de “Ligação emocional da família”) e o tipo de experiências vividas pelas famílias durante as férias parecem ser, de forma geral, as determinantes mais significativas (em termos de efeitos diretos) da perceção dos efeitos dessas férias, quer para os indivíduos, quer para as famílias.

Assim, e tal como referido no capítulo 4, secção 4.5, considerou-se interessante explorar também a relação existente entre os grandes constructos em análise: as motivações e experiências vividas com a perceção dos efeitos individuais e na família, procurando, ainda, perceber a influência que estes poderão ter na satisfação geral (com a vida e com as férias) e na intenção de fidelização das famílias (Figura 7.2). A técnica de modelação de equações estruturais é uma técnica adequada para alcançar esse objetivo, uma vez que permite, para lá das relações diretas entre constructos, analisar eventuais efeitos indiretos. Nesta análise optou-se por não incluir todas as variáveis consideradas como potenciais determinantes da perceção dos efeitos do turismo em família, nomeadamente as variáveis relativas ao perfil sociodemográfico e económico e algumas variáveis relativas às práticas turísticas, em consequência das suas características (variáveis qualitativas) e do facto na modelação PLS ser aconselhável considerar as variáveis qualitativas com cautela (Hair *et al.*, 2014).

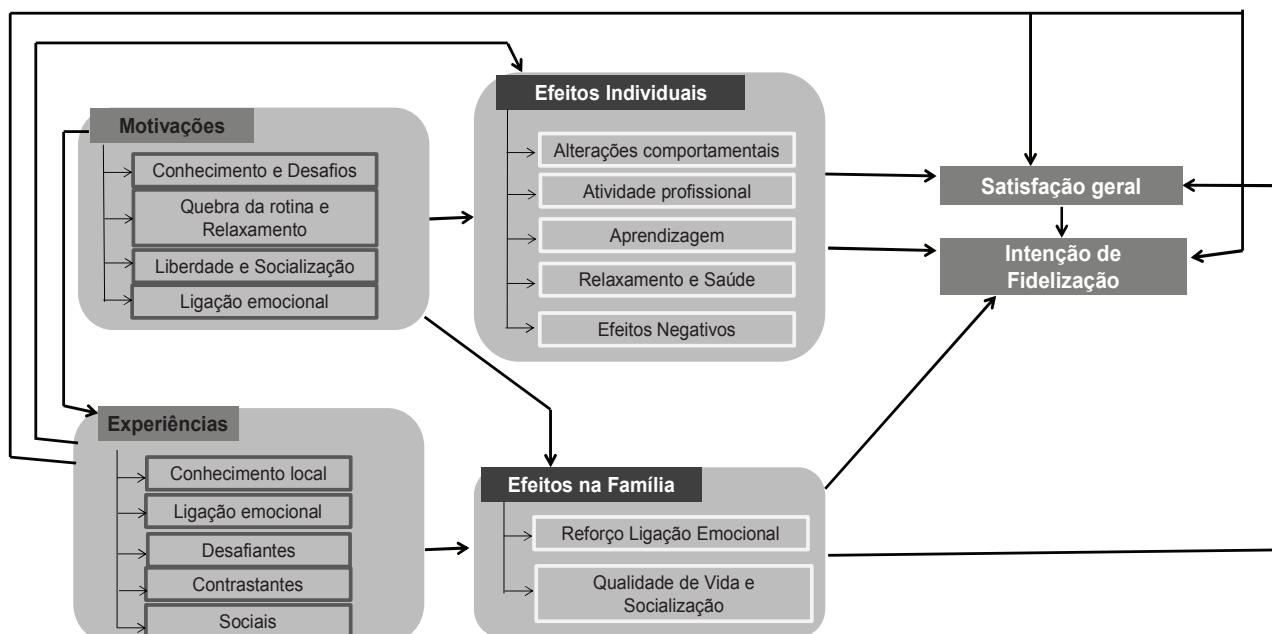


Figura 7. 2 – Sistematização da relação entre construtos a verificar através da MEE: Motivações e Experiências com os Efeitos do turismo em família e Satisfação e Fidelização

A modelação PLS-PM (ou PLS-SEM) das relações ilustradas na Figura 7.2 foi efetuada, como já referido, com recurso ao *software* SmartPLS 2.0 M3. Uma vez que se pretendiam analisar as relações entre grandes constructos, recorre-se a um modelo de segunda ordem, que é utilizado quando os constructos em análise necessitam de um nível de abstração acima das variáveis latentes (Hair *et al.*, 2014). Na prática, este tipo de modelo é utilizado quando os indicadores representam as variáveis latentes de primeira ordem e estas variáveis latentes, por sua vez, podem integrar um só constructo, mais geral (Hair *et al.*, 2014), como se verifica, no caso da presente investigação, com os vários tipos de motivações que integram o constructo geral “motivações” ou os vários tipos de experiências vividas que formam o constructo mais geral “experiências vividas”, que irão influenciar os constructos gerais percepção dos “efeitos individuais” e dos “efeitos na família” (Figura 7.3).

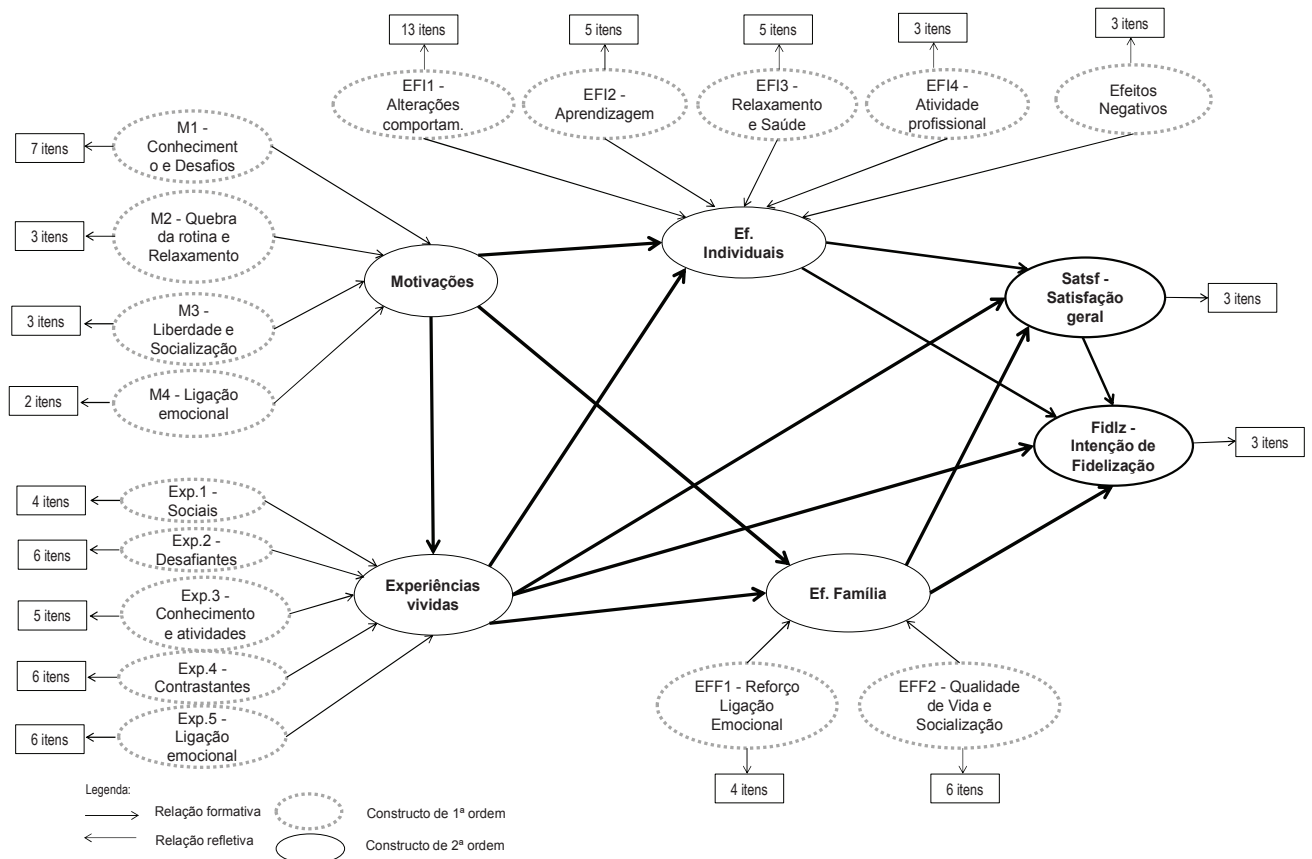


Figura 7.3 – Tentativa de modelação inicial da relação entre itens e os diferentes constructos

As definições algorítmicas e ajustamento dos parâmetros utilizadas são as recomendadas por Hair *et al.* (2014), recorrendo-se ao método do modelo estrutural *path weighting*, seleção de um número máximo de 300 iterações e uma combinação das técnicas de tratamento dos *missing values*: “*mean value replacement*”, para as escalas com menos de 5% de *missings*, e “*casewise deletion*”, na escala dos efeitos individuais, onde alguns itens apresentavam um máximo de 6,2% de *missing values*.

Na análise *bootstrapping*, foi escolhida a opção mais conservadora “*no sign changes*”, o número de casos igual ao número de observações válidas e 5000 amostras (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2014). Relativamente ao último parâmetro, o número de amostras *bootstrap* aconselhado varia na literatura, no entanto Hair *et al.* (2014) aconselham no mínimo 5000, pelo facto de que um maior número de amostras *bootstrapp* reduz o efeito dos erros da amostragem aleatória.

Tal como referido no capítulo 4, secção 4.5, na abordagem PLS-PM, a MEE envolve duas fases: a avaliação do modelo de medida e a avaliação do modelo estrutural. A primeira fase, avaliação do modelo de medida, deve determinar a consistência interna, a validade convergente e a validade discriminante (Hair *et al.*, 2012) e a segunda fase, avaliação do modelo estrutural, que implica também vários procedimentos no

sentido de se definirem as associações causais entre as variáveis latentes quanto ao seu sentido, significância estatística e percentagem de variância explicada (Marôco, 2010).

Destaca-se, ainda, o facto de nesta investigação se ter considerado que o modelo de segunda ordem utilizado é do tipo refletivo-formativo (Figura 7.3), pelo que a análise do modelo de medida e do modelo estrutural tem de ter esta característica em consideração (Hair *et al.*, 2014). Esta definição do modelo implica que, relativamente ao modelo de primeira ordem, o conjunto de variáveis manifestas relacionadas com uma variável latente meça um único conceito subjacente (a variável latente de primeira ordem), enquanto a relação entre as variáveis latentes de primeira ordem e as variáveis de segunda ordem (constructos mais gerais), é entendida como de causalidade, ou seja, cada variável latente de primeira ordem representa uma dimensão diferente do constructo de segunda ordem subjacente (Hair *et al.*, 2014; Vinzi *et al.*, 2010).

Assim, utilizou-se a abordagem em duas fases (*two-stage approach*), como sugerido por Hair *et al.* (2014). Os autores sugerem esta abordagem faseada para ultrapassar o facto de os constructos de segunda ordem, se analisados com repetição de indicadores e sem a segunda fase da abordagem, irem apresentar coeficientes de determinação¹ (R^2) muito próximos de 1, o que não revelaria a realidade. Isto aconteceria uma vez que estamos a considerar um modelo de relação entre variáveis de primeira e de segunda ordem do tipo formativa, podendo existir outros constructos de primeira ordem não considerados no modelo que explicam o constructo de segunda ordem e que, desta forma, perderiam importância (Hair *et al.*, 2014).

Na prática a abordagem em duas fases consiste, numa primeira fase, em repetir os itens, ou seja, as variáveis manifestas (itens ou indicadores) entram no modelo como integrantes das variáveis latentes de primeira ordem e das variáveis latentes de segunda ordem. Esta repetição de indicadores tem o intuito de, por um lado, se avaliar o modelo de medida das variáveis latentes de primeira ordem e, por outro lado, de se obterem os *scores* das variáveis latentes, que vão funcionar como variáveis para medir as relações entre os constructos de segunda ordem (modelo estrutural) (Hair *et al.*, 2014).

7.3.1. Modelo de medida

A primeira parte da avaliação de um modelo é apresentar os resultados do modelo de medida, para examinar a fiabilidade e validade das medidas utilizadas para representar cada constructo (Amaro & Duarte, 2015; Chin, 2010). O modelo de medida foi analisado tendo em conta que se considera um modelo de segunda ordem e considerando que os procedimentos utilizados para avaliar a validade e fiabilidade dos constructos refletivos são diferentes dos usados para analisar constructos formativos (Amaro & Duarte, 2015; Hair *et al.*, 2014). Uma vez que o modelo em análise na presente secção tem constructos refletivos (os

¹ O coeficiente de determinação (R^2) permite apurar a variância explicada das variáveis latentes endógenas, ou seja, em quanto é que determinadas variáveis medem o constructo que pretendem explicar (Hair *et al.*, 2014).

constructos de primeira ordem) e formativos (os constructos de segunda ordem), a avaliação do modelo de medida será dividida em duas subsecções de forma a distinguir estes dois tipos de constructos (Amaro & Duarte, 2015).

(i) Medidas refletivas

Considerando que os constructos de primeira ordem têm uma natureza refletiva, devem determinar-se os seguintes indicadores (Hair *et al.*, 2012: 423):

- (i) consistência interna (fiabilidade dos indicadores e dos constructos): a fiabilidade dos indicadores (*indicator reliability*) é examinada através dos *loadings* dos constructos², que permitem saber a contribuição de cada item para a variável latente (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2014). A fiabilidade dos constructos (*construct reliability*) pode ser analisada a partir do coeficiente de consistência interna compósita (*composite reliability*), que avalia se o conjunto dos indicadores de um constructo latente é considerado homogéneo, confirmando-se se apresentar um valor superior a 0,7 ou, em estudos exploratórios, um valor igual ou superior a 0,6 (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2012; Vinzi *et al.*, 2010).
- (ii) validade convergente: pretende averiguar em que medida os vários fatores convergem na representação do constructo que estão a medir (Chin, 2010) e é realizado através da análise de dois indicadores: (i) a variância média extraída (*average variance extracted – AVE*), que analisa a variância partilhada entre um constructo latente e os seus itens e deve atingir pelo menos o valor de 0,5 (Hair *et al.*, 2012); e (ii) a significância estatística dos *loadings* dos indicadores, através da respetiva estatística *t*³.
- (iii) validade discriminante: permite verificar se dois constructos latentes se encontram efetivamente a medir conceitos distintos e é feita através da análise dos *cross loadings*: o *loading* de cada item deve ser mais alto no seu constructo do que em qualquer outro (Hair *et al.*, 2014).

Hair *et al.* (2014) alertam para o facto de os *loadings* abaixo de 0,4 deverem ser eliminados e considerar-se retirar os *loadings* que se situam entre 0,4 e 0,7, se estes tiverem implicações na AVE e fiabilidade compósita. Após esta análise, e constatando-se que no modelo ilustrado pela Figura 7.3 existiam itens com *loadings* muito abaixo de 0,6 que interferiam também com a AVE e fiabilidade compósita dos constructos que integravam, dos 87 itens iniciais (Tabelas 6.8, 6.11, 6.12, 6.16, 6.19 e 6.21), foram retirados 17 itens, como indica a Tabela 7.10.

² Os *loadings* representam os coeficientes de correlação entre a variável latente e os respetivos itens, devendo, de forma geral, cada *loading* apresentar um valor superior a 0,7 (Hair *et al.*, 2012). Em estudos exploratórios é aceitável o valor mínimo de 0,4 (Hair *et al.*, 2012: 429).

³ O valor da estatística *t* deve ultrapassar o valor de referência 1,96 para os testes bilaterais admitindo um nível de significância de 5% (Caldeira, 2014).

Tabela 7. 10 – Itens retirados da análise MEE

Constructo de primeira ordem associado	Item retirado da análise MEE final
M2 - QRR	Estar num ambiente diferente
M2 - QRR	Evitar as preocupações do dia-a-dia
M2 - QRR	Recuperar forças
Exp5 - LEF	Os elementos da família viajaram bem em conjunto
Exp4 - ECQ	Toda a família esteve envolvida no planeamento da viagem
Fidelz	É provável voltar aquele local novamente com a família
Exp5 - LEF	Essas férias em família foram tempo bem passado, de qualidade
Exp2 - EDS	Os elementos da família costumam fazer férias separados
EFF2 - MQVS	Contribuíram para melhorar a situação financeira da família
EFI1 - AC	Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo
EFI1 - AC	Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares
EFI3 - RS	Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho
Efeitos Negativos	Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer
EFI3 - RS	Ajudaram-me a relaxar
EFI4 - MAP	Contribuíram para arranjar um novo trabalho
Efeitos Negativos	Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio
Efeitos Negativos	Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas

Todos os dados apresentados posteriormente referem-se ao modelo final (Figura 7.4) depois da eliminação dos referidos itens (após reestimação) (Tabela 7.10).

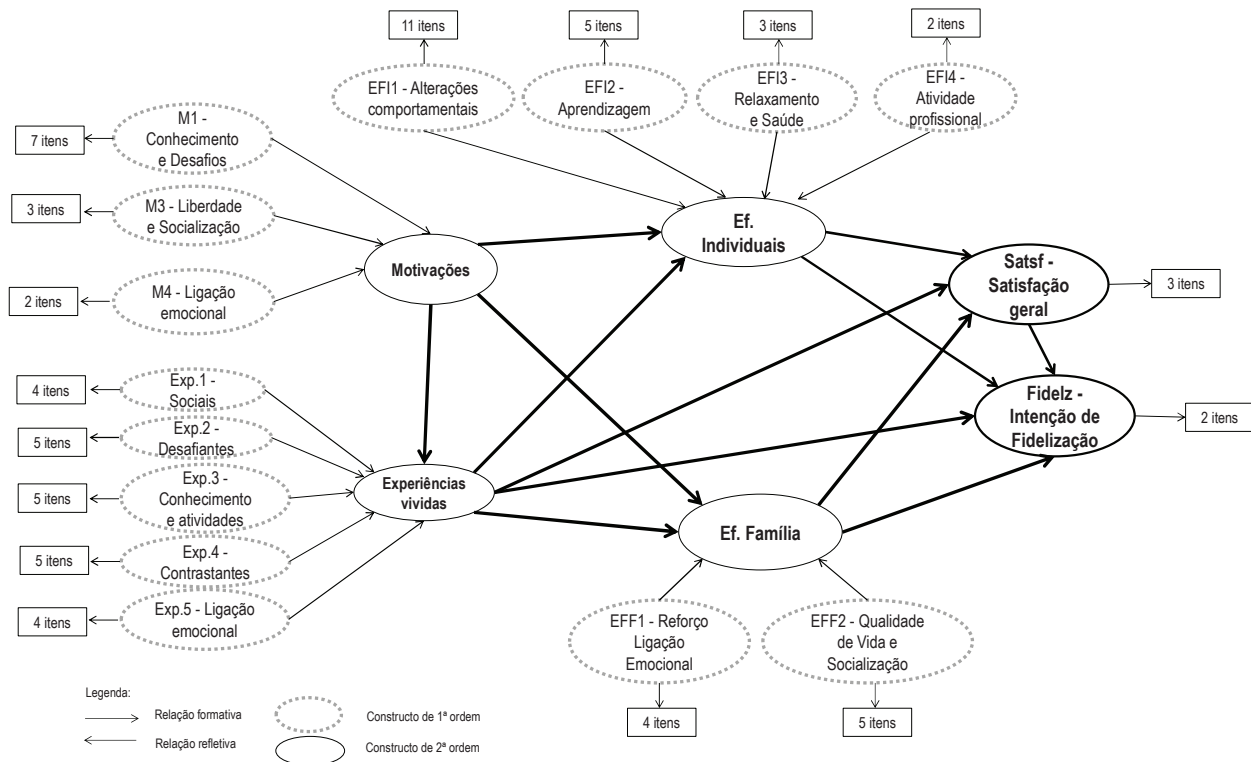


Figura 7. 4 – Modelação final da relação entre itens e os diferentes constructos

A Tabela 7.11 apresenta os *loadings* dos indicadores, os respetivos valores *t* relativamente ao seu contributo para o constructo de primeira ordem que estão a medir, o coeficiente de fiabilidade de consistência interna compósita, o valor do *Cronbach's α* , a AVE e a indicação se verificam o pressuposto da validade discriminante, pela análise dos *cross loadings* (correlação de um indicador com os outros constructos do modelo).

Os dados apresentados na Tabela 7.11 mostram que as medidas do modelo refletivo são robustas em termos de fiabilidade e validade, uma vez que apresentam as seguintes características:

- (i) Em termos da fiabilidade da consistência interna, quase todos os itens apresentam *loadings* com valor superior ao ideal de 0,7, sendo que apenas um apresenta *loadings* entre 0,6 e 0,7 (acima do valor aceitável de 0,6). Por outro lado, verificam-se os pressupostos de fiabilidade compósita com todos os constructos com coeficientes elevados acima de 0,84. Relativamente ao *Cronbach's α* , todos os constructos de primeira ordem apresentam valores superiores ao valor ideal de 0,7.
- (ii) Registam-se também os pressupostos de validade convergente de todos os constructos, com AVE superior a 0,5 e todos os *loadings* dos indicadores significativos ao nível de 0,001, confirmando-se a significância estatística do seu contributo para o respetivo constructo.
- (iii) Por fim, os resultados de avaliação do modelo de medida atestam também validade discriminante para todos os constructos, pela análise de *cross loadings*, sendo os *loadings* de cada item mais altos no seu constructo do que em qualquer outro (Apêndice IV).

Tabela 7. 11 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo refletivo após reestimação

Construto de 1º ordem (e sigla)	Designação do item	Item	Loadings dos indicadores	valores t*	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Validade discrimin.
Motivação 1 - Conhecimento e Desafios								
M1 - CD	A6_15	Conhecer outras culturas e modos de vida	0,803	12,212	0,941	0,927	0,696	-
	A6_16	Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	0,785	12,004				sim
	A6_1	Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família	0,787	10,565				sim
	A6_2	Experimentar coisas novas	0,884	13,786				sim
	A6_3	Me conhecer melhor	0,867	20,126				sim
	A6_4	Interagir com residentes do local que visitei	0,894	20,462				sim
	A6_8	Conhecer novas pessoas	0,814	10,018				sim
Motivação 3 - Liberdade e Socialização								
M3 - LS	A6_11	Estar com amigos e/ou outros familiares	0,837	12,139	0,854	0,744	0,661	-
	A6_12	Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	0,799	10,186				sim
	A6_13	Sentir paz e calma, estar longe de multidões	0,802	10,439				sim
Motivação 4 - Ligação emocional da família								
M4 - LEF	A6_5	Conhecer melhor a minha família	0,929	43,622	0,919	0,824	0,850	-
	A6_9	Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	0,915	18,873				sim
Experiências 1 - Exp. Sociais								
Exp.1 - S	A14_3	Contactei com novas pessoas e/ou organizações	0,840	12,795	0,896	0,844	0,682	-
	A14_5	Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela	0,807	10,882				sim
	A14_6	Interagi com os residentes locais	0,871	14,623				sim
	A14_new_NovasAmiz	Fiz novas amizades	0,783	12,890				sim
Experiências 2 - Exp. desafiantes e de "separação" da família								
Exp2 - DSF	A14_13	Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando	0,846	20,341	0,903	0,866	0,651	-
	A14_14	Particpei em atividades práticas	0,761	13,214				sim
	A14_18	Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia	0,806	12,492				sim
	A14_24	Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto	0,805	14,420				sim
	A14_8	Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-dia	0,815	15,288				sim
Cont.								

Tabela 7. 11 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo refletivo após reestimação (cont.)

Construto de 1º ordem (e sigla)	Designação do item	Item	Loadings dos indicadores	valores t*	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Validade discrimin.
Experiências 3 - Exp. de conhecimento local e atividades em família								
Exp3 - CA	A14_10	Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades	0,787	9,687	0,917	0,886	0,688	-
	A14_15	Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades	0,837	13,761				sim
	A14_16	Provei a gastronomia local	0,869	13,054				sim
	A14_17	Fiz/ vi (pt:Quis ver) coisas novas	0,820	7,142				sim
	A14_1	Procurei informações mais específicas sobre o local	0,833	10,818				sim
Experiências 4 - Exp. Contrastantes com quotidiano								
Exp4 - CQ	A14_11	Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes	0,617	6,514	0,890	0,843	0,622	-
	A14_19	Senti o contraste com o dia-a-dia	0,722	10,097				sim
	A14_22	Fiz coisas que não posso fazer em casa	0,882	13,096				sim
	A14_23	Os (pt: senti que os) meus sentidos foram estimulados	0,850	9,434				sim
	A14antes15_2	Passámos mais tempo juntos do que habitualmente	0,842	11,822				sim
Experiências 5 - Exp. de ligação emocional da família								
Exp5 - LEF	A14_12	Os elementos da família respeitaram o tempo e o espaço de cada um	0,706	9,237	0,847	0,760	0,582	-
	A14_20	Os elementos da família partilharam interesses e experiências uns com os outros	0,833	13,636				sim
	A14_4	Houve um bom relacionamento entre os membros da família	0,781	6,020				sim
	A14_new_Famunidos	Os elementos da família estiveram mais unidos	0,726	10,772				sim
Efeito Família 1 - Reforço ligação emocional da família								
EFF1 - RLEF	B1_1	Fortaleceram os nossos laços familiares	0,929	20,074	0,942	0,918	0,803	-
	B1_4	Deram-nos oportunidade para criarmos memórias boas e/ou divertidas	0,896	13,849				sim
	B1_5	Deram-nos oportunidade de experimentar novos lugares e atividades	0,864	12,090				sim
	B1_6	Fizeram com que ficássemos mais próximos uns dos outros	0,894	15,214				sim
Efeito Família 2 - Melhoria da Qualidade de Vida e Aumento da socialização								
EFF2 - MQVS	B1_10	Contribuíram para reduzir os gastos familiares em saúde (ex: medicação para stress,...)	0,831	16,001	0,920	0,890	0,697	-
	B1_3	Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	0,840	13,536				sim
	B1_8	Contribuíram para descobrirmos novas formas de lidarmos uns com os outros	0,849	15,951				sim
	B1_new_AcessInfo	Aumentaram o nosso acesso à informação	0,905	26,034				sim
	B1_new_NovasPessoas	Aumentaram as nossas oportunidades de estar com pessoas novas/ diferentes	0,741	9,291				sim

Cont.

Tabela 7. 11 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo refletivo após reestimação (cont.)

Construto de 1º ordem (e sigla)	Designação do item	Item	Loadings dos indicadores	valores t*	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Validade discrimin.
Efeito Individual 1 - Alteração de comportamentos								
EF11 - AC	B2_14	Permitiram-me aprender sobre mim próprio	0,796	46,735	0,947	0,938	0,618	-
	B2_15	Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	0,741	33,618				sim
	B2_17	Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa	0,814	52,891				sim
	B2_18	Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes das férias pensava impossíveis	0,780	44,622				sim
	B2_19	Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	0,750	36,162				sim
	B2_20	Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	0,843	66,614				sim
	B2_21	Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	0,839	58,382				sim
	B2_23	Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	0,793	46,966				sim
	B2_4	Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia	0,755	36,581				sim
	B2_6	Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa	0,779	41,671	0,923	0,896	0,707	sim
	B2_9	Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	0,746	35,436				sim
	Efeito Individual 2 - Aprendizagem em novas situações							
EF12 - ANS	B2_10	Permitiram-me aprender muito	0,869	67,746	0,874	0,783	0,697	-
	B2_11	Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	0,841	57,025				sim
	B2_12	Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	0,893	96,729				sim
	B2_13	Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	0,776	38,846				sim
	B2_16	Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	0,822	55,015				sim
	Efeito Individual 3 - Relaxamento e Saúde							
EF13 - RS	B2_24	Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	0,837	46,620	0,905	0,793	0,826	-
	B2_28	Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	0,827	45,503				sim
	B2_30	Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	0,841	46,855				sim
Efeito Individual 4 - Melhoria atividade profissional								
EF14 - MAP	B2_33	Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional	0,934	200,509	0,905	0,793	0,826	-
	B2_35	Contribuíram para encontrar oportunidades de negócio novas	0,883	65,533				sim

Cont.

Tabela 7. 11 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo refletivo após reestimação (cont.)

Construto de 1º ordem (e sigla)	Designação do item	Item	Loadings dos indicadores	valores t*	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Validade discrimin.
Satisfação					0,931	0,889	0,819	-
Satsf	B15_1	No geral, sinto que essas férias enriqueceram a minha vida	0,880	11,051				sim
	B15_3	Sinto-me melhor relativamente à vida depois dessas férias	0,946	51,868				sim
	B15_5	Estou contente por ter feito essas férias	0,886	15,046				sim
Intenção de Fidelização					0,904	0,788	0,825	-
Fidelz	A15_new_Recom	Tenciono recomendar umas férias iguais aos meus familiares e amigos	0,911	31,158				sim
	A15_new_Repetir	Tenho intenção de repetir essas férias em família	0,906	10,760				sim

Legenda: * os valores t foram obtidos através da técnica bootstrapping (5000 amostras) e são significativos a um nível de 0,000; Validade discrimin. = Validade discriminante

(ii) Constructos formativos

Os constructos formativos propostos no modelo são Motivações, Experiências vividas, Efeitos Individuais e Efeitos na Família, que são constructos de segunda ordem. Os testes de avaliação da qualidade de medida de constructos de segunda ordem devem seguir um processo semelhante ao que é utilizado para examinar os constructos de primeira ordem (Amaro & Duarte, 2015; Chin, 2010). Assim, os indicadores da qualidade de medida dos constructos de segunda ordem são analisados em duas etapas: primeiro ao nível dos constructos de primeira ordem (análise que foi realizada na seção anterior, por todos os constructos de primeira ordem neste modelo serem refletivos); e ao nível dos constructos de segunda ordem, onde os constructos de primeira ordem aparecem como indicadores dos constructos de segunda ordem (Amaro & Duarte, 2015; Hair *et al.*, 2012).

Uma vez que nesta segunda ordem de constructos se analisa um modelo tipo formativo, devem analisar-se não os *loadings*, mas os *weights* de cada constructo de primeira ordem no constructo de segunda ordem (que devem ser iguais ou superiores a 0,1) e a significância estatística desses *weights*, através da respetiva estatística *t* (Amaro & Duarte, 2015; Andreev, Heart, Maoz, & Pliskin, 2009; Hair *et al.*, 2014). Outro critério importante para avaliar a validade dos constructos de primeira ordem é a multicolinearidade, analisada através do *Variance Inflation Factor* – VIF. Se existir multicolinearidade entre dois constructos de primeira ordem⁴, isso pode significar que ambos medem o mesmo aspeto do constructo de segunda ordem, colocando em causa a natureza formativa do constructo de segunda ordem (Amaro & Duarte, 2015; Andreev, Heart, Maoz, & Pliskin, 2009; Hair *et al.*, 2014). Assim, observam-se na Tabela 7.12 os valores dos *weights* dos constructos de primeira ordem, bem como a sua significância estatística, e o indicador que permite analisar a multicolinearidade (VIF).

Estes valores permitem concluir que todos os constructos de primeira ordem têm “pesos” (*weights*) significativos nos constructos de segunda ordem, significando que existe evidência empírica que suporta a relevância dos constructos de primeira ordem integrarem os constructos de segunda ordem, apresentando estes constructos validade (Amaro & Duarte, 2015; Hair *et al.*, 2014). Acresce que quase todos os constructos apresentam *weights* superiores a 0,1 e sinal consistente com o que se esperava na teoria (Andreev *et al.*, 2009). A única exceção é o constructo de primeira ordem EF14 – MAP (Efeito Individual ao nível da Melhoria da Atividade Profissional) que apresenta um *weight* de 0,098, estatisticamente significativo a um nível de 0,001 (Tabela 7.12). Optou-se por manter este constructo de primeira ordem uma vez que o seu *weight* está muito próximo do limite aceitável, é estatisticamente significativo e a análise de uma eventual divisão do constructo em dois constructos (Andreev *et al.*, 2009) não faria sentido. Acresce, ainda, o facto de este baixo *weight* poder ser também reflexo de este ser o constructo com menos indicadores, de entre os vários constructos de primeira ordem que compõem o constructo de segunda ordem, o que poderá implicar

⁴ VIF inferior a 10, de acordo com Andreev *et al.* (2009), ou VIF inferior a 5, adotando uma regra mais rigorosa e conservadora, de Hair *et al.* (2014).

uma diminuição do *weight* do constructo de primeira ordem uma vez que se utiliza a abordagem em duas fases, com repetição de indicadores, para estimar o modelo, como referido anteriormente (Hair *et al.*, 2014).

Analisando os valores apresentados na Tabela 7.12, observa-se que todos os constructos de primeira ordem apresentam VIF inferior a 10 (Andreev *et al.*, 2009), e até mesmo ao valor 5 (Hair *et al.*, 2014), concluindo-se que não existe multicolinearidade entre os constructos de primeira ordem.

Tabela 7. 12 - Medidas de fiabilidade e validade do modelo formativo após reestimação

Constructo de 2ª ordem (e sigla)	Constructo de 1ª ordem (e sigla)	Weights dos indicadores	valores t*	VIF
Motivações (M)	M1 - CD	0,645	20,621	3,874
	M3 - LS	0,228	10,722	2,643
	M4 - LEF	0,195	8,932	2,950
Experiências (Exp.)	Exp.1 - S	0,207	8,376	3,486
	Exp2 - DSF	0,216	8,760	2,652
	Exp3 - CA	0,268	12,957	4,674
	Exp4 - CQ	0,245	10,002	3,736
	Exp5 - LEF	0,175	12,682	4,631
Efeitos Família (EFF)	EFF1 - RLEF	0,507	19,489	4,243
	EFF2 - MQVS	0,526	22,272	4,482
Efeitos Individuais (EFI)	EFI1 - AC	0,624	76,611	3,516
	EFI2 - ANS	0,297	45,762	2,796
	EFI3 - RS	0,117	15,670	1,399
	EFI4 - MAP	0,098	18,829	1,552

Legenda: * os valores t foram obtidos através da técnica bootstrapping (5000 amostras) e são significativos a um nível de 0,000

Os resultados apresentados permitem concluir que o modelo de medida apresenta os critérios necessários em termos de fiabilidade e de validade para se proceder à avaliação do modelo estrutural.

Relativamente aos constructos de segunda ordem é importante, ainda, a avaliação da validade nomológica, ou seja, se o constructo formativo capta realmente o significado que se pretende (Amaro & Duarte, 2015; Henseler, Ringle & Sinkovics, 2009). Este tipo de validade pode manifestar-se na magnitude e importância das relações entre os constructos de segunda ordem formativa e os restantes constructos integrantes do modelo (Henseler *et al.*, 2009). No modelo em análise estas relações referem-se já à avaliação do modelo estrutural, pelo que serão apresentadas na secção que se segue.

7.3.2. Modelo estrutural

Confirmado o modelo de medida como válido e fiável, a etapa seguinte consiste na avaliação dos resultados do modelo estrutural (Hair *et al.*, 2014). Nesta fase, interessa analisar a capacidade de previsão do modelo e as relações entre os constructos Motivações, Experiências vividas, Efeitos individuais, Efeitos na família, Satisfação geral e Intenções de Fidelização, seguindo as etapas propostas por Hair *et al.* (2014).

A primeira etapa é analisar o modelo estrutural em termos de multicolinearidade. Os resultados desta análise validam o modelo já que as variáveis preditivas em cada subconjunto atingem sempre claramente um VIF (valor máximo de 2,192) muito inferior aos limites máximos indicados na literatura: valor 5, de acordo com Hair *et al.* (2014) ou valor 10 de acordo com Andreev *et al.* (2009) (Apêndice V).

A segunda etapa envolve a análise dos coeficientes estruturais (*path coefficients*), que permite medir a magnitude, sinal e significância das relações entre variáveis latentes e, assim, obter resposta à questão de investigação levantada sobre os fatores que determinam os efeitos do turismo em família e eventuais efeitos sobre a satisfação obtida com a realização das férias e a intenção de fidelização.

A Figura 7.5 apresenta o modelo estrutural, os coeficientes estruturais e o respetivo nível de significância sendo assinaladas as relações identificadas como significativas a 5%.

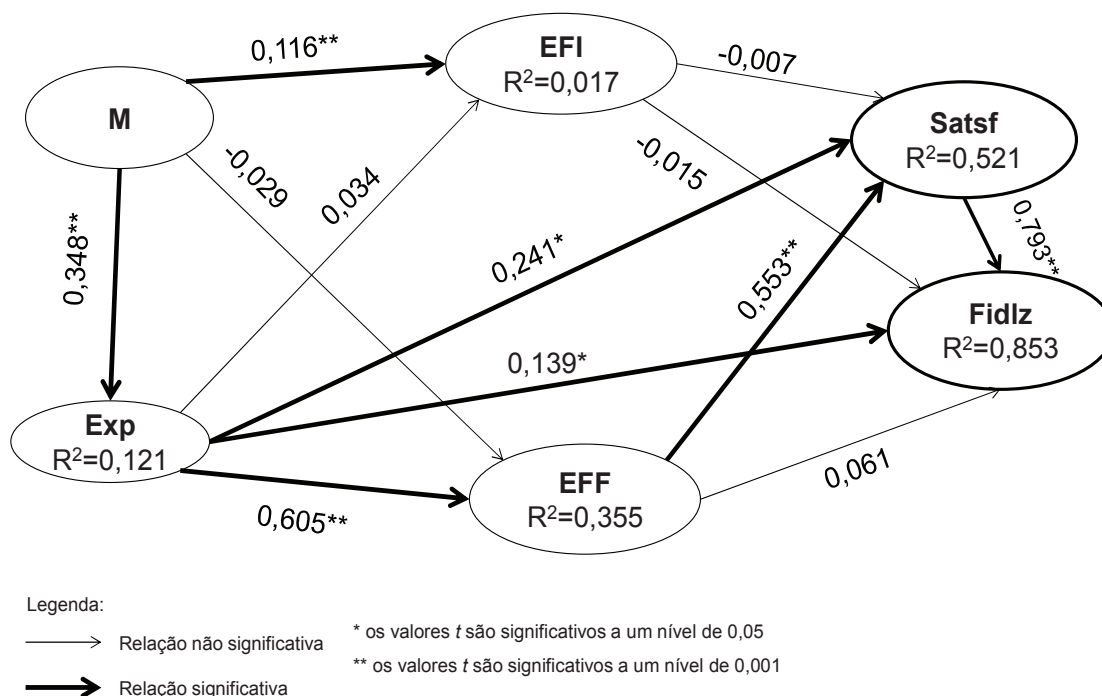


Figura 7. 5 – Modelo estrutural

A Tabela 7.13 complementa a informação, sendo indicados para além dos coeficientes estruturais e o nível de significância, também o valor *t*, o valor de significância (*p*) e os intervalos de confiança⁵ para cada relação (caminho) entre constructos.

Tabela 7. 13 – Testes de significância das relações estruturais

Relação	Coeficiente (β)	Intervalo Confiança a 95%	valor de <i>t</i>	valor de <i>p</i>
M → Exp	0,348	[0,158; 0,541]	3,597**	0,000
M → EFI	0,116	[0,040; 0,198]	2,899*	0,004
M → EFF	-0,029	[-0,173; 0,129]	0,376	0,707
Exp → EFI	0,034	[-0,036; 0,113]	0,904	0,366
Exp → EFF	0,605	[0,389; 0,780]	6,019**	0,000
Exp → Satsf	0,241	[0,021; 0,463]	2,171*	0,030
Exp → Fidlz	0,139	[0,051; 0,261]	2,558*	0,011
EFI → Satsf	-0,007	[-0,036; 0,035]	0,366	0,714
EFI → Fidlz	-0,015	[-0,051; 0,016]	0,887	0,375
EFF → Satsf	0,553	[0,307; 0,780]	4,643**	0,000
EFF → Fidlz	0,061	[0,002; 0,165]	1,452	0,147
Satsf → Fidlz	0,793	[0,626; 0,888]	11,486**	0,000

Legenda: * os valores *t* são significativos a um nível de 0,05; ** os valores *t* são significativos a um nível de 0,001.

Das 12 relações (caminhos) evidenciadas no modelo estrutural, cinco não se revelaram estatisticamente significativas. As motivações aparecem como importantes determinantes das experiências vividas ($\beta = 0,348$) e influenciam também a percepção de efeitos do turismo no indivíduo ($\beta = 0,116$). Este resultado é compreensível considerando que este constructo integrava maioritariamente itens relacionados com motivações individuais (apenas o constructo M4, dos quatro fatores de motivações obtidos, estava relacionado com motivações coletivas).

As experiências, por sua vez, são fortes determinantes da percepção dos efeitos das férias na família ($\beta = 0,605$) e têm influência também na intenção de fidelização ($\beta = 0,139$), para além da influência sobre a satisfação ($\beta = 0,241$). Os efeitos individuais não se revelaram estatisticamente importantes para determinar a satisfação e a fidelização. O impacte maior sobre a satisfação obtida com as férias provém da percepção dos efeitos do turismo na família ($\beta = 0,553$). Observa-se ainda que, como seria de esperar, a satisfação obtida com as férias em família determina fortemente a intenção de recomendar e/ou repetir as férias em família (intenção de fidelização) ($\beta = 0,793$).

⁵ Quando os intervalos de confiança não incluem zero, pode assumir-se que o coeficiente estrutural é significativamente diferente de zero para a probabilidade de erro de 5% (Caldeira, 2014).

Os efeitos totais (diretos e indiretos) dos constructos independentes sobre os dependentes foram também analisados (Tabela 7.14), uma vez que proporcionam informação relativa a relações causa-efeito indiretas que pode ser particularmente relevante em estudos exploratórios (Hair *et al.*, 2014).

Tabela 7. 14 – Efeitos diretos, indiretos e totais entre os constructos do modelo estrutural

Relação	Efeito direto	Efeito indireto	Efeito total	valor de t
M --> Exp	0,348	0,000	0,348	3,597**
M --> EFI	0,116	0,012	0,128	3,489**
M --> EFF	-0,029	0,210	0,182	2,690*
M --> Satsf	0,000	0,183	0,183	3,188**
M --> Fidlz	0,000	0,203	0,203	3,179**
Exp --> EFI	0,034	0,000	0,034	0,904 ns
Exp --> EFF	0,605	0,000	0,605	6,019**
Exp --> Satsf	0,241	0,334	0,575	5,600**
Exp --> Fidlz	0,139	0,493	0,631	6,848**
EFI --> Satsf	-0,007	0,000	-0,007	0,366 ns
EFI --> Fidlz	-0,015	-0,005	-0,020	0,971 ns
EFF --> Satsf	0,553	0,000	0,553	4,643**
EFF --> Fidlz	0,061	0,438	0,499	4,292**
Satsf --> Fidlz	0,793	0,000	0,793	11,486**

Legenda: * os valores t são significativos a um nível de 0,05; ** os valores t são significativos a um nível de 0,001; ns = não significativo

A Tabela 7.14 permite concluir que as experiências vividas apresentam-se como moderadoras que intensificam significativamente a relação das motivações sobre os efeitos do turismo, particularmente sobre os efeitos na família. Ainda sobre as motivações, é perceptível que este constructo também influencia indiretamente, através das experiências vividas e dos efeitos do turismo (EFI e EFF), de forma positiva, a satisfação e a fidelização. Relativamente às experiências vividas, os resultados parecem indicar que os efeitos do turismo (EFI e EFF) terão um efeito moderador a considerar na relação entre este constructo e os constructos satisfação e fidelização. Por fim, parece haver evidência de que também a satisfação poderá ter um efeito moderador significativo na relação entre os efeitos do turismo na família e a fidelização.

A terceira etapa de avaliação do modelo estrutural implica a análise da capacidade preditiva do modelo. A análise dos coeficientes de determinação R^2 (Tabela 7.15) permite a análise da variância explicada dos constructos endógenos. Sabendo que, de acordo com Hair *et al.* (2014, p. 175), os valores aceitáveis de R^2 dependem da complexidade do modelo e da área de estudo, vão existir valores de referência variáveis: em estudos de Marketing, os valores de 0,75, 0,5 e 0,25 são considerados como substancial, moderado e fraco; em estudos relativos ao comportamento do consumidor um valor de R^2 de 0,2 é considerado alto (Caldeira, 2014).

Neste estudo, que tem carácter exploratório e que se debruça sobre comportamentos e percepções do consumidor, através de avaliações de efeitos, satisfação e intenções de fidelização subjetivamente declaradas, o R^2 dos constructos satisfação e fidelização pode considerar-se bastante elevado (acima de 0,5), apresentando o constructo percepções dos efeitos do turismo na família um valor de R^2 relativamente alto (superior a 0,2) e os constructos experiências vividas e efeitos do turismo no indivíduo, valores de R^2 fracos (abaixo de 0,2) (Tabela 7.15). O valor muito baixo do R^2 do constructo efeitos do turismo no indivíduo poderá ter a ver com o facto de as experiências e motivações do turismo em família não serem de carácter individual, mas sim mais orientadas para a família, facto que é comprovado pela relação fraca encontrada entre as motivações e os efeitos individuais e pela relação não significativa verificada entre as experiências vividas e os efeitos individuais (Tabela 7.13). O valor de R^2 relativo ao constructo efeitos na família é bastante aceitável, não só considerando a área de estudo em que se enquadra, mas também considerando que este constructo é bastante complexo e no modelo apresentado tem influência apenas de dois outros constructos (Amaro & Duarte, 2015; Henseler *et al.*, 2009). O mesmo raciocínio se pode apresentar para o valor de R^2 relativo ao constructo experiências, que apenas tem uma variável preditiva. No entanto, o valor de R^2 relativo ao constructo efeitos individuais já terá de ser analisado como sendo o único não satisfatório.

A avaliação da relevância preditiva do modelo é dada pelo índice de Stone-Geisser (Q^2) (Hair *et al.*, 2014). Este índice mede até que ponto os valores observados são bem reproduzidos pelo modelo e pelas estimativas dos parâmetros (Caldeira, 2014). Um valor de Q^2 superior a zero é indicativo de relevância preditiva (Hair *et al.*, 2014; Henseler *et al.*, 2009), o que se verifica com todos os constructos, confirmando a relevância da capacidade de previsão do modelo (Tabela 7.15). De acordo com os resultados anteriores dos coeficientes de determinação, apenas o Q^2 do constructo efeitos individuais não será significativo. Estes resultados evidenciam que o modelo tem capacidade preditiva e consegue explicar a larga maioria dos constructos endógenos que integra.

Tabela 7. 15 - Resultados relativos à capacidade preditiva do modelo estrutural (R^2 e Q^2)

	R^2	Q^2
EFF	0,355	0,293
EFI	0,017	0,014
Exp	0,121	0,101
Fidlz	0,853	0,830
Satisf	0,521	0,501

Para além do valor de R^2 é recomendado também analisar a magnitude do efeito (*effect size* - f^2) (Amaro & Duarte, 2015; Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2014) (Tabela 7.16). A magnitude do efeito (f^2) mede o impacto de um determinado constructo preditivo sobre um constructo endógeno, sendo calculada com base na mudança do valor do R^2 quando um determinado constructo exógeno é suprimido do modelo. A

magnitude do efeito é considerada como fraca, quando os valores estão entre 0,02 e 0,149, moderada, quando os valores estão entre 0,150 e 0,349, ou forte, quando os valores são superiores a 0,350 (Hair *et al.*, 2014, citando Cohen, 1988).

Tabela 7. 16 - Resultados relativos ao f^2 do modelo estrutural

	f^2 em relação a				
	EFF	EFI	Exp	Fidlz	Satsf
M	0,001	0,012	<i>0,138</i>	-	-
Exp	0,499	0,001	-	<i>0,078</i>	<i>0,078</i>
EFF	-	-	-	0,012	0,411
EFI	-	-	-	0,001	0,000
Satsf	-	-	-	2,040	-

Legenda: a *itálico* estão assinalados os efeitos fracos e a **negrito** os efeitos elevados

Nota: São apresentadas apenas as magnitudes dos efeitos relativos aos coeficientes estruturais significativos.

Estes resultados evidenciam que retirar o constructo satisfação iria reduzir substancialmente a variância explicada (R^2) do constructo fidelização, o que não constitui uma surpresa. O mesmo sucederia ao R^2 do constructo percepções dos efeitos na família, se retirássemos o constructo experiências ou ao R^2 do constructo satisfação se retirássemos o constructo percepções dos efeitos na família (são constructos que também evidenciam uma relação causa-efeito forte – Tabela 7.13). Por outro lado, o constructo motivações tem um efeito fraco no constructo experiências, bem como o constructo experiências no constructo satisfação (Tabela 7.16). Considera-se, no entanto, que este último efeito deve ser, eventualmente, contextualizado pelo significativo efeito moderador das percepções dos efeitos sobre a relação entre as experiências vividas e a satisfação, incrementando muito o efeito direto verificado entre experiências vividas e satisfação (Tabela 7.14).

7.3.3. Diferenças de acordo com as características socioeconómicas das famílias (análise multigrupo)

Outro aspeto importante na análise do modelo estrutural é a heterogeneidade das observações, situação comum na modelação PLS-SEM (Hair *et al.*, 2014). É comum existirem “situações em que são registados diferentes parâmetros para diferentes subpopulações de consumidores” (Hair *et al.*, 2014: 184). Assim, na mesma relação estrutural, os dados relativos a um subgrupo podem apontar para um determinado resultado e os do outro subgrupo apontar exatamente em sentido contrário, distorcendo os resultados ou mesmo anulando-se mutuamente (Caldeira, 2014; Hair *et al.*, 2014).

Para verificar se existe heterogeneidade na amostra, é comum testar potenciais fontes de heterogeneidade (determinadas características da amostra), estimando modelos separados para cada grupo

(Hair *et al.*, 2014, pp. 184). Assim, neste sentido, podem comparar-se as diferenças dos respetivos coeficientes estruturais, através de análise PLS multigrupo (PLS-MGA – *Multigroup analysis*). A análise PLS-MGA integra um conjunto de diferentes técnicas desenvolvidas para comparação de estimações (geralmente os coeficientes estruturais) de um modelo PLS-SEM entre dois ou mais grupos de dados (Hair *et al.*, 2014). Em termos conceptuais, comparar efeitos específicos de grupo obriga a considerar uma variável categórica como moderadora desses efeitos (Sarstedt, Henseler, & Ringle, 2011). Pode, então, dizer-se que a análise multigrupo constitui uma possível abordagem para analisar efeitos moderadores no modelo estrutural, particularmente útil quando existem variáveis discretas moderadoras que servem de critério de segmentação *a priori* (Caldeira, 2014; Mehmetoglu, 2012). No caso do presente estudo, o nível de privação material das famílias é o critério de segmentação que se considera mais relevante, pelo que se procederá à análise do modelo anteriormente estimado, considerando diferenças entre as famílias com privação material e sem privação material.

Tratando-se de um campo de investigação relativamente recente, existem várias abordagens possíveis para fazer este tipo de análise (Hair *et al.*, 2014), sendo a mais referida a do método paramétrico, proposto por Keil *et al.* (2000), que constitui uma versão simplificada do teste *t* de amostras independentes para comparar diferenças entre dois grupos da amostra (Hair *et al.*, 2014).

Na aplicação da análise PLS-MGA, designadamente do teste paramétrico, são seguidos os procedimentos de acordo com Hair *et al.* (2012), calculado por especificação dos coeficientes estruturais resultantes do modelo aplicado a cada um dos grupos, erros padrão (obtidos por *bootstrapping*) e tamanho das amostras. Em termos das condições de aplicabilidade do teste paramétrico, refira-se que:

- (i) quanto à homogeneidade de variâncias, os resultados do teste de *Levene* indicam se se deve usar a fórmula para homogeneidade dos erros padrão ou a fórmula ajustada à violação da homogeneidade dos erros padrão;
- (ii) quanto à normalidade, este teste requer que os dados sigam uma distribuição normal, o que vai contra a livre distribuição requerida pela modelação PLS (Hair *et al.*, 2014). Este é, no entanto, o método mais utilizado, minimizada a questão com base no tamanho das amostras (Caldeira, 2014).

Assim, a heterogeneidade observada através da característica “privação material das famílias” será testada através de análise PLS multigrupo.

Quanto ao tamanho mínimo da amostra para cada grupo, a questão não se coloca, tal como anteriormente, pois, de acordo com Hair *et al.* (2014), a regra para estimativas robustas de modelação PLS-SEM, deverá ser uma dimensão mínima de amostra de dez vezes o maior número de caminhos estruturais dirigidos a um determinado constructo no modelo estrutural (neste caso $4 \times 10 = 40$).

Para efetuar a comparação entre os dois grupos de famílias, o modelo estrutural, quando reaplicado aos subgrupos amostrais, teve de ser reestimado, uma vez que os resultados de avaliação do modelo de medida para esses subgrupos colocaram em causa a validade convergente e discriminante dos constructos M4 (motivação relacionada com ligação emocional da família), Exp4 (experiências contrastantes com quotidiano), Exp3 (experiências de conhecimento local e atividades em família), EFI1 (efeitos individuais de alteração de comportamentos), M3 (motivação relacionada com liberdade e socialização), EFF1 (efeitos na família ao nível da ligação emocional) e EFF2 (efeitos na família ao nível da melhoria Qualidade de Vida e socialização). Pela análise dos *loadings* e dos *cross loadings*, foram retirados 8 itens (Apêndice VI).

Voltou a estimar-se o modelo, verificando-se agora os pressupostos de validação para os modelos de medida, quer da amostra total, quer dos dois segmentos de famílias - para o modelo refletivo, AVE, fiabilidade compósita e *crossloadings* e, para o modelo formativo, os *weights* de cada constructo de primeira ordem no constructo de segunda ordem, a sua significância estatística e o VIF (Apêndice VII).

O modelo estrutural assim redefinido foi aplicado tanto à amostra total como aos dois grupos em análise. A Figura 7.6 apresenta o modelo estrutural, os coeficientes estruturais e o respetivo nível de significância, sendo assinaladas as relações identificadas como significativas até ao nível 10% (Hair *et al.*, 2014). Os coeficientes estruturais e os valores de R^2 relativos à amostra total (Tabela 7.17) referem-se também à aplicação do modelo redefinido.

Comparam-se os modelos aplicados a cada grupo da amostra, no sentido de identificar diferenças, sendo que os resultados são apresentados na tabela seguinte, onde se podem observar os coeficientes estruturais para a amostra completa e para os dois grupos subamostrais em análise, os coeficientes de determinação (*path coefficients*) (β), os efeitos totais, os respetivos erros padrão (*std error*), os valores *t*, os respetivos graus de liberdade (*df*) e os valores de significância (*p*). Note-se que o valor de significância do teste *t* apresentado foi escolhido de acordo com os resultados do teste de *Levene*, para verificar a hipótese da igualdade dos erros padrão (considerando-se um nível de significância de 10%), de acordo com o recomendado por Hair *et al.* (2014).

Observa-se, assim que as relações estruturais sobre as quais se verifica efeito de moderação do nível de Privação Material das famílias são dois dos 14 caminhos estruturais que integram o modelo reestimado. Na Tabela 7.17 são identificadas duas diferenças significativas em termos de coeficientes estruturais, denotando um razoável efeito moderador do nível de Privação Material das famílias, entre as 19 relações estruturais.

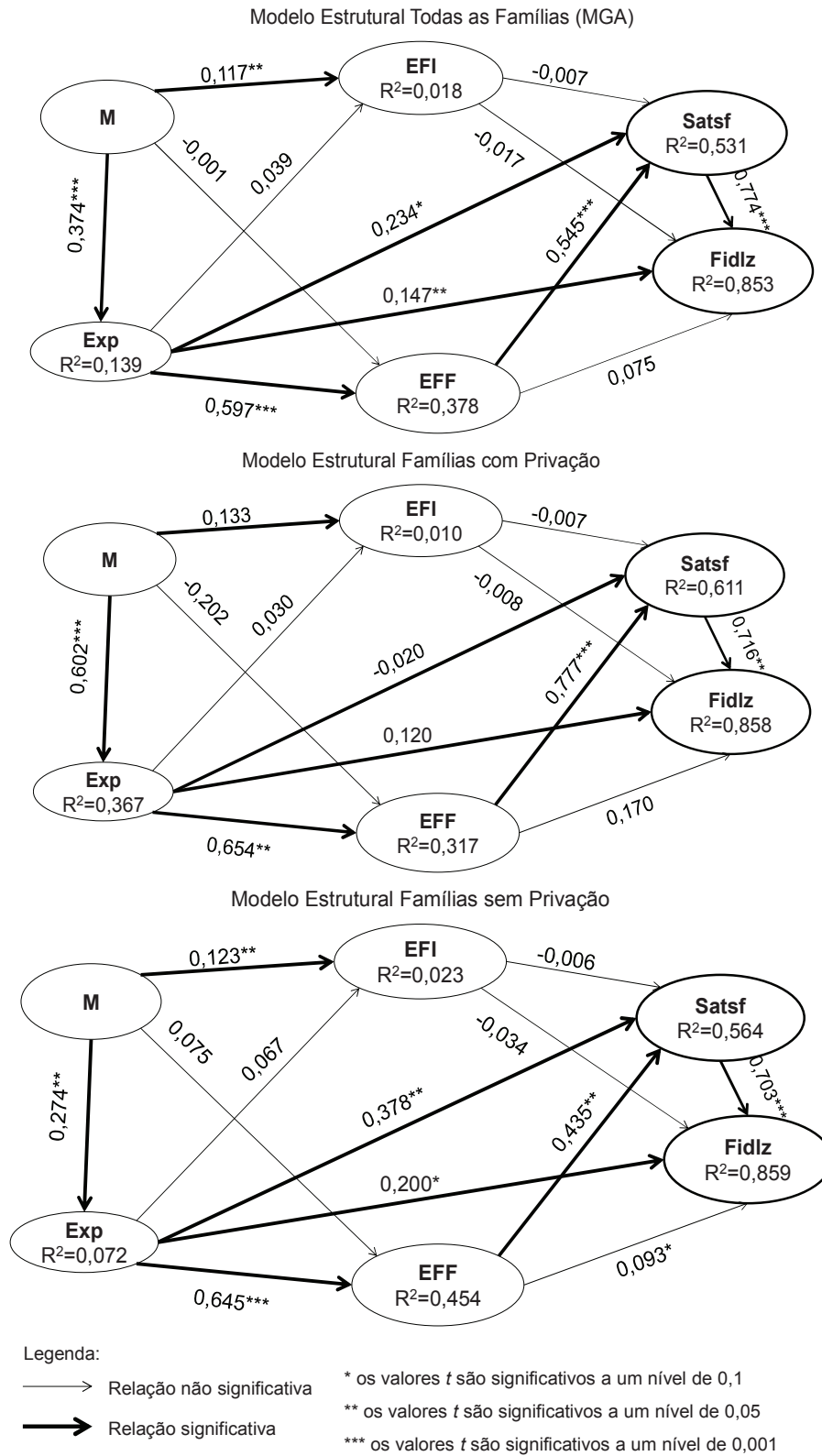


Figura 7. 6 – Modelos estruturais resultantes da análise multigrupo

Tabela 7. 17 – Resultados da análise por grupos de acordo com o nível de Privação Material das famílias

Relação	Todas as Famílias				Famílias com Privação				Famílias sem Privação				Valor t	df	p
	(β)	β	Std error	β	β	Std error	β	Std error	β	Std error	Efeito total	Std error			
M --> Exp	0,374**	0,602	0,155	0,274	0,114	0,114	1,709	341,333	0,088	0,374**	0,602	0,155	1,709	341,333	0,088
M --> EFI	0,117*	0,133	0,134	0,123	0,040	0,040	0,072	179,688	0,943	0,131**	0,117	0,114	0,205	180,306	0,838
M --> EFF	0,001	-0,202	0,264	0,075	0,085	0,085	1,092	187,392	0,276	0,223*	0,189	0,130	0,384	327,213	0,701
M --> Satsf	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,205**	0,124	0,083	0,728	471,384	0,467
M --> Fidlz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,229**	0,197	0,116	0,153	344,920	0,879
Exp --> EFI	0,039	-0,030	0,103	0,067	0,043	0,043	0,874	207,341	0,383	0,039 ns	-0,030	0,103	0,874	207,341	0,383
Exp --> EFF	0,597**	0,654	0,287	0,645	0,106	0,106	0,030	194,836	0,976	0,597**	0,654	0,287	0,030	194,836	0,976
Exp --> Satsf	0,234*	-0,020	0,063	0,378	0,174	0,174	2,156	792,339	0,031	0,561**	0,500	0,252	0,587	821,000	0,558
Exp --> Fidlz	0,147*	0,120	0,080	0,200	0,098	0,098	0,636	628,257	0,525	0,624**	0,571	0,220	0,602	821,000	0,548
EFI --> Satsf	-0,007	-0,007	0,034	-0,006	0,025	0,025	0,044	343,326	0,965	-0,007 ns	-0,007	0,034	0,044	343,326	0,965
EFI --> Fidlz	-0,017	0,008	0,034	-0,034	0,019	0,019	1,075	261,610	0,283	-0,022 ns	0,005	0,035	0,981	343,727	0,327
EFF --> Satsf	0,545**	0,777	0,164	0,435	0,163	0,163	1,485	493,149	0,138	0,545**	0,777	0,164	1,485	493,149	0,138
EFF --> Fidlz	0,075	0,170	0,267	0,093	0,053	0,053	0,285	163,517	0,776	0,497**	0,705	0,132	1,447	629,680	0,148
Satsf --> Fidlz	0,774**	0,716	0,287	0,703	0,107	0,107	0,042	195,888	0,966	0,774**	0,716	0,287	0,042	195,888	0,966

Valores de R ²	Todas Famílias		Fam. com Privação		Fam. sem Privação	
	0,139	0,367	0,072	0,023	0,454	0,564
Exp						
EFI	0,018	0,010	0,023			
EFF	0,378	0,317	0,454			
Satsf	0,531	0,611	0,564			
Fidlz	0,853	0,858	0,859			

Legenda: * os valores t correspondentes são significativos a um nível de 0,05; ** os valores t são significativos a um nível de 0,001; ns = os valores t correspondentes não são significativos; β = path coeficiente; são assinalados a negrito, os resultados significativos em termos de diferenças entre os grupos.

Apesar de não ter sido possível integrar a variável nível de Privação Material das famílias no modelo estrutural de acordo com a sua formulação original, a análise multigrupo permitiu identificar efeitos moderadores estatisticamente significativos desta variável sobre duas relações entre constructos das motivações e experiências e das experiências e satisfação (Figura 7.6 e Tabela 7.17). Assim, as famílias com privação material, em relação às famílias sem privação, revelam duas diferenças estatisticamente significativas:

- (i) um efeito (direto e total) maior das motivações sobre as experiências vividas ($\beta = 0,602$ vs $\beta = 0,274$). Este resultado poderá estar relacionado com o facto de as famílias com privação terem menos capacidade (financeira, social e, mesmo, em termos de “disponibilidade mental”) para fazer coisas diferentes do que preveem à partida, pelo que as motivações tenderão a estar mais próximas daquilo que as famílias realmente vivem durante as suas férias. Esta justificação vai de encontro ao resultado apresentado no capítulo 6, onde se verifica que as famílias com privação, apesar de não ser uma diferença estatisticamente significativa, atribuem uma maior importância à motivação “Quebra da rotina e Relaxamento” quando comparada com os restantes tipos de motivações, importância relativa que se mantém quando olhamos para o tipo de experiências que mais referem ter vivido “Experiências contrastantes com o quotidiano”. As famílias sem privação também referem as mesmas motivações e experiências como importantes, mas atribuindo-lhes relativamente menos importância;
- (ii) um efeito direto menor das experiências vividas sobre a satisfação ($\beta = -0,020$ vs $\beta = 0,378$). Este resultado poderá estar relacionado com o resultado anterior, no sentido de que neste grupo de famílias as expectativas parecem ser cumpridas, enquanto no segmento das famílias sem privação, com maior capacidade de ter experiências diferentes do que preveem à partida, as experiências vividas poderem funcionar mais como elemento potenciador da satisfação (que resulta do confronto entre expectativas e experiência efetivamente vivida).

A análise multigrupo permitiu, ainda, identificar algumas diferenças, embora não significativas em termos estatísticos, na dimensão dos efeitos entre constructos, de acordo com a variável de segmentação nível de Privação Material das famílias (Tabela 7.17). Deste modo, analisando as diferenças nos coeficientes de determinação e nos efeitos totais, em termos absolutos (Δ), entre os dois grupos de famílias, as famílias com privação material, em relação às famílias sem privação, revelam as seguintes diferenças:

- (i) um efeito direto menor das motivações sobre os efeitos das férias na família ($\beta = -0,200$ vs $\beta = 0,075$; $\Delta = -0,278$). Este resultado pode estar relacionado com o facto de as motivações deste grupo de famílias serem motivações não tão relacionadas com a obtenção de benefícios na família (acrescendo o facto de neste modelo não se terem incluído as motivações relacionadas com

ligação emocional da família, como referido na pp.234), mas mais ao nível do relaxamento e liberdade e socialização (Tabela 6.9);

- (ii) um efeito (direto e total) maior dos efeitos das férias na família sobre a satisfação ($\beta = 0,777$ vs $\beta = 0,435$; $\Delta = 0,342$), eventualmente relacionado com o facto de as motivações mais referidas por este segmento de famílias não estarem relacionadas com a família em si (Quebra de rotina e relaxamento) e as experiências vividas mais percecionadas por este segmento de famílias estarem relacionadas com a ligação emocional da família, resultando numa maior perceção de benefícios para a família enquanto fator surpresa positivo que acentua a satisfação. Este resultado é também a justificação para outro resultado obtido, que se prende com o impacto positivo no efeito total dos efeitos na família sobre a fidelização (efeito total = 0,705 vs efeito total = 0,404; $\Delta = 0,301$);
- (iii) um efeito menor no efeito total das experiências vividas sobre a fidelização (efeito total = 0,571 vs efeito total = 0,717; $\Delta = -0,146$), eventualmente justificável pelo facto de as famílias com privação terem mais fatores a interferirem com as intenções de fidelização, nomeadamente a capacidade financeira para repetirem as férias em família.

Os dados apresentados na Tabela 7.17, permitem ainda verificar um resultado relativamente a diferenças nos valores do R^2 (relativos à variância explicada pelas variáveis latentes) para os dois grupos de famílias. Assim, observa-se que os valores de R^2 aumentam substancialmente, no segmento de famílias com privação material, nos constructos relativos às experiências vividas e satisfação, enquanto o R^2 dos constructos relativos aos efeitos das férias em família diminui. No segmento das famílias sem privação a variância dos constructos efeitos individuais e efeitos na família que é explicada pelas variáveis latentes consideradas aumenta, diminuindo, por outro lado, o R^2 do constructo experiências vividas. Estes resultados podem indicar as seguintes possibilidades:

- (i) o facto de os efeitos do turismo, no segmento das famílias com privação, e as experiências, no caso das famílias sem privação, serem determinados por mais fatores, eventualmente comportamentais;
- (ii) os vários constructos analisados poderem incorporar uma componente aleatória importante ou poderem incorporar outros determinantes que não se incluíram no modelo ou acerca dos quais não se recolheu informação.

Os resultados apresentados permitem, assim, concluir que existem algumas diferenças entre os dois grupos de famílias que, embora não significativas em termos estatísticos, deverão ser analisadas em estudos futuros que explorem este tipo de influência, como é o caso do resultado relativo a diferenças na variância explicada pelas variáveis latentes, para os dois grupos de famílias.

7.4. Conclusão

Este capítulo teve como objetivo responder às questões de investigação acerca dos fatores que contribuem para efeitos do turismo em família e se esses fatores diferem de acordo com o nível de privação material das famílias. Com o intuito de compreender melhor os dados relativos a esta temática e recolhidos através do questionário aplicado a uma amostra de famílias da região Centro de Portugal que fizeram férias nos últimos quatro anos, duas metodologias foram utilizadas – análise de regressão linear múltipla e modelação de equações estruturais.

A análise de regressão linear múltipla permitiu retirar algumas conclusões relativas aos fatores que poderão influenciar a perceção dos efeitos do turismo em família, de forma direta. A primeira dessas conclusões é a de que, comparando os modelos apresentados, as motivações para a realização das férias (particularmente as motivações de conhecimento e desafios e de ligação emocional da família) e o tipo de experiências vividas pelas famílias durante as férias parecem ser, de forma geral, as determinantes mais significativas da perceção dos efeitos dessas férias, quer para os indivíduos, quer para as famílias. Acresce que, em nenhum dos modelos construídos, as variáveis “concelho de residência” (do Interior ou Litoral do país), “habilitações literárias” do inquirido e “número de anos desde as últimas férias em família” contribuem, de forma direta, para explicar os efeitos das férias em família. Este resultado sugere a necessidade de se aprofundar a análise destas variáveis, de forma a que seja possível compreendê-lo, uma vez que a teoria apresenta indicações de que este tipo de variáveis poderiam ser fatores determinantes dos efeitos do turismo em família.

A comparação dos modelos construídos para os dois grupos de famílias permite responder à questão sobre a existência de diferenças nos fatores que influenciam a perceção dos efeitos do turismo de acordo com a condição económica das famílias. Neste contexto, verifica-se que o poder explicativo das variáveis independentes e o seu sinal apresentam diferenças de acordo com o nível de privação das famílias. Salienta-se que, nos modelos construídos para as “Famílias com Privação”, as experiências de ligação emocional da família apresentam sempre um elevado poder explicativo da perceção de efeitos positivos das férias, mais elevado do que nos modelos para o total da amostra e das “Famílias sem Privação”. Este resultado será potencial consequência do facto de as famílias economicamente carenciadas terem menos tempo efetivo e menos disponibilidade mental, para relaxar, comunicar e partilhar momentos em família no dia-a-dia (Gray *et al.*, 2009; Minnaert *et al.*, 2009; Sousa *et al.*, 2007), constituindo as férias em família oportunidades de reforço de laços familiares para garantir a união da família e a coesão social, oportunidades entendidas com maior intensidade pelas famílias com carências económicas (Minnaert *et al.*, 2009; Schanzel, 2013; Smith & Hughes, 1999).

Estes resultados reportam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de privação material, acentuando a pertinência deste tipo de análise e reforçando a necessidade de se adaptar o tipo de

férias a cada família, adaptação essa que ditará a prossecução dos objetivos de maximização dos benefícios e minimização dos efeitos negativos de iniciativas que promovam o turismo em família.

Os resultados da aplicação da técnica de modelação de equações estruturais permitiram concluir que o modelo aplicado tem capacidade preditiva e consegue explicar a larga maioria dos constructos endógenos que integra. Permitiu também concluir que as motivações, de forma agregada, aparecem como importantes determinantes das experiências vividas pelas famílias em férias. Influenciam também, especialmente, a percepção de efeitos do turismo no indivíduo, resultado explicado pelo facto de o constructo motivações integrar, maioritariamente itens relacionados com motivações individuais. As experiências, por sua vez, são determinantes fortes dos efeitos das férias na família e influenciam também a satisfação e a intenção de fidelização. Estes resultados corroboram a revisão de literatura efetuada na secção 2.4 (capítulo 2).

Os efeitos individuais não se revelaram estatisticamente importantes para determinar a satisfação e a fidelização, enquanto os efeitos do turismo na família são responsáveis pelo impacte maior sobre a satisfação obtida com as férias. Crê-se que este resultado é consequência do facto de se estar a analisar o turismo em família, pelo que os efeitos ao nível individual terão uma importância percebida menor do que os efeitos na família, que são identificados como objetivo de realização das férias, tal como também identificado nos estudos desenvolvidos por Gram *et al.* (2005) e Minnaert *et al.* (2009). Observa-se ainda que, como seria de esperar, a satisfação obtida com as férias em família determina fortemente a intenção de recomendar e/ou repetir as férias em família (fidelização).

Em termos de efeitos totais (diretos e indiretos), observa-se que o constructo experiências vividas é uma variável moderadora que intensifica significativamente o efeito das motivações sobre os efeitos do turismo, particularmente sobre a percepção dos efeitos na família. As motivações também influenciam indiretamente, de forma positiva, a satisfação e a fidelização. Relativamente às experiências vividas, os resultados parecem indicar que a percepção dos dois tipos de efeitos do turismo terá um efeito moderador na relação entre este constructo e a satisfação e intenção de fidelização. Por fim, a satisfação tem um efeito moderador significativo na relação entre a percepção dos efeitos do turismo na família e a intenção de fidelização, significando que a percepção dos efeitos em família tem efeitos indiretos positivos na intenção de fidelização.

O recurso a esta técnica de análise de dados (MEE), neste estudo que tem carácter exploratório e que se debruça sobre comportamentos e percepções do consumidor, permitiu ainda concluir que os constructos satisfação e intenções de fidelização são explicados em larga medida pelos restantes constructos integrados no modelo.

Os resultados mostram que o constructo percepções dos efeitos do turismo na família é explicado numa parte considerável pelos constructos motivações e experiências vividas. Já relativamente aos constructos experiências vividas e efeitos do turismo no indivíduo, as variáveis consideradas no modelo

explicam apenas uma pequena parte da sua variância, resultado que se crê ter a ver com o facto de se estar a analisar o turismo em família e, consequentemente, as experiências e motivações consideradas não serem de carácter individual, mas sim mais orientadas para a família, facto que é comprovado pela relação fraca encontrada entre as motivações e os efeitos individuais e pela relação não significativa verificada entre as experiências vividas e os efeitos individuais. Por outro lado, o constructo motivações tem um efeito fraco no constructo experiências vividas, bem como o constructo experiências no constructo satisfação. Estes resultados salientam a importância de se desenvolverem mais estudos que aprofundem o conhecimento acerca da influência das motivações nos efeitos do turismo em família.

A secção final do presente capítulo permitiu verificar a existência de diferenças no modelo que traduz as relações existentes entre motivações, experiências vividas, percepções dos efeitos do turismo em família, satisfação e intenção de fidelização, de acordo com o nível de privação material das famílias. Os resultados relativos à análise multigrupo efetuada permitem concluir que o modelo estrutural de acordo com a sua formulação original não pôde ser testado, tendo de ser reestimado de forma a cumprir os critérios de qualidade de medida. A análise multigrupo recorrendo ao modelo reestimado permitiu identificar efeitos moderadores estatisticamente significativos desta variável sobre duas relações entre constructos, observando-se que as famílias com privação material, em relação às famílias sem privação, revelam um maior efeito (direto e total) das motivações sobre as experiências vividas e um menor efeito direto das experiências vividas sobre a satisfação. A análise multigrupo permitiu, ainda, identificar algumas diferenças, embora não significativas em termos estatísticos, sugerindo-se estudos futuros que explorem este tipo de influência, como é o caso do resultado relativo a diferenças na variância explicada pelas variáveis latentes, para os dois grupos de famílias.

Os resultados apresentados permitem, assim, identificar claramente as motivações e as experiências como fatores determinantes da percepção dos efeitos do turismo em família e afirmar que o tipo e a intensidade de percepção desses efeitos difere de acordo com o nível de privação material da família.

Capítulo 8 – A importância do turismo para famílias economicamente carentiadas: estudos de caso

8.1. Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos no estudo qualitativo que foi desenvolvido no âmbito desta dissertação, o qual pretendeu complementar a resposta às questões de investigação apresentadas no capítulo 4.

A análise apresentada nas secções que se seguem, permitirá conhecer as práticas turísticas passadas e atuais de uma amostra de famílias com filhos e com baixos rendimentos, bem como identificar os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da participação turística destas famílias e, ainda, explorar os constrangimentos que sentem à participação turística. O capítulo tem por base dados recolhidos junto de 15 famílias que participaram em entrevistas, acerca das suas perceções sobre as últimas férias em família¹ e os constrangimentos que sentem à realização desse tipo de férias.

Considera-se essencial salientar o carácter exploratório desta fase qualitativa da presente investigação, destacando por isso a inexistência de qualquer intenção de fazer generalizações acerca dos resultados obtidos, tal como referido no capítulo 4. À semelhança de outros estudos qualitativos de carácter exploratório (Larsen, 2013; Minnaert *et al.*, 2009; Schanzel, 2013), os resultados apresentados neste capítulo respeitam a um estudo com diferentes condições contextuais e cujo objetivo é o de fornecer uma visão exploratória sobre a complexidade das férias em família, das famílias de baixos rendimentos.

Assim, o capítulo divide-se nas seguintes quatro secções principais:

- (i) caracterização da amostra, onde são descritas as famílias que integram a amostra de famílias entrevistadas;
- (ii) análise dos constrangimentos ao turismo em família;
- (iii) análise do significado e caracterização das práticas turísticas das famílias, nomeadamente da importância do turismo em família, das motivações, dos comportamentos (tipo de destino escolhido, tipo de alojamento utilizado, atividades realizadas, experiências vividas, entre outros) e da diferença entre férias fora de casa e férias em casa;
- (iv) análise dos efeitos do turismo em família.

8.2. Caracterização da amostra

Tal como detalhado no capítulo 4, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas a famílias com filhos em idade escolar e com baixos rendimentos residentes no concelho da Covilhã. Estas entrevistas

¹ Neste capítulo utiliza-se sempre a expressão férias em família como sinónimo de turismo em família, pois foi o conceito adotado para transmitir com maior facilidade às famílias entrevistadas o conceito que se pretendia analisar. Foi explicitado que férias equivaleria a férias fora de casa, com duração mínima de 4 noites, por uma questão de uniformização do conceito em estudo na presente tese.

envolveram 32 entrevistados, dos quais 15 são adultos e 18 são crianças (Tabela 8.1). As crianças participaram apenas em algumas das questões, pelo que se apresentarão os resultados da análise às suas respostas apenas nos temas em que efetivamente elas ocorreram.

Os entrevistados eram todos portugueses, representavam maioritariamente famílias tradicionais (pai, mãe e filhos biológicos), sendo que quatro integravam famílias monoparentais (3 divorciados e 1 viúvo), uma das famílias integrava, para além dos pais e filhos, um ascendente da mãe (a avó materna) e duas famílias que integraram recentemente um novo elemento resultante de segunda união de facto/casamento (Tabela 8.1). Nestes dois últimos casos, a entrevista debruçou-se sobre as férias em família da mãe e filhos (situação de família monoparental), uma vez que a situação de união de facto era recente e ainda não tinha ocorrido qualquer situação de férias com esse novo elemento da família.

Tabela 8. 1 – Caracterização dos entrevistados

Nº entrevista	Identificação dos elementos da família entrevistados	Composição da família que os entrevistados representam	Fizeram férias nos últimos 4 anos?
1	Mãe (38 anos) + filho (11 anos)	Mãe + Pai + filho (11 anos) + filho (5 anos)	Sim
2	Pai (47 anos) + filha (7 anos)	Pai + filha (7anos) + filho (>17anos)	Não
3	Mãe (36anos) + filha (6anos) + filho (14anos)	Mãe + Companheiro da Mãe (2º casamento) + filha (6 anos) + filho (14 anos)	Sim
4	Mãe (30 anos) + filha (11 anos)	Mãe + Pai + filha (11 anos) + filha (16 anos)	Não
5	Mãe (44 anos) + filho (13 anos)	Mãe + Companheiro da Mãe (2º casamento) + filho (13 anos)	Sim
6	Mãe (44 anos) + filha (10 anos)	Mãe + Pai + filha (10 anos)	Sim
7	Mãe (43 anos) + filha (10 anos)	Mãe + Pai + filha (10 anos) + filho (4 anos)	Sim
8	Mãe (34 anos) + filho (10 anos)	Mãe + Pai + filho (10 anos) + filho (1 ano)	Sim
9	Mãe (42 anos) + filho (8 anos)	Mãe + Pai + filho (8 anos) + filha (3 anos)	Sim
10	Pai (40 anos) + filha (10anos) + filho (6anos)	Pai + filha (10anos) + filho (6 anos)	Não
11	Mãe (45 anos) + filha (11 anos)	Mãe + filha (11 anos)	Não
12	Mãe (47 anos) + filha (17 anos)	Mãe + Pai + filha (17 anos) + filho (>17 anos) + filha (>17 anos)	Não
13	Mãe (38 anos) + filha (6 anos)	Mãe + filha (6 anos)	Sim
14	Pai (44 anos) + filha (10 anos)	Mãe + Pai + filha (3 anos) + filha (10 anos) + filha (16 anos)	Não
15	Mãe (40 anos) + filho (15 anos)	Mãe + Pai + Avó + filha (7 anos) + filho (15 anos)	Não

Em termos de características sociodemográficas dos 15 adultos entrevistados, 12 deles eram mulheres, 12 tinham habilitações literárias a níveis inferiores ao ensino superior (maioritariamente 6º e 9º anos de escolaridade) e categorias profissionais correspondentes, ou seja, maioritariamente profissões integradas na categoria “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, da CPP/2010 (INE, 2011c). Destaca-se o facto de dois dos entrevistados representarem famílias com um dos

pais em situação de desemprego e outro entrevistado representar uma família em que ambos os pais se encontram nessa situação perante o trabalho.

Relativamente às crianças entrevistadas, tinham idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos de idade, nove eram do sexo feminino e sete eram do sexo masculino. Em termos de nível de ensino frequentado, seis frequentavam o 1ºciclo, sete frequentavam o 2ºciclo, três frequentavam o 3º ciclo do ensino básico e uma frequentava o ensino secundário. Esta distribuição denota alguma concentração de crianças que frequentam o 1º e 2º ciclos do ensino básico na amostra, pelo que as perspectivas das crianças refletidas nos resultados obtidos devem ter este facto em consideração.

8.3. Constrangimentos ao turismo em família

Todas as famílias entrevistadas identificam os constrangimentos financeiros como os principais constrangimentos à realização de férias em família, como refere uma mãe *“Essencialmente a questão financeira, hoje em dia.”* (Mãe5).

Algumas dessas famílias apresentam ainda algum outro tipo de constrangimento, como dificuldades de coordenar férias com o cônjuge ou dificuldades em ter transporte, particularmente as famílias que não realizaram férias nos últimos 4 anos. Uma das entrevistadas referiu ainda não gostar de sair de casa como o principal obstáculo, no entanto, esse obstáculo seria ultrapassado para o bem da filha, caso tivessem possibilidades financeiras para fazer férias em família.

Salienta-se ainda o facto de dois dos três homens entrevistados terem referido que nunca fizeram férias em família desde que estão sozinhos com os filhos (um por motivos de divórcio e outro por motivo de morte do cônjuge). Os motivos apresentados para tal não são exclusivamente financeiros. Ambos referem a dificuldade de irem sozinhos com os filhos para um sítio estranho, por serem crianças pequenas que necessitam de muita atenção, como ilustra o seguinte discurso:

Pai10: **“E é também mais riscos**, porque sou só uma pessoa com 2 crianças... (...)eu com dois filhos, eu tenho que ter 4 olhos, porque são 2 e se eles me fogem... Estamos ali na praia, descontraímos um bocadinho... E se eles me fogem para o meio do mar? Quem é que os lá vai buscar? Há mais riscos e muito mais responsabilidade. (...) **Se eu tivesse possibilidades, gostava de sair com eles ir para a praia, mas levava os meus pais, que sempre já estavam mais olhos em cima dele.”**

O outro pai nestas circunstâncias refere ainda a falta de motivação, aliada a constrangimentos de trabalho e familiares, para além dos obstáculos financeiros:

Pai2: **“E depois o trabalho também não permite. E depois também os meus pais... Como eles estão a tratar da menina, se eu fosse sem eles, também ficava mal e eles ficavam chateados, e**

para irmos todos, não dá e é muito difícil porque fica muito mais caro. Se a minha esposa estivesse, era diferente porque íamos os 3 ou os 4. Assim...”

Esta maior dificuldade em ir de férias com os filhos encarada pelos pais que vivem sozinhos com eles poderá também estar relacionada com o facto de mesmo no dia-a-dia os avós paternos serem um grande apoio na educação e acompanhamento dos filhos, já que ambos os pais referidos contam com o apoio dos avós durante a semana para “tomar conta dos meninos”. Já as mulheres na mesma situação, ou seja, que integram famílias monoparentais, não parecem reconhecer este obstáculo e referem apenas constrangimentos financeiros à realização de férias, motivo pelo qual o alojamento utilizado por estas mães é maioritariamente a casa de familiares no destino.

8.4. Significado e caracterização das práticas turísticas em família

Significado das férias em família

Foi pedido aos entrevistados adultos e aos filhos com mais de 15 anos que dissessem o que significava, para eles, férias em família. As respostas foram variadas, mas todas salientando o tempo de convívio entre todos os elementos da família, como ilustram os seguintes excertos de entrevistas:

Pai2: “É estarmos só em família, **só nós**.”

Pai10: “É só com a família, **sem mais ninguém. Todos juntos** na mesma casa, seja na nossa casa, seja fora.”

Mãe11: “Eu nem sei, porque já não tenho há muito tempo, mas imagino um **alívio**, uma **alegria**”

Filha12: “são férias em que há um momento para **estarmos todos juntos e não há aquela pressão do trabalho**. Ou seja, não temos que estar a espera, por exemplo, que às refeições estivessem todos presentes, sem pressão, sem horários, porque **estávamos todos juntos em todos os momentos**.”

Mãe15: “é o **sairmos juntos do ambiente normal**, desanuviar um pouco, novas experiências, novos sítios...”

Duas das entrevistadas referem também, para além do tempo em conjunto e fora da rotina, um significado mais negativo, associado a momentos de conflitos familiares. Uma das mães refere o facto de fazerem férias em casa de familiares e isso gerar alguns conflitos com esses familiares (Mãe5: “*Eu venho de uma família problemática, (...), e nós não podemos estar em casa deles mais de 4 dias no máximo. Por isso não é o ambiente de relaxamento, é de stress e às vezes, mal chegamos, já estamos mortinhos por voltar a casa. Mas vamos, tentamos aproveitar ao máximo porque estamos a 15 minutos a pé da praia e não podemos ter férias de outra maneira*”) e outra associa esse significado mais negativo a momentos dentro da própria família em que os filhos entram em conflito (Mãe12: “às vezes é chato, estamos ali todos fechados e **quando eles se chateiam é complicado...**”).

Importância das férias em família

Quando questionadas genericamente sobre a importância das férias em família, as famílias voltam a referir o tempo de qualidade em família, sendo esse tempo de qualidade definido como tempo fora dos contextos e pressões quotidianas e em que todos os elementos da família podem conviver, juntos, sem horários. Aparece ainda frequentemente a referência à importância de os pais relaxarem para transmitirem bem-estar e equilíbrio aos filhos, como se percebe nos seguintes discursos:

Mãe13: “É importante porque durante o ano, apesar de termos a família unida, há sempre um stress muito grande, é o trabalho, é por os meninos a dormir, é ajudá-los com os trabalhos de casa, há sempre umas regras que têm de ser seguidas e nas férias a gente relaxa um bocadinho, deixamo-los mais à-vontade, sem horários, para eles também sentirem que estão de férias. Temos sempre regras, mas estamos mais à-vontade. Para haver uma união, **para os filhos sentirem que não é só casa-trabalho, se sentirem mais libertos, para eles também brincarem mais com os pais, que durante o ano não há tanto essa possibilidade como nas férias.**”

Pai10: “É, porque a gente descansa. **Trabalho todo o ano, tenho de descansar nas férias...** E ir para fora, ajuda mais a descontrair a cabeça um bocadinho. E fico com eles mais alegres.”

Mãe8: “É importante, porque no dia-a-dia, **nós nunca estamos tanto tempo como nas férias**, nas férias estamos mais uns com os outros, **fora de casa, sem as tarefas domésticas.**”

Mãe5: “É importante termos assim oportunidade de estar em ambientes descontraídos, sem horários, sem computador, sem preocupações de trabalho (também só consigo estar assim 3 dias, mais ou menos. Mas **é importante estar com ele e habituar-me ao ritmo dele**, estar com ele, o horário em que ele acorda, almoçar às 3h da tarde, **estar tudo em discordância nos horários, mas é tão bom, é muito bom.**”

Pai2: “Porque quem trabalha 8h/dia, pouco tempo tem para a família... E são 8h no papel... Nas férias **estamos sempre juntos, falamos mais, é tudo diferente.**”

Aparece assim, associado às férias em família, o conceito de “o comum extraordinário” (Larsen, 2013; Haldrup & Larsen, 2003), ou seja, a importância das férias reside em passar tempo juntos, com atividades comuns, mas fora das rotinas diárias e com calma, em lugares diferentes, que permitem criar memórias boas. Tal como referido no capítulo 2, o “pós-experiência” tem sido reconhecido pelos académicos como uma fase importante da experiência turística, uma vez que as memórias da experiência vão permanecer na mente das famílias durante um período de tempo, cuja duração depende da intensidade da experiência, e pode influenciar também a vida das famílias - relembrar boas experiências pode ser uma forma de “sonhar acordado” e de relaxamento, contribuindo para aumentar o sentimento de bem-estar, felicidade e satisfação com a vida em geral (Gilbert & Abdullah, 2004; McCabe *et al.*, 2010; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Neal *et al.*, 1999 e Smith & Hughes, 1999). Uma entrevistada refere explicitamente que as férias em família dão oportunidade para criar boas memórias entre os elementos da família, em situações comuns e que, por ocorrerem fora do ambiente habitual, permitem “dar valor à vida”:

Mãe5: “Quero recordar-me que crescido que ele [filho] está, **quero recordar-me dele na areia, das férias que tive com ele**, quero lembrar-me dele a vir da água e molhar-me. Mas **as férias permitem dar esse valor à vida.**”

Algumas famílias que hoje em dia vivem situações de pobreza, enquanto conceito medido pelo baixo nível de rendimento, são famílias que até à crise económica viviam com rendimentos superiores aos atuais, permitindo considerar-se famílias de classe média (por exemplo, habilitações literárias superiores e categorias profissionais associadas a essas habilitações, ou simplesmente famílias que antes não eram afetadas pelo desemprego ou redução de salários). Para as famílias entrevistadas que se encontram nestas circunstâncias de “novo tipo de pobreza” (ver capítulo 3, secção 3.2), as férias têm mais importância ainda, na medida em que se lembram de quando as podiam fazer sem tantas restrições e lembram-se, também, dos efeitos positivos que essas férias proporcionavam. Nota-se claramente uma maior “mágoa” no discurso destas famílias do que nas famílias que parecem ter tido, desde sempre, maiores dificuldades em fazer férias, como ilustram os seguintes discursos:

Pai14: “Depois **reclamam** [os filhos] **que nunca vamos para sítio nenhum...** E sabe **o stress que é uma pessoa estar a ouvir isto?..** Porque **é angustiante a gente querer dar-lhes seja o que for e não conseguir...**”

Mãe1: “este ano não, porque estamos mal de dinheiros, mas... não sei se vamos sequer de férias... **espero não os desiludir, mas não sei...**”

Mãe11: “**Era tudo muito mais calmo, porque eu estava muito mais calma e transmitia-lhes** isso a eles. Porque as férias fazem muita falta, nem que seja só 2 ou 3 dias sair daqui.”

Mãe5: “Porque no meu caso, eu preciso muito do meu filho e ele precisa de mim, da minha segurança. (...) e... acho que uma semana com ele num ambiente diferente... claro que tínhamos de contar os dinheiros, mas repare, eu ando há um ano e tal a prometer-lhe que vamos a [outro país] e... E eu acho que ele é tão bom menino, que é tudo de tão bom, que **ele merece tudo mesmo. E eu não estou a conseguir...**”

Da análise destes discursos observa-se que a importância das férias em família referida pelas famílias está muito associada aos efeitos que essas famílias associam às férias em família, tal como é explorado na secção 8.5.

Motivações para fazer férias em família

Quando questionados acerca das razões pelas quais costumam fazer férias em família, os adultos entrevistados referem acima de tudo dois grandes tipos de motivações: estar mais tempo com a família (tempo de qualidade) e relaxar, quebrar a rotina e aliviar o stress. Este resultado vai de encontro aos resultados apresentados no capítulo 6 e corrobora os resultados de Minnaert (2006) e está parcialmente de encontro com os estudos realizados por Schanzel (2012, 2013) e Shaw *et al.* (2008), estudos em que se concluiu que as férias em família tinham como motivação principal o tempo de qualidade em família, participando em atividades divertidas, diferentes do normal e que criam memórias positivas, em vez da tão referida “fuga ou quebra da rotina” de outro tipo de férias.

No presente estudo, as motivações que as famílias entrevistadas referem são esses dois grupos de motivações, aparentemente com igual nível de importância e de forma complementar – estar em família mas fora da rotina habitual, como ilustra o seguinte excerto de uma entrevista:

Mãe6: “Para distrair, para sair um bocado do contexto diário. Acho que **nos permite reencontrar fora dos problemas diários.**”

Mãe7: “Porque se nós ficarmos por cá, há sempre coisas para fazer, em casa, e acabamos por não lhes dar a devida atenção que eles merecem e assim se nós tirarmos um fim de semana, já **conseguimos abstrair-nos de tudo, de casa e assim, e temos o tempo só para nós e para eles.**”

Filha12: “quebrar a rotina, alterar o dia-a-dia e **é uma maneira de ficarmos ali e fugir ao trabalho e responsabilidades e estarmos mais facilmente a falar uns com os outros.**”

Alguns dos entrevistados, referiram ainda como motivações secundárias, motivações como visitar familiares e razões de saúde física (geralmente doenças respiratórias) dos filhos enquanto estes são mais pequenos. Estas motivações secundárias, associadas a uma necessidade mais forte, quase obrigação (visitar família e cuidar da saúde física dos filhos), do que a uma vontade/ desejo, surgem muitas vezes como a justificação para “terem” de fazer férias. Este resultado parece ir de encontro a um resultado apresentado no capítulo 5, sobre o facto de nas famílias com um rendimento anual baixo, as atividades de lazer e o turismo poderem ser consideradas como atividades a consumir apenas quando existem crianças ou, tal como as motivações de visita a familiares e razões de saúde sugerem, quando existe uma justificação mais forte, quase de obrigação, para essas atividades acontecerem e consumirem recursos financeiros que, para este tipo de famílias, são mais escassos. Quatro entrevistadas referem ainda que, se pudessem, gostariam de fazer férias noutro país para poderem mostrar aos filhos a utilidade de aprenderem inglês e como outras pessoas vivem de forma tão diferente, ilustrando uma motivação mais relacionada com aprendizagem cultural.

Comparando a perspectiva das mães e dos pais entrevistados, observa-se que os pais referem, antes de passar tempo juntos, com os filhos, a quebra da rotina e o descanso. As mães referem ambas as motivações, reforçando sempre o aspeto do tempo de qualidade juntos, particularizando o tempo com os filhos.

A única filha que conseguiu responder com facilidade a esta questão foi uma adolescente de 17 anos que salientou a maior facilidade de comunicação entre a família como uma motivação para fazer férias em família. Referiu ainda a importância de a família poder partilhar refeições, situação que não acontece no dia-a-dia, devido à dificuldade em conciliar horários dos diferentes elementos da família.

Últimas férias em família – características gerais

Os adultos entrevistados descreveram as suas últimas férias em família, referindo o destino, duração, época, alojamento utilizado, planeamento da viagem, satisfação e efeitos. Questionaram-se adultos e crianças sobre as atividades e momentos preferidos e o que menos gostaram nessas férias. Foi solicitado às crianças com menos de 12 anos que fizessem um desenho, enquanto os pais eram entrevistados, sobre o momento que mais tinham gostado das últimas férias em família (aquelas crianças que não se lembravam, desenharam o melhor momento das férias em família em casa). O desenho servia depois como ponto de partida para a conversa da entrevistadora com a criança (Larsen, 2013).

O destino da maioria das famílias foi a praia, sempre em destinos de Portugal. Apenas uma das famílias referiu ter sido a serra, por questões de saúde de um dos filhos. Sete das famílias entrevistadas referiram não ter feito férias em família nos últimos quatro anos, sendo que três destas famílias referiram nunca ter feito férias em família com o/ um dos filho/s que estava presente na entrevista (Tabela 7.1).

Em termos de duração das férias, variava entre os 4 e os 15 dias, sendo uma semana a duração mais frequente. O verão foi a época em que essas férias foram realizadas, no período de férias escolares, com particular concentração em julho e agosto. O alojamento utilizado foi maioritariamente a casa alugada (5) ou casa de familiares ou amigos (6). Todas as famílias referiram ter ficado satisfeitas com essas últimas férias, tendo estas correspondido às suas expectativas.

A principal fonte de informação utilizada foi a experiência anterior ou recomendações de familiares e amigos. Em termos de duração do planeamento da viagem, as famílias referiram um planeamento com pouca antecedência, muito relacionado com os constrangimentos financeiros que reportam e que não lhes permitem saber com muita antecedência se poderão ou não fazer férias, como transparece dos seguintes discursos de duas mães:

Mãe1: “é bastante difícil. Às vezes quando nós **pensamos que temos aquele dinheirinho junto e que é para as férias, há sempre qualquer coisa no meio, em que temos que gastar aquilo...**”; “Nós andávamos a pensar em ir ao Algarve, entretanto fizemos contas e não dava, fomos ver os familiares do meu sogro, que moram em Santarém, e uma prima muito chegada aproveitámos para visitar e ficámos por lá mais uns dias, mas foi na hora que vimos preços e assim.”

Mãe9: “**Foi planeado tudo à última da hora, porque como não temos possibilidade financeiras, é sempre tudo à última.**”

As atividades praticadas no destino foram atividades comuns, maioritariamente ir à praia e “dar uma volta à noite”. Algumas famílias referiram ainda a visita a atrações (por exemplo, grutas, cidades históricas, parques de animais) ou eventos diferentes no destino ou nos arredores (por exemplo, festival de esculturas de areia ou exposições de automóveis). As atividades que os adultos referiram como as que gostaram mais foram o estar na praia (6), as visitas a atrações e eventos (2), outros momentos de convívio em família (3) e observar o comportamento dos filhos (1). Quanto às atividades que menos gostaram, as tarefas domésticas

foram as mais referidas, tarefas existentes em consequência do tipo de alojamento utilizado ter sido a casa alugada e casa de familiares. Já os filhos mostram nas suas respostas uma clara preferência pelas atividades na praia (4) e as visitas a atrações e eventos (3). Relativamente às atividades que menos gostaram, nenhuma criança conseguiu identificar essas atividades, referindo que tinham gostado de tudo o que fizeram no destino, resultado que parece evidenciar a relevância que as férias assumem para estas crianças.

Quando questionados sobre o melhor momento dessas férias, os adultos referem momentos de partilha familiar na praia, particularmente de convívio com os filhos e a hora das refeições juntos:

Mãe5: "O que mais gostei foi uma imagem que me ficou do [filho], que eu estava quase a dormir na praia e ele veio ao meu lado e comentou qualquer coisa, mas eu olhei para ele e vi "caramba, este fedelho está enorme!" Porque de facto vi-o e relativamente ao ano passado deu um pulo. Eu estou com ele todos os dias, (...), mas ali ter reparado que ele deu um pulo e ele vir na mesma contar à mãe... (...) **Os pequenos pormenores para mim são muito importantes.** (...) As férias facilitam estes pequenos momentos, juntos, estamos os dois."

Mãe6: "comíamos todos na rua. **Todos juntos. O convívio juntos, mais descontraídos.** Isso é que marca mais."

Duas mães destacam o momento de saída de casa como o mais marcante, uma devido à alegria que viveu através dos filhos: "*É o primeiro dia que vamos, eles ficam eufóricos, nem dormem.*" (Mãe9), e outra devido à libertação que sentiu: "*O momento de partirmos e dizermos, pronto agora vamos relaxar um bocadinho.*" (Mãe13).

As crianças referiram maioritariamente os momentos de brincadeira com a família (pais, irmãos ou primos) na praia, particularmente as idas ao mar. A água aparece em todos os discursos como uma grande fonte de prazer e alegria para as crianças, resultado reforçado pelos desenhos que fizeram e em que retrataram momentos vividos na praia (7 desenhos em 12). Outras crianças desenharam eventos que as marcaram durante as férias (uma visita a exposição de esculturas de areia e uma exposição de carros) e as crianças que já não se recordavam das férias fora de casa desenharam maioritariamente a piscina e a casa da família, onde passam grande parte do tempo das suas férias (Figura 7.1).





Figura 8. 1 – Desenhos sobre o momento das férias que as crianças entrevistadas mais gostaram

A presença da figura humana na maioria dos desenhos, desenhada sempre com um sorriso, remete para a importância da família e de outras crianças para a alegria e bem-estar sentidos durante a atividade retratada naquele momento de férias que mais gostaram (Foley & Mulis, 2008). A atividade retratada também remete sempre para a diferença com o quotidiano (o local de residência das crianças é uma área de montanha), retratando maioritariamente a praia e/ou a piscina.

Observa-se nestes resultados uma semelhança entre os momentos preferidos por pais e filhos: para ambos esses momentos ocorreram na praia. Distinguem-se, no entanto, os momentos que os pais realçam por recaírem mais sobre o aspeto da partilha, do convívio e de observarem os filhos, enquanto as crianças valorizam essa partilha, mas com uma vertente mais ativa associada a brincar na praia e no mar, com os pais mas também com outras crianças, tal como referido na literatura (Gram, 2005; Larsen, 2013; Schanzel, 2013).

Relativamente às cores utilizadas pelas crianças nos desenhos que fizeram, observa-se a predominância de cores mais brilhantes (azul, amarelo, rosa, vermelho, verde) associadas geralmente a emoções positivas (felicidade) (Boyatzis & Varghese, 1994) e também associadas aos elementos que predominam nos desenhos – água, sol, areia da praia, relva. A predominância do azul (apenas três desenhos não incluem esta cor) está associada maioritariamente à água, facto que parece reforçar a associação positiva que as crianças fazem a este elemento natural. Boyatzis e Varghese (1994) e Foley e Mullis (2008)

alertam, ainda, para que a associação emocional que as crianças fazem às cores, pode variar de acordo com as suas características, como o género, a cultura e o desenvolvimento cognitivo.

Diferença entre fazer férias fora de casa e fazer férias em casa

Outra temática abordada nas entrevistas às famílias foi sobre a diferença entre fazer férias em família fora de casa ou ficar em casa (no local habitual de residência). As famílias identificaram diferenças claras entre os dois tipos de férias em família e referiram que as férias fora de casa permitem muito mais libertação das rotinas e maior partilha/união familiar, como podemos observar pelos seguintes discursos:

Pai14: “porque durante o ano, enquanto trabalhamos, é uma correria, a gente zanga-se uns com os outros, sempre a despachar... E ali não. Aquelas duas semanas, a gente quando ia, parece que estávamos fora disto tudo, dá para desanuviar a cabeça, a gente não... É bom... **Aqui é desgastante mesmo ter férias em casa.** Este ano tivemos férias descontraídas e em agosto fiquei em casa. Estar em casa fechado, salvo seja, é desgastante... Vamos aqui ou ali mas é sempre em casa, eu com [os filhos] (...) Eu estou agora um mês em casa e a nível mental, parece que estou mais cansado do que quando fui!.. E aquelas duas semanas, não sei... **Uma pessoa sair, parece que alivia a cabeça, parece que fomos a uma máquina, dão-nos ali uma lavagem, a gente vem para mais um ano de trabalho...** É diferente... Dá para **recuperar as energias, desligar mesmo a tomada.** É comer, dormir, descansar mesmo, praia... Relaxar...”

Pai2: “É totalmente diferente. O ambiente é diferente, vamos a sítios diferentes. **Aqui uma pessoa não sai do mesmo.** As pessoas são sempre as mesmas. **Ao fim-de-semana saímos os dois e é quase a rotina do dia a dia.**”

Mãe6: “Porque quando ficamos em casa, que tem sido este último ano, **não chegamos a fazer férias, continuamos no mesmo sítio, com as mesmas rotinas, que parece que nem chegamos a ter férias, que foi só um fim-de-semana prolongado, mais nada.** E férias em família é onde nos reencontramos, fazemos atividades juntos, estamos 24 sobre 24 h juntos.”

Mãe7: “Porque **se nós ficarmos por cá, há sempre coisas para fazer, em casa, e acabamos por não lhes dar a devida atenção que eles merecem** e assim se nós tirarmos um fim de semana e já conseguimos abstrair-nos de tudo, de casa e assim e temos o tempo só para nós e para eles.”

Mãe11: “O sair daqui ainda faz mais bem à alma do que ao corpo. E como eu acredito que é a alma que nos alimenta... **Agora quando estamos aqui, acabo por vir sempre trabalhar e sempre na mesma rotina, sempre na mesma rotina,** nós próprios **acabamos por asfixiar,** parece que o ar... que já está saturado... é diferente.”

Mãe15: “**Aqui é stress, rotina, horários** e naquelas férias não, não estava nada marcado mas dava tudo certo!”

Destes discursos retiramos a importância da alteração do cenário onde acontecem as atividades, mesmo as mais comuns, destacando-se novamente a relação com o conceito de “o comum extraordinário” das férias, como podemos observar claramente no discurso de um pai: “*E lá não, a gente continua a dividir as tarefas, mas é diferente, sem horários: enquanto a mãe fazia uma coisa, o pai fazia outra... é diferente... Aqui é desgastante mesmo ter férias em casa.*” (Pai14). Nesta diferença aparece também a influência relatada por Letho *et al.* (2009) de que as férias em família fora de casa permitem “desligar” temporariamente

dos ambientes habituais das famílias, o que geralmente implica uma nova configuração do espaço mental e físico entre os elementos da família.

Também as crianças entrevistadas conseguem identificar diferenças entre as férias passadas em casa e as férias passadas em locais diferentes. Notam também o facto de, apesar de poderem fazer coisas semelhantes às desenvolvidas em casa, estão mais tempo juntos, com os pais, e salientam ainda o aspeto de o facto de sair de casa lhes permitir conhecer/ aprender coisas novas e diferentes, como podemos ler nos seguintes excertos de respostas:

Filho15: **“aqui estamos sempre a fazer a mesma coisa e estamos mais separados, uns fazem isto outros aquilo... Lá não, estávamos sempre juntos.”**

Filha12: **“Conhecer espaços novos; conhecer um país diferente, outra cultura, seria diferente porque podia passar a fazer coisas diferentes, que achava que estavam melhores e trazer para a minha vida. E conhecer pessoas diferentes e a alimentação, acho que é positivo. Mesmo em Portugal. Mas só o facto de saírem daqui todos juntos, era uma oportunidade de descansar e estarmos todos juntos, que cá nunca estamos.”**

Filho9: **“E quando ficamos em casa nas férias comemos muitas vezes lasanha. A diferença grande é a praia, a água. Cá em casa, vamos para a piscina e também brincamos. Em casa o que gosto mais de fazer é brincar com a minha irmã e com os pais, não ter horas para ir dormir e não ir para a escola. Na praia não quero dormir muito e quero comer rápido para fazer a digestão e ir para a água.”**

Filho5: **“As férias fora de casa são diferentes porque é o nosso momento de descontração. Porque lá podemos estar algum tempo na praia sem ninguém perguntar nada, por exemplo, lá podemos desligar o telemóvel. Aqui não... A minha mãe as vezes está a dormir no sofá e o telemóvel está sempre a tocar e lá não. Tenho a mãe quase só para mim.”**

Filha4: **“Eu acho que deve ser diferente porque não conheço o sítio e divirto-me mais com coisas novas, não conheço o lugar, vejo coisas novas. Conheço outros meninos, diferentes dos daqui, têm hábitos diferentes, devem ser mais divertidos. Aqui já estou mais habituada.”**

Uma das mães refere ainda a dificuldade de lidar com a filha, com quem vive, como o principal inibidor de realização de novas atividades no ambiente habitual e vê nas férias a possibilidade de estar com o filho, filho que vive fora e a acompanha nas atividades que quiser fazer quando estão juntos.

Estas diferenças refletem-se também no tipo de efeitos percebidos pelos entrevistados (ver secção seguinte), que atribuem às férias em casa efeitos positivos menos intensos ou mesmo efeitos negativos intensos.

8.5. Efeitos do turismo em família

Quando questionados acerca dos efeitos positivos das férias em família (fora de casa), a nível individual e familiar, observou-se uma diferença clara entre os entrevistados que fizeram férias em família há mais tempo e aqueles que fizeram férias há menos tempo. Os entrevistados (mesmo as crianças) que fizeram férias em família nos últimos quatro anos conseguem detalhar melhor o tipo de efeitos que sentem

das férias em família, enquanto aqueles que fizeram férias há mais tempo do que esses quatro anos referem benefícios mais gerais, relacionados com as motivações para fazer férias: relaxamento, quebra da rotina e maior união familiar. Este grupo de entrevistados mostrou também mais dificuldade em identificar benefícios individuais e familiares. Também os homens mostraram mais dificuldade em identificar efeitos das férias. Referiram maioritariamente o benefício do relaxamento e recuperação de forças.

Outro aspeto importante é o facto de os entrevistados reconhecerem uma série de benefícios das férias, mas com uma duração limitada no tempo, ou seja, percebem que as férias têm efeitos, que muitas vezes são sentidos para lá do período de férias, mas é um efeito temporário, que passa ao fim de algum tempo no ambiente habitual, como referem:

Mãe5: **"Mas quando voltamos de férias, ele sabe garantidamente que acabaram as férias e vai começar o ritmo."**

Mãe6: "Porque depois **volta-se à rotina, quebra o efeito...**"

Mãe12: "Não, depois **entravamos na rotina diária e ia tudo para o mesmo** outra vez..."

No entanto, os entrevistados que referiram benefícios em termos de aprendizagem parecem beneficiar de efeitos mais duradouros no tempo, como veremos através dos seus discursos nas secções que se seguem.

Passamos agora a analisar individualmente cada tipo de efeitos referido pelos entrevistados, de acordo com a tipologia utilizada no capítulo 2 e no capítulo 6.

8.5.1. Efeitos individuais

Relaxamento e Saúde

A grande maioria dos adultos entrevistados referiu que as férias em família tiveram importantes benefícios em termos de alívio do stress. O conceito de stress adotado nesta investigação será, mas à semelhança do que aconteceu no estudo de Minnaert (2006: 162), não no sentido médico, mas como, por exemplo, as pressões diárias associadas aos horários a cumprir e aos problemas a resolver.

Os adultos identificam esse benefício tanto para si como para os seus filhos, como descrevem duas mães:

Mãe1: "Vimos mais relaxados, **encaramos as coisas com mais calma**. E pensamos que **há problemas mas temos de os resolver, mas com mais calma**, parece que vimos com outra alma, parece que lidamos com tudo de maneira diferente. (...) **E os meninos não estão tão irritados. Porque em casa sente-se o cansaço neles.** (...) Os meninos acho que vêm mais calminhos, mais sossegados. Acho que o dia-a-dia, o stress também os afeta, porque nós passamos o stress também para eles, porque se temos problemas ou até o facto de ele não estudar para mim as vezes já me afeta, porque digo assim "como é que eu hei-de fazer?.." e às vezes não conseguimos..."

Mãe7: “Mas quando voltamos é diferente, **estamos mais relaxados, mesmo a relação com eles, eles ficam mais relaxados...**”

Três mães referem o facto de a recuperação de forças, associada ao efeito do relaxamento e recuperação de energias, lhes permitir encarar com mais força (e confiança) os problemas do dia-a-dia:

Mãe9: “Eu acho que vimos com as forças todas renovadas, **para enfrentar o que vem.**”

Mãe11: “**O sair daqui ainda faz mais bem à alma do que ao corpo.** E como eu acredito que é a alma que nos alimenta... O corpo também descansa, às vezes não, até ficamos mesmo, mas a gente parece que vem nova pronta, se tivermos aqui [trabalho] uma enchente, **a gente parece que agarra tudo.**”

Mãe1: “Parece que além de gastarmos o dinheiro que tínhamos e que podíamos gastar para outra coisa, mas depois em setembro **começamos uma vida nova.**”

Outro benefício referido em termos de saúde foi a melhoria no bem-estar mental, recuperar energias/ recarregar baterias. Este efeito pode ser especialmente importante para este tipo de famílias, uma vez que enfrentam uma maior quantidade de desafios no dia-a-dia, decorrentes da escassez de recursos financeiros (capítulo 3). Muitos adultos referiram este benefício, como ilustram os seguintes discursos:

Mãe6: “**Por muito que seja cansativo a viagem** e como estávamos em família alargada temos de estar mais disponíveis constantemente. Mas **é um cansaço diferente. Há um alívio da mente...**”

Mãe9: “Eu acho que **vimos com as forças todas renovadas, para enfrentar o que vem.**”

Mãe13: “**Venho com energia muito mais acentuada,** é um **recarregar de baterias.**”

Neste contexto, outro benefício deste tipo, que foi muito referido e que vai de encontro à literatura, tem a ver com os sentimentos positivos e felicidade (e memórias associadas) que as férias proporcionam. Vários entrevistados referiram situações como:

Mãe5: “quero **recordar-me** dele na areia, das férias que tive com ele, quero lembrar-me dele a vir da água e molhar-me. Mas **as férias permitem dar esse valor à vida**”

Mãe13: “Acho que só faz é bem. **Nasce-nos uma alma nova!**”

Mãe15: “Foi um dia inesquecível! (...) até porque **acho que toda a gente merece**, porque aquele período de descanso, de quebrar a rotina, o ambiente em que estão, os problemas, **é bom até para o psicológico.** Toda a gente merece mesmo que não trabalhe, só de ter aquela rotina...”

Filha6: “gosto de (...) e de **recordar** os momentos diferentes que tivemos lá.”

Benefícios em termos de saúde física dos filhos foram também referidos por duas mães que notaram melhorias significativas nos problemas respiratórios dos filhos em consequência das férias na praia ou na serra, referindo diminuição das idas ao hospital e da necessidade de tomar alguns tipos de medicação.

Aprendizagem em novas situações

Em termos de aprendizagem, vários entrevistados referiram aprendizagem em termos gerais, de novos lugares e novas pessoas, como diz uma mãe “*Há sempre algo que se aprende. Concretamente, não me recordo, mas há sempre algo que trazemos.*” (Mãe3) e como refere uma criança “*é bom para ver coisas novas, é interessante, vemos que afinal há coisas diferentes e não é só como aqui.*” (Filho1).

Muito referido também foi o benefício em termos de conhecimento de novas culturas, particularmente pelas e para as crianças, como ilustram os seguintes discursos:

Filho3: “**Aprende-se os costumes de outras terras. Vê-se coisas novas. É interessante ver as pessoas a fazer coisas de forma diferente.**”

Filha6: “gosto de ir **ver sítios de que já ouvi falar e saber mais**”

Mãe9: “O [filho] acha piada a **aprender e ouvir as pronúncias** das pessoas.”

As novas situações (situações diferentes do dia-a-dia) vividas nas férias são também referidas como oportunidades importantes de aprendizagem e de superação de desafios (ver secção seguinte). Este tipo de situação é muito referido associado à organização da viagem, como referem alguns adultos:

Mãe1: “**E termos que fazer e organizar as coisas novas para as férias, quebramos a rotina e é uma empolgação para irmos, para conseguirmos fazer as coisas**, arrumar tudo, para irmos embora.”

Mãe6: “no dia-a-dia somos mais egoístas, ali estamos mais abertos aos outros, estamos mais disponíveis, **aprendemos a ouvir mais**”

Mãe15: “**Há situações que surgem, diferentes do dia-a-dia e que aprendemos uns com os outros. Somos família em casa e ali, mas ali há outras situações que se resolvem mais facilmente do que em casa**, não sei porquê... Há muita coisa nova, olharmos para eles e vemos que eles estão a gostar, há isto e aquilo novo, que eles vêm, estão a aprender.”

Também são referidas estas situações como importantes para a educação dos filhos, como destaca uma mãe:

Mãe5: “**Acima de tudo conheço melhor o [filho] em momentos diferentes e aproveito esses momentos para falar com ele de certas coisas, para o chamar à atenção** porque estamos num ambiente neutro, mais descontraídos, falo de uma forma mais assertiva, mas também podemos fazer disparates os dois, mas aproveitamos os momentos todos e vejo-o sorrir.”

A criança mais velha (17 anos) e três mães entrevistadas salientam um aspeto que vai de encontro aos resultados obtidos no estudo de Minnaert (2006) de as férias fora de casa permitirem aprender através da experiência de novas situações, e reflexão associada, e adotar novos comportamentos no dia-a-dia (ver secção seguinte):

Filha12: “Conhecer espaços novos; conhecer um país diferente, outra cultura, seria diferente porque **podia passar a fazer coisas diferentes que achava que estavam melhores e trazer para a**

minha vida. E conhecer pessoas diferentes e a alimentação, acho que é positivo. Mesmo em Portugal.”

Mãe13: “até **modos de estar na vida e pensamentos e situações que vemos até noutras pessoas e a gente pára para refletir** e pensa que aquilo já me aconteceu e a pessoa fez assim ou assado... Porque são pessoas diferentes e maneiras diferentes de passar pelas coisas. E as férias **permitem mais reflexão.**”

Por fim, outro aspeto referido foi a aprendizagem prática de coisas que são ensinadas na escola ou o facto de poderem falar sobre o que viveram nas férias, quando regressam à escola. Tanto adultos como crianças referiram este tipo de benefícios, como descrevem quatro entrevistados:

Mãe6: “E tentamos também incluir nas férias **ir a sítios que ela depois vai estudar**, para ela ter uma ideia...”

Filha3: “falo na escola com a professora...”

Filha6: “**É diferente de aprender na escola porque estou com pessoas diferentes...** na escola é 1+1, 2+2, lá vemos outras coisas e **ver fotografias não é nada comparado com ver mesmo as coisas** ao pé de nós.”

Filho 9: “e depois **na escola andamos sempre a falar disso e quem é que fez o quê nas férias. E uma composição.**”

Em contraste com o efeito da aprendizagem relacionada com o regresso à escola e às matérias aí aprendidas, umas das mães refere mesmo o efeito negativo que o facto de não poderem fazer férias tem sobre os filhos uma vez que “*quando chegam à escola têm sempre coisas para falar. Não é como por exemplo este ano que ele não tinha nada para contar, os outros até fazem composições sobre isso... Mas é assim...*” (Mãe9).

Alteração de atitudes e comportamentos

Associado aos benefícios em termos de aprendizagem, aparecem os benefícios em termos da alteração de atitudes face a problemas e à relação com os outros no dia-a-dia, quando regressaram de férias, como é visível nos seguintes excertos:

Mãe1: “E pensamos que há problemas mas temos de os resolver, mas com mais calma, **parece que vimos com outra alma, parece que lidamos com tudo de maneira diferente.**”

Mãe3: “Nos primeiros tempos, depois de férias, **é muito mais fácil lidar com toda a gente.**”

Mãe6: “**Aprendemos a ser mais tolerantes**, no dia-a-dia somos mais egoístas, ali estamos mais abertos aos outros, estamos mais disponíveis, **aprendemos a ouvir mais.**”

Mãe13: “até **modos de estar na vida e pensamentos e situações que vemos até noutras pessoas e a gente pára para refletir** e pensa que aquilo já me aconteceu e a pessoa fez assim ou assado...”

Filha12: “Conhecer espaços novos; conhecer um país diferente, outra cultura, seria diferente porque **podia passar a fazer coisas diferentes, que achava que estavam melhores e trazer para a minha vida.**”

Uma parte dos entrevistados referiu também benefícios em termos de aumento da sua rede ou contactos sociais. Este benefício deriva da socialização com pessoas diferentes no destino, que parece ser mais fácil por ter um carácter passageiro, como transparece dos seguintes discursos:

Filho1: “há já algum tempo **conheci outros meninos na praia e acho que são diferentes porque tinham outras formas de estar lá**, por exemplo estavam mais aventureiros no mar...”

Mãe1: “**é bom falarmos com pessoas assim, porque pensamos mais nestas coisas, ficamos também a saber e a pensar noutras coisas**, porque no trabalho, eu trabalhei na confeção e não aprendi nada, mas agora ali onde estou tenho convívência com mais pessoas e é bom aprender sempre algumas coisas.”

Mãe3: “**Conhecemos sempre lá alguma pessoa, mas não costumamos manter**. Só se depois voltarmos lá e as pessoas também lá estão, de uma ano para o outro.”

Mãe9: “Conhecemos na praia, mas não mantemos... **Acho que é muito mais fácil lidar com as pessoas porque é só um curto período de tempo e não estamos com a pressão do dia-a-dia.**”

Houve ainda referência por duas mães ao facto de quando ficaram alojadas em parques de campismo, geralmente antes de terem filhos², o contacto social ser muito mais intenso, próximo e satisfatório:

Mãe13: “Nota-se mais **fazer amizades quando fazemos campismo do que quando estamos num apartamento. No campismo as pessoas são mais ligadas**, mais abertas. No apartamento as pessoas são mais fechadas.”

Mãe7: “acho que **no parque de campismo é diferente, a gente convive mais com outras pessoas do que alugando casa**. Ali a gente fazia amigos de todo o lado. É assim, depois íamos todos os anos na mesma altura e encontrávamos aquelas pessoas. É diferente. Eu gostava. Por um lado gostava mais, o convívio. Agora a gente num andar ou numa casa, é completamente diferente: a gente entra para ali... É completamente diferente. Eu gostava do campismo. **E são pessoas de sítios diferentes, e quer queiramos quer não, apesar de estarmos no mesmo país, cada região tem a sua cultura e a gente aprendia sempre. E às vezes outro ponto de vista sobre as coisas.**”

Dos discursos analisados, parece poder-se concluir que estes contactos sociais parecem constituir uma grande base para as alterações de atitude e comportamento que são referidas pelos entrevistados. Concluiu-se também que este benefício foi referido apenas por mulheres. Acresce que parece haver alguns contactos que se mantêm, especialmente por intermédio dos filhos, e quando isso acontece, são referidos com grande satisfação:

Mãe5: “houve um ano em que [o filho] conheceu uns meninos alemães, que não falavam português e ele não falava alemão. Eu falava inglês, mas a senhora pouco falava de inglês, portanto aquilo foi uma confusão desgraçada. Mas ficaram com os mails e, não sei como, **eles ainda trocam e-mails e este ano voltam a encontrar-se.**”

Filha13: “já conheci e gostei. E conheci a Bia **e voltei a vê-la depois no outro verão**. E depois ela vem cá dormir uma vez.”

² Estas mães referem que o tipo de alojamento que consideram adequado para fazer férias a partir do momento em que têm filhos, passa a ser mais exigente em termos de comodidades, como por exemplo, a casa alugada ou casa de familiares e amigos, para garantir que os filhos têm as infraestruturas e comodidades necessárias ao seu bem-estar.

Associado, também, aos benefícios de aprendizagem em novas situações aparece o benefício em termos de melhoria da autoconfiança. As férias em família são muitas vezes olhadas como oportunidade para ultrapassar algumas situações diferentes, que são encaradas como desafios e que, uma vez superados, contribuem para aumentar a autoconfiança dos indivíduos. Esse efeito está bem presente nos seguintes discursos:

Mãe1: “E termos que fazer e organizar as coisas novas para as férias, quebramos a rotina e é uma empolgação para irmos, para conseguirmos fazer as coisas, arrumar tudo, para irmos embora.”

Mãe3: “Sim, trazemos sempre a preocupação de organizar o que é preciso, a viagem, os custos, é diferente e temos de ultrapassar.”

8.5.2. Efeitos na família

Reforço da Ligação emocional da família

Reforçar os laços familiares/ligação emocional entre membros da família (coesão familiar e fortalecimento do relacionamento da família) é outro dos benefícios amplamente reconhecidos pelos entrevistados, à semelhança dos estudos de Minnaert (2006, 2012), Smith & Hughes (1999), Gram (2005) e Letho et al. (2009). Vários pais referiram o reforço de laços com os filhos:

Mãe3: “Torna-se mais forte a ligação entre nós.”

Mãe5: “é muito importante porque as férias fora de casa reforçam os laços de família, parentais e proporcionam-se momentos novos e aprende-se”

Mãe13: “Vimos mais próximas, mais intimas, há mais proximidade. Mesmo quando eles vêm da escola de férias, já há um alívio, mas quando vamos mesmo de férias até a praia... há uma maior união quando vimos de férias.”

Pai14: “A gente nas férias liga mais os laços entre nós”

Mais concretamente, este benefício pode particularizar-se em dois subtipos - a relação e comunicação com as crianças e a partilha/união familiar.

(i) Relação e comunicação com as crianças

Os estudos que analisaram os efeitos das férias em família, descritos na Tabela 2.3, demonstram que um dos benefícios mais referidos das férias em família para as famílias acontece ao nível da relação com as crianças (estar com as crianças e o prazer/alegria/satisfação recebida pelos pais através das crianças) que muitas vezes se reflete num aumento da tolerância/compreensão e da comunicação entre os membros da família. Este benefício é relatado por vários entrevistados:

Mãe1: **“É mais fácil comunicarmos.** Em casa trazemos muito os problemas do trabalho e da escola e lá a gente não leva esses problemas. (...) **Sempre se aprende a comunicar melhor com eles.”**

Mãe7: “Mesmo uns com os outros aprendemos coisas novas, porque por muita atenção que a gente lhes tente dar no dia-a-dia, há coisas que acabam por nos passar um bocadinho e **a gente tendo mais tempo e estando mais, não estando naquele stress do dia-a-dia, apercebemo-nos de coisas que não dávamos conta, outras facetas uns dos outros** (...) No dia-a-dia a gente, eu falo por mim, olho para eles e estão crescidos e tanto tempo que eu perdi e não aproveitei... **Porque a gente tem que dizer a realidade: chegamos a casa saturados, a rotina, ter que fazer jantar, a gente às vezes, até dizemos “ó filha, hoje não” e sem termos que cumprir horários, sem ter aquela rotina diária, a gente tem outra disposição que não temos no dia a dia.**”

Filha12: “quebrar a rotina, alterar o dia-a-dia e é uma maneira de ficarmos ali e fugir ao trabalho e responsabilidades e **estarmos mais facilmente a falar uns com os outros.**”

Por fim, a aprendizagem relacionada com as mudanças nos estilos de parentalidade, como consequência da reprodução do tempo que os elementos da família partilharam e novas formas de comunicar com as crianças descobertas durante as férias em família, parece ser reconhecida pelos entrevistados, estando presente nos seus discursos:

Mãe1: Acho que mesmo só decidir que temos de andar com mais calma. Porque temos de ter calma também para os miúdos, não é que deem trabalho, mas precisam atenção...”

Mãe7: “Há sempre diferenças porque **eles crescem e nessas alturas a gente nota. Por exemplo, o meu comportamento em relação à [filha]. E digo a ela, porque o outro é mais novo. Mas acho que mudou bastante e o dela também.** Ela cresceu e a minha maneira de encarar as coisas em relação a ela também é diferente. **E acho que nos damos melhor. Desde essas férias,** tivemos mais tempo para estarmos uma com a outra e eu aperceber-me de como ela cresceu.”

(ii) Partilha/União familiar

O reforço da partilha/união (partilha de momentos juntos e de mais momentos bons em família) associado a passar tempo de qualidade em família, particularmente com os filhos, é destacado pela grande maioria dos adultos e crianças entrevistados, como podemos observar através de alguns discursos:

Filho5: “Lá **tenho a mãe quase só para mim.** (...) Aqui não...”

Filha12: “Mas **só o facto de saírem daqui todos juntos, era uma oportunidade de descansar e estarmos todos juntos, que cá nunca estamos.**”

Filha13: “**a mãe nas férias pode brincar comigo** e jogos de cartas, na areia e às professoras.”

Mãe7: “conseguimos **abstrair-nos de tudo, de casa e assim e temos o tempo só para nós e para eles.** Eu dou muito valor a isso e faz-nos muito bem.”

Mãe11: “A família é as pessoas em quem mais confiamos e podemos dizer tudo, e **fora do ambiente habitual temos mais tempo, ficamos mais unidos.**”

Mãe13: “para os filhos sentirem que não é só casa-trabalho, (...), **para eles também brincarem mais com os pais,** que durante o ano não há tanto essa possibilidade como nas férias”

Mãe15: “É diferente, estamos num sítio diferente, andamos **sempre juntos, a fazer coisas diferentes. Era mais fácil comunicarmos todos** e todos queremos fazer aquelas coisas diferentes e não nos separamos. **Apesar de já sermos unidos, ficamos mais unidos, há mais união.**”

Os filhos reforçam o estarem mais tempo com os pais e o facto de poderem ter os pais disponíveis para brincar com eles. Os adultos referem também o passarem mais tempo com os filhos, mas acima de tudo o tempo ser de qualidade, fora das pressões habituais. Uma das mães salienta até que “*Mesmo ali com as discussões, é diferente porque estamos todos juntos, mesmo com pouco dinheiro, estávamos ali.*” (Mãe11).

Esta partilha de momentos de união é a base de muitos dos restantes efeitos identificados, particularmente a comunicação, como já analisado, e o reforço da ligação emocional entre os elementos da família.

Estes resultados corroboram os estudos desenvolvidos por Minnaert (2006, 2012) e Minnaert *et al.* (2009), que salientam a importância deste tipo de efeitos para melhorar a inclusão social das famílias.

8.5.3. Efeitos negativos

Quando questionados acerca de efeitos negativos das férias em família, quase todos os entrevistados responderam não existirem. No entanto, a preocupação com as crianças, com os seus desejos, o seu comportamento e com a sua segurança, aparece em alguns discursos.

Uma mãe referiu que o tempo de qualidade passado em férias está muito dependente do comportamento das crianças: “*Mas às vezes é chato, estamos ali todos fechados, quando eles se chateiam é complicado...*” (Mãe12). Este resultado que vai de encontro ao resultado apresentado no capítulo 6, acerca de ambos os segmentos de famílias inquiridas percecionarem o efeito de essas férias “Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer”, como o efeito negativo que mais ocorreu, resultados que vão de encontro aos resultados dos estudos elaborados por Gram (2005) e Backer & Schanzel (2012). Outros entrevistados referiram o aspeto de se sentirem com mais medo de algo acontecer aos filhos, como ilustram os seguintes testemunhos:

Pai10: “Estamos ali na praia, descontraímos um bocadinho... **e se eles me fogem** para o meio do mar? Quem é que os lá vai buscar? Há mais riscos e muito mais responsabilidade.”

Mãe4: “é diferente porque é um sítio diferente e **já estávamos com mais medo de as deixarmos sozinhas**, se calhar íamos com elas.”

Uma das entrevistadas, que já não faz férias em família há muitos anos, referiu o efeito negativo observado no estudo de Minnaert *et al.* (2009) de a realização de férias poder contribuir para agravar a situação económica das famílias: “*Conheço pessoas que têm dificuldades e que têm de ir de férias e depois*

não têm dinheiro para mais nada. Gastam dinheiro nas férias que não tem e que durante o ano lhes faz muita falta.” (Mãe4).

Alguns entrevistados adultos referem ainda alguns aspetos relacionados com *“também é muito bom termos férias da família, estarmos sozinhos, em ambiente descontraído”* (Mãe5). Para a maioria dos entrevistados, quando referiam este aspeto ou o facto de os filhos darem algum trabalho (que é visto como mais fácil de gerir em férias), logo de seguida referiam que não fazia sentido fazer férias sem os filhos: *“mas para mim não faz sentido fazer férias sem o [filho]”* (Mãe5), refere a mesma mãe, que vive só com o filho, e *“levávamo-las sempre connosco, não as deixávamos com ninguém.”* (Pai14). Este aspeto parece causar alguns sentimentos contraditórios aos pais que, por um lado desejam essa união e partilha familiar, mas por outro lado reconhecem algum trabalho que dá ter esse tipo de férias, dualidade também referida no estudo de Gram (2005). De forma geral, o sentimento de procurar a tal partilha e união familiar sobrepõe-se, no caso dos entrevistados no presente estudo. Este resultado parece poder relacionar-se com o resultado apresentado no capítulo 6, acerca das experiências “desafiantes e de “separação” da família” também assumirem um papel a considerar para otimizar os efeitos das férias em família, reforçando a necessidade de existir um equilíbrio no tipo de atividades e experiências vividas pelas famílias em férias.

8.6. Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se conhecer as práticas turísticas passadas e atuais das famílias com filhos e com baixos rendimentos, bem como identificar os benefícios, individuais e coletivos, decorrentes da participação turística destas famílias e também explorar os constrangimentos que sentem à participação turística de uma amostra de famílias portuguesas, recorrendo para o efeito aos resultados obtidos numa investigação empírica na região Centro de Portugal, concelho da Covilhã. Dos resultados apresentados emergem conclusões de interesse que se sistematizam nesta secção.

Para os entrevistados, as férias em família (turismo em família) significam, acima de tudo, tempo de convívio todos juntos, referindo que fazem férias em família para estar mais tempo com a família (tempo de qualidade) e para relaxar, quebrar a rotina e aliviar o stress. A importância das férias para estas famílias, aparece, assim, maioritariamente relacionada com o tempo de qualidade em família, sendo esse tempo de qualidade definido como tempo fora dos contextos e pressões quotidianas e em que todos os elementos da família podem conviver, juntos. Ainda frequentemente surge a referência à importância de os pais relaxarem para transmitirem bem-estar e equilíbrio aos filhos e a alegria que os pais recebem através do prazer que observam nos filhos, tal como aconteceu nos estudos de Gram (2005) e Minnaert (2006, 2012). Está também presente nos discursos, frequentemente, a ligação com o conceito de “o comum extraordinário” (Larsen,

2013; Haldrup & Larsen, 2003) - a importância das férias reside em passar tempo juntos, com atividades comuns, mas fora das rotinas diárias e em lugares diferentes, que permitem criar memórias boas.

O melhor momento das últimas férias envolve maioritariamente momentos passados entre pais e filhos na praia. Os adultos referem momentos de partilha familiar na praia, particularmente com convívio com os filhos e a hora das refeições juntos, e as crianças, os momentos de brincadeira com a família (pais, irmãos ou primos) na praia, particularmente as idas ao mar.

Em termos de obstáculos à realização de férias em família, todas as famílias entrevistadas identificam os constrangimentos financeiros como os principais constrangimentos enfrentados. Algumas dessas famílias apresentam ainda algum outro tipo de constrangimento, sendo que os entrevistados do sexo masculino referem a insegurança que sentem de irem com os filhos para fora do seu ambiente habitual e o medo de que algo lhes aconteça.

As famílias identificaram, ainda, diferenças claras entre fazer férias em família fora de casa ou ficar em casa (no local habitual de residência), referindo que as férias fora de casa permitem muito mais libertação das rotinas e maior partilha/união familiar. Surge novamente neste tema a importância da alteração do cenário onde acontecem as atividades, mesmo as mais comuns, destacando-se novamente a relação com o conceito de “o comum extraordinário” do turismo em família.

A confirmar os efeitos teoricamente reconhecidos no capítulo 2, a maioria dos entrevistados relata efeitos positivos do turismo sobre os indivíduos. A redução do stress (especialmente em consequência do descanso e recuperação do trabalho, alívio das pressões diárias), a mudança de atitudes (promoção da tolerância e da compreensão em consequência do contato com outras pessoas e face a problemas e relação com os outros no dia-a-dia), o aumento dos contactos sociais, promovem o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, bem como a sua saúde física e mental, e, como resultado de todos esses efeitos, uma melhoria do bem-estar geral.

Os resultados obtidos confirmam também os estudos anteriores sobre os efeitos do turismo nas famílias, destacando benefícios no fortalecimento das relações familiares (ligação emocional entre os elementos da família), as alterações na forma como pais e filhos se relacionam e melhoria na comunicação entre elementos da família. Estes efeitos, como referido anteriormente podem fornecer uma base para os indivíduos ativarem as suas capacidades e processos de alteração de comportamentos (Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Minnaert *et al.*, 2011; Minnaert, 2012a e b; Smith & Hughes, 1999). Estes efeitos vão também de encontro a alguns dos resultados obtidos no estudo quantitativo.

Porém, considera-se importante salientar algumas limitações que obrigam a interpretar os resultados obtidos com alguma cautela, como a dimensão reduzida da amostra, o facto de não se terem conseguido entrevistar todos os elementos da família, o facto de as famílias entrevistadas não estarem inseridas em

contextos de pobreza e exclusão social tão extremos como as famílias incluídas em outros estudos semelhantes (Minnaert, 2006) e, ainda, o facto de a amostra concentrar mais mães do que pais. Destaca-se a importância de tentar incluir mais pais nas amostras de estudos futuros já que esta investigação aponta para a existência de diferenças nas perspetivas de mães e pais, como por exemplo, o facto de as mães referirem motivações mais relacionadas com o aspeto do tempo de qualidade juntos, particularizando o tempo com os filhos, e os pais demonstrarem mais insegurança e medo de fazer férias sozinhos com os filhos. A inclusão de diferentes tipos de famílias economicamente carenciadas, incluindo diferentes níveis de rendimentos, diferentes características sociodemográficas e diversos contextos de exclusão será também importante considerar em estudos futuros. Estas limitações reforçam a necessidade de se realizarem estudos futuros que as tentem ultrapassar.

Capítulo 9 – Interesse e participação em Programas de Turismo Social

9.1. Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos pela análise dos dados recolhidos através dos questionários desenvolvidos para medir os constrangimentos existentes à prática turística em família e os efeitos retirados da prática turística, instrumentos de recolha de dados apresentados no capítulo 4. Com estes resultados pretende responder-se às seguintes questões de investigação, também apresentadas no capítulo 4, Tabela 4.2:

- * Qual é o nível de participação e interesse das famílias em Programas de Turismo Social?
- * Que linhas orientadoras deverão ter os programas de turismo social para que sejam atrativos e possam maximizar os benefícios para as famílias?

Para responder aos objetivos enunciados, o capítulo organiza-se em duas grandes secções:

- (i) caracterização do interesse e nível de participação das famílias em Programas de Turismo Social (PTS), analisando separadamente os três segmentos de famílias que integram a amostra global de famílias analisada – famílias que fizeram férias em família nos últimos 4 anos, famílias que não o fizeram (abordagem quantitativa) e famílias economicamente carenciadas (abordagem qualitativa);
- (ii) análise dos resultados obtidos em termos de implicações que estes poderão ter para a definição de PTS.

Na análise efetuada aos resultados obtidos da amostra de famílias que fizeram e que não fizeram férias, optou-se por comparar o interesse e níveis de participação em PTS reportados pelas famílias inquiridas com base nos seus indicadores de Privação Material: “Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”, tendo sido conduzidos testes estatísticos também considerados adequados para comparar os dois segmentos, à semelhança da análise realizada nos capítulos 6 e 7. Optou-se, ainda, por, na primeira secção do capítulo, comparar os resultados obtidos para as famílias que fizeram e para aquelas que não fizeram férias.

9.2. Interesse e participação em Programas de Turismo Social

Uma das secções dos questionários aplicados às famílias e algumas questões das entrevistas às famílias economicamente carenciadas tinha por objetivo obter informação relativa à participação e nível de interesse das famílias acerca de Programas de Turismo Social (PTS). As secções que se seguem pretendem apresentar os resultados obtidos acerca deste tema, tendo-se optado por dividir esses resultados de acordo com o segmento de famílias a que respeitam – famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos, famílias que fizeram férias e famílias economicamente carenciadas. As características sociodemográficas e

económicas, os constrangimentos que estas famílias sentem à realização de férias em família e as características e efeitos das suas práticas turísticas foram já apresentadas nos capítulos 6, 7 e 8.

9.2.1. Famílias que não fizeram férias nos últimos quatro anos

A quase totalidade (98,3%) dos inquiridos que responderam a esta questão afirma nunca ter participado em Programas de Turismo Social (PTS), salientando-se que 12,6% do total dos inquiridos não responderam a esta questão. Apenas 1,7% dos inquiridos que responderam a esta questão afirmam ter participado em PTS. Este resultado é reflexo também da ausência de PTS destinados a famílias com filhos no nosso país, como constatado na análise efetuada na secção 3.4, do capítulo 3.

Questionados acerca do porquê de nunca terem participado neste tipo de Programas, os inquiridos referem maioritariamente (40,3%), o desconhecimento acerca da existência dos mesmos como a principal razão, sendo que 0,7% dos inquiridos referem mesmo a não existência desses programas (Figura 9.1). Destaca-se o facto de 9,7% dos inquiridos referirem motivos financeiros como motivo para a sua não participação, mesmo considerando o tipo de viagens que normalmente são incluídas neste tipo de PTS.

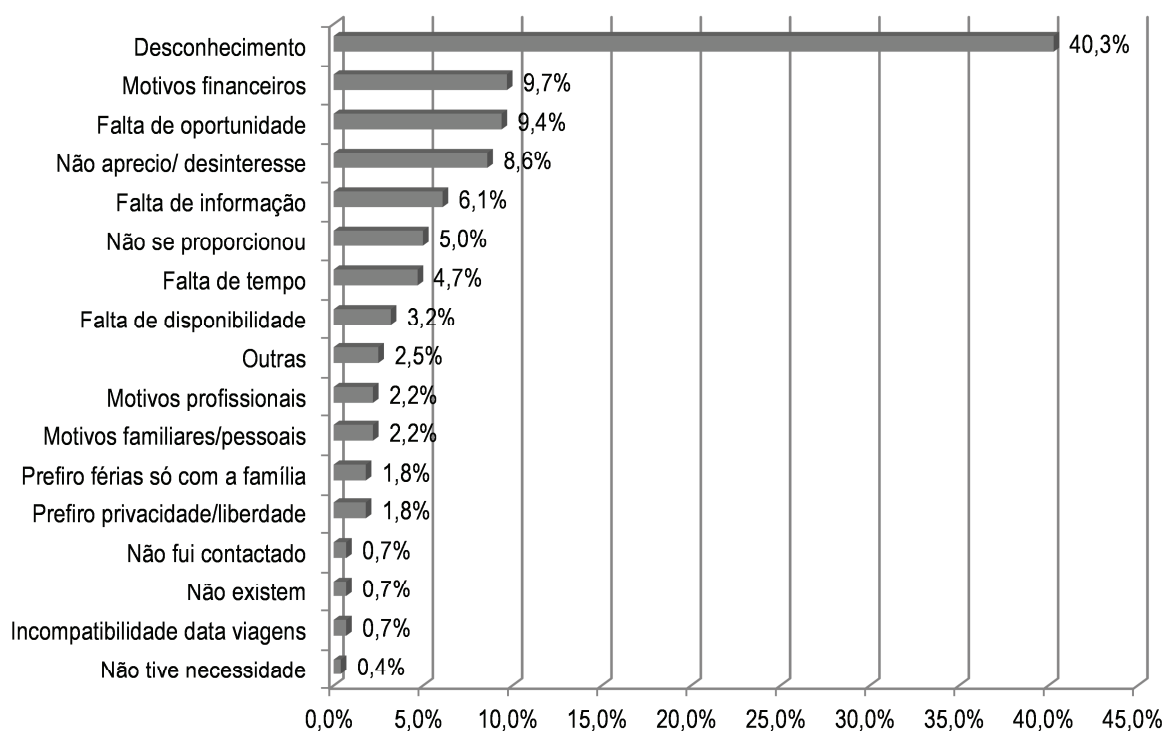


Figura 9. 1 – Motivos das famílias que não fizeram férias em família para a não participação em PTS

Por fim, 57,9% dos inquiridos respondeu à questão sobre se gostaria de participar em PTS e, desses que responderam, 30,3% respondeu positivamente.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as “Famílias com Privação” e as “Famílias sem Privação”, no que se refere a terem participado anteriormente em PTS, nem relativamente aos motivos que apresentam para não o terem feito, que são, para ambos os segmentos, os apresentados na Figura 9.1.

No entanto, quando questionados sobre se gostariam de participar em PTS, os inquiridos que pertencem a “Famílias com Privação” tendem a responder mais “Sim”, quando comparados com o total dos inquiridos (Tabela 9.1). O facto de as “Famílias com Privação” tenderem a responder que gostariam de participar em PTS, considerando a definição de Turismo Social apresentada no questionário, pode estar relacionado com o facto de o segmento das “Famílias com Privação” integrar mais indivíduos que atribuem maior importância aos constrangimentos “Financeiros” como razão para não fazer férias em família (capítulo 6, Tabela 6.6).

Tabela 9. 1 – Diferenças entre as famílias que não fizeram férias acerca da vontade em participar em PTS

	Famílias sem Privação (N=169)	Famílias com Privação (N=153)	Todas as famílias (N=322)	χ^2	Sig.
Gostaria de participar em PTS [#]	56,29%	75,94%	65,49%	12,080	0,001*

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2; [#] - sendo uma variável dicotómica, apenas se apresentam os valores para a categoria “Sim”

9.2.2. Famílias que fizeram férias nos últimos quatro anos

A quase totalidade (97,6%) dos inquiridos afirma nunca ter participado em Programas de Turismo Social (PTS), salientando-se que 0,6% dos inquiridos não responderam a esta questão e alguns dos 1,8% que afirmaram ter participado em PTS parecem não ter entendido bem o conceito, apesar de ser apresentado no questionário. Levanta-se esta hipótese uma vez que, quando questionados sobre a entidade promotora do programa em que participaram, referem instituições que não costumam ter como atividade a promoção deste tipo de programas, como por exemplo, agências de viagens privadas e o Clube de Viagens *Interpass*. Este resultado é, também, tal como referido na secção anterior, consequência da ausência de PTS destinados a famílias com filhos no nosso país.

Questionados acerca do porquê de nunca terem participado neste tipo de programas, os inquiridos referem maioritariamente (22,6%) o desconhecimento acerca da existência dos mesmos como a principal razão, sendo que 0,9% dos inquiridos referem mesmo a não existência desses programas (Figura 9.2).

14,4% dos inquiridos revela ser a falta de interesse nesse tipo de produto, a causa para a não participação, motivo semelhante a preferirem fazer férias com mais liberdade/ privacidade (3,3%) ou só com a família (3,2%). Destaca-se, contudo, o facto de 3,5% dos inquiridos referirem motivos financeiros como motivo para a sua não participação, mesmo considerando o tipo de viagens que os PTS representam. Por fim, salienta-se o motivo apontado por 1,4% dos inquiridos relativo a “não fui contactado”, motivo que denota alguma passividade e assunção de que este tipo de programa é que deveria ser proposto aos potenciais participantes.

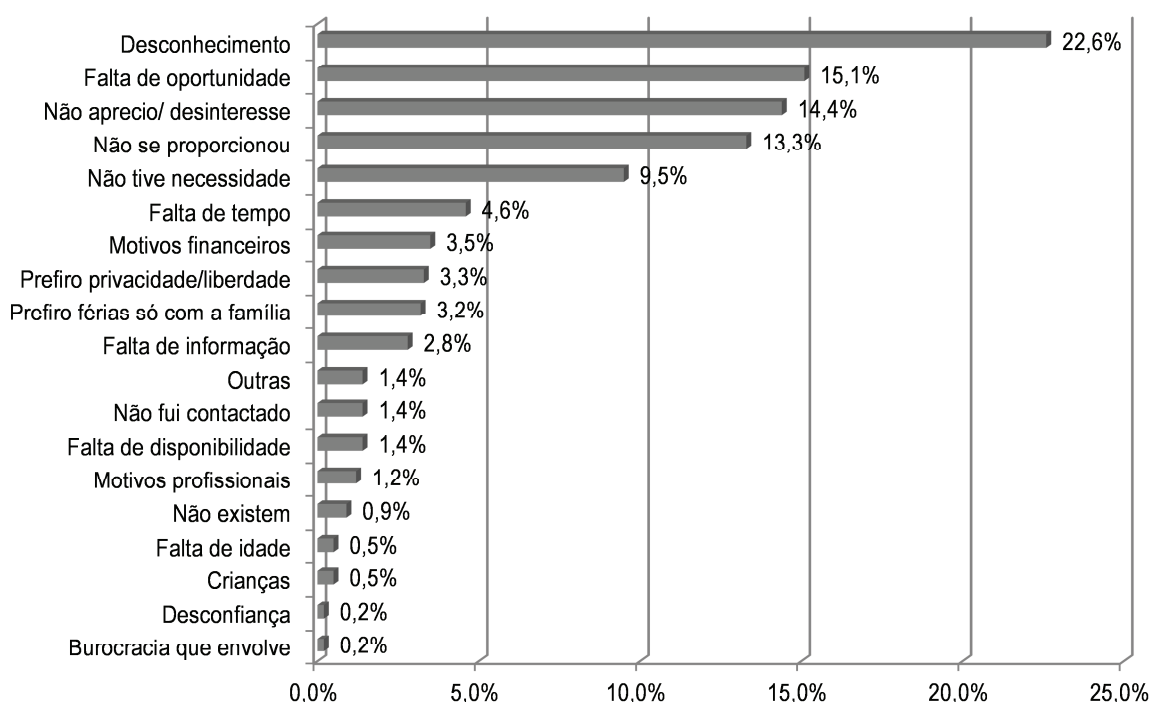


Figura 9. 2 – Motivos das famílias que fizeram férias em família para a não participação em PTS

Finalmente, relativamente ao interesse em participar em PTS, 21,8% dos inquiridos não responderam a esta questão. Daqueles que responderam, 54,0% dizem não estarem interessados em participar.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os segmentos de famílias, no que se refere a terem participado anteriormente em PTS (a maioria de ambos os segmentos refere não ter participado), nem relativamente à questão sobre se gostariam de participar em PTS.

Já no que respeita aos motivos que as famílias apresentam para não terem participado em PTS verificam-se diferenças entre os dois segmentos (Tabela 9.2). Os inquiridos que pertencem a “Famílias com Privação” tendem a responder mais “Não aprecio/ desinteresse”, “Motivos financeiros” e “Motivos

profissionais”, quando comparados com o total dos inquiridos. As “Famílias sem Privação” referem acima de tudo o “Desconhecimento” como motivo para a não participação em PTS (Tabela 9.2).

Tabela 9. 2 – Diferenças entre as famílias que fizeram férias acerca dos motivos para não terem participado em PTS

Motivos para não terem participado em PTS	Famílias sem Privação (N=669)	Famílias com Privação (N=154)	Todas as famílias (N=823)	χ^2	Sig.
Falta de oportunidade	27,80%	30,90%	28,30%	27,261	0,001*
Não tive necessidade	11,20%	1,00%	9,50%		
Desconhecimento	24,20%	20,60%	23,60%		
Motivos financeiros	3,00%	6,20%	3,50%		
Motivos profissionais	0,60%	4,10%	1,20%		
Falta de informação	2,50%	4,10%	2,80%		
Falta de tempo/ disponibilidade	5,90%	6,20%	6,00%		
Prefiro férias só com a família/ mais liberdade e privacidade	7,40%	2,10%	6,50%		
Não aprecio/ desinteresse	13,10%	20,60%	14,40%		
Outras	4,20%	4,10%	4,20%		

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,1$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2

9.2.3. Comparação dos dois grupos de famílias

A quase totalidade (mais de 97% em ambos os grupos de famílias) dos inquiridos afirma nunca ter participado em Programas de Turismo Social (PTS), daí que não se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de famílias (nem entre famílias que fizeram férias e famílias que não fizeram, nem entre “Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”) relativamente a esta questão.

Observam-se diferenças estatisticamente significativas entre as famílias que fizeram férias e as que não fizeram, bem como entre “Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”, no que se refere à vontade em participar em PTS e aos motivos para não terem participado em PTS (Tabela 9.3).

As famílias que não fizeram férias e as “Famílias com Privação” referem mais ter vontade de participar em PTS, comparativamente com as famílias que fizeram férias e as “Famílias sem Privação”, respetivamente (Tabela 9.3).

Questionados acerca do porquê de nunca terem participado neste tipo de Programas, os inquiridos que não fizeram férias em família nos últimos 4 anos, referem maioritariamente, com mais intensidade do que aconteceu com os que fizeram férias em família nos últimos 4 anos, o desconhecimento acerca da existência dos mesmos como a principal razão. As famílias que fizeram férias referem relativamente mais motivos

relacionados com “Falta de oportunidade”, “Não tive necessidade” e “Não aprecio/desinteresse”, enquanto as famílias que não fizeram férias referem mais os motivos “Financeiros” e “Desconhecimento” (Tabela 9.3).

Analisando diferenças nos motivos apresentados para a não participação em PTS entre “Famílias com Privação” e “Famílias sem Privação”, observa-se que as “Famílias com Privação” referem relativamente mais os motivos financeiros para essa não participação, enquanto as “Famílias sem Privação” referem relativamente mais o facto de não terem tido necessidade e preferirem outro tipo de férias, só com a família, com mais liberdade e privacidade (Tabela 9.3).

Acredita-se que os dois resultados referidos anteriormente relativamente às diferenças nos motivos para a não participação em PTS estão relacionados, na medida em que o facto de se verificarem diferenças entre as famílias que fizeram férias e as que não fizeram tem a ver também com as diferenças em termos de perfil sociodemográfico das famílias, apresentadas no capítulo 6, secção 6.2.3. O segmento das famílias que não fizeram férias integra mais famílias que parecem viver em contextos de pobreza e propícios à exclusão social (capítulo 6, secção 6.2.3), contextos, geralmente, com recursos financeiros mais escassos e, também, com menor acesso à informação, como as “Famílias com Privação”. Assim, este contexto de vida mais desfavorável das famílias que não fizeram férias justifica o porquê de indicarem motivos relacionados com “Motivos financeiros” e “Desconhecimento” como motivos para não terem participado. Por outro lado, contextos mais favoráveis em que vivem as famílias que fizeram férias (e as “Famílias sem Privação”) justificam a maior frequência relativa da indicação de motivos relacionados com “Falta de oportunidade”, “Não tive necessidade” e “Não aprecio/desinteresse” (Tabela 9.3).

Tabela 9. 3 – Comparação dos motivos para as famílias não terem participado em PTS

	Famílias que não fizeram férias (N=340)	Famílias que fizeram férias (N=825)	Todas as famílias (N=1165)	χ^2	Sig.	Famílias sem Privação (N=838)	Famílias com Privação (N=307)	Todas as famílias (N=1165)	χ^2	Sig.
Gostaria de participar em PTS#	65,67%	46,05%	52,28%	31,595	0,000*	48,08%	62,40%	51,94%	14,999	0,000*
Motivos para não terem participado em PTS										
Falta de oportunidade	14,39%	28,42%	23,82%			24,84%	21,24%	23,86%		
Não tive necessidade	0,00%	9,47%	6,37%			8,72%	0,44%	6,47%		
Desconhecimento	41,01%	23,51%	29,25%			27,96%	34,07%	29,62%		
Motivos financeiros	9,71%	3,51%	5,54%			3,45%	9,73%	5,16%		
Motivos profissionais	0,00%	1,23%	0,83%			0,49%	1,77%	0,84%		
Falta de informação	6,12%	2,81%	3,89%		98,294	3,62%	4,42%	3,84%	43,772	0,000*
Falta de tempo	7,91%	5,96%	6,60%			6,41%	6,19%	6,35%		
Prefiro férias só com a família/mais liberdade e privacidade	3,60%	6,49%	5,54%			6,74%	2,21%	5,52%		
Não aprecio/ desinteresse	8,63%	14,39%	12,50%			12,66%	12,83%	12,71%		
Outras	8,63%	4,21%	5,66%			5,10%	7,08%	5,64%		

Legenda: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; A negrito estão assinaladas as células em que existem resíduos ajustados iguais ou superiores a 2; # - sendo uma variável dicotómica, apenas se apresentam os valores para a categoria "Sim"

9.2.4. Famílias economicamente carenciadas

A totalidade das famílias entrevistadas (15) afirma não ter conhecimento de Programas de Turismo Social (PTS) para famílias e, quando referiam ter ouvido falar de PTS, referiam-se aos Programas de Turismo Sénior promovidos pela INATEL. Consequentemente, nenhum dos entrevistados tinha participado neste tipo de programas. Resultado muito semelhante aos obtidos na aplicação dos questionários, referidos nas secções anteriores.

Questionaram-se os entrevistados sobre se gostariam de participar num PTS para famílias com filhos, caso viessem a existir, e quase todos referem que gostariam, mediante as condições oferecidas. As duas mães que referiram não ter intenção de participar justificaram-no com o facto de *“Não, não gosto porque é muita confusão. Um dia quando puder há de ser só com eles. Quero aproveitar o tempo que tenho só com eles, que é pouco.”*(Mãe2) e *“Não. O meu marido tem um problema de saúde e ele não está muito ligado a sair de casa. Acho que assim neste momento não sinto necessidade de sair de casa.”* (Mãe4).

Os entrevistados que afirmam ter vontade de participar, dependendo das condições, referiram sempre os efeitos positivos das férias em família e o facto de não lhes ser possível realizar essas férias de outra maneira, como justificação para terem essa vontade.

De seguida procurou-se perceber quais as características que as famílias consideravam importantes esses programas terem para serem atrativos. A maior e principal preocupação referida é o “preço acessível”, e com isto queriam dizer “preço que possam pagar”. Associada a esta questão, surgiu também a referência a que seria mais fácil para as famílias estes programas preverem pagamentos antecipados faseados, uma vez que *“íamos pagando todos os meses x e chegando a altura tínhamos aquilo ali para irmos. Porque uma pessoa para arranjar uns trocos para o gasóleo, ainda vai, lá comer e beber, é como aqui... É mais fácil ir dando aquele x por mês e na altura o que faltar já se arranja.”* (Pai14).

Depois foram referidas características desses programas em termos de destinos, época e atividades. A maioria dos entrevistados refere que o destino deveria ser praia e em época apropriada em termos de condições meteorológicas e de férias escolares. Quanto às atividades que deveriam incluir, salientam a possibilidade de serem eles a escolher em que atividades queriam ou não participar, de forma a nunca colocar em questão a concretização do seu objetivo de descontração, convívio familiar e ausência de horários rígidos, como ilustra o discurso de uma das mães: *“Eu não acho bem eles porem horários para tudo. Acho que não podia ser com horários e tudo marcado. Acho que podiam apresentar as coisas que há e depois nós decidíamos se queríamos ir ou não e íamos para outro lado.”* (Mãe11).

Outro aspeto referido em relação às atividades é o facto de considerarem que deveria existir uma parte de atividades dirigida a pais e filhos e atividades apenas para os filhos, que no entanto deveriam garantir segurança, como refere uma mãe: *“Mas era bom se houvesse um com atividades até para os*

meninos, mas em que pudéssemos estar também a vê-los, perto deles, mas que eles se divertissem com segurança.” (Mãe1). Ou seja, as atividades deveriam permitir o convívio familiar (“a interação entre pais e filhos era muito importante porque durante o ano não temos essa possibilidade” (Mãe13)), mas também o descanso dos pais e entretenimento dos filhos, como sistematiza uma mãe: “Atividades um bocadinho para todos, que fizéssemos todos juntos e, de vez em quando, separar um bocadinho para descansarmos um bocadinho, especialmente do pequenino que é mais complicado e exige muita atenção.” (Mãe8).

De novo surge a temática relativa à necessidade de equilibrar o tipo de atividades e experiências vividas pelas famílias em férias, à semelhança de um dos resultados apresentado no capítulo 6, acerca das experiências “desafiantes e de “separação” da família” assumirem um papel a considerar para a maximização dos efeitos positivos das férias em família. Os pais que referiram preferir apenas atividades em conjunto, faziam-no essencialmente pela insegurança que sentem por ir para fora do ambiente habitual com os filhos:

Pai14: “Mas sabe que quando vamos para fora, nós pais, **temos muito medo que lhes aconteça alguma coisa**. Então quanto mais ao pé de nós... Pode ser mau ou bom, mas esses meios onde há muita gente... há sempre maldade, crianças raptadas, desaparecidas e isso é uma dor insuportável... Por isso estarmos juntos descansados é o mais importante.”

Estes resultados permitem concluir que programas atrativos são vistos como programas que permitam sempre a família escolher o tipo de atividades que quer realizar: interação com um grupo maior caso a família pretenda, mas também momentos de convívio entre pais e filhos, permita uma relação descontraída no seio familiar, mas que também propicie momentos em que os pais possam, caso queiram e se sintam seguros com os elementos da organização das férias, descansar “do trabalho dos filhos”. O discurso de uma mãe sintetiza essa ideia: “*Haver flexibilidade para sermos independentes para fazermos o que queremos.*” (Mãe6).

Uma outra mãe salienta que esses programas poderiam estar direcionados para promover a harmonia familiar, tendo mesmo intervenção de profissionais que orientassem os comportamentos dos pais:

Mãe7: “Uma coisa que devia existir é **ter um professor ou psicólogo que perguntasse aos filhos o que acham que os pais estão a fazer de errado ou certo e depois aos pais em relação aos filhos. Porque às vezes, mesmo pensando que estamos a fazer o melhor, não estamos**. E se houvesse assim uma oportunidade de ouvir da outra parte, víamos as coisas de outra maneira. E fora do ambiente habitual, sentia-me mais à-vontade. Porque estando no nosso meio, a gente já conhece as pessoas e já sabe naquilo que vai ser criticado. E se for num ambiente que não conhecemos, podemos ficar mais retraídos, num aspeto, mas noutro ficamos mais à-vontade para nos abirmos, para fazer certas coisas que aqui não teria coragem para fazer. **Um programa que contribuisse mesmo para a união entre pais e filhos.**”

Em termos de duração ideal, uma entrevistada referiu 10 a 15 dias e outra referiu que:

Mãe15: “não podemos pedir tudo mas **o ideal, 3, 4 dias já dava para uma pessoa conhecer qualquer coisa, descansar**, porque se vai para algum sítio onde está a ser apoiado, em princípio

haverá refeições e assim... 3 dias, chegam... **Mas se for um sítio em que vamos ter de fazer as refeições na mesma, arrumar a casa e assim, 1 semanita** de descanso talvez... Agora, mais do que isso acho que já era um abuso nosso das empresas que nos estariam a apoiar nessas férias e nós exigirmos mais...”

Por fim, alguns entrevistados fizeram mesmo sugestões de como se poderia pôr em prática este tipo de programa, em termos de financiamento:

Pai14: “Havia de haver assim **empresas que nos dissessem vocês têm acesso a uma casa, água, luz e despesas por vossa conta**. Preços mais acessíveis. Por exemplo, uma empresa que tivesse apartamentos e dizia-nos que temos o T3 por 2 semanas, com as despesas por nossa conta, e pagávamos x por mês, **fazermo-nos sócios, íamos pagando todos os meses x** e chegando a altura tínhamos aquilo ali para irmos. (...)”

Mãe 15: “Mas acho que se devia mesmo tentar abrir uma empresazinha dessas, abria vários **postos de trabalho**. Era muito investimento, mas era muito bonito. **Essas empresas ao fim ao cabo também deixam de ter contrapartidas**, não é? Por isso a dificuldade é porque elas dão e nós vamos usufruir do que elas nos dão. **Nem que nós também pagássemos, nem que fosse 2€ por mês...** Mas era muito muito bom... (...) **Existem muitos protocolos que podiam ser feitos**, porque, por exemplo, nós vamos para um hotel, **vamos sempre gastar qualquer coisa, vamos gostar e vamos recomendar a outras pessoas** que até vão lá depois...”

Foi ainda possível perceber em alguns entrevistados, nomeadamente aqueles que manifestaram maior vontade de independência neste tipo de programa e famílias que costumavam fazer férias com mais regularidade (uma vez por ano ou de dois em dois anos), algum desconforto com o termo Programas de Turismo Social. Houve mesmo uma entrevistada que referiu: “*a necessidade de um turismo social, ou chamem-lhe outro nome, enfim... turismo de família*” (Mãe5). Este facto alerta para o facto de estas famílias, a participarem num PTS para famílias não deveriam sentir-se diferentes de outras famílias, nem de alguma forma diferenciadas, por estarem a receber aquele apoio, sob pena de não terem sequer interesse em participar ou eventualmente esse sentimento comprometer os benefícios que poderiam retirar dessa participação.

9.3. Implicações para a definição de Programas de Turismo Social

Nesta secção pretende-se discutir as implicações que os resultados apresentados neste capítulo poderão ter em termos de definição de linhas orientadoras para a criação/melhoria de PTS direccionados para famílias economicamente carenciadas. No entanto, não se pretende assumir que os resultados obtidos com esta investigação são completamente suficientes para alcançar este objetivo. Considera-se que o presente capítulo apresenta resultados que permitem identificar algumas pistas sobre linhas orientadoras para a criação/melhoria de PTS, sendo necessária mais investigação neste sentido, investigação que permita confirmar e alargar os resultados exploratórios apresentados neste capítulo.

Os resultados da análise dos dados recolhidos na fase quantitativa do estudo empírico (questionários a uma amostra de famílias da região Centro) indicam que a quase totalidade dos inquiridos afirmou não ter participado em PTS, em grande parte por desconhecerem a existência deste tipo de programas. Acresce que as famílias que não realizaram férias nos últimos 4 anos afirmam, relativamente mais, ter vontade de participar em PTS, face às famílias que realizaram férias nos últimos 4 anos, bem como acontece com as “Famílias com Privação” em relação às “Famílias sem Privação”.

Os resultados da fase qualitativa do estudo empírico acerca da potencial participação dos entrevistados em PTS para famílias, indicam também que as famílias estão recetivas a um tipo de programa dirigido para famílias com filhos, que lhes permita beneficiar de todos os benefícios que percecionam do turismo em família, destacando-se a importância desses programas serem, acima de tudo, financeiramente acessíveis. Estes resultados evidenciam uma janela de oportunidade para a criação de PTS direcionados para famílias economicamente carenciadas, produto não oferecido no mercado português, atualmente, de forma organizada e sistemática. Os resultados do estudo quantitativo que evidenciam a importância dos motivos financeiros e do desconhecimento enquanto motivos para a não participação neste tipo de PTS parecem reforçar a existência dessa oportunidade.

Relativamente a características que os PTS para famílias devem incorporar de forma a serem atrativos para as famílias, essa informação foi obtida apenas através das entrevistas. Destes resultados, identificam-se as seguintes características:

- (i) a principal preocupação referida pelos entrevistados é a de o preço desses PTS ser efetivamente suportável, considerando os seus orçamentos familiares;
- (ii) a referência a que seria mais fácil para as famílias estes programas terem a opção de pagamentos antecipados faseados ao longo do ano;
- (iii) o destino deveria ser praia (destino contrastante com o ambiente habitual – região de montanha);
- (iv) a época deveria ser apropriada considerando as condições meteorológicas e os períodos de férias escolares;
- (v) as atividades a incluir devem ser sempre opcionais e ser variadas, proporcionando interação com um grupo maior caso a família, convívio entre pais e filhos, atividades só para as crianças (onde a segurança dessas crianças é encarada como preocupação central), atividades só para adultos, momentos “livres” (variando estas indicações de acordo com as características de cada família).

Acerca das atividades a integrar nestes PTS, outro aspeto que foi referido foi a possibilidade de esses programas poderem integrar mesmo atividades de promoção da harmonia familiar, através da intervenção de profissionais que orientassem os comportamentos dos pais. Neste âmbito, destaca-se, da revisão de literatura, o alerta de Minnaert (2006) e Minnaert *et al.* (2009) para, no contexto do turismo social, existir ainda a necessidade de se adaptar o tipo de apoio a cada família prestado durante as viagens, adequação que ditará a prossecução dos objetivos de alteração de comportamentos e de estímulo à inclusão social. Este alerta encontra também sustentação empírica nos resultados acerca dos determinantes dos efeitos do turismo em família, obtidos na fase quantitativa do estudo empírico, que indicam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de privação material, sugerindo que as características de perfil sociodemográfico e económico das famílias condicionam o tipo de efeitos do turismo em família (capítulos 6 e 7).

Acresce que a revisão de literatura efetuada nos capítulos 2 e 3, os resultados relativos aos fatores que contribuem para efeitos diferenciados, apresentados nos capítulos 6, 7 e 8, permitem afirmar que as características das práticas turísticas em que as famílias participam vão determinar também a intensidade e o tipo de efeitos dessa prática (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Moscardo, 2009). Também do estudo empírico se concluiu que as experiências vividas em família durante a prática turística serão importantes determinantes da intensidade e do tipo de efeitos do turismo em família. Os resultados permitem, assim, concluir a necessidade de adaptar o tipo de férias a cada família (por exemplo, responder às necessidades dos diferentes membros da família - crianças vs adultos, separação vs convívio - ou atender às restrições dos períodos de férias escolares das crianças) quando o objetivo for o de maximizar os efeitos do turismo em família.

Desta forma, acredita-se que as atividades a integrar nos PTS para famílias será uma característica-chave destes PTS, quer enquanto fator que vai influenciar o tipo de experiências vividas durante as férias e, assim, determinantes dos efeitos dessas férias, mas também enquanto determinante do interesse das famílias economicamente carenciadas por esses PTS, reconhecendo-se a necessidade de mais investigação sobre esta temática de forma a identificar que tipo de atividades devem ser promovidas para cada tipo famílias.

O resultado relativo a diferenças que se observaram nos discursos das famílias economicamente carenciadas que enfrentam o “novo tipo de pobreza” (ver capítulos 3 e 8, secções 3.2 e 8.4) evidencia, ainda, a importância de não esquecer estas famílias enquanto segmento que também precisa deste tipo de apoio. Da análise dos PTS existentes para famílias a nível internacional, apresentada no capítulo 3 (secção 3.4), observa-se que o objetivo destes PTS é sempre garantir que os programas beneficiarão as famílias que mais precisam de ajuda – as famílias com menores rendimentos. Compreende-se este objetivo, no entanto, acredita-se que as famílias que enfrentam o “novo tipo de pobreza” não devem ser esquecidas.

As famílias que enfrentam o “novo tipo de pobreza” apresentam, geralmente, características sociodemográficas diferentes (por exemplo, níveis de habilitação superiores ou profissões diferentes das profissões associadas a menor *status* social) e comportamentos também diferentes das famílias com baixos rendimentos “tradicionais”. No entanto, tal como referido no capítulo 3 (secção 3.4), mesmo não tendo ainda esses padrões de organização e comportamento próprios das famílias com baixos rendimentos “tradicionais”, são famílias que poderão facilmente adotar padrões repetitivos de organização/comportamento, como adaptação às circunstâncias da pobreza (Lewis, 1970).

Considera-se, assim, que uma das linhas orientadoras de PTS para famílias deve ser a diferenciação do tipo de férias de acordo com as características de cada família (desde características sociodemográficas dos elementos da família, como a idade das crianças, a características do contexto socioeconómico em que vivem), especialmente em termos de atividades oferecidas durante as férias e do acompanhamento especializado que cada família deve ter durante essas mesmas férias. Devem ser consideradas as especificidades de cada família e o conceito de “novo tipo de pobreza”. Esta diferenciação obriga a pelo menos duas implicações práticas que os agentes que promovam este tipo de programas devem ter atenção:

- (i) necessidade de recorrer a recursos humanos qualificados, de várias áreas científicas (desde a psicologia, à sociologia, à economia ou ao turismo), na definição das componentes dos PTS
- (ii) necessidade de se articularem com diferentes agentes sociais (por exemplo, Segurança Social, IPSS's, Escolas ou outras associações que existam e atuem junto das famílias) da região de residência de cada família, por forma a obter informação real acerca das características de cada família e adaptar, assim, efetivamente, os PTS às características dessas famílias, procurando a maximização dos benefícios desses PTS para os envolvidos.

Outra característica que parece essencial considerar nestes PTS, presente de forma mais implícita nas entrevistas, e evidenciada na secção anterior, tem a ver com a importância destes programas não despertarem nas famílias desconforto por serem identificadas como um segmento “carenciado”. Ou seja, os programas devem ser desenhados para que as famílias participantes não se sintam diferentes de outras famílias, nem de alguma forma diferenciadas, por estarem a receber aquele apoio, sob pena de não terem sequer interesse em participar ou, eventualmente, esse sentimento comprometer os benefícios que poderiam retirar dessa participação. Assim, a estratégia de marketing, especialmente a estratégia de comunicação, destes programas deverá ser particularmente cuidada. Exemplo de concretização desse cuidado pode ser a comunicação desses programas orientada pelo objetivo de promoção do bem-estar familiar e/ou desenvolver programas abertos a todo o tipo de famílias com filhos, podendo salientar-se na comunicação efetuada o aspeto de ser acessível a todos. Esta abertura dos programas a todo o tipo de famílias implica, porém, outros desafios, como por exemplo:

- (i) necessidade de definir como critério de participação o pagamento de preços diferenciados de acordo com escalões de rendimento e/ou número de crianças da família, como já acontece em alguns PTS a nível internacional;
- (ii) necessidade de assegurar formação dos agentes envolvidos no processo de acompanhamento das famílias durante a viagem e dos agentes da oferta do destino;
- (iii) assegurar mecanismos de diminuição do choque cultural potencialmente existente entre diferentes famílias participantes, dada a abrangência do conceito de família economicamente carenciada. Estes mecanismos implicam cuidados específicos por parte dos organizadores do programa ao nível do conhecimento e compreensão aprofundados de características específicas associadas a algumas destas famílias, por exemplo, os “novos pobres” ou as minorias culturais e étnicas.

Não obstante as indicações referidas e as constatações da literatura e do estudo empírico, conclui-se que alguns desafios se colocam a realização destes PTS para famílias, que devem ser considerados na definição desses PTS. As limitações orçamentais nacionais atuais indicam que a orientação de fundos públicos para este domínio poderá não ser viável no curto prazo, já que se verifica uma diminuição dos fundos estatais direcionados para políticas sociais que integrem programas de turismo social. No entanto, estes períodos de maior austeridade económica, como o do atual cenário europeu e nacional, associam-se a uma diminuição no rendimento disponível das famílias, que contribui para o aumento da exclusão social e consequentemente para um aumento da necessidade destes programas. Esta realidade é mais um fator que origina a necessidade de se desenvolverem políticas sociais que proporcionem mecanismos de inovação social, como o acesso das famílias à prática turística. Neste sentido, uma série de desafios surge à implementação deste tipo de programas.

Observa-se que dos sete PTS para famílias analisados no capítulo 3, quatro tinham fundos públicos como uma fonte de financiamento. Porém, considerando o cenário acima descrito, torna-se imperativo encontrar novas fontes de financiamento, apelando, por exemplo à responsabilidade social das empresas da área do turismo (e de outros setores) para participarem nesta forma de promoção da inovação social no combate à exclusão social. Neste contexto, a oportunidade que representam as prioridades definidas para o financiamento com fundos estruturais europeus para o período 2014-2020 para Portugal - Portugal 2020, e a criação da iniciativa “Portugal Inovação Social” podem ser importantes incentivos, na medida em que definem, em geral, os problemas sociais e, em particular, a inclusão social e o Capital humano, como eixos de ação prioritários. As organizações sem fins lucrativos poderão desempenhar um papel decisivo, funcionando como intermediários entre agentes públicos (nacionais, regionais e locais), as empresas (eventuais patrocinadores destas iniciativas, no contexto da sua responsabilidade social) e as famílias,

desenvolvendo programas adaptados às necessidades de cada grupo de famílias e sensibilizando os agentes económicos para esta medida de promoção do “turismo para todos”.

Uma vez que existe evidência sobre os efeitos positivos do turismo na saúde dos indivíduos e consequente potencial efeito nas despesas em saúde (Hall & Brown, 2006; INATEL, 2009a, b; Alexander *et al.*, 2010; Nuffield Health, 2013), considera-se como outra solução possível existir articulação da política social no domínio do turismo com a política para a área da saúde, afetando alguns fundos da área da saúde para o apoio a estas iniciativas. De igual forma se considera que é de importância fulcral a existência de uma maior articulação entre a investigação e os organismos responsáveis pela tomada de decisão e pela elaboração de planos de intervenção neste domínio. O desenvolvimento deste tipo de programas deve passar obrigatoriamente por estudar as teorias, fundamentos e práticas ligadas à Economia Social (Namorado, 2004) e, até, da Economia Solidária (Dacheux & Goujon, 2012), onde valores centrais da cooperação, formal e informal, e da concertação de objetivos, conduzam a ações efetivas da promoção da melhoria das condições de vida dos indivíduos, neste caso, particularmente, das famílias que participarão nesses programas, mas sem esquecer os benefícios coletivos que podem advir da criação deste tipo de organizações do terceiro sector.

Salienta-se, ainda, a relevância de outra linha orientadora ser considerada na criação destes PTS, ser a necessidade de existir um processo de desenvolvimento efetivo cauteloso e gradual, especialmente por se considerarem estes PTS como um produto associado a um nível de inovação elevado, no panorama português. Isto significa que a criação de ofertas de diferentes PTS para famílias, devem ser implementadas tendo associado um processo de monitorização contínua, sobretudo ao nível das reações das famílias e dos efeitos do PTS nessas famílias, permitindo uma adaptação e melhoria dos programas às realidades identificadas.

Estas são algumas linhas orientadoras que se consideram pertinentes para desenvolver programas de turismo para famílias, delineados para maximizar o retorno dos recursos afetos pela sociedade à sua implementação, através dos benefícios individuais e coletivos a que dão origem e que são sistematizados na Figura 9.3.

Programas de Turismo Social para famílias carenciadas
com crianças



Figura 9. 3 – Sistematização das linhas orientadoras propostas para PTS para famílias economicamente carenciadas

Porém, considera-se importante não esquecer que estas orientações deverão ser encaradas como complementares a estudos futuros que aprofundem esta temática, uma vez que os resultados apresentados são resultados exploratórios e apresentam algumas limitações, sistematizadas no capítulo 10, secção 10.4.

9.4. Conclusão

Os resultados da análise dos dados recolhidos na fase quantitativa do estudo empírico (questionários a uma amostra de famílias da Região Centro) permitem concluir a existência de interesse das famílias, quer as que fizeram férias, quer as que não fizeram, em participar em PTS, mostrando que a quase totalidade dos inquiridos afirma não ter participado em PTS, em grande parte por desconhecerem a existência deste tipo de programas e, consequência, ainda, da oferta praticamente inexistente destes PTS no mercado português. Uma diferença foi encontrada no que respeita ao interesse em participar nesse tipo de programas: uma maior percentagem de famílias que não realizaram férias nos últimos 4 anos afirmou ter vontade de participar em PTS, quando comparadas com as famílias que demonstraram o mesmo interesse e que realizaram férias nos últimos 4 anos. Também as “Famílias com Privação” quando questionadas sobre se gostariam de participar em PTS, tendem a responder relativamente mais que gostariam de participar em PTS, do que as “Famílias em Privação”. Este resultado está eventualmente relacionado com o facto de estes segmentos integrar mais

indivíduos que atribuem maior importância aos constrangimentos financeiros como razão para não fazer férias em família.

Comparando as famílias que fizeram férias e as que não fizeram férias, e das “Famílias com Privação” e das “sem Privação” observam-se ainda algumas diferenças estatisticamente significativas nos motivos que as famílias apresentam para não terem participado em PTS, diferenças compreendidas à luz dos diferentes contextos económico-sociais de vida dos dois segmentos de famílias. Os resultados apresentados neste capítulo confirmam a importância dos constrangimentos de ordem financeira e das condições de vida, como bloqueio efetivo à participação turística por parte das famílias, como teoricamente foi discutido no capítulo 2 e empiricamente verificado nos capítulos 6, 7 e 8.

Os resultados acerca da potencial participação em programas de turismo social para as famílias entrevistadas mostram que as famílias estão recetivas a um tipo de programa que lhes permita beneficiar de todos os aspetos positivos que percecionam das férias em família, sendo que esses programas devem acima de tudo ser financeiramente acessíveis e permitam à família ter independência no destino.

Por fim, discutiram-se algumas implicações que os resultados apresentados neste capítulo poderão ter em termos de pistas para a definição de linhas orientadoras para a criação/melhoria de PTS direcionados para famílias economicamente carenciadas. Os resultados apontam para a necessidade de os PTS para famílias considerarem quatro tipos de necessidades cuja consideração contribua para o seu sucesso, em termos de objetivos de maximização dos benefícios que podem originar, para as famílias e para a sociedade e de atratividade para as famílias: (i) ser financeiramente sustentável, quer para o promotor, quer para as famílias; (ii) conseguir adaptar a sua oferta a cada tipo de família; (iii) existir monitorização ao longo do tempo; e (iv) conseguir adaptar a sua estratégia de marketing (particularmente a comunicação) aos diferentes tipos de famílias de baixos rendimentos.

Considera-se importante salientar algumas limitações que obrigam a interpretar os resultados apresentados com cautela. A dimensão reduzida da amostra do estudo qualitativo, o facto de essa amostra concentrar mais mães do que pais e o facto de não terem sido incluídas neste estudo entidades que oferecem PTS (embora não especificamente para famílias) e que trabalham diretamente com famílias economicamente carenciadas em Portugal, são as principais limitações à interpretação mais segura das pistas dadas para a definição de linhas orientadoras de PTS para famílias. Estas limitações reforçam a necessidade de se realizarem estudos futuros que se debrucem especificamente sobre esta temática, como discutido em maior detalhe no capítulo que se segue.

Capítulo 10 – Conclusões

10.1. Introdução

Esta tese teve como principal objetivo expandir o conhecimento sobre os efeitos do turismo em família, em geral, e para as famílias economicamente carenciadas, em específico, contribuindo para se encontrarem formas mais eficazes e inovadoras de combate à pobreza e exclusão social, propondo o turismo social como estratégia de ação. A revisão de literatura realizada e o estudo empírico desenvolvido permitiram concretizar o objetivo da investigação.

Neste capítulo apresentam-se as principais conclusões desta tese, sob a forma de resposta às questões de investigação levantadas, e discutem-se as contribuições desta investigação, em termos teóricos, metodológicos e para o desenvolvimento de programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas. Por fim, apresentam-se as limitações da investigação e algumas sugestões para investigação futura.

10.2. Principais conclusões e implicações – questões de investigação revisitadas

A questão de investigação inicialmente colocada foi “Qual a importância do turismo em família para as famílias economicamente carenciadas?”. Ao longo da revisão de literatura efetuada nos capítulos 2 e 3, questões mais específicas foram surgindo, tendo sido sistematizadas no capítulo 4. A resposta a estas questões possibilitou responder mais detalhadamente à questão principal e foi alcançada complementando a revisão de literatura com o estudo empírico conduzido em Portugal (capítulos 5 a 9).

Nos parágrafos que se seguem, sumarizam-se as respostas a cada questão de investigação.

São os padrões de consumo turístico das famílias diferenciados de acordo com as condições económicas das mesmas?

Apesar da ausência de estudos anteriores sobre esta temática, os resultados da primeira parte do estudo empírico mostram que existem diferenças significativas em termos de perfil sociodemográfico e padrões de consumo turístico (medidos através das Despesas em Lazer e Turismo) entre as famílias portuguesas de baixos rendimentos e famílias com níveis de rendimento mais elevados. Existem ainda diferenças em termos dos determinantes que influenciam as DLT desses dois grupos de famílias. Detetaram-se efeitos positivos das variáveis rendimento anual da família, presença de crianças na família, família residir em área urbana, nível de escolaridade e situação perante o trabalho do indivíduo de referência das famílias. Por outro lado, sobressaem efeitos negativos nas despesas das famílias cujo indivíduo de referência é mulher. Para as DLT (em termos de valor e peso nas despesas totais), a família ser proprietária da casa onde reside e o número de elementos que integra mostraram ter efeitos negativos nas variáveis dependentes dos modelos desenvolvidos.

Estes resultados demonstram que os padrões de consumo turístico das famílias são diferenciados de acordo com as condições económicas dessas famílias. Os resultados obtidos com a realização deste estudo suscitaram ainda reflexões importantes sobre estudos futuros que poderão ser desenvolvidos e sobre o facto de a análise dos padrões de consumo turístico das famílias, através das despesas, ter implicações práticas importantes, apresentadas nas secções 10.3 e 10.5.

Quais os constrangimentos à realização de turismo em família, e qual a importância dos constrangimentos financeiros para o turismo em família?

A revisão de literatura permitiu concluir que apesar de ser considerado um direito fundamental dos indivíduos e uma atividade que deve ser acessível “para todos”, o turismo não é uma prática acessível a todos os indivíduos e famílias. Porém, na literatura revista nesta tese, não se encontraram estudos que abordassem especificamente os constrangimentos à realização de turismo em família. Pode concluir-se, no entanto, que as férias em família são uma situação específica e fora do habitual modelo de análise da tomada de decisão individual.

Assim, nesta tese adotou-se uma abordagem aos constrangimentos à realização de turismo em família que partiu do estudo de Crawford e Godbey (1987), dividindo os constrangimentos em intrapessoais, interpessoais e estruturais, mas sem ficar restrita a essa conceitualização (Figuras 2.7 e 2.9). Esta decisão baseou-se no facto de o referido estudo ter sido desenvolvido no âmbito do lazer em família, ter sido adaptado por muitos outros estudos, nomeadamente da área do turismo, e na constatação de que quando analisamos o turismo e a unidade de decisão família (turismo em família), os constrangimentos intrapessoais e interpessoais parecem confundir-se (secção 2.6).

Os diversos estudos analisados na revisão de literatura (Alegre *et al.*, 2010; Cooper *et al.*, 2005; Daniels *et al.*, 2005; Durko & Petrick, 2013; Hall & Brown, 2002; Haukeland, 1990; McGuigan, 2001; Smith *et al.*, 2005) permitem concluir que o baixo nível de rendimentos é um dos maiores constrangimentos à participação turística. Acresce o facto de que, num contexto de crise económica como aquela que se vive em Portugal, o rendimento disponível de muitas famílias diminuiu significativamente, aumentando a relevância deste constrangimento à prática turística, como se constatou no capítulo 2. Todas estas constatações permitem concluir, através da revisão de literatura efetuada, que o nível de rendimento pode ser uma variável diferenciadora e determinante em termos das práticas turísticas das famílias portuguesas.

Os resultados da primeira parte do estudo quantitativo mostram diferenças significativas em termos de padrões de consumo turístico das famílias portuguesas, destacando-se também o facto de muitas destas famílias não serem incluídas na atividade turística, possivelmente devido a constrangimentos de ordem

financeira, identificados como o constrangimento principal ao turismo em família pelas famílias entrevistadas na terceira parte do estudo empírico.

Os resultados da aplicação do questionário a uma amostra de famílias da região Centro mostram que o grupo das famílias que não realizaram férias em família fora do local habitual de residência nos últimos quatro anos é constituído por mais famílias com privação material, comparativamente com o grupo de famílias que realizaram férias em família fora do local habitual de residência nos últimos quatro anos.

Os resultados da aplicação do questionário a famílias que não realizaram férias em família fora do local habitual de residência nos últimos quatro anos indicam, ainda, que quase todos os inquiridos afirmam que gostariam de ter feito férias em família durante os últimos 4 anos. Esta parte do estudo empírico mostrou, também, que todos os inquiridos indicaram um nível de importância relativamente baixo para os constrangimentos apresentados, exceto para os itens relacionados com constrangimentos financeiros, que registaram uma média de concordância superior a 5 (escala de 1 “discordo completamente” a 7 “concordo completamente”). Acresce que, quando se analisaram as famílias separadamente de acordo com o seu nível de Privação Material, verificou-se que as “Famílias com Privação” atribuem maior nível de importância aos constrangimentos financeiros do que as “Famílias sem Privação”. Também os resultados obtidos através das entrevistas a famílias economicamente carenciadas permitem concluir que os constrangimentos financeiros são o grande constrangimento à realização de férias em família.

Estes resultados demonstram que os constrangimentos financeiros são efetivamente um importante tipo de constrangimentos ao turismo em família, sendo que para as famílias portuguesas da Região Centro inquiridas são mesmo o tipo de constrangimento mais importante.

Quais os efeitos do turismo em família?

A revisão de literatura efetuada no capítulo 2 conduziu à conclusão de que os efeitos do turismo para os visitantes podem ser avaliados na perspetiva do indivíduo ou do grupo de viagem. Nesta tese optou-se por analisar esses efeitos do turismo separadamente, considerando ainda o contexto específico do grupo de viagem ser a família – turismo em família. Como referido no capítulo 2, esta opção baseia-se no facto de se considerar que, embora muitas das dimensões estudadas no grupo “indivíduos” se apliquem a outras unidades de análise, quando o grupo de viagem é uma família os efeitos dessa experiência vão afetar os participantes, tanto enquanto indivíduos, como enquanto família.

Os diversos estudos analisados no capítulo 2, sobre os efeitos do turismo para os indivíduos apontam a redução do *stress*, a mudança de atitudes (tolerância e compreensão), a oportunidade de aumentar a participação social (aumento dos contactos sociais), um maior acesso à informação, como efeitos do turismo que promovem o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, bem como a sua saúde física e mental, e,

como resultado de todos esses efeitos, uma melhoria do bem-estar geral (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012; Gilbert & Abdullah, 2004; Lee & Moscardo, 2005; McCabe *et al.*, 2010; Michalkó *et al.*, 2009; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Moscardo, 2009; Pizam *et al.*, 2000; Quinn & Stacey, 2010; Smith & Hughes, 1999).

Os estudos sobre os efeitos do turismo nas famílias destacam questões relacionadas com o fortalecimento das relações familiares (ligação emocional entre os elementos da família - coesão familiar), melhoria no relacionamento entre pais e filhos, quebra da rotina e libertação de quotidianos stressantes, como os principais efeitos do turismo em família para as famílias (McCabe *et al.*, 2010; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Moscardo, 2009; Smith & Hughes, 1999). A segunda parte do estudo empírico (questionário desenvolvido para medir os efeitos da prática turística em família) comprovou a existência destes efeitos nas famílias inquiridas. Destaca-se o facto de os inquiridos concordarem mais com a ocorrência de efeitos ao nível do reforço da ligação emocional da família. No entanto, os inquiridos também concordam com a ocorrência de efeitos em termos de melhoria da Qualidade de Vida e aumento da socialização.

Analisando os resultados acerca dos efeitos individuais sentidos pelos inquiridos, os inquiridos concordam com a ocorrência de efeitos a três níveis: (i) relaxamento e saúde; (ii) aprendizagem em novas situações; e (iii) alteração de atitudes/comportamentos. O primeiro tipo de efeitos vai de encontro às motivações mais importantes para os inquiridos de quebra da rotina e relaxamento, confirmando a concretização dos benefícios procurados. O segundo e terceiro tipos de efeitos confirmam a importância do turismo em família enquanto instrumento de aprendizagem e alteração de comportamentos, mesmo quando a motivação para a realização da viagem não se prende com expandir o conhecimento.

Os tipos de aprendizagens mais referidos pelos inquiridos são a aprendizagem relacionada com novas culturas e com maior valorização do tempo em família, bem como melhor gestão do stress no dia-a-dia. Já no que respeita a alteração de comportamentos, apenas uma pequena parcela dos inquiridos percecionou ter alterado algo no seu comportamento em consequência da realização das férias em família, sendo que as alterações mais referidas vão de encontro a algumas das aprendizagens efetuadas (passar a lidar melhor com o stress, praticar mais desporto e passar mais tempo com a família em geral ou com os filhos, em particular). Estes resultados evidenciam que não foram percecionados efeitos negativos em consequência da realização das suas últimas férias em família.

O estudo empírico mostrou, assim, em complemento da revisão de literatura efetuada no capítulo 2, que os inquiridos percecionam efeitos importantes decorrentes do turismo, também presentes no contexto específico do turismo em família, e que esses efeitos são diferenciados de acordo com uma série de fatores discutidos na questão que se segue.

Quais os fatores que contribuem para efeitos diferenciados?

A análise da literatura efetuada no capítulo 2 permitiu concluir que os fatores que determinam o tipo de prática turística em que um indivíduo participa, desde características do próprio indivíduo às características da prática turística, vão determinar também em larga medida o tipo de efeitos que esses indivíduos retirarão dessa prática (Alexander *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009). Características sociodemográficas e económicas, a personalidade, a motivação, o grupo de viagem, a duração da viagem, o tipo de serviços escolhidos, as despesas efetuadas ou as fontes de informação utilizadas, são exemplos de variáveis que permitem caracterizar determinada prática turística. Assim, estando os efeitos da prática turística para os participantes muito dependentes das circunstâncias específicas de cada experiência vivida, estas características serão determinantes desses efeitos do turismo (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012; Moscardo, 2009).

A segunda parte do estudo empírico (questionário desenvolvido para medir os efeitos da prática turística em família), cujos resultados são explorados em detalhe nos capítulos 6 e 7, comprova a importância de alguns desses fatores enquanto determinantes dos efeitos do turismo em família (secções 7.2 e 7.3). Os resultados obtidos demonstram que as principais determinantes dos efeitos do turismo em família são as motivações e as experiências vividas. Neste contexto, destaca-se o facto de as experiências de Ligação emocional da família apresentarem sempre relação positiva com a perceção de efeitos positivos das férias. Destaca-se, ainda, o facto de se ter verificado que o poder explicativo das diferentes determinantes e o seu sinal apresentam diferenças consoante estejamos a considerar os efeitos do turismo no total das famílias da amostra, nas “Famílias com Privação” ou nas “Famílias sem Privação”, facto que será explorado na resposta à questão que se segue.

No entanto, as características do perfil sociodemográfico e económico do inquirido (como o número de privações materiais da família, idade, o género, a profissão e a situação perante o trabalho) e as características das últimas férias em família (o país de destino, se visita repetida, o número total de elementos do grupo de viagem, o número total de elementos da família no grupo de viagem, o número total de crianças da família no grupo de viagem e a duração da estadia) mostram-se também determinantes em alguns dos modelos desenvolvidos. Salientam-se dois resultados relativos às variáveis sociodemográficas e económicas do inquirido:

- (i) o facto de o número de privações da família aparecer como determinante em três dos cinco modelos de efeitos positivos para o indivíduo, desenvolvidos para todas as famílias da amostra, resultado que indicia a diferenciação de efeitos consoante as características económicas e sociais das famílias; e
- (ii) o facto de estas variáveis aparecerem mais vezes como determinantes dos efeitos individuais do que dos efeitos na família, resultado que não é surpreendente.

Quanto às características das últimas férias em família, a variável “visita repetida” e o “número total de crianças da família no grupo de viagem” são as variáveis que aparecem mais vezes como determinantes nos modelos desenvolvidos, particularmente nos modelos desenvolvidos para o total da amostra e para as “Famílias sem Privação”. Estes resultados evidenciam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de privação material, concluindo-se ainda a necessidade de adaptar o tipo de férias a cada família.

As famílias economicamente carenciadas apresentam efeitos diferenciados?

Os diversos estudos analisados sobre os benefícios do turismo para grupos que enfrentam constrangimentos à participação turística no capítulo 2 (por exemplo, McCabe *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009, 2011; Shaw & Coles, 2004; Smith & Hughes, 1999) permitem concluir que os tipos de benefícios que estes grupos associam às férias fora de casa são semelhantes aos identificados pela população em geral. No entanto, diferem em termos de intensidade. Esses grupos desfavorecidos relatam uma maior intensidade na percepção desses efeitos (Shaw & Coles, 2004; Smith & Hughes, 1999). Nas famílias economicamente carenciadas este facto é justificado pelo maior nível de desgaste e stress quotidianos, consequência da escassez de rendimentos, que diminuem a autoestima e a força para enfrentar os problemas e destroem os recursos emocionais da família (Sousa *et al.*, 2007). Consequentemente, sair do local de residência habitual e “esquecer” esses problemas, faz com que o turismo, enquanto veículo destes benefícios, tenha um significado mais intenso para famílias economicamente carenciadas do que para famílias consideradas “normais”.

Na segunda parte do estudo empírico, procurou compreender-se melhor esta diferenciação. Assim, analisaram-se de forma comparativa os efeitos do turismo em família para famílias com diferentes níveis de Privação Material. Observa-se que as “Famílias com Privação” são as que sentem efeitos ao nível da melhoria Qualidade de Vida e aumento da socialização com maior intensidade. Relativamente a efeitos mais relacionados com o reforço da ligação emocional entre os membros da família, observam-se algumas diferenças nos itens individuais, sendo as “Famílias com Privação” as que reportam maior intensidade de percepção destes efeitos. Estes resultados vão de encontro a resultados obtidos em estudos anteriores discutidos no capítulo 2, como os estudos desenvolvidos por McCabe *et al.* (2010), Minnaert (2006) e Smith e Hughes (1999).

Analisando os itens individuais relativos aos efeitos na família, observa-se, ainda, que as “Famílias com Privação” percecionam com maior intensidade, os efeitos relacionados com lidar com problemas do dia-a-dia, aumento da autoconfiança e alteração de comportamentos. As “Famílias sem Privação” percecionam com maior intensidade o efeito “rejuvenescedor e recuperador” das últimas férias em família. Ambos os segmentos concordam que o efeito negativo que mais ocorreu, apesar da fraca ocorrência, é o efeito de

aquelas férias terem trazido algum cansaço em consequência da preocupação com os filhos, efeito que é bastante referido nos resultados obtidos no estudos elaborados por Gram (2005) e Backer e Schanzel (2012). Destacam-se os efeitos do turismo ao nível do reforço da ligação emocional da família por poderem ser especialmente importantes para este grupo social pelo seu potencial enquanto “recuperador” dos seus recursos emocionais, já descritos como desgastados pelas dificuldades do quotidiano.

Em termos de efeitos individuais, também são as “Famílias com Privação” que reportam mais os efeitos relacionados com alteração de comportamentos. Salienta-se que os efeitos em termos de melhoria da atividade profissional e efeitos negativos são referidos como praticamente inexistentes. Os resultados obtidos especificamente acerca dos efeitos ao nível da “aprendizagem em novas situações” permitem identificar diferenças entre as famílias, com uma percentagem maior de “Famílias sem Privação” a responderem ter aprendido algo em consequência da realização de turismo em família, comparativamente às famílias com privação. Quanto ao que referem ter aprendido, o segmento das “Famílias com Privação” refere como principal aprendizagem a valorização do tempo/convívio em família e o relaxamento ou capacidade de lidar melhor com o stress, enquanto o segmento das “Famílias sem Privação” refere como principais aprendizagens aquelas relacionadas com o conhecimento de novas culturas e com a valorização do tempo/convívio em família.

Considerando os resultados obtidos acerca dos fatores determinantes dos efeitos do turismo em família, observa-se que nos modelos construídos para as “Famílias com Privação”, as experiências de Ligação emocional da família apresentam sempre um poder explicativo da perceção de efeitos positivos das férias mais elevado do que nos modelos para o total da amostra e para as “Famílias sem Privação”. Esta constatação remete já para uma outra conclusão do estudo empírico que se prende com o facto de se ter verificado que o poder explicativo das diferentes determinantes e o seu sinal apresentam diferenças de acordo com o nível de privação material das famílias.

Acresce que os resultados da aplicação da técnica de modelação de equações estruturais permitem afirmar que o tipo e a intensidade de perceção desses efeitos difere de acordo com o nível de privação material da família. Observa-se ainda que os valores da variância explicada dos constructos considerados no modelo (experiência vividas, efeitos individuais, efeitos na família, satisfação geral e intenção de fidelização) variam consoante o segmento das famílias consideradas, apontando para a possibilidade de que os constructos considerados sejam determinados por mais fatores sobre os quais os quais não se incluiu no modelo ou não se recolheu informação ou podem incorporar uma componente aleatória importante.

Estes resultados, complementando a revisão de literatura realizada, permitem concluir que as famílias economicamente carenciadas apresentam diferenças em termos de efeitos, e intensidade desses efeitos, que retiram do turismo em família.

O turismo poderá facilitar o combate à exclusão social? Como?

Na literatura analisada no capítulo 2, os benefícios do turismo relacionados com o fortalecimento das relações familiares (ligação emocional entre os elementos da família), o aumento dos contactos sociais, o maior acesso à informação e potenciais alterações das perspetivas de vida, são identificados como efeitos com potencial para fornecer uma base para os indivíduos ativarem as suas capacidades e processos de alteração de comportamentos (Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Minnaert *et al.*, 2011; Minnaert, 2012a e b; Smith & Hughes, 1999). Os benefícios associados à aprendizagem parecem assumir uma importância que merece destaque, como salienta Minnaert *et al.* (2009), continuando, no entanto, a ser uma das dimensões menos analisadas nos estudos.

Por outro lado, da revisão de literatura efetuada no capítulo 3 conclui-se que os problemas sociais atuais exigem medidas distintas das medidas clássicas apenas de garantia de rendimentos, passando a salientar-se a relevância da adoção de políticas que atuem sobre as causas da exclusão e que promovam realmente a inserção/participação das pessoas na sociedade, reconhecendo ao seu beneficiário um papel positivo e ativo na sociedade. Considerando o grupo específico das famílias economicamente carenciadas, nesta investigação partilhou-se da mesma opinião, considerando que as políticas que permitem desenvolver comportamentos que rompam o ciclo de pobreza e combatam a exclusão social nestas famílias são as mais adequadas. Defendeu-se também que este tipo de políticas poderá encontrar na promoção e apoio ao turismo um instrumento eficaz para alcançar os seus objetivos, por ser o turismo uma atividade que promove efeitos com potencial para os indivíduos ativarem as suas capacidades e processos de alteração de comportamentos, como concluído no capítulo 2. A literatura, apesar de insuficiente, parece indicar que o incentivo do turismo para grupos economicamente desfavorecidos, nomeadamente famílias, pode facilitar a inclusão social dessas famílias, incentivando a coesão e a solidariedade sociais.

Os resultados da segunda parte do estudo empírico comprovam que as famílias inquiridas percecionam efeitos do turismo em família ao nível da aprendizagem em novas situações, da alteração de atitudes/comportamentos e do reforço da ligação emocional da família. Estes tipos de efeitos confirmam a potencial importância do turismo em família enquanto instrumento facilitador da coesão e a solidariedade sociais. Por outro lado, como referido na questão anterior, as “Famílias com Privação” são as que sentem efeitos ao nível da melhoria da Qualidade de Vida e aumento da socialização com maior intensidade, efeito com potencial em termos de acesso à informação e aumento da rede de contactos sociais destas famílias. As “Famílias com Privação” são também as que reportam maior intensidade de perceção dos efeitos mais relacionados com o reforço da ligação emocional entre os membros da família, sendo este resultado indicador de um efeito mais intenso do turismo em família na coesão e solidariedade sociais, elementos facilitadores da inclusão social dessas famílias.

Os resultados da terceira parte do estudo empírico vão também neste sentido, uma vez que a mudança de atitudes (promoção da tolerância e da compreensão em consequência do contato com outras pessoas e face a problemas e relação com os outros no dia-a-dia) e o aumento dos contactos sociais são dois tipos de efeitos individuais percecionados pelos entrevistados. Acrescem os benefícios relatados em termos de fortalecimento das relações familiares (ligação emocional entre os elementos da família), as alterações na forma como pais e filhos se relacionam e melhoria na comunicação entre elementos da família, efeitos também promotores das referidas coesão e solidariedade sociais.

Que linhas orientadoras deverão ter os programas de turismo social para que sejam atrativos e possam maximizar os benefícios para as famílias?

A revisão de literatura efetuada no capítulo 2, a resposta à questão sobre os fatores que contribuem para efeitos diferenciados e os resultados apresentados nos capítulos 6 a 9, permitem afirmar que as características das práticas turísticas em que as famílias participam vão determinar a intensidade e o tipo de efeitos dessa prática (Alexander *et al.*, 2010; Dolnicar *et al.*, 2012; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Moscardo, 2009), salientando-se do estudo empírico a conclusão de que as motivações e as experiências vividas em família durante a prática turística serão importantes determinantes dos efeitos do turismo em família.

Os resultados da análise dos dados recolhidos na fase quantitativa do estudo empírico (questionários a uma amostra de famílias da região Centro) apresentam algumas indicações sobre o interesse das famílias em participar em PTS. Estes resultados indicam que a quase totalidade dos inquiridos afirmou não ter participado em PTS, em grande parte por desconhecem a existência deste tipo de programas, mas também pela oferta quase inexistente deste tipo de programas em Portugal. Uma diferença foi encontrada no que respeita ao interesse em participar nesse tipo de programas: uma maior percentagem de famílias que não realizaram férias nos últimos 4 anos afirmou ter vontade de participar em PTS, quando comparadas com as famílias que demonstraram o mesmo interesse e que realizaram férias nos últimos 4 anos. Existem algumas diferenças, no entanto, relativamente aos motivos que as famílias apresentam para não terem participado em PTS, sobressaindo a importância dos constrangimentos de ordem financeira e das condições de vida das famílias, como bloqueio efetivo à participação turística.

Também, como referido anteriormente, os resultados acerca dos determinantes dos efeitos do turismo em família evidenciam diferenças importantes entre as famílias com diferentes níveis de privação material, concluindo-se daí a necessidade de adaptar o tipo de férias a cada família quando o objetivo for o de maximizar os efeitos do turismo em família.

Os resultados da fase qualitativa do estudo empírico acerca da potencial participação dos entrevistados em PTS para famílias, indicam que as famílias estão recetivas a um tipo de programa dirigido para famílias com filhos, que lhes permita beneficiar de todos os benefícios que percebem do turismo em família, sendo salientada a importância de esses programas serem financeiramente acessíveis. Apesar de se considerar importante salientar que os resultados desta fase qualitativa apresentam limitações que obrigam a interpretar os resultados apresentados com cautela, foi possível discutir algumas implicações que esses resultados poderão ter em termos de pistas para a definição de linhas orientadoras para a criação/ melhoria de PTS direcionados para famílias economicamente carenciadas. Assim, os resultados apontam para a necessidade de os PTS para famílias considerarem quatro tipos de necessidades cuja consideração contribua para o seu sucesso: (i) ser financeiramente sustentável, quer para o promotor, quer para as famílias; (ii) conseguir adaptar a sua oferta a cada tipo de família; (iii) existir monitorização ao longo do tempo; e (iv) conseguir adaptar a sua estratégia de comunicação e marketing aos diferentes tipos de famílias de baixos rendimentos.

Estas são algumas linhas orientadoras que se consideram pertinentes para desenvolver programas de turismo para famílias, inseridos em políticas sociais e delineados para maximizar o retorno dos recursos afetos pela sociedade à sua implementação, através dos benefícios individuais e coletivos a que dão origem. No entanto, não obstante estas constatações da literatura e do estudo empírico, concluiu-se que alguns desafios se colocam a realização destes PTS para famílias, discutidos no capítulo 9, na secção 9.5, e também na secção 10.5.

Por fim, a resposta a estas questões de investigação culmina com a resposta à questão inicial:

Qual a importância do turismo em família para as famílias economicamente carenciadas?

As respostas às questões de investigação mais específicas anteriormente apresentadas evidenciam a importância do turismo em família para as famílias e, particularmente, para as famílias economicamente carenciadas. Considerando a revisão de literatura e os resultados do estudo empírico, podemos concluir que os efeitos que o turismo em família proporciona, quer em termos individuais, quer em termos familiares, são efeitos que promovem o bem-estar dos indivíduos e das famílias, contribuindo para o reforço dos laços familiares e, por essa via, para o aumento da coesão social.

As famílias economicamente carenciadas referem sentir estes efeitos com maior intensidade e são também o segmento de famílias onde será mais importante promover-se este tipo de efeitos, uma vez que, em consequência das maiores pressões e dos constrangimentos a que estão sujeitas, são as famílias que têm menos oportunidades para deles beneficiarem (capítulos 3 e 6).

As evidências resultantes do estudo empírico mostram que, para além desses efeitos do turismo em família sentidos pelos inquiridos e pelos entrevistados, os efeitos percecionados mesmo pelos inquiridos que não tinham realizado turismo em família nos últimos quatro anos são importantes. Os inquiridos que não realizaram turismo em família nos últimos quatro anos demonstraram vontade de o fazer principalmente devido à percepção de que as férias em família fortalecem os laços familiares/ união entre os membros da família. A percepção de efeitos ao nível do relaxamento e saúde, nomeadamente do relaxamento e alívio do stress, da quebra da rotina, do “esquecer os problemas” e melhorias no bem-estar psicológico, ânimo e recuperação de forças, é também importante para estes inquiridos referirem a vontade de fazer férias em família (capítulo 6).

De toda a análise efetuada, sobressai, ainda, a diferença no acesso ao turismo em família, como resultado de diferentes condições económicas das famílias, sendo os constrangimentos financeiros identificados como os principais constrangimentos ao turismo em família.

Assim, PTS dirigidos para famílias economicamente carenciadas parecem ser necessários enquanto estratégia de promoção do que é considerado hoje em dia um direito básico dos indivíduos e uma dimensão que caracteriza a sociedade atual e a qualidade de vida. Neste contexto, e considerando a natureza embrionária desta temática de investigação, parece pertinente concluir a resposta às questões de investigação levantadas nesta tese com uma questão que emerge de todo o trabalho apresentado e que poderá basear investigações futuras:

Até que ponto a promoção do turismo para famílias economicamente carenciadas poderá ser uma estratégia de inovação social a integrar em políticas sociais dos países, que seja mais eficiente em termos de maximização dos benefícios que dela podem decorrer face a outras iniciativas?

10.3. Contribuições

A concretização do objetivo da presente investigação implicou explorar um conjunto de dimensões multidisciplinares e complementares que resultou em algumas contribuições para a construção de conhecimento teórico e metodológico. Resultou, ainda, na identificação de características-chave e linhas orientadoras para definição de programas de turismo em família inseridos em políticas sociais e delineados para maximizar o retorno dos recursos afetos pela sociedade à sua implementação, através dos benefícios individuais e coletivos a que dão origem.

Teóricas

Em termos teóricos, a primeira contribuição resulta do desenvolvimento do conhecimento que permitiu a construção de um quadro conceptual da relação entre turismo em família e combate à exclusão social (capítulo 3).

A segunda contribuição, suportada pela revisão de literatura, prende-se com o facto de a investigação sobre os efeitos do turismo em e para a família ser escassa, tanto a nível conceptual como empírico. A revisão da literatura realizada partiu de uma abordagem global para uma abordagem mais restrita e envolveu diversos campos científicos, como o turismo, sociologia, psicologia e economia. Constitui, por este motivo, um estudo multidisciplinar que utiliza e combina teorias e métodos de diferentes áreas disciplinares.

O estudo empírico desenvolvido nesta tese deu também contributos para a evolução do conhecimento nesta área, nomeadamente: (i) aprofunda-se o conhecimento sobre a realidade portuguesa relativamente às práticas e aos benefícios retirados da participação turística pelas famílias; (ii) analisam-se os constrangimentos à prática turística e como estes se relacionam com a condição económica das famílias; e (iii) analisam-se os efeitos do turismo em família, os seus determinantes e como estes se diferenciam de acordo com a condição económica das famílias.

Metodológicas

As contribuições metodológicas do presente estudo derivam essencialmente de duas opções: (i) o estudo desenvolvido refletir uma tentativa de optar por uma abordagem abrangente, holística, dos fenómenos estudados, abordagem defendida por Tribe (2005); e (ii) ter-se optado por considerar as metodologias utilizadas em ciências sociais e adotadas por estudos similares anteriores na área da investigação do turismo (em família), abrangendo diferentes perspetivas e metodologias.

Por outro lado, a revisão de literatura apresentada no capítulo 2 permitiu concluir que os autores que estudam esta temática consideram que a família integra uma dinâmica de funcionamento da família que não deve ser analisada com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. A análise dos fenómenos familiares, que envolvem a família como um todo, como o turismo em família, deve ser efetuada com base na perspetiva de cada um dos membros da família e/ou na perspetiva de todos os membros, não devendo ser baseada apenas na perspetiva de um dos membros da família, como acontece na maioria dos estudos existentes (Letho *et al.*, 2009; Schanzel, 2012).

Essa revisão de literatura e a realização do estudo empírico permitiram igualmente perceber que desenvolver estudos empíricos sobre a unidade de análise – família – não é uma tarefa fácil, considerando quer a dificuldade na recolha de dados sobre os consumos da família, quer a falta de instrumentos de medida reconhecidos para avaliar os efeitos do turismo em família, como clarificado por Letho *et al.* (2009). Ao

considerar o caso das famílias economicamente carenciadas, os obstáculos à investigação aumentaram significativamente devido à necessidade de adaptação ao contexto desses grupos, quer dos instrumentos de recolha de dados, quer do tipo de comunicação a utilizar (McCabe *et al.*, 2010; Quinn & Stacey, 2010; Minnaert, 2006; Minnaert *et al.*, 2009; Smith & Hughes, 1999) e, ainda devido à dificuldade associada a conseguir identificar e/ou contactar com essa população. Em consequência destas constatações, tentaram-se implementar nesta investigação metodologias rigorosas e inovadoras, nomeadamente através do recurso a metodologias mistas e que envolvessem o estudo dos efeitos do turismo em família de acordo com mais do que a perspectiva de um dos elementos da família.

Estas opções permitiram o desenvolvimento e validação de métodos e técnicas quantitativas e qualitativas que podem ser adotadas por investigações futuras sobre esta temática. A identificação de dimensões comparáveis, que podem ser replicadas e analisadas em outras investigações empíricas, será também outra contribuição importante a considerar em termos metodológicos.

Para o desenvolvimento de programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas

As temáticas analisadas nesta investigação evidenciam que os benefícios do turismo em família para os seus participantes podem ser significativos e ocorrer em vários domínios. Neste sentido, a dinamização de iniciativas de turismo social junto de grupos de alguma forma excluídos da sociedade, como é o caso das famílias economicamente carenciadas, poderá contribuir para a inclusão social destas famílias, incentivando a coesão e solidariedade sociais.

Como referido ao longo deste trabalho, os problemas sociais atuais exigem que se desenvolvam mecanismos para a inovação social que podem passar pela dinamização de iniciativas sociais que promovam a participação das pessoas na sociedade. Este tipo de medidas poderá encontrar na dinamização de programas de turismo social um instrumento eficaz para alcançar esses objetivos, na medida em que a participação nestes programas pode alterar comportamentos de exclusão social. No entanto, existem, ainda, poucos programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas apoiados pelo Estado, eventualmente em consequência da falta de evidência empírica que comprove que a integração de programas de turismo social nas políticas sociais poderá contribuir para o aumento da eficiência das políticas sociais (Hazel, 2005) e, até, para uma eventual poupança dos recursos da sociedade (Sousa *et al.*, 2007; Minnaert *et al.*, 2009).

Considerando, por um lado, as limitações orçamentais nacionais atuais e que, por outro lado, nestes períodos de maior austeridade económica, o rendimento disponível das famílias diminui, contribuindo para o aumento da exclusão social, acresce a necessidade de se desenvolverem esses mecanismos de inovação

social, como o acesso das famílias à prática turística. Neste sentido, foram discutidos no capítulo 9 alguns desafios que surgem à implementação de PTS para famílias, reconhecendo-se como imperativo encontrar novas fontes de financiamento. Este objetivo encontra esperança nos eixos de ação prioritários definidos para o financiamento com fundos estruturais europeus para Portugal - em geral, os problemas sociais e, em particular, a inclusão social e o Capital humano.

Outro conjunto de desafios, referidos na secção anterior, surgem do facto de se ter concluído que os programas a desenvolver, dirigidos para famílias economicamente carenciadas com filhos, devem ter em conta as seguintes características: (i) ser financeiramente sustentável, quer para o promotor, quer para as famílias; (ii) conseguir adaptar a sua oferta a cada tipo de família; (iii) existir monitorização ao longo do tempo; e (iv) conseguir adaptar a sua estratégia de comunicação e marketing aos diferentes tipos de famílias de baixos rendimentos. Defende-se que a consideração destas características (ou linhas orientadoras) contribuirá para o sucesso destes PTS, quer em termos de objetivos de maximização dos benefícios que podem originar, para as famílias e para a sociedade, promovendo a harmonia familiar, alteração de comportamentos, inclusão social e a inovação social, quer em termos de atratividade para as famílias a que pretende chegar, conforme discutido detalhadamente no capítulo 9, secção 9.5.

No entanto, não obstante estas constatações, concluiu-se que é necessária mais evidência empírica, que comprove que e como a integração de programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas nas políticas sociais dos países poderá contribuir para o aumento da eficiência dessas políticas e para a poupança que a sociedade poderá verificar, por exemplo, em termos de subsídios sociais e despesas em saúde.

10.4. Limitações

No fim desta investigação sente-se a necessidade de refletir sobre as várias opções efetuadas para a desenvolver e avaliar essa escolha em termos de limitações que dela decorreram.

As opções tomadas, em termos de temáticas a analisar no enquadramento teórico, originaram uma limitação desta investigação: a interligação da temática em análise com diferentes áreas disciplinares obrigou, por vezes, a que determinadas temáticas não tivessem sido analisadas com o nível de pormenor desejado, nível que obrigaria a uma prorrogação, por tempo indeterminado, do prazo para concretização da investigação.

A primeira limitação associada ao estudo empírico que urge reconhecer é a contextualização da recolha de dados num clima de crise económica. A replicação do estudo em clima de prosperidade económica poderá refletir menos importância dos constrangimentos financeiros à realização das férias em família, bem como poderia incluir uma maior amostra de famílias que tivessem realizado turismo em família

para destinos internacionais, viabilizando, por exemplo, uma comparação dos efeitos do turismo de acordo com essa diferença.

Outras limitações podem ser identificadas neste estudo, como o facto de a definição de despesas de lazer e turismo (DLT) adotada na primeira parte do estudo empírico (padrões de consumo turístico das famílias portuguesas) poder sub ou sobrestimar o verdadeiro valor das DLT. Esta limitação está relacionada com o facto de as categorias de despesa das famílias que foram analisadas integrarem despesas que não são turísticas e algumas das despesas turísticas estarem integradas em outras categorias que não foram objeto de análise, tal como referido no capítulo 5.

Na segunda parte do estudo empírico, que envolveu a aplicação dos questionários às famílias, reconhece-se a limitação da amostra ser bastante localizada no espaço e tempo, em consequência das restrições em termos de recursos humanos e financeiros disponíveis para a realização do estudo. A par destas limitações, a não existência de informação sobre o total da população (abrangência do conceito explorada no capítulo 3) e as suas características, não permite a realização de estudos que analisem a representatividade da amostra.

Na terceira parte do estudo empírico, reconhece-se a reduzida dimensão da amostra, a relativa homogeneidade das famílias entrevistadas em termos de características sociodemográficas e económicas e a não concretização do objetivo de entrevistar todos os elementos das famílias economicamente carenciadas.

A reduzida dimensão da amostra foi consequência da dificuldade de acesso à população em estudo, apesar dos esforços e do tempo investido para se conseguirem entrevistar mais famílias, residentes também em outros concelhos, e que envolvessem mais elementos do sexo masculino. Salienta-se que as entrevistas que se realizaram só ocorreram porque os entrevistados conheciam e mantinham uma relação de longa data com as professoras envolvidas, ativamente e de forma extraordinariamente empenhada, na seleção e contacto das famílias.

A relativa homogeneidade das famílias entrevistadas em termos de características socioeconómicas deve-se também ao facto de o critério escolhido para selecionar estas famílias ter sido apenas o nível máximo de rendimento familiar, como explicitado no capítulo 4. A definição deste critério levanta ainda outra limitação que tem a ver com alguma dificuldade em comparar os resultados obtidos nesta parte do estudo empírico com os resultados obtidos nos questionários, onde a amostra foi dividida de acordo com o nível de Privação Material e não com o nível de rendimento.

As diferenças nos indicadores considerados para definir famílias economicamente carenciadas nas diferentes partes do estudo empírico, são resultado da dificuldade de obter dados secundários que permitam identificar claramente este tipo de famílias e da dificuldade de chegar até esse segmento da população. No

entanto, considera-se que as definições adotadas tiveram sempre em comum o facto de implicarem um nível de rendimento baixo, recorrendo às definições de pobreza e de privação material. Acresce que, considerando o limiar de rendimento adotado para a seleção dos entrevistados, parece-nos que esse facto perde relevância, já que todas essas famílias poderão ser consideradas como famílias com carências económicas.

No futuro, porém, considera-se que este critério de seleção das famílias poderá ser complementado com técnicas de amostragem que permitam ter na amostra famílias pertencentes a diferentes escalões de rendimento familiar, diferentes níveis de habilitações literárias, diferentes profissões e contextos (por exemplo, ao nível da privação material) que podem condicionar a forma como percebem os efeitos. Acresce que, relativamente às perspetivas das crianças, a amostra concentra maioritariamente crianças que frequentam o 1º e 2º ciclos do ensino básico, pelo que as perspetivas das crianças refletidas nos resultados obtidos devem ter este facto em consideração.

Por fim, refere-se a limitação da não concretização do objetivo de entrevistar todos os elementos das famílias economicamente carenciadas, detetada desde o início do contacto com a população alvo. Este contacto serviu para se constatar que apesar de no caso das famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por pais separados/divorciados) a possibilidade de reunir todos os elementos da família ter existido quase sempre, no caso das restantes famílias (ambos os pais e filhos) essa opção seria impossível ou muito incómoda, em consequência das dificuldades em conciliar disponibilidade de ambos os pais, que em muitos casos trabalhavam por turnos ou apresentavam dificuldades de conciliação de horários entre si. Quando se repensou a abordagem a realizar a estas famílias, considerou-se, no entanto, inovador e pertinente incluir a perspetiva dos filhos (capítulo 4).

Por fim, passar-se-ão a enunciar algumas propostas de linhas de investigação que alarguem o âmbito do estudo desenvolvido, através da sua aplicação a outros concelhos, em outros períodos temporais, e outras propostas de linhas de investigação que possam melhorar e completar o trabalho realizado nesta tese.

10.5. Sugestões para investigação futura

A presente investigação permitiu responder a um conjunto de questões de investigação sobre a importância do turismo em família para famílias economicamente carenciadas. Na procura por essas respostas, num contexto em que novas abordagens para melhorar o bem-estar e funcionamento familiares estão a ser identificadas como necessárias na literatura e considerando os resultados do estudo empírico desenvolvido, diversas linhas para investigação futura foram sendo identificadas.

A sugestão imediata que surge é comum aos diferentes temas abordados nesta investigação e tem a ver com a importância de serem desenvolvidos estudos que validem ou repliquem os existentes, permitindo comparações longitudinais entre eles, sejam estudos sobre os padrões de consumo turístico das famílias,

sejam acerca dos constrangimentos ao turismo em família ou sejam centrados nos efeitos do turismo em família.

Outras sugestões surgem, que são apresentadas de seguida, por tema geral de análise.

Estudos sobre os padrões de consumo turístico das famílias segundo a sua condição económica:

- (i) Estudos que incidam sobre a relação entre os diferentes tipos de despesas, analisando também eventuais diferenças entre segmentos das famílias de acordo com seu nível de rendimento, seriam interessantes e inovadores.
- (ii) Estudos que analisem as alterações nos padrões de despesas em consequência dos ciclos económicos (por exemplo, Alegre *et al.*, 2013) poderiam ser úteis para a compreensão das determinantes das despesas de diferentes segmentos de famílias e sua importância, considerando fatores externos.

Estudos sobre os constrangimentos ao turismo em família:

- (i) Estudos que desenvolvam um quadro teórico mais sólido na área dos constrangimentos ao turismo em família.
- (ii) Estudos que analisem detalhadamente o perfil das famílias que não fazem turismo, com o intuito de identificar soluções que permitam transformar essas famílias em consumidores de turismo.
- (iii) Estudos que analisem os fatores determinantes dos constrangimentos ao turismo em família.
- (iv) Estudos que analisem a relação entre a existência de constrangimentos financeiros e a participação turística, de acordo com diferentes ciclos económicos.

Estudos sobre os efeitos do turismo em e para a família:

- (i) Estudos que analisem/ comparem os efeitos do turismo relatadas pelas famílias em cada fase da experiência turística (antes, durante e após). A dimensão “tempo” poderia ser melhor explorada em estudos futuros. Seria importante para estudar os efeitos do turismo, em cada fase da experiência turística, pois os resultados poderão variar (Alexander *et al.*, 2010; Minnaert *et al.*, 2009; Gram, 2005) e, que seja do nosso conhecimento, não existe nenhum estudo que, até o momento, tenha adotado essa perspectiva.
- (ii) Estudos que analisem detalhadamente as associação dos determinantes dos efeitos do turismo em família e a duração desses efeitos.

- (iii) Estudos que comparem os efeitos do turismo para diferentes tipos de famílias, em termos de características sociais em ascensão na sociedade (por exemplo, famílias monoparentais, famílias resultantes de segundos casamentos ou famílias homossexuais).
- (iv) Estudos que se debrucem especificamente sobre os efeitos negativos do turismo em família e formas de os minimizar.
- (v) Estudos que alarguem o âmbito da presente investigação e analisem efeitos, e determinantes desses efeitos, de outros tipos de turismo que também envolvam efeitos para as famílias, como por exemplo, turismo educacional e turismo jovem.
- (vi) Estudos com uma maior quantidade de dados e, idealmente, comparáveis em termos internacionais, uma vez que quase todos os estudos existentes são baseados em reduzidas taxas de resposta e/ou em amostras pequenas, que representam muitas vezes apenas um grupo específico (por exemplo, apenas uma nacionalidade, um grupo étnico ou social). Por isso, é difícil generalizar as suas conclusões ou ter uma perceção mais alargada dos efeitos potenciais do turismo para grupos mais amplos. Uma boa prática para estudos futuros seria ter como referência o trabalho de Gilbert e Abdullah (2004), que comparou os efeitos do turismo sobre os visitantes, utilizando um grupo de controlo.
- (vii) Estudos que explorem o efeito “aprendizagem” do turismo em família e as suas diferentes dimensões, por exemplo, analisando especificamente os efeitos desse tipo de turismo ao longo da vida das crianças.

Estudos sobre Programas de Turismo Social para famílias:

- (i) Estudos que incluam a perspetiva da oferta, aplicados à realidade portuguesa. Esses estudos devem permitir conhecer em profundidade as perceções das entidades que promovem programas de turismo social acerca da viabilidade de realização desses programas especificamente para famílias economicamente carenciadas com filhos, dos seus efeitos ou do tipo de políticas que poderiam ser adotadas ao nível do desenvolvimento do turismo social.
- (ii) Estudos que analisem empiricamente os benefícios (individuais e coletivos) que poderão advir da implementação de PTS direcionados para desempenhar um papel enquanto agente de inovação social, alterando comportamentos que perpetuam a exclusão social. Este tipo de investigação poderá contribuir para a validação destes programas enquanto instrumentos efetivos de política social, mas também para melhorar esses programas e a sua eficácia, investigando os efeitos que o turismo tem nos seus praticantes e como se poderão maximizar esses efeitos.

- (iii) Estudos que analisem os benefícios (individuais e coletivos) obtidos da implementação de PTS comparativamente com iniciativas alternativas ou complementares para alcançar esse objetivo, como por exemplo, promoção de determinadas atividades de lazer em família no local de residência (Agate *et al.*, 2007).
- (iv) Estudos que avaliem os PTS existentes para famílias, nomeadamente os seus benefícios para os participantes e os processos de gestão e implementação desses programas. Estes estudos devem permitir comparar os resultados e práticas de gestão e implementação dos PTS, com o intuito de se construírem programas cada vez mais eficazes no cumprimento dos seus objetivos de combate à exclusão de famílias economicamente carenciadas. O tipo de análise efetuada no presente trabalho (capítulo 3) poderá constituir um importante ponto de partida para que, em estudos posteriores, se possa analisar pormenorizadamente a estrutura, as características e os efeitos de cada programa, bem como a sua adequação às necessidades dos diferentes tipos de famílias e possíveis formas de maximizar os seus efeitos positivos para os participantes.

Com base nos resultados desta investigação acredita-se que o turismo em família tem um potencial extraordinário enquanto promotor de benefícios para os indivíduos e para as famílias, particularmente para as famílias economicamente carenciadas com filhos. Reconhece-se, porém, que muito trabalho pode/ deve, ainda, ser realizado com o objetivo de entender melhor a complexidade associada a estes efeitos e como se poderá maximizar a aplicação prática desse conhecimento teórico produzido.

Foi, porém, estimulante e reconfortante olhar o trabalho desenvolvido como uma reflexão inicial acerca de uma temática pouco explorada, verificar que as famílias que participaram no estudo empírico valorizaram a temática estudada e sentir sintonia nos discursos dos entrevistados em relação à preocupação central desta investigação:

“Pois, acho que falámos de tudo, mas está a fazer o doutoramento, não é? Acho que se devia mesmo tentar abrir uma empresazinha dessas (...) Era muito investimento, mas era muito bonito. (...) Era muito muito bom! Espero que este estudo também abra portas para as famílias. Era bom!” (Mãe15)

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

- Agate, S. T., Zabriskie, R. B., & Eggett, D. L. (2007). Praying, Playing, and Successful Families. *Marriage & Family Review*, 42(2), 51-75.
- Alarcão M. & Relvas, A. P. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios familiares: uma revisão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Alegre, J., Mateo, S., & Pou, L. (2010). An analysis of households' appraisal of their budget constraints for potential participation in tourism. *Tourism Management*, 31(1), 45-56.
- Alegre, J.; Mateo, S. & Pou, L. (2013). Tourism participation and expenditure by Spanish households: The effects of the economic crisis and unemployment. *Tourism Management*, 39, 37-49.
- Alexander, Z., Bakir, A. & Wickens, E. (2010). An investigation into the impact of vacation travel on the tourist. *International Journal of Tourism Research*, 12(5), 574-590.
- Amaro, S. & Duarte, P. (2015). An integrative model of consumers' intentions to purchase travel online. *Tourism Management*, 46, 64-79.
- Anastasopoulos, P. G. (1992). Tourism and attitude change: Greek tourists visiting Turkey. *Annals of Tourism Research*, 19, 629-642.
- ANCV - Agence Nationale pour les Chèques-Vacances (2014). l'Agence Nationale pour les Chèques-Vacances. Disponível em <http://actionsociale.ancv.com/>. Acedido em outubro 2014.
- Andreev, P., Heart, T., Maoz, H., & Pliskin, N. (2009). *Validating formative partial least squares (PLS) models: methodological review and empirical illustration*. International conference on information systems - ICIS Proceedings2009. Paper 193. Disponível em <http://aisel.aisnet.org/icis2009/193>
- Backer, E. & Schanzel, H. (2012). The stress of the Family Holiday. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 105-124). Chanel View Publications.
- Ballantyne, R., Packer, J., & Sutherland, L. A. (2011). Visitors' memories of wildlife tourism: Implications for the design of powerful interpretive experiences. *Tourism Management*, 32, 770-779.
- Beard, C. & Wilson, J. P. (eds.) (2002). *The power of experiential learning: a handbook for trainers and educators*. London: Kogan Page Limited.
- Beard, J., & Ragheb, M. G. (1983). Measuring leisure motivation. *Journal of Leisure Research*, 15, 219-228.
- Bellis, M. A., Hughes, K. E., Dillon, P., Copeland, J., & Gates, P. (2007). Effects of backpacking holidays in Australia on alcohol, tobacco and drug use of UK residents. *BMC Public Health*, 7(1).

- Boyatzis, C. J., & Varghese, R. (1994). Children's Emotional Associations. *The Journal of Genetic Psychology*, 1, 77-85.
- Briseño-Garzón, A., Anderson, D., & Anderson, A. (2007). Entry and emergent agendas of adults visiting an aquarium in family groups. *Visitor Studies*, 10(1), 71–87.
- Bureau International du Tourisme Social - BITS (2009). *Concepts and definitions*. Acedido em junho de 2009, Disponível em <http://www.bits-int.org/en/index.php>.
- Cai, L. A. (1998). Analyzing household food expenditure patterns on trips and vacations: a Tobit model. *Journal of Hospitality and Tourism Research*, 22(4), 338-358.
- Cai, L. A. (1999). Relationship of household characteristics and lodging expenditure on leisure trips. *Journal of Hospitality and Leisure Marketing*, 6(2), 5-18.
- Caldeira, A. M. (2014). *A experiência de visita dirigida a múltiplas atrações: análise do comportamento espacial do turista e da sua satisfação*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro. Não publicada.
- Cardoso, A. (2010). Os Desafios da Pobreza. In: Teixeira, A. C., Silva, S. & Teixeira, P. (orgs.), *O que Sabemos Sobre a Pobreza em Portugal?* (pp. 81-91). Porto: Vida Económica.
- Caritas (2012). *Portugal tem uma nova classe de pobres*. Disponível em: http://www.caritas.pt/cr/index.php?option=com_content&view=article&id=393:portugal-tem-uma-nova-classe-de-pobres&catid=15:pobreza&Itemid=17, acedido em junho de 2014.
- Carneiro, M.J. (2007). Modelling the choice of tourism destinations: a positioning analysis. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro.
- Carr, N. (2006). A comparison of adolescents' and parents' holiday motivations and desires. *Tourism and Hospitality Research*, 6(2), 129-142.
- Cary, S. H. (2004). The Tourist Moment. *Annals of Tourism Research*, 31(1), 61-77.
- Cho, M., Bonn, M. A., & Brymer, R. A. (in press). A Constraint-Based Approach to Wine Tourism Market Segmentation. *Journal of Hospitality & Tourism Research*. Published online version: <http://jht.sagepub.com/content/early/2014/06/06/1096348014538049>
- Chon, K. S. (1999). Special Issue on Tourism and Quality-of-Life Issues. *Journal of Business Research*, 44, 135-136.
- Clark, A. E. (2003). Unemployment as a Social Norm: Psychological Evidence from Panel Data. *Journal of Labor Economics*, 21(2), 323-351.
- Cohen, E. (1979). A Phenomenology of Tourist Experiences, *Sociology*, 13, 179-201.

- Colardyn, D. & Bjornavold, J. (2004), "Validation of Formal, Non-Formal and Informal Learning: policy and practices in EU Member States", in *European Journal of Education*, 39(1), 69-89.
- Coleman, J. (1998). Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, 94(Supplement), S95-S120.
- Comissão Europeia - CE (1987). *Europeans and their holidays*. VII/165/87-EN. [EU Commission - Working Document], disponível em <http://aei.pitt.edu/10930/>, acedido em março de 2014.
- Comissão Europeia - CE (2008). *Social Inclusion and Income Distribution in the European Union – 2007*. European Observatory on the Social Situation - Social Inclusion and Income Distribution Network.
- Commission of the European Communities - CEC (1986). *Europeans and Their Holidays*. Brussels: Commission of the European Community.
- Comrey, A. L. & Lee, H. B. (1992). *A first course in factor analysis*. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.
- Conselho de Ministros (2014). *Comunicado do Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2014*. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-da-presidencia-e-dos-assuntos-parlamentares/documentos-oficiais/20141211-cm-comunicado.aspx>. Acedido em dezembro de 2014.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2005). *Tourism: Principles and Practice*. Harlow: Prentice Hall.
- Costa, A. B. (coord.), Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Crawford, D. W., & Godbey, G. (1987). Reconceptualizing barriers to family leisure. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal*, 9(2), 119 - 127.
- Crawford, D. W., Jackson, E. L., & Godbey, G. (1991). A hierarchical model of leisure constraints. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal*, 13(4), 309 - 320.
- Creswell, J. W. (2009). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. California, USA: Sage Publications.
- Crompton, J. (1979). Motivation for pleasure vacations. *Journal of Tourism Research*, 6, 408–429.
- Cullingford, C. (1995). Children's attitudes to holidays overseas. *Tourism Management*, 16(2), 121-127.
- Daniels, M. J., Drogin Rodgers, E. B., & Wiggins, B. P. (2005). "Travel Tales": an interpretive analysis of constraints and negotiations to pleasure travel as experienced by persons with physical disabilities. *Tourism Management*, 26(6), 919-930.
- Dardis, R., Soberon-Ferrer, H., & Patro, D. (1994). Analysis of leisure expenditures in the United States, *Journal of Leisure Research*, 26(4), 309–321.

- Dawson, D. (1988). Leisure and the definition of poverty. *Leisure Studies*, 7(3), 221-231.
- Decrop, A. (2000). Personal Aspects of Vacationers' Decision Making Processes: An Interpretivist Approach. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 8(4), 59 - 68.
- Decrop, A. (2006). *Vacation Decision Making*. Oxfordshire: CABI Publishing
- Deem, R., (1996). No time for a rest?: An Exploration of women's Work, Engendered Leisure and Holidays. *Time Society*, 5(1), 5-25.
- Department for Culture, Media and Sport - D.C.M.S. (1999). *Tomorrow's Tourism: A Growth Industry for the New Millennium*. Department for Culture, Media and Sport, United Kingdom.
- Department for Culture, Media and Sport - D.C.M.S. (2008). *Equality Impact Assessment: "winning: a tourism strategy for 2012 and beyond"*. Department for Culture, Media and Sport, United Kingdom.
- Despacho n.º 12284/2011
- Diekmann, A., & McCabe, S. (2011). Systems of social tourism in the European Union: a critical review. *Current Issues in Tourism*, 14(5), 417-430.
- Dolnicar, S., Yanamandram, V., & Cliff, K. (2012). The contribution of vacations to quality of life. *Annals of Tourism Research*, 39, 59-83.
- Durko, A.M., & Petrick, J.F. (2013). Family and Relationship Benefits of Travel Experiences: A Literature Review. *Journal of Travel Research*, 52 (6), 720-730.
- EC - European Commission (2010). *Calypso Study - Compendium of good practices*. European Commission - DG Enterprise and Industry.
- EESC - European Economic and Social Committee (2006) *Opinion of the European Economic and Social committee on Social Tourism in Europe*, E.E.a.S. Committee, Editor. Brussels: EESC.
- Elands, B. H. M., & Lengkeek, J. (2000). *Typical Tourists: Research into the theoretical and methodological foundations of a typology of tourism and recreation experiences*. Mansholt Studies - Vol. 21. Wageningen University.
- ETB - English Tourist Board (1976). *Holidays: the social need*. S.T.S. Group. London.
- European Union Federation of Youth Hostel Associations – EUFED (2008). *Social Inclusion and Youth Hostels - Why and How*, disponível em <http://www.eufed.org> (acedido em Abril de 2010).
- Eurostat (2010). Statistics on living conditions. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/living_conditions_and_social_protection/data/database (acedido em Maio 2010)

- Eurostat (2012). *Population and social conditions*. Available from: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-12-009/EN/KS-SF-12-009-EN.PDF
- Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2011). Determinants of tourism impact on tourists' quality of life. *International Journal of Leisure and Tourism Marketing*, 2, 313-336.
- Eusébio, M. C. (2006). *Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional – O caso da Região Centro de Portugal*, Tese de Doutoramento, não publicada. Universidade de Aveiro.
- Family Holiday Association - FHA (s/d). Giving families a break: A guide to social tourism in the UK”, *Breaks for all*, disponível em <http://www.breaksforall.org.uk/index.html> (acedido em Abril de 2010).
- Fernandes, A. T. (2002). Poder local e turismo social. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 12, 9-26.
- FHA - Family Holiday Association (2013a). *Apply for a break*. Disponível em <http://www.breaksforall.org.uk/index.html>. Acedido em agosto de 2014.
- FHA - Family Holiday Association (2013b). *2013 Annual Review*. Disponível em <http://www.familyholidayassociation.org.uk/annual-reports>. Acedido em outubro de 2014.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS*. 3rd Edition. SAGE Publications.
- Finn, M., Elliott-White, M., & Walton, M. (2000). *Tourism & leisure research analysis – data collection, analysis and interpretation*. Longman.
- Fisher, D. (2004). The demonstration effect revisited. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 428–446.
- Flick, U. (2009). *Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa (3^{ed})*. São Paulo: Artmed Editora.
- Foley, Y. & Mullis, F. (2008). Interpreting Children's Human Figure Drawings: Basic Guidelines for School Counselors. *Georgia School Counselors Association Journal*, 1(1), 28-37.
- Foubert, P. (2010). *The Gender Pay Gap in Europe from a Legal Perspective*. European Commission.
- Fournier, S., & Mick, D. G. (1999). Rediscovering satisfaction. *Journal of Marketing*, 63 (October), 5–23.
- Gallie, D., & Paugam, S. (2002). *Social precarity and social integration*. Disponível em europa.eu.int/comm/public_opinion. Brussels: DG ESA.
- Giddens, A. (1998). *Sociologia*. 2^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilbert, D., & Abdullah, J. (2004). Holidaytaking and the sense of well-being. *Annals of Tourism Research*, 31, 103–121.
- Goeldner, C. R., & Ritchie, J.R.B. (2009). *Tourism: Principles, Practices and Philosophies* (pp.304-306). New York: John Wiley & Sons.

- Gram, M. (2005). Family Holidays. A Qualitative Analysis of Family Holiday Experiences. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 5, 2-22.
- Gray, M., Edwards, B., Hayes, A., & Baxter, J. (2009). The impacts of recessions on families. *Family Matters*, 83, 7-14.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1995). *Multivariate Data Analysis*. 5^a ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Hair, J., Jr., Hult, G., Ringle, C., & Sarstedt, M. (2014). *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modelling (PLS-SEM)*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Hair, J., Jr., Sarstedt, M., Ringle, C., & Mena, J. (2012). An assessment of the use of partial least squares structural equation modelling in marketing research. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 40(3), 414-433.
- Haldrup, M., & Larsen, J. (2003). The family gaze. *Tourist Studies*, 3(1), 23-46.
- Hall, D., & Brown, F. (2006). *Tourism and Welfare: Ethics, Responsibility and sustained well-being*. London: CAB International.
- Haukeland, J. (1990). Non-travellers: the flip side of motivation. *Annals of Tourism Research*, 17(2), 172-184.
- Hazel, N. (2005). Holidays for Children and Families in Need: An Exploration of the Research and Policy Context for Social Tourism in the UK. *Children & Society*, 19, 225-236.
- Henseler, J., Ringle, C. M., & Sinkovics, R. R. (2009). The use of partial least squares path modeling in international marketing. *Advances in International Marketing*, 20, 277- 319.
- Hinch, T. & Jackson, E. (2000). Leisure Constraints Research: Its Value as a Framework for Understanding Tourism Seasonality. *Current Issues in Tourism*, 3, 87-106.
- Hong, G., Fan, J.X., Palmer, L., & Bhargava, V. (2005). Leisure Travel Expenditure Patterns by Family Life Cycle Stages. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 18(2), 15-30
- Howard, M. (2012). Foreword. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. xvii-xviii). Chanel View Publications.
- Huang, R. & Sarigollu, E. (2008). Benefit segmentation of tourists to the caribbean. *Journal of International Consumer Marketing*, 20(2), 67-83.
- Hudson, S., & Gilbert, D. (2000). Tourism Constraints: The Neglected Dimension in Consumer Behaviour Research. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 8(4), 69 - 78.
- Huff, C., Widmer, M., McCoy, K., & Hill, B. (2003). The influence of challenging outdoor recreation on parent-adolescent communication. *Therapeutic Recreation Journal*, 37, 18-37.

- Hughes, H. L. (1991). Holidays and the economically disadvantaged. *Tourism Management*, 12(3), 193-196.
- Hughes, K., Packer, J., & Ballantyne, R. (2011). Using post-visit action resources to support family conservation learning following a wildlife tourism experience. *Environmental Education Research*, 17(3), 307–328.
- Hung, W., Shang, J., & Wang, F. (2013). A multilevel analysis on the determinants of household tourism expenditure. *Current Issues in Tourism*, 16(6), 612-617.
- Hunter-Jones, P. (2005). Cancer and tourism. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 70-92.
- INATEL (2009a). *Estudo de impacto sócio-económico do Programa Turismo Sénior de 2001 a 2005*. Universidade de Aveiro, Aveiro (não publicado)
- INATEL (2009b). *Estudo de impacto sócio-económico do Programa Saúde e Termalismo Sénior de 1997 a 2007*. Universidade de Aveiro, Aveiro (não publicado)
- INATEL (2010). *Programa Turismo Solidário*. Disponível em <http://www.inatel.pt/content.aspx?menuid=32>. Acedido em setembro de 2014.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009). *Questionário integrado no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) – Módulo Privação Material 2009*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2010) *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011a). *Base de dados do ICOR 2009*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011b). *Destaque sobre Rendimento e Condições de Vida - 2011 (Dados Provisórios)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011c). *Classificação Portuguesa das Profissões de 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012a). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012b). *Recenseamento da População e Habitação - Núcleos familiares com filhos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Grupo etário dos filhos*. Disponível em <http://www.ine.pt>, acedido em Novembro de 2012.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2013a) *Destaque sobre Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. 20 de novembro de 2013. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013b). *Estatísticas do Turismo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013c). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – Questionário 2013*. Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais, Serviço de Estatísticas das Condições de Vida do Instituto Nacional de Estatística.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013d). *Rendimento e Condições de Vida 2012 (Dados Provisórios). Destaque de informação à comunicação social de 15 de julho de 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013e). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014a). *Indicadores da “Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Composição do agregado doméstico privado; Anual”*. Base de dados ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, com dados atualizados em outubro de 2014, acessado em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005382&contexto=bd&seTab=tab2.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014b). *Rendimento e Condições de Vida 2013 (Dados Provisórios). Destaque de informação à comunicação social de 24 de março de 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014c). *Sistema de Metainformação*, acessado a 20 de janeiro de 2014, em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5961>
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014d). *Como são as famílias em Portugal e que riscos económicos enfrentam. Destaque de informação à comunicação social de 14 de maio de 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Jackson, E. L. (1988). Leisure constraints: a survey of past research. *Leisure Sciences*, 10(3), 203-215.
- Jackson, E. L., & Scott, D. (1999). Constraints to leisure. In E. L. Jackson & T. Burton (Eds.), *Leisure Studies - Prospects for the Twenty-first Century* (pp. 299-321). Venture Publishing.
- Jackson, E.L., Crawford, D., & Godbey, G. (1993). Negotiation of leisure constraints. *Leisure Sciences*, 15, 1-11.
- Jennings, G., & Nickerson, N. P. (2006). *Quality Tourism Experiences*. Oxford: Elsevier, Butterworth-Heinemann.
- Johnson, R. B., Onwuegbuzie, A. J., & Turner, L. A. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1(2), 112-133.

- Johnson, R.B. & Onwuegbuzie, A.J. (2004). Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. *Educational Researcher*, 33 (7), 14-26.
- Jolibert, A., & Baumgartner, G. (1997). Values, motivations, and personal goals: Revisited. *Psychology and Marketing*, 14, 675-688.
- Kadt, E. de (1979). *Tourism: Passport to Development?*. Oxford: Oxford University Press.
- Kass, R. A., & Tinsley, H. E. A. (1979). Factor analysis. *Journal of Leisure Research*, 11, 120–138.
- Kastenholz, E. & Carneiro, M. J. (2013). Projeto ORTE – “A Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Locais em Portugal. In Thomaz, R.; Mariani, M.; Moretti, E. & Arruda, D. (org), *Turismo, Políticas e Dinâmicas no Espaço Rural*, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.
- Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Marques, C., & Lima, J. (2012). Understanding and managing the rural tourism experience – the case of a historical village in Portugal. *Tourism Management Processes*, 4, 207–214.
- Kastenholz, E., Lima, J., & Sousa, A.J. (2012). *A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: o caso do Projeto ORTE*. GOVCOPP Tourism Working Paper No.1/2012
- Kim, J.-H. (2010). Determining the Factors Affecting the Memorable Nature of Travel Experiences. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 27(8), 780-796. doi: 10.1080/10548408.2010.526897.
- Kim, K., Uysal, M., & Sirgy, J. (2013). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? *Tourism Management*, 36, 527–540.
- Knutson, B. J., & Beck, J. A. (2004). Identifying the Dimensions of the Experience Construct -- Development of the Model. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 4(3), 23 - 35.
- Kolb, D. A. (1984). *Experiential Learning: experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Kolb, D. A., Boyatzis, R. E. e Mainemelis, C. (2000), “Experiential Learning Theory: Previous Research and New Directions”, in R. J. Sternberg and L. F. Zhang (Eds.) (2000), *Perspectives on cognitive, learning, and thinking styles*, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Kozak, M., & Duman, T. (2012). Family Members and Vacation Satisfaction: Proposal of a Conceptual Framework. *International Journal of Tourism Research*, 14, 192–204.
- Kuo, H., & Lu, C. (2013). Expenditure-based segmentation: application of quantile regression to analyse the travel expenditures of baby boomer households. *Tourism Economics*, 19(6), 1429–1441.

- Kuoni & Nuffield Health (2013). *The Holiday Health Report 2013 - Revealed: how holidays help you live longer*. Acedido em fevereiro de 2013, Disponível em: <http://www.nhealth.co.uk/holiday-health-experiemnt>
- Larsen, J. R. K. (2013). Family Flow: The Pleasures of "Being Together" in a Holiday Home. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 13(3), 153-174.
- Lawson, R. (1991). Patterns of tourist expenditure and types of vacation across the family life cycle. *Journal of Travel Research*, 29(4), 12-18.
- Lee, S., & Jeong, M. (2009). Tourists' Emotional Experiences with an Event and Their Consequences. *International CHRIE Conference-Refereed Track*.
- Lee, W. H., & Moscardo, G. (2005). Understanding the impact of ecotourism resort experiences on tourists' environmental attitudes and behavioural intentions. *Journal of Sustainable Tourism*, 13, 546-565.
- Lehto, X.Y., Choi, S., Lin, Y.-C., & Macdermid, S. M. (2009). *Vacation and Family Funtioning*. *Annals of Tourism Research*, 36(3), 459-479.
- Lei Constitucional nº 1/2005
- Levitas, R. (2004). Let's Hear it for Humpty: Social Exclusion, the Third Way and Cultural Capital. *Cultural Trends*, 13(2, Nº50), 41-56.
- Lew, A. A. (2010). Nostalgia for the Family Holiday Vacation. *Tourism Geographies*, 12(4), 568-571.
- Lewis, O. (1970). *Os Filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes Editores.
- Lima, J., Eusébio, C., & Amorim, C. (2012). Effects of holidays on tourists: a review and directions for future research. *RTD/ Journal of Tourism and Development*, 17/18, 265-277.
- Lister, R. (2004). *Poverty*. Cambridge: Polity Press.
- Litvin, S., Smith, W., & Pitts, R. (2012). Sedentary Behavior of the Nontravel Segment: A Research Note. *Journal of Travel Research*, 52(1), 131 –136.
- Liu, Z. H. (1998). Tourism and economic development: A comparative analysis of tourism in developed and developing countries. In C. Tisdell, & K. C. Roy (Eds.), *Tourism and Development: Economic, Social, Political and Environmental Issues*. New York: Nova Science Publishers.
- Maddala, G. S. (1992). *Introduction to Econometrics*. New York: Macmillan.
- Mannell, R. C., & Iso-Ahola, S. E. (1987). Psychological nature of leisure and tourism experience. *Annals of Tourism Research*, 14, 314-331.
- Marcussen, C. (2011). Determinants of tourist spending in crosssectional studies and at Danish destinations. *Tourism Economics*, 17(4), 833–855.

- Marôco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software e Aplicações*. Pero Pinheiro.
- Dacheux, E., & Goujon, D. (2011). The solidarity economy: an alternative development strategy? *International Social Science Journal*, 62(203-204), 205-215.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Martin, D. (2010). Uncovering unconscious memories and myths for understanding international tourism behavior. *Journal of Business Research*, 63(4), 372-383.
- Martin, S. (2004). Reconceptualising Social Exclusion: A Critical Response to the Neoliberal Welfare Reform Agenda and the Underclass Thesis. *Australian Journal of Social Issues*, 39(1), 79-94.
- Mathieson, A., & Wall, G. (1990) *Tourism: Economic, Physical and Social impacts*. Logman Scientific & Technical.
- McCabe, S., & Johnson, S. (2013). The happiness factor in tourism: Subjective well-being and social tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 42-65.
- McCabe, S., Joldersma, T., & Li, C. X. (2010). Understanding the benefits of Social Tourism: Linking Participation to Subjective Well-being and Quality of Life. *International Journal of Tourism Research*, 12, 761-773.
- McCracken, G. (1988). *The Long Interview*. California: Sage.
- McDonald, J. (2006). *Increasing Access to holidays for families living on a low income*. Presentation at the Social Tourism European Forum 2006.
- McElroy, J.L., & De Albuquerque, K. (1986). The tourism demonstration effect in the Caribbean. *Journal of Travel Research*, 25(2), 31-34.
- McGehee, N. & Anderek, K. (2004). Factors predicting rural residents' support for tourism. *Journal of Travel Research*, 43(2), 131-140.
- McGuiggan, R. L. (2001). A review of choice modeling research in tourism, hospitality and leisure. In J. A. Mazenec, G. I. Crouch, J. R. Ritchie & A. G. Woodside (Eds.), *Consumer Psychology in Tourism, Hospitality and Leisure* (Vol. 2, pp. 195-213).
- McKercher, B. & Chen, F. (2014). Travel as a Life Priority? *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, online version.
- McKercher, B. (2009). Non-travel by Hong Kong Residents. *International Journal of Tourism Research*, 11, 507-519.

- Mehmetoglu, M. (2012). Partial Least Squares approach to structural equation modelling for tourism research. *Advances in Hospitality and Leisure*, 8, 43-61.
- Michalkó, G., Kiss, K., Kovács, B., & Sulyok, J., (2009). The impact of tourism on subjective quality of life among Hungarian population. *Hungarian Geographical Bulletin*, 58, 121–136.
- Middleton, V.T.C. & Hawkins, R. (1998). *Sustainable tourism: a marketing perspective*. Oxford: Butterworth-Heinemann.Nilsson.
- Mill, R. C. & Morrison, A. M. (1992). *The Tourist System: An Introductory Text*. Prentice-Hall: New Jersey.
- Minnaert, L. (2006). *Social tourism: a potential policy to reduce social exclusion? The effects of visitor-related social tourism for low income groups on personal and family development*. PhD Thesis, University of Westminster.
- Minnaert, L. (2008). *Holidays are for Everyone. Research into the Effects and the Importance of Holidays for People living in Poverty*. Brussels.
- Minnaert, L. (2012). Social Tourism as Opportunity for Unplanned Learning and Behavior Change. *Journal of Travel Research*. Published online version - doi: 10.1177/0047287511431324
- Minnaert, L. (2012a). The value of Social Tourism for disadvantaged families. In H. Schanzel, Yeoman, I., & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp.98-104). Chanel View Publications.
- Minnaert, L. (Ed.) (2013). *Holidays are for everyone: Developments in the facilitation of tourism for people in poverty*. Visit Flanders - Holiday Participation Centre.
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2009). Tourism and social policy - The value of social tourism. *Annals of Tourism Research*. 36(2), 316-334.
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2011). What is Social Tourism? *Current Issues in Tourism*. 14(5), 403-415.
- Minnaert, L., Stacey, J., Quinn, B., & Griffin, K. (2010). *Social Tourism for Low-Income Groups: Benefits in a UK and Irish Context*. In S. Cole & N. Morgan (Eds.), *Tourism and Inequality: Problems and Prospects*. CAB International.
- Mintel (2009). *Family leisure, leisure intelligence*. London: Mintel International Group.
- Mitchell, R. (1998). Learning Through Play and Pleasure Travel: Using Play Literature to Enhance Research into Touristic Learning. *Current Issues in Tourism*, 1, 176-188.
- Morgan, M. (2006). Making space for experiences. *Journal of Retail and Leisure Property*, 5, 305–313.
- Morgan, M., & F. Xu (2009). Student Travel Experiences: Memories and Dreams. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 18(2), 216 - 236.

- Moscardo, G. (2008). *Assessing whose quality of life: a critical examination of the benefits of travel for tourists*. VIII Best Education Network Think Tank Conference 2008, 24-27 June, Izmir, Turkey.
- Moscardo, G. (2009). Tourism and Quality of Life: Towards a More Critical Approach. *Tourism and Hospitality Research*, 9, 159-170.
- Moutinho, L. (2000). *Strategic Management in Tourism*. London: Cabi Publishing
- MTSS – Ministério do Trabalho e Segurança Social (2007-2013). *Agregados Familiares com pelo menos um processamento no ano (RSI), por tipo de família e distrito de residência do titular*. Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- Namorado, R. (2004). A Economia Social- Uma constelação de esperanças. *Oficina do Centro de Estudos Sociais* - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 213.
- Neal, J. D., Sirgy, M. J., & Uysal, M. (1999). The Role of Satisfaction with Leisure Travel/ Tourism Services and Experience in Satisfaction with Leisure Life and Overall Life. *Journal of Business Research*, 44(3), 153-163. doi: 10.1016/S0148-2963(97)00197-5.
- Noy, C. (2004). This trip really changed me: Backpackers' Narratives of Self-Change. *Annals of Tourism Research*, 31(1), 78-102.
- Nyaupane, G. P., & Andereck, K. L. (2008). Understanding Travel Constraints: Application and Extension of a Leisure Constraints Model. *Journal of Travel Research*, 46(4), 433-439.
- Obrador, P. (2012). The place of the family in tourism research: Domesticity and thick sociality by the pool. *Annals of Tourism Research*, 39, 401-420.
- Oh, H., Fiore, A. M., & Jeoung, M. (2007). Measuring Experience Economy Concepts: Tourism Applications. *Journal of Travel Research*, 46(2), 119-132. doi: 10.1177/0047287507304039.
- Organização das Nações Unidas – ONU (1990). *Human Development Report 1990*, United Nations Development Programme disponível em http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1990_en.pdf (acedido em Janeiro de 2008).
- Organização das Nações Unidas – ONU (2009). <http://www.objectivo2015.org> (acedido em Dezembro de 2009).
- Otto, J. E., & Ritchie, J. B. (1996). The service experience in tourism. *Tourism Management*, 17, 165–174.
- Park, D.-B., & Yoon, Y.-S. (2009). Segmentation by motivation in rural tourism: A Korean case study, *Tourism Management*, 30, 99-108.
- Patton, M.Q. (1990). *Qualitative research and evaluation methods*. California: SAGE Publications.

- Paugam, S. (1996). Introduction: La constitution d'un paradigme. In S. Paugam (Dir.), *L'exclusion l'état des savoirs* (pp. 7/19). Paris : Éditions la Découverte.
- Paul, K.I., & Moser, K. (2009). Unemployment impairs mental health: Meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, 74, 264-282.
- Pearce, P. (2007). *Tourist behaviour: Themes and Conceptual Schemes*. Aspects of Tourism. Clevedon: Chanel View Publications.
- Pearce, P., & Lee, U. (2005). Developing the travel career approach to tourist motivation. *Journal of Travel Research*, 43, 226-237.
- Pesonen, J., Laukkanen, T., & Komppula, R. (2011). Benefit segmentation of potential wellbeing tourists. *Journal of Vacation Marketing*, 17(4), 303-314.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: a complementariedade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pine, J.B., & Gilmore, J. H. (1999). *The Experience Economy: Work is theater and every business a stage*. Harvard Business School Press: Boston.
- Pizam, A., Uriely, N., & Reichel, A. (2000). The intensity of tourist-host social relationship and its effects on satisfaction and change of attitudes: The case of working tourists in Israel. *Tourism Management*, 21, 395-406.
- Plog, S. C. (1994). Developing and using psychographics in tourism research. In B. Ritchie & J. R. Goeldner (Eds.), *Travel, tourism and hospitality research* (pp. 209-218).
- Prebensen, N. K., & Foss, L. (2011). Coping and co-creating in tourist experiences. *International Journal of Tourism Research*, 13(1), 54-67.
- Quinn, B., & Stacey, J. (2010). The benefits of holidaying for children experiencing social exclusion: recent Irish evidence. *Leisure Studies*, 29, 29-52.
- Quivy, R., & Van Campdnhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Raymore, L., Godbey, G., Crawford, D., & Eye, A. (1991). Nature and process of leisure constraints: an empirical test. *Leisure Sciences*, 15(2), 99-113.
- Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal – REAPN (2008). *Reacção ao Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI 2008-2011*, disponível em http://www.reapn.org/documentos_visualizar.php?ID=141 (acedido em Janeiro de 2010)
- Reisinger, Y., & Turner, L. W. (2003). *Cross-Cultural Behaviour in Tourism - Concepts and Analysis*. Elsevier Butherworth-Heinemann.

- REKA (2014). *Reka's social offers*. Disponível em <http://www.reka.ch/en/socialoffers/seiten/social-offers.aspx>. Acedido em setembro de 2014.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Richards, G. (1998). Time for a holiday? Social rights and international tourism consumption. *Time and Society*, 7(1), 145-160.
- Richards, G. (1999). Vacations and the Quality of Life: Patterns and Structures. *Journal of Business Research*, 44, 189-198.
- Rodrigues, C.F. (2013). *Evolução do número de beneficiários do RSI*. Grupo Economia e Sociedade – Fundação Betania. Disponível em http://www.fundacao-betania.org/ges/arquivos/Evol_Benef_RSI_Farinha_Rodrigues2013.pdf. Acedido em setembro de 2014.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., & Januário, S. (1999). Pobreza e Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 9, 63-101.
- Roosa, M. W., Deng, S., Nair, R. L., & Burrell, G. L. (2005). Measures for studying poverty in family and child research. *Journal of Marriage and Family*, 67(4), 971-988.
- Ryan, C. (Ed.) (1997). *The tourist experience*. London: Thomson.
- Sarstedt, M., Henseler, J., & Ringle, C. (2011). Multigroup analysis in partial least squares (PLS) path modelling: Alternative methods and empirical results. In M. Marko Sarstedt, C. Taylor (Ed.), *Measurement and Research Methods in International Marketing (Advances in International Marketing)* (vol. 22, pp. 195-218). Emerald Group Publishing Limited.
- Saunders, P., & Adelman, L. (2006). Income poverty, deprivation and exclusion: A comparative study of Australia and Britain. *Journal of Social Policy*, 35(4), 559-584.
- Schänzel, H. & Smith, K. A. (2014). The Socialization of Families Away from Home: Group Dynamics and Family Functioning on Holiday. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal*, 36(2), 126-143. doi: 10.1080/01490400.2013.857624.
- Schanzel, H. (2012). The inclusion of fathers, children and the whole-family group in tourism research on families. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 67-92). Chanel View Publications.
- Schanzel, H. (2013). The Importance of 'Social' in Family Tourism. *Asia-Pacific Journal of Innovation in Hospitality and Tourism (APJIHT)*, 2(1), 1-15.

- Schänzel, H. A. (2010). *Family time and own time on holiday: generation, gender, and group dynamic perspectives from New Zealand*. PhD Thesis, Victoria University of Wellington.
- Schänzel, H. A., Smith, K. A., & Weaver, A. (2005). Family Holidays: A Research Review and Application to New Zealand. *Annals of Leisure Research*, 8(2-3), 105-123.
- Schanzel, H., Yeoman, I., & Backer, E. (2012). Introduction. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 1-14). Chanel View Publications.
- Schmitt, H. B. (1999). Experiential Marketing. *Journal of Marketing Management*, 15, 53-67.
- Sekaran, U. (2003). *Research Methods for Business: A Skill-building Approach* (4th ed.). New York: John Wiley & Sons. Inc.
- Sharpley, R. (2014). Host perceptions of tourism: A review of the research. *Tourism Management*, 42, 37-49.
- Sharpley, R., & Telfer, D.J. (Eds) (2002). *Tourism and Development: Concepts and Issues*. UK: Channel View Publications.
- Shaw, G., & Coles, T. (2004). Disability, holiday making and the tourism industry in the UK: a preliminary survey. *Tourism management*, 25, 397 - 403.
- Shaw, S. M., Havitz, M. E., & Delemere, F. M. (2008). "I Decided to Invest in My Kids' Memories": Family Vacations, Memories, and the Social Construction of the Family. *Tourism Culture & Communication*, 8(1), 13-26.
- Silver, H. (2006). *Social exclusion*. *Encyclopedia of sociology* (pp. 4411-4413). Oxford: Blackwell Publishing.
- Small, J. (2008). The absence of childhood in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 772-789.
- Smith, V., & Hughes, H. (1999). Disadvantaged families and the meaning of the holiday. *International Journal of Tourism Research*, 1(3), 123-133.
- Smith, W., & Carmichael, B. (2005). A Geographical Analysis of the Rates of Non-Travel Across the Regions of Canada. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 7(3), 257-271.
- Smith, W., Fralinger, E., & Litvin, E. (2011). Segmenting the U.S.A. Non-Travel Market. *Enlightening Tourism. A Pathmaking Journal*, 1(2), 137-151.
- Smith, W., Litvin, S., Nadav, S., & Carmichael, B. (2009). Non-Travellers: The Flip Side of Motivation – Revisited. *Tourism Recreation Research*, 34(1), 91-93.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção*. Lisboa: Climepsi editores.

- Southall, C. (2012). UK Family Tourism: Past, presente and future challenges. In H. Schänzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives*. Channel View Publications.
- Standard & Poor's (2014). *Economic Research: How Increasing Income Inequality Is Dampening U.S. Economic Growth, And Possible Ways To Change The Tide*. Disponível em https://www.globalcreditportal.com/ratingsdirect/renderArticle.do?articleId=1351366&SctArtId=255732&from=CM&nsi_code=LIME&sourceObjectId=8741033&sourceRevId=1&fee_ind=N&exp_date=20240804-19:41:13, acessado em 5 de agosto de 2014.
- Strauss-Blasche, G., Ekmekcioglu, C., Marktl, W. (2002). Moderating Effects of Vacation on Reactions to Work and Domestic Stress. *Leisure Sciences*, 24, 237-249.
- Taheri, B., Jafari, A., & O'Gorman, K. (2014). Keeping your audience: Presenting a visitor engagement scale. *Tourism Management*, 42, 321-329
- Todman, L. (2004). *Reflections on Social Exclusion: What is it? How is it different U.S. conceptualizations of disadvantage? And, why might Americans consider integrating it into U.S. social policy discourse?*, University of Milan, Department of Sociology and Social Research, disponível em <http://unjobs.org/tags/social-exclusion> (acessado em Julho de 2009)
- Townsend, J., Zabriskie, A., & Ramon, B. (2010). Family Leisure Among Families With a Child in Mental Health Treatment: Therapeutic Recreation Implications. *Therapeutic Recreation Journal, First Quarter*.
- Tribe, J. (2005). New tourism research. *Tourism Recreation Research*, 30(2), 5-8.
- Um, S., & Crompton, J. (1992). The Roles of Perceived Inhibitors and Facilitators in Pleasure Travel Destination Decision. *Journal of Travel Research*, 18-25.
- UMP – União das Misericórdias Portuguesas (s/d a). *Turismo Social*. Disponível em: <http://www.ump.pt/areas-de-atividade/turismo-social/117-turicordia.html>
- UMP – União das Misericórdias Portuguesas (s/d b). *Turismo Social. Apresentação do projeto Turicórdia*, cedida pela UMP. Não publicado.
- Van Winkle, C. M., & Lagay, K. (2012). Learning during tourism: the experience of learning from the tourist's perspective. *Studies in Continuing Education*, 34(3), 339-355. doi: 10.1080/0158037x.2011.646981.
- Vanderstoep, S.W., & Johnston, D.D. (2009). *Research methods for everyday life – blending qualitative and quantitative approaches*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Veal, A. J. (2006). *Research Methods for Leisure and Tourism: A Practical Guide*. Harlow: Pearson Education Limited.

- Vinzi, V., Chin, W., Henseler, J., & Wang, H. (2010). Editorial: Perspectives on Partial Least Squares. In V. Vinzi, W. Chin, J. Henseler & H. Wang (Eds.), *Handbook of Partial Least Squares* (pp. 1-20). Heidelberg: Springer.
- Visit Flanders – Holiday Participation Centre (s/d). *Holiday Participation*. Disponível em <http://www.holidayparticipation.be/index.php>. Acedido em setembro de 2014.
- Wang, Y., & Davidson, M.C.G. (2010). A review of microanalyses of tourist expenditure. *Current Issues in Tourism*, 13(6), 507–524.
- Wang, Y., Rompf, P., Severt, D., & Peerapatdit, N. (2006). Examining and Identifying the Determinants of Travel Expenditure Patterns. *International Journal of Tourism Research*, 8, 333–346.
- Weagley, R., & Huh, E. (2004). The Impact of Retirement on Household Leisure Expenditures. *Journal of Consumer Affairs*, 38(2), 262–281
- Weissbourd, R. (2010). *Os pais que desejamos ser. Como os adultos bem intencionados podem prejudicar o desenvolvimento moral e emocional da criança*. Lisboa: Presença.
- Wells, W. D., & Gubar, G. (1966). Life cycle concept in marketing research. *Journal of Marketing Research*, 3(4), 355-363.
- Wigfall, V. (2004). *Extracts from 'Turning Lives Around' - Final Evaluation Report of Family Breaks Pilot Project for Family Holidays Association*. Thomas Coram Research Unit.
- Williams, A. (2006). Tourism and hospitality fantasy, feeling and fun. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 18(6), 482 – 495.
- Wilson, M. & Sapsford, R. (2006). Asking questions. In R. Sapsford, & V. Jupp, (Eds.), *Data collection and analysis* (2nd ed., pp. 93-123). London: SAGE Publications.
- Wolff, P. (2009). Population and social conditions, in *Eurostat: Statistics in focus 46/2009*, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-09-046/EN/KS-SF-09-046-EN.PDF (acedido em Maio de 2010)
- Wolga, E. H. (1958). Do Husbands or Wives Make the Purchasing Decisions? *Journal of Marketing*, 23, 151-158.
- World Health Organization -WHO (1994). *Quality of life assessment: an annotated bibliography*. WHO: Geneva (WHO/MNH/PFS/94.1).
- World Health Organization – WHO (2004). *Quality of Life (WHOQOL)-BREF*. World Health Organization.
- World Tourism Organization - UNWTO (2008a). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. UNWTO/ EUROSTAT/ OCDE.

- World Tourism Organization - UNWTO (2008b). *2008 International Recommendations for Tourism Statistics*. UNWTO.
- World Travel&Tourism Council – WTTC (2014a). *Travel And Tourism Economic Impact - Executive Summary 2014*. WTTC.
- World Travel&Tourism Council – WTTC (2014b). *Travel And Tourism Economic Impact - Portugal 2014*. WTTC.
- Wu, L., Zhang, & Fujiwara, A. (2013). Tourism participation and expenditure behaviour: analysis using a scobit based discrete–continuous choice model. *Annals of Tourism Research*, 40, 1–17.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Yasothornsrikul, P., & Bowen, D. (2015). Tourism Demonstration and Value Change. *International Journal of Tourism Research*, 17, 96–104.
- Yeoman, I. & Schanzel, H. (2012). The future of Family Tourism: a cognitive mapping approach. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer (Eds), *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 171-190). Chanel View Publications.
- Yin, R.K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York: The Guilford Press.
- Zabriskie, R. B., & McCormick, B. P. (2003). Parent and child perspectives of family leisure involvement and satisfaction with family life. *Journal of Leisure Research*, 35(2), 163-189.
- Zheng, B., & Zhang, Y. (2013). Household Expenditures for Leisure Tourism in the USA, 1996 and 2006. *International Journal of Tourism Research*, 15(2), 197-208.

Apêndices

Apêndice I – Questionário A: Questionário às famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos

Questionário às famílias sobre as perceções dos efeitos das suas férias

OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO:

Este questionário faz parte de um projeto de investigação de Doutoramento da Universidade de Aveiro que pretende estudar os efeitos das férias em família.

Os resultados deste estudo poderão contribuir para que as entidades com responsabilidades no desenvolvimento do turismo e no desenvolvimento social possam implementar medidas para promover o acesso de todos ao turismo e definir Programas de Turismo que contribuam para o bem-estar das famílias.

TODAS AS RESPOSTAS são CONFIDENCIAIS, ANÓNIMAS e serão APENAS utilizadas neste projeto de investigação.

A sua colaboração, através do preenchimento deste questionário, é muito importante para concretizar este estudo.

Muito obrigada!

Joana Lima.

QUEM DEVERÁ PREENCHER ESTE QUESTIONÁRIO?

Indivíduos com 18 ou mais anos que sejam Pais ou Encarregados de Educação de pelo menos uma criança com idade igual ou inferior a 17 anos.

INSTRUÇÕES QUE PRECISA PARA PREENCHER O QUESTIONÁRIO:

- O que consideramos **“FÉRIAS EM FAMÍLIA”**: deslocação, para **fora do seu ambiente habitual de residência, durante, pelo menos, 4 noites**, com a sua família (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas; o grupo de viagem tem de integrar **pelo menos uma criança com idade até 17 anos e um adulto** - pais ou encarregados de educação).

- **Alguma vez FEZ FÉRIAS EM FAMÍLIA (com duração de 4 ou mais noites), NOS ÚLTIMOS 4 ANOS?**

☐ **SIM** → por favor, preencha **APENAS o QUESTIONÁRIO A**

☐ **NÃO** → por favor, preencha **APENAS o QUESTIONÁRIO B**

Agradeço antecipadamente a disponibilidade e a valiosa colaboração prestada ao preencher este inquérito!

Se desejar/ aceitar colaborar na segunda parte deste estudo ou se pretender mais informações, por favor contacte-me para:

Joana Lima

Morada:

Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial
Universidade de Aveiro
Campus Universitário de Santiago
3810 – 193 Aveiro

Telefone: 234 370 361 (extensão: 23621)
e-mail: jisl@ua.pt

QUESTIONÁRIO A - Questionário às famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos

A. Caracterização das últimas férias em família (deslocações de 4 ou mais noites fora de casa)

1. Por favor, indique **com que frequência viajou em família** nos últimos 4 anos:

☐ Menos de 1 vez por ano ☐ 1 vez por ano ☐ 2-3 vezes por ano ☐ 4 ou mais vezes por ano

Por favor, **considere apenas as últimas férias em família que fez nos últimos 4 anos** para responder às questões que se seguem.

2. **Ano e mês** em que fez essas férias em família: **mês:** _____ / **ano:** 20____

3. Qual foi o **país** visitado dessas férias? ☐ Portugal ☐ Outro. Qual? _____

4. Qual o **principal tipo de local** visitado? (escolha apenas uma opção – o local onde passou mais tempo nessas férias)
☐ Praia ☐ Campo ☐ Cidade ☐ Montanha ☐ Outro. Qual? _____

5. **Já tinha visitado** esse local anteriormente? ☐ Sim ☐ Não

6. Por favor, indique **a importância** de cada uma das seguintes afirmações **na sua decisão de fazer essas férias** (numa escala de 1-“nada importante” a 7-“muito importante”):

Decidi fazer essas férias em família, para:

Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família

Experimentar coisas novas

Me conhecer melhor

Interagir com residentes do local que visitei

Conhecer melhor a minha família

Estar num ambiente diferente

Evitar as preocupações do dia-a-dia

Conhecer novas pessoas

Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família

Recuperar forças

Estar com amigos e/ou outros familiares

Sentir-me livre para fazer aquilo que quero

Sentir paz e calma, estar longe de multidões

Relembrar memórias passadas e bons tempos que tivemos em família

Conhecer outras culturas e modos de vida

Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos

Estar com os meus filhos

Outra. Qual? _____

	Nada importante				Muito importante		
	1	2	3	4	5	6	7
Aprender/ aumentar os meus conhecimentos e /ou dos restantes elementos da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Experimentar coisas novas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Me conhecer melhor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interagir com residentes do local que visitei	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecer melhor a minha família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar num ambiente diferente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evitar as preocupações do dia-a-dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecer novas pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recuperar forças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar com amigos e/ou outros familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentir-me livre para fazer aquilo que quero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentir paz e calma, estar longe de multidões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relembrar memórias passadas e bons tempos que tivemos em família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecer outras culturas e modos de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter uma experiência que envolve desafios ou riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar com os meus filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. **Como planeou** a sua viagem? (várias respostas possíveis)

☐ Agência de viagens ☐ Eu e a minha família ☐ Outro. Qual? _____

8. Na preparação dessa viagem quais foram as **fontes de informação que utilizou?** (várias respostas possíveis)

☐ Agências de viagens ☐ Catálogos de empresas/instituições ☐ Outra. Qual? _____
☐ Jornais/revistas/rádio/TV ☐ Experiência pessoal anterior
☐ Internet ☐ Recomendações de familiares/amigos

9. **Nº total** de elementos do **grupo de viagem:** _____

9.1. Nº de elementos **da sua família** nesse grupo: _____ adultos e _____ filhos com idade até 17 anos

10. Nº de **dias de duração dessa viagem** (desde que deixou a sua residência até que regressou): _____ dias

11. **Principal** meio de **alojamento** utilizado (assinale apenas aquele em que passou um **maior número de noites** durante essas férias):

☐ Hotel ou similar (ex: residencial, ...) ☐ Casa de amigos/ familiares ☐ Aluguer casa particular
☐ 2ª Residência (casa própria) ☐ Campismo/ Autocaravana ☐ Outro. Qual? _____

12. **Meio de transporte** utilizado na viagem desde a residência **até ao destino** (várias respostas possíveis):

☐ Avião ☐ Automóvel ☐ Autocarro ☐ Comboio ☐ Outro meio de transporte. Qual? _____

13. Durante essas férias **fez menos gastos do que anteriormente fazia**, devido à crise económica? ☐ Sim ☐ Não

14. Por favor, indique **até que ponto concorda** com as afirmações seguintes (numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”):

Durante essas férias em família...

- Procurei informações mais específicas sobre o local
- Contactei com novas pessoas e/ou organizações
- Houve um bom relacionamento entre os membros da família
- Integrei-me na cultura do local visitado e tentei fazer parte dela
- Interagi com os residentes locais
- Não fui capaz de fazer algumas atividades porque eram diferentes das do meu dia-a-dia
- Os elementos da família gostaram de participar nas mesmas atividades
- Senti que estava a viver num tempo e espaço diferentes
- Os elementos da família respeitaram o tempo e o espaço de cada um
- Senti-me ameaçado(a)/ receoso(a) devido às dificuldades que fui encontrando
- Participei em atividades práticas (ex.: *workshops* de gastronomia, de agricultura, pintura, música)
- Praticámos todos (elementos da família) as mesmas atividades
- Provei a gastronomia típica do local
- Fiz/ vi coisas novas
- Tive dificuldade em contactar com pessoas que não conhecia
- Senti o contraste com o dia-a-dia
- Os elementos da família partilharam interesses e experiências uns com os outros
- Fiz coisas que não posso fazer em casa
- Os elementos da família estiveram mais unidos
- Os meus sentidos foram estimulados
- Os elementos da família separaram-se, em vez de fazerem as atividades em conjunto
- Os elementos da família passaram mais tempo juntos do que habitualmente
- Fiz novas amizades

	discordo completamente				concordo completamente		
	1	2	3	4	5	6	7
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> </			

2. Por favor, indique **até que ponto concorda** com as afirmações seguintes (numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”):

	discordo completamente				concordo completamente		
	1	2	3	4	5	6	7
Estas férias em família...							
Permitiram-me reestabelecer relações com as pessoas com quem me preocupo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para pensar mais nos riscos das atividades que faço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a lidar melhor com problemas que surgem no dia-a-dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me fazer novas amizades, que mantive depois de regressar de férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para começar novos comportamentos/hábitos, que mantive em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me aprender algo que utilizei na minha atividade profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me aprender muito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a lidar melhor com imprevistos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimularam a minha curiosidade para aprender coisas novas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me conhecer outra cultura e formas de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me aprender sobre mim próprio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitiram-me aprender novas formas de me relacionar com os meus filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a refletir sobre coisas novas que vivi durante as férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para eu participar em novas atividades, que mantive em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para perceber que podia fazer coisas que antes das férias pensava impossíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a lidar melhor com o stress do dia-a-dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para me sentir com mais esperança no futuro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para me sentir mais autoconfiante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a esquecer os problemas familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para me sentir mais otimista acerca da vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foram rejuvenescedoras e recuperadoras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a esquecer o stress e os problemas do trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cansaram-me, porque me preocupei muito com o que os meus filhos queriam fazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fizeram-me sentir livre das pressões do dia-a-dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudaram-me a relaxar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para melhorar o meu estado geral de saúde (física e mental)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para arranjar um novo trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para me sentir mais inseguro sobre mim próprio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para melhorar a minha atividade profissional (ex: ideias novas, contactos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fizeram-me sentir incapaz de resolver problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuíram para encontrar novas oportunidades de negócio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Considera que **aprendeu algo** com essas férias? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu “Sim”, por favor indique o que aprendeu: _____

4. Faz **alguma coisa diferente no seu dia-a-dia** desde que regressou, como consequência dessas férias? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu “Sim”, por favor indique o que faz diferente e porquê: _____

C. Programas de Turismo Social

1. **Alguma vez participou** em “Programas de Turismo Social” (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)?

☐ Sim ☐ Não

- 1.1. **Se participou**, por favor indique:

1.1.1. Qual era o **nome** do Programa: _____

1.1.2. Qual era a **entidade** promotora/organizadora: _____

- 1.2. **Se nunca participou**, por favor indique:

1.2.1. Por que motivo não participou? _____ E gostaria de participar? Sim ☐ Não ☐

D. Caracterização do(a) entrevistado(a):

1. Por favor, **assinale com X** as opções que considera **que o seu agregado familiar** (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas) **TEM capacidade financeira** para suportar:

- ☐ assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416 €
- ☐ pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, pagando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
- ☐ pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
- ☐ fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
- ☐ manter a casa adequadamente aquecida

2. Por favor, **assinale com X** os bens que o seu agregado familiar (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas)

NÃO TEM por dificuldades económicas:

- ☐ máquina de lavar roupa ☐ telefone fixo ou pelo menos um membro com telemóvel
- ☐ televisão a cores ☐ automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)

3. **Nacionalidade:** ☐ Portugal ☐ Outro país. Qual? _____

4. **Freguesia de Residência:** _____

5. **Idade:** _____ anos

6. **Sexo:** ☐ Masculino ☐ Feminino

7. **Estado Civil:** ☐ Casado/União de facto ☐ Divorciado/Separado ☐ Solteiro ☐ Outra. Qual? _____

8. **Instrução escolar:** (por favor assinale com X a sua situação)

- ☐ Não andou na escola ☐ Ensino Primário (4ª classe/ 1º Ciclo) ☐ Ensino Básico (9º ano)
- ☐ Ensino Secundário (12º ano/ Curso profissional) ☐ Ensino Superior completo

9. **Situação perante o trabalho:** (por favor assinale com X a sua situação)

- ☐ Doméstico(a) ☐ Reformado(a) ☐ Outra. Qual? _____
- ☐ Desempregado(a) ☐ Empregado(a)
- ☐ Estudante ☐ Empresário/ Por conta própria _____

10. Qual é ou era a sua **profissão**? _____

11. **Nº** de elementos do **agregado familiar** (partilham casa e despesas): _____ (das quais _____ têm até 17 anos)

12. Qual o valor médio do **rendimento líquido mensal do agregado familiar**? (em Euros)

☐ 0 a 500 ☐ 501 a 1.000 ☐ 1.001 a 2.000 ☐ 2.001 a 4.000 ☐ 4.001 a 6.000 ☐ 6.001 a 8.000 ☐ 8.001 a 10.000 ☐ 10.001 ou +

Muito Obrigada!

Apêndice II – Questionário B: Questionário às famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos

Questionário às famílias sobre as perceções dos efeitos das suas férias

OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO:

Este questionário faz parte de um projeto de investigação de Doutoramento da Universidade de Aveiro que pretende estudar os efeitos das férias em família.

Os resultados deste estudo poderão contribuir para que as entidades com responsabilidades no desenvolvimento do turismo e no desenvolvimento social possam implementar medidas para promover o acesso de todos ao turismo e definir Programas de Turismo que contribuam para o bem-estar das famílias.

TODAS AS RESPOSTAS são CONFIDENCIAIS, ANÓNIMAS e serão APENAS utilizadas neste projeto de investigação.

A sua colaboração, através do preenchimento deste questionário, é muito importante para concretizar este estudo.

Muito obrigada!

Joana Lima.

QUEM DEVERÁ PREENCHER ESTE QUESTIONÁRIO?

Indivíduos com 18 ou mais anos que sejam Pais ou Encarregados de Educação de pelo menos uma criança com idade igual ou inferior a 17 anos.

INSTRUÇÕES QUE PRECISA PARA PREENCHER O QUESTIONÁRIO:

- O que consideramos **“FÉRIAS EM FAMÍLIA”**: deslocação, para **fora do seu ambiente habitual de residência, durante, pelo menos, 4 noites**, com a sua família (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas; o grupo de viagem tem de integrar **pelo menos uma criança com idade até 17 anos e um adulto** - pais ou encarregados de educação).

- **Alguma vez FEZ FÉRIAS EM FAMÍLIA (com duração de 4 ou mais noites), NOS ÚLTIMOS 4 ANOS?**

☐ **SIM** → por favor, preencha **APENAS o QUESTIONÁRIO A**

☐ **NÃO** → por favor, preencha **APENAS o QUESTIONÁRIO B**

Agradeço antecipadamente a disponibilidade e a valiosa colaboração prestada ao preencher este inquérito!

Se desejar/ aceitar colaborar na segunda parte deste estudo ou se pretender mais informações, por favor contacte-me para:

Joana Lima

Morada:

Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial
Universidade de Aveiro
Campus Universitário de Santiago
3810 – 193 Aveiro

Telefone: 234 370 361 (extensão: 23621)
e-mail: jisl@ua.pt

QUESTIONÁRIO B - Questionário às famílias que NÃO fizeram férias nos últimos 4 anos

A. Motivos para a não realização de férias em família

1. Por favor, indique **até que ponto concorda** com as seguintes afirmações (numa escala de 1-“discordo completamente” a 7-“concordo completamente”):

	discordo completamente				concordo completamente		
	1	2	3	4	5	6	7
Não fiz férias em família nos últimos 4 anos porque:							
Viajar implica custos demasiado altos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não tive interesse em viajar em família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viajar em família implica demasiado planeamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O rendimento familiar não chega para fazer férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existiram impedimentos de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não houve tempo, devido a compromissos de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preferi viagens mais curtas (duração inferior a 4 noites)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não tive tempo, devido a compromissos familiares (ex: cuidar de familiar idoso)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tive medo de sair do meu ambiente habitual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Faltou informação sobre possíveis destinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prefiro passar as férias em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Houve dificuldade em coordenar as disponibilidades dos elementos da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viajar envolve sempre riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os restantes elementos da família não tinham interesse em fazer férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prefiro fazer férias sem as crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tivemos más experiências em férias anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prefiro gastar dinheiro noutros produtos/serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O rendimento familiar diminuiu muito devido à crise económica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É muito stressante viajar em família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viajar obriga a gastar muito tempo a planear a viagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Durante esses anos, **gostaria de ter feito férias** em família? ☐ Sim ☐ Não

Porquê? _____

C. Programas de Turismo Social

1. **Alguma vez participou** em “Programas de Turismo Social” (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)?

☐ Sim ☐ Não

- 1.1. **Se participou**, por favor indique:

1.1.1. Qual era o **nome** do Programa: _____

1.1.2. Qual era a **entidade** promotora/organizadora: _____

- 1.2. **Se nunca participou**, por favor indique:

1.2.1. Por que motivo não participou? _____ E gostaria de participar? ☐ Sim ☐ Não

D. Caracterização do(a) entrevistado(a):

1. Por favor, **assinale com X** as opções que considera **que o seu agregado familiar** (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas) **TEM capacidade financeira** para suportar:

- ☐ assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima de 416 €
- ☐ pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, pagando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
- ☐ pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
- ☐ fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
- ☐ manter a casa adequadamente aquecida

2. Por favor, **assinale com X** os bens que o seu agregado familiar (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas)

NÃO TEM por dificuldades económicas:

- ☐ máquina de lavar roupa
- ☐ televisão a cores
- ☐ telefone fixo ou pelo menos um membro com telemóvel
- ☐ automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)

3. **Nacionalidade:** ☐ Portugal ☐ Outro país. Qual? _____

4. **Freguesia de Residência:** _____

5. **Idade:** _____ anos

6. **Sexo:** ☐ Masculino ☐ Feminino

7. **Estado Civil:** ☐ Casado/União de facto ☐ Divorciado/Separado ☐ Solteiro ☐ Outra. Qual? _____

8. **Instrução escolar:** (por favor assinale com X a sua situação)

- ☐ Não andou na escola
- ☐ Ensino Primário (4ª classe/ 1º Ciclo)
- ☐ Ensino Básico (9º ano)
- ☐ Ensino Secundário (12º ano/ Curso profissional)
- ☐ Ensino Superior completo

9. **Situação perante o trabalho:** (por favor assinale com X a sua situação)

- ☐ Doméstico(a)
- ☐ Reformado(a)
- ☐ Outra. Qual? _____
- ☐ Desempregado(a)
- ☐ Empregado(a)
- ☐ Estudante
- ☐ Empresário/ Por conta própria

10. Qual é ou era a sua **profissão**? _____

11. **Nº** de elementos do **agregado familiar** (partilham casa e despesas): _____ (das quais _____ têm **até 17 anos**)

12. Qual o valor médio do **rendimento líquido mensal do agregado familiar?** (em Euros)

- ☐ 0 a 500
- ☐ 501 a 1.000
- ☐ 1.001 a 2.000
- ☐ 2.001 a 4.000
- ☐ 4.001 a 6.000
- ☐ 6.001 a 8.000
- ☐ 8.001 a 10.000
- ☐ 10.001 ou +

Muito Obrigada!

Apêndice III – Carta dirigida aos Professores das Escolas envolvidas no Estudo Empírico



Caro(a) Sr.(a) Professor(a),

O meu nome é Joana Lima, sou docente na Universidade de Aveiro e estou neste momento a desenvolver o meu trabalho de Doutoramento, na mesma Universidade. Uma parte desse trabalho consiste em, por um lado, estudar os potenciais efeitos das férias em família para os indivíduos que as praticam e, por outro, perceber os motivos pelos quais outras famílias não fazem férias. Com intuito de alcançar este objetivo, desenvolvi um questionário a aplicar a uma amostra de famílias portuguesas. Nesta fase, a colaboração das Escolas é crucial para eu conseguir fazer chegar os questionários às famílias e aumentar as hipóteses de obter respostas.

Antes de lhe explicar em que consistirá a sua colaboração, **gostaria de lhe agradecer a sua colaboração. Sem ela, não será possível realizar este estudo.**

A colaboração que lhe venho solicitar será no sentido de entregar a cada aluno da sua turma um dos envelopes brancos que se encontram neste envelope maior, explicando-lhes o tipo de estudo de que se trata e salientando a importância da colaboração das suas famílias. Peço-lhe ainda que lhes explique que dentro de cada um dos envelopes se encontram dois questionários – um (questionário A) destinado a pais ou Encarregados de Educação que tenham feito férias em família nos últimos 4 anos e outro (questionário B) destinado a pais ou Encarregados de Educação que não tenham feito férias em família nos últimos 4 anos. **Cada pai ou Encarregado de Educação deverá preencher apenas um dos questionários** (aquele que se aplicar ao seu caso) e **devolver**, através do filho ou encarregando de educação, ao Sr. Professor esse questionário preenchido. A folha de rosto do questionário contém também esta informação.

O **prazo para devolução** dos questionários será o **dia X** (peço-lhe que lhes dê até dia X, para alguns que se esqueceram nesse dia possam lembrar os pais e trazer no dia seguinte). Caso depois dessa data ainda haja algum aluno a entregar o questionário, peço-lhe que o guarde e eu depois recolherei na Escola.

Agradeço muito a sua colaboração e coloco-me à disposição para qualquer informação que deseje.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Lima

Apêndice IV – Guião de entrevista A: famílias que fizeram férias nos últimos 4 anos

1º Definir férias em família: deslocação, para fora do seu ambiente habitual de residência, durante, pelo menos, 4 noites, com a sua família (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas; o grupo de viagem tem de integrar pelo menos uma criança com idade até 17 anos e um adulto - pais)

2º Crianças – até 7º ano: começar por lhes pedir que façam um desenho sobre o momento das últimas férias que mais gostaram e depois perguntar-lhes porque foi o melhor e porque gostam de fazer férias com a família

3º Questões:

1. Porque razões é que costumam viajar em família? Acham que é importante? Porquê?
2. Quais os obstáculos que encontram à realização das vossas férias em família?
3. Considerando as últimas férias em família que fez, por favor indique: data, duração, destino, grupo de viagem, como planearam? Gostaram? Correspondeu às expectativas? Porquê?
4. Considerando essas últimas férias em família que fez, por favor descreva quais as atividades que mais e menos gostou de fazer e porquê. (incluindo o planeamento e realização da viagem)
5. Descreva o seu momento preferido dessas férias e explique por que considera que foi o melhor.
6. Descreva o seu pior momento de férias em família e explique por que considera que foi o pior.
7. Que efeitos (positivos e negativos) considera que essas férias tiveram para si? E para a sua família?
8. Considera que aprendeu algo com essas férias? (por exemplo, conhecimentos, atitudes, emoções, comportamentos, etc.)
 - Porquê?/O quê?
 - E os restantes membros da família?
9. Faz/ fazem alguma coisa diferente no vosso dia-a-dia desde que regressaram, como consequência dessas férias? O quê?
10. Sabe que existem “Programas de Turismo Social” (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)?
 - Já participou? Porquê? Entidade.
 - Gostaria de participar com a sua família? Porquê?
 - Que características acha que esses programas deveriam ter para serem atrativos/ter vontade de participar?
11. Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre as férias em família?

Apêndice V – Guião de entrevista B: famílias que não fizeram férias nos últimos 4 anos

1º Definir férias em família: deslocação, para fora do seu ambiente habitual de residência, durante, pelo menos, 4 noites, com a sua família (pessoas que vivem na mesma casa e partilham despesas; o grupo de viagem tem de integrar pelo menos uma criança com idade até 17 anos e um adulto - pais)

2º Crianças – até 7º ano: começar por lhes pedir que façam um desenho sobre: Quando os teus pais puderem arranjar umas férias para vocês todos, como é que achas que vai ser? Podes fazer-me um desenho sobre uma das coisas que gostavas de fazer nessas férias?

3º Questões:

1. Já fizeram/costumam fazer férias em família?

Se sim:

- Fale-me um pouco de como foram essas férias (onde, como foi, com quem ficaram? Há quanto tempo? Contactaram com pessoas novas/diferentes? como planearam? Gostaram? Correspondeu às expectativas? Porquê?).
- Lembra-se de ter aprendido algo com essas férias?
- Fizeram alguma coisa diferente no vosso dia-a-dia desde que regressaram, como consequência dessas férias?

2. Para vocês, o que são férias em família?

3. Quando ficam em casa, como costumam passar as férias? Que atividades fazem?

4. Em que diferem as férias fora de casa das férias passadas em casa?

5. Por que motivos não têm feito férias em família nos últimos 4 anos? / Quais os obstáculos que têm encontrado à realização das vossas férias em família?

6. Açam que é importante fazer férias em família? Porquê?

7. Açam que existe algum aspeto negativo de fazer férias em família? Qual?

8. Sabe que existem “Programas de Turismo Social” (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)?

- Já participou? Porquê? Entidade.
- Gostaria de participar com a sua família? Porquê?
- Que características acha que esses programas deveriam ter para serem atrativos/ter vontade de participar?

9. Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre as férias em família?

Apêndice VI – Ficha de caracterização sociodemográfica dos adultos entrevistados

Entrevista sobre as férias em família – Universidade de Aveiro

Entrevista nº: _____

Por favor, indique:

Idade: _____ anos

Estado civil: _____

Profissão: _____

Habilitações literárias: _____

Residência (Freguesia): _____

Agregado familiar (indicando o nº filhos e idades):

Outras observações:

Muito Obrigada!!

Apêndice VII – Exemplo de transcrição de entrevistas

Entrevista nº 8

1. Porque razões é que costumam viajar em família? Acham que é importante? Porquê?

R: Para desanuviar um bocadinho. Se a gente está em casa, há sempre coisas para fazer. Saindo, sempre a gente se alivia mais um bocadinho. É importante, porque no dia-a-dia, nós nunca estamos tanto tempo como nas férias, nas férias estamos mais uns com os outros, fora de casa, sem as tarefas domésticas.

2. Quais os obstáculos que encontram à realização das vossas férias em família?

R: Financeiras, acima de tudo... Os nossos filhos, têm que ir connosco, por isso não é difícil, tentamos sempre arranjar coisas para eles e com o mais pequenino há mais preocupação, mas é a questão monetária que dificulta.

3. Considerando as últimas férias em família que fez, por favor indique: data, duração, destino, grupo de viagem, como planearam? Gostaram? Correspondeu às expectativas? Porquê?

R: Fomos para a Quarteira, em cima da hora, já conhecíamos, fomos à net ver de casa, e o que havia disponível. Para onde vamos decido com o meu marido, depois nas burocracias, trato mais eu. Foram umas boas férias, caminhámos, visitámos outros sítios e vamos com os meus sogros e acaba por limitar também, e o pequenito também. Mas tentamos sempre conhecer novos lugares.

R criança: Fomos para o Algarve, uma semana, acho eu. Vamos à praia e ficamos em casa. Mas é diferente de ficar aqui porque é o sítio diferente mas também estou mais tempo com os meus pais. Quase todos os dias a noite costumávamos sair e aqui não. Geralmente vamos também com os meus avós e agora vamos com o meu mano.

4. Considerando essas últimas férias em família que fez, por favor indique quais as atividades que mais e menos gostou de fazer e porquê. (incluindo o planeamento e realização da viagem)

R: Gostei de ir ver as esculturas de areia, porque tínhamos o pequenino e não fomos para mais sítio nenhum, porque tem de se ter mais cuidado com as horas e não dá para ir para todo o lado

5. Descreva o seu momento preferido dessas férias e explique por que considera que foi o melhor.

R: O melhor momento é ir para a praia.

R criança: Fomos a um museu, um sítio onde faziam esculturas de areia.

6. Descreva o seu pior momento de férias em família e explique por que considera que foi o pior.

R: O pior momento é a viagem e as coisas de casa.

7. Que efeitos (positivos e negativos) considera que essas férias tiveram para si? E para a sua família?

R: Estivemos mais juntos, convivemos uns com os outros.

8. Considera que aprendeu algo com essas férias? (por exemplo, conhecimentos, atitudes, emoções, comportamentos, etc.) Porquê?/O quê?

R: Não, essas férias foram muito limitadas porque tínhamos essas restrições do pequenino.

9. Faz/ fazem alguma coisa diferente no vosso dia-a-dia desde que regressaram, como consequência dessas férias? O quê?

R: Fizemos novas amizades lá, mas não mantivemos. É... enquanto estamos por lá, as pessoas que vamos vendo, mas depois vamos embora e já não mantemos. Acho que não alterámos nada

10. Sabe que existem "Programas de Turismo Social" (visitas/ viagens que são organizadas por instituições, com o objetivo de proporcionar o acesso a férias a pessoas que, em circunstâncias normais, não poderiam ter)?

R: Não, só para os seniores é que sabia. Agora para as famílias não sabia. Sabia dos programas das agências de viagens, mas assim social, não sabia.

- Já participou? Porquê? Entidade.

R: Não.

- Gostaria de participar? Porquê?

R: Sim. Se fossem agradáveis e económicas, desde que não fosse de autocarro, que é complicado para levar as crianças!

- Que características considera que esses programas deveriam ter para serem atrativos/ter vontade de participar?

R: Em sítios agradáveis e económicos, com atividades, de ver outras coisas. Atividades um bocadinho para todos, que fizéssemos todos juntos e, de vez em quando, separar um bocadinho para descansarmos um bocadinho, especialmente do pequenino que é mais complicado e exige muita atenção.

R criança: Com atividades com água, na piscina, porque o mar é mais perigoso... E gostava de atividades com os pais...

11. Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre as férias em família?

R: Não, acho que não.

Explicação da criança sobre o desenho:

Eu não tenho muito jeito para desenhar, mas... São esculturas de areia, do filme do Madagáscar, que foram as minhas favoritas naquelas férias.

Apêndice VIII – Tabela de *Cross Loadings* dos itens que integram os construtos de 1º ordem do modelo

Itens	Construtos	MQVS														Satisf	Fideliz
		M1 - CD	M3 - LS	M4 - LEF	EF11 - AC	EF12 - ANS	EF13 - RS	EF14 - MAP	EFF1 - RLEF	EFF2 - MQVS	Exp.1 - S	Exp2 - DSF	Exp3 - CA	Exp4 - CQ	Exp5 - LEF		
A6_15		0,803	0,578	0,595	0,070	0,168	0,087	0,041	0,139	0,175	0,235	0,199	0,148	0,069	0,150	0,015	0,096
A6_16		0,785	0,580	0,636	0,067	0,090	0,010	0,085	0,108	0,132	0,127	0,207	0,103	0,053	0,138	-0,011	0,065
A6_1		0,787	0,596	0,612	0,074	0,124	0,074	0,049	0,112	0,163	0,094	0,093	0,098	0,038	0,066	0,007	0,060
A6_2		0,884	0,677	0,671	0,062	0,115	0,106	0,037	0,151	0,193	0,121	0,088	0,110	0,023	0,086	0,011	0,066
A6_3		0,867	0,657	0,748	0,163	0,180	0,094	0,125	0,151	0,199	0,179	0,246	0,129	0,079	0,133	0,023	0,109
A6_4		0,894	0,712	0,761	0,149	0,168	0,100	0,129	0,132	0,180	0,144	0,160	0,110	0,030	0,089	0,023	0,070
A6_8		0,814	0,743	0,669	0,177	0,158	0,091	0,125	0,018	0,098	0,163	0,160	0,106	0,033	0,087	-0,009	0,046
A6_11		0,693	0,837	0,571	0,104	0,063	0,075	0,048	0,018	0,070	0,154	0,131	0,110	0,028	0,091	0,011	0,063
A6_12		0,615	0,799	0,572	0,058	0,052	0,098	0,043	0,100	0,132	0,080	0,088	0,076	0,027	0,057	-0,005	0,024
A6_13		0,590	0,802	0,557	0,074	0,045	0,136	0,051	0,143	0,137	0,030	0,119	0,041	0,045	0,038	0,012	0,059
A6_5		0,787	0,648	0,929	0,154	0,122	0,113	0,105	0,051	0,105	0,161	0,236	0,143	0,105	0,142	0,020	0,124
A6_9		0,695	0,637	0,915	0,038	0,022	0,078	-0,002	0,022	0,022	-0,002	0,001	0,008	-0,007	-0,001	0,009	0,010
B2_14		0,165	0,105	0,131	0,796	0,721	0,337	0,500	0,051	0,182	0,123	0,185	0,051	0,055	0,055	0,036	0,015
B2_15		0,091	0,058	0,085	0,741	0,582	0,373	0,408	0,066	0,181	0,097	0,124	0,017	0,069	0,034	0,079	0,062
B2_17		0,089	0,042	0,057	0,814	0,699	0,289	0,552	0,015	0,151	0,142	0,224	0,044	0,046	0,047	0,058	0,038
B2_18		0,094	0,050	0,044	0,780	0,656	0,303	0,516	0,045	0,175	0,133	0,214	0,057	0,069	0,053	0,081	0,076
B2_19		0,108	0,095	0,094	0,750	0,542	0,543	0,351	0,047	0,117	0,110	0,106	0,066	0,081	0,061	0,096	0,066
B2_20		0,100	0,088	0,081	0,843	0,617	0,439	0,444	0,019	0,105	0,087	0,100	0,031	0,046	0,023	0,042	0,008
B2_21		0,104	0,097	0,083	0,839	0,641	0,466	0,441	0,037	0,111	0,096	0,118	0,032	0,048	0,017	0,060	0,024
B2_23		0,107	0,112	0,122	0,793	0,580	0,529	0,390	0,052	0,129	0,067	0,099	0,031	0,060	0,018	0,054	-0,002
B2_4		0,091	0,063	0,070	0,755	0,573	0,422	0,419	0,063	0,157	0,087	0,125	0,018	0,072	0,030	0,072	0,031
B2_6		0,104	0,056	0,065	0,779	0,641	0,303	0,530	0,048	0,176	0,108	0,188	0,034	0,029	0,035	0,044	0,023
B2_9		0,089	0,078	0,087	0,746	0,636	0,394	0,419	0,024	0,145	0,075	0,087	0,025	0,027	0,005	0,043	0,012
B2_10		0,128	0,028	0,055	0,684	0,869	0,351	0,414	0,055	0,157	0,111	0,087	0,046	0,029	0,020	0,069	0,020
B2_11		0,134	0,067	0,091	0,749	0,841	0,334	0,519	0,071	0,212	0,113	0,159	0,049	0,052	0,045	0,085	0,065
B2_12		0,161	0,050	0,056	0,644	0,893	0,380	0,388	0,088	0,180	0,129	0,090	0,084	0,052	0,060	0,076	0,045
B2_13		0,171	0,054	0,068	0,490	0,776	0,339	0,322	0,085	0,164	0,137	0,111	0,097	0,062	0,064	0,057	0,034
B2_16		0,139	0,078	0,067	0,749	0,822	0,445	0,407	0,052	0,148	0,108	0,123	0,043	0,048	0,037	0,081	0,044

Cont.

Apêndice VIII – Tabela de Cross Loadings dos itens que integram os construtos de 1ª ordem do modelo (cont.)

Itens	Construtos														Satsf	Fidelz
	M1 - CD	M3 - LS	M4 - LEF	EF1 - AC	EF2 - ANS	EF3 - RS	EF14 - MAP	EFF1 - RLEF	EFF2 - MQVS	Exp1 - S	Exp2 - DSF	Exp3 - CA	Exp4 - CQ	Exp5 - LEF		
B2_24	0,060	0,069	0,046	0,412	0,348	0,837	0,097	0,125	0,140	0,069	-0,062	0,080	0,082	0,037	0,122	0,073
B2_28	0,040	0,075	0,058	0,408	0,368	0,827	0,103	0,122	0,159	0,108	0,031	0,088	0,102	0,075	0,111	0,103
B2_30	0,139	0,165	0,152	0,449	0,386	0,841	0,230	0,117	0,140	0,061	0,029	0,044	0,062	0,028	0,101	0,093
B2_33	0,100	0,053	0,056	0,591	0,506	0,214	0,934	0,006	0,115	0,119	0,208	0,074	0,026	0,037	0,005	-0,011
B2_35	0,084	0,053	0,050	0,440	0,375	0,088	0,883	-0,045	0,067	0,051	0,204	-0,013	-0,033	-0,014	-0,017	-0,028
B1_1	0,133	0,095	0,037	0,038	0,056	0,137	-0,004	0,929	0,820	0,459	0,365	0,500	0,527	0,477	0,621	0,618
B1_4	0,159	0,125	0,080	0,029	0,056	0,091	-0,033	0,896	0,793	0,449	0,437	0,495	0,542	0,494	0,576	0,638
B1_5	0,104	0,075	0,003	0,027	0,091	0,136	-0,048	0,864	0,723	0,400	0,301	0,458	0,463	0,416	0,623	0,593
B1_6	0,101	0,076	0,021	0,097	0,095	0,157	0,019	0,894	0,783	0,419	0,325	0,467	0,491	0,447	0,572	0,568
B1_10	0,142	0,104	0,078	0,191	0,157	0,162	0,131	0,688	0,831	0,396	0,427	0,410	0,462	0,421	0,466	0,514
B1_3	0,086	0,065	0,027	0,158	0,119	0,139	0,085	0,717	0,840	0,402	0,324	0,394	0,428	0,430	0,496	0,502
B1_8	0,221	0,156	0,083	0,169	0,190	0,177	0,069	0,700	0,849	0,479	0,406	0,494	0,449	0,460	0,492	0,535
B1_new_AcessInfo	0,170	0,113	0,037	0,177	0,255	0,154	0,100	0,898	0,905	0,510	0,414	0,542	0,544	0,508	0,619	0,617
B1_new_NovasPessoas	0,204	0,143	0,078	0,081	0,118	0,095	0,041	0,604	0,741	0,454	0,345	0,427	0,407	0,393	0,423	0,476
A14_3	0,151	0,083	0,054	0,100	0,122	0,072	0,104	0,375	0,416	0,840	0,604	0,708	0,558	0,617	0,393	0,430
A14_5	0,138	0,092	0,067	0,094	0,118	0,076	0,052	0,364	0,397	0,807	0,527	0,664	0,533	0,579	0,485	0,524
A14_6	0,156	0,102	0,084	0,115	0,099	0,083	0,077	0,407	0,473	0,871	0,625	0,724	0,600	0,712	0,416	0,470
A14_new_NovasAmiz	0,153	0,088	0,093	0,121	0,128	0,080	0,091	0,448	0,486	0,783	0,636	0,588	0,638	0,632	0,447	0,538
A14_13	0,164	0,096	0,100	0,173	0,115	-0,009	0,236	0,293	0,358	0,633	0,846	0,560	0,512	0,558	0,300	0,378
A14_14	0,177	0,121	0,098	0,181	0,152	0,042	0,210	0,361	0,388	0,537	0,761	0,635	0,543	0,588	0,319	0,398
A14_18	0,123	0,095	0,090	0,130	0,116	-0,001	0,122	0,339	0,371	0,532	0,806	0,576	0,532	0,588	0,323	0,416
A14_24	0,159	0,142	0,131	0,139	0,080	-0,046	0,180	0,301	0,362	0,565	0,805	0,555	0,620	0,578	0,309	0,393
A14_8	0,171	0,107	0,118	0,115	0,087	0,015	0,164	0,319	0,373	0,652	0,815	0,649	0,561	0,602	0,324	0,416
A14_10	0,139	0,083	0,088	0,063	0,069	0,102	0,059	0,402	0,422	0,721	0,627	0,787	0,605	0,639	0,404	0,457
A14_15	0,170	0,135	0,141	0,014	0,008	0,044	0,024	0,430	0,439	0,621	0,678	0,837	0,654	0,699	0,382	0,490
A14_16	0,117	0,084	0,052	0,034	0,040	0,060	0,016	0,422	0,444	0,657	0,615	0,869	0,652	0,691	0,426	0,484
A14_17	0,008	-0,002	0,000	0,016	0,070	0,065	0,019	0,521	0,490	0,665	0,556	0,820	0,721	0,705	0,524	0,514
A14_1	0,137	0,092	0,071	0,068	0,119	0,075	0,050	0,448	0,466	0,711	0,588	0,833	0,653	0,686	0,450	0,515
A14_11	0,074	0,019	0,025	0,067	0,102	0,047	0,025	0,316	0,327	0,474	0,467	0,549	0,617	0,520	0,324	0,358
A14_19	0,104	0,113	0,115	0,036	0,000	0,058	-0,013	0,322	0,319	0,492	0,559	0,540	0,722	0,579	0,311	0,389
A14_22	0,018	0,012	0,008	0,068	0,049	0,125	-0,001	0,514	0,495	0,630	0,589	0,723	0,882	0,762	0,495	0,486
A14_23	-0,002	0,000	0,014	0,056	0,057	0,080	0,006	0,459	0,458	0,588	0,510	0,663	0,850	0,692	0,464	0,470
A14antes15_2	0,041	0,028	0,067	0,046	0,023	0,064	-0,011	0,580	0,544	0,583	0,581	0,633	0,842	0,691	0,557	0,612

Cont.

Apêndice VIII – Tabela de Cross Loadings dos itens que integram os constructos de 1ª ordem do modelo (cont.)

Itens	Constructos	M1 - CD	M3 - LS	M4 - LEF	EF1 - AC	EF2 - ANS	EF3 - RS	EF4 - MAP	EFF1 - RLEF	EFF2 - MQVS	Exp.1 - S	Exp2 - DSF	Exp3 - CA	Exp4 - CQ	Exp5 - LEF	Satsf	Fidelz
A14_12		0,129	0,078	0,076	0,029	0,049	0,036	0,031	0,315	0,348	0,585	0,551	0,538	0,492	0,706	0,285	0,372
A14_20		0,139	0,089	0,073	0,040	0,034	0,052	0,023	0,423	0,446	0,661	0,626	0,727	0,758	0,833	0,424	0,477
A14_4		-0,004	-0,008	0,011	0,010	0,005	0,051	-0,025	0,487	0,460	0,592	0,512	0,689	0,676	0,781	0,488	0,487
A14_new_Famunidos		0,130	0,080	0,089	0,057	0,079	0,026	0,026	0,323	0,359	0,506	0,514	0,541	0,578	0,726	0,300	0,383
B15_1		0,011	0,011	0,021	0,086	0,112	0,150	0,016	0,652	0,604	0,522	0,377	0,541	0,562	0,506	0,880	0,794
B15_3		0,029	0,015	0,033	0,107	0,097	0,130	0,017	0,627	0,564	0,486	0,388	0,481	0,512	0,457	0,946	0,871
B15_5		-0,016	-0,009	-0,015	0,004	0,022	0,074	-0,054	0,522	0,456	0,400	0,286	0,400	0,420	0,378	0,886	0,736
A15_new_Recom		0,164	0,116	0,112	0,074	0,094	0,119	0,012	0,587	0,569	0,570	0,538	0,561	0,530	0,531	0,820	0,911
A15_new_Repetir		-0,008	-0,009	0,023	-0,003	-0,004	0,075	-0,050	0,640	0,587	0,506	0,361	0,516	0,547	0,498	0,793	0,906

Apêndice IX – Diagnóstico de multicolinearidade entre as variáveis do modelo estrutural

	EFF	EFI	Exp.	Fidlz	M	Satsf
EFF				2,192		1,554
EFI				1,009		1,009
Exp.	1,138	1,138		1,671		1,550
Fidlz						
M	1,138	1,138	1,000			
Satsf				2,090		

Apêndice X – Tabela de itens retirados do modelo para reestimação (análise multigrupo)

Constructo 1ª ordem	Item retirado no Modelo reestimado para análise multigrupo	Critério não cumprido
M3 - LS	Estar com amigos e/ou outros familiares	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)
M4 - LEF	Conhecer melhor a minha família	Fiabilidade (Cronbach's α)
	Reforçar os laços familiares/ melhorar a relação entre os membros da família	
Exp3 - CA	Fiz/ vi coisas novas	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)
Exp4 - ECQ	Os meus sentidos foram estimulados	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)
EF11 - AC	Ajudaram-me a refletir sobre o meu dia-a-dia	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)
EFF1 - RLEF	Fortaleceram os nossos laços familiares	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)
EFF2 - MQVS	Contribuíram para aliviar as tensões entre a família	Validade discriminante (<i>crossloadings</i>)

Apêndice XI – Medidas de fiabilidade e validade dos modelos refletivo e formativo após reestimação (análise multigrupo)

Modelo refletivo

Construto de 1ª ordem	Todas Famílias				Famílias com Privação				Famílias sem Privação			
	Loadings dos indicadores	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Loadings dos indicadores	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE	Loadings dos indicadores	Fiabilidade composta	Cronbach's α	AVE
Motivação 1 - Conhecimento e Desafios		0,961	0,952	0,779			0,989	0,940				
Motivação 3 - Liberdade e Socialização		0,874	0,711	0,776			0,693	0,760				
Exp. 1 - Exp. Sociais		0,917	0,878	0,733			0,933	0,834				
Exp. 2 - Exp. desafiantes e de "separação" da família		0,938	0,917	0,751			0,943	0,816				
Exp. 3 - Exp. de conhecimento local e atividades em família		0,920	0,884	0,742			0,893	0,758				
Exp. 4 - Exp. Contrastantes com quotidiano		0,898	0,849	0,689			0,879	0,734				
Exp. 5 - Exp. de ligação emocional da família		0,888	0,831	0,665			0,868	0,718				
Efeito Família 1 - Reforço ligação emocional da família	$\geq 0,7$	0,957	0,932	0,881	$\geq 0,7$	0,979	0,968	0,939	$\geq 0,7$	0,948	0,918	0,859
Efeito Família 2 - Melhoria QV e Socialização		0,946	0,924	0,814			0,949	0,868				
Efeito Individual 1 - Alteração de comportamentos		0,943	0,933	0,624			0,940	0,651				
Efeito Individual 2 - Aprendizagem em novas situações		0,922	0,894	0,702			0,915	0,746				
Efeito Individual 3 - Relaxamento e Saúde		0,871	0,777	0,692			0,820	0,736				
Efeito Individual 4 - Melhoria atividade profissional		0,903	0,788	0,823			0,814	0,842				
Satisfação		0,953	0,925	0,870			0,979	0,960				
Intenção de Fidelização		0,925	0,839	0,861			0,897	0,906				

Nota 1: os valores t dos loadings dos indicadores foram obtidos através da técnica bootstrapping (5000 amostras) e são significativos a um nível mínimo de 0,05

Nota 2: Critério da validade discriminante atestado para todos os construtos, pela análise de cross loadings, sendo os loadings de cada item, em qualquer dos três grupos, mais altos no seu construto do que em qualquer outro

Modelo formativo

Constructo de 2ª ordem (e sigla)	Constructo de 1ª ordem (e sigla)	Todas Famílias		Famílias com Privação		Famílias sem Privação	
		Weights dos indicadores*	VIF < 10	Weights dos indicadores*	VIF < 10	Weights dos indicadores*	VIF < 10
Motivações (M)	M1 - CD	0,861	1,938	0,881	2,089	0,854	1,924
	M3 - LS	0,187	1,938	0,156	2,089	0,196	1,924
Experiências (Exp.)	Exp.1 - S	0,212	4,624	0,234	6,162	0,200	4,379
	Exp2 - DSF	0,262	4,614	0,271	8,188	0,257	3,877
	Exp3 - CA	0,222	5,808	0,209	6,333	0,231	6,232
	Exp4 - CQ	0,199	4,819	0,183	6,141	0,204	4,768
	Exp5 - LEF	0,183	4,862	0,171	6,286	0,190	4,891
Efeitos Família (EFF)	EFF1 - RLEF	0,461	4,187	0,464	5,360	0,465	3,995
	EFF2 - MQVS	0,575	4,927	0,576	5,393	0,570	4,898
Efeitos Individuais (EFI)	EFI1 - AC	0,605	3,350	0,562	4,718	0,616	3,146
	EFI2 - ANS	0,312	2,694	0,302	3,439	0,314	2,569
	EFI3 - RS	0,123	1,403	0,151	2,012	0,114	1,339
	EFI4 - MAP	0,100	1,539	0,093	1,510	0,102	1,547

Legenda: * os valores *t* correspondentes foram obtidos através da técnica *bootstrapping* (5000 amostras) e são significativos a um nível de 0,000